BARCLAYS

Posicionado para o crescimento, a partilha e o sucesso

Barclays Bank PLC

Relatório Anual 2017

Onde podemos encontrar mais informações?

Pode obter mais informações online sobre a estratégia do Barclays, os nossos negócios, desempenho, abordagem à governação e risco, onde estão arquivados e disponíveis para download os mais recentes Relatórios Estratégicos e Anuais.

Para mais informações e melhor compreensão dos resultados e da situação do Grupo, consulte o Relatório Anual Barclays PLC 2017 em **home.barclays/annualreport**

Relatório Anual Barclays Bank PLC
A nossa Governação, os nossos Riscos e as nossas Finanças

Relatório Estratégico
Panorama geral do negócio

Relatório Ambiental, Social e de Governação
A nossa ambição de crescimento conjunto

Resumo por País
As nossas contribuições fiscais

Relatório dos 3 Pilares
O nosso perfil de Risco e como o gerimos

O Relatório Anual Barclays PLC foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 21 de fevereiro de 2018 e assinado em seu nome pelo Presidente do Conselho de Administração.

Relatório do Auditor
O relatório do Auditor relativo a todas as contas para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2017 não foi aprovado; e a sua declaração ao abrigo da secção 496 (se o Relatório Estratégico e o Relatório do Diretor são ou não consistentes com as contas) do Companies Act de 2006, também não foi aprovada.

Abordagem aos relatórios de desempenho não-financeiro
Enumeramos os requisitos, ao abrigo das disposições do Companies Act de 2006, que dizem respeito à elaboração do Relatório Estratégico, e que foram emendados pelos Regulamentos de Empresas, Parcerias e Grupos (Relatórios de Contas e Não-Financeiros) de 2016, e que implementaram a Diretiva 2014/95/UE (relativa a informações de diversidade e não-financeiras). Com base nestas alterações, integrámos a informação necessária para uma Declaração de Informação Não-Financeira no Relatório Estratégico, promovendo assim informação coesa sobre questões não-financeiras.

Notas, medidas de desempenho Não-IFRS e demonstrações prospectivas
A gerência do Barclays acredita que as medidas de desempenho não-IFRS incluídas neste documento fornecem informações valiosas para os leitores das demonstrações financeiras. Este documento também contém certas demonstrações prospectivas dentro do âmbito da Secção 21E da Lei dos Valores Mobiliários Americana de 1934, conforme emendada, e da Secção 27A do Securities Act de 1933, conforme emendado, no que respeita ao Grupo. Para a informação completa das Notas, medidas de desempenho Não-IFRS, e demonstrações prospectivas usadas neste documento, por favor consulte a contracapa.

O Relatório Estratégico

Um panorama geral do nosso desempenho em 2017, um enfoque na nossa direção estratégica, e uma avaliação dos negócios que alicerçam a nossa estratégia.

O Relatório Detalhado

No Relatório Anual, são divulgadas as informações de desempenho do Barclays em 2017. O conteúdo cumpre, e quando se justifica complementa, os padrões mínimos de informação.

Quadro estratégico

02 Carta do Presidente
04 Avaliação do CEO
06 Ambiente Operacional
08 Estrutura empresarial
09 O nosso modelo de negócio
10 A nossa estratégia
12 Gestão de risco
15 Indicadores-chave de desempenho (ICD)

Análise do nosso desempenho operacional

23 Barclays UK
- 26 Banca Pessoal
- 27 Barclaycard Consumer UK
- 28 Banca Patrimonial, Empreendedora e Empresarial

29 Barclays Internacional
- 32 Banco Corporativo e de Investimento
- 33 Consumo, Cartões e Pagamentos

35 Sede e Empresa de Serviços do Grupo

Um panorama geral da governação e desempenho financeiro

36 As nossas pessoas e a nossa cultura
38 Cumprimento de governação

Governação

40 Índice de Governação
41 Relatório dos Diretores
44 Diretores e Conselheiros
45 Pessoas

Análise de risco

49 Conteúdo da análise de risco
55 Riscos materiais existentes e emergentes
62 Gestão de risco
76 Desempenho de risco
126 Supervisão e regulamentação

Análise financeira

135 Conteúdos da avaliação financeira
136 Indicadores de desempenho
137 Demonstração de resultados resumida consolidada
138 Comentário à demonstração de resultados
139 Balanço resumido consolidado
140 Comentário sobre o balanço
141 Análise de resultados por negócio

Demonstrações financeiras

153 Índice de demonstrações financeiras
163 Demonstrações financeiras consolidadas
170 Notas às demonstrações financeiras

Embora continuem a existir vários desafios, o lançamento do banco delimitado, previsto para o início de abril deste ano será um ponto de viragem na reestruturação a larga escala. Esperamos um padrão de negócios mais tradicional, incluindo o regresso a um padrão de dividendos mais normal.

Conforme indiquei no ano passado, o Barclays está a passar por uma das maiores reestruturações na história. Embora isto se deva em parte à Crise Financeira Global, também advém do facto de o balanço ter duplicado e de os derivados terem aumentado sete vezes em 2007 e 2008, imediatamente antes do surgimento pleno da Crise Financeira Global.

Este dado, juntamente com a designação posterior do grupo como sistémico a nível global, e o consequente aumento para mais do dobro dos rácios de capital mínimos regulamentares, levaram à necessidade de uma recapitalização substancial do Grupo, e, assim uma parte considerável da nossa carteira tornou-se economicamente inviável no ambiente pós-crise.

A consequente recapitalização implicou o aumento urgente de capital em 2008 (agora alvo de acusações do Serious Fraud Office), bem como uma redução substancial no uso do capital e do balanço e a alienação de uma parcela considerável da nossa rede internacional.

Desde a crise, voltámos a focar-nos no negócio, reduzindo o balanço no valor de 1mM£ e a equipa em cerca de 80.000, através da alienação de ativos Non-Core. Estamos também a criar de raiz o novo banco delimitado do RU, continuando a resolver várias questões importantes de conduta passada, bem como a preparar o Grupo para o Brexit.

O enorme impacto que tudo isto teve na empresa, no Conselho e na gerência, foi uma lição reveladora.

Ao longo dos últimos 6 anos, os lucros operacionais razoáveis subjacentes têm sido totalmente dilapidados neste processo. Neste período, registámos encargos de litígio e conduta no valor de 15,1mM£, impostos bancários no valor de 2,4mM£, perdas do Non-Core no valor de 10,1mM£, uma perda devido à venda do Barclays Africa de 2,5mM£, e impostos no valor de 7,1mM£ (a uma taxa média de 65%). No total foram 35,6mM£ nos últimos seis anos, que resultaram numa perda atribuível total de 1,0mM£ nesse mesmo período. Imaginem se os resultados subjacentes tivessem ido para os acionistas e para o investimento no crescimento.

Obviamente, os acionistas prefeririam que declarássemos dividendos mais elevados, mas temos de recordar que, neste período, pagámos 5mM£ em dividendos dos resultados atribuíveis negativos.

Embora a maioria do nosso historial de problemas esteja ultrapassado, continuamos a enfrentar alguns problemas residuais. Entre estas estão a questão passada dos títulos garantidos por hipotecas, alvo de acusação no Serious Fraud Office no RU, bem como as consequências do Brexit. Posto isto, dependendo da escala e do ritmo destas questões, julgamos ser capazes de os enfrentar ao longo do tempo.

Assim, embora continuem a existir vários desafios, o lançamento do banco delimitado previsto para o início de abril deste ano será um ponto de viragem na reestruturação a larga escala. Esperamos um padrão de negócios mais tradicional, incluindo o regresso a um padrão de dividendos mais normal, cujo início está previsto par o início do ano fiscal de 2018.

Olhando para o exercício de 2017, foi mais um ano crucial para o Barclays. Registámos bons progressos em várias frentes significativas. O encerramento do negócio Non-Core a partir de julho foi um marco importante. Este negócio foi formado em 2014, de forma a proporcionar a alienação dos nossos ativos e negócios não-estratégicos, libertando capital para apoiar o nosso crescimento estratégico nos negócios Core, e para fortalecer a posição de capital do Grupo. No seu auge, o negócio englobava cerca de 121mM£ em RWAs (ativos ponderados pelo risco), o que representava 28% do total do Grupo na altura. Foi uma proeza significativa conseguir reduzir este valor para cerca de 23mM£ no momento do encerramento.

Também implementámos a decisão difícil de vender a nossa participação no Barclays Africa em 2017. A alteração nos requisitos regulamentares para bancos globais trouxe maiores obstáculos, tornando pouco rentável a participação no negócio africano. Assim, vendemos com sucesso 33,7% das nossas ações restantes no BAGL no primeiro semestre do ano. Agora detemos uma percentagem residual de 14,9% do capital social emitido, em conformidade com os compromissos regulamentares.

Em 2017 também registámos um progresso significativo na criação do novo banco delimitado, conforme requerido pela legislação do RU. Este foi um empreendimento em larga escala, uma vez que estamos essencialmente a criar um novo banco que engloba cerca de 24 milhões de clientes. Continuamos no bom caminho para estabelecer este banco no segundo trimestre de 2018.

No âmbito dos requisitos da nossa Reforma Estrutural, estabelecemos com êxito uma Empresa de Serviços do Grupo, que fornece um vasto leque de operações, tecnologias e serviços funcionais ao Grupo em geral.

Continuámos os nossos preparativos para o Brexit, de modo a garantir que o Barclays possa manter o acesso aos mercados da UE para os nossos clientes. O Barclays Bank Ireland, no qual possuímos uma licença bancária e operamos há quase 40 anos, irá fornecer-nos uma base natural a partir da qual poderemos continuar a fornecer produtos e serviços que requeiram presença na UE.

Como os acionistas sabem, o Barclays divulgou em 2017 um incidente de denúncia de alegações relacionadas com a contratação de um elemento da equipa de alta direção. Após investigação interna, o Conselho de Administração decidiu que o CEO Jes Staley julgou, erroneamente mas em boa fé, que seria permitido revelar o autor. Foi divulgado um comunicado sobre esta questão em abril, e a mesma está agora a ser alvo de uma investigação externa.

Apesar dos objetivos e marcos importantes atingidos este ano, o nosso desempenho financeiro em 2017 realça que é necessário mais progresso, de forma a proporcionar retornos aceitáveis aos nossos acionistas. Os resultados antes dos impostos foram de 3,5mM£, e embora este valor represente um aumento de 10% sobre o ano anterior, o retorno sobre o capital tangível foi de 3,6% negativos numa base jurídica. Excluindo os litígios e conduta, as perdas com a venda da participação no BAGL e a reavaliação dos DTAs (ativos por impostos diferidos), sobretudo da reforma fiscal dos EUA, o retorno sobre o capital tangível foi de 5,6%.

Felizmente, as perdas que se verificaram no ano passado no Non-Core, bem como os custos da reforma estrutural, não se deverão repetir no futuro. Este facto, juntamente com o programa de melhoria de resultados no negócio Core, deverá contribuir para uma melhoria nos retornos.

Assim, o foco da gerência e a atenção do Conselho de Administração direcionam-se para o desempenho, em particular do Banco Corporativo e de Investimento no Barclays International.
Neste negócio, o desempenho nos Mercados, sobretudo nos mercados Macro e de Títulos, foi fraco devido a condições de mercado adversas. Foram levadas a cabo ações e alterações de gestão significativas no sentido de melhorar a rentabilidade desta área.

A divisão de Consumo, Cartões e Pagamentos do Barclays registou um decréscimo de 22% nos resultados, mantendo ainda assim um valor respeitável de 16,7% no retorno sobre o capital tangível. Os resultados do Barclays UK foram ligeiramente superiores aos do ano passado, gerando um retorno sobre o capital tangível de 9,8%.

O desempenho dos preços de ações em 2017 ficou aquém das expetativas, caindo de 223p para 203p no ano civil. Estamos a trabalhar no sentido de reverter esta tendência em 2018. É necessário proporcionar ganhos de qualidade acima do custo do capital e níveis mais elevados de retorno sobre os dividendos, de forma a gerar uma recuperação significativa no preço das ações. Esta é a prioridade para 2018 e daí para a frente.

A resolução final das questões de litígios e historial de conduta irá permitir que os resultados subjacentes finais sejam direcionados para benefício dos acionistas. Este facto, juntamente com a resolução da questão da denúncia, também ajudará a afastar alguma da incerteza que tem manchado a empresa.

Os últimos anos têm sido um período muito difícil para o Conselho e para a gerência, e os resultados finais podem ofuscar o verdadeiro progresso subjacente. Assim, quero agradecer ao Conselho de Administração, à gerência e a toda a nossa equipa pelo enorme esforço que têm feito para garantir a nossa recuperação.

Por último, quero agradecer aos acionistas pela paciência, e acredito que esta será recompensada. Esta situação é mais complexa e difícil do que tínhamos previsto, e está a demorar mais tempo do que antecipámos, mas os acionistas podem ter a certeza de que continuaremos a fazer tudo ao nosso alcance para oferecer a prestação e a criação de valor que a sua paciência merece.

John McFarlane
Presidente

Temos uma base forte para satisfazer os parceiros e a sociedade em geral...

Há dois anos, elaborámos o nosso plano para criar um Barclays para o futuro. Para recalibrar o nosso negócio como banco grossista e de consumo, com um alcance global.

Tenho o prazer de comunicar que a tarefa significativa da reestruturação desta grande instituição foi concluída em 2017.

O espírito, a energia e o profissionalismo que os meus colegas de todo o Grupo Barclays contribuíram para este esforço deixa-me com imensa confiança no nosso futuro, tanto como CEO do Grupo, como na qualidade de acionista. Embora ainda haja trabalho a fazer, a história do Barclays em 2017 corresponde a um progresso estratégico considerável.

No dia 1 de junho, completámos a venda da nossa participação no Barclays Africa. De uma só vez, esta medida permitiu-nos a desconsolidação contabilística e consolidação regulamentar proporcional, reduzindo o custo e a complexidade e fortalecendo o nosso capital.

Os resultados antes dos impostos do nosso Grupo subiram 10%, relativamente ao período homólogo.

Em julho, encerrámos a unidade Non-Core do Barclays, seis meses antes da data planeada. Ao fazê-lo, eliminámos cerca de 95mM£ em ativos ponderados pelo risco, vendemos mais de 20 empresas, abandonámos operações em mais de uma dúzia de países, e reduzimos mais de 2mM£ em custos - tudo isto em apenas três anos.

Em setembro, estabelecemos a Empresa de Serviços do Grupo, onde agora trabalham cerca de 42.000 dos nossos 80.000 colaboradores. A força tecnológica e operacional são uma vantagem competitiva essencial para qualquer banco global nos dias de hoje. As eficiências de custos e melhorias de eficácia levadas a cabo no âmbito desta decisão estratégica já se estão a fazer sentir em todo o Grupo – e isso está a ter um efeito real e positivo nas vidas quotidianas dos nossos clientes.

Em dezembro já tínhamos concluído o trabalho de criação do nosso banco delimitado do RU, que esperamos ver em pleno funcionamento até à data da Reunião Geral Anual (RGA).

O Barclays de hoje é quase irreconhecível, comparado com o de há apenas uns anos. O ímpeto que construímos com o cumprimento dos nossos planos até agora deixa-me com um sentimento de confiança relativamente à próxima tarefa: proporcionar retornos aceitáveis aos nossos acionistas.

O nosso desempenho financeiro em 2017 demonstra que estamos a caminho de atingir esse objetivo. Os resultados antes dos impostos do Grupo aumentaram 10% relativamente ao período homólogo, impulsionados pela redução das perdas Non-Core. O retorno sobre o capital tangível do Grupo, excluindo os encargos de litígio e conduta, as perdas relacionadas com a venda do BAGL e o impacto negativo excecional da reforma fiscal dos EUA, foi de 5,6% em 2017.

As nossas duas empresas, Barclays UK e Barclays International, tiveram boas prestações no ano, apesar das condições de mercado adversas, e o Grupo beneficiou do balanço trazido pela diversidade de produtos, moedas, geografias e negócios. No Barclays UK, a rentabilidade manteve-se, com bons progressos nas hipotecas, no crescimento dos depósitos e na banca móvel. Os resultados do Barclays International desceram em comparação com 2016, devido ao mau desempenho do negócio de Mercados do nosso Banco Corporativo e de Investimento, face às condições comerciais adversas na indústria. O nosso negócio de Consumo, Cartões e Pagamentos continua a produzir excelentes níveis de rendimento, gerindo o risco de forma eficaz.

O dado mais importante poderá ser a entrada em 2018 com uma posição de capital forte. No final de 2017, tínhamos um rácio CET1 de 13,3%, dentro da nossa meta final.

Isto demonstra que o Barclays pode gerar lucros de forma sustentável e a um ritmo saudável, e a nossa capacidade para o fazer deve aumentar à medida que os nossos negócios crescem.

É por isso que em 2017 definimos metas ambiciosas mas alcançáveis para os retornos do Grupo - 9% em 2019 e acima dos 10% em 2020, excluindo litígios e conduta, e com base num rácio CET1 por volta dos 13%.

Ainda existe um baixo número de questões significativas de conduta passada, e teremos de as resolver atempadamente.

Contudo, pretendemos dar prioridade ao retorno de capital para os nossos acionistas, a partir deste ano. Tencionamos pagar dividendos de 6,5 pence em 2018, o que representa mais do dobro da quantia paga em 2016 e 2017, regressando ao nível pago em 2015.

Este é um primeiro passo importante, porém representa uma proporção modesta dos rendimentos esperados do Barclays. Ao longo do tempo, tencionamos devolver uma proporção mais elevada nos nossos rendimentos aos acionistas, tanto através do dividendo anual como por outros meios. Por exemplo, há cerca de 20 anos que o Barclays não adota a recompra de ações como forma de devolver valor aos investidores, mas antecipamos que esta será uma parte importante do retorno de capital no futuro.

Trabalho na banca há cerca de 38 anos, e posso afirmar com convicção que a forma como o Barclays opera, procurando constantemente ganhar a confiança de todos os clientes e da comunidade que servimos, é extraordinária.

Em 2017, celebrámos o 20.º aniversário dos Prémios de Cidadania Barclays - um ano em que mais de metade dos nossos colaboradores participaram em programas de voluntariado, angariação de fundos ou solidariedade. Entre muitos exemplos de grandes contributos para as comunidades em que operamos, orgulho-me particularmente do trabalho que desenvolvemos para aumentar a segurança digital e combater a ameaça crescente de fraude. A nossa campanha de educação e sensibilização levou mais de 4,8 milhões de pessoas a tomarem medidas para se protegerem.

Apoiar as ambições dos clientes e das comunidades não só é o modo correto de agir, mas também faz sentido do ponto de vista comercial. Quando as sociedades em que operamos prosperam, o Barclays também prospera. É por isso que há mais de três séculos que esta grande instituição responde aos desafios que as comunidades enfrentam, e desempenha o seu papel para os ultrapassar.

Isto aplica-se sobretudo neste momento em que o nosso país de origem, o Reino Unido, enfrenta um clima de incerteza à medida que se desenrolam as negociações para abandonar a UE. Aconteça o que acontecer, o Barclays está aqui para ficar, e para auxiliar os nossos 24 milhões de clientes e quase um milhão de empresas no RU, que depositam a sua confiança em nós dia após dia.

Em 2017, mais de metade dos colaboradores participaram em programas de voluntariado, angariação de fundos e solidariedade.

É o talento, engenho e dedicação das nossas pessoas, bem como o progresso que fizemos neste último ano, que nos deixa confiantes quanto ao nosso futuro. Aguardo a oportunidade para discutir esse futuro convosco quando nos reunirmos na RGA em maio.

James E. Staley
Diretor Executivo do Grupo

Prémios de Cidadania Barclays

Fazer o maior esforço possível para benefício da sociedade e do Barclays é o que define a nossa Ambição de Crescimento Conjunto. Os Prémios de Cidadania oferecem uma ocasião para celebrar os extraordinários colaboradores do Barclays, que fazem esse esforço e que desempenham um papel positivo na sociedade.

Em 2017 assinalou-se o 20.º aniversário destes prémios. Tivemos quase 500 nomeações para os prémios, para celebrar os contributos de cidadania notáveis dos nossos colaboradores, no sentido de promover a prosperidade económica, ambiental e social.

Os prémios foram divididos em cinco categorias que englobam a Cidadania e a nossa Ambição de Crescimento Conjunto: acesso a financiamento, acesso a autonomia financeira e digital, acesso a emprego, colaboradores na comunidade e a forma como operamos.

Seja a criar produtos comerciais com um impacto positivo na sociedade, a capacitar clientes melhorando as suas competências financeiras e digitais, a ajudar pessoas a entrar no mercado de trabalho, a melhorar a forma como operamos, ou através de colaboradores a dedicarem o seu tempo e as suas aptidões a causas com que se identificam – existe um vasto de leque de formas através das quais os colaboradores do Barclays contribuíram para sociedade em 2017.

Dar um contributo é um aspeto importante da cultura do Barclays. Demonstra o lado positivo que nos define. O Barclays é uma empresa construída pelas nossas pessoas, e estamos orgulhosos dos contributos que os nossos extraordinários colaboradores prestam no âmbito das nossas ambições de Cidadania.

…num ambiente em constante evolução que cria oportunidades e riscos

Como banco transatlântico grossista e de consumo, com operações a nível global, o Barclays é afetado por um vasto leque de acontecimentos macroeconómicos, políticos, regulamentares, contabilísticos, tecnológicos e sociais. Este ambiente operacional em evolução apresenta oportunidades e riscos que avaliamos continuamente de forma a garantir que adaptamos a nossa estratégia e respetiva adoção adequadamente.

O crescimento global registou uma recuperação modesta em 2017, impulsionada sobretudo por uma retoma na Europa e na Ásia. Contudo, o enquadramento da taxa de imposto manteve-se baixo, apesar de os Bancos Centrais indicarem um ciclo de contenção. De salientar que a Reserva Federal e o Banco de Inglaterra iniciaram ações de contenção, através de um aumento nas suas taxas de juro de referência, bem como ações de redução de programas de restritividade quantitativa. O enquadramento de taxas de imposto baixas, em conjunto com a contínua volatilidade baixa do mercado, a confiança relativamente baixa dos consumidores e o abrandamento do mercado imobiliário no RU, continuaram a afetar o desempenho do setor da banca, dificultando a criação de rendimentos.

O ambiente político permaneceu incerto ao longo de 2017, com um aumento substancial nas tensões geopolíticas. Continuamos atentos a estes riscos e ao seu potencial impacto no comércio e investimento global. No RU, as Eleições Gerais levaram a um parlamento suspenso, enquanto as negociações com a UE relativas aos acordos pós-Brexit continuam, sem que seja totalmente clara a natureza das relações do RU com a EU imediatamente após a sua saída. Em julho, em resposta ao resultado do referendo da UE, o Barclays anunciou que tenciona utilizar a sua subsidiária na Irlanda como entidade licenciada europeia, pela qual passarão os serviços financeiros para toda a UE, continuando assim a servir os seus clientes na UE após o Brexit.

O âmbito regulamentar com impacto para o Barclays evoluiu ao longo de 2017 e continuará a fazê-lo em 2018. A indústria bancária no RU continuou a implementar medidas para cumprir os requisitos da Reforma Estrutural, incluindo os requisitos para certas atividades do banco delimitado. No contexto destas reformas, o Barclays lançou a sua Empresa de Serviços do Grupo em setembro de 2017. A implementação da Reforma Estrutural e outras alterações regulamentares requerem um foco significativo, por isso tentamos minimizar possíveis transtornos para os clientes, ao mesmo tempo que executamos de acordo com os prazos regulamentares (conforme definido na página 204 do Relatório Anual Barclays PLC 2017). O banco delimitado do Barclays entrará em funcionamento no primeiro semestre de 2018, sujeito a aprovações jurídicas e regulamentares.

A indústria bancária no RU continuou a implementar medidas no sentido de cumprir os requisitos da Reforma Estrutural, incluindo os requisitos para certas atividades do banco delimitado.

A partir de 1 de janeiro de 2018, no âmbito do Tax Cuts and Jobs Act nos EUA, a taxa federal de imposto sobre o rendimento de sociedades foi reduzida de 35% para 21%. Tendo em conta as operações substanciais do Grupo nos EUA, este corte nos impostos teve um impacto significativo na avaliação dos ativos por imposto diferido do Barclays US. Porém, também terá como resultado uma redução substancial na taxa efetiva de imposto futura. Esta lei introduziu também o imposto de Erosão de Base e Anti-Abuso (BEAT), que engloba disposições complexas cuja aplicação prática e técnica é ainda incerta, e que podem reduzir o benefício futuro da taxa de imposto reduzida.

A nossa análise fiscal detalhada está incluída no Relatório Anual, e no Relatório por País, ambos acessíveis em **home.barclays.com/annualreport**

Também a partir de 1 de janeiro, a introdução da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, implicará mudanças significativas à contabilidade relativa à imparidade, e avaliação de perdas de crédito esperadas, que iremos discutir mais adiante, juntamente com outras políticas contabilísticas relevantes nas páginas 241 a 246 do Relatório Anual Barclays PLC 2017.

O nosso ambiente operacional continua ser influenciado pelas rápidas mudanças tecnológicas, afetando substancialmente as expetativas e comportamentos do cliente, e conduzindo à revisão contínua dos modelos operacionais bancários estabelecidos. Estamos a investir no sentido de colocar o nosso negócio na vanguarda deste ambiente em evolução. A nova tecnologia tem transformado o modo como os clientes interagem com os seus bancos, e continua a incentivar novos participantes no mercado. Esperamos ver estas tendências a acelerar em 2018, com a implementação da Segunda Diretiva de Serviços de Pagamento (“PSD2”) e da Banca Aberta, que terá um impacto profundo no panorama bancário, permitindo aos clientes decidir se permitem o acesso de terceiros aos seus dados. O Barclays apoia em pleno as oportunidades que a Banca Aberta traz para quem concebe as suas propostas e experiências colocando os clientes em primeiro lugar. No entanto, estamos cientes das potenciais preocupações dos clientes em relação à segurança dos dados e continuamos a trabalhar arduamente de forma a garanti-la.

Os clientes do nosso Banco Corporativo e de Investimento esperam uma melhoria nas capacidades eletrónicas, bem como mais transparência, através da Diretiva de Mercados de Instrumentos Financeiros e do Regulamento de Instrumentos Financeiros (coletivamente referidos como MiFID II), no âmbito dos seus ambientes operacionais. Por exemplo,os progressos recentes na automação de transações continuam a transformar o panorama através da implementação e experimentação de soluções que se baseiam em aprendizagem automática, processamento de linguagem natural e análise preditiva.

Para mais informações sobre as alterações na Supervisão e Regulamentação do Grupo, consulte a página 197 dos Relatório Anual Barclays PLC 2017.

Continuamos a investir nas nossas capacidades digitais e móveis para responder a estas alterações rápidas, mantendo um foco contínuo nos riscos levantados pela fraude e pela engenharia social, e na importância da defesa da rede, risco virtual, segurança informática e na gestão adequada dos nosso ambientes mais valiosos e utilizadores com risco elevado face à ameaça crescente de ataques virtuais. Em 2017, lançámos a #digisafe, uma campanha com a participação dos consumidores em todo o RU, ajudando as pessoas a saberem os riscos que existem no mundo digital e como se manterem seguras online.

Em 2017, registaram-se mais atividades com o objetivo de sensibilizar o setor financeiro para as potenciais implicações financeiras, operacionais e estratégicas das alterações climáticas. O reconhecimento das implicações comerciais, regulamentares e para a reputação têm alterado a forma como as empresas abordam a questão das alterações climáticas. No Barclays, queremos facilitar o acesso dos nossos parceiros a financiamento que coloque os princípios ecológicos em primeiro lugar. Para um exemplo da forma como estamos a colocar em prática os nossos princípios, consulte o Estudo de Caso abaixo.

Acontecimentos no ambiente externo trazem tanto oportunidades como riscos. Sem uma gestão de risco ativa para abordar fatores externas, os nossos objetivos a longo prazo podem ser afetados negativamente.

A nossa abordagem à gestão de risco e aos riscos substanciais existentes ou emergentes para o desempenho futuro do Grupo estão definidos na Análise de Risco na página 121 do Relatório Anual Barclays PLC.

Obrigações ecológicas

As obrigações ecológicas do Barclays são um de vários produtos ecológicos inovadores, lançados em 2017, que reforçam o apoio e a participação do Barclays na transição rumo a uma economia global sustentável e com baixa emissão de carbono, no seguimento da publicação do Quadro de Obrigações Ecológicas do Barclays em setembro de 2017.

Em novembro de 2017, o Barclays emitiu e cotou com sucesso obrigações ecológicas no valor de 500M€. Foi um marco para o mercado do RU, tendo sido as primeiras obrigações ecológicas emitidas por um banco utilizando ativos britânicos.

As obrigações ecológicas são obrigações de rendimento fixo, concebidas para obter financiamento para ativos que tenham um efeito ambiental positivo e benefícios climatéricos. Os rendimentos das obrigações ecológicas do Barclays foram atribuídas ao financiamento ou refinanciamento de hipotecas residenciais do Barclays em habitações ecológicas em Inglaterra e no País de Gales.

O Barclays adere aos Princípios das Obrigações Ecológicas e é líder na gestão de emissões de obrigações ecológicas transversais a várias jurisdições, emitentes e moedas dentro do nosso banco de investimento. O Barclays permanece totalmente empenhado em contribuir para o crescimento do mercado de obrigações ecológicas, e comprometeu-se com uma meta de investimento em obrigações ecológicas de 2mM£ na sua Carteira de Liquidez.

A nossa estrutura aperfeiçoada fortalece o nosso modelo de negócio...

Em 2017, o Barclays fez progressos significativos na reorganização dos negócios, de forma a permitir um maior foco nos nossos pontos fortes enquanto banco transatlântico grossista e de consumo com um alcance global.

As estratégias do Barclays PLC e do Barclays Bank PLC permaneceram alinhadas ao longo de 2017. De forma a preparar os requisitos de delimitação no RU, o Grupo reorganizou a estrutura de entidades jurídicas em duas divisões claramente definidas – Barclays UK e Barclays International – apoiadas pela Empresa de Serviços do Grupo, a Barclays Services Limited, que foi estabelecida em setembro de 2017 dentro do Barclays PLC. Para implementar a delimitação no RU, planeada para abril de 2018, o Barclays Bank PLC irá transferir ativos e passivos da divisão Barclays UK para o banco delimitado, Barclays Bank UK PLC. O investimento do Barclays Bank PLC no Barclays Bank UK PLC será transferida do Grupo Barclays Bank PLC para o Barclays PLC. Os restantes negócios do Barclays Bank PLC serão compostos pela divisão Barclays International, bem como funções da sede e de tesouraria. O Barclays Bank PLC e o Barclays Bank UK PLC irão funcionar paralelamente, mas de modo independente entre si, dentro do Grupo Barclays do Barclays PLC. Desde setembro de 2017, o Barclays Services Limited fornece serviços a ambas estas entidades, sendo os custos cobrados tanto ao Barclays UK como ao Barclays Bank PLC. Para um panorama geral das alterações, da estrutura do grupo resultante e do calendário, consulte a página 134. Também publicámos demonstrações financeiras pro forma, ilustrativas e não-auditadas, para 2017, de uma perspetiva pós-delimitação, tanto para o Barclays Bank UK PLC, como para o Barclays Bank PLC. Consulte **home.barclays.com/annualreport**

No seguimento da implementação do banco delimitado no RU, espera-se que a estratégia do Barclays Bank PLC esteja alinhada com a estratégia do Barclays International e que esta, por sua vez, continue a ser definida dentro do contexto da estratégia global do Grupo Barclays. Contudo, visto que os negócios, ativos e passivos do Barclays UK já não pertencerão ao Barclays Bank PLC, estima-se que as métricas financeiras do Barclays Bank PLC serão diferentes das métricas gerais do Grupo Barclays. Assim, ao longo de 2018, o Barclays Bank PLC espera desenvolver as suas próprias métricas de desempenho, que espelhem as alterações trazidas pela delimitação no RU. Embora estas métricas de desempenho financeiro possam divergir das que o Grupo adota atualmente, serão determinadas dentro dos parâmetros da estratégia global do Grupo e devem ser definidas de modo consistente com o nosso objetivo constante de contribuir para a criação de retornos sustentáveis a longo prazo para os acionistas do Barclays PLC.

Em março de 2016, anunciámos o nosso intuito de operar através de duas principais divisões empresariais: Barclays UK e Barclays International. Além de acelerar a implementação da nossa estratégia, esta mudança ajudou a que o Barclays conseguisse cumprir os requisitos dos reguladores britânicos relativos à delimitação.A delimitação de serviços bancários essenciais é uma das reformas introduzidas pelo governo britânico para fortalecer o sistema financeiro do RU após a crise financeira que começou em 2007. Requer que os grandes bancos britânicos, incluindo o Barclays, separem certas pequenas atividades e produtos de retalho e banca corporativa, como contas poupança, contas correntes e pagamentos das atividades mais complexas de banca de investimento e grossista, bem como certas atividades fora do Reino Unido e do EEE. Esta separação deve ser concluída até 1 de janeiro de 2019.

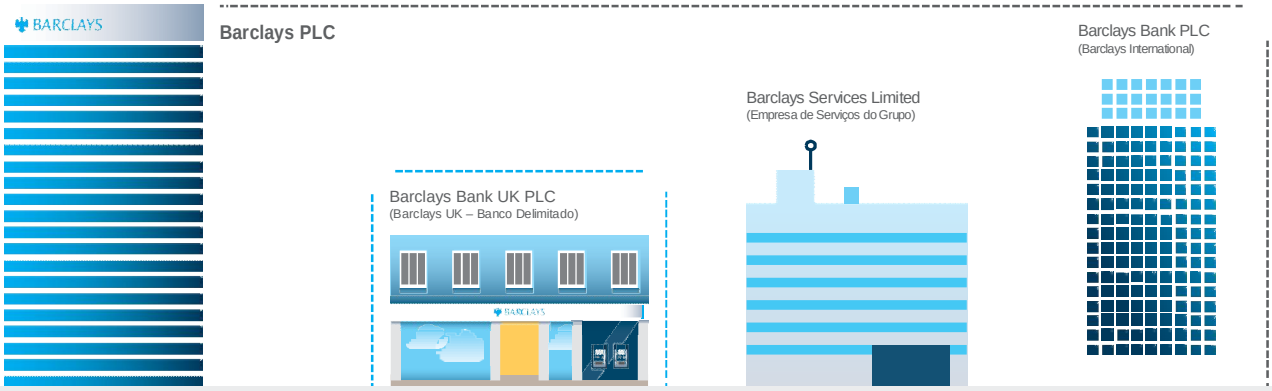
Tanto o Barclays UK como o Barclays International operam atualmente dentro da entidade Barclays Bank PLC. O Barclays UK oferece produtos e serviços do quotidiano para clientes de retalho e de consumo, e para médias empresas baseadas no RU, enquanto o Barclays International oferece produtos e serviços concebidos para clientes de maior dimensão, empresariais, grossistas e bancários internacionais. Na primeira metade de 2018 iremos separar formalmente a divisão Barclays UK numa nova entidade legal – Barclays Bank UK PLC – que se tornará o nosso banco delimitado no RU, sujeito a aprovações jurídicas e regulamentares.

Os produtos e serviços concebidos para os nosso clientes corporativos, grossistas e bancários internacionais e de maior dimensão continuarão a ser fornecidos pelo Barclays International, englobado no Barclays Bank PLC. O Barclays Bank UK PLC e o Barclays Bank PLC irão funcionar de modo paralelo, mas independente entre si, dentro do Grupo Barclays, incluídos na entidade cotada Barclays PLC.

Em setembro de 2017, para preparar a separação dos negócios do Barclays UK para uma entidade jurídica à parte, criámos a Empresa de Serviços do Grupo, o Barclays Services Limited, como subsidiária do Barclays PLC. A Empresa de Serviços do Grupo prestará serviços essenciais de infraestrutura a empresas do Grupo Barclays e reforçará a continuidade operacional das nossas unidades empresariais, facilitando a execução de planos de recuperação e resolução em caso de dificuldade financeira. Será também um centro de excelência para serviços necessários ao negócio, tais como gestão de fraude e segurança virtual, reduzindo a duplicação e promovendo as melhores práticas em todas as nossas empresas.

A nova estrutura organizacional, ilustrada abaixo, vem aproximar mais as empresas complementares; cria um maior foco nas nossas propostas e ofertas para o cliente em todos os setores-alvo; e, através da criação da nova Empresa de Serviços do Grupo, estabelece um centro de serviços de excelência que irá promover a eficiência e aumentar a resiliência do Grupo.

Para mais informações sobre a Reforma Estrutural, consulte a página 204 do Relatório Anual Barclays PLC 2017. As informações financeiras ilustrativas e não-auditadas para o Barclays Bank UK PLC e o Barclays Bank PLC estão disponíveis em **home.barclays.com/annualreport**



...e criamos valor para os nossos parceiros, com benefícios económicos para a sociedade

O Grupo Barclays PLC opera através de duas divisões claramente definidas – Barclays UK e Barclays International – com um modelo de negócios diversificado que acreditamos ser uma ajuda para a melhoria da nossa resiliência perante alterações no ambiente externo.

O nosso modelo de negócio está alinhado com a nossa estratégia de banco transatlântico, diversificado e líder, com um alcance global.

Leia mais acerca da nossa estratégia nas páginas 10 a 11.

Para mais informações sobre as nossas divisões, consulte: Barclays UK – páginas 23 a 28 e Barclays International – páginas 29 a 34

Baseamo-nos no seguinte para apoiar as nossas actividades e criar valor para os nosso parceiros:

- a força e a reputação da nossa marca – a servir clientes há mais de 325 anos
- um balanço forte, diversificado e com bastantes fundos
- relações com os clientes baseadas na confiança
- um historial de sucesso na inovação para os clientes
- o nosso foco geográfico: firmemente ancorado nos dois centros financeiros de Londres e Nova Iorque, com um alcance global
- as competências e experiência dos nossos colaboradores e os valores partilhados que orientam a forma como trabalhamos e agimos

As competências e a confiança que temos nos nossos colaboradores ajuda-nos, através de várias iniciativas, a aumentar o conhecimento financeiro

Temos o objetivo de fornecer serviços de alto nível de forma a ajudar os clientes a criar, aumentar e proteger património de modo sustentável:

Os clientes do Barclays incluem: indivíduos, pequenas e médias empresas, grandes empresas e multinacionais, instituições financeiras e bancos, investidores institucionais, fundos, instituições governamentais e governos

Oferecemos:

- um local seguro para poupar, investir e gerir dinheiro e pagamentos
- capacidades tecnológicas e digitais inovadoras
- financiamento para compras e crescimento
- gestão de riscos de negócios e financeiros
- apoio financeiro e empresarial

Os nossos serviços empresariais são customizados para apoiar PMEs e empreendedores, gerando património

Apoiamos os nossos parceiros através de um negócio comercialmente positivo, que gera resultados sustentáveis a longo prazo:

- os nossos serviços geram receitas através de rendimentos de juros e de outros rendimentos, incluindo honorários e comissões, assim como redimentos comerciais e de investimento referentes às nossas atividades grossistas
- somos uma grande instituição financeira e oferecemos diversificação por área de negócio, geografia e cliente
- almejamos captar os benefícios da diversificação através do fomento de sinergias transversais a todo o grupo

O cumprimento das exigências de investimento sustentável dos nossos clientes promove o valor sustentável

Temos como objetivo proporcionar abrangente através da forma como negociamos, incluindo:

- um serviço superior que permita aos nossos clientes atingir as suas ambições
- carreiras estimulantes e gratificantes para os nossos colaboradores, dentro de uma organização orientada por valores
- retornos sustentáveis a longo prazo para os nossos investidores
- colaboramos com reguladores de forma a conseguirmos minimizar o risco na indústria e proporcionar um panorama bancário mais sustentável a longo prazo
- emprego e crescimento nas economias em que operamos
- envolvimento com governos e com a sociedade em geral para abordar problemas e necessidades sociais

A inovação através dos nossos produtos e serviços ajuda a aumentar o acesso a financiamento e gera retornos e dividendos

Estabelecemos o Barclays como banco transatlântico, líder e diversificado, com um alcance global...

Como banco transatlântico, líder e diversificado com um alcance global, o nosso objetivo é apoiar os nossos parceiros com uma empresa de sucesso comercial, que gera retornos sustentáveis a longo prazo.

Demonstramos a nossa estratégia através de várias medidas financeiras e não-financeiras.

Para mais informação sobre as nossas medidas financeiras e não-financeiras, consulte as páginas 15 a 22.

Construir com base nos nossos alicerces

A estratégia do Grupo Barclays PLC passa por desenvolver o nosso ponto forte como banco de consumo transatlântico, ancorado nos nossos dois mercados domésticos com alcance global – RU e EUA. As nossas duas divisões claramente identificadas, Barclays UK e Barclays International, trazem diversificação ao nosso modelo de negócio. Julgamos que, ao juntar negócios de consumo com negócios grossistas e ao conseguir uma diversificação geográfica, oferecemos vantagens reais tanto ao Grupo como aos investidores, e ajudamos a contribuir para a garantia de retornos superiores e mais consistentes ao longo do ciclo de negócios. A execução eficaz da nossa estratégia de diversificação deverá reduzir a volatilidade de rendimentos e ganhos, gerar maiores retornos ao longo do ciclo e melhorar a resiliência do Grupo em geral.

Em conformidade com o objetivo de garantir valor sustentável a longo prazo para os nossos parceiros, continuamos a seguir a nossa Ambição de Crescimento Conjunto – a nossa abordagem à cidadania e sustentabilidade. O objetivo é tomar decisões e fazer negócios que proporcionem o acesso a um futuro próspero aos nossos clientes e às comunidades que servimos.

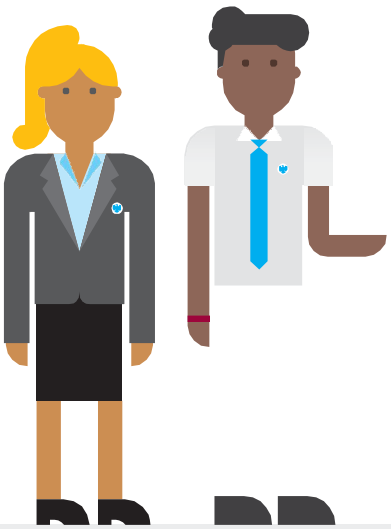
Para mais informações acerca da nossa Ambição de Crescimento Conjunto, consulte as nossas métricas de desempenho na página 21.

Conclusão da reestruturação anunciada em março de 2016

Em 2017, concluímos com sucesso duas das componentes chave das nossas prioridades estratégicas, que anunciámos em março de 2016:

- Em 2017 concluímos a venda parcial da nossa participação no Barclays Africa Group Limited (BAGL), o que resultou numa situação contabilística desconsolidada minoritária, com uma participação residual de 14,9% no BAGL
- No dia 1 de julho, encerrámos o Barclays Non-Core, seis meses antes do prazo previsto. Este encerramento representou um ponto de viragem para a implementação da estratégia do Grupo

Estas ações contribuíram significativamente para a simplificação do Grupo, ajudando a reduzir o arrasto na rentabilidade do Grupo e estabelecendo as bases para que o Barclays possa promover retornos sustentáveis nos seus negócios.



Construir o Barclays do futuro

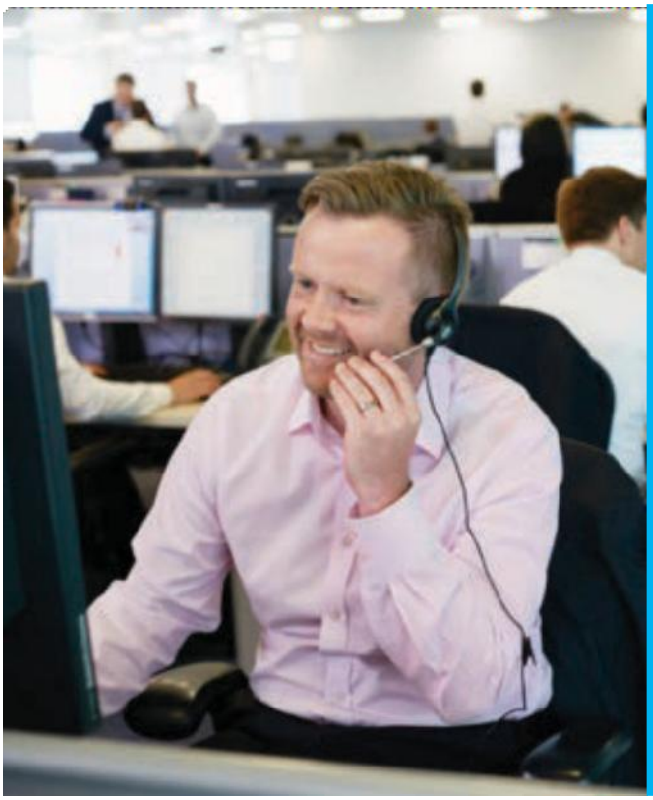
Atualmente, estamos focados na construção do Barclays do futuro, operando sobretudo através do Barclays UK, Barclays International e apoiado pela nova Empresa de Serviços do Grupo. Estamos totalmente empenhados no nosso modelo de banco diversificado, e continuaremos a ser uma instituição financeira diversificada que fornece os melhores produtos e serviços disponíveis aos nossos clientes, reforçados por operações de classe mundial. Acreditamos que o Grupo e as suas entidades estão em boa posição para garantir o crescimento futuro e retornos adequados para os acionistas.

> Continuaremos a ser uma instituição financeira diversificada que fornece os melhores produtos e serviços disponíveis aos nossos clientes.

Continuamos a investir nas nossas capacidades tecnológicas e digitais, de forma a facilitar a execução da nossa estratégia. Este facto é particularmente relevante no Barclays UK, onde já possuímos uma oferta digital forte, o Barclays Mobile Banking. Temos uma estratégia clara para fazer uso da tecnologia para obter relações mais profundas e substanciais com os clientes, transformando o modo como interagimos com os mesmos, potenciamos as análises de dados e aproveitamos as oportunidades apresentadas pela Banca Aberta. A oferta de um modelo centrado no cliente faz parte da essência da estratégia do Barclays UK.

O Barclays International continuará a focar-se nos mercados e serviços em que temos uma vantagem competitiva, aplicando capital onde virmos a oportunidade mais atrativa de gerar retornos ponderados pelo risco, e investindo onde virmos uma oportunidade para expandir a nossa quota de mercado. Vemos a tecnologia como um facilitador significativo para a nossa estratégia nos negócios da banca de investimento, sobretudo na área de negócios dos Mercados, e continuaremos a investir nessa área, ao mesmo tempo que recrutamos os melhores talentos e construímos o Barclays do futuro. Em julho de 2017, anunciámos que pretendemos utilizar o Barclays Bank Ireland, um banco subsidiário existente e licenciado pela UE, para continuar a atividade europeia, após a saída do Reino Unido da UE.

Apesar da incerteza em torno da resultado final das negociações entre o RU e a UE, o nosso plano guia-se pela intenção estratégica de preservar o acesso ao mercado da UE para o Barclays e para os nossos clientes, com um serviço contínuo sem interrupções.



Centros de contacto – a criar uma experiência fluida para o cliente do início ao fim num ambiente omnicanal

Acreditamos que a Empresa de Serviços do Grupo irá permitir a prestação de serviços de classe mundial aos nossos clientes, promovendo ganhos de eficiência.

As nossas equipas dos centros de contacto globais, inseridos no Barclays UK e no Barclays International, atendem mais de 60 milhões de chamadas por ano, em várias geografias e áreas de negócios. Os nossos colaboradores são cruciais para a experiência dos nossos clientes. Através da criação da Empresa de Serviços do Grupo, temos uma plataforma única que traz oportunidades transversais às nossas ofertas conjuntas de tecnologia e colaboradores, continuando assim a transformação da experiência dos clientes do Barclays UK e Barclays International.

No passado, a tecnologia de apoio aos nossos centros de contacto era muito fragmentada, e operávamos com processos diferentes, tendo cada unidade empresarial o seu próprio centro de contacto, fazendo com que existissem mais de 30 centros de contacto em locais diferentes, utilizando mais de 100 aplicações tecnológicas personalizadas. Através da criação da Empresa de Serviços do Grupo, pretendemos otimizar o nosso património tecnológico, identificando sinergias que sustentem uma experiência de classe mundial para os clientes e colaboradores.

Continuaremos também a evoluir o modo como interagimos com os clientes através de um ambiente integrado omnicanal, permitindo aos clientes interagir com o Barclays pelo canal que preferirem.

Mediante o potenciamento da nossa diversificação empresarial e geográfica, vemos uma oportunidade significativa para desenvolver as nossas capacidades para pagamentos em todo o Grupo. Ambicionamos potenciar a nossa vasta experiência e especialização desenvolvida através da nossa posição de liderança no RU, de forma a aumentar a nossa quota de mercado nos EUA na área Business to Business (B2B). Continuaremos a investir nas nossas capacidades de pagamentos comerciais, de forma a corresponder à evolução das necessidades dos clientes, potenciando soluções inovadoras e os nossos ativos de dados. Do lado do consumidor, estamos a melhorar as nossas soluções móveis de pagamento no RU e nos EUA. Vemos uma oportunidade para cimentar a nossa posição como o 9.º maior emissor de cartões de crédito por contas a receber, uma vez que o nosso modelo de parceria pretendido promove um crescimento contínuo. Estamos também a investir na nossa oferta de banca de consumo nos EUA – uma oferta de banca digital em crescimento, de marca própria e focada em corretagem.

A nossa execução estratégica enquanto banco diversificado foi fortalecida pelo lançamento da Empresa de Serviços do Grupo. A Empresa de Serviços do Grupo veio alterar a forma como o Barclays opera, permitindo a prestação de serviços de classe mundial mediante um modelo operacional global normalizado. Acreditamos que a Empresa de Serviços do Grupo nos permitirá extrair sinergias de custos entre o Grupo, através de processos mais simples, melhores controlos, uma prestação de serviços mais coordenada e uma gestão mais eficaz do investimento em tecnologia e processos. A Empresa de Serviços do Grupo é uma componente chave do modelo operacional do Barclays.

Acreditamos que a Empresa de Serviços do Grupo nos permitirá extrair sinergias de custos entre o Grupo.

Continuamos focados em resolver as questões regulamentares, litigiosas e de conduta passada, e em melhorar os controlos

Ambicionamos ser um dos bancos mais respeitados e com melhor imagem no mundo.Trabalhamos arduamente para resolver as questões passadas pendentes atempadamente e de forma adequada, continuando a fortalecer o nosso ambiente de controlo. Os clientes são a nossa principal prioridade e todos os nossos esforços vão no sentido de fortalecer a sua confiança, bem como a da sociedade em geral.

...com uma estrutura e governação que nos permitem gerir o risco...

O Barclays está exposto a riscos externos nas nossas atividades contínuas. Estes riscos são geridos no âmbito do nosso modelo de negócio.

As recentes alterações à estrutura do banco como preparação para a delimitação, juntamente com o encerramento do Non-Core e a venda parcial da participação no BAGL, implicam que o nosso rumo estratégico seja ainda mais claro. Os riscos que tomamos na execução desta estratégia estão agora igualmente bem definidos.

Quadro de Gestão de Risco Empresarial

No Barclays, os riscos são identificados e geridos na empresa através do Quadro de Gestão de Risco Empresarial (ERMF) que auxilia o CEO e o Diretor de Risco a implementar uma gestão de risco eficaz e uma forte cultura de risco.

> Ao aplicar limites de mandatos e de escala, podemos permitir e controlar atividades específicas.

O ERMF especifica os Principais Riscos do Grupo e a abordagem para a sua gestão.

Apetência pelo risco

A Apetência pelo Risco define o nível de risco que estamos dispostos a tomar nos diferentes tipos de risco, tendo em consideração níveis variáveis de esforço financeiro. A Apetência pelo Risco é fundamental para o nosso processo de tomada de decisão, incluindo o planeamento de negócios, fusões e aquisições, aprovação de novos produtos e iniciativas de mudanças empresariais. Ao aplicar limites de mandatos e de escala nas várias entidades jurídicas e empresas, podemos permitir e controlar atividades específicas.

A gestão de risco está implementada em cada nível das empresas, sendo todos os colaboradores responsáveis pela compreensão e gestão dos riscos. Este objetivo é cumprido através da especificação de responsabilidades segundo as “Três Linhas de Defesa”. Cada linha de defesa é supervisionada pela seguinte, criando um quadro forte assente na conceção, implementação, remediação, monitorização e testes, com independência e uma governação robusta.

Três Linhas de Defesa

A Primeira Linha de Defesa consista nas áreas orientadas para o cliente e para a criação de receitas, juntamente com as funções de apoio associadas. A Primeira Linha identifica os riscos, define as políticas, padrões e controlos, dentro dos critérios definidos pela Segunda Linha de Defesa.

A Segunda Linha de Defesa consiste nos colaboradores da área de Risco e Cumprimento, e supervisiona a Primeira Linha, definindo limites, regras e restrições, conforme o Apetência pelo Risco da empresa.

A Terceira Linha de defesa consiste nos colaboradores da Auditoria Interna, que fornecem uma garantia independente ao Conselho de Administração e à Gerência Executiva.

O departamento Jurídico não está incluído em nenhuma das três linhas, mas apoia todas elas, desempenhando o seu papel na supervisão do Risco Jurídico. No entanto, o Departamento Jurídico está sujeito à supervisão da equipa de Risco e Cumprimento, no que diz respeito aos riscos operacionais e de conduta.

Juntamente com o processo de Governação através de Comités de Risco ao nível do Grupo e de cada Empresa, bem como fóruns ao nível do Conselho, o Conselho principal do Barclays recebe regularmente informações a respeito do perfil de risco do Grupo e, em última instância, é responsável pela apetência pelo risco e pelos planos de capital.

Gestão de risco pós-delimitação

Não existem alterações significativas no ERMF proposto no seguimento da delimitação. No entanto, os Conselhos de Administração do Barclays Bank UK PLC e do Barclays Bank PLC irão aprovar e implementar o ERMF ao nível da entidade, sem quaisquer requisitos específicos da entidade jurídica documentada no ERMF. Os princípios de gestão de risco que abrangem todo o Grupo irão governar tanto o Barclays Bank UK PLC como o Barclays Bank PLC, bem como os seus próprios processos de governação ao nível de cada entidade jurídica no que diz respeito aos planos de gestão de risco, capital e liquidez.

Julgamos que a nossa estrutura e governação nos permitirão gerir o risco face às alterações no ambiente económico, político e de mercado.

Os Riscos Principais são monitorizados por um departamento dedicado da Segunda Linha

Os riscos são classificados como Riscos de Capital, conforme indicado em baixo		Como os riscos são geridos
Risco de Crédito	O risco de perda para a empresa motivado por falhas de clientes, ou contrapartes, incluindo entidades governamentais, no cumprimento das suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento atempado e completo de empréstimos, juros, garantias e outras contas a receber.	As equipas de gestão do risco de crédito estabelecem a Apetência pelo Risco, monitorizando o Risco face aos limites e ajudando a geri-lo ao longo do ciclo de crédito.
Risco de Mercado	O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivadas da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, sem caráter limitativo, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, *spreads* de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.	De forma a identificar as exposições ao risco de mercado, usamos um leque de abordagens complementares para avaliar o risco de mercado, incluindo medidas específicas regulamentares e de gestão. Estas abordagens são supervisionadas e geridas pelas equipas dedicadas à gestão de risco de mercado, que colaboram com as empresas para debater o perfil de risco regularmente.
Risco de Capital e Tesouraria	Risco de liquidez: O risco de que a empresa não consiga cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou não disponha do montante, teor e composição adequados de financiamento e liquidez para suportar os seus ativos. Risco de Capital: O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui o risco dos planos de pensões da empresa. Risco da Taxa de Juro na Carteira Bancária: O risco de que a empresa esteja exposta a uma volatilidade de capital ou de rendimento devido a uma discrepância entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).	O risco de capital e tesouraria é gerido e monitorizado através de um vasto leque de atividades, incluindo: gestão de limites em várias exposições patrimoniais e extrapatrimoniais; monitorização dos indicadores de mercado para detetar indícios iniciais de risco de liquidez; planeamento de recuperação; testes de esforço internos ao nível do Grupo; gestão de risco de câmbio e de pensão; e utiliza diversas análises de métricas e sensibilidade para medir o risco de mercado não-transacionado.
Risco Operacional	O risco de perda para a empresa resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos, ou devido a incidentes externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.	O Grupo avalia o seu risco operacional e ambiente de controlo transversal a todas as empresas e departamentos, com o intuito de manter um nível aceitável de risco residual.
Risco de Modelo	O risco das possíveis consequências adversas de avaliações financeiras ou de decisões baseadas em relatórios ou informações incorretas ou mal interpretadas.	Os modelos são validados e aprovados continuamente após a respetiva implementação.
Risco de Reputação	O risco de que uma ação, transação, investimento ou evento reduza a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, colaboradores ou do público.	O risco de reputação é gerido através da manutenção de uma cultura de controlo dentro do Barclays, com o objetivo de agir com integridade, permitindo que sejam estabelecidas relações fortes de confiança com os clientes, colaboradores e com a sociedade em geral.
Risco de Conduta	O risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays através do fornecimento indevido de serviços financeiros, incluindo casos de conduta indevida intencional ou negligente.	Todos os colaboradores são responsáveis pela gestão e minimização do risco de conduta. O departamento de Cumprimento define padrões mínimos necessários e procede à fiscalização para se assegurar de que estes riscos são geridos de forma eficiente ou reencaminhados quando for apropriado.
Risco Jurídico	O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa para cumprir as suas obrigações jurídicas, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.	O Grupo leva a cabo diversas atividades num mercado global altamente regulado e portanto exposto a riscos jurídicos relacionados com a conduta adotada nos seus negócios. O Conselho Geral do Grupo e o departamento jurídico ajudam os colaboradores a minimizar o risco jurídico.

...e ajuda-nos a focarmo-nos nas alterações climáticas

As alterações climáticas e a escassez de recursos são reconhecidos como dois dos maiores desafios que a sociedade enfrenta hoje em dia. Como instituição global, apoiamos os nossos clientes e comunidades que adotam medidas para minimizar ou se adaptarem às alterações climáticas, tais como tecnologias não poluentes e resiliência da infraestrutura.

Reconhecemos a validade da ciência climática e apoiamos os esforços do público e dos parceiros privados por todo o mundo no sentido de restringir o aumento da temperatura global a dois graus Celsius acima dos níveis pré-industriais.

O Barclays participou na Equipa de Intervenção de Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD) do Conselho de Estabilidade Financeira, que publicou as suas recomendações finais em junho de 2017. O Barclays aprovou o relatório final e irá empenhar-se para implementar as recomendações nos próximos anos.

Os princípios estabelecidos nas TCFD são um passo importante para construir a base sobre a qual as empresas, investidores, bancos e outros intervenientes do mercado podem progredir em conjunto de forma a melhorar a transparência e desenvolver a compreensão dos potenciais riscos e oportunidades relacionados com o clima.

Este é o início de um processo a longo prazo para melhorar as divulgações e o conhecimento dos potenciais impactos financeiros substanciais.

Este é o início de um processo a longo prazo para melhorar as divulgações e o conhecimento dos potenciais impactos financeiros substanciais.

Governação

Em nome do Conselho de Administração, o Comité de Reputação do Conselho revê e aprova a estratégia Ambiental, Social e de Governação (ESG), que inclui a abordagem adotada no que diz respeito às alterações climáticas e às metas de emissões. O Comité discutiu o resultado de uma avaliação externa ao cumprimento do Barclays no que toca às recomendações em 2017. O relatório do Comité de Reputação do Conselho pode ser consultado nas páginas 69 a 74 do Relatório Anual Barclays PLC 2017.

Estratégia

Os requisitos de financiamento relevantes para a transição energética e infraestrutura resiliente irão requerer acesso a mercados de capital, dívida bancária e soluções de financiamento mais amplas, que ofereçam *pools* de receitas com previsão de crescimento. A nossa abordagem passa pelo foco na gestão de potenciais riscos relacionados com as alterações climáticas ao nível de cada cliente e transação, avaliando as oportunidades existentes ou emergentes dentro da nossa gama de produtos e área geográfica.

A curto prazo, o Barclays encontra oportunidades imediatas nas Obrigações Ecológicas e noutras soluções de financiamento. Gerimos de forma ativa a nossa pegada de carbono direta, e temos feito progresso rumo à nossa meta de 30% de redução até ao fim de 2018, face ao valor de referência de 2015, reduzindo em 26,1% as emissões em 2017.

Riscos e Oportunidades na Gestão Climática

Através de uma equipa dedicada à Gestão de Risco Ambiental no Departamento de Risco de Crédito, estamos focados na gestão tanto de riscos físicos – por exemplo o risco de inundação da nossa carteira de hipotecas no RU – como de potenciais riscos transacionais se as indústrias dependentes de carbono não planearam estrategicamente a transição a longo prazo para uma economia de baixo carbono.

Em 2017, aumentámos significativamente o nosso foco no desenvolvimento de novas oportunidades climáticas, incluindo o lançamento de uma gama de Produtos Ecológicos líderes na indústria, impulsionada pelo Conselho de Banca Ecológica, e a emissão inaugural de Obrigações Ecológicas do Barclays. O estudo de caso das Obrigações Ecológicas pode ser consultado na página 7.

Para mais informações, consulte o Relatório ESG 2017, disponível em **home.barclays/annualreport**

Uma abordagem holística à avaliação do sucesso

A nossa abordagem reflete a forma como a gerência acompanha o desempenho do Grupo, permite uma avaliação holística e estabelece o nosso progresso rumo aos objetivos estratégicos da organização.

Ao incorporar um vasto leque de medidas financeiras e não-financeiras, o nosso âmbito centra-se na obtenção de resultados positivos e sustentáveis para o nosso conjunto diverso de parceiros, influenciado os resultados em termos de incentivos para os colaboradores do Barclays.

Pode saber mais acerca do nosso quadro de remuneração nas páginas 93 a 116 do Relatório de Remuneração, incluído no Relatório Anual Barclays PLC 2017.

No seguimento da implementação do banco delimitado no RU, espera-se a estratégia do Barclays Bank PLC esteja alinhada com a estratégia do Barclays International, e que esta, por sua vez, continue a ser definida no âmbito da estratégia global do Grupo Barclays. Contudo, visto que os negócios, ativos e passivos do Barclays UK já não pertencerão ao Barclays Bank PLC, prevê-se que as métricas financeiras do Barclays Bank PLC serão diferentes das métricas gerais do Grupo Barclays. Assim, ao longo de 2018, o Barclays Bank PLC espera desenvolver as suas próprias métricas de desempenho, que espelhem as alterações trazidas pela delimitação no RU. Embora estas métricas de desempenho financeiro possam divergir das que o Grupo adota atualmente, serão determinadas dentro dos parâmetros da estratégia global do Grupo e devem ser definidas de modo consistente com o nosso objetivo constante de contribuir para a criação de retornos sustentáveis a longo prazo para os acionistas do Barclays PLC.

Abordagem e governação: Avaliação de Desempenho

No Relatório Anual de 2016, introduzimos o nosso quadro reformulado de avaliação de desempenho, para avaliar o progresso da nossa estratégia nos vários grupos de parceiros. O quadro reflete uma mistura equilibrada entre métricas chave de desempenho financeiro e medidas estratégias não-financeiras mais amplas.

Métricas de desempenho financeiro

As métricas financeiras estão alinhadas com as metas financeiras do Grupo Barclays, atualizadas no T3 17, e são divulgadas trimestralmente nos nossos resultados financeiros. O cumprimento destas metas enquadra-se no nosso objetivo de gerar retornos sustentáveis a longo prazo para os acionistas do Grupo Barclays PLC.

Indicadores de desempenho estratégicos não-financeiros Os indicadores não-financeiros são um elemento importante na forma como avaliamos o progresso na nossa ambição de proporcionar negócios sustentáveis a todos os parceiros. Dedicamos a nossa atenção ao impacto que temos sobre os nossos clientes,

Quadro de Avaliação de Desempenho do Grupo Barclays PLC

Métricas de desempenho financeiro

RoTE do Grupo* >9% em 2019 >10% em 2020

Rácio CET1 150-200 bps acima do nível mínimo regulamentar final

Custos do Grupo 13,6 – 13,9mM£ em 2019** Meta de rácio custo:rendimento abaixo dos 60%

* excluindo litígio e conduta, e com base num rácio CET1 de c.13%
** excluindo litígio e conduta

Medidas estratégicas de desempenho não-financeiro

Para proporcionar resultados positivos aos nossos parceiros

Cliente

- Conquistar a confiança dos nosso clientes, de forma a que nos queiram recomendar a outros
- Inovar com sucesso e desenvolver produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades
- Oferecer produtos e serviços adequados de uma forma acessível, assegurando uma experiência excelente para o cliente

Colaborador

Promover e manter:

- Uma força laboral diversificada e inclusiva, na qual colaboradores de todas as origens são tratados igualmente e têm a oportunidade de serem bem-sucedidos e de atingirem o seu potencial
- Colegas empenhados e motivados
- Um ambiente positivo com base na conduta e em valores

Cidadania

- Tomar decisões e fazer negócios que proporcionem aos nossos clientes, acionistas, colaboradores e às comunidades que servimos o acesso a um futuro próspero, através da nossa Ambição de Crescimento Conjunto
- Gerir de forma proativa os impactos ambientais e sociais dos nossos negócios

Visível na forma como agimos face a todos os nossos colaboradores através da nossa **conduta e cultura**

Uma abordagem holística à avaliação

e colaboradores, e ao benefício que trazemos à sociedade através da nossa atividade de cidadania. Estas medidas baseiam-se no modo como nos comportamos face aos nossos parceiros, através da nossa conduta e cultura. De forma a avaliar o nosso desempenho, calculamos o progresso no proporcionamento de resultados positivos para os nossos parceiros, mediante várias fontes que incluem dashboards internos, relatórios de gestão frequentes e medidas externas, no sentido de fornecer uma avaliação equilibrada do desempenho.

Temos uma série de políticas e diretrizes que podem sustentar os resultados chave para os nossos clientes, colaboradores e a nossa atividade de cidadania. O desempenho face aos indicadores de desempenho não-financeiros espelha a eficácia e os resultados de certos aspetos das políticas e diretrizes. As nossas políticas e diretrizes são atualizadas com regularidade. Para mais detalhes, consulte as secções Clientes, Colaboradores e Cidadania.

Como estamos

Retorno sobre o Capital Tangível

(3,6)% 2016 3,6%

Rácio Common Equity Tier 1 (CET1)

13,3% 2016 12,4%

Rácio Custo:Rendimento

73% 2016 76%

Despesas operacionais*

14,2mM£ 2016 15,0mM£

* excluindo litígio e conduta

Abordagem e governação: Remuneração O desempenho faces às métricas financeiras e indicadores de desempenho estratégicos não-financeiros está diretamente ligado à remuneração executiva, e influencia também de m modo geral os resultados em termos de incentivos para os colaboradores do Barclays. Esta abordagem ajuda-nos a proporcionar resultados positivos para todos os nossos parceiros. Para mais informações, consulte o Relatório de Remuneração nas páginas 93 a 116 do Relatório Anual Barclays PLC 2017.

Métricas de desempenho financeiro

Os resultados chave que pretendemos atingir incluem: Atingir as nossas metas financeiras, enquadradas no nosso objetivo de gerar retornos sustentáveis a longo prazo para os acionistas do Grupo Barclays PLC.

Como avaliamos o sucesso:
As métricas de desempenho financeiro enquadram-se nas metas financeiras do Grupo Barclays PLC, atualizados no T317:

- Retorno Sobre o Capital Tangível (RoTE) do Grupo superior a 9% em 2019 e superior a 10% em 2020, excluindo litígio e conduta e com base num rácio CET1 de c.13%
- Rácio CET1 150-200 bps acima do nível mínimo regulamentar final
- Custos do Grupo, excluindo litígio e conduta, entre 13,6 e 13.9mM£ em 2019, e um rácio custo:rendimento abaixo dos 60%

O RoTE mede a nossa capacidade para gerar retornos aceitáveis para os nossos acionistas. É calculado como lucro depois dos impostos atribuível a acionistas ordinários, incluindo um ajustamento para o crédito fiscal registado nas reservas em relação a outros instrumentos de capital, como uma proporção do capital médio dos acionistas, excluindo participações minoritárias e outros instrumentos de capital ajustados pela dedução de ativos intangíveis e *goodwill*.

Esta medida indica o retorno gerado pela gestão do negócio baseado no capital tangível dos acionistas. Atingir a meta do RoTE demonstra a capacidade da organização para executar a sua estratégia e alinhar os interesses da gerência com os dos acionistas. O RoTE está no cerne das alocações de capital do Grupo e do processo de gestão do desempenho.

O rácio CET1 mede a força do capital e a resiliência do Barclays. O objetivo da gestão de capital do Grupo é de maximizar o valor para os acionistas, gerindo de modo prudente o nível e a diversidade do seu capital. Isto garante que o Grupo e todas as suas subsidiárias estão devidamente capitalizadas em relação aos requisitos mínimos regulamentares e de tensão; e apoia a apetência pelo risco, o crescimento e as opções estratégicas do Grupo, ao mesmo tempo que procura manter uma oferta de crédito robusta para o Grupo e para as suas subsidiárias.

O rácio expressa o capital do Barclays como uma percentagem dos ativos ponderados pelo risco (RWAs), conforme definido pelo PRA, no contexto da Diretiva de Requisitos de Capital IV (CRDIV - uma diretiva da UE que prescreve os requisitos de adequação do capital e as exigências de liquidez), e forma parte do quadro regulamentar que rege a forma como os bancos e instituições depositárias são supervisionados.

O Barclays vê as despesas operacionais como uma área estratégica para os bancos; aqueles que gerem ativamente os custos e que os controlam terão uma grande vantagem competitiva, A reestruturação da base de custos é uma prioridade-chave a ser executada nessa gestão e inclui uma análise de todas as categorias de despesas discricionárias e uma análise de como podemos gerir a atividade empresarial de modo a assegurar que os custos aumentem a uma taxa mais lenta que os rendimentos.

O rácio custo:rendimento mede as despesas operacionais como uma percentagem do rendimento total, e é usado para medir a produtividade das operações empresariais.

Atualização da métrica do RoTE Registou-se um progresso estratégico significativo em 2017, com o encerramento do Non-Core e a venda da nossa participação no Barclays Africa, assinalando a conclusão da nossa reestruturação.

Com o encerramento do Non-Core, já não distinguimos entre Core e Non-Core dentro do Grupo. Assim, a nossa meta de correspondência entre o RoTE do Grupo e o RoTE do Core deixa de existir. A meta do RoTE foi atualizada e reflete o nosso empenho em continuar a executar ao ritmo planeado. Estamos confiantes de que o Barclays irá começar a demonstrar o desempenho económico de que o Grupo é capaz.

Como estamos
Retorno sobre o Capital Tangível
2017 espelhou vários itens excecionais, incluindo perdas relacionadas com a venda do BAGL no valor de 2,5mM£, e uma despesa no valor de 0,9mM£ derivada da reavaliação dos DTAs nos EUA no T417, bem como litígio e conduta no valor de 1,2mM£. Estes itens levaram a um RoTE do Grupo de 3,6% negativo (2016: 3,6% positivo). Excluindo estes itens substanciais, o RoTE do Grupo foi de 5,6%.

Rácio CET1, em total conformidade com a CRD IV
O rácio CET1 do Grupo em total conformidade com a CRD IV cresceu para 13,3% (2016: 12,4%), impulsionado pela descida nos RWAs de 53mM£ para um total de 313mM£, parcialmente contrariada por uma redução de 41mM£ (2016: 45,2mM£) no capital CET1. A melhoria de 90bps deveu-se à geração orgânica de capital através das operações contínuas, ao benefício da consolidação proporcional do BAGL e à alienação do Non-Core, parcialmente contrariados por um movimento adverso nas reservas e pelo impacto líquido da reavaliação dos DTAs nos EUA.

Despesas operacionais e rácio Custo: rendimento As despesas operacionais do Grupo foram de 15,5mM£ (2016: 16,3mM£). Excluindo os custos relacionados com litígios e conduta, o valor passa a ser 14,2mM£ (2016: 15,0mM£), em linha com a diretriz para 2017. A redução das despesas operacionais deveu-se sobretudo à descida nas despesas operacionais relacionados com o Non-Core.

O rácio custo:rendimento do Grupo foi de 73% (2016: 76%).

Para mais informações sobre os resultados do Grupo, consulte a página 47.

Indicadores de desempenho estratégicos não-financeiros

Como estamos: resumo

Avaliamos o progresso rumo à oferta de resultados positivos aos clientes (página 18),colaboradores (página 19) e atividades de cidadania (página 21), tudo isto alicerçado na nossa conduta e cultura.

Áreas de incentivo:
Cliente: Em 2017, continuámos a empenhar-nos em proporcionar uma experiência excelente aos clientes, oferecendo produtos e serviços que vão ao encontro das duas necessidades de um modo adequado e acessível. A nossa avaliação da relação através de Net Promoter Scores (NPS®) foi encorajadora, enquanto a nossa classificação de cliente e indicadores de quota de mercado permaneceram estáveis em muitas das nossas áreas de negócio internacionais, o que julgamos espelhar a relevância da nossa oferta aos cientes. As soluções digitais podem possibilitar uma experiência bancária quotidiana segura e conveniente para os clientes, e julgamos que isso se reflete no aumento de 7% face ao ano anterior no número de clientes do Barclays UK a utilizarem os nossos serviços digitais.

Colaborador: Continuamos empenhados em aumentar a diversidade da nossa força laboral e construir uma cultura inclusiva. Orgulhamo-nos do progresso que fizemos nos pilares multicultural, multigeracional, LGBT e de Deficiências, e continuamos a receber reconhecimento externo pelo nosso trabalho na diversidade e inclusão. Continuamos empenhados no envolvimento positivo da nossa força laboral, e ficamos encorajados pela melhoria de 3% na pontuação do nosso inquérito anual de envolvimento dos colaboradores.

Cidadania: Estamos cientes de que a maioria dos nossos parceiros mais amplos e das comunidades em que operamos tiveram uma boa prestação no que diz respeito ao nosso programa de cidadania, cumprindo os objetivos internos nas seis métricas da nossa Ambição de Crescimento Conjunto.

Áreas de interesse contínuo:
Cliente: A continuação da transformação na experiência dos nossos clientes continua a ser uma prioridade chave para o Barclays, sobretudo porque as expetativas do cliente continuam a evoluir rapidamente. Embora fiquemos motivados pelas reduções no número de reclamações que recebemos em 2017, esta continua a ser uma área de interesse contínuo para a gerência e para o Conselho de Administração.

Colaborador: O nosso empenho em aumentar a representação do sexo feminino em todos níveis do Barclays mantém-se. Embora tenhamos conseguido um aumento na percentagem de mulheres nos cargos de Diretor e Diretor Executivo, reconhecemos que ainda há progresso a fazer no que diz respeito à representação sénior do sexo feminino. Além disso, embora tenhamos feito progresso, reconhecemos que ainda muito a fazer no sentido de reduzir obstáculos à eficiência e permitir que os colaboradores obtenham uma excelente prestação. Continuamos empenhados em promover a cultura adequada em todos os níveis da organização, e em continuar a melhorar a gestão eficaz do Risco de Conduta.

Cidadania: Registámos um bom progresso na oferta de acesso a finanças sustentáveis, e no desenvolvimento de produtos ecológicos. Julgamos existirem mais oportunidades neste campo e estamos a desenvolver diretrizes de sustentabilidade mais amplas e sensíveis para o setor. Continuamos também empenhados na melhoria das divulgações, particularmente no que diz respeito às alterações climáticas, e na melhoria da nossa classificação e pontuação de referência Ambiental , Social e de Governação (ESG), numa base absoluta e relativa.

® Net Promoter, Net Promoter System, Net Promoter Score, NPS e os emoticons relacionados são marcas registadas da Bain & Company, Inc., de Fred Reichheld e da Satmetrix Systems, Inc.

Notas

Cliente

Os resultados chave que esperamos alcançar incluem:

- Conquistar a confiança dos nosso clientes, de forma a que nos queiram recomendar a outros
- Inovar com sucesso e desenvolver produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades
- Oferecer produtos e serviços adequados de uma forma acessível, assegurando uma experiência excelente para o cliente

Como medimos o sucesso

Os indicadores utilizados na nossa avaliação incluem, sem caráter limitativo:

- Net Promoter Scores (NPS)
- Classificações de clientes e quotas de mercado
- Volumes de empréstimos proporcionados a clientes
- Envolvimento digital
- Desempenho de reclamações
- Indicadores de conduta

Como estamos

Áreas de incentivo:

Net Promoter Scores (NPS)[a]

As melhorias na experiência do cliente e na nossa oferta de valor ao cliente, bem como a nossa campanha para informar os clientes acerca dos passos que podem tomar para se protegerem da fraude, contribuíram para que os clientes recomendassem a nossa marca. Os NPS de Relação do Barclays fecharam o ano com uma melhoria nas pontuações de +14 (2016: +10), ao passo que o NPS de Relação da Barclaycard UK permaneceu relativamente inalterado com uma pontuação de +9 (2016:+7). A nossa empresa Barclaycard International manteve uma boa prestação no NPS de Relação, sustentada no foco contínuo nos clientes e nas melhorias nos nossos produtos e experiências digitais.

Classificações de clientes e quotas de mercado

Com o reposicionamento do Banco Corporativo e de Investimento praticamente concluído em 2017, acreditamos que a empresa está em boa posição para satisfazer os nossos clientes nos nossos dois mercados domésticos. O nosso Banco Corporativo e de Investimento ficou em 6.º lugar no ranking por quota de honorários (2016: 5.º) nos mercados do RU e dos EUA, nos campos de fusões e aquisições, mercados de capital de dívida, e transações de empréstimos sindicados, e ficámos extremamente motivados pelo 1.º lugar no ranking no RU (Dealogic). Em 2017, o Barclays ficou em 4.º lugar com base na nossa quota de mercado de Rendimento Fixo Global (Greenwich Associates), tal como acontecera em 2016. 88% dos nossos maiores clientes corporativos no RU consideraram que o serviço que receberam do Barclays foi bom, muito bom ou excelente, o que representa uma descida de 2% face a 2016 (Charterhouse[b]). Também processámos mais de um terço de todos os pagamentos com cartão no RU.

Consulte a secção Consumo, Cartões e Pagamentos na página 33 para mais informações sobre a presença no mercado dos nossos vários negócios internacionais.

Volumes de empréstimos proporcionados a clientes

O Barclays continua a ser um prestador de serviços financeiros importante para empresas britânicas. Concedemos cerca de 66mM£ em empréstimos, o que representa uma descida de 6% face a 2016, à medida que continuámos a exercer um nível elevado de disciplina nas decisões de atribuição de capital, de forma a fortalecer a sustentabilidade a longo prazo dos negócios de todas as partes interessadas. Continuamos a apoiar clientes de PMEs britânicas[c] que procuram cumprir as suas ambições, com novos empréstimos no valor de 2,8mM£ (2016: 2,5mM£). Também prolongámos ou renovámos concessões de hipoteca no valor de cerca de 20mM£ (2016: cerca de 19mM£) a quase 88.000 lares no RU. O nosso negócio de hipotecas continuou a focar-se na melhoria da experiência do cliente, com oito prémios ganhos pelo Barclays em 2017[d].

Envolvimento digital

As soluções digitais podem oferecer uma experiência bancária quotidiana segura e conveniente. Mais de 10 milhões de clientes no RU utilizam os serviços digitais regularmente (2016: quase 9,5M). O Barclays Mobile Banking já foi escolhido por 5,5 milhões de clientes como o seu "banco de bolso" para aceder a serviços chave em qualquer momento e lugar em que seja necessário.

Também temos consciência de que, embora os clientes tenham adotado totalmente os canais digitais, servimos uma vasta base de clientes. Continuamos a colaborar com as comunidades, no sentido de ajudar os clientes a sentirem-se confortáveis no ambiente digital, e também lançámos a nossa campanha de Segurança Digital, que procura sensibilizar e informar os nossos clientes quanto aos riscos levantados pelos crimes virtuais.

Em 2017, os clientes Barclayclard US entraram no nosso website e aplicações móveis mais de 230 milhões de vezes, o que representa um aumento de 12% face a 2016. Dos mais de 8 milhões de clientes Barclaycard US ativos digitalmente, 57% utilizam as aplicações móveis e esperam acesso instantâneo, relevante e seguro às suas necessidades bancárias mais importantes, incluindo gestão de contas, remunerações e pagamentos. Em 2017, continuámos a potenciar ideias e feedback dos consumidores para criar experiências inovadoras para os nossos clientes, como está patente no nosso 3.º lugar na avaliação de Cartões de Crédito de Serviços Bancários Móveis de 2017 da JD Power, e pelo lançamento do nosso primeiro cartão de crédito móvel em associação de marca com a Uber. Pode ler o nosso estudo de caso acerca da Uber na página 34.

Áreas de interesse contínuo:

Desempenho de reclamações

No Barclays UK, continuamos a focar-nos no trajeto dos nossos clientes, com o volume de reclamações subjacentes (Barclays UK, excluindo SPP) a cair 13% face ao ano anterior. Porém, registámos um pequeno aumento nas reclamações relacionadas com o SPP (2% face ao ano anterior), que julgamos dever-se sobretudo ao anúncio do prazo limite por parte da FCA. O volume de reclamações do Barclays UK, incluindo o SPP, diminuiu 7% face ao ano anterior[e]. As reclamações do Barclays International diminuíram 19% face ao ano anterior, devido, sobretudo, a um bom desempenho da empresa Barclaycard US, ao mesmo tempo que continuámos empenhados na melhoria da experiência do cliente. A redução das reclamações mantém-se como prioridade para o Grupo e, apesar da melhoria registada em 2017, há mais trabalho a fazer, como ficou patente na nossa posição nas tabelas de reclamações à FCA no S1 de 2017 no Reino Unido[f].

Notas

a O NPS mede a experiência do cliente e oferece uma análise comparativa. É amplamente usado na banca e noutras indústrias.
No exercício deste relatório, a base do NPS de Relação do Barclays foram alterados de uma média móvel de 3 meses para uma média móvel de 12 meses, de forma a reduzir as oscilações nos dados. Com base numa média móvel ao longo de 3 meses, o Barclays registou um NPS de Relação de +13 em 2016, e permaneceu no mesmo valor em 2017.
Fonte: GfK FRS, 12 meses com final em dezembro de 2017. Adultos entrevistados: 8.568 principais detentores de Contas Correntes do Barclays (NPS de Relação do Barclays), e 4.754 principais detentores de Cartões de Crédito do Barclays (NPS de Relação do Barclaycard UK).

b Inquérito de Banca de Empresas Charterhouse Research: 820 entrevistas com empresas do RU com volumes de negócios de 25M-£1mM£ no fecho de 2017. Os dados são ponderados por região e por volume de negócios, de forma a serem representativos do mercado empresarial britânico. Com base na quota de mercado do banco nomeado como banco principal.

c As PMEs clientes são representativas dos nossos clientes de Banca Empresarial. Em 2016, reportámos os empréstimos do Barclays a PMEs no RU, segundo a definição de PME da UK Finance (2016: ligeiramente acima dos 3,6mM£. 2017: indisponível). A Banca Empresarial está agora estabelecida como parte do Barclays UK e julgamos que ao passar a reportar a partir desta base, garantimos clareza estratégica, continuando a abarcar a maioria dos clientes que seriam classificados como PMEs.

d Melhor Mutuante para novos compradores com apoio familiar (Moneywise); Melhor Mutuante para Grandes empréstimos (Moneywise); Melhor Mutuante Online (What Mortgage); Melhor Mutuante na Ajuda de Obtenção de Hipoteca - Empréstimo de capital (What Mortgage); Melhor Mutuante Intermediário (Mortgage Finance Gazette); Melhor Mutuante Global (Mortgage Finance Gazette); Melhor Banco Nacional (Mortgage Finance Gazette); Melhor Mutuante de Grandes Empréstimos para Hipotecas (Your Mortgage)

e Em 2016, registámos volumes de reclamações para o Barclays UK, que espelharam o total de reclamações relatáveis à FCA no RU (incluindo reclamações que agora pertencem ao Barclays International). No seguimento da preparação para a separação formal do Barclays UK para uma nova entidade jurídica, podemos agora dividir inequivocamente as Reclamações à FCA no RU pelas nossas divisões Barclays UK e Barclays International.

f Para mais informações sobre o volume de reclamações do Barclays, a FCA publica dados das reclamações ao nível de cada empresa no seu website

Assim, continuamos focados em áreas que requerem a nossa atenção, incluindo, por exemplo, as questões que enfrentámos recentemente com a nossa oferta Smart Investor. Estamos a trabalhar no sentido de melhorar o nosso serviço com base no feedback dos clientes.

Em 2017, os clientes Barclaycard US entraram no nosso website e aplicações móveis mais de 230 milhões de vezes.

Indicadores de conduta
O Barclays tem operado com a tolerância global definida para o Risco de Conduta ao longo de 2017. A tolerância é avaliada pela empresa através de indicadores chave agregados que proporcionam uma classificação geral comunicada ao Comité de Reputação do Conselho, englobada no Dashboard de Conduta.

Continuamos focados na melhoria contínua da gestão eficaz do Risco de Conduta, com ênfase no desenvolvimento da informação de governação e gestão para facilitar a identificação de riscos em fases mais iniciais. Para mais informações acerca da gestão e desempenho do Risco de Conduta, consulte a secção Avaliação de Risco na página 117 do Relatório Anual do Barclays.

As políticas e diretrizes podem auxiliar a obtenção de resultados chave para os nossos clientes. O Caminho Barclays contém indicações acerca de como nos empenhamos em prestar o melhor serviço aos clientes e respeitar e proteger os dados pessoais que possuímos. Define os resultados da Conduta de Risco como princípios orientadores e contém indicações acerca da privacidade e proteção de dados a que os colaboradores devem aderir. O Caminho Barclays pode ser consultado em: home.barclays/citizenship/our-approach.html. O desempenho face aos nossos indicadores de desempenho não-financeiros para os nossos clientes é um dos indícios de eficácia e do sucesso de certas políticas e orientações. As políticas que sustentam os nossos indicadores estratégicos não-financeiros para os clientes englobam aspetos como as Reclamações dos Clientes e a Política Global.

Os nossos clientes estão no cerne da nossa missão e estratégia. Para mais informações acerca das nossas duas divisões, Barclays UK e Barclays International, consulte as páginas 23 a 24.

Colaborador

Os resultados chave que pretendemos alcançar englobam: Promover e manter:

- Uma força laboral diversificada e inclusiva, na qual colaboradores de todas as origens são tratados igualmente e têm a oportunidade de ter sucesso e de atingir o seu potencial
- Colegas empenhados e motivados
- Uma conduta positiva baseada em valores

Como medimos o sucesso

Os indicadores utilizados na nossa **avaliação incluem, sem caráter limitativo:**

- Estatísticas de inclusão e diversidade
- Pontuações do inquérito de envolvimento sustentável dos colaboradores
- Medidas de conduta e cultura

Como estamos
Áreas de incentivo:
Uma força laboral diversa e inclusiva
Permanecemos focados no aumento da diversidade da força laboral e continuamos a construir uma cultura inclusiva. Em 2017, focámo-nos ainda mais no reforço de competências da nossa liderança através de várias iniciativas, incluindo a nossa Formação de Preconceito Inconsciente, pela qual já passaram mais de 10.000 líderes até à data.

Estamos orgulhosos dos resultados que atingimos em 2017 nos seguintes pilares da nossa estratégia de Diversidade e Inclusão:

LGBT: O nosso programa Spectrum Allies está a crescer, estimando-se que mais de 8.000 colaboradores (2016: mais de 7.000) se comprometeram a combater a homofobia, bifobia e transfobia, e a oferecer apoio aos colaboradores LGBT.

Deficiência: Este ano, juntamente com a PwC, redimensionámos a iniciativa “This is Me in the City”, com o auxílio do Presidente da Câmara da Cidade de Londres.

Multicultural: O número de estagiários que se identificam como Negros, Asiáticos ou de outras Minorias Étnicas foi de 19% em 2017 (2016: 30%), o que representa um aumento de 8% face à média nacional de estagiários.

Multigeracional: Desde que o programa de Transição, Emprego e Reabilitação de Forças Armadas(AFTER) começou em 2010, já assistiu mais de 5.500 veteranos na transição de emprego e, desde 2013, já contratámos mais de 500 colaboradores ex-militares (2016: quase 400).

A nossa campanha de Trabalho Dinâmico é relevante para os colaboradores em todas as fases da sua vida e incentiva a integração de responsabilidades pessoais e profissionais, através de padrões de trabalho mais inteligentes. A campanha está a ter um efeito positivo no envolvimento de colaboradores, tendo 59% dos mesmos trabalhado dinamicamente em 2017, com uma média global de envolvimento sustentável de 83% dentro desse grupo.

Género: O nosso compromisso para aumentar a representação feminina a todos os níveis mantém-se firme. Consulte a secção “Áreas de interesse contínuo” abaixo para mais detalhes do nosso progresso.

Ao longo de 2017, o nosso trabalho foi reconhecido externamente. Por exemplo, a Stonewall reconheceu o Barclays como um dos 12 Maiores Empregadores Globais, a Human Rights Campaign atribuiu uma pontuação de 100% ao Barclays no índice de igualdade corporativa, a Working Families UK reconheceu o Barclays como um dos Dez Maiores Empregadores para Famílias Trabalhadoras em 2017; e a Cidade de Londres e a Comissão de Mobilidade Social consideraram o Barclays um dos 50 Melhores Empregadores através do índice de Empregadores de Mobilidade Social.

Uma abordagem holística à avaliação

Colegas empenhados e motivados

Um força laboral envolvida é crucial para o sucesso e a execução da nossa estratégia. O nosso principal indicador do envolvimento dos colaboradores é o inquérito de opinião "Your View": Este ano, o envolvimento sustentável dos colaboradores melhorou 3% para um total de 78%, registando-se melhorias na maior parte das perguntas chave do inquérito em comparação com 2016, tendo as restantes permanecido estáveis.

Áreas particularmente fortes no inquérito anual: os resultados inquérito "Your View" incluem "Recomendaria o Barclays como um bom local de trabalho" (82% de respostas favoráveis, mais 6% do que em 2016); "O Barclays está verdadeiramente empenhado em atingir resultados positivos para o cliente" (88% de respostas favoráveis, mais 5% do que em 2016); e os colaboradores "acreditam convictamente nas metas e objetivos do Barclays" (90% de respostas favoráveis, mais 3% do que em 2016).

Além disso, ao promover a mobilidade interna dentro do Grupo Barclays, esperamos atrair, reter e desenvolver talento interno. Em 2017, a nossa taxa de contratação interna foi de 40% (2016: 48%).

Uma conduta positiva baseada em valores

Em 2017, focámo-nos na incorporação do quadro de avaliação da cultura que elaborámos em 2016, e na adoção de ideias para estimular a discussão entre a direção executiva.

Fizemos bons progressos na continuação da incorporação do valor de "integridade", sublinhados pelos resultados às questões "é seguro falar livremente" (83% favorável, mais 2% do que em 2016) e "posso reportar situações de práticas desonestas ou imorais à autoridade apropriada sem receio" (86% favorável, estável face a 2016). A "administração" também continua a ser um valor altamente incorporado, tendo 89% dos colaboradores afirmado que estão orgulhosos do contributo do Barclays para a sociedade (mais 1% do que em 2016). O "Serviço" e o "Respeito" continuam fortes, com 90% dos colaboradores a demonstrarem confiança nas metas e objetivos do Barclays (mais 3% do que em 2016) e 91% dos colaboradores a afirmarem que "os líderes do Barclays apoiam a diversidade no local de trabalho" (mais 2% do que em 2016.

Áreas de interesse contínuo:

Uma força laboral diversa e inclusiva[a]

O nosso compromisso para aumentar a representação feminina a todos os níveis mantém-se firme e estamos cientes da necessidade de nos focarmos em melhorar a diversidade de género através das seguintes metas: aumentar a percentagem de Diretores e Diretores Executivos[b] do sexo feminino para 26% até 2018 (2017: 23%, um aumento de 1% face ao período homólogo[c]); 33% de representação feminina no Conselho de Administração até 2020 (2017: 21%, 2016: 31%); e 33% de representação feminina no Comité Executivo do Grupo e nos seus superiores imediatos (2017: 25%, estável face ao ano anterior). Reconhecendo a importância de fortalecer a nossa base de talento, temos ainda a ambição de atingir os 50% na contratação de licenciados do sexo feminino (2017: 40%, 2016: 39%).

Colegas empenhados e motivados

Embora seja agradável sublinhar o progresso que fizemos em áreas identificadas como oportunidades, incluindo "eliminação de obstáculos à eficiência" e "garantir que os colegas têm as ferramentas e recursos necessários para obter o melhor desempenho", ainda há muito a fazer. A garantia de que os nossos colaboradores conseguem atingir a excelência continua a ser uma prioridade chave, e ao longo de 2018 serão identificadas novas iniciativas que continuarão a melhorar a simplicidade e eficiência das nossas ferramentas, processos e sistemas.

Uma conduta positiva baseada em valores

No nosso quadro de avaliação da cultura, que se baseia nos nossos valores, a "Excelência" continua a representar uma oportunidade de melhoria, na medida em que a componente de "Capacitação" no inquérito aos colaboradores continua a ser o indicador de envolvimento sustentável com a pontuação mais baixa (64%, mais 4% do que em 2016). Identificámos um leque de iniciativas de melhoria em 2017 e continuaremos a fomentar o progresso nesta área em 2018.

O Barclays tem operado com a tolerância global definida para o Risco de Conduta ao longo de 2017. A tolerância é avaliada pela empresa através de indicadores chave agregados que proporcionam uma classificação geral comunicada ao Comité de Reputação do Conselho, englobado no Dashboard de Conduta.

Continuamos a registar melhorias na prestação em termos de conduta e estamos empenhados em continuar a promover a cultura certa em todos os níveis da organização.O Barclays continuará a melhorar a gestão eficaz do Risco de Conduta, tendo em consideração,quando necessário, as ferramentas necessárias e as informações de governação e gestão no processo de tomada de decisão.

As políticas e diretrizes podem auxiliar na obtenção de resultados chave para os nossos clientes. O Caminho Barclays contém indicações acerca da forma como pretendemos criar e promover uma cultura diversa e inclusiva, bem como um ambiente positivo e respeitador do qual todos os colaboradores possam desfrutar. Contém também indicações para que os colaboradores: informem os seus gestores diretos de alterações de circunstâncias, incluindo, por exemplo, qualquer conflito de interesse ou interesse empresarial externo; tomem as devidas precauções de saúde e segurança, tanto da sua como da dos outros; e assumam a responsabilidade por proteger os bens do Barclays. Contem ainda indicações relativas a: segurança física; Política e Padrões de Resiliência do Grupo, comunicação com os media e comunicações orais públicas. A prestação face aos nossos indicadores de desempenho estratégicos não-financeiros é um dos indícios da eficácia e do resultado de certas políticas e orientações. As políticas que sustentam os nossos indicadores estratégicos não-financeiros incluem aspetos da nossa Política do Inquérito de Opinião dos Colaboradores.

Consulte a secção
As Nossas Pessoas e Cultura na página 36 e a secção Pessoas na página 89 do Relatório Anual Barclays PLC 2017 para mais informações.

Notas

a No âmbito do Companies Act de 2006, o Barclays tem a obrigação de comunicar a repartição por géneros dos nossos colaboradores e "gestores superiores". Da nossa força laboral de 79.900 (45.100 do sexo masculino, 34.800 do sexo feminino), 555 são gestores superiores (401 do sexo masculino, 154 do sexo feminino), os quais incluem Oficiais do Grupo, certos subordinados diretos do Diretor Executivo, líderes de grande unidades empresariais, certos Diretores de Gestão Superiores, e diretores nos conselhos de empreendimentos do Grupo, mas exclui indivíduos que têm posições de diretores no Conselho de Administração da Empresa. A definição de destores superiores neste documento tem um âmbito menos do que as definições de Diretor ou Diretor de Gestão nos dados de representação feminina acima.

b Anteriormente denominada representação feminina na "liderança sénior"

c Com base nos dados reais de 2016 (24%), redeclarados numa base Ex-África (22%).

Cidadania

Os resultados chave que esperamos alcançar incluem:

- Tomar decisões e fazer negócios que proporcionem aos nossos clientes, acionistas, colaboradores e às comunidades que servimos o acesso a um futuro próspero, através da nossa Ambição de Crescimento Conjunto
- Gerir de forma proativa os impactos ambientais e sociais dos nossos negócios

Como medimos o sucesso

Os indicadores utilizados na nossa avaliação incluem, sem caráter limitativo:

- Execução da nossa Ambição de Crescimento Conjunto
- Envolvimento de colaboradores em atividades de cidadania
- Inquéritos e referências externas

Como estamos

Áreas de incentivo:

Execução da nossa Ambição de Crescimento Conjunto Atingimos os nossos objetivos internos nas seis métricas da nossa Ambição de Crescimento Conjunto.

O desempenho correspondeu às metas internas para as três iniciativas relativas a "acesso a financiamento", "acesso a autonomia digital e financeira" e "acesso a emprego". Também cumprimos ou superámos as metas anuais de 2017 para a formação do Caminho Barclays, redução de emissões de carbono e pagamento atempado aos fornecedores.

Acesso a financiamento

Continuamos a fornecer soluções de financiamento em áreas como a energia e água renováveis, e tecnologias com baixa emissão de carbono; infraestrutura social; instituições de desenvolvimento; e financiamento de pequenas empresas. O Barclays forneceu 31,7mM£ em financiamento para setores sociais e ambientais específicos na nossa área de negócio (2016: 30,5mM£a).

Registou-se um impulso significativo no franchise Barclays em 2017, incluindo o lançamento de vários Empréstimos, Financiamento de Ativos e produtos de Depósito Ecológicos; a primeira emissão de Obrigações Ecológicas do Barclays (consulte o estudo de caso na página 7); um Fundo de Crescimento de Impacto Múltiplo para investidores de retalho, pioneiro na indústria; várias transações inovadoras como obrigações de projetos solares e obrigações suportadas por ativos ecológicos; e a dedicação contínua das nossas equipas de Investigação aos temas de ESG e Sustentabilidade.

Apoio a negócios sustentáveis

O Barclays e o Unreasonable Group acolheram o primeiro Unreasonable Impact World Forum em 2017, reunindo 27 empresas inovadoras da Ásia, EUA e Europa que procuram resolver alguns dos problemas mais urgentes no mundo. Realizado em Londres, o Fórum incluiu "discursos de elevador" de empreendedores e painéis de debate sobre temas como a escalação de negócios e o aumento de capital através de investidores com impacto. Estiveram presentes mais de 400 representantes de vários grupos de parceiros, incluindo investidores, clientes, ONGs e agências governamentais. O evento foi transmitido ao vivo em certos canais de redes sociais.

O Unreasonable Impact é uma parceria inovadora com vários anos, entre o Barclays e o Unreasonable Group para lançar a primeira rede internacional de aceleradores focados no crescimento de soluções empreendedoras que ajudem a criar milhares de empregos em todo o mundo, ao mesmo tempo que resolvem alguns dos desafios mais importantes da sociedade.

Acesso a autonomia digital e financeira

Os sistemas financeiros inclusivos são cruciais para alcançar progresso económico e social, mas podem existir diversos obstáculos ao acesso. Acreditamos que a oferta digital pode ajudar a ultrapassá-los. Ajudámos a capacitar cerca de 205.000 pessoas em 2017 (2016: 249.000) através de iniciativas como o Barclaycard Initial para pessoas com historial de crédito limitado; a nossa rede Digital Eagles, composta por colaboradores do Barclays treinados especificamente para fornecer apoio tecnológico gratuito aos clientes e não-clientes; e o desenvolvimento contínuo de plataformas de aprendizagem.

Colaboramos de perto com parceiros no setor de aconselhamento gratuito acerca de dívidas, e participamos em vários projetos, incluindo investigação e formação de colaboradores sobre a vulnerabilidade financeira, e como podemos corresponder a cada cliente com o conselho mais adequado.

Acesso a emprego

O Barclays está empenhado em ajudar as pessoas a ter acesso a competências, e os empreendedores a promoverem a criação de empregos. Ajudámos a aumentar as competências de 2,1 milhões de pessoas em 2017 (2016: 1,7 milhões), através de várias parcerias regionais de empregabilidade e do nosso programa de referência no RU, LifeSkills.

O Barclays forneceu 31,7mM£ em financiamento para setores sociais e ambientais específicos.

Incluímos o Accelerators no segundo programa de coorte "Unreasonable Impact", em parceria com o Unreasonable Group, focado no desenvolvimento de empreendimentos que resolvam problemas ambientais e sociais. Participaram, até à data, 57 empreendimentos em programas no RU, EUA e Ásia.

Nota

a Volume de financiamento baseado no quadro de utilização de receitas. Os dados reais de 2016 – 21,1mM£ – foram redeclarados devido à inclusão de novas categorias de qualificação, como os bancos nacionais de desenvolvimento. Pode consultar mais detalhes no Relatório de ESG.

Uma abordagem holística à avaliação

Conduta empresarial e impacto ambiental O Caminho Barclays estabelece o Objetivo e os Valores que regem o nosso método de trabalho. 99,9% dos nossos colaboradores concluíram a formação anual relativa ao Caminho Barclays em 2017 (2016: 99,6%), superando a meta mínima de 97%.

Reduzimos as emissões de carbono em 26,1%, face ao valor de referência de 2015 (2016: 14,3%a), o que representa um bom progresso rumo à meta de 30% para 2018.

Alcançámos também 89% (2016: 88%) de pontualidade nos pagamentos aos nossos fornecedores (Meta: 85%) e publicámos uma versão atualizada da Declaração sobre a Escravatura Moderna, que inclui informação adicional acerca do trabalho que estamos a desenvolver com os nossos clientes e fornecedores.

Consulte esta declaração no nosso website home.barclays/citizenship/our-approach/human-rights.html

Envolvimento dos colaboradores em atividades de cidadania A participação dos colaboradores é essencial para o sucesso da nossa estratégia de cidadania. Mais de 50% dos nossos colaboradores participaram em atividades de voluntariado, angariação de fundos ou solidariedade, totalizando 43.700 participantes (2016: quase 44.000[b]). Temos também as redes internas Digital, Ambiental, LifeSkills, e de Inovação Social e Intra-empreendedorismo.

Áreas de interesse contínuo:

Ambição de Crescimento Conjunto

Continuaremos a focar-nos na melhoria da integração com a nossa gama de produtos e no desenvolvimento de soluções inovadoras de financiamento sustentável. Pretendemos focar-nos na melhoria do impacto dos nossos programas de empregabilidade e na criação de oportunidades atrativas para os nossos colaboradores participarem em atividades de cidadania.

Além disso, estamos a desenvolver diretrizes de sustentabilidade mais amplas para a atividade empresarial em 2018 e iremos aumentar o nosso contributo para as iniciativas de políticas e parceiras com várias parceiros.

O apoio ao crescimento de empreendimentos focados na sustentabilidade é uma das formas através das quais o Barclays apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs). Continuaremos a avaliar e melhorar o nosso foco central no aumento do acesso a financiamento para setores sociais e ambientais, gerando competências e autonomia.

Referências e estudos externos
A estratégia e o desempenho do Barclays em vários fatores ESG são avaliados por agências externas anualmente.

Em 2017, mantivemos de um modo geral as mesmas pontuações de desempenho nos índices e classificações chave. Embora as metodologias variem e continuem a evoluir, acreditamos que existem oportunidades para continuarmos a melhorar o nosso desempenho numa base relativa e absoluta.

Mantivemos a nossa presença no Índice de Sustentabilidade Dow Jonesc, onde a nossa pontuação caiu 1% para os 83 pontos face à média da indústria de 58 pontos (2016: 61 pontos), e também no Índice FTSE4Gooddd, com um aumento na pontuação absoluta para os 4,3/5 (2016: 3,9/5) e uma melhoria da nossa posição no setor bancário, para o percentil 91 (2016: percentil 78). O Barclays foi avaliado com a categoria BBB pela MSCI ESG Ratings[e] (2016:'BBB') e obteve 61 pontos na classificação Sustainalytics ESGf (2016: 62 pontos).

As políticas e orientações podem auxiliar na obtenção de resultados chave de cidadania. O Caminho Barclays integra declarações relativas à sociedade – a nossa Ambição de Crescimento Conjunto; ao respeito pelos direitos humanos; ao respeito pelo ambiente; e ao apoio às comunidades em que operamos.

A nossa atividade incorpora as nossos políticas e declarações de posição acerca de várias questões cruciais, incluindo: sustentabilidade ambiental; escravatura moderna; direitos humanos; anti-suborno e anti-corrupção, as quais estão disponíveis em home.barclays/citizenship/our-approach/policy-positions.html.

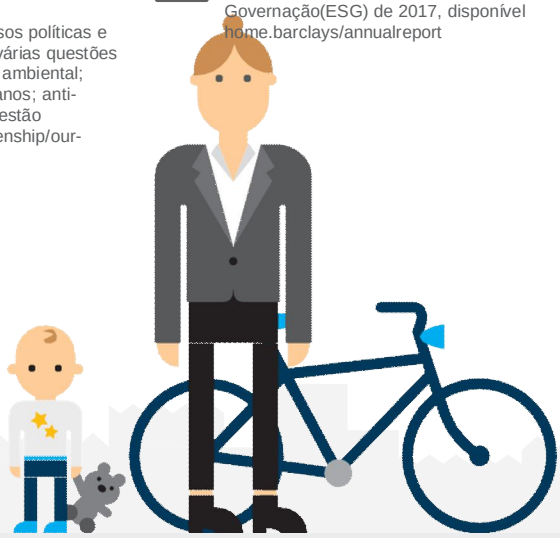
A Declaração acerca dos Direitos Humanos do Barclays procura estabelecer uma abordagem consistente e rigorosa ao respeito pelos direitos humanos. Estamos empenhados em agir em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tomando também em consideração outros padrões aceites no que toca aos direitos humanos. Respeitamos e promovemos os direitos humanos através das nossas políticas e práticas de contratação, da nossa cadeia de abastecimento e do fornecimento responsável dos nossos produtos e serviços.

A Política e Normas Anti-Suborno e Anti-Corrupção (ABC) do Barclays, e a Política e Normas de Terceiros aplicam-se a todos os negócios do Barclays à escala global. O Barclays tem uma abordagem de tolerância zero no que diz respeito a subornos e corrupção, e estamos empenhados em levar a cabo as nossas atividades globais sem qualquer tipo de subornos ou corrupção. Esperamos o mesmo dos terceiros que forneçam serviços ao Barclays ou em representação do Barclays. Os colaboradores que não cumpram os requisitos destas políticas e normas podem sofrer ações disciplinares, inclusive suspensão ou despedimento.

O desempenho face aos nossos indicadores estratégicos não-financeiros para a cidadania é um dos indícios da eficácia e do resultado de determinadas políticas e orientações. As políticas que sustentam os nossos indicadores estratégicos não-financeiros de cidadania incluem certos aspetos da nossa política de sustentabilidade ambiental.

Os detalhes das nossas políticas e declarações de posição estão disponíveis em home.barclays/ citizenship/our-approach/policy-positions.html

Providenciamos mais informações no relatório Ambiental, Social e de Governação(ESG) de 2017, disponível home.barclays/annualreport



Notas
a Os dados reais de redução de carbono foram redeclarados devido à melhoria nos dados de faturação, substituindo as estimativas e redeclarações das emissões em viagens. Para mais detalhes, consulte o Relatório ESG
b O número de participantes individuais mede o envolvimento nas iniciativas elegíveis de voluntariado, angariação de fundos igualada e solidariedade. Os dados são recolhidos de sistemas de comunicação internos, incluindo várias fontes manuais
c Fonte: S&P Dow Jones; Sustainable Asset Management
(SAM) d Fonte: FTSE Russell
e Fonte: MSCI ESG Inc
f Fonte: Sustainalytics Inc

Barclays UK

O nosso desempenho no UK

Com 30.000 colaboradores e 24 milhões de clientes, o Barclays UK pretende ajudar pessoas a progredir através da prestação de experiências personalizadas e perfeitas, proporcionadas por colaboradores dedicados. Em 2017, fizemos progressos significativos no estabelecimento de um banco delimitado, proteção dos nossos clientes e transformação do nosso negócio através da digitalização e automatização.

Resumo dos produtos, serviços e clientes O nosso banco delimitado futuro, o Barclays UK, é um franchise de banca pessoal e de empresas, construído em torno das necessidades dos nossos clientes e com inovação no seu cerne. As nossas soluções financeiras de Banca Pessoal e Premier colocam os clientes no centro de tudo o que fazemos e ajudam-nos a progredir através da ligação dos diferentes aspetos das suas vidas às suas vidas financeiras quando necessário. O Barclaycard Consumer UK é um importante fornecedor de cartões de crédito que oferece soluções de empréstimo e pagamento flexíveis, enquanto oferece uma experiência ao consumidor líder de mercado. A Banca de Património, Empreendedores e Empresarial serve um conjunto de clientes, desde gestores dos seus próprios investimentos a pequenas e médias empresas (PMEs) que necessitam de aconselhamento, produtos e serviços especializados.

Mercado e ambiente operacional da divisão
Apesar de um clima de prolongada incerteza política e económica no RU, continuamos a registar um forte desempenho financeiro e a proporcionar soluções inovadoras para os nossos clientes. O ambiente operacional continua a ter desafios como rápidas alterações nos comportamentos dos clientes; aumento das expetativas de clientes e reguladores; e perturbações tecnológicas significativas face à ameaça de desagregação de concorrentes e novos participantes. No entanto, possuímos uma marca de renome, uma base de clientes sólida e continuamos bem posicionados neste ambiente atual.

Modelo operacional do Barclays UK

Clientes
- Indivíduos
- Negócios (PMEs)

Produtos e serviços
- Serviços bancários pessoais
- Cartões de crédito e empréstimos transacionais
- Produtos e serviços de investimento
- Soluções bancárias empresariais

Criação de valor
- Para os nossos clientes – Criação de relações substanciais para fornecer soluções financeiras relevantes
- Para a sociedade – Ajudar comunidades a progredir
- Para o Barclays – Banco delimitado centrado no RU com receitas sustentáveis e um crescimento prudente do saldo

Contribuição para a receita total do Grupo

7,4mM£
Rendimento

1,7mM£
Lucro antes de impostos

9,8%
RoTE

66%
Custo: Rácio de Rendimento

70,9mM£
Ativo ponderado pelo risco

Guiar os nossos clientes em Segurança Digital

Em Maio de 2017 lançamos a nossa campanha de envolvimento de clientes no RU para realçar a importância da segurança digital e o nosso papel na ajuda à progressão de pessoas nesta era digital.

A era digital facilitou as nossas vidas de muitas formas. Podemos agora partilhar informação, efetuar compras online, pagar contas e manter o contacto com outros no ciberespaço. Para muitas pessoas, este é o seu modo de vida e sentem-se confiantes em navegar no mundo digital. No entanto, ter a confiança para trabalhar e jogar na era digital não é o mesmo que saber manter a segurança no decorrer dessas atividades.

A nossa campanha resultou em mais de 4,8 milhões de pessoas tomarem medidas nesse sentido, tendo o nosso papel de liderança sido reconhecido por ministros do Governo e os media.

Estamos focados em garantir o crescimento contínuo do Barclays UK e cientes do velocidade das alterações tecnológicas no ambiente atual.

Riscos do modelo operacional

Continuamos a monitorizar indicadores importantes que identifiquem tendências no desempenho económico do RU – especialmente tendências causadas por baixas taxas de juro, incerteza do Brexit ou o impacto do aumento em contratos de zero horas. Temos a intenção de continuar conservadores e bem posicionados no pós-Brexit, com tendências estáveis em imparidades suportadas pelo nosso enquadramento e forte fiscalização em gestão de risco.

Estamos empenhados em assegurar um crescimento contínuo do Barclays UK e estamos cientes da velocidade das alterações tecnológicas no ambiente atual. Para continuar a proporcionar soluções entusiasmantes e relevantes aos nossos clientes e manter a competitividade face a novos participantes, estamos a investir fortemente em nova tecnologia, enquanto simplificamos e automatizamos as nossas plataformas existentes. Crescimento desmesurado e a sofisticação no crime organizado continuam a ser uma preocupação. De modo a reduzir o risco da ameaça virtual e protegermos os nossos clientes, continuamos a investir fortemente em risco virtual, melhorando a capacidade de deteção e resposta e implementando novos padrões de resistência e abordagens de teste.

Inovação no nosso cerne

Meio século depois do lançamento da primeira Caixa Automática (ATM), desenvolvemos novas opções de levantamento de dinheiro "sem contacto" em 2017, inseridas na era digital. Além disso, estendemos a outros bancos o nosso programa piloto de imagem de cheques, permitindo a mais de 243.000 clientes pagarem com cheques instantaneamente de onde quer que estejam, 24 horas por dia. Também alcançamos um marco pioneiro na indústria com o Insurance Instant Price – a nossa primeira proposta para seguro móvel, permitindo cotações instantâneas de preços dos nossos fornecedores para aproximadamente 1 milhão de clientes.

Principais destaques na aplicação da nossa estratégia este ano

Este ano criamos o banco delimitado Barclays UK e foi nomeada pelo Presidente do Barclays UK um conselho altamente experiente e diverso. Também migrámos mais de 600.000 clientes para novos códigos de classificação, como um impacto mínimo para os clientes.

Em simultâneo, fizemos bastantes progressos no cultivo de relações substanciais com os nossos 24 milhões de clientes e na redução significativa do número de reclamações de clientes - um dos nossos principais objetivos para 2017 - através do desenvolvimento dos nossos colaboradores e combatendo as principais causas. Ferramentas interativas estão agora disponíveis de forma a permitir aos colaboradores lidar, gerir e colaborar na resolução atempada das reclamações. Reduzir ainda mais as reclamações continuará a ser uma das nossas principais prioridades para 2018.

Mais de 10 milhões de clientes estão agora ativamente envolvidos nos nosso serviços digitais, incluindo a nossa aplicação móvel premiada, Barclays Mobile Banking.

Cumprir com o crescimento conjunto

O nosso próprio programa de cidadania, LifeSkills, pretende inspirar jovens a desenvolver as capacidades que necessitam para um futuro melhor. Em menos de cinco anos, alcançou mais de 5,5 milhões de jovens e mais de 16.000 colaboradores estão agora registados como voluntários do LifeSkills.

Esperamos que 2018 seja um ano fulcral para a indústria dos serviços financeiros com a introdução do PSD2 e o Open Banking, mas acreditamos que o Barclays UK tem uma oportunidade para prosperar neste ambiente. Estou otimista que conseguiremos manter a nossa vantagem em inovação num ambiente de Open Banking como um novo banco delimitado.

Ashok Vaswani
CEO, Barclays UK

O nosso desempenho em Banca Pessoal

A nossa equipa de Banca Pessoal e de Premier desenvolve soluções transparentes e inovadoras para os nossos clientes. Colocamos os clientes no centro de tudo o que fazemos e ajudamo-los a progredir através da ligação dos diferentes aspetos das suas vidas às suas vidas financeiras quando necessário, desde a abertura da sua primeira conta bancária até à conclusão de uma hipoteca na sua casa de sonho.

Este ano criamos uma única equipa de Produtos e Propostas, juntando as nossas capacidades em produtos core de Contas Correntes, Câmbios e Seguros, Empréstimos ao Consumo, Hipotecas e Poupanças aos nossos novos produtos de Negócio de Informação e Pagamentos Móveis, assim como aos segmentos de Comunidade e Premier que servem. Com este processo, conseguimos agora antecipar e responder melhor às necessidades dos nossos clientes e perceber o que querem no momento da necessidade.

Progressão do Barclays UK

2017 manteve um foco contínuo em recompensar a lealdade do cliente e criar uma preferência por cada interação. Mais de 930.000 clientes beneficiam agora de Recompensas Azuis, incluindo Cashback. Fechamos 10% das nossas primieras ofertas retalhistas de Cashback e ajudámos os nossos clientes a ganhar mais de 5M£ em poupanças desde que o Cashback foi lançado.

Tecnologia e dados são partes tão fundamentais no nosso serviço aos clientes que é essencial que nos tornemos mais experientes no mundo digital e que ajudemos os nosso clientes a alcançar o mesmo. Começámos há vários anos com a introdução em força por todo o país da Digital Eagles, de modo a oferecer aos nossos clientes a ajuda e os recursos para melhorarem as suas capacidades digitais; e continuamos este ano com a nossa campanha Segurança Digital , a qual pretende aumentar a consciência e tornar os nossos clientes mais seguros digitalmente.

Alavancar os nossos dados para beneficiar os nossos clientes é um pilar fundamental na nossa estratégia. Lançámos o Local Insights, o qual proporciona aos consumidores, negócios e MPs insight essencial sobre a sua área local. O nosso Barclays Identity Service celebrou 1 ano, o qual oferece serviços como auto-avaliação fiscal online de um modo simplificado e seguro.

Lançamos uma nova ferramenta online de Track Savings Goals disponível através do Gestor Financeiro Barclays, a qual tem como objetivo ajudar os clientes a definir e alcançar os seus objetivos.

O nosso negócio de hipotecas continuou a centrar-se em melhorar a experiência do cliente este ano e ganhou oito prémios[a] em 2017. Também continuámos a melhorar a nossa oferta de CloudIt, incluindo a permissão para os clientes acederem às suas declarações de hipoteca online.

Ajudar os nossos clientes e colaboradores

Este ano, o Barclays fez progressos significativos na melhoria a acessibilidade. A nossa elevada visibilidade e cartões de débito táteis não são apenas úteis para pessoas com dificuldades de visão - muitas pessoas têm dificuldade em ler números no seu cartão - nesses sentido, oferecemos uma variedade de designs de contrastes elevados. Também lançamos um novo dispositivo audio PINSentry, maior e que facilita o acesso à banca online para clientes com dificuldades de destreza e visão, permitindo-lhes continuar a tratar das suas atividades bancárias de modo independente. Apoiámos clientes em situação de vulnerabilidade através da automatização de processos complexos, como por exemplo o registo de uma procuração.

Do mesmo modo que satisfazemos os nossos clientes, também o temos que fazer para com os nosso colaboradores. Continuamos com o nosso foco no investimento em formação, desenvolvimento e treino, assim como na criação de novas formas de interagir e apoiar os nossos colaboradores. Tal como os nossos clientes, as necessidades dos nossos colaboradores estão a mudar e autonomia, trabalho dinâmico e flexível e melhoria na tecnologia têm tido uma atenção especial no desenvolvimento de uma equipa de qualidade mundial que coloca o cliente no centro de tudo o que faz.

O Barclays sempre acreditou em mim. O verdadeiro apoio veio dos meus pontos de contacto nos bancos. São estas relações que não apenas me mantêm associado ao Barclays, mas também me encorajam, sem sombra de dúvida, a recomendar o Barclays."

Kieran Miles, Cliente Premier

Notas:
a Melhor Mutuante para novos compradores com apoio familiar (Moneywise); Melhor Mutuante para Grandes empréstimos (Moneywise); Melhor Mutuante Online (What Mortgage); Melhor Mutuante na Ajuda de Obtenção de Hipoteca - Empréstimo de Capital (What Mortgage); Melhor Mutuante Intermediário (Mortgage Finance Gazette); Melhor Mutuante Global (Mortgage Finance Gazette); Melhor Banco Nacional (Mortgage Finance Gazette); Melhor Mutuante para Grandes Empréstimos para Hipotecas (Your Mortgage)

O nosso desempenho no Barclays Consumer UK

O Barclays Consumer UK é um importante fornecedor de cartões de crédito que oferece soluções de empréstimo e pagamento flexíveis a cerca de 10 milhões de clientes no RU. Ajudamos pessoas a progredir, permitindo o empréstimo e o pagamento da forma que lhes seja mais conveniente. Somos um mutuante responsável e fornecemos crédito baseado no historial de crédito, capacidade de pagamento do crédito e a nossa apetência pelo risco, enquanto proporcionamos uma experiência ao consumidor líder de mercado.

Estamos constantemente em busca de formas de melhor a nossa experiência ao consumidor Durante 2017 tentámos reduzir as reclamações dos clientes, mantendo Relações NPS estáveis e alcançando novos recordes em diversos NPS de transação, incluindo Apoio ao Cliente. Temos o orgulho que ter ganho vários prémios que reconhecem o serviço líder de mercado que oferecemos aos nosso clientes. Fomos reconhecidos nos prémios Top 50 Companies for Customer Service Awards, com dois prémios,o Best Extra-Large Centre e Best Social Media Team.

Apoiamos os clientes através do fornecimento de avaliações de risco grátis, e conselhos e dicas em como saberem identificar fraudes. Atividades fraudulentas têm aumentado e as nossas investigações dizem-nos que os clientes estão cada vez mais preocupados com a sua proteção, e procuram-nos para ajuda e informação. Desenvolvemos uma Ferramenta de Combate à Fraude digital interativa para ajudar os clientes a compreender onde estão as suas vulnerabilidades e o que podem fazer para se protegerem melhor, assim como fornecer dicas de prevenção de fraude personalizadas.

O Barclaycard Consumer UK oferece uma variedade de produtos aos nosso clientes. O nosso cartão de crédito inicial Barclaycard é direcionado para clientes que procuram o seu primeiro cartão de crédito, ou que possuam um historial de crédito limitado, e ajuda-os a criar um perfil de crédito. O nosso cartão Barclaycard Platinum oferece poupanças promocionais nas transferências de saldo e compras, para mutuários com um bom historial de crédito. Alternativamente, os compradores podem ganhar pontos de recompensa em qualquer local onde efetuem compras com o nosso cartão de crédito Barclaycard Freedom Rewards.

O mercado de crédito no RU continua a verificar alterações consideráveis, impulsionadas por novos concorrentes, novas tecnologias, pressões económicas e reguladoras, assim como alterações nas expetativas e comportamentos dos consumidores. Damos resposta através do desenvolvimento de novos produtos e serviços para os nosso consumidores. Por exemplo, este ano diversificámos ainda mais a nossa oferta tanto para
clientes novos como existentes com o lançamento do nosso cartão de viagens Barclaycard Platinium, o qual não tem encargos sobre transações em moeda externa, quer em transações no estrangeiro, quer em levantamentos numa caixa automática.

Neste ano também se verificou a integração do Barclaycard Consumer UK no nosso banco comercial de modo a gerar e incrementar um redimento mais sustentável e, em simultâneo, reduzir as reclamações e criar uma melhor experiência para o cliente.

A integração do Barclaycard Consumer UK no Barclays UK continuou, com a preocupação em melhorar a experiência do cliente, assim como alavancar recursos, tecnologia e capacidade digital.

Também lançamos a campanha Barclaycard Start Today, para encorajar as pessoas a iniciar uma atividade que sempre desejaram perseguir. Portanto, quer seja para se inscrever em aulas de cerâmica ou comprar uma bicicleta, o Barclaycard está ao lado dos nosso clientes para os ajudar a progredir.

O nosso desempenho na Banca de Património, Empreendedores e Empresarial

Dentro do Património, Empreendedores e Empresarial, Património e Investimentos serve uma variedade de clientes, desde os que gerem os seus próprios investimentos e necessitam de um serviço de execução, até aos que necessitam de um serviço dedicado e holístico, através dos nossos serviços de Gestão de Património.

Banca Empresarial oferece aconselhamento, produtos e serviços especializados a mais de 1 milhão de clientes empresariais por todo o RU, ajudando-os na gestão e crescimento dos seus negócios, desde start-ups até negócios de dimensão média.

Este ano, lançámos o Fundo de Crescimento Multi-Impacto, o primeiro meio de investimento de impacto do seu género num banco do RU. Este oferece à generalidade dos investidores a oportunidade de gerarem crescimento do capital a longo prazo enquanto contribuem de forma positiva para a sociedade.

Resumo da Banca Empresarial

A nossa unidade de Banca Empresarial fornece cobertura a clientes de todo o RU, em qualquer indústria, em qualquer fase do seu ciclo empresarial, proporcionando-lhes modelos de distribuição que vão ao encontro à sofisticação e necessidades dos clientes.

Este ano, lançámos a nossa Aplicação e Dashboard SmartBusiness, e temos agora mais de 12.000 clientes que beneficiam desta experiência para clientes única. Com todos dados empresariais essenciais num único local acessível, os nossos clientes empresariais passam agora mais tempo no SmartBusiness e tiram partido dos seus benefícios.

Visão Geral Património e Investimentos

Património e Investimentos é composto por dois negócios; Gestão Patrimonial e Smart Investor, sendo ambos suportados pelas nossas capacidades de gestão de investimentos e ativos internas. Clientes do nosso negócio de Gestão Patrimonial beneficiam do nosso aconselhamento holístico em Banca, Crédito, Planeamento Patrimonial e Investimento, prestado através do seu Gestor Patrimonial dedicado e tendo acesso a especialistas de toda a área de Património e Investimento e da maior divisão do Barclays UK. Apesar do investimento necessário em regulamentos ser significativo, a Gestão Patrimonial registou um forte desempenho, e alcançou um crescimento em aquisições de clientes relativamente ao período homólogo.

Apesar da necessidade de investimento significativo em regulamentos, a Gestão Patrimonial registou um forte desempenho e registou um crescimento em aquisições

O Smart Investor fornece aos clientes o acesso a uma vasta gama de produtos de investimento, recursos educacionais para ajudar a desenvolver a confiança em investimento, e ferramentas de ajuda no planeamento do seu futuro. O foco do negócio este ano foi lançar o Smart Investor e migrar os mais de 225.000 clientes Acionistas existentes para a nova plataforma. Isto permite aos nosso clientes deixar a gestão diária dos seus investimentos para nossos especialistas, e desse modo removendo a complexidade do investimento.

O desenvolvimento do Direct, o nosso próprio modelo de relação telefónica para pequenas empresas e start-ups aumentou significativamente os número de conversações e avaliações aprofundadas de clientes que conseguimos manter, o que traz benefícios diretos a mais de 900.000 clientes que já fazem parte deste novo modelo interactivo.

Em 2017, ajudámos mais clientes, reduzimos o número de vezes de abertura de conta, emprestámos mais dinheiro e gerámos mais rendimento do que em 2016 graças ao nosso foco num crescimento mais sustentável a longo prazo. A nossa meta para 2018 é fortalecer os nossos colaboradores através da continuação do investimento em tecnologia e serviços.

Investir em mudança

O Fundo de Crescimento Multi-Impacto investe primariamente em fundos de terceiros especializados que foram identificados e processados pela nossa experiente equipa interna de seleção de fundos e gestores. Estes fundos foram escolhidos como os melhores na sua classe com base no seu potencial para um retorno financeiro forte e considerando o seu impacto em questões sociais e ambientais importantes, como as alterações climáticas e demográficas. O Fundo é o primeiro produto do Barclays numa proposta maior de investimento de impacto em desenvolvimento e está disponível para os clientes na Gestão Patrimonial E no Smart Investor.

Barclays International

O nosso desempenho internacional

O Barclays International é o banco transatlântico grossista e de consumo diversificado dentro do Barclays Bank PLC. Incluindo os negócios do Banco de Investimento e Corporativo, o Barclaycard International e Banco Privado e Serviços no Estrangeiro, os nossos dois mercados domésticos no RU e EUA mantêm o nosso negócio nos dois mais importantes centros financeiros mundiais.

Resumo dos produtos, serviços e clientes Do lado do consumidor, dentro do Barclaycard International, fornecemos aos consumidores cartões de crédito, empréstimos e contas poupança. Em Banca Privada e Serviços no Estrangeiro fornecemos serviços bancários, de investimento e de gestão patrimonial. Para PMEs e corporações, permitimos a aceitação de pagamentos, pagamentos comerciais em cartão e finanças nos pontos de venda. Através do nosso Banco Corporativo e de Investimento, servimos corporações e governos prestando aconselhamento e soluções financeiras, comerciais e de pagamento, assim como obtenção de capital. Apoiamos os nossos clientes institucionais através da venda e transação de obrigações.

O nosso modelo de negócio no Barclays International está dependente das nossas relações com os clientes, dos serviços que lhes fornecemos e do nosso capital - humano, tecnológico e de investimento. Em 2017, o Barclays International contribuiu com 68% do rendimento do Grupo com uma RoTE de 6,6%, excluindo o impacto da reavaliação dos ativos fiscais diferidos nos EUA.

Modelo operacional do Barclays International

Clientes

- Corporações
- Instituições financeiras
- Investidores institucionais
- Governos
- Consumidores
- Indivíduos com Património Líquido Alto e Ultra-alto
- Negócios Familiares

Produtos e serviços

- Aconselhamento financeiro
- Obtenção de capitais primários e execução em mercados de capital
- Gestão de risco e liquidez
- Empréstimos
- Vendas e transações
- Cartões de crédito internacionais
- Pagamentos de consumo
- Banca
- Investimentos
- Gestão Patrimonial

Criação de valor

- Para os nossos clientes – criamos valor facilitando a transmissão de dinheiro dos fornecedores para os utilizadores do capital
- Para a sociedade – fornecemos financiamento, incluindo a seleção de segmentos sociais e ambientais
- os acionistas – como banco diversificado comercial e grossita transatlântico

Contribuição para o Grupo

14,4mM£
Rendimento

3,3mM£
Lucro antes de impostos

3,4%
RoTE (6,6% excluindo o impacto da reavaliação dos ativos fiscais diferidos nos EUA)

69%
Custo: Rácio de Rendimento

210,3mM£
Ativo ponderado pelo risco

Mercado e ambiente operacional da divisão

Os mercados económicos em 2017 caracterizaram-se por uma volatilidade baixa e por um ambiente de baixas taxas de juro. Neste cenário benigno, os ganhos de valorização nos mercados de capital mantiveram-se ao longo do ano. Alterações legislativas e reguladoras potenciais e confirmadas continuaram a influenciar e moldar as estratégias de todos os intervenientes do mercado. No RU, a confiança dos consumidores atingiu um mínimo de quatro anos, face à depreciação da libra e apesar do desemprego historicamente baixo. Nos EUA, os gastos do mercado de trabalho e de consumo cresceram com um moderado aumento de salários.

O Barclays International está focado em investir em talento, capital e tecnologia.

O Barclays International alcançou marcos significativos no cumprimento das regulamentos de Reforma Estrutural. Ao trabalhar intimamente como reguladores e intervenientes, estamos preparados para servir os nosso clientes em todo o mundo de acordo com as políticas e legislação reguladoras. O recente Conselho de Administração divisional foi confirmado e reuniu-se antes das reuniões formais para garantir que estamos preparados para funcionar dentro do enquadramento governativo do Barclays depois da formalização da Reforma Estrutural. Entidades relevantes dentro do Barclays International, como por exemplo a US Intermediate Holding Company /IHC), estão sujeitas a padrões de governação rigorosos, de modo a garantir segurança e solidez, particularmente nas áreas de capital, liquidez e gestão de risco.

Riscos do modelo operacional

A incerteza geopolítica e macroeconómica em alguns mercados continuam a ser um risco, enquanto que o volume e o alcance das alterações reguladoras continua a requerer uma forte atenção.

Estamos a elaborar planos compreensivos para a saída planeada do RU da União Europeia e cremos que vamos continuar a proporcionar um serviço ininterrupto aos nossos clientes, consumidores e outros intervenientes durante e depois da transição.

Continuamos a monitorizar o crescimento de delitos de consumidores americanos e este ano reduzimos proativamente a nossa exposição a consumidores de média dimensão.

Aconselhamento à expansão pan-europeia

A Asahi Group Holding, a maior cervejeira no Japão, definiu a Europa como a sua próxima plataforma de crescimento na sua ambição de se tornar o líder mundial da indústria cervejeira. Tendo já estabelecido a sua presença em Itália, no RU e na Holanda através da compra de marcas como a Peroni, Grolsch e a Meantime, a Asahi procurou o Barclays para assistência na criação de um franchise verdadeiramente pan-europeu.

Em Março de 2017, com o Barclays como Consultor Financeiro, a Asahi concluiu com sucesso a sua aquisição por €7,3mM da InBev na República Checa, Eslováquia, Polónia, Hungria e Roménia.

A Asahi, procurou o Barclays para esta transição crítica devido à nossa capacidade holística, incluindo a nossa relação de cobertura global de longa data, forte experiência na indústria cervejeira e em fusões e aquisições, profundo conhecimento da Europa Central e capacidade de execução de acordos transfronteiriços.

Crime virtual teve um impacto altamente prejudicial na economia global em 2017, com ataques sem precedentes na sua escala, impacto e taxa de difusão. Continuamos a investir fortemente para garantir que a nossa infraestrutura mantém líder de mercado na sua resiliência ao crime virtual.

A estratégia de crescimento dentro do Barclays Internacional vai continuar a ser executada de um modo controlado e comercial dentro do enquadramento do ERMF.

Destaques nos negócios

O Barclays International foca-se no investimento em talento, capital e tecnologia. Em 2017, confirmámos a equipa líder da gestão executiva dentro do BI. Por exemplo, na nossa divisão de Mercados, uma nova estrutura de liderança com responsáveis de crédito, capital, macro e distribuição resulta numa simplificação.

Estamos concentrados na gestão dinâmica e na alocação de recursos financeiros para negócios do Barclays International, através da optimização de capital, alavancagem, ativos pendurados pelo risco, financiamento e impostos em todas as jurisdições e entidades legais.

processamento de pagamentos core que fornece, em várias moedas e várias localizações, capacidades de liquidação e permite o processamento de todas as moedas em todos os territórios numa única plataforma. Também lançámos uma ferramenta de Inteligência Artificial/Aprendizagem Automática que fornece as mais avançadas plataformas e técnicas de deteção de fraude e automatização inteligente do serviço a clientes.

No seu todo, 2017 foi um ano marcante para o Barclays International. Juntos, com os nossos colaboradores em todo o mundo, abraçámos um conjunto de iniciativas e áreas de crescimento com a intenção de ter um papel mais importante junto dos nossos clientes, tal como de aumentar as receitas e proporcionar melhores retornos sustentáveis aos nossos acionistas.

Tim Throsby
Presidente, Barclays International e Chief Executive Officer, Banco Corporativo e de Investimento

O nosso desempenho na Banca Corporativa e de Investimento

O Banco Corporativo e de Investimento oferece produtos e serviços bancários grossistas a clientes corporativos e institucionais. O negócio tem como base dois mercados domésticos – dois dos maiores mercados de capital do mundo. O CIB inclui os nossos mercados, bancos de investimento, bancos corporativos e negócios de investigação.

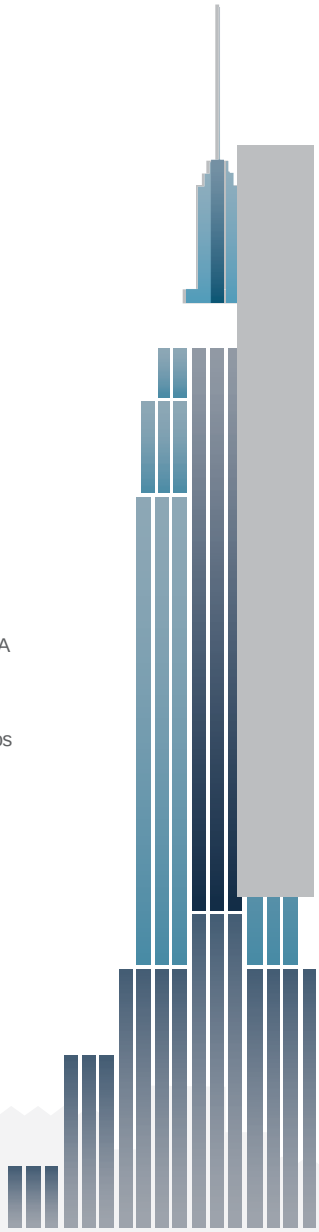
Atualização de Negócio

Os nossos negócios de mercados proporcionam serviços de execução, corretagem e gestão de risco em toda a variedade de ativos, incluindo capital, rendimentos fixos e taxas. Com uma nova equipa de liderança de mercados, estamos altamente concentrados em investir em tecnologia capaz de impulsionar o sucesso do cliente e melhorar a quota de mercado. Por exemplo, migrámos para uma nova plataforma digital e financiámos atualizações essenciais nas nossas plataformas comerciais digitais em 2017. Estamos empenhados em padronizar e simplificar as tecnologias pós-negociação num potencial ambiente de forte regulamentação e controlo. Em 2017, o Barclays foi considerado com o sendo o Melhor Banco para a Câmbio em Londres e Melhor Banco para GBP/USD nos prémios anuais da FX Week.

O nosso negócio de banca de investimento proporciona aconselhamento estratégico em fusões e aquisições, finança corporativa e soluções de gestão estratégica de risco, assim como capacidades de obtenção de capital e crédito. Em 2017, o Barclays alcançou a sua maior quota de honorários global em três anos[1] e foi o banco número um no RU pela primeira vez desde 2012[1]. Impulsionado por uma forte atividade de fusões e aquisições, aconselhámos em inúmeras transações importantes levadas a cabo pelos nossos clientes. O nosso negócio de Finanças Alavancadas alcançou a sua maior quota de honorários global de sempre, colocando o Barclays nos quatro primeiros pelo segundo ano consecutivo[1]. O Barclays foi considerado a Sterling Bond House of the Year em 2017 pela revista IFR – com mais de 150 emissões de títulos em libras. Servindo clientes de várias indústrias e segmentos, O Barclays orgulha-se de pertencer ao top três de financiadores de capital para entidades supranacionais, instituições e agências soberanas1, o que permite o financiamento de infraestruturas cruciais e a ajuda na promoção de crescimento e estabilidade económica global.

Com experiência na indústria e um historial de inovação, o nosso negócio de banca corporativa proporciona soluções bancárias, financeiras, comerciais e de pagamento abrangentes para negócios em todo o RU. Por exemplo, o Barclays apoio a Pod Point, o fornecedor líder no RU de carregamento de veículos elétricos desde a sua introdução em 2009. A oferta de empréstimos de risco do Barclays - possível graças ao nosso produto financeiro inovador parcialmente garantido pelo Fundo de Investimento Europeu - ajudou a Pod Point a ter acesso atempado a capital, de modo a poderem concentrar-se no desenvolvimento do seu negócio.

Finalmente o nosso negócio de investigação proporciona conteúdo independente, de reflexão e inovador sobre Capital, Crédito, Macro e Estratégia de Carteira Quantitativa. A implementação do MiFIFII trouxe alterações sem precedentes à indústria de investigação e reforçou o compromisso do Barclays em proporcionar aos seus clientes conhecimentos de mercado diferenciados, ideias comerciais executáveis e visões temáticas alcançadas através publicações, interações analistas personalizadas, conferências e eventos.



Nota
1 Dialógica

O nosso desempenho em Consumidores, Cartões e Pagamentos

Os Consumidores, Cartões e Pagamentos inclui o Barclaycard International e o Banco Privado e Serviços no Estrangeiro. O Barclaycard International fornece cartões de crédito para consumidores da nossa marca ou em associação de marca, empréstimos e contas de depósitos aos nossos clientes nos EUA e na Alemanha, e soluções de pagamento para os clientes no RU. O Banco Privado e Serviços no Estrangeiro fornecem serviços bancários, de investimento e de gestão patrimonial a mais de 160.000 clientes a nível global.

Barclaycard International

O nosso negócio do Barclaycard International está dividido em três divisões: Barclaycard US, Barclaycard Business Solutions e Barclaycard Germany .

O Barclaycard US fornece cartões de crédito da nossa marca ou em associação de marca nos EUA, juntamente com empréstimos ao consumo e depósitos retalhistas online. Somos o nono maior emissor de cartões de crédito no mercado e este negócio saiu reforçado em 2017. Lançamos um novo cartão de crédito em associação de marca com a Uber, o qual tinha uma integração inovadora na aplicação da Uber e oferecia uma experiência simples, contínua e fluida ao cliente. A nossa relação com os parceiros existentes ficou mais forte, com o nosso cartão em associação de marca com a JetBlue reconhecido como o melhor “best no-fee loyalty airline card” para a revista MONEY em 2017.

Em todos os produtos de cartões de crédito, o Barclaycard US abriu mais de 2 milhões de novas contas em 2017. Para complementar, os nosso depósitos retalhistas de consumo da nossa própria marca ultrapassam agora os $12,5 mil milhões

O Barclaycard Business Solutions fornece aquisições comerciais, integração e aceitação de pagamentos, plataformas de pagamentos, pagamentos comerciais e soluções de finanças de consumo no ponto de venda no RU. Somos um importante fornecedor em todos os nosso negócios, e somos um das maiores entidades de aceitação de pagamento na Europa. Em 2017, processámos perto de £250 mil milhões em pagamentos em aquisições.

Em 2017, processámos perto de £250 mil milhões em pagamentos em aquisições.

Em 2017, completámos um investimento de quatro anos numa nova plataforma de processamento de pagamentos core, a qual mostra cartões de liquidação omnicanais, em várias moedas e multi-geográfico, capacidades que nos ajudam a reforçar as nossas relações comerciais e suportar o seu crescimento. Coincidindo com o lançamento do IPhone 8 e X da Apple, o Barclays Partner Finance disponibilizou uma oferta de financiamento na loja, no RU, com 131.000 aplicações recebidas nas lojas desde o seu lançamento. Somos agora também um parceiro de preferência para financiamento no ponto de venda da Tesla no RU, através de uma oferta digital na loja. A plataforma eletrónica para a transferência de fundos do Barclaycard Business Solutions, conhecida por PrecisionPay Bank Transfer, foi lançada na Q3. Teve um lançamento bem sucedido e proporciona aos clientes a capacidade de pagar aos seus fornecedores por transferência bancária, a qual é financiada por um cartão comercial.

O Barclaycard está presente na Alemanha há mais de um quarto de século a serve agora mais de 1,2 milhões de clientes com cartões e empréstimos. Somos o emissor de crédito renovável líder de mercado, no país organizado por saldos pendentes. Também um negócio de crédito a prestações em crescimento, assim como um produto de depósitos online. Como reconhecimento da nossa preocupação com produtos e funcionalidades inovadoras, os três produtos de mercado aberto do Barclaycard (New Visa, Gold e Platinium) receberam várias distinções de “melhor-na-classe” por parte de importantes negócios e revistas alemãs. O Barclaycard Germany continua a ter excelentes classificações de satisfação de clientes e é colocado pelo mercado nos dois melhores tanto para cartões como para empréstimos.
Também fornecemos cartões e empréstimos na Noruega, Suécia e Dinamarca através da nossa *joint venture* EnterCard juntamente com o Swedbank e somos um importante ator na região.

O nosso desempenho em Consumidores, Cartões e Pagamentos

Rutura do Mercado de Cartões de Crédito em regime de associação nos EUA

Novembro de 2017 ficou marcado pela apresentação do Cartão Uber Visa, reconhecido como um dos mais benéficos programas de cartões "no annual fee" nos EUA.

Como pioneira em transporte e tecnologia, a Uber reconheceu a qualidade do Barclays em pagamentos, inovação e parcerias aquando do lançamento do seu primeiro cartão de crédito em regime de associação. Antevendo o futuro da mobilidade, tecnologia e comércio, as nossas empresas criaram uma das mais modernas experiências de pagamento no mercado americano.

Este programa de pagamentos topo de gama representa uma abordagem inovadora à tecnologia de aplicações móveis que vai ao encontro das exigências do consumidor móvel atual. Através do seu smartphone, clientes aprovados podem pedir o cartão e carregar a sua carteira Uber, e começar a ganhar recompensas numa questão de minutos. Isto proporciona-lhes valor e experiências instantâneas, integradas e gratificantes.

Banco Privado e Serviços no Estrangeiro

O Banco Privado e Serviços no Estrangeiro fornece uma variada gama de produtos e serviços financeiros e patrimoniais a uma vasta base de clientes, desde retalho, património líquido elevado ou ultra elevado, negócios familiares e corporações. Com uma presença global alargada, o negócio atua no RU, EMEA, Índia e Ilhas Offshore.

Dentro do Banco Privado, os clientes afluentes do Barclays têm a assistência por um Banco Privado dedicado e uma equipa de especialistas em investimento e património. Além disso, as instalações do Banco Privado têm acesso aos produtos e serviços do Banco de Investimento e Corporativo do Barclays para património líquido ultra elevado. O negócio Serviços no Estrangeiro fornece soluções bancárias, tesoureiras e de investimento para segmentos core de clientes através de serviços e canais online orientados para relações.

Com uma presença global alargada, o negócio atua no RU, EMEA, Índia e Ilhas Offshore.

Com o foco na oferta de serviços e produtos, o nosso Banco Privado e Serviços no Estrangeiro está destinado a um crescimento escalado.

As nossas operações de serviço

As funções da Sede envolvem as operações centrais do Grupo. Com a reintegração dos ativos e negócios existentes na segunda metade de 2017, as funções passaram a ser um contribuidor mais influente para os resultados do Grupo. Futuramente, muitas das funções da Sede estarão incluídas dentro da Empresa de Serviços do Grupo.

A escala da Empresa de Serviços do Grupo é substancial, contando com cerca de 42.000 colaboradores em todo o mundo. Fornece serviços referentes a um vasto leque de capacidades técnicas e funcionais, incluindo Cumprimento, Relações Corporativas, Jurídico, Risco, Imobiliário, Finanças, Operações e Tecnologia. A Empresa de Serviços do Grupo funciona como uma entidade legal separada, com o seu próprio conselho de administração, de modo a promover a transparência e responsabilidade acrescida.

A Empresa de Serviços do Grupo é também um importante passo na aplicação do nosso programa de reformas estruturais. É a resposta do Barclays aos requisitos de delimitação definidos pelo governo britânico no seguimento da crise financeira que teve início em 2007. Juntar os nossos serviços deste modo vai permitir a manutenção da continuidade operacional das nossas unidades de negócio e facilitar a nossa recuperação e execução de planos de resolução no caso de alguma dificuldade financeira, e deste modo reforçar a resiliência do Barclays Group. Também significa que temos um centro de excelência para serviços necessários para o negócio, como a gestão de fraude e segurança virtual, nos quais podemos reduzir as duplicações e beneficiar da implementação das melhores práticas em todos os nosso negócios.

A Sede do Barclays inclui o impacto das operações de tesouraria, as quais gerem o capital, financiamento e posição de liquidez do Grupo.

Em 2017, a Sede tornou-se mais importante para o Barclays uma vez que reteve alguns dos custos associados com ativos e negócios existentes, os quais foram reintegrados a 1 de julho de 2017. Este fatores contribuíram para uma perda de 834m£ antes de impostos em 2017.

A partir de 1 de Abril de 2018, as operações de tesouraria serão integradas nas respetivas entidades legais tanto do Barclays Bank UK PLC e do Barclays Bank PLC como do Barclays PLC.

A Empresa de Serviços do Grupo tem um valor comercial e competitivo elevado.

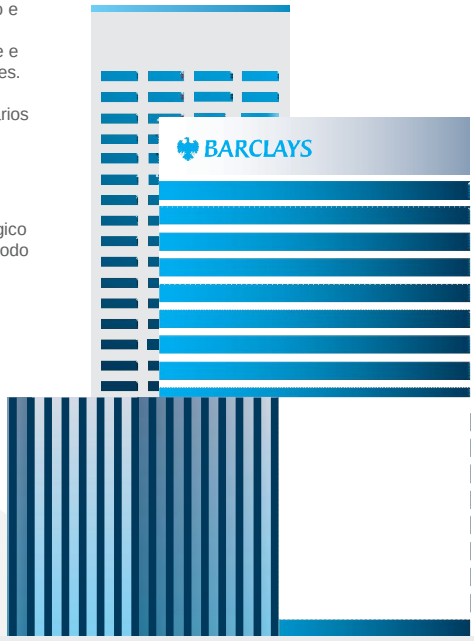
Operações centrais já estão em execução dentro da Empresa de Serviços do Grupo - uma entidade legal separada, com todos os seus custos a serem cobrados às duas entidades legais.

A Empresa de Serviço do Grupo "foi erguida" em Setembro de 2017 e é a plataforma através da qual iremos fornecer uma vasta gama de operações, tecnologia e serviços funcionais ao Barclays Group, e as duas entidades legais do Barclays Bank UK PLC e Barclays Bank PLC. O objetivo da Empresa de Serviço do Grupo é fornecer serviços de qualidade mundial, eficientes e eficazes em termos de custo, capazes de apoiar no nosso objetivo de sermos os líderes na mudança e inovação da indústria.

Com um valor comercial e competitivo significativo, cremos que a Empresa de Serviços do Grupo vai reduzir as duplicações de esforço e custos drasticamente, permitindo-nos proporcionar uma experiência mais consistente e simplificada aos nossos colaboradores e clientes. Isto irá permitir-nos assumir a liderança na próxima geração de produtos e serviços bancários e aceitar totalmente as vantagens inerentes à automatização, aproveitar os nossos dados e inovar como uma Fintech.

Pretendemos desbloquear eficiências e disponibilizar capital para investimento estratégico na ajuda à optimização do Barclays como um todo e proporcionar valor aos nossos acionistas.

Para mais informações sobre o calendário e o progresso do nosso programa de reformas estruturais, consulte a página 204 do Barclays Bank PLC Relatório Anual 2017.



O nosso compromisso contínuo para com as nossas pessoas motivam o nosso sucesso

Incentivar a cultura certa no Barclays é crucial para o nosso sucesso. Através da promoção de respeito, diversidade e desempenho no local de trabalho, pretendemos atingir excelência de modo a alcançar os melhores resultados para os nossos clientes e ter orgulho nos resultados alcançados. Continuamos a estar focados na importância de introduzir uma conduta e cultura baseada em valores em toda a organização e tal encontra-se no centro da nossa estratégia e dos nossos processos. No reconhecimento da importância deste compromisso, a cultura e os valores permanecem uma das nossa prioridades estratégicas em 2017.

Em 2016, desenvolvemos um enquadramento de medição da cultura baseado nos nossos valores, de modo a seguir e medir o progresso cultural no Grupo. Em 2017, concentrámo-nos em introduzir este enquadramento, garantindo que é um componente chave das métricas não financeiras de avaliação dos ativos e do desempenho do Barclays. Através deste enquadramento e dos resultados do nosso inquérito de opinião dos funcionários "Your View", são criados insights trimestrais, métricas culturais chave e indicadores de desempenho, os quais estimulam discussões de gestão que resultam em ações e decisões para melhor promover e incorporar a conduta e cultura baseada em valores.

Mantemos a ambição de nos tornarmos um empregador mais acessível, inclusivo e procurado, onde os colaboradores se sentem motivados para atingir o seu melhor de modo a oferecerem o seu melhor aos nossos clientes.

Mantemos a ambição de nos tornarmos um empregador mais acessível, inclusivo e procurado, onde os colaboradores se sentem motivados para atingir o seu melhor de modo a oferecerem o seu melhor aos nossos clientes. É com grande satisfação que, em 2017, vimos o envolvimento sustentável dos nossos funcionários melhorar para 78% em todo o Grupo.

Este ano, foi pedido aos colaboradores que seleccionassem as frases que usariam para descrever a atual cultura no Barclays, e sentimo-nos satisfeitos com o facto de satisfação do cliente, melhoria contínua e crescimento são algumas das principais palavras escolhidas. O foco continua em áreas que sabemos serem chave para o avanço de alterações culturais, como por exemplo as nossas campanhas Dynamic Working e do bem-estar dos funcionários ou a prioridade dada à sensibilização positiva de saúde mental através da nossa campanha "This is Me". O nosso compromisso contínuo de aumentar a representação feminina a todos os níveis do Barclays continua a ser um ponto essencial da nossa gestão de talento e dos nossos processos de sucessão de liderança. Como tal, reconhecemos que o nosso compromisso para com uma maior igualdade de género é crucial para trazer alterações sociais em igualdade, diversidade e inclusão. Mais detalhes sobre os nossos compromissos de diversidade de género, tal como mais destaques da nossa estratégia de Diversidade e Inclusão, podem ser consultados na secção Pessoas, das páginas 89 a 92 do Barclays Bank PLC Relatório Anual 2017.

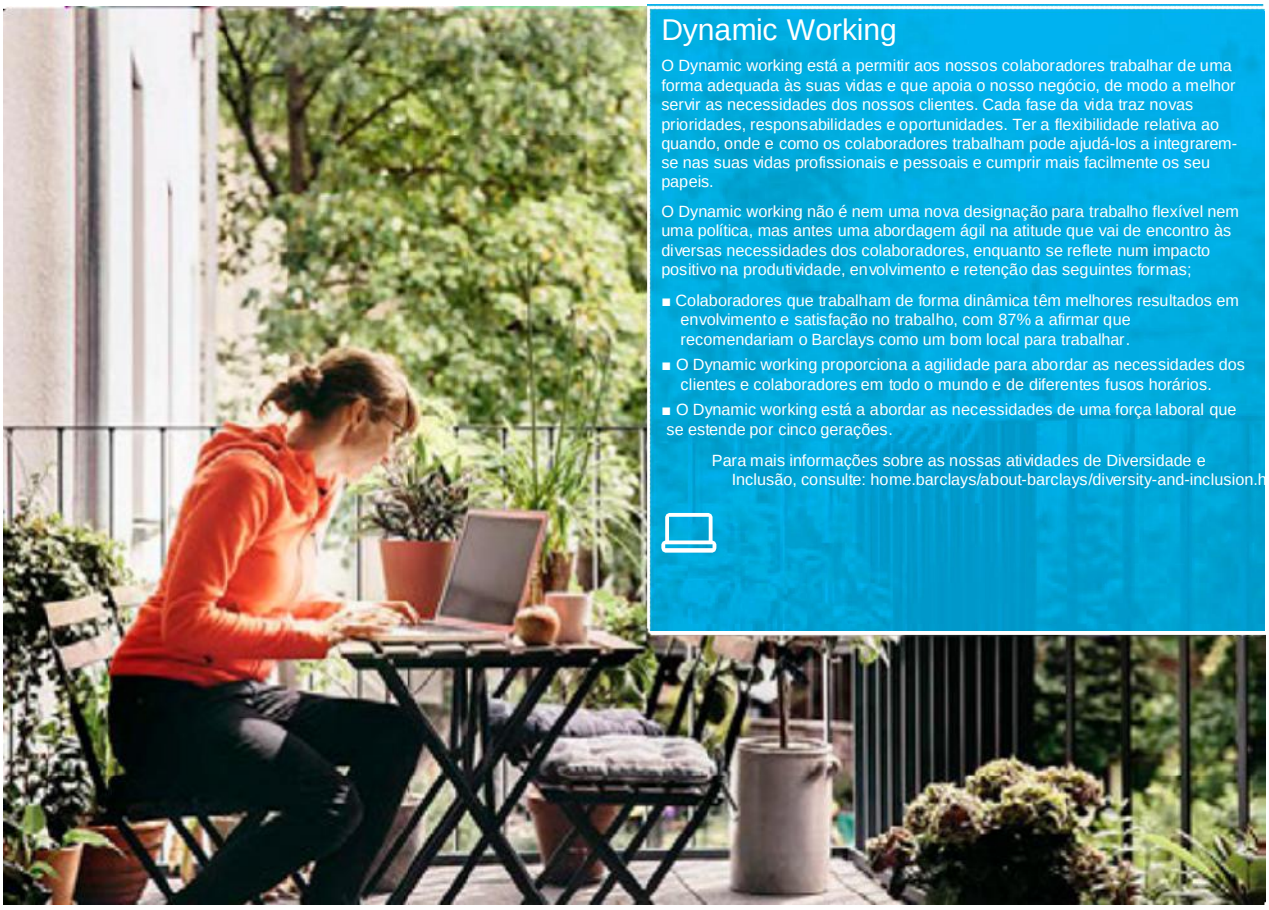
Continuamos a organizar Cimeiras de Liderança de Empresas apoiadas pelo CEO do Grupo e que têm a intenção de desenvolver a nova geração de líderes empresariais e fortalecer a cultura de colaboração entre os nosso líderes, de modo a garantir soluções e produtos melhorados para os nossos clientes. Este programa rotacional de funções de controlo, lançado em 2016 e expandido este ano, reconhece que os futuros líderes dos nossos negócios têm de ter um forte consciência e conhecimento do ambiente de controlo. O programa proporciona a colaboradores a oportunidade de trabalhar dentro de uma função de controlo para ganharem uma perspetiva importante.

Estamos empenhados em ajudar as pessoas a terem sucesso, quer estejam a entrar no local de trabalho pela primeira vez, quer sejam profissionais experientes. Como apoio ao Barclays Shared Growth Ambition, desemprego jovem e mobilidade social, o nosso programa de aprendizagem continuou a proporcionar oportunidades a candidatos de um vasto leque de proveniências. Desde o início do programa contratámos 3.400 aprendizes, a maioria dos quais sem qualificações ou experiência prévia. Continuamos a expandir o programa, lançando em 2017 o primeiro programa Agriculture Higher Apprenticeship de sempre e um Degree Apprenticeship em banca. Através do programa Barclays Armed Forces Transition, Employment and Resettlement (AFTER), ajudámos mais de 5.500 veteranos em transição de emprego e contratámos mais de 500 colaboradores ex-militares, assim como doar mais de 4,25m£ para caridades militares que assistem pessoas feridas em transição de empregos.

Durante 2017, o reconhecimento externo confirmou o impacto global sustentável do nosso trabalho. Estamos muito satisfeitos com o aumento do envolvimento dos nossos colaboradores que estamos a verificar por toda a organização, assim como as diferenças externas e internas que os nossos valores e cultura estão a ter e o impacto que podemos ter na vida das pessoas na procura de sucesso e criação de um futuro onde possam prosperar. O nosso desejo de continuar a implementar um conduta e cultura baseada em valores demonstra a importância que cremos que as contribuições positivas e criativas de cada um dos nosso colaboradores quando servem o cliente têm, tal como para a criação de uma ideia de confiança e respeito na área da banca.

Tristram Roberts
Diretor de Recursos Humanos do Grupo

Para mais informação sobre as disparidades salariais de géneros no Barclays, consulte a página 90 do Barclays PLC Annual Report 2017.



Dynamic Working

O Dynamic working está a permitir aos nossos colaboradores trabalhar de uma forma adequada às suas vidas e que apoia o nosso negócio, de modo a melhor servir as necessidades dos nossos clientes. Cada fase da vida traz novas prioridades, responsabilidades e oportunidades. Ter a flexibilidade relativa ao quando, onde e como os colaboradores trabalham pode ajudá-los a integrarem-se nas suas vidas profissionais e pessoais e cumprir mais facilmente os seu papeis.

O Dynamic working não é nem uma nova designação para trabalho flexível nem uma política, mas antes uma abordagem ágil na atitude que vai de encontro às diversas necessidades dos colaboradores, enquanto se reflete num impacto positivo na produtividade, envolvimento e retenção das seguintes formas;

- Colaboradores que trabalham de forma dinâmica têm melhores resultados em envolvimento e satisfação no trabalho, com 87% a afirmar que recomendariam o Barclays como um bom local para trabalhar.
- O Dynamic working proporciona a agilidade para abordar as necessidades dos clientes e colaboradores em todo o mundo e de diferentes fusos horários.
- O Dynamic working está a abordar as necessidades de uma força laboral que se estende por cinco gerações.

Para mais informações sobre as nossas atividades de Diversidade e Inclusão, consulte: home.barclays/about-barclays/diversity-and-inclusion.h

Cumprimento do Código de Governação Corporativa no RU

Segue-se um resumo de como as atividades do Barclays cumprem com os principais princípios do Código de Governação Corporativa do RU (o Código).

Uma vez que o Barclays Bank PLC não é emissor premium de capital registado, não é necessário o cumprimento do Código. No entanto, O Barclays Bank PLC tenta garantir que as suas atividades cumprem os principais princípios do Código.

Liderança

Existe uma divisão clara de responsabilidades entre o Presidente, que gere o Conselho, e o Diretor Executivo do Grupo, que gere os negócios do Grupo. Os papéis individuais no Conselho e as respetivas responsabilidades estão definidas na *Carta de Expetativas* do Barclays.

O Diretor Independente Sénior, Sir Gerry Grimstone, atua como interlocutor do Presidente e intermediário para os outros Diretores quando necessário. Está também disponível para os acionistas se estes tiverem preocupações que não foram abordadas através dos canais habituais.

O Conselho definiu a cultura, valores e comportamentos do Barclays na *Missão e Valores* do Barclays e *O Caminho Barclays*, que são assimilados por todo o Grupo.

Dos diretores, espera-se que ofereçam contestação rigorosa e construtiva em assuntos que, devido às suas implicações ou consequências estratégicas, financeiras ou de reputação, sejam considerados significativos para o Grupo.

Eficácia

As aptidões, conhecimentos e experiência necessários para um Conselho eficaz estão registados numa matriz de aptidões, usada pelo Comité de Nomeações do Conselho para informar o recrutamento, iniciação e desenvolvimento contínuo de Diretores.

A composição dos principais Comités do Conselho cumpre os critérios de independência do Código e têm um número adequado de membros cruzados para ajudar a promover a eficácia.

11 dos 14 Diretores são Diretores independentes não-executivos (79%), enquanto que o Presidente era independente quando foi nomeado.

À data deste relatório, contam-se três Diretoras (21%), em comparação com a nossa meta de 33% até 2020, a qual o Conselho mantém o seu compromisso em cumprir.

O Comité de Nomeações do Conselho delibera regularmente os planos de sucessão para o Conselho e para a gestão superior.

As nomeações para o Conselho são efetuadas através de um processo formal, rigoroso e transparente, com base no mérito, tomando em consideração as aptidões, a experiência e a diversidade necessária no Conselho, no contexto da direção estratégica do Barclays.

Todos os Diretores devem dedicar o tempo suficiente para cumprir os seus deveres para com o Barclays. Em 2017, a assiduidade dos Diretores nas reuniões agendadas do Conselho foi de 97% e, transversalmente às reuniões agendadas do Comité do Conselho, a média foi também de 94%.

O Conselho avalia a sua própria eficácia, a dos Comités e a dos Diretores individuais anualmente, num processo facilitado externamente por uma terceira parte independente.

Os Diretores estão sujeitos a eleição ou reeleição pelos acionistas, todos os anos, na RGA.

A *Carta de Expetativas* do Barclays estabelece as responsabilidades de fornecimento de informação precisa, atempada e de alta qualidade ao Conselho, necessária para que este cumpra os seus deveres.

O Conselho, apoiado pelos seus Comités de Risco e Reputação, leva a cabo avaliação sólidas dos principais riscos que enfrentam o Barclays.

Responsabilização

O Conselho é responsável por definir a apetência pelo risco do Barclays, isto é, o nível de risco que está preparado a assumir no contexto dos seus objetivos estratégicos a atingir.

A finalidade do Quadro de Gestão de Risco Corporativo é identificar e definir os requisitos mínimos no que diz respeito aos riscos principais para a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo, e dar garantias razoáveis de que os controlos internos são eficazes.

O Conselho, apoioado pelos seus Comités de Risco e Reputação, leva a cabo avaliações sólidas dos principais riscos que o Barclays enfrenta, incluindo os que possam ameaçar o seu modelo de negócio, desempenho futuro, solvência ou liquidez.

Os Diretores avaliam também a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco do Grupo.

O Conselho implementou processos para apoiar a apresentação aos acionistas de informação justa, equilibrada e inteligível.

O Comité de Auditoria do Conselho, composto por Diretores não-executivos independentes, supervisiona a eficácia dos auditores internos e externos do Barclays.

Remunerações

O Comité de Remuneração do Conselho, composto por Diretores não-executivos independentes, define a política global de remuneração do Grupo e aprova as disposições de remuneração do Presidente, dos Diretores executivos e de outros executivos superiores.
O Comité de Remuneração da Direção solicita a perspetiva dos principais acionistas do Barclays nas matérias de remuneração. Esta comunicação é significativa e contribui diretamente para as decisões tomadas pelo Comité.

O quadro de recompensas do Barclays é simples e transparente, e foi concebido para apoiar e fomentar a estratégia de negócio e o sucesso a longo prazo.

De forma a garantir que corresponde aos interesses dos acionistas, uma quantia significativa dos pagamentos relacionados com o desempenho é entregue através das ações do Barclays.

A remuneração diferida não recebida está sujeita a malus. Também é aplicada a recuperação de quaisquer remunerações variáveis concedidas a Tomadores de Risco Material após 1 de janeiro de 2015.

Compromisso

O Presidente e o Diretor Superior Independente, juntamente com outros representantes do Conselho e o Secretário da Empresa, reúnem com os investidores relativamente a questões de governação corporativa.

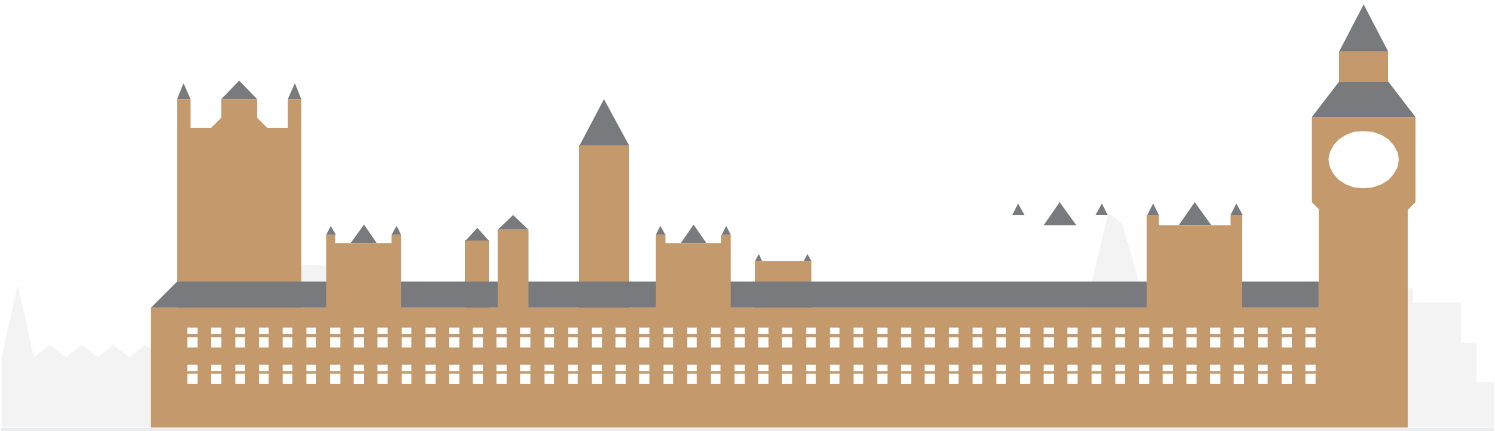
O Diretor Executivo e o Diretor Financeiro do Grupo apresentam os resultados trimestrais em reuniões breves, e o Diretor Financeiro do Grupo convoca reuniões breves para os analistas de capital e dívida do lado das vendas.

O Comité de Remuneração da Direção solicita a perspetiva dos principais acionistas do Barclays nas matérias de remuneração. Esta comunicação é significativa e contribui diretamente para as decisões tomadas pelo Comité.

A comunicação regular com os corretores do Barclays garante que a estratégia e o desempenho do grupo são comunicados eficazmente e oferece uma compreensão mais profunda das perspetivas dos investidores.

O Conselho recebe feedback relativo à atividade das relações com os investidores, juntamente com relatórios regulares de alterações substanciais nas participações de acionistas e relatórios sobre os movimentos dos preços das ações.

São organizados vários eventos ao longo do ano para manter um diálogo aberto com os investidores, entre os quais a RGA é o mais importante.



Governação

Os nossos processos de governação empresarial e o papel que desempenham no apoio à consecução da nossa estratégia.

Governação

Página

- Relatório dos Diretores 41
- Diretores e Responsáveis 44
- Pessoas 45

A governação do Barclays PLC e do Barclays Bank PLC permaneceu alinhada em 2017. A Empresa de Serviços do Grupo implica variações no número de efetivos entre o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC.

Governação: relatório dos Diretores

Os Diretores apresentam o seu relatório juntamente com as contas auditadas do Barclays Bank PLC (a "Empresa") para o ano findo em 31 de dezembro de 2017.

A secção 414A da Lei das Empresas exige que os Diretores apresentem um Relatório Estratégico no Relatório Anual de Contas. As informações que cumprem este requisito podem ser consultadas nas páginas 1 a 39.

De acordo com a secção 414 C(11) da Lei das Empresas de 2006, e como se refere neste relatório dos Diretores, a Empresa optou por incluir determinados assuntos adicionais no seu Relatório Estratégico, cuja divulgação seria, de outra forma, exigida no presente Relatório dos Diretores. Juntamente com o Relatório Estratégico, o Relatório dos Diretores constitui o relatório de gestão para os efeitos do DTR 4.1.8R.

Os detalhes dos eventos importantes que afetam a Empresa desde o fim do passado exercício podem ser consultados nas notas às demonstrações financeiras. O Relatório Estratégico contém uma indicação dos desenvolvimentos futuros prováveis.

Outras informações relevantes para o Relatório dos Diretores, e incorporadas por remissão neste relatório, podem ser localizadas do seguinte modo:

	Páginas
Envolvimento dos Colaboradores	45
Incapacidade	46
Indicadores-chave de desempenho	15
Análise financeira	135
Gestão de risco	52
Riscos Principais	62

Lucros e dividendos

O Grupo desenvolve a sua atividade através de sucursais, agências e filiais no Reino Unido e no estrangeiro. Os resultados do Grupo evidenciam uma perda após impostos de 1 154 M£ (2016: lucros de 3 729 M£). O Grupo detinha ativos líquidos no valor de 65 734 M£ a 31 de dezembro de 2017 (2016: 70 955 M£). As perdas atribuíveis ao Barclays PLC, a Empresa-mãe, para o ano de 2017 ascenderam a 1 298 M£ (2016: lucros de 3 324 M£).

O Barclays PLC pagará um dividendo total relativo a 2017 de 2,0p por ação ordinária a 5 de abril de 2018 aos acionistas inscritos no registo de ações a 2 de março de 2018. A Empresa pagará um dividendo ao Barclays PLC para financiamento do pagamento de dividendos externos. Os Diretores recomendam um dividendo não superior a 417 M£ para satisfazer este requisito. A Nota 11 às contas contêm detalhes adicionais sobre os dividendos sobre ações totais e pagos em 2017. Os dividendos pagos relativos a ações preferenciais para o ano fino a 31 de dezembro de 2017 ascenderam a 242 M£ (2016: 340 M£). A 31 de dezembro de 2017, as reservas passíveis de distribuição da Empresa eram de 24 021 M£.

Capital Social

Não houve aumento do capital representado por ações ordinárias durante o ano. O Barclays PLC detém 100% das ações ordinárias emitidas. Não existem restrições à transferência de títulos ou acordos entre detentores de títulos reconhecidos pela Empresa que possam ter como consequência restrições à transferência de títulos ou de direitos de voto. A nota 30 contém informações adicionais sobre o capital social da Empresa.

Recompra de ações

A Empresa não recomprou quaisquer ações ordinárias durante o ano de 2017 (2016: nenhuma). Em 15 de março de 2017, as 55 000 000 ações preferenciais não cumulativas da Série 3, resgatáveis em dólares americanos, com o valor nominal individual de 0,25 USD, foram resgatadas integralmente por opção da Empresa. Em 15 de dezembro de 2017, as 20 930 acções preferenciais em libras esterlinas da Série 6%, com o valor nominal individual de 100 GBP, foram resgatadas integralmente por opção da Empresa.

Poderes dos Diretores para emitir ou recomprar as ações da empresa

Os poderes dos Diretores são determinados pela Lei das Sociedades de 2006 e pelos Estatutos da Empresa. Não houve emissão ou recompra de ações em 2017. Os Diretores estão autorizados a emitir e a distribuir ações e a recomprar ações, sujeitos a aprovação anual na RGA. Esta autoridade foi-lhes concedida pelos acionistas durante a RGA de 2017. Será proposto na RGA de 2018 que os Diretores recebam nova autoridade para distribuir e recomprar ações.

Diretores

Os Diretores da Empresa são indicados na página 44. Os interesses acionistas dos DIretores são descritos na página 113 do Relatório sobre Remunerações do Relatório Anual de Contas do Barclays PLC. A composição do Conselho de Diretores do Barclays PLC coincide com a do Barclays Bank PLC. As alterações de Diretores ocorridas durante o ano e até à data de assinatura deste relatório descrevem-se a seguir.

Nome	Função	Data efetiva de nomeação/rescisão
Sir Ian Cheshire	Diretor Não-Executivo	Nomeado a 3 de abril de 2017
Matthew Lester	Diretor Não-Executivo	Nomeado a 1 de setembro de 2017
Michael Turner CBE	Diretor Não-Executivo	Nomeado a 1 de janeiro de 2018
Diane de Saint Victor	Diretor Não-Executivo	Reformada a 28 abril 2016
Stephen Theike	Diretor Não-Executivo	Reformado a 28 abril 2016

Indemnizações aos Diretores

Estiveram em vigor provisões qualificadas para indemnizações a terceiros (tal como definido na secção 234 da Lei das Sociedades de 2006) no decurso do ano fiscal que terminou em 31 de dezembro de 2017, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para o benefício dos Diretores em relação a certos prejuízos e responsabilidades em que possam ter incorrido (ou incorreram), relacionadas com as suas obrigações, poderes ou mandato. Adicionalmente, a Empresa mantém um seguro de responsabilidade civil que cobre qualquer ação legal movida contra os seus Diretores.
A qualificação de despesas de indemnizações com regimes de pensões (como definido na secção 235 da Lei das Empresas de 2006) esteve em vigor no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, vigoram em benefício dos Diretores do

Barclays Pension Funds Trustees Limited, como Administrador Fiduciário do Barclays Bank UK Retirement Fund. Os Diretores do Administrador Fiduciário são indemnizados por passivos incorridos relacionados com as atividades da empresa enquanto Administrador Fiduciário do Barclays Bank UK Retirement Fund.

Da mesma forma, a qualificação de despesas de indemnizações com regimes de pensões esteve em vigor durante 2017, em benefício dos Diretores do Barclays Executive Schemes Trustees Limited como Administrador Fiduciário do Barclays Bank International Zambia Staff Pension Fund (1965), do Barclays Capital International Pension Scheme (Nº 1) e do Barclays PLC. Os Diretores do Administrador Fiduciário são indemnizados por passivos incorridos
relacionados com as atividades da empresa como Administrador Fiduciário dos regimes referidos supra.

Ambiente
O Barclays concentra-se na resolução das questões ambientais em que acreditamos ter o maior potencial para marcar a diferença. Concentramo-nos em gerir a nossa própria pegada de carbono e em reduzir as nossas emissões absolutas de carbono, ao desenvolvermos produtos e serviços que apoiam a transição para uma economia de baixo carbono, e ao gerirmos os riscos da mudança climática para as nossas operações, clientes, e sociedade em geral.

Investimos na melhoria da eficiência energética das nossas operações, e compensamos as emissões remanescentes através da compra de créditos de carbono, cedidos por projetos confirmados. Também prosseguimos um compromisso de longa data com a gestão dos riscos ambientais e sociais associados às nossas práticas de crédito, que se está incorporado nos nossos processos de Risco de Crédito. Existe uma estrutura de governação que apoia o diálogo claro por todo o negócio e com os fornecedores sobre assuntos de potenciais riscos ambientais e sociais.

Divulgámos as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) pelas quais somos responsáveis, como definido nos "Regulamentos de 2013 (Relatório Estratégico e Relatório de Direção) da Lei das Empresas de 2006 ". Fornecemos informações mais detalhadas sobre (i) soluções de financiamento para uma economia de mais baixo carbono (ii) gestão do risco ambiental e (iii) gestão da nossa pegada de carbono e ambiental no Suplemento Ambiental, Social e de Governação (ASG) do Barclays, que está disponível no nosso website em home. barclays.com/citizenship.

	Ano corrente[a] 2017	Ano anterior 2016	Ano anterior 2015
Emissões Globais de GEE[b]			
Total de CO2e (toneladas)	347 165	402 531	479 934
Emissões de CO2e do Âmbito 1 (toneladas)[c]	25 627	26 721	29 144
Emissões de CO2e do Âmbito 2 (toneladas)[d]	250 897	308 473	342 012
Emissões de CO2e do Âmbito 3 (toneladas)[e]	70 641	67 336	93 989
Rácio de Intensidade			
Total de Equivalentes a Tempo Inteiro (Equivalentes a Tempo Inteiro)	79 900	76 500	85 800
Total de emissões de CO2e (toneladas) por ETI[f]	4,34	5,26	5,59
Emissões do Âmbito 2 baseadas no mercado (toneladas)j	298 469	337 483	

a Para efeitos de notificação das emissões de GEE, o período anual decorre entre 1 de outubro a 30 de setembro. O ano de relatório das emissões de dióxido de carbono não está totalmente alinhado com o ano do exercício abrangido pelo relatório dos diretores.

b A metodologia usada para calcular os nossos GEE é o Protocolo sobre Gases com Efeitos de Estufa (GEE): Edição Revista das Normas para Contabilidade e Relatórios Empresariais, definido pelo World Resources Institute/World Business Council for Sustainable Development (WRI/WBCSD). Adotámos a abordagem de controlo operacional sobre limites de notificação para definir os nossos limites de notificação. Caso existam propriedades que estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Barclays mas estejam arrendadas a inquilinos, essas emissões não serão incluídas nos cálculos de GEE do Grupo. Sempre que o Barclays for responsável pelos custos com serviços de utilidade pública, as emissões associadas serão incluídas.
Em 1 de junho de 2017, concluímos a venda de uma participação de 33,7% no Barclays Africa Group Limited (BAGL), do que resultou uma posição não-controladora. Em 2017 recalculámos as nossas emissões de GEE de acordo com os nossos valores de referência de 2015 para considerar este efeito, e as emissões do BAGL deixaram de ser reportadas a partir de 2015 para garantir a monitorização correta do nosso compromisso de redução de 30 % do carbono. Além disso, recalculámos as nossas emissões de Âmbito 3 para remover dados atmosféricos incorretos previamente identificados como fazendo parte do processo de notificação de 2017.

c O Âmbito 1 cobre a queima direta de combustíveis e os veículos detidos pela empresa (apenas do Reino Unido, que é o principal contribuinte). As emissões fugitivas notificadas no Âmbito 1 incluem as emissões do Reino Unido, das Américas, da Ásia-Pacífico e da Europa.

d As emissões de localização e mercado do Âmbito 2 cobrem a eletricidade e o vapor adquiridos para uso próprio. As emissões baseadas no mercado foram notificadas apenas para 2017 e 2016.

e O Âmbito 3 cobre emissões indiretas de deslocações em serviço (voos globais e transporte terrestre no Reino Unido, EUA e Índia. O transporte terrestre nos EUA e na Índia cobre daqui em diante apenas o aluguer de automóveis, que é fornecido diretamente pelo fornecedor. Os dados do transporte terrestre (excluindo os carros da empresa do Âmbito 1) cobrem apenas os países onde os fornecedores disponibilizam dados fiáveis.

f Os cálculos do rácio de intensidade foram realizados usando apenas fatores de emissões baseados no local.

Investigação e Desenvolvimento
No decurso normal da sua atividade, o Grupo desenvolve novos produtos e serviços em cada uma das suas divisões de negócio.

Instrumentos Financeiros
Os objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do Barclays, incluindo a política para cobertura de cada tipo principal de transação prevista onde é usada contabilidade de cobertura, e para a exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez são delineados nas páginas 52 a 54 e 76 a 125.

Alteração de controlo
Não existem acordos significativos em que a Empresa seja parte afetada por uma alteração do controlo sobre a Empresa após uma oferta pública de aquisição. Não existem acordos entre a Empresa e os seus Diretores ou funcionários que prevejam indemnizações por perda de emprego decorrente de uma oferta pública de aquisição.

Os Auditores
O Comité de Auditoria do Conselho analisa a nomeação dos auditores externos, bem como o seu relacionamento com o Grupo, incluindo a monitorização da utilização pelo Grupo dos auditores do Grupo para serviços de não-auditoria e o balanço de honorários de auditoria e não-auditoria pagos aos auditores. Mais informações sobre este assunto podem ser encontradas na Nota 42 às contas.

Com efeitos a partir do início do exercício de 2017, a KPMG foi nomeada revisor oficial do Barclays, substituindo a PwC no seguimento de um concurso para auditor externo lançado em 2015.

Princípio de continuidade

As atividades de negócio, a posição financeira e o capital do Grupo, fatores que provavelmente afetarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho e os objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros aos quais está exposto, discutem-se nas secções do Relatório Estratégico e de Gestão do Risco.

Os Diretores consideraram adequado preparar as demonstrações financeiras com base no princípio da continuidade.

Ao prepararem cada uma das demonstrações financeiras do Grupo e da empresa-mãe, os diretores devem:

- avaliar a capacidade do Grupo e da empresa-mãe de continuarem a exercer atividade, divulgando, se for o caso, questões relacionadas com a continuidade; e
- usar o princípio contabilístico da continuidade, a menos que pretendam liquidar o Grupo ou a Empresa-mãe, ou que não tenham outra alternativa viável.

Divulgação de informações ao auditor

Cada Diretor confirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, não existem informações de auditoria relevantes sobre as quais os auditores do Banco não tenham conhecimento, e que cada um dos Diretores levou a cabo todos os passos que deveria ter levado como Diretor para se tornar consciente de qualquer informação de auditoria relevante e para providenciar que os auditores da Empresa estão ao corrente de tal informação. Esta confirmação é apresentada em cumprimento da secção 418 da Lei das Sociedades de 2006 e deve ser interpretada em conformidade com e sujeita a tais provisões.

Responsabilidades dos Diretores

A seguinte declaração, que deve ser lida conjuntamente com o relatório dos Auditores descrito nas páginas 154 e 162, é feita com o intuito de distinguir aos acionistas as respetivas responsabilidades dos Diretores e dos auditores em relação às contas.

Pela Lei das Empresas de 2006, os Diretores devem preparar as contas do Grupo e da Empresa para cada exercício e, relativamente às contas do Grupo, em conformidade com o Artigo 4º do Regulamento NCI. Os Diretores prepararam as contas do Grupo e da Empresa em conformidade com as NIRF adoptadas pela UE. Ao abrigo da Lei das Empresas de 2006, os Diretores não deverão aprovar as demonstrações financeiras a menos que se assegurem de que estas apresentam uma imagem verdadeira e justa da situação do Grupo e da Empresa-mãe e dos seus lucros e perdas para esse exercício.

Os Diretores consideram que, em preparação para as demonstrações financeiras das páginas 153 a 268, o Grupo usou políticas de contabilidade apropriadas, suportadas por considerações e estimativas razoáveis, e que todas as regras de contabilidade que consideram aplicáveis foram seguidas.

Tendo considerado todos os assuntos apresentados pelo Conselho e trazidos à atenção do Conselho durante o ano em questão, os Diretores consideram que o Relatório Anual e os Relatórios Financeiros, de modo geral, são justos, equilibrados e compreensíveis e fornecem a informação necessária para que os acionistas possam avaliar a posição e desempenho, o modelo de negócios, e a estratégia da Empresa.

Os Diretores são responsáveis por este controlo interno ao determinarem a necessidade de permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, devidas a fraudes ou erros.

Declaração de Responsabilidade dos Diretores

Os Diretores têm a responsabilidade de garantir que a Empresa e o Grupo mantenham registos contabilísticos que revelem com razoável rigor a situação financeira da Empresa e do Grupo que lhes dê a capacidade para garantirem que as contas cumprem a Lei das Empresas de 2006.

Os Diretores também são responsáveis por preparar um Relatório Estratégico, um Relatório de Diretores, e uma Declaração de Governação Empresarial em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis.

Os Diretores são responsáveis pela manutenção e integridade do Relatório Anual e das Demostrações Financeiras tal como aparecem no website da Empresa. A legislação do Reino Unido que governa a preparação e a divulgação das demonstrações financeiras poderá diferir da legislação noutras jurisdições.

Os Diretores são geralmente responsáveis por tomar as medidas que estejam à sua disponibilidade razoável para a salvaguarda dos ativos do Grupo e para prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades.

Os Diretores, cujos nomes e funções são indicados na página 44, confirmam, tanto quanto têm conhecimento, que:

(a) as demonstrações financeiras, preparadas em conformidade com o conjunto de normas contabilísticas aplicáveis, conferem uma visão verdadeira e correta dos ativos, dos passivos, da situação financeira e do lucro ou prejuízo da Empresa e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo; e

(b) O relatório de gestão das páginas 1 a 37, que está incorporado no Relatório dos Diretores, inclui uma análise correta do desenvolvimento e desempenho da atividade empresarial e da situação da Empresa, e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam.

Por ordem do Conselho de Administração.

Stephen Shapiro
Secretário da
Empresa 21 de
fevereiro de 2018

Barclays Bank PLC
Registada em Inglaterra, n.º de registo comercial 1026167

Diretores e Responsáveis

Diretores e Responsáveis Atuais

John McFarlane – Presidente do

Grupo **Diretores Executivos**
Jes Staley – Diretor Executivo do Grupo
Tushar Morzaria – Diretor Financeiro do Grupo

Diretores Não Executivos
Mike Ashley
Tim Breedon CBE
Sir Ian Cheshire
Mary Francis CBE
Crawford Gillies
Sir Gerry Grimstone – Presidente Adjunto e Diretor Sénior Independente
Reuben Jeffery III
Matthew Lester
Dambisa Moyo
Diane Schueneman
Mike Turner CBE (nomeação com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018)

Comité Executivo do Grupo		Data de Nomeação
Ashok Vaswani	Diretor Executivo, Barclays UK	2012
Bob Hoyt	Conselheiro Geral do Grupo	2013
Tristram Roberts	Diretor de Recursos Humanos do Grupo	2015
C.S. Venkatakrishnan	Diretor de Risco	2016
Paul Compton	Diretor de Operações do Grupo	2016
Tim Throsby	Presidente, Barclays International Diretor Geral, Banco de Empresas e de Investimento	2017
Laura Padovani	Diretora Interina de Compliance do Grupo	2017

Secretário da Empresa		Data de Nomeação
Stephen Shapiro	Secretário	2017

Pessoas

Como salientámos em As Nossas Pessoas e A Nossa Cultura, continuámos a fazer progressos no sentido de aumentar a diversidade da nossa força de trabalho, sustentados por uma cultura inclusive e funcionários empenhados. Apresentamos a seguir um resumo de alguns programas, iniciativas e modos com que apoiamos os nossos colegas, que por sua vez nos permitem apoiar os nossos clientes e a comunidade.

Carreiras iniciais e estágios de aprendizagem

A nossa oferta de Carreiras Iniciais inclui programas para licenciados, estagiários e aprendizes. Em 2017, contratámos mais de 780 estagiários e 675 licenciados, e desde 2012 criámos mais de 3400 aprendizados. Oferecemos percursos para progressão de aprendiz a licenciado apoiados por habilitações reconhecidas e, ao fazer isso, ajudamos a criar uma reserva interna de talentos. Durante o ano de 2017, lançámos um programa para novos licenciados em várias áreas de negócio para atrair a força de trabalho do futuro, e aumentámos o número de oportunidades para estagiários e licenciados na Tecnologia e no Barclays UK.

Mobilidade Interna

Ao promovermos a mobilidade interna através do Barclays, e ao simplificarmos e facilitarmos a mobilidade interna dos colegas, esperamos conseguir reter e desenvolver os nossos talentos internos. Desenvolvemos várias ferramentas e recursos para que os colegas encontrem oportunidades internas de carreira, e para que os diretores encontrem e avaliem candidatos internos adequados. Em 2017 a nossa taxa de contratação interna foi de 40%, uma redução comparativamente a 2016 que pode ser explicada por fatores como uma decisão estratégica de contratação externa de conjuntos específicos de competências, especialmente dentro da Tecnologia, e a ênfase na conversão de pessoal temporário para funções permanentes.

Liderança e Aprendizagem

Em 2017, foi lançado na organização o modelo Barclays para Capacidades de Liderança. As nossas soluções de liderança e de aprendizagem são sustentadas por este modelo e pelos nossos valores. As Academias Barclays e o nosso Currículo Global proporcionam aos nossos colegas recursos de desenvolvimento presenciais, virtuais e autogeridos. Todos os novos colaboradores frequentam a orientação "Ser Barclays", que veicula um entendimento aprofundado dos valores e comportamentos esperados através do Código Global de Conduta (O Modo Barclays).

Relações industriais e Gestão da mudança O Barclays tem uma abordagem de parcerias duradouras para as relações industriais, e valorizamos os relacionamento que temos com mais de 14 organizações sindicais, comités de empresa e associações de trabalhadores em todo o mundo. No Reino Unido, temos uma parceria formal com a Unite, que subsiste há mais de 17 anos. Após uma avaliação conjunta, o acordo de parceria foi prolongado em 2017 por mais 5 anos. Incluída nesta revisão, o reconhecimento da Unite foi alargado para cobrir mais 1500 funcionários.
Durante o ano de 2017, continuámos a desenvolver um diálogo regular e construtivo com representantes dos funcionários e com funcionários sobre um grande leque de assuntos. No início do ano, e no âmbito da nossa implementação de reformas estruturais, realizámos consultas com a Unite e com fóruns de funcionários, sobre a transferência bem-sucedida de perto de 53 000 funcionários para novas entidades empregadoras. Sempre que possível, procuramos evitar os despedimentos obrigatórios, e tentamos encontrar modos para que isso seja possível durante o período de consulta.
Continuamos a dar atenção significativa aos programas de rescisão voluntária, bem como à reafetação interna, através do nosso programa "Primeiro os Internos". Também pretendemos manter-nos em contacto com antigos colegas através do Programa Global de Alumni do Barclays.

Gestão de desempenho

A abordagem do Barclays à gestão do desempenho é fulcral para a consecução da nossa estratégia e para promovermos uma cultura baseada em valores. Os colegas alinham os seus objetivos (o "que" vão apresentar) com as metas do negócio e da equipa, para apoio da nossa estratégia e permitir bons resultados para os clientes. As expectativas comportamentais ("como" atingirão os seus objetivos) são definidas no contexto dos nossos valores. O nosso programa global de reconhecimento fornece aos colegas a oportunidade de reconhecerem as realizações das pessoas que demonstraram os nossos valores. Ano após ano, continuamos a testemunhar aumentos no número de colegas que receberam uma mensagem de agradecimento no âmbito dos nossos valores, tendo sido enviadas mais de 210 000 mensagens em 2017.

Os colegas também são encorajados a envolverem-se no desempenho da Empresa, participando nos nossos planos de ações exclusivos para funcionários, que decorrem com êxito há mais de 10 anos.

Comunicações com Funcionários

O Barclays informa regularmente os seus funcionários sobre os fatores financeiros e económicos que afetam o desempenho e a consecução da estratégia da Empresa, através de comunicações do Diretor Executivo do Grupo e de responsáveis sénior, de informações transmitidas pelos superiores diretos, e de entrevistas e pontos de discussão que são distribuídos aos funcionários todos os trimestres, e de acordo com o nosso calendário para divulgação de informação financeira. Organizamos um conjunto de eventos para que os funcionários recebam informações diretamente do Comité Executivo do Grupo, e os funcionários são informados com regularidade sobre o que acontece na sua área, e em todo o Barclays, através de iniciativas de envolvimento e de comunicações. As campanhas e os testemunhos de colegas durante o ano sublinham o nosso de trabalho de Cidadania, e o modo como apoiamos os nossos clientes e colegas.

Diversidade e inclusão

Pretendemos garantir que todos os funcionários, de todas as proveniências, sejam tratados de forma igual e tenham oportunidade de serem bem-sucedidos. A nossa estratégia global para a Diversidade e Inclusão (D&I) define objetivos, iniciativas e planos em cinco pilares essenciais: Género, LGBT, Incapacidade, Multicultural e Multigeracional, para sustentar esta ambição. A nossa abordagem à criação de um ambiente de trabalho inclusivo centra-se na requalificação da nossa liderança, e oferecemos uma série de oportunidades de desenvolvimento, incluindo a nossa Formação sobre Preconceito Inconsciente, que foi ministrada a mais de 10 000 responsáveis do Barclays, e a nossa clínica de Trabalho Dinâmico destinada a superiores diretos, que já foi frequentada por mais de 4 000 responsáveis.

LGBT

Uma cultura inclusiva que permita aos colegas trazerem as suas verdadeiras personalidades para o local de trabalho constrói-se com a participação da liderança e com modelos visíveis. Agora no seu terceiro ano, a nossa campanha de Spectrum Allies identificou mais de 8000 líderes globais que se comprometeram a compater a homofobia, a bifobia e a transfobia no local de trabalho, e a dar apoio aos colegas LGBT. Através do inquérito "A sua opinião", damos aos colegas a oportunidade de se identificarem como LGBT, tendo 7% dos colegas optado por se identificarem como LGBT em 2017. Este ano foi o quarto ano consecutivo que o Barclays foi patrocinador potencial do Pride in London. O tema #lovehappenshere chegou a mais de 3 milhões de pessoas através de vários canais de comunicação, e mais de 1000 colegas do Barclays participaram em eventos Pride regionais por todo o Reino Unido.

O reconhecimento independente reflete o nosso progresso e o impacto da nossa estratégia. Pelo quinto ano consecutivo, a Stonewall reconheceu o Barclays como um dos 12 Melhores Empregadores Globais. A Campanha pelos Direitos Humanos atribuiu um valor de 100% do seu índice corporativo ao Barclays

Pessoas

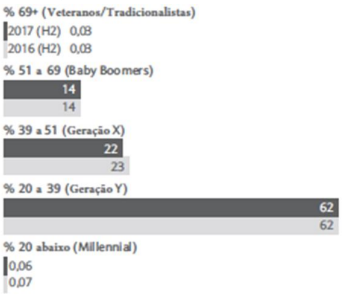
Incapacidade

Ao abrigo do programa de Confiança na Incapacidade do Departamento de Trabalho e Pensões do Governo do Reino Unido, o Barclays foi reconhecido como um Líder para a Confiança na Incapacidade pelos seus esforços no apoio às pessoas com incapacidade. Este ano, em conjunto com a PwC, ampliámos a iniciativa "Este sou Eu na Cidade", juntamente com o Mayor da City de Londres. A campanha "Este sou Eu" para a saúde mental e bem-estar inclui hoje 280 organizações de Londres que se comprometeram a dedicar-se a eliminar o estigma associado à saúde mental nos seus locais de trabalho (que representam mais de 1 milhão de funcionários no seu conjunto). Em 2018, através destas parcerias, planeamos expandir ainda mais a campanha "Este sou Eu" no Reino Unido. Continuando o nosso compromisso para aumentar o emprego das pessoas com incapacidade ou problemas de saúde mental, este ano alargámos os nossos estágios Capaz de Capacitar no Reino Unido. Este programa remunerado de 13 semanas tem por intuito recrutar indivíduos talentosos de todas as idades e com antecedentes de problemas de saúde mental, fornecendo-lhes oportunidades para ganharem experiência profissional, aprenderem novas competências e melhorarem a sua experiência e confiança.

Multigeracional

A nossa campanha de Trabalho Dinâmico é relevante para os colegas de todas as faixas etárias. Esta campanha aborda as necessidades variadas de uma força de trabalho formada por cinco gerações, ao encorajar a integração das responsabilidades pessoais e profissionais através de padrões laborais mais inteligentes. A campanha está a ter um impacto positivo sobre o envolvimento dos colegas, com 59% dos colegas que trabalharam ativamente de forma dinâmica em 2017 a apresentar pontuações 5% mais elevadas do que o resultado sustentável de envolvimento do Grupo. O Trabalho Dinâmico também está a permitir que o Barclays tenha um impacto positivo sobre a retenção de talentos diversificados; como exemplos inclui-se uma melhoria de 13% nos reingressos 12 meses após a maternidade, e 95% dos funcionários que optam pela Licença Parental Partilhada são os pais.
Abordar as necessidades dinâmicas de uma força de trabalho multigeracional será uma preocupação contínua em 2018, mas congratulamo-nos por a Working Families UK ter reconhecido o Barclays como um dos 10 melhores Empregadores para Famílias que Trabalham em 2017

Multigeracional



Para efeitos de comparabilidade, os valores de 2016 excluem os efetivos do Barclays Africa Group Limited.

Multicultural

Durante o ano de 2017, foi lançada a campanha Embracing Us, para celebrar o Dia Mundial da Cultura, com o objetivo de desafiar os estereótipos e mentalidades globais relativos à nacionalidade, à fé, à etnia, à raça e ao idioma. Durante a campanha, a nossa rede multicultural, a Embrace, envolveu mais de 15 000 colegas através dos nossos vários canais de comunicação e fóruns de liderança, e dos nossos seminários de desenvolvimento Being Colour Brave. O Programa de Aprendizado do Barclays reflete o nosso compromisso com o recrutamento de uma força de trabalho diversificada. Desde que o programa foi iniciado, centrámo-nos no recrutamento das pessoas FEEF (Fora do Ensino, Emprego ou Formação). 19% dos nossos aprendizes identificam-se como Negros, Asiáticos ou de Minorias Étnicas, um valor que está 8 pontos percentuais acima da média nacional para o aprendizado. Além disso, 46% dos nossos aprendizes são mulheres, e 8% identificam-se como pessoas com incapacidade. Estamos a conseguir, através deste programa, ter um impacto positivo sobre o desemprego juvenil e a mobilidade social.

O perfil multicultural da organização foi reconhecido externamente pela City de Londres e pela Comissão para a Mobilidade Social, e através do Índice de Mobilidade Social dos Empregadores, que a reconheceu como um dos 50 Melhores Empregadores em 2017.

Multicultural

As percentagens acima correspondem às populações sub-representadas que integram as nossas populações globais e regionais. As populações sub-representadas são definidas regionalmente, para garantir a inclusão de todos os grupos no local de trabalho. Para efeitos de comparabilidade, os valores de 201 excluem os efetivos do Barclays Africa Group Limited O Reino Unido inclui Asiáticos, Mestiços, Negros, Outros e Não-Revelados e os EUA incluem Hispânicos/Latinos, Asiáticos, Mistos, Negros, Outros e Não-Revelado

Funcionários permanentes por região

Reino Unido	**31 000**	40 700	49 000
Europa Continental e Médio Oriente	**1 600**	3 200	7 400
Américas	**10 400**	9 700	10 600
Ásia Pacífico	**1 600**	1 800	18 800
Africa	**0**	42 700	43 600
Total	**44 600**	**98 100**	**129 400**

Repartição por géneros

No âmbito da Lei das Empresas de 2006, o Barclays também é obrigado a comunicar a repartição por géneros dos seus funcionários e "gestores sénior". Da nossa força laboral de 44 600 (22 200 do sexo masculino, 22 400 do sexo feminino), 297 são gestores sénior (220 do sexo masculino, 77 do sexo feminino), os quais incluem Responsáveis do Grupo, determinados subordinados diretos do Diretor Executivo, diretores das maiores unidades empresariais, determinados Diretores Gerais, e diretores presentes nos conselhos de empreendimentos do Grupo, mas excluem indivíduos que tenham posições de direção no Conselho Administrativo da Empresa.

Divulgação das disparidades salariais de género

As disparidades salariais de género medem a diferença entre a remuneração masculina média e a remuneração feminina média como proporção da remuneração masculina média. Por exemplo, uma remuneração masculina horária média de 100 GBP e uma remuneração feminina horária média de 85 GBP indicaria uma disparidade salarial de género de 15%. Este cálculo não considera as funções desempenhadas pelos funcionários nem o seu grau de senioridade. Como consequência, as disparidades salariais de género são frequentemente motivadas por uma maior proporção de mulheres em funções menos seniores e com remunerações mais baixas, e por uma menor proporção de mulheres em funções mais seniores e com remunerações mais elevadas

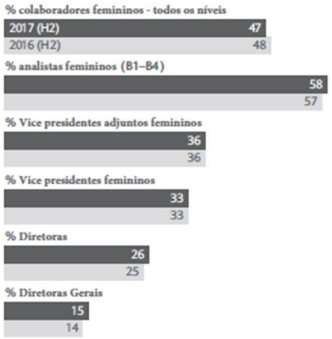
A legislação do Reino Unido relativa à Igualdade Salarial refere-se especificamente às funções de um determinado funcionário, considerando ser ilegal que um empregador pague diferentemente a pessoas que desempenhem funções idênticas ou semelhantes. Este direito dos homens e mulheres a receberem a mesma remuneração por trabalho idêntico ou semelhante, ou por trabalho de valor idêntico, é um requisito legal no Reino Unido desde 1970.

Pagar aos nossos colegas de forma justa e equitativa e de acordo com as suas funções, aptidões, experiência e desempenho é um aspeto central dos nossos modelos globais de remuneração e das nossas políticas globais de benefícios, que são revistas com regularidade para garantir que não existem enviesamentos injustos no modo como os funcionários são pagos. No Barclays estamos confiantes de que os homens e mulheres que trabalham na nossa organização auferem a mesma remuneração quando desempenham as mesmas funções.

A diferença entre as disparidades salariais de género e a Igualdade Salarial pode ser ilustrada pelo facto de que, quando os homens e mulheres auferem a mesma remuneração por desempenharem funções idênticas ou semelhantes, podem mesmo assim existir disparidades salariais de género, motivadas pela proporção relativa de homens e mulheres na organização. Este efeito é ilustrado no gráfico B.

Os nossos resultados sobre as disparidades salariais de género apresentados no gráfico C refletem a distribuição de homens e mulheres pelos níveis corporativos do Barclays. Como se ilustra no gráfico A, a percentagem de mulheres nos nossos níveis corporativos mais seniores é inferior à percentagem global de mulheres no Barclays. Isto está relacionado com os dados do quartil de remunerações ordinárias do gráfico C, em que a população total foi organizada por ordem da remuneração ordinária (remuneração fixa), da menor para a maior, e depois dividida em quatro sub-populações idênticas. Os números dos funcionários masculinos e femininos em cada subpopulação são seguidamente expressos como uma proporção. Os quartis da remuneração ordinária refletem as elevadas proporções de mulheres em funções menos seniores e com remunerações mais baixas (especialmente evidentes no Barclays UK, com a rede de balcões de detalho) e as elevadas proporções de homens em funções mais seniores e com remunerações mais elevadas (especialmente evidentes no Barclays International)

Gráfico A
Representação feminina



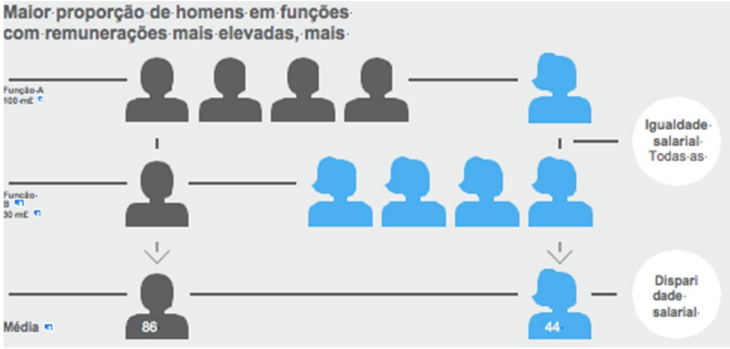
Para efeitos de comparabilidade, os valores de 2016 excluem os efetivos do Barclays Africa Group Limited.

A disparidade salarial média apresentada no gráfico C é a diferença entre a remuneração média horária masculina e feminina. A mediana da disparidade salarial é a diferença entre os pontos médios dos intervalos da remuneração horária masculina e feminina. Esta medida ordena as remunerações médias horárias das mais elevadas para as mais reduzidas e identifica a remuneração horária no meio do intervalo. A disparidade média dos bónus baseia-se nos bónus efetivamente pagos, e não inclui quaisquer ajustes a montantes pagos a funcionários que trabalhem um número reduzido de horas.

O perfil demográfico da nossa população e as disparidades salariais de género resultantes salientam a importância da manutenção do nosso compromisso firme com o aumento da representação feminina no Barclays, especialmente entre a população de líderes seniores. Saudamos a introdução dos relatórios sobre disparidades salariais de género, que reforçará o empenho no nosso compromisso com a melhoria da diversidade de género - um compromisso que está, e que permanecerá, no centro dos nossos processos de gestão de talentos e de sucessão de liderança.

Como estamos a resolver as disparidades salariais de género Reconhecemos que o combate às disparidades salariais de género demorará tempo; por conseguinte, é crucial que nos concentremos na melhoria da diversidade de género através de um ambiente de trabalho e de uma cultura que apoie e capacite as mulheres. No Barclays, a nossa atenção vai além da mera resolução das disparidades salariais de género, e estende-se aos nossos compromissos internos e externos com a igualdade de género. Estamos empenhados em garantir que as mulheres possam cumprir as suas aspirações profissionais, tanto na nossa organização como na indústria de serviços financeiros em geral. Para alcançarmos este objetivo, reduzindo desse modo as disparidades salariais de género, continuaremos a concentrar-nos na garantia de que não existem enviesamentos na contratação, promoção, desenvolvimento e retenção de mulheres no Barclays.

Gráfico B Exemplo ilustrativo da diferença entre a disparidade salarial de género e a igualdade salarial



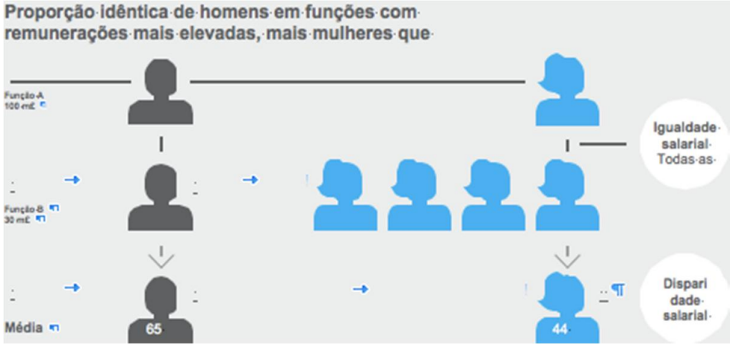
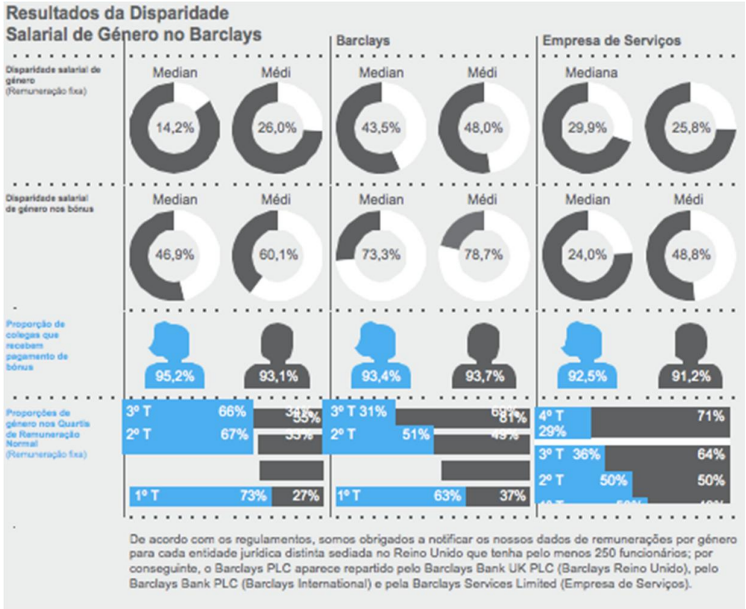


Gráfico C



Pessoas

Compromissos com a Diversidade de Género

Como Signatários Fundadores dos Estatutos do Tesouro de Sua Majestade para Mulheres no Setor Financeiro, e como defensores da Análise Hampton-Alexander, para apoio ao nosso compromisso com a igualdade de género, definimos de forma proativa objetivos relativos ao género, e temos conseguido uma boa evolução no sentido desses objetivos. A nossa meta de aumento da percentagem de mulheres Diretoras e Diretoras Executivas para 26% até ao fim de 2018 (23% no fim de 2017) foi posteriormente alargada com o compromisso de uma representação feminina de 33% no nosso Conselho Diretivo até 2020 (21% no fim de 2017) e de uma representação feminina de 33% no Comité Executivo do Grupo e nos seus subordinados diretos (25% no fim de 2017). Paralelamente a estes objetivos, o Barclays tem estado empenhado em, e continuará a desenvolver, um conjunto de iniciativas, programas e políticas abrangentes para melhorar a diversidade de género. Seguem-se alguns destaques sobre os modos como estamos a aumentar a representação feminina no Barclays e a apoiar as mulheres a concretizarem as suas aspirações de carreira.

Criação de Novas Oportunidades de Carreira

Alargámos os nossos programas para licenciados e de estágio, refletindo o nosso compromisso com a melhoria das oportunidades de emprego, a resolução de questões sociais e a atração de talentos diversos. Transformamos o modo como fazemos o recrutamento dos nossos programas para licenciados, para promover a diversidade e a inclusão à medida que os alunos demonstram capacidades e potencial durante o processo, para que os resultados do recrutamento se baseiem no desempenho e não nas matérias estudadas, nas universidades frequentadas ou na experiência profissional prévia. Ao fazermos isto, esperamos aumentar o número de contratações de mulheres licenciadas para 50% (40% no fim de 2017, depois de 31% em 2014). Para as pessoas que pretendem regressar à força de trabalho depois de se terem ausentado das suas carreiras, o nosso Programa de Regresso Encore! fornece oportunidades a profissionais experientes para aderirem a um programa remunerado, com o objetivo de garantirem funções permanentes no Barclays no fim desse programa. De um modo mais geral, implementámos políticas e práticas para garantir que todas as decisões de recrutamento são justas, e que as listas de candidatos selecionados são diversificadas.

Gestão de Talentos e Desenvolvimento de Liderança

A criação de cargos *ex-officio* no Comité Executivo do Grupo e nos Comités Executivos funcionais e das unidades de negócio em 2016, pelo Diretor Executivo do Grupo, proporcionou oportunidades de desenvolvimento a um conjunto das nossas líderes com elevado potencial e alargou o âmbito das perspetivas e da tomada de decisão para as nossas equipas de liderança. A nossa formação sobre Preconceito Inconsciente, até agora ministrada a mais de 10 000 responsáveis, apoia a eliminação contínua do preconceito nos nossos processos de gestão de pessoas, e vários eventos bem-sucedidos que organizamos todos os anos, como a conferência Global sobre Liderança no Feminino e a Cimeira de Líderes Empresariais, centram-se no desenvolvimento de competências e na requalificação de líderes.

Internamente estamos comprometidos com:

A responsabilização da liderança, nomeadamente com metas para a diversidade de género e a introdução de um grupo de trabalho para o género

A ênfase num ambiente de trabalho mais inclusivo, para garantir que todos os colegas têm a flexibilidade necessária para alcançar os seus objetivos pessoais e profissionais

A garantia de desenvolvimento de lideres que estão preparados para enfrentar as exigências de uma força de trabalho mais diversificada

Compromissos com a Diversidade de Género para 2020
- Conselho de Diretores 33%
- Liderança 33% (CoEx do Grupo e seus subordinados diretos)

Transformação Cultural
- Trabalho Dinâmico
- Políticas parentais avançadas
- Rede Win Gender do Barclays

Gestão de Talentos
- Planeamento de Sucessão de Liderança
- Funções de liderança *ex-officio*
- Mobilidade interna

Desenvolvimento da Liderança
- Formação em Preconceito Inconsciente
- Conferência Global sobre Liderança no Feminino
- Cimeiras de Líderes Empresariais

Externamente, estamos comprometidos com:

O envolvimento global dos homens na igualdade de género, em parceria com as Nações Unidas

A disponibilização de melhores oportunidades de emprego e a atração de candidatos diversificados

O impacto sobre a comunidade

HeForShe ONU
- Defensor do Impacto Global

Modelos Barclays
- Envolvimento externo de mulheres sénior do Barclays nos Serviços Financeiros, em TI e CTEM

Criação de Novas Oportunidades de Carreira
- Programa de Regresso Encore!
- Programa Reforçado de Aprendizagem
- 50% de Contratação de Licenciada

Parcerias Estratégicas
- Conselho Empresarial Feminino
- Clube 30%

Transformação Cultural

A disponibilização de um local de trabalho que encoraje os colegas a cumprirem os seus objetivos pessoais e profissionais é central para apoiarmos e retermos os nossos funcionários. Pretendemos fazer isso através das nossas avançadas políticas de maternidade, de paternidade, de adoção e de licença parental partilhada, que vão além dos requisitos legais, bem como da nossa campanha para o trabalho flexível, Trabalho Dinâmico. O Trabalho Dinâmico apoia colegas de todas as faixas etárias a conseguirem atingir um equilíbrio ótimo entre o trabalho e a vida pessoal, ajudando-os com a educação dos filhos, os estudos, assistência e passatempos. Por todo o Barclays, a nossa Rede de Iniciativas Femininas (WIN) fornece às nossas colegas oportunidades para desenvolvimento da sua carreira e para criação de contactos que incluem orientação/*mentoring*, feiras de emprego e palestras por líderes seniores.

Parcerias Estratégicas

O Barclays reconhece que a igualdade de género se estende às comunidades em que trabalhamos, que apoiamos e onde vivemos, e que uma maior igualdade de género é essencial para os nossos investimentos de longo prazo no sentido de promover a mudança social. Isto é demonstrado através de parcerias estratégicas, do envolvimento com entidades externas e do compromisso da liderança, que incluem entre outros o nosso compromisso plurianual com a campanha HeForShe das Nações Unidas, e a nossa parceria com o Conselho Empresarial Feminino.

O que se segue?

A nossa reserva existente de talentos femininos está a ser fortalecida com o lançamento de um grupo de trabalho global para o género, integrando líderes de toda a organização que acreditam fervorosamente na diversidade de género e que se centrarão em novas e melhoradas iniciativas para acelerar ainda mais o nosso progresso relativamente aos nossos compromissos perante a diversidade de género. Reconhecemos que ainda existe muito trabalho a fazer, mas a nossa determinação e compromisso em construirmos uma força de trabalho diversificada e inclusiva através da atração, retenção e desenvolvimento de profissionais de classe mundial são fundamentais, e esforçamo-nos por promover um ambiente em que todos os funcionários tenham oportunidade de serem bem-sucedidos, independentemente de raça, religião ou credo, idade, género, incapacidade, orientação sexual, identidade de género ou nacionalidade.

Podem ser consultados detalhes adicionais sobre a disparidade salarial de género e os compromissos do Barclays perante a diversidade de género em home.barclays/diversity

Análise de risco
Índice

A gestão de risco é um determinante crítico para a execução da estratégia do Barclays. Os riscos e incertezas materiais que o Grupo enfrenta em todos os seus negócios e carteiras são áreas-chave do foco da gestão.

As divulgações de risco do Barclays são fornecidas em todo o Relatório Anual e no Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Gestão de risco		Relatório Anual	Relatório Pilar 3
Visão geral da abordagem do Barclays na gestão de risco. Uma visão geral detalhada, juntamente com informações mais específicas sobre as políticas que o Grupo considera serem de particular importância no atual ambiente operacional podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC ou em Barclays.com.	▪ Quadro de Gestão de Risco da Empresa (ERMF)	52	122
	▪ Riscos Principais	52	122
	▪ Apetência pelo Risco para os Riscos Principais	52	122
	▪ Funções e responsabilidades na gestão de risco	52	122
	▪ Quadros, Políticas e Normas	n/a	125
	▪ Garantia	n/a	125
	▪ Eficácia dos acordos de gestão de risco	n/a	125
	▪ Aprender com os nossos erros	n/a	125
	▪ Cultura de Risco do Barclays	54	125
	▪ Ferramentas de gestão de risco a nível do Grupo	n/d	126
	▪ Gestão de risco na definição da estratégia	n/d	128
Riscos materiais existentes e emergentes			
Conhecimento sobre o nível de risco nos nossos negócios e carteiras, os riscos materiais existentes e emergentes e as incertezas que enfrentamos, e as áreas-chave de foco da gestão.	▪ Riscos materiais existentes e emergentes que podem afetar mais do que um Risco Principal	55	n/d
	▪ Risco de crédito	57	n/d
	▪ Risco de mercado	58	n/d
	▪ Risco de capital e tesouraria	58	n/d
	▪ Risco operacional	59	n/d
	▪ Risco do modelo	60	n/d
	▪ Risco de conduta	60	n/d
	▪ Risco de reputação	61	n/d
	▪ Riscos jurídicos e assuntos legais, de concorrência e regulamentares	61	n/d
Gestão de Risco Principal			
Abordagem do Barclays à gestão de risco para cada Risco Principal com foco na organização e estrutura e nas funções e responsabilidades.	▪ Gestão de risco de crédito	62	129
	▪ Gestão de técnicas de mitigação do risco de crédito e do risco de crédito de contraparte	n/d	146
	▪ Gestão de risco de mercado	64	150
	▪ Análise de exposições de titularização	n/d	158
	▪ Gestão de risco de capital e Tesouraria	66	162
	▪ Gestão de risco operacional	69	170
	▪ Gestão de risco do modelo	71	174
	▪ Gestão de risco de conduta	72	176
	▪ Gestão de risco de reputação	73	178
	▪ Gestão de risco jurídico	74	180
Desempenho de risco			
Risco de crédito: O risco de perda para a empresa resultante do incumprimento dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros dividendos a receber.	▪ Visão geral do risco de crédito e resumo do desempenho	77	n/d
	▪ A exposição máxima do Grupo, garantia e outras melhorias de crédito detidas	78	n/d
	▪ A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito	83	n/d
	▪ Análise da concentração do risco de crédito	88	n/d
	▪ Análise de empréstimos em situação problemática	94	n/d
	▪ Imparidade	96	n/d
Risco de mercado: O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.	▪ Visão geral do risco de crédito e resumo do desempenho	98	93
	▪ Risco de mercado negociado	98	95
	▪ Análise de medidas de gestão	98	95

Índice

Desempenho de risco (continuação)		Relatório Anual	Relatório Pilar 3
Risco de Capital e Tesouraria - Liquidez: O risco de que a empresa não consiga cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou não disponha do montante, teor e composição adequados de financiamento e liquidez para suportar os seus ativos.	▪ Visão geral do risco de crédito e resumo do desempenho	101	n/d
	▪ Teste de esforço do risco de liquidez	101	n/d
	▪ Fundo de liquidez	103	n/d
	▪ Estrutura de financiamento e relações de financiamento	104	n/d
	▪ Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros	106	n/d
Risco de capital e tesouraria – Capital: O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui o risco dos planos de pensões da empresa.	▪ Visão geral do risco de capital e resumo do desempenho	115	n/d
	▪ Recursos de capital	115	19
	▪ Risco de câmbio	115	113
Risco de capital e tesouraria - risco de taxa de juro na carteira de operações bancárias O risco de a empresa estar exposta a uma volatilidade de capital ou de rendimento devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).	▪ Visão geral do risco de taxa de juro na carteira de operações bancárias e resumo do desempenho	117	112
	▪ Sensibilidade do rendimento líquido dos juros	117	115
	▪ Capital económico por unidade de negócio	118	116
	▪ Análise de sensibilidade de capital	118	116
	▪ Volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de liquidez	119	117
Risco operacional: O risco de perda para a empresa resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.	▪ Visão geral do risco operacional e resumo do desempenho	120	118
	▪ Perfil de risco operacional	120	120
Risco do modelo: O risco das possíveis consequências adversas de avaliações ou decisões financeiras baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.	▪ Visão geral do risco do modelo e resumo do desempenho	122	n/d
Risco de conduta: O risco de conduta é o risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente.	▪ Visão geral do risco de conduta e resumo do desempenho	123	n/d
Risco de reputação: O risco de uma ação, transação, investimento ou evento reduzir a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, funcionários ou do público.	▪ Visão geral do risco de reputação e resumo do desempenho	124	n/d
Risco jurídico: O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa cumprir as suas obrigações jurídicas, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.	▪ Visão geral do risco jurídico e resumo do desempenho	125	n/d
Supervisão e regulamentação: As operações do Grupo, incluindo das suas agências, sucursais e associadas no estrangeiro, estão sujeitas a um conjunto significativo de regras e regulamentos.	▪ Supervisão do Grupo	126	n/d
	▪ Desenvolvimentos globais a nível regulamentar	128	n/d
	▪ Quadro regulamentar financeiro	128	n/d
	▪ Reforma estrutural	134	n/d

Relatório Pilar 3		Relatório Anual	Relatório Pilar 3
Contém informações exaustivas sobre o risco bem como a gestão de capital.	▪ Resumo do perfil de risco	n/d	3
	▪ Notas sobre a base de preparação	n/d	5
	▪ Âmbito de aplicação das regras de Basileia	n/d	6
Análise da posição de capital e de risco: Fornece uma análise detalhada da adequação de capital regulamentar do Barclays e a sua relação com a gestão de risco do Barclays.	▪ Recursos, requisitos, alavancagem e liquidez de capital	n/d	17
	▪ Análise do risco de crédito	n/d	36
	▪ Análise do risco de crédito	n/d	78
	▪ Análise de risco de mercado	n/d	93
	▪ Análise de exposições indiretas	n/d	99
	▪ Análise do risco de capital e tesouraria	n/d	112
	▪ Análise do risco de mercado	n/d	118

Análise de risco

Gestão de risco

Estratégia de gestão de risco do Barclays

Não há diferenças no modo em como os riscos financeiros são geridos e avaliados entre o Grupo Barclays Bank PLC e o Grupo Barclays PLC. Portanto, os riscos principais listados abaixo dizem respeito ao Barclays PLC que inclui o Grupo Barclays Bank PLC.

Introdução

O Barclays desenvolve atividades que implicam a tomada de riscos, todos os dias, em todo o seu negócio. Esta secção apresenta esses riscos e descreve os principais mecanismos de governação para os gerir. Estes incluem funções e responsabilidades, estruturas, políticas e normas, garantia e processos de ensinamentos anteriores. A abordagem do Grupo para promover uma Cultura de Risco forte também é descrita.

Quadro de Gestão de Risco da Empresa (ERMF)

O ERMF define a direção estratégica da gestão de risco através da definição de normas, objetivos e responsabilidades claros para todas as áreas do Barclays. Auxilia o CEO e o Diretor de Risco (CRO) do Grupo a implementar uma gestão de risco eficaz e uma cultura de risco forte.

O ERMF estabelece:

- Riscos Principais enfrentados pelo Grupo
- Requisitos de Apetência pelo Risco
- Funções e responsabilidades para gestão de risco
- Estrutura do Comité de Risco.

Riscos Principais

O ERMF identifica oito Riscos Principais (ver a tabela abaixo) e estabelece as responsabilidades e as normas de gestão de risco associadas.

Principais Riscos Financeiros	Principais Riscos Não-Financeiros
■ **Risco de crédito**: O risco de perda para a empresa resultante da incapacidade dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, de honrar integralmente as suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros dividendos a receber. ■ **Risco de mercado**: O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivadas da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, sem caráter limitativo, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos. ■ **Risco de capital e tesouraria**: - **Risco de liquidez**: O risco de a empresa não conseguir cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou de não dispor do montante, do teor e composição adequados de financiamento e liquidez para suportar os seus ativos. - **Risco de capital**: O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui o risco dos planos de pensões da empresa. - **Risco de taxa de juro na carteira bancária**: O risco de a empresa estar exposta a uma volatilidade de capital ou dos rendimento devido a um desfasamento entre as exposições da	■ **Risco operacional**: O risco operacional é o risco de perda para a empresa resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado. ■ **Risco do modelo**: O risco das possíveis consequências adversas de avaliações ou decisões financeiras baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados. ■ **Risco de conduta**: O risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente. ■ **Risco de reputação**: O risco de que uma ação, transação, investimento ou evento reduza a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, colaboradores ou do público. ■ **Risco jurídico**: O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa para cumprir as suas obrigações legais, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.

Apetência pelo Risco para os Riscos Principais

A Apetência pelo Risco é definida como o nível de risco que a empresa está disposta a aceitar na condução de suas atividades. A Apetência pelo Risco do Grupo especifica o nível de risco que estamos dispostos a correr e porquê, para permitir atividades com riscos específicos.

A Apetência pelo Risco é aprovada e divulgada entre todas as entidades jurídicas e unidades de negócio, incluindo pela utilização de limites de Mandato e Escala para permitir e controlar atividades específicas que tenham implicações de risco de concentração relevantes para o Grupo.

Funções e responsabilidades na gestão de risco

As Três Linhas de Defesa

Todos os colegas são responsáveis pela compreensão e pela gestão dos riscos no contexto das suas funções e responsabilidades individuais, conforme estabelecido nas “Três Linhas de Defesa”.

Primeira Linha de Defesa

A Primeira Linha engloba todos os funcionários envolvidos nas áreas orientadas para o cliente e para a geração de receitas do Grupo, incluindo Finanças, Tesouraria, Recursos Humanos e a função de Diretor de Operações (COO). Os funcionários da Primeira Linha são responsáveis por:

- identificar todos os riscos e desenvolver políticas, normas e controlos apropriados para reger as suas atividades
- operar dentro de todo e qualquer limite que as funções de Risco e Conformidade estabelecem em relação à Apetência pelo Risco do Grupo
- escalar eventos de risco para diretores sénior e Risco e Conformidade.

Segunda Linha de Defesa

Os funcionários para o Risco e Conformidade compõem a Segunda Linha de Defesa. A função da Segunda Linha é estabelecer os limites, regras e restrições sob as quais as atividades de primeira linha devem ser realizadas, consistentes com a Apetência pelo Risco do Grupo, e monitorizar o desempenho da Primeira Linha contra estes limites e restrições.

Terceira Linha de Defesa

Os funcionários da Auditoria Interna compõem a Terceira Linha de Defesa. Fornecem uma garantia independente ao Conselho de Administração e à Direção Executiva sobre a eficácia da governação, gestão de risco e controlo dos riscos atuais, sistémicos e em evolução.

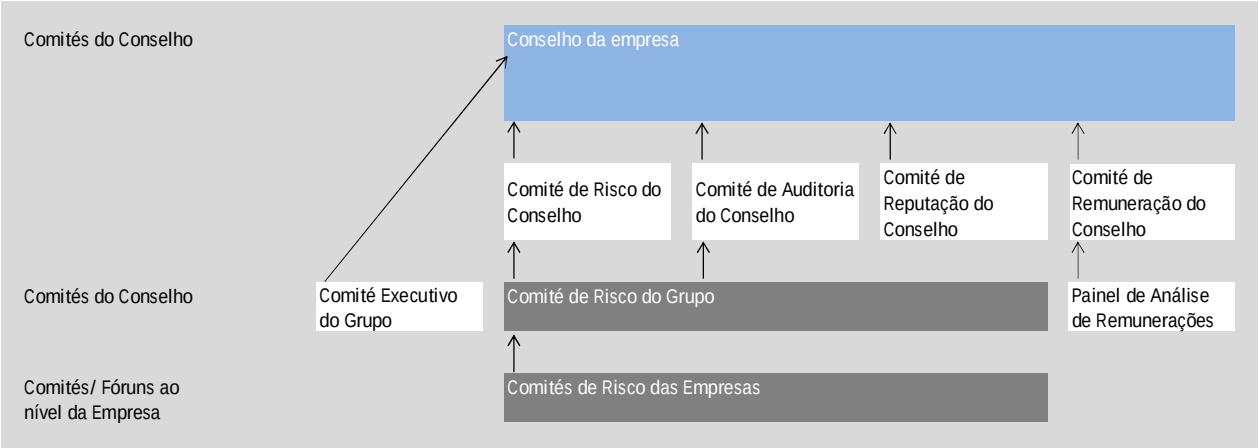
O departamento Jurídico não se senta em nenhuma das três linhas, mas apoia-as todas. No entanto, o Departamento Jurídico está sujeito à supervisão do Risco e Conformidade, no que diz respeito aos riscos Operacional e de Conduta.

Comités de Risco

Os Comités para o Risco de Negócios consideram assuntos de risco relevantes para os seus negócios e escalam, conforme exigido, para o Comité de Risco do Grupo (GRC), cujo presidente, por sua vez, escala para os Comités do Conselho e para o Conselho de Administração.

Existem três fóruns ao nível do Conselho que supervisionam a aplicação do ERMF e que analisam e monitorizam o risco em todo o Grupo. Estes são: o Comité de Risco do Conselho, O Comité de Auditoria do Conselho e o Comité de Reputação do Conselho. Além disso, o Comité de Remuneração do Conselho supervisiona as práticas de pagamento, focando-se no alinhamento da remuneração com o bom desempenho. Finalmente, o Conselho principal do Barclays recebe regularmente informações a respeito do perfil de risco do Grupo e, em última instância, é responsável pela apetência pelo risco e pelos planos de capital.

O Presidente de cada Comité prepara anualmente uma declaração sobre as atividades do comité, que está incluída neste relatório das páginas 45 a 79 do Relatório Anual de 2017 do Barclays PLC.



O Conselho

Uma das responsabilidades do Conselho de Administração (Conselho de Administração do Barclays Bank PLC) é a aprovação da Apetência pelo Risco (consulte a página 126 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC. O Diretor de Risco do Grupo (GCRO) apresenta regularmente um relatório ao Conselho que resume os desenvolvimentos no ambiente de risco e as tendências de desempenho nas principais carteiras. O Conselho também é responsável pelo ERFM.

O Comité de Risco do Conselho (BRC)

O Comité de Risco do Conselho (Board Risk Committee, comumente designado por BRC) monitoriza o perfil de risco do Grupo contra a apetência financeira acordada. Nos casos em que o desempenho real difere das expetativas, as ações tomadas pela administração são revistas para verificar que o BRC está confortável com elas. Após cada reunião, o Presidente do BRC elabora um relatório para a próxima reunião do Conselho. Todos os membros são administradores não executivos independentes. O Diretor Financeiro do Grupo (Group Finance Director, comumente designado por GFD) e o Diretor de Risco do Grupo (Group Committee Risk Officer, comumente designado por GCRO) participam em cada reunião por via da regra.

O BRC considera igualmente a demonstração da Apetência pelo Risco do Grupo em relação ao risco operacional e avalia o perfil de risco operacional do Grupo e a monitorização do risco operacional.

O BRC recebe relatórios regulares e completos sobre as metodologias de risco, a eficácia do quadro de gestão de risco e o perfil de risco do Grupo, incluindo as principais questões que afetam cada carteira de negócios e as tendências de risco futuras. O Comité também delega uma análise aprofundada dos tópicos de risco significativos, que são apresentados pelo CRO do Grupo ou pelos gestores de risco seniores nas empresas.

O Comité de Auditoria do Conselho (BAC)

O Comité de Auditoria do Conselho (Board Audit Committee, comumente designado por BAC) recebe relatórios periódicos sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno, relatórios trimestrais sobre questões de controlo material de importância, documentos trimestrais sobre julgamentos contabilísticos (incluindo imparidade). Recebe também uma análise semestral sobre a adequação das imparidades, que analisa em relação ao risco inerente às carteiras, o ambiente de negócio, as políticas e metodologias do Grupo. O Presidente do BAC também se senta no BRC.

O Comité de Reputação do Conselho (RepCo)

O Comité de Reputação do Conselho (Board Reputation Committee, comumente designado por RepCo analisa as recomendações da administração sobre conduta e risco de reputação e a eficácia dos processos pelos quais o Grupo identifica e gere estes riscos. Também analisa e monitoriza a eficácia da estratégia de cidadania do Barclays, incluindo a gestão da contribuição económica, social e ambiental do Barclays.

O Comité de Remunerações do Conselho (RemCo)

O RemCo recebe um relatório detalhado sobre o desempenho de gestão de risco e perfil de risco e propostas sobre ajustes de risco ex-ante e ex-post para remuneração variável. Estas contribuições são consideradas na definição de incentivos ao desempenho.

Resumos das competências, experiência e antecedentes relevantes do Diretores do Conselho são apresentados na secção do Conselho de Administração, das páginas 47 à 48 do Relatório Anual de 2017 do Barclays PLC. Os termos de referência e os detalhes adicionais sobre a adesão e atividades para cada um dos principais Comités do Conselho estão disponíveis na secção Governança Corporativa em: home.barclays/corporate governance

Cultura de Risco do Barclays

A Cultura de Risco pode ser definida como “normas, atitudes e comportamentos relacionados com a sensibilização para os riscos, tomada de riscos e gestão de risco”. No Barclays, isto reflete-se na forma como identificamos, escalamos e gerimos questões de risco.

O Nosso Código de Conduta – o Barclays Way
Globalmente, todos os colegas devem atestar o “Barclays Way”, o nosso Código de Conduta, e todos os quadros, políticas e normas aplicáveis às suas funções. O Código de Conduta descreve o Propósito e os Valores que regem o nosso modo de trabalhar (Barclays Way) entre todo o nosso negócio a nível global. Constitui um ponto de referência que abrange todos os aspetos das relações de trabalho com os colegas, especificamente (mas não exclusivamente) com outros funcionários e clientes do Barclays, governos e reguladores, parceiros de negócio, fornecedores, concorrentes e comunidade em geral.

Incorporação de uma cultura de conduta baseada em valores
O Comité Executivo do Grupo voltou a confirmar a Conduta, Cultura e Valores como uma das suas prioridades de execução para 2017 com o objetivo de incorporar a ferramenta de medição cultural desenvolvida em 2016. A eficácia do ambiente de Risco e Controlo, pelo qual todos os colegas são responsáveis, depende da incorporação contínua de valores fortes. Para mais detalhes, consulte o relatório do Comité de Reputação do Conselho nas páginas 69 a 74 do Relatório Anual de 2017 do Barclays PLC.
A indução de programas apoia os novos colegas a compreender como a cultura e as práticas de gestão de risco suportam a forma como o Grupo realiza negócios e o vínculo com os valores do Barclays. O Programa de Liderança abrange a construção, sustentação e apoio de uma organização de confiança e é oferecido aos colegas globalmente.

Outros condutores de Cultura de Risco
Além dos valores e da conduta, consideramos os seguintes determinantes da Cultura de Risco:

- **Gestão e governação**: Isto significa um tom consistente das principais responsabilidades para permitir a identificação e o desafio.
- **Motivação e incentivos:** Os comportamentos corretos são recompensados e modelados.
- **Competência e eficácia:** Isto significa que os colegas conseguem identificar, coordenar, escalar e abordar questões de risco e controlo.
- **Integridade**: Os colegas estão dispostos a cumprir suas responsabilidades de gestão de risco; os colegas escalam os problemas numa base atempada.

Riscos materiais existentes e emergentes

Riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo

Os riscos materiais são os riscos que a direção sénior presta uma atenção particular e acredita poderem fazer com que os resultados futuros das operações, situação financeira e perspetivas do Grupo difiram materialmente das expetativas atuais.

Os riscos emergentes são os riscos que têm componentes largamente desconhecidas, cujo impacto pode cristalizar-se num horizonte temporal mais longo. Atualmente, estes riscos podem ser considerados imateriais, mas ao longo do tempo podem afetar individualmente ou cumulativamente a estratégia do Grupo e causar os mesmos resultados, conforme detalhado acima, em relação aos riscos materiais. Além disso, alguns fatores além do controlo do Grupo, incluindo escalada de terrorismo ou conflitos globais, desastres naturais e calamidades semelhantes, embora não sejam não detalhados adiante, poderiam ter um impacto semelhante no Grupo.

Os riscos descritos abaixo são riscos significativos identificados pelos quadros do Grupo em relação ao Grupo, que é definido como o Barclays PLC e suas subsidiárias consolidadas (incluindo o Barclays Bank Group). Em ligação à implementação da delimitação de certos negócios do Grupo no Reino Unido em 2018, o Barclays Bank PLC transferirá os ativos e os negócios da divisão Barclays do Reino Unido para outra subsidiária do Grupo, o Barclays Bank UK PLC. A direção espera que, após esta transferência, os riscos materiais relativos ao Barclays Bank Group sejam os mesmos em todos os aspetos relevantes que os riscos relativos ao Grupo. Para mais informações sobre determinados riscos identificados pela direção em relação ao Barclays Bank Group, consulte “Certas consequências possíveis inerentes à delimitação do Barclays Bank PLC”.

Riscos materiais existentes e emergentes que podem afetar mais do que um Risco Principal

i) Condições empresariais, economia geral e questões geopolíticas

O Grupo oferece uma vasta gama de serviços, incluindo aos clientes retalhistas, institucionais ou governamentais, em vários países. A amplitude destas operações significa que a deterioração do ambiente económico ou o aumento da instabilidade política nos países onde o Grupo está ativo, ou em qualquer outra economia sistematicamente importante, pode afetar negativamente o desempenho, a condição financeira e as perspetivas do Grupo.

Embora a atividade económica continue a fortificar-se globalmente em 2017, uma mudança nas condições económicas globais e a reversão da tendência de melhoria podem resultar numa menor atividade dos clientes do Grupo e/ou num aumento das taxas de incumprimento, delitos, renúncias e encargos por imparidade do Grupo, o que, por sua vez, pode afetar negativamente o desempenho e as perspetivas do Grupo.

Em vários países, as reversões dos afluxos de capitais, assim como a austeridade fiscal, já causaram deterioração na estabilidade política. Isto pode ser exacerbado por um novo aumento da volatilidade dos preços de ativos ou da pressão sustentada nas finanças públicas. Além disso, as tensões geopolíticas em algumas áreas do mundo, incluindo a Península da Coreia, o Médio Oriente e Europa Oriental já são acentuadas e estão em risco de uma maior deterioração, aumentando, portanto, as incertezas do mercado e as condições adversas da economia e de mercado global.

Nos EUA, há incertezas quanto à plataforma de políticas da administração que tomou posse no início de 2017.Existe a possibilidade de alterações significativas nas políticas em sectores, incluindo o comércio, a saúde e as mercadorias, que podem ter impacto nas carteiras do Barclays associadas. Uma parcela significativa da carteira do Grupo está localizada nos EUA, incluindo uma carteira de cartões de crédito e uma gama de exposições da banca de investimento e da banca corporativa. A pressão na economia dos EUA, o enfraquecimento do PIB, o aumento do desemprego e/ou o aumento das taxas de juros podem levar ao aumento dos níveis de imparidade.

A maioria dos principais bancos centrais indicou que espera que as políticas monetárias acomodatícias prevalecentes sejam mais rigorosas. Se os caminhos de “normalização” divergirem substancialmente, os fluxos de capital entre os países poderiam sofrer alterações significativas, colocando os segmentos com passivos consideráveis em moeda estrangeira, em particular os mercados emergentes, sob pressão. Além disso, a possível divergência de políticas monetárias entre as principais economias avançadas arrisca desencadear uma maior volatilidade do mercado financeiro (ver também ii) Os aumentos das taxas de juros afetam negativamente as condições de crédito, abaixo).

No Reino Unido, o voto a favor da saída da UE (ver iii) Processo da saída do Reino Unido da União Europeia abaixo) deu origem a incertezas políticas, com consequências para o investimento e para a confiança de mercado. O impacto inicial foi a depreciação da libra esterlina, resultando em custos mais altos para as empresas expostas às importações e um ambiente mais favorável para os exportadores. A subida dos custos internos resultante do aumento dos preços das importações pode afetar os rendimentos dos agregados familiares e a acessibilidade dos empréstimos ao consumo e dos empréstimos à habitação. Por sua vez, isto pode afetar os negócios dependentes dos consumidores para receita. Tem havido também uma redução na atividade, tanto no mercado imobiliário comercial como residencial, o que pode afetar o valor dos ativos imobiliários e afetar negativamente os ativos hipotecários.

O sentimento face os mercados emergentes como um todo continua a ser impulsionado em grande parte pelos desenvolvimentos na China, onde há alguma preocupação em torno da capacidade das autoridades gerirem o crescimento enquanto transitam da produção para os serviços. Apesar de os esforços do governo chinês para aumentar o peso da procura interna de forma estável tenham tido algum sucesso, o ritmo de crescimento do crédito mantém-se preocupante, dado o elevado nível de alavancagem e apesar das ações regulamentares. Uma desaceleração mais forte do que o esperado pode acontecer se as autoridades não conseguirem administrar de forma adequada o fim do investimento e o crescimento liderado pelo crédito.

A deterioração nos mercados emergentes pode afetar o Grupo se resultar em encargos por imparidade mais elevados para o Grupo através do incumprimento soberano ou da contraparte.

De um modo mais geral, a deterioração das condições nos mercados principais onde o Grupo opera pode afetar o desempenho de várias formas, incluindo, por exemplo: (i) a deterioração da confiança de negócios, de consumidores ou de investidores, conduzindo à redução dos níveis de atividade de um cliente, incluindo a procura de concessão de empréstimos a mutuários solventes ou, indiretamente, a um impacto material adverso no crescimento do PIB em mercados significativos e, portanto, no desempenho do Grupo; (ii) níveis mais elevados de taxas de incumprimento e imparidade; (iii) perdas de mercado em carteiras de negociação resultantes de alterações em fatores, tais como notações de risco, preços de ações e solvência de contrapartes; (iv) capacidade reduzida em obter capital de outras instituições financeiras para as operações do Grupo; e (v) níveis mais baixos de investimento em ativos fixos e crescimento da produtividade em geral.

ii) Aumentos das taxas de juros afetam negativamente as condições de crédito

Na medida em que os bancos centrais aumentam as taxas de juros, particularmente nos principais mercados do Grupo, no Reino Unido e nos EUA, pode haver um impacto na acessibilidade ao débito do consumidor e à rendibilidade das empresas.

Embora os aumentos nas taxas de juros possam afetar positivamente a rentabilidade do Grupo, uma vez que as receitas dos negócios de retalho e empresas podem aumentar devido à descompressão das margens, aumentos futuros da taxa de juro, se forem maiores ou mais frequentes do que as expetativas, podem causar pressão na carteira de crédito e na atividade de subscrição do Grupo. Perdas de crédito mais elevadas conducentes ao aumento da provisão por imparidade do Grupo afetariam particularmente as carteiras sem garantia de retalho do Grupo e empréstimos de não investimento.

Riscos materiais existentes e emergentes

A subida mais rápida do que o esperado das taxas de juros também pode ter um impacto negativo no valor dos ativos líquidos de alta qualidade que fazem parte da atividade de investimento da função Tesouraria do Grupo que poderia, consequentemente, criar mais uma volatilidade maior do que o esperado através das reservas disponíveis para venda do Grupo.

iii) Processo da saída do Reino Unido da União Europeia

A incerteza e o aumento da volatilidade do mercado após a decisão do Reino Unido de sair da UE em 2019 provavelmente continuarão até que a natureza exata da futura relação comercial com a UE se torne clara. Os riscos potenciais associados a uma saída da UE incluem:

- Espera-se que o aumento do risco de mercado com o impacto no valor das posições da carteira de negociação, principalmente no Barclays International, seja impulsionado predominantemente pela volatilidade da taxa de juros e da moeda.
- Potencial de expansão de spreads de crédito para instituições do Reino Unido, o que pode conduzir à redução da apetência dos investidores pelos títulos de dívida do Barclays, o que poderia afetar negativamente o custo e/ou o acesso ao financiamento. O potencial de continuidade da volatilidade do mercado e da taxa de juro pode afetar o risco de taxa de juro subjacente e afetar potencialmente o valor dos ativos na carteira bancária, bem como os títulos detidos pelo Barclays para fins de liquidez.
- Mudanças nas perspetivas de longo-prazo para as taxas de juros do Reino Unido, o que pode afetar negativamente os passivos de pensão IAS 19 e o valor de mercado dos investimentos de capital próprio que financiam esses passivos.
- Aumento do risco de uma recessão no Reino Unido com menor crescimento, mais desemprego e queda dos preços da habitação no Reino Unido. Isto provavelmente afetaria negativamente um número de carteiras do Barclays, em particular no Barclays UK, notadamente: crédito hipotecário com uma taxa de empréstimo mais elevada, empréstimos sem garantia do Reino Unido, incluindo cartões de crédito e exposições de imobiliário comercial.
- Alterações nos atuais direitos de “passaporte” da UE, que provavelmente exigirão ajustes no modelo atual para a operação bancária transfronteiriça do Grupo, o que poderia aumentar a complexidade operacional e/ou os custos.
- A capacidade de atrair ou de impedir a saída de funcionários qualificados e competentes pode ser afetada pela futura abordagem do Reino Unido à liberdade de movimento e imigração da UE dos países da UE e isto pode afetar o acesso do Barclays ao manancial de talentos da UE.
- O quadro jurídico em que o Barclays opera pode mudar e tornar-se mais incerto à medida que o Reino Unido toma medidas para substituir ou revogar determinadas leis atualmente em vigor e que se baseiam na legislação e regulamentação (incluindo a regulação da UE relativamente ao sector da banca). A certeza dos contratos existentes, o cumprimento das obrigações legais e a incerteza em torno do resultado dos litígios podem ser afetados até serem plenamente conhecidos os impactos da perda dos atuais acordos jurisdicionais entre os tribunais do Reino Unido e da UE e a aplicabilidade universal das decisões em toda a UE (incluindo estatuto da jurisprudência comunitária existente).

iv) Agenda de mudanças regulamentares e impacto no modelo de negócio

O Grupo continua sujeito a níveis significativos de alteração regulamentar e escrutínio em muitos dos países em que opera (incluindo, em particular, o Reino Unido e os EUA). Consequentemente, o risco regulamentar continuará a ser um foco dos quadros administrativos e consumirá níveis significativos de recursos de negócio. Além disso, uma abordagem regulamentar mais intensiva e a melhoria de requisitos, juntamente com a incerteza (especialmente à luz da decisão do Reino Unido em sair da UE) e a potencial falta de coordenação regulamentar internacional à medida que são desenvolvidos e implementados padrões de supervisão reforçada podem afetar negativamente os negócios, estratégias de capital e gestão de risco do Grupo e/ou podem fazer com que o Grupo tome a decisão de modificar a sua estrutura de entidade jurídica, as estruturas de capitais e de financiamento e combinação de negócios, ou termine certas atividades por completo ou não se expanda em áreas apesar do potencial de outra forma atrativo.

A mais significativa das reformas regulamentares que afetam o Grupo em 2018 é a criação do Banco delimitado ao abrigo do programa de reforma estrutural do Banco (para mais informações sobre a Reforma Estrutural, ver Supervisão e Regulamentação na página 134).

A implementação destas mudanças envolve vários riscos, que incluem:

- O Grupo está a reestruturar os seus acordos de capital intra-grupo e externo, acordos de financiamento e de liquidez para cumprir os requisitos regulamentares e apoiar as necessidades de negócio. As alterações terão impacto nas fontes de financiamento disponíveis para as diferentes entidades, incluindo a sua respetiva capacidade de acesso aos mercados de capital. Estas alterações podem afetar os custos de financiamento.
- As alterações na estrutura do Grupo podem ter um impacto negativo na avaliação realizada pelas agências de notação de crédito e pelos credores com o decorrer do tempo. O perfil de risco e os principais impulsionadores de risco do banco delimitado e do banco não delimitado serão específicos para as atividades e perfil de risco de cada entidade. Consequentemente, entidades diferentes do Grupo, tal como o Barclays Bank PLC, podem ser também avaliadas de forma diferente no futuro, o que pode resultar em diferenças nas notações de crédito. As alterações na avaliação de crédito ao nível do Grupo ou da entidade individual, incluindo o potencial de reduções nas notações e diferenças nas notações entre entidades, podem afetar o acesso e o custo de determinadas fontes de financiamento.
- A implementação da delimitação introduz uma série de riscos de execução. A mudança de tecnologia pode resultar em falhas ou erros operacionais. O desafio jurídico para o esquema de transferência “ring-fence” pode atrasar a transferência dos ativos e dos passivos para o banco delimitado. O fornecimento atrasado pode aumentar o risco de reputação ou resultar em incumprimento regulamentar.
- Existe o risco de o Barclays não cumprir os requisitos regulamentares em toda a nova estrutura. O não cumprimento destes requisitos poderá ter um impacto negativo na rentabilidade, na flexibilidade operacional, na flexibilidade de implantação do capital e do financiamento, na rendibilidade dos capitais próprios, na capacidade de pagamento de dividendos, nas notações de crédito e/ou na situação financeira do Grupo.

Além da Reforma Estrutural, há várias outras partes significativas da legislação/áreas de foco que exigirão atenção, custo e recursos de gestão significativos:

- Alterações a requisitos prudenciais, incluindo as propostas de alteração da CRD IV e da BRRD (como parte do pacote de medidas de redução de riscos da UE) podem afetar requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) (incluindo requisitos para MREL internos), requisitos de alavancagem, liquidez ou financiamento, buffers e/ou complementos aplicáveis a tais exigências mínimas e metodologias de cálculo de ativos ponderados pelo risco (RWA), todas as que possam ser fixadas periodicamente pelas autoridades internacionais, da UE ou nacionais. Tais alterações, ou alterações semelhantes, aos requisitos prudenciais ou às expetativas prudenciais e de supervisão adicionais, individualmente ou em conjunto, pode resultar, entre outras, numa necessidade de mais ações de gestão para cumprir os requisitos alterados, tais como: aumento de capital, recursos de MREL ou liquidez, redução de alavancagem e ativos ponderados pelo risco; restrição das distribuições em instrumentos de capital; modificar os termos de instrumentos de capital em dívida; modificar a estrutura da entidade legal (incluindo no que respeita a emissão e implantação de capital, MREL e financiamento para o Grupo); alterações na combinação de negócios do Grupo ou abandonar outros negócios; e/ou realização de

outras ações destinadas a reforçar a posição do Grupo. (Ver Risco de Capital e Tesouraria nas páginas 100 a 119 e Supervisão e Regulamentação na página 130 para mais informações).

- O mercado de derivados tem sido objeto de particular foco para os reguladores nos últimos anos entre os países do G20 e além, com regulamentações introduzidas que exigem a comunicação e compensação de derivados transacionados em mercados de balcão (OTC) normalizados e o ajustamento de margens obrigatórias de derivados transacionados em mercados de balão. Estão em curso reformas nesta área e espera-se que sejam implementados outros requisitos no decurso de 2018. De um modo mais geral, a reformulação da Diretiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros na Europa (MiFID II), que entrou em vigor em janeiro de 2018, alterou fundamentalmente o quadro de regulamentação europeia, bem como implica mudanças operacionais significativas para os participantes no mercado numa vasta gama de instrumentos financeiros, assim como mudanças nas estruturas e práticas de mercado. Além disso, o Regulamento dos índices de Referência da UE, que também entrou em vigor em janeiro de 2018, regula a administração e a utilização de parâmetros de referência na UE. A conformidade com esta estrutura regulamentar em evolução acarreta custos significativos para os participantes do mercado e está a ter um impacto significativo em determinados mercados nos quais o Grupo, notadamente o Barclays International, opera. Outros regulamentos aplicáveis aos swap dealers, incluindo aqueles promulgados pela Commodity Futures Trading Commission dos EUA, impuseram custos significativos aos negócios de derivados do Grupo. Espera-se que estes e quaisquer requisitos futuros, incluindo os regulamentos da SEC dos EUA relativos a security-based swaps e a possibilidade de requisitos sobrepostos e/ou contraditórios impostos às transações de derivados pelos órgãos reguladores em diferentes jurisdições continuem a afetar tais negócios.

- O Grupo e alguns dos seus membros estão sujeitos a testes de esforço em várias jurisdições. Estes exercícios incluem atualmente os programas do BoE, do EBA, da FDIC, do FRB e do SARB. O seu objetivo é avaliar a resiliência dos bancos a desenvolvimentos económicos ou financeiros adversos e garantir que têm processos de gestão de capital e liquidez robustos e orientados para o futuro que representem os riscos associados ao seu perfil de negócio. A avaliação por parte dos reguladores é tanto quantitativa como qualitativa, sendo esta última centrada no modelo de negócio do Grupo ou de alguns dos seus membros, na disponibilização de dados, na capacidade dos testes de esforço e nos processos e controlos de gestão interna. Os requisitos dos testes de esforço aos quais o Grupo e os seus membros estão sujeitos tornam-se cada vez mais rigorosos. O não cumprimento dos requisitos dos testes de esforço regulamentar, ou a incapacidade por parte dos reguladores em aprovar os resultados dos testes de esforço e os planos de capital do Grupo podem levar o Grupo a aumentar sua posição de capital, a limitar distribuições de capital ou colocar capital em subsidiárias específicas. Para mais informações sobre os testes de esforço, ver a secção Supervisão e Regulamentação na página 129.

- Prevê-se que a introdução e implementação das normas e medidas corretivas de partilha de dados PSD2 e Open API impostas pela Autoridade de Concorrência e Mercados (Competition and Markets Authority, comumente designada por CMA) do Reino Unido após sua a Ordem de Investigação no Mercado da Banca de Retalho (Retail Banking Market Investigation Order) (em conjunto "Open Banking") de janeiro de 2018 transforme o modelo bancário tradicional britânico e a relação convencional entre um cliente e o seu banco. Tal permitirá fornecer aos clientes a capacidade de partilhar os dados das suas transações com prestadores de serviços terceiros autorizados a fornecer serviços de agregação ou pagamento. Prevê-se que estes serviços de agregação ou pagamento sejam oferecidos por terceiros aos clientes do Barclays. Os membros do Grupo Barclays poderão oferecer estes mesmos serviços a clientes de outros bancos. O incumprimento dos requisitos da Open Banking poderá expor o Barclays a sanção regulamentar, potenciais perdas financeiras e danos à reputação. Embora a Open Banking afete o Grupo como um todo, o impacto será provavelmente mais relevante para o Barclays UK.

v) Determinadas consequências possíveis da delimitação do Barclays Bank PLC

Em ligação à implementação da delimitação de certos negócios do Grupo no Reino Unido em 2018, o Barclays Bank PLC transferirá os ativos e os negócios da divisão Barclays UK para outra subsidiária do Grupo, o Barclays Bank UK PLC. A direção espera que, após esta transferência, os riscos materiais relativos ao Barclays Bank Group sejam os mesmos em todos os aspetos relevantes relativos ao Grupo. No entanto, o quadro administrativo identificou determinadas diferenças possíveis nos riscos inerentes ao Barclays Bank Group, em comparação com os riscos para o Grupo.

A transferência dos ativos e dos passivos da divisão Barclays UK do Barclays Bank PLC significará que o Barclays Bank Group será menos diversificado do que o Grupo como um todo. O Barclays Bank PLC não será a empresa-mãe do Barclays Bank UK PLC e, portanto, não terá recurso aos ativos do Barclays Bank UK PLC. Em relação ao Grupo, o Barclays Bank Group estará, entre outros:

- mais centrado em negócios fora do Reino Unido, especialmente nos EUA e, portanto, mais exposto à economia dos EUA e será mais afetado pelos movimentos do dólar americano (e de outras moedas que não a libra esterlina) em relação à libra esterlina, com uma percentagem relativamente maior dos seus negócios exposta à regulamentação dos EUA;

- mais centrado em negócios grossistas, tais como a banca de empresas e de investimento e nos mercados de capital, que expõem o Barclays Bank PLC Group a uma gama mais vasta de condições de mercado e a riscos de contraparte e operacionais e, portanto, o desempenho financeiro do Barclays Bank PLC pode estar sujeito a maiores flutuações em relação ao Grupo como um todo ou do banco delimitado;

- mais dependente de fontes de financiamento grossista, já que a base de depósitos retalhistas do Reino Unido será transferida para o banco delimitado. Os ativos do crédito hipotecário do Reino Unido também serão transferidos para o banco delimitado, o que reduz o acesso do Barclays Bank PLC a fontes de financiamento dependentes de garantias hipotecárias. O Barclays Bank Group pode, portanto, enfrentar condições de financiamento mais difíceis e/ou custos de financiamento mais elevados, incluindo em situações de esforço. Como resultado da implementação da delimitação, diferentes entidades do Grupo, tais como o Barclays Bank PLC, podem ser avaliadas de forma diferente pelas agências de notação de crédito, o que pode resultar em avaliações diferentes e possivelmente negativas das notações de crédito do Barclays Bank PLC, em comparação com as suas notações atuais, ou das notações de crédito de outros membros do Grupo, o que poderia afetar negativamente as fontes e os custos de determinadas fontes de financiamento do Barclays Bank PLC; e

- potencialmente sujeito a obrigações regulamentares diferenciadas, incluindo diferentes requisitos de liquidez e buffers de capital.

Como resultado de qualquer ou de todos os itens acima, a implementação da delimitação pode afetar negativamente o valor de mercado e/ou a liquidez dos títulos emitidos pelo Barclays Bank PLC.

Riscos materiais existentes e emergentes que afetam Riscos Principais individuais

i) Risco de crédito

a) Imparidade

A introdução dos requisitos de imparidade da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, implementada a 1 de janeiro de 2018, resulta no reconhecimento antecipado de subsídios por perdas por imparidade mais elevados numa base mais prospetiva e num âmbito mais alargado de instrumentos financeiros do que no caso da IAS 39 e, como resultado, terá um impacto substancial na condição financeira do Grupo. A medição envolve o aumento de um julgamento complexo e os encargos por imparidade tendem a ser mais voláteis. Os produtos sem garantia, com vidas mais longas, tais como os cartões de crédito renovável, são os mais afetados. O tratamento de capital no aumento de reservas tem o potencial de afetar negativamente os rácios de capital regulamentar.

Além disso, o movimento de perdas de crédito incorridas para esperadas pode afetar o desempenho do Grupo em condições económicas de esforço ou em testes de esforço regulamentar. Para mais informações, consulte a Nota 1 nas páginas 170 a 176.

b) Sectores específicos

O Grupo está sujeito aos riscos decorrentes de alterações na qualidade do crédito e taxa de recuperação de empréstimos e adiantamentos devidos de mutuários e contrapartes numa carteira específica. Qualquer deterioração na qualidade do crédito pode conduzir a uma baixa capacidade de recuperação e maior imparidade num sector específico. As seguintes são áreas de incertezas para a carteira do Grupo que podem ter um impacto significativo no desempenho.

- Mercado imobiliário no Reino Unido. Com o imobiliário do Reino Unido a representar a parte mais significativa da exposição global de crédito da banca de empresas e de retalho do Reino Unido, o Grupo está em risco de uma queda nos preços dos imóveis nos sectores residenciais e comerciais no Reino Unido.

  O forte crescimento dos preços da habitação em Londres e no sudeste do Reino Unido, impulsionado pelo investimento estrangeiro, pela forte procura de compra para arrendar (BTL) e oferta moderada de habitação, resultou em níveis recordes de acessibilidade. Os preços médios das casas, no final de 2017, eram mais 5,6 vezes o salário médio.

- Grandes perdas em nome individual. O Grupo tem grandes exposições individuais a contrapartes em nome individual, tanto nas suas atividades de empréstimo como nas suas atividades comerciais e de serviços financeiros, incluindo transações em derivados e transações com corretores, câmaras de compensação central, negociantes, fundos mutualistas e de cobertura e outros clientes institucionais. O incumprimento dessas contrapartes pode ter um impacto significativo no valor contabilístico destes ativos. Além disso, quando este risco de contraparte tiver sido atenuado através de garantia, o risco de crédito pode manter-se elevado se a garantia detida não puder ser liquidada, ou tiver que ser liquidada a preços que são insuficientes para recuperar o montante total do empréstimo ou da exposição a instrumentos derivados. Esses incumprimentos podem ter um efeito adverso significativo nos resultados do Grupo devido, por exemplo, ao aumento das perdas de crédito e encargos por imparidade mais elevados.
- Subscrição de alavancagem financeira. O Grupo assume a exposição de subscrições com grau de sub-investimento significativo, incluindo o risco de nome único, principalmente nos EUA e na Europa. O Grupo está exposto a eventos de crédito e volatilidade de mercado durante o período de subscrição. Todos os eventos adversos durante este período podem resultar potencialmente em perdas para o Grupo, especialmente através do Barclays International, ou num aumento da exigência de capital se houver uma necessidade de manter a exposição por um período prolongado.

ii) Risco de mercado

Volatilidade do mercado

A elevada volatilidade do mercado, que pode ser desencadeada e/ou agravada pelo desapontamento com os dados económicos, políticas monetárias divergentes, incerteza política ou conflitos, provavelmente acarretaria uma deflação significativa dos ativos que, por sua vez, poderiam colocar as contrapartes sob pressão e ter efeitos em cadeia no banco.

Além disso, o negócio comercial do Grupo é geralmente exposto adversamente a um período prolongado de elevada volatilidade dos preços dos ativos, em especial se afetar negativamente a profundidade da liquidez de mercado. Tal cenário poderia afetar a capacidade do Grupo de executar negócios com clientes e resultar em menores ganhos ativados pelo fluxo de clientes e/ou perdas baseadas em mercados na sua carteira de riscos de mercado. Estes podem incluir absorver custos de cobertura mais elevados resultantes do reequilíbrio de riscos que têm de ser geridos dinamicamente à medida que os níveis de mercado e as volatilidades associadas mudam.

iii) Risco de capital e tesouraria

O Grupo pode não ser capaz de atingir os seus planos de negócio devido a, entre outros: a) ser incapaz de manter adequadamente os rácios de capital; b) ser incapaz de cumprir as suas obrigações na data de vencimento; c) descidas nas agências de notação; d) alterações adversas nas taxas de câmbio sobre rácios de capital; e) movimentos adversos no fundo de pensões; f) risco de mercado não transacionado na carteira de operações bancárias.

a) Incapacidade de manter os rácios prudenciais e outros requisitos regulamentares

A incapacidade de manter os rácios prudenciais adequados por levar a: uma incapacidade para apoiar a atividade empresarial; incapacidade de cumprir os requisitos de capital regulamentar, incluindo quaisquer acréscimos de capital adicionais ou requisitos definidos para testes de esforço do regulador; aumento do custo de financiamento devido à deterioração da apetência do investidor ou das notações de crédito; restrições à distribuição, incluindo a capacidade de cumprir as metas de dividendos; e/ou a necessidade de tomar medidas adicionais para reforçar a posição de capital ou alavancagem do Grupo.

b) Incapacidade de gerir a liquidez e risco de financiamento eficazmente

A incapacidade de gerir o risco de liquidez e financiamento de forma eficaz pode fazer com que o Grupo não tenha recursos financeiros suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento na data de vencimento ou, embora solvente, apenas seja capaz de cumprir essas obrigações pelo custo excessivo. Isto pode fazer com que o Grupo deixe de cumprir as normas de liquidez regulamentares, seja incapaz de suportar as atividades bancárias do dia-a-dia (incluindo a retirada de depósitos ou financiamento de novos empréstimos), ou deixe de ser uma preocupação constante.

A estabilidade do perfil de financiamento atual do Grupo, em particular a parte que se baseia em depósitos em contas e depósitos de poupança pagáveis à ordem ou a curto-prazo poderá ser afetada pelo facto de o Grupo não conseguir preservar o nível atual de confiança de clientes e investidores. O Grupo acede também regularmente aos mercados de capital para fornecer financiamento de longo-prazo para suportar as suas operações. Vários fatores, incluindo condições macroeconómicas adversas, resultados adversos em questões legais, regulamentares ou de conduta e a perda de confiança por parte de investidores, contrapartes e/u clientes do Grupo podem afetar a capacidade do Grupo em aceder ao mercado de capitais e/ou o custo e outros termos sobre os quais o Grupo pode obter financiamento de mercado.

c) Alterações nas notações de crédito e o impacto nos custos de financiamento

Quaisquer descidas potenciais ou reais nas agências de notação de crédito podem aumentar significativamente os encargos financeiros relacionados com empréstimos do Grupo, os spreads de crédito e afetar negativamente as margens de juros e a posição de liquidez do Grupo, que podem, como resultado, divergir significativamente das expectativas atuais. Tais mudanças adversas teriam também um impacto negativo no desempenho geral do Grupo.

d) Alterações adversas nas taxas de câmbio sobre rácios de capital

O Grupo possui recursos de capital, ativos ponderados pelo risco e exposições de alavancagem denominados em moedas estrangeiras. As variações nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras podem afetar negativamente estes itens. Como resultado, os rácios de capital regulamentar do Grupo são sensíveis a movimentos cambiais estrangeiros, e qualquer incapacidade de gerir adequadamente o balanço do Grupo para considerar os movimentos da moeda estrangeira pode resultar num impacto adverso no capital regulamentar e nos rácios de alavancagem.

e) Movimentos adversos no fundo de pensões

Os movimentos adversos em ativos e passivos de pensões para regimes de prestações definidos podem contribuir para um défice de pensões, o que, dependendo de circunstâncias específicas, pode exigir que o Grupo faça contribuições substanciais para os seus planos de pensões. A taxa de desconto de passivos é um fator-chave e, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS 19), é derivada dos rendimentos de obrigações de empresas de alta qualidade (considerados aqueles com classificação AA) e, consequentemente, inclui exposição a rendimentos livres de riscos e spreads de crédito.

Portanto, a valorização do regime de prestações definidas do Grupo será afetada por uma queda prolongada da taxa de desconto ou uma taxa baixa persistente e/ou ambiente de spread de crédito. A inflação é um outro fator de risco significativo para o fundo de pensões, uma vez que os passivos são negativamente afetados por um aumento da expetativa de inflação a longo-prazo.

f) Risco de mercado não transacionado/risco de taxa de juro na carteira de operações bancárias

Um défice no retorno do investimento do buffer de liquidez poderia aumentar o custo dos fundos do Banco e afetar os rácios de capital. Os programas de cobertura estrutural do banco para o risco de taxa de juros na carteira de operações bancárias baseiam-se fortemente em premissas comportamentais e, como resultado, o sucesso da estratégia de cobertura não é garantido. Um potencial desfasamento no balanço ou na duração dos pressupostos de cobertura poderia levar à deterioração dos lucros.

iv) Risco operacional

a) Ameaça cibernética

A frequência dos ataques cibernéticos continua a crescer anualmente e é uma ameaça global inerente a todos os sectores, incluindo o sector financeiro. Dado que o sector financeiro continua a ser o principal alvo dos criminosos cibernéticos, 2017 registou uma série de ataques altamente divulgados que envolveram ransomware, roubo de propriedade intelectual, dados de clientes e indisponibilidade de serviços numa vasta gama de organizações.

A ameaça cibernética aumenta o risco inerente à disponibilidade de serviços do Grupo e aos dados do Grupo (sejam detidos pelo Grupo ou na sua cadeia de abastecimento), à integridade das transações financeiras do Grupo, dos seus clientes, das contrapartes e dos clientes e à disponibilidade dos serviços do Grupo. A incapacidade de controlar adequadamente esta ameaça e de evoluir de forma contínua a segurança corporativa, bem como de fornecer um recurso ativo de resposta de segurança cibernética poderá resultar num aumento de perdas por fraude, incapacidade de desempenhar funções económicas críticas, prejuízos ao cliente, potencial censura e penalidade regulamentar, responsabilidade jurídica, redução no valor dos acionistas e danos à reputação.

b) Resiliência do serviço

A perda ou a interrupção do processamento dos negócios do Grupo, quer por meio de impactos nos sistemas de tecnologia, serviços imobiliários, disponibilidade de pessoal quer pelo suporte de fornecedores importantes, representa um tema de risco inerente significativo para o Grupo.

Criar resiliência nos processos de negócio e nos serviços de tecnologia, imobiliário e fornecedores dos quais esses processos dependem pode reduzir a interrupção das atividades comerciais do Grupo ou evitá-las completamente. A incapacidade em fazê-lo pode resultar em prejuízos para o cliente, custos em reembolsos a prejuízos incorridos pelos nossos clientes, potenciais censuras ou penalidades regulamentares e danos à reputação.

c) Contratação externa

O Grupo depende de fornecedores para a prestação de muitos dos seus serviços e para o desenvolvimento de futuras propostas de produtos impulsionados pela tecnologia, embora o Grupo continue a ser responsável pelo risco decorrente das ações desses fornecedores. A incapacidade de monitorizar e controlar os fornecedores do Grupo pode potencialmente levar a que a informação do cliente, ou as nossas infraestruturas e serviços críticos, não sejam adequadamente protegidos ou estejam disponíveis quando são necessários.

A dependência em fornecedores e a subcontratação de serviços terceirizados introduz risco de concentração em que o incumprimento por parte de fornecedores específicos poderia ter um impacto na nossa capacidade de continuar a fornecer serviços significativos para o Grupo, especialmente para os negócios individuais dentro do Grupo aos quais muitos dos serviços são prestados a nível central pela recém-criada Empresa de Serviços do Grupo.

A incapacidade de gerir adequadamente o risco de externalização através de ambientes de controlo que permaneçam robustos contra ameaças e desafios em constante mudança pode resultar em perdas maiores, na incapacidade de desempenhar funções económicas importantes, prejuízo ao cliente, potencial censura e penalidade regulamentar, responsabilidade jurídica e danos à reputação.

d) Precisão operacional e pagamentos

O risco de erros materiais nos processos operacionais, incluindo pagamentos, é exacerbado durante o período atual de níveis significativos de mudanças estruturais e regulamentares, a evolução do cenário tecnológico e a transição para as capacidades dos canais digitais.

Erros operacionais ou de pagamento significativos podem prejudicar os clientes ou as contrapartes do Grupo e podem resultar em censuras e penalidades regulamentares, responsabilidade jurídica, danos à reputação e perda financeira do banco.

e) Tecnologia nova e emergente

Os avanços tecnológicos apresentam oportunidades para desenvolver formas novas e inovadoras de fazer negócio em todo o Grupo, com soluções novas a serem desenvolvidas tanto internamente como em associação com empresas terceirizadas. A introdução de novas formas de tecnologia tem o potencial de aumentar o risco inerente.

A incapacidade de monitorizar atentamente a exposição ao risco pode levar a prejuízos ao cliente, perda de negócios, censura regulamentar, perda de oportunidades de negócios e danos à reputação.

f) Fraude

A fraude é um risco em constante evolução para o Grupo. Isto é exacerbado durante períodos de mudanças significativas, incluindo a digitalização de produtos, o que acarreta níveis mais elevados de risco inerente. Dado que o Grupo continua a investir em sistemas antifraude novos e atualizados, os criminosos adaptam-se e tornam-se cada vez mais sofisticados na sua abordagem. Os riscos da engenharia social e as tentativas de induzir os clientes a autorizar pagamentos também continuam a crescer, e o foco regulamentar crescente está a colocar mais responsabilidades na indústria para que protejam os consumidores.

Além disso, fraudes internas decorrentes de áreas como falhas nos controlos de transações do Grupo podem resultar em perdas materiais de alto perfil, juntamente com censura/penalidades regulamentares e danos à reputação significativos.

g) Capacidade de contratar e reter funcionários devidamente qualificados

O Grupo tem requisitos de recursos para suportar fluxos de receita existentes, entrar em novos modelos de negócio e entregar compromissos regulamentares multianuais complexos e mudanças obrigatórias. Estes compromissos requerem colegas qualificados e especializados e a capacidade do Barclays em atrair,

Riscos materiais existentes e emergentes

desenvolver e reter um misto tão diversificado de talentos é fundamental para a entrega da sua atividade e estratégia de negócios principal. Isto é afetado por uma série de fatores externos e internos. A regulamentação externa, tal como a introdução do Regime de Responsabilidade Individual e as disposições de diferimento e reembolso dos nossos acordos de indemnização podem tornar o Barclays numa proposta menos atraente em relação aos nossos concorrentes internacionais e a outras indústrias. Da mesma forma, o impacto da saída prevista do Reino Unido da UE poderia potencialmente ter um impacto na nossa capacidade de contratar e reter funcionários-chave.

A incapacidade de atrair ou impedir a saída de funcionários devidamente qualificados e competentes que se dedicam a supervisionar e administrar expetativas e normas regulamentares atuais e futuras, ou que têm as competências necessárias exigidas para materializar a estratégia do Grupo, pode afetar negativamente o nosso desempenho financeiro, ambiente de controlo, e nível de envolvimento dos funcionários. Além disso, isto pode resultar na interrupção do serviço normal, o que, por sua vez, pode privar os direitos de determinados grupos de clientes, causar prejuízos aos clientes e danos à reputação.

h) Risco fiscal

O Grupo é obrigado a cumprir as leis e práticas tributárias nacionais e internacionais de todos os países em que opera. Existe o risco de que o Grupo possa sofrer perdas devido a encargos fiscais adicionais, outros custos financeiros ou danos à reputação resultantes do incumprimento dessas leis e práticas ou da gestão inadequada dos seus assuntos fiscais, sendo grande parte deste risco atribuível à estrutura internacional do Grupo. A Tax Cuts and Jobs Act introduziu mudanças substanciais no sistema tributário dos EUA, incluindo a introdução de um novo imposto, o imposto de Erosão de Base e Anti Abuso (Base Erosion Anti-Abuse Tax). Estas mudanças aumentaram as obrigações de conformidade fiscal do Grupo e requerem uma série de mudanças no sistema e no processo, o que introduz um risco operacional adicional. Além disso, aumentar as exigências de relatórios fiscais dos clientes em todo o mundo e a digitalização da administração dos impostos tem o potencial para aumentar ainda mais a carga tributária do Grupo.

i) Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas, bem como que a administração aja com prudência na aplicação das políticas contabilísticas relevantes. As principais áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas nas quais os pressupostos são significativos para as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluem encargos por imparidade de crédito para ativos a custo amortizado, impostos, justo valor de instrumentos financeiros, pensões e benefícios pós-reforma, bem como disposições que incluem questões de conduta e jurídicas, regulamentares e de concorrência. Existe o risco de que, se o julgamento exercido, ou as estimativas ou pressupostos utilizados, vierem posteriormente a revelar-se incorretos, isso possa resultar em perda significativa para o Grupo, para além do que foi antecipado ou previsto.

O desenvolvimento adicional de normas e interpretações ao abrigo da IFRS pode também ter um impacto significativo nos resultados, condição e perspetivas financeiras do Grupo.

j) Gestão de dados e proteção da informação

O Grupo detém e processa grandes volumes de dados, incluindo informações pessoais de identificação, de propriedade intelectual e de dados financeiros. A falha em recolher e manter estes dados com precisão, protegê-los contra violações de confidencialidade e interferir com sua disponibilidade expõe o Banco ao risco de perda ou à indisponibilidade de dados (incluindo dados de clientes ao abrigo da alínea vi), c) Proteção de dados e privacidade abaixo), problemas de integridade de dados e podem resultar em censura regulamentar, responsabilidade jurídica e danos à reputação.

v) Risco do modelo

Requisitos da gestão do risco do modelo melhorado

O Barclays depende de modelos para apoiar uma vasta gama de atividades de gestão de risco e negócios, incluindo a informação de decisões e estratégias de negócio, medição e limitação de riscos, avaliação de exposições (incluindo o cálculo de imparidades), realização de testes de esforço, avaliação da adequação de capital, suporte à aceitação de novos negócios e avaliação de riscos/recompensas, gestão de ativos de clientes e cumprimento dos requisitos para apresentação de relatórios.

Os modelos são, por natureza, representações imperfeitas e incompletas da realidade porque baseiam-se em pressupostos e dados e, portanto, podem estar sujeitos a erros que afetam a precisão dos seus resultados. Por exemplo, a qualidade dos dados utilizados em modelos em todo o Barclays tem um impacto material na exatidão e integralidade das nossas métricas de risco e financeiras.

Os modelos também podem ser mal utilizados. Os erros ou a utilização indevida do modelo podem fazer com que o Grupo tome decisões comerciais inadequadas e esteja sujeito a perdas financeiras, risco regulamentar, risco de reputação e/ou informações inadequadas de capital.

vi) Risco de conduta

Existe o risco de prejuízo a consumidores, clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente. Este risco pode manifestar-se de várias formas:

a) Ciclo de vida e governação de produtos

Uma governação ineficaz de produtos, incluindo o design, a aprovação e a análise de produtos, os controlos inadequados sobre vários canais de vendas internos e de terceiros e serviços pós-venda pode resultar em resultados mais fracos para os clientes, bem como em sanções regulamentares, perda financeira e danos à reputação.

b) Crime financeiro

O Grupo pode ser adversamente afetado se não mitigar eficazmente o risco dos seus funcionários ou terceiros facilitarem, ou dos seus produtos e serviços serem utilizados para facilitar o crime financeiro (branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, suborno e corrupção e evasões às sanções). Um dos principais focos da política do governo dos EUA e do Reino Unido em relação às instituições financeiras continua a ser o combate ao branqueamento de capitais e o cumprimento das sanções económicas nos EUA e na UE. O incumprimento dessas regulamentações pode resultar em ações de controlo pelos reguladores e na imposição de penalidades severas, com um impacto consequente na reputação e nos resultados financeiros do Grupo.

c) Proteção de dados e privacidade

O tratamento adequado dos dados pessoais é fundamental para sustentar relações de longo-prazo com nossos clientes, bem como para cumprir as leis e obrigações em termos de privacidade. A falha na proteção de dados pessoais pode resultar em potenciais prejuízos para os nossos clientes, danos à reputação, sanções regulamentares e perdas financeiras, que, de acordo com o novo Regulamento de Proteção de Dados da UE, podem ser substanciais.

d) Foco regulamentar na cultura e na responsabilidade

Reguladores em todo o mundo continuam a enfatizar a importância da cultura e da responsabilidade pessoal, bem como a adoção e aplicação de procedimentos de comunicação interna e de denúncia de comportamentos de modo a ajudar a garantir uma conduta apropriada e a impulsionar resultados positivos para os clientes e para a integridade dos mercados. O incumprimento dos requisitos e das expetativas do Regime de Diretores Sénior do Reino Unido, do Regime de Certificação e das Regras de Conduta pode resultar em sanções regulamentares, tanto para os particulares como para a empresa.

vii) Risco de reputação

Associação do Barclays com sectores sensíveis e o seu impacto na reputação

Um risco que surge numa área de negócio pode ter um efeito negativo na reputação global do Barclays; qualquer transação, investimento ou evento que, na perceção das principais partes interessadas, reduza a sua confiança na integridade e competência do Grupo, tem o potencial de gerar um risco de reputação para o Barclays e resultar em perda de negócios, censura regulamentar e a perda de oportunidades de negócios.

A associação do Barclays a sectores sensíveis é uma área de preocupação para as partes interessadas e os seguintes tópicos têm sido de particular interesse:

- Divulgação de riscos e oportunidades em matéria climática, incluindo as atividades de determinadas secções da base de clientes. Isto está a tornar-se objeto de um maior escrutínio por partes de reguladores, ONGs e outras partes interessadas.
- Os riscos de associação a violações dos direitos humanos através do envolvimento indireto percebido em abusos de direitos humanos cometidos pelos clientes.
- O fabrico e exportação de bens e serviços militares e controlo de motins pelos clientes.

viii) Riscos jurídicos e assuntos legais, de concorrência e regulamentares

Disputas legais, investigações regulamentares, multas e outras sanções relativas à conduta de negócios e infrações à legislação e/ou regulamentos podem afetar negativamente os resultados, a reputação e a capacidade de realizar os negócios do Grupo. Os resultados legais podem surgir como consequência do risco jurídico ou devido a ações passadas e futuras, comportamentos e decisões de negócios como um resultado de outros Riscos Principais.

O Grupo realiza diversas atividades num mercado global altamente regulamentado e, portanto, está exposto ao risco de multas e outras sanções relacionadas com a realização dos seus negócios. Nos últimos anos, as autoridades têm investigado cada vez mais as práticas do passado, tendo investigado com determinação alegadas violações e aplicado sanções severas a empresas de serviços financeiros. Esta tendência deverá continuar. Uma violação das leis e/ou regulamentos aplicáveis pode fazer com que o Grupo ou os seus funcionários sejam sujeitos a processos criminais, censura regulamentar, multas e outras sanções dentro das jurisdições em que opera, particularmente no Reino Unido e nos EUA. Onde quer que os clientes ou outros terceiros sejam prejudicados pela conduta do Grupo, tal também pode dar origem a processos judiciais, incluindo ações coletivas. Outras disputas legais também podem surgir entre o Grupo e terceiros relativas a questões como violações, aplicação dos direitos ou obrigações decorrentes de contratos legais, estatutos ou direito comum. Os resultados adversos em qualquer uma destas matérias podem fazer com que o Grupo seja responsabilizado perante terceiros com vista à reparação, ou pode fazer com que os direitos do Grupo não sejam aplicados conforme pretendido.

Detalhes de questões legais, de concorrência e regulamentares a que o Grupo está atualmente exposto constam na Nota 28 Questões legais, de concorrência e regulamentares. Além das questões especificamente descritas na Nota 28, o Grupo está envolvido em vários outros processos judiciais no Reino Unido e nos EUA e numa série de jurisdições estrangeiras que surgem no curso normal dos negócios. O Grupo também está sujeito a pedidos de informação, investigações e outras avaliações por reguladores, organismos governamentais e outros organismos públicos no âmbito das atividades de negócio em que o Grupo está ou tenha estado envolvido. O Grupo está a cooperar com as autoridades relevantes e mantém todas as agências relevantes informadas de forma adequada sobre estas questões e outras descritas na Nota 28 numa base contínua.

O resultado de questões legais, de concorrência e regulamentares, tanto as que o Grupo está exposto como quaisquer outras que possam surgir no futuro, é difícil de prever. No entanto, é provável que, no âmbito dessas questões, o Grupo incorra em despesas significativas, independentemente do resultado final, e qualquer dessas questões pode expor o Grupo a qualquer um dos seguintes: danos e/ou multas elevadas; reparação de clientes afetados; outras sanções e medidas cautelares; contencioso adicional; ação criminal em determinadas circunstâncias; perda de qualquer proteção acordada existente da acusação; restrições regulamentares sobre as operações comerciais do Grupo, incluindo a revogação de autorizações; aumento de requisitos de conformidade regulamentar; suspensão de operações; admoestação pública; perda de bens ou negócios significativos; um efeito negativo na reputação do Grupo; perda de confiança dos investidores e/ou demissão ou renúncia de indivíduos-chave. À luz das incertezas envolvidas em questões legais, de concorrência e regulamentares, não pode haver nenhuma garantia de que o resultado de uma matéria ou matérias em particular não seja material para os resultados, operações ou fluxo de caixa do Grupo para um determinado período, dependendo, entre outros, do valor da perda resultante da(s) matéria(s) e do montante das receitas de outra forma comunicadas para o período.

Em janeiro de 2017, o Barclays PLC foi condenado a cumprir três anos de liberdade condicional a partir da data da sentença, de acordo com os termos do seu acordo de maio de 2015 com o DOJ. Durante o período de liberdade condicional, o Barclays PLC deve, entre outras coisas, (i) não cometer qualquer crime em violação das leis federais dos EUA, (ii) implementar e continuar a implementar um programa de cumprimento destinado a prevenir e detetar a conduta que deu origem ao acordo de culpa (iii) reforçar o seu cumprimento e controlos internos, conforme exigido pelas agências reguladoras ou de execução relevantes. As potenciais consequências da violação do acordo de culpa incluem a imposição de termos e condições adicionais ao Grupo, uma extensão do acordo ou o processo penal das entidades do Grupo, o que poderia, por sua vez, implicar mais penalidades financeiras e consequências colaterais e ter um efeito adverso material nos negócios, resultados operacionais ou na posição financeira do Grupo.

Há também um risco de que o resultado de qualquer questão legal, de concorrência ou regulamentar em que o Grupo esteja envolvido possa dar origem a alterações na lei ou regulamento, como parte de uma resposta mais ampla por parte de fabricantes e reguladores de direito pertinentes. Uma decisão em qualquer matéria, tanto contra o Grupo como contra outra instituição financeira confrontada com queixas semelhantes, pode levar a outras queixas contra o Grupo.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco de crédito

Risco de crédito (auditado)

O risco de perda para a empresa resultante do incumprimento dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros dividendos a receber.

Visão geral

O risco de crédito que o Grupo enfrenta decorre principalmente de empréstimos grossistas e retalhistas e avança em conjunto com o risco de crédito de contraparte decorrente de contratos de derivados com clientes. Outras fontes de risco de crédito são decorrentes de atividades comerciais, incluindo: títulos de dívida, saldos de liquidação com contrapartes do mercado, ativos disponíveis para venda e acordos de recompra.

Os objetivos da gestão de risco de crédito servem para:

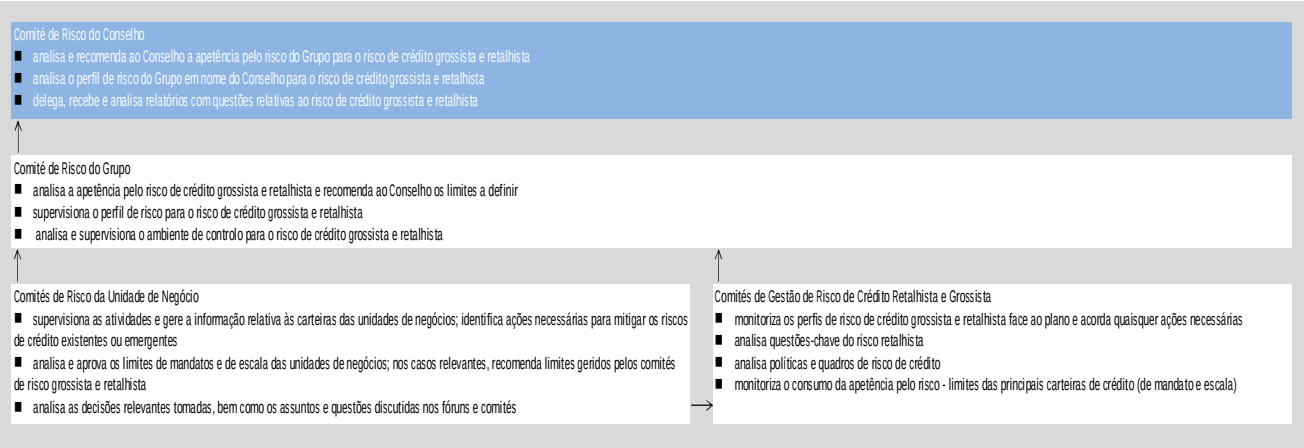
- manter uma estrutura de controlos para garantir que o risco de crédito assumido se baseia em princípios seguros de gestão de risco;
- identificar, avaliar e medir o risco de crédito com clareza e precisão em todo o Grupo e dentro de cada unidade de negócio independente, desde o nível das facilidades individuais até à carteira total;
- controlar e planear a assunção do risco de crédito em conformidade com as expetativas das partes interessadas externas e evitando concentrações indesejadas;
- supervisionar o risco de crédito e aderência aos controlos acordados;
- permitir que os objetivos de risco-recompensa sejam cumpridos.

Mais informações da comunicação do risco de crédito podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Organização e estrutura

As carteiras retalhistas e grossistas são geridas separadamente para refletir a natureza distinta dos ativos; os balanços grossistas tendem a ser maiores e são geridos numa base individual enquanto os balanços retalhistas são maiores em número mas mais pequenos em valor e são, portanto, geridos numa base de carteira homogénea.

As responsabilidades de gestão de risco de crédito foram estruturadas de modo a que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do negócio, assegurando a revisão e avaliação robustas do desempenho, infraestrutura de risco e planos estratégicos. As equipas de gestão de risco de crédito em cada negócio são responsáveis perante o Diretor de Risco do negócio de crédito relevante (BCRO), que, por sua vez, comunica ao CRO do Grupo.



Funções e responsabilidades

As responsabilidades das equipas de gestão de risco de crédito nos negócios, a equipa sancionatória e outros serviços partilhados incluem: sancionar novos acordos de crédito (principalmente grossistas); definir as políticas para aprovação das transações (principalmente retalhistas); definir a apetência pelo risco; supervisionar o risco face aos limites e outros parâmetros; manter a robustez dos processos, a recolha, qualidade, armazenamento e métodos de comunicação de dados para uma gestão de risco de crédito eficaz; para carteiras grossistas, realizar uma rotação efetiva e trabalhar cenários através de equipas dedicadas às reestruturações e recuperações; para carteiras retalhistas, manter processos/unidades de recolha e de recuperação sólidos; e analisar e validar modelos de medição do risco de crédito.

Para carteiras grossistas, a aprovação de risco de crédito é realizada por profissionais experientes em risco de crédito que operam dentro de uma estrutura de autoridade delegada claramente definida, com apenas os diretores de crédito mais antigos confiados com os níveis mais elevados de autoridade delegada. As maiores exposições de crédito, que estão fora da autoridade da Unidade de Sanção de Risco ou do Comité de Distribuição do Risco exigem o apoio do Diretor de Crédito Sénior do Grupo (Group Senior Credit Officer, comumente designado por GSCO), o sancionador de risco de crédito mais antigo do Grupo. Para as exposições em excesso da autoridade do GSCO, é necessária a aprovação do CRO do Grupo. Nas carteiras grossistas, os gestores de risco de crédito são organizados em equipas de sanção por geografia, indústria e/ou produto.

O papel da função de Risco Central é fornecer uma orientação de todo o Grupo, supervisão e avaliação da tomada de risco de crédito. O Risco Central define o Quadro de Controlo de Risco de Crédito, que fornece a estrutura dentro da qual o risco de crédito é gerido, juntamente com o apoio às políticas de risco de crédito.

Mitigação do Risco de Crédito

O Grupo emprega uma variedade de técnicas e estratégias para mitigar ativamente os riscos de crédito. Estes podem ser divididos em três tipos:

- apuração de posição líquida e compensação
- garantia
- transferência do risco

Apuração de posição líquida e compensação
Na maioria das jurisdições em que o Grupo opera, as exposições ao risco de crédito podem ser reduzidas mediante a aplicação de apuração de posição líquida e compensação. Em termos de exposição, esta técnica de mitigação do risco de crédito tem o maior impacto global na exposição líquida de operações com derivados, em comparação com outras técnicas de mitigação do risco.

Para as transações de instrumentos derivados, a prática normal do Grupo é entrar em acordos-quadro padrão com as contrapartes (por exemplo, o acordo-quadro da ISDA). Estes acordos-quadro permitem a apuração de posição líquida da exposição ao risco de crédito de uma contraparte resultante de uma transação de instrumentos derivados com as obrigações do grupo para a contraparte no caso de incumprimento, e assim produzir uma exposição de crédito líquido menor. Estes acordos também podem reduzir a exposição de liquidação (por exemplo, para transações de câmbio), permitindo que os pagamentos no mesmo dia na mesma moeda sejam compensados mutuamente.

Garantia
O Grupo tem a capacidade de reclamar garantias no caso de incumprimento da contraparte, que incluem:

- **empréstimos à habitação:** uma taxa fixa sobre a propriedade residencial na forma de casas, apartamentos e outros imóveis. O valor da garantia tem impacto pelas condições do mercado imobiliário que impulsionam à procura e, portanto, o valor da propriedade. Outras intervenções regulamentares sobre a capacidade de recuperação, períodos mais longos para a recuperação e a concessão de tolerância podem igualmente afetar o valor da garantia.
- **empréstimos grossistas:** uma taxa fixa sobre a propriedade comercial e outros ativos físicos, em várias formas.
- **outros empréstimos retalhistas:** incluem as taxas sobre veículos a motor e outros ativos físicos; segundo direito de penhor sobre a propriedade residencial, que está subordinado ao primeiro direito detido tanto pelo Grupo como por outra entidade; e coletáveis de arrendamento financeiro, para os quais o Grupo normalmente detém o direito legal ao ativo arrendado e o direito de recuperar o ativo no caso de incumprimento do devedor.
- **derivados:** o Grupo também procura entrar num acordo relativo à margem (por ex. Anexo de Apoio ao Crédito, comumente designado por CSA) com as contrapartes com as quais o Grupo tem acordos de apuração de posição líquida em vigor. Estes anexos aos acordos-quadro oferecem um mecanismo para reduzir mais o risco de crédito, segundo os quais a garantia (margem) é depositada regularmente (normalmente por dia) para garantir a exposição do valor de mercado de uma carteira derivada medida numa base líquida. O Grupo pode, adicionalmente, negociar o recebimento de um valor independente, mitigando o risco, garantindo potenciais movimentos de exposição ao mercado.
- **acordos de revenda:** as garantias normalmente incluem valores mobiliários altamente líquidos que foram legalmente transferidos para o Grupo sujeitos a um acordo para a sua devolução por um preço fixo.
- **garantias financeiras e compromissos extrapatrimoniais semelhantes:** garantias em numerário podem ser impostos a estes acordos.

Transferência do risco
Um conjunto de instrumentos incluindo garantias, seguros de crédito, derivados de crédito e titularização que podem ser utilizados para transferir o risco de crédito de uma contraparte para outra. Estes mitigam o risco de crédito de duas formas principais:

- se o risco é transferido para uma contraparte que é mais fiável a nível de crédito do que a contraparte original, então o risco de crédito no geral terá de ser reduzido
- quando o recurso para a primeira contraparte permanecer, ambas as contrapartes devem entrar em incumprimento antes de uma perda se materializar. Isto é menos provável do que o incumprimento de qualquer contraparte individualmente, por isso o risco de crédito é reduzido.

Políticas detalhadas encontram-se em vigor para garantir que a mitigação de risco de crédito é adequadamente reconhecida e registada e mais informação pode ser encontrada no Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco de mercado

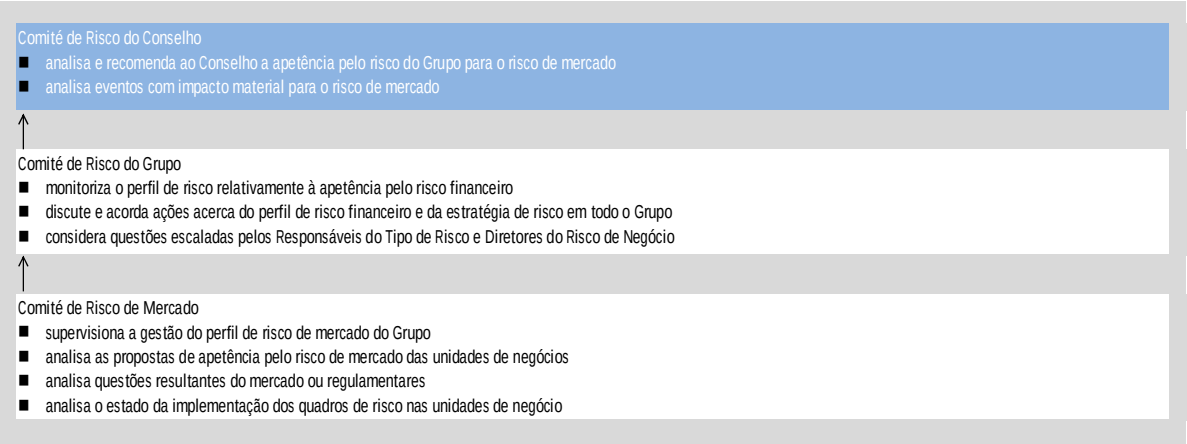
Risco de mercado (auditado)

O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, taxas de juros, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.

Visão geral

O risco de mercado surge principalmente como um resultado da facilitação do cliente em mercados grossistas, envolvendo atividades de criação de mercado, soluções de gestão de risco e execução de operações sindicalizadas. Após a execução de um negócio com um cliente, o Grupo irá tentar proteger-se contra o risco de o negócio se movimentar numa direção adversa. Os desajustamentos entre transações de clientes e coberturas resultam em risco de mercado devido a alterações nos preços dos ativos.

Organização e estrutura



O risco de mercado nos negócios reside principalmente no Barclays International e na Tesouraria do Grupo. Estes negócios têm o mandato de incorrer em risco de mercado. A avaliação e a vigilância do risco de mercado são oferecidas pelos Comités da unidade de negócio e pelos Comités do Grupo, incluindo o Comité de Risco de Mercado.

Funções e responsabilidades

Os objetivos da gestão de risco de mercado são:

- compreender e controlar riscos de mercado por avaliação sólida, definição de limites, comunicações e vigilância
- facilitar o crescimento das unidades de negócio dentro de uma estrutura de gestão de risco controlada e transparente
- controlar o risco de mercado nas unidades de negócio de acordo com a apetência alocada

Para cumprir os objetivos acima referidos, está em vigor uma estrutura de governação bem estabelecida para gerir estes riscos consistentes com o ERMF. Consulte a página 52 sobre a estratégia de gestão de risco, governação e cultura de risco.

O BRC recomenda que a apetência pelo risco de mercado seja objeto de aprovação do Conselho. O Diretor de Risco Principal de Risco de Mercado (Market Risk Principal Risk Lead, comumente designado por PR Lead) é responsável pelo Quadro de Controlo de Risco de Mercado e, sob autoridade delegada do CRO do Grupo, acorda com os BCROs uma estrutura de limites dentro do contexto da apetência pelo risco de mercado aprovada.

O Comité de Risco de Mercado aprova e faz recomendações relativas ao perfil de risco de mercado em todo o Barclays, incluindo riscos, limites e utilização. Isto inclui a supervisão do funcionamento do Quadro de Risco de Mercado e das normas e políticas associadas; análise de questões de mercado ou regulamentares, limites e utilização; e níveis de apetência pelo risco para o Conselho. O Comité é presidido pelo PR Lead e os participantes incluem os responsáveis pelas unidades de negócio de risco de mercado, os gestores de risco de mercado alinhados com os negócios e Auditoria Interna.

O responsável de cada unidade de negócio é responsável por todos os riscos de mercado associados às suas atividades, enquanto o responsável pela equipa de risco de mercado que abrange cada unidade de negócio é responsável pela implementação do quadro de controlo de risco para o risco de mercado.

Mais informações acerca da gestão de risco de mercado podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Gestão do Valor em Risco

- estima as potenciais perdas decorrentes de movimentos desfavoráveis de mercado, durante um dia, para um determinado nível de confiança
- difere do valor em risco (VaR) regulamentar utilizado para efeitos de capital no âmbito, nível de confiança e horizonte
- teste retrospetivo realizado para testar se o modelo é adequado para o efeito.

O VaR é uma estimativa das potenciais perdas decorrentes de movimentos desfavoráveis de mercado, se as posições atuais forem mantidas inalteradas durante um dia útil. Para efeitos da gestão de risco de mercado interno é utilizada uma metodologia de simulação histórica com dois anos igualmente ponderados no período histórico, ao nível de confiança de 95% para todas as carteiras comerciais e algumas carteiras bancárias.

Em alguns casos, o modelo da Gestão do VaR não pode avaliar adequadamente algumas exposições de risco de mercado, especialmente para movimentos de mercado que não são diretamente observáveis através dos preços. Os diretores de risco de mercado são necessários para identificar os riscos que não são adequadamente captados no VaR ("riscos não incluídos no VaR" ou "RNIV").

Quando se analisam as estimativas do VaR, são tidos em conta os seguintes aspetos:

- a simulação histórica utiliza a maioria dos dados dos últimos dois anos para gerar possíveis movimentos de mercado futuros, mas o passado pode não ser um bom indicador do futuro;
- o horizonte de tempo de um dia pode não captar totalmente o risco de mercado das posições que não podem ser fechadas ou cobertas no prazo de um dia;
- o VaR baseia-se em posições como no encerramento da unidade de negócio e, consequentemente, não é uma medida adequada para riscos dentro do próprio dia decorrentes de uma posição comprada e vendida no mesmo dia;
- o VaR não indica a potencial perda para além do nível de confiança do VaR.

Os limites são aplicados ao nível total, assim como pelo tipo de fator de risco, que, em seguida, são encadeados em cascata para determinada negociação administrativa ou empresarial pela função de gestão de risco de mercado.

Ver página 94 sobre a análise da gestão do VaR em 2017.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco de Capital e Tesouraria

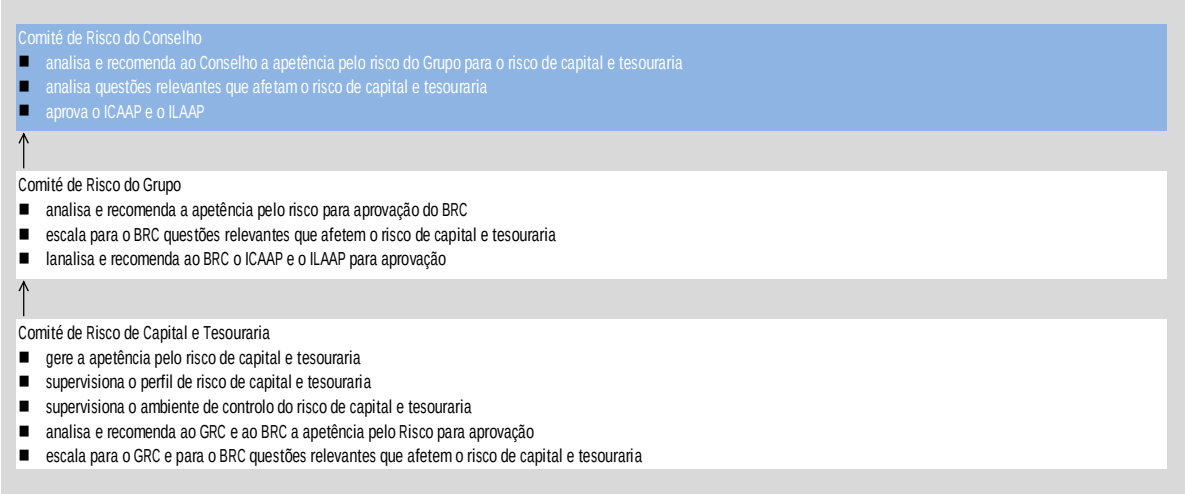
Risco de capital e tesouraria

- Risco de liquidez: O risco de a empresa não conseguir cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou de não dispor do montante, do teor e composição adequados de financiamento e liquidez para apoiar os seus ativos.
- Risco de capital: O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui o risco dos planos de pensões da empresa.
- Risco de taxa de juro na carteira bancária: O risco de a empresa estar exposta a uma volatilidade de capital ou dos rendimentos devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).

Visão geral

A Tesouraria do Barclays gere o risco de risco de capital e tesouraria numa base diária, sendo o Comité de Tesouraria o principal organismo de gestão. Para aplicar uma supervisão e segregação eficazes das funções, e de acordo com o ERFM, a função de Risco de Capital e Tesouraria é responsável pela supervisão das principais atividades de gestão de risco de capital, liquidez, risco de taxa de juros e risco de pensão. A seguir, descreve-se a estrutura e governação associadas aos tipos de risco dentro da função de Risco de Capital e Tesouraria.

Organização e estrutura



Gestão de risco de liquidez (auditado)

Visão geral

Uma gestão eficiente da liquidez é essencial para o Grupo manter a confiança dos mercados financeiros e manter a sustentabilidade do negócio. Existe um quadro de controlo em vigor para gerir o risco de liquidez e que foi concebido para atingir os seguintes objetivos:

- Manter os recursos de liquidez que sejam suficientes em quantidade e qualidade e um perfil de financiamento que seja apropriado para cumprir com a apetência pelo risco de liquidez tal como expresso pelo Conselho
- Manter a confiança do mercado no nome do Grupo.

Isto é atingido através de uma combinação de formação de políticas, revisão e governação, análise, testes de esforço, definição de limites e supervisão. Em conjunto, estes cumprem os requisitos internos e regulamentares.

Funções e responsabilidades

A função de Risco de Capital e Tesouraria é responsável pela gestão e governação do mandato de risco de liquidez definido pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é a principal responsável pela gestão de risco de liquidez dentro da apetência pelo risco estabelecida. O CRO para o risco de capital e tesouraria transmite os relatórios ao CRO do Grupo.

O abrangente quadro de controlo do Barclays para gestão de risco de liquidez do Grupo foi projetado para fornecer o termo e estrutura de financiamento adequados consistentes com a Apetência pelo Risco de Mercado (Liquidity Risk Appetite, comumente designada por LRA) estabelecida pelo Conselho.

O Conselho define a LRA com base no modelo interno de risco de liquidez e em requisitos regulamentares externos, nomeadamente o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR). A LRA é representada como o nível de risco que o Grupo escolhe assumir na prossecução dos seus objetivos de negócio e no cumprimento das suas obrigações regulamentares. A LRA aprovada é implementada de acordo com o quadro de controlo e com a política de risco de liquidez.

O quadro de controlo incorpora uma série de ferramentas de gestão de negócios em curso para supervisionar, limitar e testar o balanço do Grupo e passivos contingentes e o Plano de Recuperação. A definição de limites e os preços de transferência são ferramentas concebidas para controlar o nível de risco de liquidez assumido e orientar a combinação adequada de fundos. Juntas, estas ferramentas reduzem a probabilidade de um evento de esforço de liquidez levar a uma incapacidade de cumprir as obrigações do Grupo à medida que vencem. O quadro de controlo está sujeito a testes de conformidade interna e a auditoria interna.

Os testes de esforço de liquidez avaliam as potenciais saídas de esforço contratuais e contingentes sob uma série de cenários, que são depois utilizados para determinar a dimensão do conjunto de liquidez que está imediatamente disponível para cumprir os exfluxos antecipados no caso da ocorrência de um esforço.

O Grupo mantém uma série de ações de gestão para utilização em esforço de liquidez; estas estão documentadas no Plano de Recuperação do Grupo. Como não se pode conhecer antecipadamente a natureza de um esforço, os planos foram pensados para serem flexíveis à natureza e gravidade do evento de esforço e para fornecerem um conjunto de opções que possam ser utilizadas tal como apropriado. O Plano de Recuperação do Grupo Barclays também contém opções de recuperação mais severas para gerar liquidez adicional de forma a facilitar a recuperação num esforço grave. Qualquer evento de esforço seria regularmente monitorizado e analisado utilizando informações de gestão importantes por parte dos principais representantes do Tesouro, Riscos e negócios.

Gestão de risco de capital (auditado)

Visão geral

O risco de capital é gerido através de supervisão e gestão contínuos da posição de capital, testes de esforço regulares e um quadro sólido de governação de capital.

Principais objetivos do risco de capital

- Manter o capital adequado para suportar o impacto dos riscos que possam surgir no âmbito das condições normais e de esforço analisadas pelo Grupo.
- Manter o capital adequado para cobrir as necessidades atuais e previstas do Grupo e os riscos associados, a fim de proporcionar uma oferta de negócios viável e sustentável.

Práticas centrais da gestão de risco de capital

- Cumprir os requisitos regulamentares mínimos em todas as jurisdições
- Manter buffers de capital sobre mínimos regulamentares
- Realizar testes de esforço regulamentar e a nível interno do Grupo
- Desenvolver planos de contingência para cenários de esforço severos e extremos, o que inclui ações de gestão em esforço e ações de recuperação
- Manter os rácios de capital em linha com as expetativas das agências de notação
- Manter o plano de capital numa base a curto e a médio-prazo, em consonância com os objetivos estratégicos do Grupo, equilibrando a geração de capital do negócio com o crescimento do negócio e as distribuições dos acionistas.

Funções e responsabilidades

A gestão de risco de capital faz parte integrante da abordagem do Grupo para a estabilidade financeira e gestão da sustentabilidade e, portanto, é incorporada na forma como as nossas unidades de negócio e entidades jurídicas atuam.

A gestão de risco de capital é apoiada por um quadro e uma política de controlo. A estratégia de gestão de capital, delineada nos planos de capital do Grupo e das entidades jurídicas, é desenvolvida em alinhamento com o quadro de controlo e política de risco de capital, e é implementada de forma consistente para cumprir os objetivos do Grupo.

O Conselho aprova o plano de capital do Grupo, os testes de esforço internos e os resultados dos testes de esforço regulamentar e o plano de recuperação do Grupo. O Comité de Tesouraria é responsável pela supervisão e gestão de risco de capital de acordo com os objetivos de gestão de capital, o plano de capital e os quadros de risco do Grupo. O Comité de Risco de Capital e Tesouraria monitoriza e analisa o ambiente de controlo e o perfil de risco de capital, fornecendo uma supervisão e Segunda Linha da gestão do risco de capital. O Comité de Risco do Conselho analisa o perfil de risco e analisa anualmente a apetência pelo risco e o impacto dos cenários de esforço no plano/previsão de capital do Grupo de modo a acordar a adequação de capital projetada do Grupo.

A gestão local assegura a conformidade com os requisitos de capital regulamentar mínimos, reportando aos Comités de Ativos e Passivos locais, com a supervisão do Comité de Tesouraria do Grupo, conforme necessário.

O Tesouraria tem como principal responsabilidade a gestão e monitorização de capital e relatórios ao Diretor Financeiro do Grupo. A função de Risco de Capital e Tesouraria contém uma equipa de Supervisão do Risco de Capital, e é uma função de risco independente que comunica aos CROs do Grupo, e é responsável pela supervisão do risco de capital e produção de Processos de Avaliação da Adequação de Capital Interno (Internal Capital Adequacy Assessment Process, comumente designados por ICAAPs).

Risco de pensões
O Grupo mantém uma série de regimes de pensões de benefício definidos para funcionários anteriores e atuais. A capacidade do fundo de pensões cumprir os pagamentos de pensões projetados é mantida principalmente através de investimentos.

O risco de pensões surge porque o valor de mercado estimado de ativos do fundo de pensões pode diminuir; os retornos de investimento podem diminuir; ou o valor estimado das responsabilidades com pensões pode aumentar. O Grupo monitoriza os riscos de pensões decorrentes dos seus regimes de pensões de prestações definidas e trabalha com os Administradores para resolver deficiências. Nestas circunstâncias, o Grupo pode ser obrigado ou pode optar por fazer contribuições adicionais para o fundo de pensão. O principal regime de benefícios definido do Grupo foi encerrado para novas adesões em 2012.

Risco da Taxa de Juro na Carteira Bancária

Visão geral

As operações da carteira bancária geram risco de mercado não negociado, principalmente através do desfasamento entre a duração dos ativos e passivos e onde as taxas de juros dos produtos são redefinidas em datas diferentes. De acordo com a política do Grupo de permanecer dentro da apetência pelo risco definida, os riscos de taxa de juros e câmbio que residem nas carteiras bancárias dos negócios são transferidos para a Tesouraria, onde são administrados centralmente. Atualmente, estes riscos são transferidos para a Tesouraria por meio de acordos de financiamento, taxa de juros ou swaps cambiais. No entanto, os negócios continuam suscetíveis ao risco de mercado de sete fontes principais:

- **Risco de alteração de preços/Risco residual:** o impacto do desfasamento entre a liquidação de saldos de produtos e a cobertura da taxa de juro associada ou de investimentos de buffers de liquidez não cobertos
- **Risco estrutural:** a alteração na receita líquida de juros sobre a recarga de cobertura devido a movimentos adversos nas taxas de juros, assumindo que o balanço é mantido estático;
- **Risco de pagamento antecipado:** a possível perda no valor se o comportamento de pagamento antecipado ou de retirada antecipada dos clientes se desviar do comportamento esperado ou contratualmente acordado, o que pode resultar numa cobertura ou num ajuste de financiamento a um custo para o banco. As exposições são normalmente consideradas (quando apropriado) líquidas de qualquer compensação de encargos sobre reembolsos antecipados aplicáveis. Este risco refere-se principalmente ao reembolso antecipado de empréstimos a taxa fixa ou à retirada de produtos de poupança com taxa fixa;
- **Risco de recrutamento:** a possível perda no valor se a conclusão ou comportamento de levantamento dos clientes se desviar do comportamento esperado, o que pode resultar numa cobertura ou num ajuste de financiamento a um custo para o banco. Este risco relaciona-se principalmente com o tempo de conclusão em torno do processo de financiamento hipotecário de taxa fixa do Banco;
- **Risco de compressão de margem:** o efeito das forças internas ou do mercado sobre a margem líquida de um banco, onde, por exemplo, num ambiente de taxas baixas, qualquer queda nas taxas reduzirá ainda mais a receita de juros pelos ativos, enquanto o custo de financiamento não pode ser reduzido, dado que já está no nível mínimo.
- **Risco de atraso:** resulta do atraso no reapreçamento das taxas de clientes para determinados produtos de taxa variável/administrada, seguindo uma alteração subjacente nas taxas de juros do mercado. Isto é geralmente motivado por uma restrição regulamentar relativamente à notificação de clientes no que respeita a alterações de preços, tempo de processamento para os sistemas de notificação do Grupo ou por acordos contratuais dentro dos termos e condições de um produto.
- **Riso de spread de permuta de ativos (asset swap):** o spread entre a Libor e as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas, decorrente da gestão dos investimentos do buffer de liquidez e das suas coberturas associadas.

Além disso, os investimentos no saldo de liquidez estão geralmente sujeitos a regras contabilísticas de disponíveis para venda (Available for sale (ASF); as alterações no valor destes ativos afetam o capital através de Outro Rendimento Integral, criando diretamente volatilidade no capital.

Funções e responsabilidades

A equipa de Risco de Mercado Não Negociado fornece supervisão da gestão de risco e monitorização do risco de mercado negociado e não negociado na Tesouraria e na carteira bancária de clientes, o que inclui especificamente:

- avaliação do risco de taxa de juros nas carteiras bancárias dos clientes,
- análise e avaliação dos pressupostos comportamentais utilizados na cobertura e preço de transferências,
- gestão do risco de investimentos no buffer de liquidez e atividades de financiamento,
- supervisão da cobertura do balanço,
- análise de risco residual na solução de contabilidade de cobertura e cobertura de investimentos líquidos,
- propõe e monitoriza os limites de risco para gerir o risco de mercado negociado e não negociado dentro da apetência pelo risco acordada.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco operacional

Risco operacional

O risco de perda para a empresa resultante de processos, sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.

Visão geral

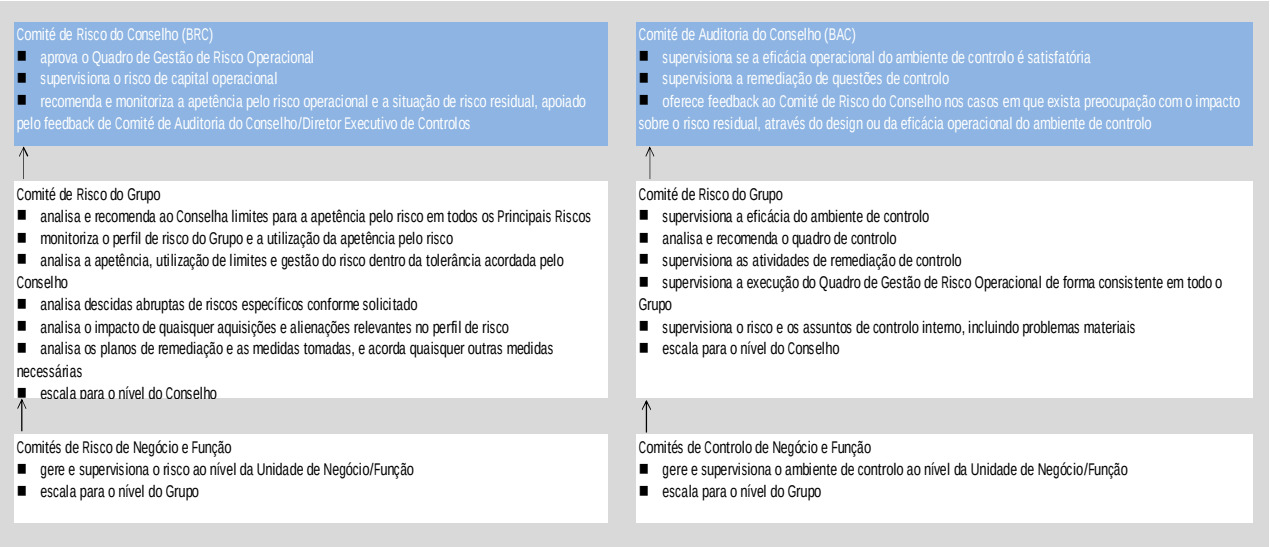
A gestão de risco operacional tem três objetivos principais:

- Fornecer uma capacidade de risco operacional detida e utilizada por líderes empresariais, que seja pragmática, relevante e que permita aos líderes empresariais a toma de decisões de risco sólidas a longo-prazo.
- Fornecer as estruturas, políticas e ferramentas para permitir à gestão o cumprimento das suas responsabilidades de gestão de riscos, enquanto a Segunda Linha de Defesa fornece supervisão e desafio sólidos, independentes e eficazes.
- Oferecer uma medição consistente e agregada do risco operacional que forneça conhecimentos claros e relevantes, de modo a que possam ser tomadas as ações de gestão corretas para manter o perfil de risco operacional em consonância com a estratégia do Grupo, a apetência pelo risco declarada, a franquia do cliente e outras necessidades das partes interessadas.

O Grupo está empenhado na gestão e medição do risco operacional e foi concedida uma dispensa pela FSA (agora PRA) para operar o Método de Medição Avançada (Advanced Measurement Approach, comumente designado por AMA) para o risco operacional, que teve início em janeiro de 2008. A maioria do Grupo calcula os requisitos de capital regulamentar utilizando o AMA (94% dos requisitos de capital), exceto para partes pequenas da organização adquiridas desde a permissão original (6% dos requisitos de capital) utilizando a Abordagem do Indicador Básico (Basic Indicator Approach, comumente designado por BIA). O Grupo trabalha para aferir a sua gestão interna do risco operacional e práticas de medição com os bancos pares.

O Grupo compromete-se a operar dentro de um forte sistema de controlo interno que permite que os negócios sejam transacionados e o risco assumido sem expor o Grupo a possíveis perdas inaceitáveis ou danos à reputação. O Grupo tem um ERMF abrangente que define a abordagem para a governação interna. O ERMF estabelece os mecanismos e processos pelos quais o Conselho orienta a organização, através da definição do tom e das expetativas a partir do topo, delegando autoridade e supervisionando a conformidade.

Organização e estrutura



Gestão de Risco Principal

Gestão de risco operacional

O risco operacional engloba uma série de riscos específicos definidos como segue:

- **Risco de gestão de dados e informações:** O risco de que as informações do Barclays não sejam captadas, retidas, utilizadas ou protegidas de acordo com o seu valor e requisitos legais e regulamentares.
- **Risco de reporting financeiro**: O risco de uma distorção ou omissão significativa nos relatórios financeiros externos, nos relatórios regulamentares ou nos relatórios de gestão interna do Grupo.
- **Risco de fraude**: O risco de perda financeira quando uma parte interna ou externa age de forma desonesta com a intenção de obter um benefício indevido, causar uma perda ou expor o Grupo ou os seus clientes e clientes a um risco de perda.
- **Risco de processamento de pagamentos**: O risco de os pagamentos serem processados incorretamente, com atrasos, sem autenticação e autorização apropriadas.
- **Risco de pessoas**: O risco a que o Barclays está exposto em virtude de ser um empregador (excluindo risco relacionado com Saúde e Segurança).
- **Risco de instalações e segurança**: O risco de interrupção dos negócios do Barclays devido à indisponibilidade de instalações e infraestruturas como resultado de danos intencionais ou acidentais a instalações e bens móveis, violações físicas de segurança e incidentes de segurança.
- **Risco de fornecedor**: O risco que é apresentado à empresa ou à entidade como consequência da obtenção de serviços ou bens a outra entidade legal como resultado de seleção inadequada, saída inadequada e gestão de fornecedores, resultando em risco operacional, financeiro ou de reputação para o banco, falha de serviços e/ou impacto negativo no cliente.
- **Risco fiscal**: O risco de custos fiscais inesperados em relação a qualquer imposto pelo qual o Barclays é responsável, ou de danos à reputação em questões fiscais com as principais partes interessadas, tais como autoridades fiscais, reguladores, acionistas ou o público. O custo fiscal inclui impostos, juros ou penalidades cobradas por uma autoridade fiscal.
- **Risco de tecnologia**: O risco que surge devido à dependência em soluções tecnológicas e que é definido como falha em desenvolver, implementar e manter soluções tecnológicas estáveis, de confiança e que entregam o que é necessário ao negócio.
- **Risco de transações:** O risco de detrimento ao Cliente ou ao Banco devido ao erro não intencional e/ou uma falha no processo de iniciação, processamento e cumprimento de uma interação entre um Cliente e o Banco com um instrumento financeiro subjacente (por exemplo, hipoteca, produto derivado, produto comercial, etc.).

Estes riscos podem resultar em impactos financeiros e/ou não financeiros incluindo violações jurídicas/regulamentares ou danos contra a reputação.

Funções e responsabilidades

A responsabilidade principal pela gestão de risco operacional e conformidade com os requisitos de controlo cabe às unidades de negócio e funcionais onde surge o risco. O perfil de risco operacional e o ambiente de controlo são analisados pela gestão da unidade de negócio através de reuniões específicas que abrangem a governação, o risco e o controlo. As empresas são obrigadas a comunicar os seus riscos operacionais, tanto numa base regular como numa base impulsionada por eventos. Os relatórios incluem um perfil dos riscos materiais que possam ameaçar a realização dos seus objetivos e a eficácia dos controlos-chave, questões de controlo relevantes, eventos de risco operacional e uma análise de cenários.

O Diretor de Risco Operacional do Grupo é responsável pela criação, propriedade e manutenção de um Quadro de Gestão de Risco Operacional alargado ao Grupo e pela supervisão da carteira de Risco Operacional entre o Grupo.

A gestão de risco operacional (Operational Risk Management, comumente conhecida por ORM) atua numa segunda linha de capacidade de defesa, e é responsável por definir e supervisionar a implementação do quadro e por monitorizar eventos de risco operacional e exposições ao risco. A ORM alerta a gestão quando os níveis de risco excederem os limites ou os níveis de apetência pelo risco aceitáveis de modo a impulsionar uma tomada oportuna de decisões e ações. Através da participação em reuniões com o Comité de Risco de Negócio (Business Risk Committee, comumente designado por BRC), a ORM fornece uma contribuição de risco específico para as questões destacadas e o perfil de risco global do negócio. As questões de risco operacional escaladas a partir destas reuniões são consideradas através das reuniões de análise de segunda linha de defesa. Dependendo da sua natureza, os resultados dessas reuniões são apresentados ao BRC ou ao BAC.

Para mais informações sobre a gestão do risco operacional, Autoavaliações de risco e controlo e cenários de risco, consulte a secção de gestão de risco operacional nas páginas 170 a 173 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco do modelo

Risco do modelo

O risco das possíveis consequências adversas de avaliações ou decisões financeiras baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.

Visão geral

O Barclays utiliza modelos para apoiar uma vasta gama de atividades, incluindo a informação de decisões e estratégias de negócio, medição e limitação de riscos, avaliação de exposições, realização de testes de esforço, avaliação da adequação de capital, gestão de ativos de clientes ou cumprimento dos requisitos para apresentação de relatórios.

Dado que os modelos são representações imperfeitas e incompletas da realidade, podem estar sujeitos a erros que afetam a precisão dos seus resultados. Os erros de modelo podem fazer com que o Grupo tome decisões comerciais inadequadas e esteja sujeito a perdas financeiras, risco regulamentar, risco de reputação e/ou informações inadequadas de capital. Os modelos também podem ser mal utilizados, por exemplo, aplicados a produtos a que não foram destinados, ou não ajustados, onde as alterações fundamentais no seu ambiente justificariam a reavaliação dos seus principais pressupostos. Os erros e a má utilização são as principais fontes do risco do modelo.

É crucial uma gestão robusta do risco do modelo para avaliar e controlar o risco do modelo dentro de uma apetência pelo risco definida. A forte cultura do risco do modelo, o ambiente tecnológico adequado e o foco adequado na compreensão e resolução das limitações do modelo são componentes cruciais.

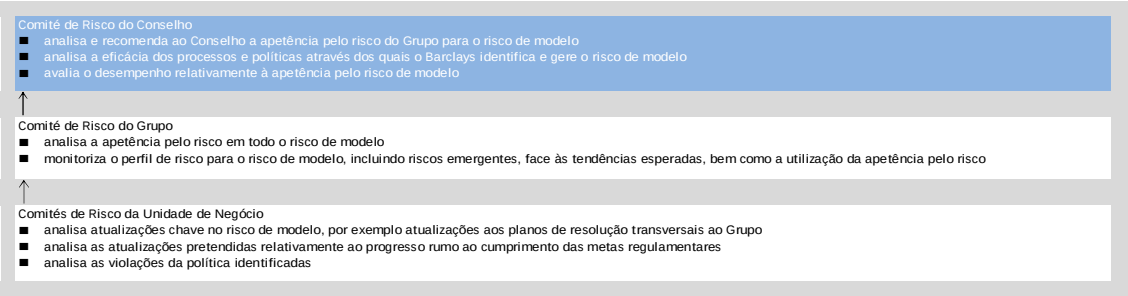
Organização e estrutura

O Barclays aloca recursos substanciais para identificar e registar modelos e a sua utilização, documentar e monitorizar o desempenho de modelos, validar modelos e garantir que as limitações do modelo são adequadamente tratadas. O Barclays gere o risco do modelo como um risco ao nível da empresa semelhante a outros riscos principais.

O Barclays tem uma função de Gestão de Risco do Modelo (Model Risk Management, comumente designado por MRM) dedicada, composta por duas unidades principais: a Unidade de Validação Independente (Independent Validation Unit, comumente designada por IVU), responsável pela validação e aprovação do modelo e os Controlos e Governação do Modelo (Model Governance and Controls, comumente designada por MGC), que cobrem a governação, controlos e elaboração de relatórios do risco do modelo, incluindo a titularidade da política de risco do modelo e o inventário de modelos.

O quadro de gestão de risco do modelo consiste em normas e políticas de risco do modelo. A política prescreve requisitos de ponta a ponta para todo o Grupo para a identificação, medição e gestão de risco do modelo, abrangendo documentação, desenvolvimento, implementação, monitorização, revisão anual, validação e aprovação independentes, processos de alteração e elaboração de relatórios do modelo. A política é suportada por normas globais que abrangem o inventário, documentação, validação, complexidade e materialidade, testes e monitorização, sobreposições, apetência pelo risco do modelo, bem como modelos de fornecedores e modelos concorrentes de testes de esforço.

O Barclays está continuamente a melhorar o modelo de gestão de risco. A função reporta ao CRO do Grupo e opera uma estrutura global. A implementação de normas de melhores práticas é um objetivo central do Grupo. O relatório de risco do modelo flui para a direção sénior, conforme ilustrado abaixo:



Funções e responsabilidades

As principais atividades de gestão de risco do modelo incluem:

- Identificar corretamente os modelos em todas as áreas relevantes da empresa e os modelos registados na Base de Dados de Modelos de Grupo (GMD), o inventário do modelo de todo o Grupo. Os responsáveis das áreas de propriedade de modelo relevantes (normalmente, os Diretores de Risco da Unidade de Negócio, os Diretores Executivos da Unidade de Negócio, o Tesoureiro, o Diretor Financeiro, etc.) atestam anualmente a integridade e a exatidão do inventário do modelo. O MGC efetua análises de conformidade regulares no inventário do modelo.
- Garantir que cada modelo tem um titular do modelo que é responsável pelo modelo. O titular do modelo deve assinar os modelos antes da apresentação à IVU para validação. O titular do modelo trabalha com as equipas técnicas relevantes (desenvolvedores de modelos, implementação, monitorização, serviços de dados, regulamentação) para garantir que o modelo apresentado à IVU é e continua capacitado para o objetivo.
- Garantir que todos os modelos são objeto de validação e aprovação pela IVU, antes de serem implementados e numa base contínua. Embora todos os modelos sejam analisados e aprovados para utilização contínua todos os anos, o nível de revisão e avaliação aplicado pela IVU é adaptado à materialidade e complexidade de cada modelo. A validação inclui uma análise dos pressupostos do modelo, da solidez concetual, dos dados, do design, dos testes de desempenho, da conformidade com os requisitos externos, se aplicável, bem como quaisquer limitações, remediações propostas e sobreposições com apoio à sua fundamentação. As alterações significativas do modelo estão sujeitas a validação e aprovação priorizadas.
- Definir a apetência pelo risco do modelo em termos de tolerância ao risco e métricas qualitativas, que são utilizados para acompanhar e reportar o risco do modelo.
- Manter normas específicas que cobrem as atividades de gestão de risco do modelo relacionadas com os modelos de concorrência dos testes de esforço, sobreposições de modelos, modelos de fornecedores e complexidade e materialidade do modelo.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco de conduta

Risco de Conduta

O risco de conduta é o risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente.

Visão geral

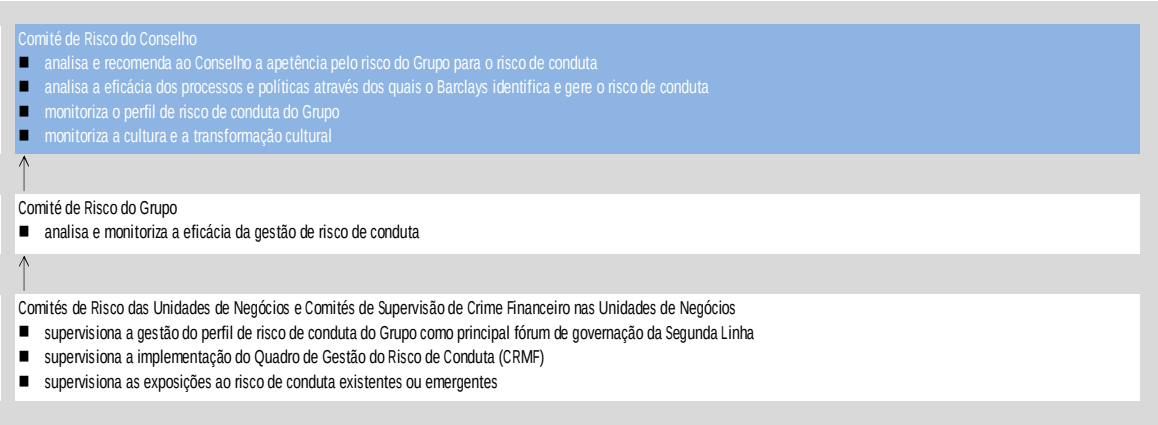
O Grupo define, gere e mitiga o risco de conduta com o objetivo de fornecer resultados positivos para clientes, proteger a integridade do mercado e promover uma concorrência efetiva. Isto inclui adotar medidas razoáveis para garantir que a cultura e estratégia do Grupo são adequadamente alinhadas com estes objetivos; os produtos e serviços sejam razoavelmente concebidos e fornecidos para responder às necessidades dos clientes, bem como para manter a operação justa e ordenada dos mercados em que o Grupo mantém negócios e que o Grupo não cometa ou facilite o branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, suborno e corrupção ou violações de sanções económicas.

Ciclo de Vida de Produtos, Cultura e Estratégia e Crime Financeiro são as categorias de risco sob risco de conduta.

Organização e estrutura

A governação do risco de conduta no Barclays é cumprida por meio de Comités de Gestão e de fóruns operados pela Primeira e Segunda Linhas de Defesa, com linhas de escalada e elaboração de relatórios para o Conselho.

O Comité de Risco do Grupo (GRC) é o órgão executivo mais alto responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de risco de conduta do Barclays.



Funções e responsabilidades

O Quadro de Gestão do Risco de Conduta (Conduct Risk Management Framework, comumente designado por CRMF) compreende um número de elementos que permite que o Grupo faça a gestão e medição do seu perfil de risco de conduta.

Os diretores seniores têm propriedade nas suas respetivas áreas para gerirem o risco de conduta. Estes indivíduos têm uma Declaração de Responsabilidades que identifica as atividades e as áreas pelas quais são responsáveis. A principal responsabilidade da gestão do risco de conduta e de conformidade para com os requisitos de controlo assenta no negócio onde o risco surge. Os Comités de Controlo de Negócios de Primeira Linha fornecem supervisão dos controlos relacionados com o risco de conduta.

O Diretor de Conformidade do Grupo é responsável por deter e manter um CRMF alargado ao Grupo e por supervisionar a gestão de risco de conduta do Grupo. Isto inclui definir e possuir as políticas de risco de conduta relevantes e supervisionar a implementação de controlos para gerir o risco.

As empresas são obrigadas a informar os seus riscos de conduta, tanto trimestralmente como numa base impulsionada por eventos. Os relatórios trimestrais detalham os riscos de conduta inerentes dentro da estratégia de negócio e incluem uma análise de prospeção, bem como indicadores baseados na experiência passada, a partir tanto de fontes internas como externas.

Os Comités de Risco da Unidade de Negócio e os Comités para a Supervisão de Negócios de Crime Financeiro são os principais fóruns de governação de Segunda Linha para a supervisão do perfil de risco de conduta e implementação do CRMF. As responsabilidades dos Comités de Risco da Unidade de Negócio incluem a aprovação da tolerância ao risco de conduta e os principais indicadores definidos pelo negócio. As responsabilidades adicionais incluem a identificação e discussão de quaisquer riscos de conduta emergentes que tenham sido identificados.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco de reputação

Risco de reputação

O risco de uma ação, transação, investimento ou evento reduzir a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, funcionários ou do público.

Visão geral

A redução da confiança na integridade e competência do Barclays pode reduzir a atratividade do Barclays para as partes interessadas e levar a publicidade negativa, perda de receitas, ação regulamentar ou legislativa, perda do negócio de clientes existentes e potenciais, redução da moral do grupo de trabalho e dificuldades no recrutamento de talentos. Em último caso, pode destruir o valor para os acionistas.

Organização e estrutura

O Comité de Risco do Grupo (GRC) é o órgão executivo mais alto responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de risco de reputação do Barclays.

Comité de Reputação do Conselho
- analisa a eficácia dos processos e políticas através dos quais o Barclays identifica e gere o risco de reputação
- delibera e avalia relatórios regulares relativos a questões e exposições de riscos de reputação do Barclays
- delibera se as decisões empresariais irão comprometer as políticas éticas do Barclays e as crenças e valores centrais do negócio

↑

Comité de Risco do Grupo
- analisa e monitoriza processos utilizados pelo Cumprimento, Cidadania e Reputação em termos de adequação, dado o nível de risco identificado nas empresas
- divulga questões de reputação de acordo com o Quadro de Risco de Reputação do Barclays para todas as questões materiais que possam potencialmente resultar em riscos de reputação para o Barclays

↑

Comités de Risco da Unidade de Negócio
- analisa e escala o risco de reputação de acordo com o Quadro do Risco de Reputação

Funções e responsabilidades

O Diretor de Conformidade é responsável pelo desenvolvimento de um quadro e políticas de risco de reputação, incluindo limites nos quais os dados são monitorizados, reportados e escalados, conforme necessário.

O risco de reputação é, por natureza, penetrante e pode ser difícil de quantificar, exigindo um julgamento mais subjetivo do que muitos outros riscos. O Quadro de Risco de Reputação define o que é necessário para gerir o risco de reputação de forma eficaz e consistente em todo o banco.

A responsabilidade primária pela identificação e gestão de risco de reputação e pela aderência aos requisitos de controlo está associada às funções de suporte e de negócio onde o risco surge.

O Barclays International e o Barclays UK são obrigados a operar dentro da apetência pelo risco de reputação estabelecida e a apresentar relatórios trimestrais à equipa de Gestão da Reputação do Grupo, destacando seus riscos e problemas de Reputação atuais e potenciais mais significativos e a forma como estão a ser geridos. Estes relatórios constituem uma importante fonte interna de informação para os relatórios trimestrais de risco de reputação preparados para o Comité de Risco do Grupo e para o Comité de Reputação do Conselho.

Gestão de Risco Principal

Gestão de risco jurídico

Risco jurídico

O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa cumprir as suas obrigações jurídicas, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.

Visão geral

O Quadro de Gestão de Risco Jurídico (Legal Risk Management Framework, comumente designado por LRMF) prescreve os requisitos a nível do Grupo para a identificação, medição e gestão de risco jurídico, abrangendo a avaliação, tolerância ao risco, principais indicadores e governação. O LRMF é apoiado por políticas de risco jurídico em todo o Grupo e por normas associadas, alinhadas aos seguintes riscos jurídicos:

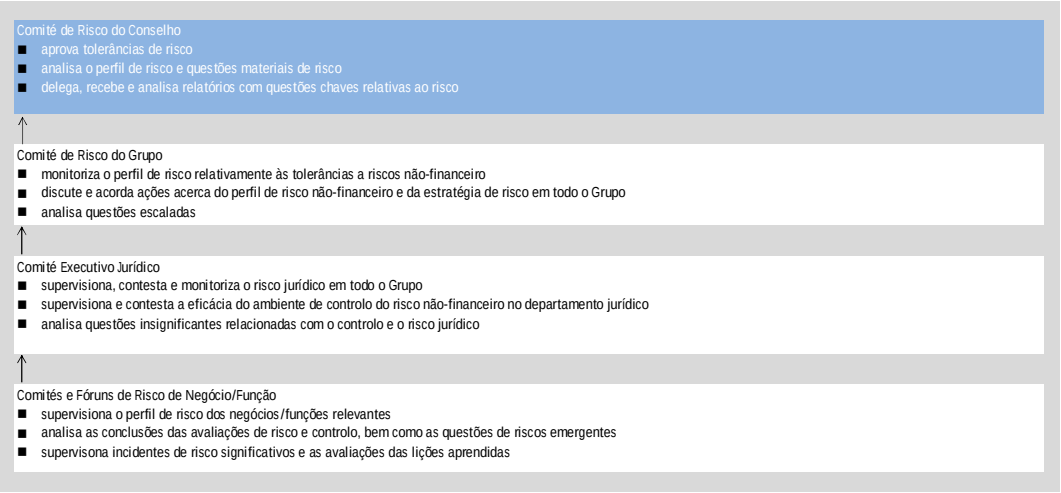
- **Acordos contratuais** – os direitos e recursos do Grupo nas suas relações com outras partes não podem ser aplicáveis conforme pretendido devido à ausência de documentação contratual apropriada ou de defeitos nos mesmos.
- **Gestão de litígios** – incapacidade de gerir adequadamente os litígios que envolvem o Grupo.
- **Propriedade intelectual (PI)** – incapacidade de proteger os ativos de PI do Grupo ou do Grupo que infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros.
- **Concorrência/Anti trust** – incapacidade de gerir adequadamente a concorrência/questões anti trust ou incapacidade de gerir adequadamente relações com autoridades de concorrência/anti trust.
- **Utilização de sociedades de advogados** – incapacidade de controlar a instrução de sociedades de advogados externas.
- **Contacto com reguladores** – incapacidade de gerir interações com os reguladores ou incapacidade de gerir adequadamente a receita e o tratamento de informações regulamentares de uma agência reguladora ou governamental.

O LRMF exige que os negócios e as funções integrem a gestão do risco jurídico no seu planeamento estratégico e tomada de decisões empresariais, incluindo a adoção de processos para identificar exposições ao risco jurídico e gerir a aderência aos requisitos de controlo mínimos.

Além do risco jurídico acima detalhado, podem surgir resultados jurídicos, incluindo perdas ou imposição de penalidades, danos, multas e sanções devido a ações passadas e futuras, comportamentos e decisões de negócios alinhadas ao Risco Principal que deram origem ao resultado, incluindo mas não limitado, ao risco de conduta e operacional. Os detalhes das questões legais contenciosas atuais em relação ao Grupo estão apresentados na Nota 28.

Organização e estrutura

Os fóruns de risco de negócio/função têm poder de supervisão do seu perfil de risco jurídico e pela implementação do LRMF. O Comité Executivo Jurídico supervisiona, desafia e monitoriza o risco jurídico em todo o Grupo. O GRC é o órgão executivo mais alto responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de riscos do Barclays. Existem percursos de escalamento a partir deste fórum para o BRC.



Funções e responsabilidades

A responsabilidade primária pela identificação e gestão de risco jurídico e pela aderência aos requisitos de controlo mínimos assenta nas funções/negócios de suporte onde o risco surge.

Em nome dos negócios/funções, o Conselho Geral alinhado ou os membros da direção sénior Jurídica fornecem supervisão e desafio ao perfil de risco jurídico, por exemplo, através da realização de avaliações da tolerância ao risco jurídico e do fornecimento de aconselhamento sobre a gestão de risco jurídico. As avaliações de tolerância ao risco jurídico incluem critérios quantitativos e qualitativos, tais como:

- Autoavaliação de risco e controlo, lições aprendidas, testes e processos de monitorização.
- Análise das questões ou fraquezas de controlo relevantes do risco jurídico.

- Potenciais riscos jurídicos resultantes de mudanças futuras no ambiente, sistemas ou estruturas organizacionais internas de controlo.
- Possíveis implicações para o Grupo resultantes de mudanças futuras no ambiente jurídico e regulamentar externo e/ou decisões prevalecentes dos tribunais e autoridades responsáveis pela aplicação da lei em relação aos riscos jurídicos definidos.

O Conselho Geral do Grupo, apoiado pelo Diretor Geral para o Risco Jurídico, Governação e Controlo, é responsável por manter um LRMF adequado e por supervisionar a gestão do risco jurídico em todo o Grupo.

Desempenho de risco

Risco de crédito

Resumo dos Conteúdos	Pág.	
▪ Visão geral do risco de crédito e resumo do desempenho	77	O risco de crédito representa um risco significativo para o Grupo e decorre, principalmente, da exposição a empréstimos e adiantamentos a grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com clientes. Esta secção fornece uma visão macroeconómica das exposições de crédito do Grupo.
▪ Exposição máxima, garantias e outras melhorias de crédito detidas pelo Grupo	78	
▪ A gestão e representação da qualidade de crédito do Grupo	83	
▪ Análise da concentração do risco de crédito	88	O Grupo analisa e monitoriza as concentrações de risco de várias formas. Estas secções descrevem o desempenho face aos principais riscos de concentração a um nível macro do Grupo.
- Concentrações geográficas	88	
- Concentrações industriais	90	
▪ Análise de empréstimos em situação problemática	94	O Grupo monitoriza exposições a ativos onde há uma maior probabilidade de incumprimento e ativos onde ocorreu um incumprimento real. Esta secção descreve a exposição a ativos que foram classificados como imparidade, analisando as exposições entre unidades de negócios e os principais tipos de produtos. Pontualmente, o Grupo concorda com a suspensão de determinados aspetos dos contratos de crédito de clientes, geralmente durante períodos temporários de dificuldades financeiras, em que o Grupo está confiante de que o cliente poderá sanar a suspensão.
- Análise da antiguidade de empréstimos e adiantamentos que estão vencidos mas sem imparidade	94	
- Análise de empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade	95	
▪ Imparidade	96	O Grupo detém provisões por imparidade no balanço como resultado do aumento de um encargo contra o lucro por perdas incorridas na carteira de empréstimos. Uma provisão por imparidade pode ser identificada ou não identificada e individual ou coletiva. Esta secção descreve os movimentos na provisão por imparidade por exposição da classe de ativo.
- Provisões por imparidade	96	

Risco de crédito

O risco de perda para a empresa resultante do incumprimento dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros dividendos a receber.

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 77 a 96) não é auditada salvo indicação em contrário.

Visão geral

O risco de crédito representa um risco significativo para o Grupo e decorre, principalmente, da exposição a empréstimos e adiantamentos a grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com clientes. Abaixo pode ser encontrado um resumo do desempenho.

Esta secção fornece uma análise de áreas de particular interesse ou de elevado risco potencial, incluindo: i) o balanço, incluindo exposição máxima, garantias, qualidade de crédito e empréstimos e adiantamentos; ii) áreas de concentração; iii) empréstimos problemáticos; e iv) imparidade, incluindo provisões por imparidade.

Por favor consulte a secção de gestão de risco de crédito nas páginas 62 a 63 para detalhes sobre governação, políticas e procedimentos.

Resumo do desempenho no período

As taxas para imparidade de empréstimo diminuíram 19M£ para 2.333M£. O total de empréstimos e adiantamentos líquidos de imparidade diminuiu em 34mM£ para 415.9mM£, impulsionado por um decréscimo líquido de 12.7mM£ em garantias em numerário e balanços de saldo e um decréscimo de 21.3mM£ em outros empréstimos, principalmente na Banca de Investimento e Empresas. No geral, isto resultou num aumento de 4 pb no LLR para 57 pb.

Os empréstimos de risco de crédito (Credit Risk Loans, comumente designado por CRLs) diminuíram para 6mM£ (dezembro de 2016: 6.5mM£), e o rácio de cobertura de CRL aumentou para 78% (dezembro de 2016: 71%), especialmente em carteiras retalhistas.

Métricas-chave

Os encargos por imparidade de empréstimo em 2017 foram 1% inferiores relativamente a 2016:

-19M£ Grupo

A imparidade do crédito diminuiu ligeiramente, refletindo taxas mais baixas no Barclays UK e nas carteiras grossistas do Barclays International parcialmente compensadas por um ajuste relacionado com a venda de um ativo nos cartões dos EUA.

+42M£ Retalho

No geral, as carteiras retalhistas mantiveram-se estáveis e dentro das expetativas. Não obstante, os encargos por imparidade aumentaram principalmente devido a um ajuste relacionado com a venda de um ativo em cartões nos EUA.

61M£ Grosso

Os encargos por imparidade diminuíram, apesar de uma grande imparidade em nome individual, impulsionada por uma série de lançamentos e taxas significativamente mais baixas para o sector do Petróleo.

Análise do Balanço

Exposição máxima, garantias e outras melhorias de crédito detidas pelo Grupo

Base de preparação

As tabelas seguintes apresentam uma reconciliação entre a exposição máxima do Grupo e a sua exposição líquida ao risco de crédito; refletindo os efeitos financeiros de garantias, melhorias de crédito e outras ações tomadas para mitigar a exposição do Grupo.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito representa o valor contabilístico do balanço após a provisão por imparidade. Para garantias fora do balanço, a exposição máxima é a quantidade máxima que o Grupo terá de pagar se as garantias forem acionadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito que sejam irrevogáveis durante a vida útil das respetivas instalações, a exposição máxima é o valor total das instalações comprometidas.

Tanto esta como as análises subsequentes de risco de crédito incluem apenas os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito. Excluem outros ativos financeiros não sujeitos a risco de crédito, principalmente títulos de capital detidos para negociação, disponíveis para venda ou designados pelo justo valor e mercadorias negociadas. Os ativos designados pelo justo valor em relação a passivos ligados a clientes com contratos de investimento também não foram incluídos porque o Grupo não está exposto ao risco de crédito desses ativos. As perdas de crédito nestas carteiras, se for o caso, levarão a uma redução dos passivos relacionados e não resultarão numa perda para o Grupo. Para as exposições fora do balanço, determinados passivos contingentes não sujeitos a risco de crédito, tais como garantias de desempenho, são excluídos.

O Grupo mitiga o risco de crédito a que está exposto através de apuração de posição líquida e compensação, garantias e transferência do risco. Mais pormenores sobre as políticas do Grupo para cada uma destas formas de reforço de crédito são apresentados nas páginas 146 a 149 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Visão geral

A 31 de dezembro de 2017, a exposição líquida do Grupo ao risco de crédito após considerar a apuração de posição líquida e compensação, garantias e transferência do risco, diminuiu 7% para 791.3mM£. Em geral, a extensão em que o Grupo detém atenuação contra a sua exposição total diminuiu para 43% (2016: 47%).

Da restante exposição absoluta, uma parcela significativa refere-se ao caixa detido em bancos centrais, títulos de dívida para venda de investimento financeiro emitidos por governos, garantia em numerário e saldos de liquidação, os quais são considerados de menor risco. Os aumentos no numerário detido em bancos centrais e títulos de dívida de investimento financeiro no período conduziram ao aumento da exposição líquida do Grupo ao risco de crédito. As posições de carteira de negociação que cobrem de forma significativa os ativos da carteira de negociação economicamente, mas que não são detidas especificamente para fins de gestão de risco, são excluídas da análise. A qualidade de crédito das contrapartes para derivados, investimentos financeiros e empréstimos grossistas são predominantemente de grau de investimento. Uma análise mais aprofundada sobre a qualidade de crédito dos ativos é apresentada nas páginas 83 a 87.

Sempre que tenha sido obtida garantia em caso de incumprimento, o Grupo não utiliza, como regra, esses ativos para as suas próprias operações e são normalmente vendidas em tempo útil. O valor contabilístico dos ativos detidos pelo Grupo a 31 de dezembro de 2017, como resultado da execução da garantia, foi zero (2016: 16M£).

Exposição máxima e efeitos de garantias e outras melhorias de crédito (auditado)

O Grupo	Exposição Máxima	Posição líquida - Compensação	Garantia Numerário	Garantia Não Numerário	Transferência do Risco	Exposição Líquida
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	**171 036**	**-**	**-**	**-**	**-**	**171 036**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**2 153**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2 153**
Ativos da carteira de negociação:						
Títulos de dívida	**51 195**	**-**	**-**	**-**	**-**	**51 195**
Empréstimos transacionados	**3 140**	**-**	**-**	**(128)**	**-**	**3 012**
Total de ativos da carteira de negociação	**54 335**	**-**	**-**	**(128)**	**-**	**54 207**
Ativos financeiros designados pelo justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	**11 037**	**-**	**(440)**	**(5 497)**	**(344)**	**4 756**
Títulos de dívida	**15**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15**
Acordos de revenda	**100 040**	**-**	**(426)**	**(99 428)**	**-**	**186**
Outros ativos financeiros	**519**	**-**	**-**	**-**	**-**	**519**
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	**111 611**	**-**	**(866)**	**(104 925)**	**(344)**	**5 476**
Instrumentos financeiros derivados	**237 987**	**(184 265)**	**(33 092)**	**(6 170)**	**(5 885)**	**8 575**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**36 209**	**-**	**(6)**	**(583)**	**(37)**	**35 583**
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos à habitação	**147 002**	**-**	**(158)**	**(146 554)**	**-**	**290**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**55 767**	**-**	**(228)**	**(3 995)**	**(16)**	**51 528**
Crédito a empresas	**162 784**	**(6 617)**	**(224)**	**(45 819)**	**(4 341)**	**105 783**
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**365 553**	**(6 617)**	**(610)**	**(196 368)**	**(4 357)**	**157 601**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**12 546**	**-**	**-**	**(12 226)**	**-**	**320**
Investimentos financeiros – títulos de dívida	**57 129**	**-**	**-**	**(463)**	**(853)**	**55 813**
Outros ativos	**841**	**-**	**-**	**-**	**-**	**841**
Total de rubricas patrimoniais	**1 049 400**	**(190 882)**	**(34 574)**	**(320 863)**	**(11 476)**	**491 605**
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	**19 012**	**-**	**(318)**	**(1 482)**	**(228)**	**16 984**
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	**812**	**-**	**(27)**	**(11)**	**(4)**	**770**
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	**314 761**	**-**	**(46)**	**(31 058)**	**(1 753)**	**281 904**
Total de rubricas extrapatrimoniais	**334 585**	**-**	**(391)**	**(32 551)**	**(1 985)**	**299 658**
Total	**1 383 985**	**(190 882)**	**(34 965)**	**(353 414)**	**(13 461)**	**791 263**

Exposição máxima e efeitos de garantias e outras melhorias de crédito (auditado)

O Grupo	Exposição Máxima	Posição líquida	Garantia			Exposição Líquida
		Compensação	Numerário	Não Numerário	Transferência do Risco	
A 31 de dezembro de 2016	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	102 328	-	-	-	-	102 328
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 467	-	-	-	-	1 467
Ativos da carteira de negociação:						
Títulos de dívida	38 804	-	-	-	-	38 804
Empréstimos transacionados	2 975	-	-	(270)	-	2 705
Total de ativos da carteira de negociação	41 779	-	-	(270)	-	41 509
Ativos financeiros designados pelo justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	10 518	-	(17)	(4 107)	(432)	5 962
Títulos de dívida	70	-	-	-	-	70
Acordos de revenda	63 163	-	(688)	(62 233)	-	242
Outros ativos financeiros	262	-	-	-	-	262
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	74 013	-	(705)	(66 340)	(432)	6 536
Instrumentos financeiros derivados	346 820	(273 602)	(41 641)	(8 282)	(5 205)	18 090
Empréstimos e adiantamentos a bancos	43 634	-	(4)	(4 896)	(22)	38 712
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos à habitação	144 765	-	(184)	(143 912)	-	669
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	57 808	-	(227)	(5 258)	(95)	52 228
Crédito a empresas	190 210	(8 622)	(320)	(52 029)	(5 087)	124 152
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	392 783	(8 622)	(731)	(201 199)	(5 182)	177 049
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	13 454	-	(79)	(13 242)	-	133
Investimentos financeiros – títulos de dívida	62 880	-	-	(533)	(1 286)	61 061
Outros ativos	1 442	-	-	-	-	1 442
Total de rubricas patrimoniais	1 080 600	(282 224)	(43 160)	(294 762)	(12 127)	448 327
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	19 908	-	(247)	(1 403)	(130)	18 128
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	1 005	-	(24)	(18)	(3)	960
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	302 681	-	(324)	(26 548)	(1 704)	274 105
Total de rubricas extrapatrimoniais	323 594	-	(595)	(27 969)	(1 837)	293 193
Total	1 404 194	(282 224)	(43 755)	(322 731)	(13 964)	741 520

Exposição máxima e efeitos de garantias e outros créditos

O Banco A 31 de dezembro de 2017	Exposição Máxima M£	Posição líquida Compensação M£	Garantia Numerário M£	Não Numerário M£	Transferência do Risco M£	Exposição Líquida M£
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	**165 713**	**-**	**-**	**-**	**-**	**165 713**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**1 011**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1 011**
Ativos da carteira de negociação:						
Títulos de dívida	**35 753**	**-**	**-**	**-**	**-**	**35 753**
Empréstimos transacionados	**3 137**	**-**	**-**	**(126)**	**-**	**3 011**
Total de ativos da carteira de negociação	**38 890**	**-**	**-**	**(126)**	**-**	**38 764**
Ativos financeiros designados pelo justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	**22 395**	**-**	**(440)**	**(5 497)**	**(344)**	**16 114**
Títulos de dívida	**3 307**	**(2 016)**	**-**	**-**	**-**	**1 291**
Acordos de revenda	**91 443**	**-**	**(352)**	**(91 091)**	**-**	**-**
Outros ativos financeiros	**29**	**-**	**-**	**-**	**-**	**29**
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	**117 174**	**(2 016)**	**(792)**	**(96 588)**	**(344)**	**17 434**
Instrumentos financeiros derivados	**232 288**	**(178 496)**	**(32 061)**	**(6 170)**	**(5 494)**	**10 067**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**37 255**	**(278)**	**-**	**(555)**	**(11)**	**36 411**
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos à habitação	**146 052**	**-**	**(158)**	**(145 616)**	**(21)**	**257**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**31 542**	**-**	**(235)**	**(1 732)**	**(16)**	**29 559**
Crédito a empresas	**211 366**	**(6 505)**	**(14 150)**	**(54 159)**	**(4 022)**	**132 530**
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**388 960**	**(6 505)**	**(14 543)**	**(201 507)**	**(4 059)**	**162 346**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**22 964**	**-**	**-**	**(22 964)**	**-**	**-**
Investimentos financeiros – títulos de dívida	**54 306**	**-**	**-**	**-**	**(853)**	**53 453**
Outros ativos	**2 980**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2 980**
Total de rubricas patrimoniais	**1 061 541**	**(187 295)**	**(47 396)**	**(327 910)**	**(10 761)**	**488 179**
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	**27 417**	**-**	**(310)**	**(1 431)**	**(179)**	**25 497**
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	**812**	**-**	**(27)**	**(11)**	**(4)**	**770**
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	**252 109**	**-**	**(27)**	**(23 658)**	**(1 732)**	**226 692**
Total de rubricas extrapatrimoniais	**280 338**	**-**	**(364)**	**(25 100)**	**(1 915)**	**252 959**
Total	**1 341 879**	**(187 295)**	**(47 760)**	**(353 010)**	**(12 676)**	**741 138**

Exposição máxima e efeitos de garantias e outros crédito (auditado)[a]

O Banco	Exposição Máxima	Posição Líquida		Garantia		Exposição Líquida
		Compensação	Numerário	Não Numerário	Transferência do Risco	
A 31 de dezembro de 2016	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	97 466	-	-	-	-	97 466
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 010	-	-	-	-	1 010
Ativos da carteira de negociação:						
Títulos de dívida	24 695	-	-	-	-	24 695
Empréstimos transacionados	2 971	-	-	(267)	-	2 704
Total de ativos da carteira de negociação	27 666	-	-	(267)	-	27 399
Ativos financeiros designados pelo justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	12 901	-	(17)	(4 084)	(432)	8 368
Títulos de dívida	4 196	(2 984)	-	-	-	1 212
Acordos de revenda	63 743	-	(552)	(62 989)	-	202
Outros ativos financeiros	19	-	-	-	-	19
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	80 859	(2 984)	(569)	(67 073)	(432)	9 801
Instrumentos financeiros derivados	327 202	(240 535)	(39 443)	(8 282)	(4 823)	34 119
Empréstimos e adiantamentos a bancos	36 391	(5 586)	-	(1)	(22)	30 782
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos à habitação	143 763	-	(183)	(142 929)	-	651
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	31 204	-	(232)	(3 021)	(95)	27 856
Crédito a empresas	248 157	(8 755)	(18 931)	(58 036)	(4 593)	157 842
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	423 124	(8 755)	(19 346)	(203 986)	(4 688)	186 349
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	22 941	-	-	(22 918)	-	23
Investimentos financeiros – títulos de dívida	61 320	-	-	-	(1 286)	60 034
Outros ativos	3 737	-	-	-	-	3 737
Total de rubricas patrimoniais	1 081 716	(257 860)	(59 358)	(302 527)	(11 251)	450 720
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	26 731	-	(240)	(1 344)	(77)	25 070
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	979	-	(24)	(18)	(3)	934
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	240 112	-	(319)	(23 639)	(1 704)	214 450
Total de rubricas extrapatrimoniais	267 822	-	(583)	(25 001)	(1 784)	240 454
Total	1 349 538	(257 860)	(59 941)	(327 528)	(13 035)	691 174

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para refletir melhor a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito

Qualidade do crédito de ativos

Todos os empréstimos e adiantamentos são classificados como “nem vencidos nem com imparidade”; “vencidos mas não com imparidade”; ou “vencidos e com imparidade”, o que inclui empréstimos reestruturados. Para efeitos de divulgação de informação bancária no parágrafo sobre qualidade de crédito no balanço financeiro abaixo e a análise de empréstimos e adiantamentos e imparidade (página 96):

- Empréstimos nem vencidos nem com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos grossistas e retalhistas com desempenho normal. Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar uma provisão por imparidade não identificada
- Um empréstimo é considerado vencido e classificado de “Risco Elevado” quando o mutuário não conseguiu fazer um pagamento, quando exigível nos termos do contrato de empréstimo
- Os empréstimos sobre programas de tolerância, conforme definidos na página 152 do Relatório Anual de 2017 do Barclays Bank PLC são categorizados como “Risco Elevado”
- A provisão por imparidade inclui provisões quanto aos ativos financeiros que a foram individualmente prejudicados e aqueles sujeitos à imparidade coletiva

O Grupo utiliza as seguintes medidas internas para determinar a qualidade de crédito dos empréstimos que realizam:

Grau de Incumprimento	Empréstimo grossista Probabilidade de incumprimento	Descrição da Qualidade de Crédito
1-3	0,0-0,05%	Forte
4-5	0,05-0,15%	
6-8	0,15-0,30%	
9-11	0,30-0,60%	
12-14	0,60-2,15%	Satisfatório
15-19	2,15-11,35%	
20-21	11,35%+	Risco elevado

Para os clientes retalhistas é utilizada uma gama de ferramentas de análise para derivar a probabilidade de incumprimento de clientes no

início e numa base contínua. Para os empréstimos produtivos, estas descrições podem ser resumidas da seguinte forma:

Forte: existe uma forte possibilidade de que os ativos sejam recuperados por completo.

Satisfatório: mesmo que haja uma forte probabilidade de os ativos serem recuperados e, portanto, não serem causa de preocupação atual para o Grupo, os ativos não podem ser garantidos, ou podem referir-se a facilidades de retalho não garantidas. No nível mais baixo desta classificação, há clientes que estão a ser monitorizados com mais cuidado, por exemplo, clientes empresariais, que apresentam sinais de alguma deterioração, empréstimos à habitação com empréstimo superior ao valor do ativo e empréstimos retalhistas sem garantia a operar fora das diretrizes normais do produto.

Risco elevado: existe a preocupação sobre a capacidade do devedor em efetuar pagamentos quando for necessário. No entanto, estes ainda não se converteram em atraso atual. Também podem existir dúvidas sobre o valor dos colaterais e garantias fornecidas. No entanto, o mutuário ou a contraparte continua a fazer pagamentos quando devidos e espera-se que liquide todos os montantes em dívida e juros.

Os empréstimos vencidos são atentamente supervisionados, com constituição de provisões por imparidade, se necessário e em conformidade com as políticas de imparidade do Grupo. Estes empréstimos são todos considerados como risco elevado para os efeitos da presente análise da qualidade de crédito.

Títulos de dívida

Para ativos mantidos a justo valor, o valor contabilístico no balanço incluirá, entre outros, o risco de crédito do emitente. A maioria dos títulos cotados e alguns não cotados são avaliados por agências de notação externas. O Grupo utiliza principalmente as notações de risco externas indicadas pela Standard & Poors’, pela Fitch ou pela Moody’s. Quando tais avaliações não estão disponíveis ou não estão atualizadas, o Grupo utilizará as suas notações internas para os títulos.

Desempenho de risco

Risco de crédito

Qualidade de crédito de balanço

As tabelas seguintes apresentam a qualidade de crédito dos ativos do Grupo expostos a risco de crédito.

Visão geral

A 31 de dezembro de 2017, o rácio dos ativos do Grupo classificados como forte mantém-se em geral estável a 86% (2015:85%) do total dos ativos expostos a risco de crédito.

Qualidade de crédito de balanço (auditado)

O Grupo	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	%	%	%	%
Numerário e balanços em bancos centrais	171 036	-	-	171 036	100	-	-	100
Itens em fase de cobrança a outros bancos	2 088	56	9	2 153	97	3	-	100
Ativos da carteira de negociação:								
Títulos de dívida	48 484	2 085	626	51 195	95	4	1	100
Empréstimos transacionados	1 432	1 189	519	3 140	45	38	17	100
Total de ativos da carteira de negociação	49 916	3 274	1 145	54 335	92	6	2	100
Ativos financeiros designados pelo justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	9 457	817	763	11 037	86	7	7	100
Títulos de dívida	-	15	-	15	-	100	-	100
Acordos de revenda	82 263	17 692	85	100 040	82	18	-	100
Outros ativos financeiros	482	37	-	519	93	7	-	100
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	92 202	18 561	848	111 611	82	17	1	100
Instrumentos financeiros derivados	229 580	7 863	544	237 987	97	3	-	100
Empréstimos e adiantamentos a bancos	35 136	926	147	36 209	97	3	-	100
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimos à habitação	135 576	5 781	5 645	147 002	92	4	4	100
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	26 026	24 801	4 940	55 767	47	44	9	100
Crédito a empresas	113 506	36 786	12 492	162 784	70	22	8	100
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	275 108	67 368	23 077	365 553	76	18	6	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	11 430	1 101	15	12 546	91	9	-	100
Investimentos financeiros – títulos de dívida	57 107	18	4	57 129	100	-	-	100
Outros ativos	456	353	32	841	54	42	4	100
Ativos totais	924 059	99 520	25 821	1 049 400	89	9	2	100

Qualidade de crédito de balanço (auditado)

O Grupo	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito
A 31 de dezembro de 2016	M£	M£	M£	M£	%	%	%	%
Numerário e balanços em bancos centrais	102 328	-	-	102 328	100	-	-	100
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 330	128	9	1 467	91	9	-	100
Ativos da carteira de negociação:								
Títulos de dívida	37 052	1 344	408	38 804	96	3	1	100
Empréstimos transacionados	594	1 977	404	2 975	20	66	14	100
Total de ativos da carteira de negociação	37 646	3 321	812	41 779	90	8	2	100
Ativos financeiros designados pelo justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	9 691	533	294	10 518	92	5	3	100
Títulos de dívida	59	11	-	70	84	16	-	100
Acordos de revenda	53 152	9 999	12	63 163	84	16	-	100
Outros ativos financeiros	244	18	-	262	93	7	-	100
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	63 146	10 561	306	74 013	85	14	1	100
Instrumentos financeiros derivados	330 931	14 963	926	346 820	95	5	-	100
Empréstimos e adiantamentos a bancos	39 542	3 830	262	43 634	91	9	-	100
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimos à habitação	136 922	2 589	5 254	144 765	95	1	4	100
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	5 343	50 685	1 780	57 808	9	88	3	100
Crédito a empresas	140 413	37 170	12 627	190 210	74	20	6	100
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	282 678	90 444	19 661	392 783	72	23	5	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	9 364	4 090	-	13 454	70	30	-	100
Investimentos financeiros – títulos de dívida	62 838	30	12	62 880	100	-	-	100
Outros ativos	1 324	115	3	1 442	92	8	-	100
Ativos totais	931 127	127 482	21 991	1 080 600	86	12	2	100

Qualidade de crédito de balanço (auditado)

O Banco	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e Abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e Abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	%	%	%	%
Numerário e balanços em bancos centrais	165 713	-	-	165 713	100	-	-	100
Itens em fase de cobrança a outros bancos	992	15	4	1 011	99	1	-	100
Ativos da carteira de negociação:								
Títulos de dívida	33 220	1 931	602	35 753	93	5	2	100
Empréstimos transacionados	1 431	1 189	517	3 137	46	38	16	100
Total de ativos da carteira de negociação	34 651	3 120	1 119	38 890	89	8	3	100
Ativos financeiros designados pelo justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	20 816	816	763	22 395	93	4	3	100
Títulos de dívida	3 307	-	-	3 307	100	-	-	100
Acordos de revenda	77 367	13 991	85	91 443	85	15	-	100
Outros ativos financeiros	29	-	-	29	100	-	-	100
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	101 519	14 807	848	117 174	86	13	1	100
Instrumentos financeiros derivados	226 788	4 956	544	232 288	98	2	-	100
Empréstimos e adiantamentos a bancos	36 586	538	131	37 255	99	1	-	100
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimos à habitação	134 852	5 615	5 585	146 052	92	4	4	100
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	9 088	19 180	3 274	31 542	29	61	10	100
Crédito a empresas	168 578	31 902	10 886	211 366	80	15	5	100
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	312 518	56 697	19 745	388 960	80	15	5	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	22 096	853	15	22 964	96	4	-	100
Investimentos financeiros – títulos de dívida	54 294	12	-	54 306	100	-	-	100
Outros ativos	2 742	228	10	2 980	92	8	-	100
Ativos totais	957 899	81 226	22 416	1 061 541	90	8	2	100

Qualidade de crédito do balanço (auditado)[a]

O Banco	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e Abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito	Forte (Incluindo o Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco Elevado (B- e Abaixo)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito
A 31 de dezembro de 2016	M£	M£	M£	M£	%	%	%	%
Numerário e balanços em bancos centrais	97 466	-	-	97 466	100	-	-	100
Itens em fase de cobrança a outros bancos	859	63	88	1 010	85	6	9	100
Ativos da carteira de negociação:								
Títulos de dívida	23 025	1 273	397	24 695	93	5	2	100
Empréstimos transacionados	594	1 977	400	2 971	20	67	13	100
Total de ativos da carteira de negociação	23 619	3 250	797	27 666	85	12	3	100
Ativos financeiros designados pelo justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	12 076	531	294	12 901	94	4	2	100
Títulos de dívida	4 196	-	-	4 196	100	-	-	100
Acordos de revenda	56 603	7 128	12	63 743	89	11	-	100
Outros ativos financeiros	1	18	-	19	5	95	-	100
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	72 876	7 677	306	80 859	90	9	1	100
Instrumentos financeiros derivados	314 944	11 332	926	327 202	96	4	-	100
Empréstimos e adiantamentos a bancos	33 000	3 172	219	36 391	90	9	1	100
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimos à habitação	136 129	2 392	5 242	143 763	95	1	4	100
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	4 266	25 584	1 354	31 204	14	82	4	100
Crédito a empresas	206 033	32 304	9 820	248 157	83	13	4	100
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	346 428	60 280	16 416	423 124	82	14	4	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	19 669	3 272	-	22 941	86	14	-	100
Investimentos financeiros – títulos de dívida	61 300	19	1	61 320	100	-	-	100
Outros ativos	3 662	73	2	3 737	98	2	-	100
Ativos totais	973 823	89 138	18 755	1 081 716	90	8	2	100

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para refletir melhor a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

Análise da concentração do risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão localizadas numa região geográfica, ou envolvidas em atividades semelhantes e têm caraterísticas económicas semelhantes que façam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais seja afetada de por alterações nas condições económicas ou de outro tipo forma semelhante. O Grupo impõe limites a concentrações de modo a mitigar o risco. As análises de concentrações de risco de crédito apresentadas abaixo são baseadas na localização da contraparte, cliente ou indústria na qual estão envolvidos. São apresentados mais detalhes sobre as políticas do Grupo relativamente à gestão do risco de concentração na página 149 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Concentrações geográficas

A 31 de dezembro de 2017, a concentração geográfica dos ativos do Grupo continuou consistente com 2016. 42% (2016: 41%) da exposição está concentrada no Reino Unido, 33% (2016: 33%) nas Américas e 321% (2016: 21%) na Europa.

Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

O Grupo A 31 de dezembro de 2017	Reino Unido M£	Europa M£	Américas M£	África e Médio Oriente M£	Ásia M£	Total M£
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	**53 069**	**57 158**	**56 034**	**57**	**4 718**	**171 036**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**987**	**1 166**	**-**	**-**	**-**	**2 153**
Ativos da carteira de negociação	**10 604**	**13 621**	**25 679**	**473**	**3 958**	**54 335**
Ativos financeiros designados pelo justo valor	**33 923**	**23 724**	**46 288**	**1 611**	**6 065**	**111 611**
Instrumentos financeiros derivados	**81 974**	**81 566**	**57 858**	**2 792**	**13 797**	**237 987**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**10 842**	**11 835**	**8 044**	**1 714**	**3 774**	**36 209**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**253 703**	**39 687**	**63 246**	**2 541**	**6 376**	**365 553**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**203**	**375**	**10 521**	**32**	**1 415**	**12 546**
Investimentos financeiros – títulos de dívida	**17 471**	**23 598**	**14 110**	**114**	**1 836**	**57 129**
Outros ativos	**564**	**13**	**148**	**33**	**83**	**841**
Total de rubricas patrimoniais	**463 340**	**252 743**	**281 928**	**9 367**	**42 022**	**1 049 400**
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	**7 603**	**3 039**	**6 708**	**529**	**1 133**	**19 012**
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	**800**	**5**	**-**	**7**	**-**	**812**
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	**105 112**	**36 079**	**168 003**	**1 601**	**3 966**	**314 761**
Total de rubricas extrapatrimoniais	**113 515**	**39 123**	**174 711**	**2 137**	**5 099**	**334 585**
Total	**576 855**	**291 866**	**456 639**	**11 504**	**47 121**	**1 383 985**
A 31 de dezembro de 2016						
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	30 473	40 426	24 859	77	6 493	102 328
Itens em fase de cobrança a outros bancos	969	498	-	-	-	1 467
Ativos da carteira de negociação	8 981	9 171	19 863	435	3 329	41 779
Ativos financeiros designados pelo justo valor	25 821	10 244	33 181	733	4 034	74 013
Instrumentos financeiros derivados	108 753	107 337	105 129	1 493	24 108	346 820
Empréstimos e adiantamentos a bancos	7 931	12 664	16 894	1 778	4 367	43 634
Empréstimos e adiantamentos a clientes	253 751	47 050	81 045	3 089	7 848	392 783
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	218	309	11 439	92	1 396	13 454
Investimentos financeiros – títulos de dívida	18 128	27 762	12 030	251	4 709	62 880
Outros ativos	1 226	-	137	10	69	1 442
Total de rubricas patrimoniais	456 251	255 461	304 577	7 958	56 353	1 080 600
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	8 268	3 275	6 910	702	753	19 908
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	915	9	-	40	41	1 005
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	106 426	35 476	156 078	1 694	3 007	302 681
Total de rubricas extrapatrimoniais	115 609	38 760	162 988	2 436	3 801	323 594
Total	571 860	294 221	467 565	10 394	60 154	1 404 194

Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)[a]

O Banco	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	**52 958**	**56 188**	**52 298**	**56**	**4 213**	**165 713**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**986**	**25**	**-**	**-**	**-**	**1 011**
Ativos da carteira de negociação	**10 558**	**13 441**	**12 001**	**443**	**2 447**	**38 890**
Ativos financeiros designados pelo justo valor	**52 072**	**23 014**	**23 682**	**1 611**	**16 795**	**117 174**
Instrumentos financeiros derivados	**85 520**	**81 307**	**50 198**	**2 785**	**12 478**	**232 288**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**10 037**	**11 975**	**9 786**	**1 686**	**3 771**	**37 255**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**273 797**	**65 432**	**42 155**	**2 152**	**5 424**	**388 960**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**4 553**	**2 914**	**9 185**	**5**	**6 307**	**22 964**
Investimentos financeiros – títulos de dívida	**16 940**	**21 912**	**13 573**	**114**	**1 767**	**54 306**
Outros ativos	**2 691**	**205**	**-**	**34**	**50**	**2 980**
Total de rubricas patrimoniais	**510 112**	**276 413**	**212 878**	**8 886**	**53 252**	**1 061 541**
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	**13 713**	**2 789**	**9 256**	**526**	**1 133**	**27 417**
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	**800**	**5**	**-**	**7**	**-**	**812**
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	**104 422**	**32 944**	**109 386**	**1 412**	**3 945**	**252 109**
Total de rubricas extrapatrimoniais	**118 935**	**35 738**	**118 642**	**1 945**	**5 078**	**280 338**
Total	**629 047**	**312 151**	**331 520**	**10 831**	**58 330**	**1 341 879**
A 31 de dezembro de 2016						
Rubricas patrimoniais:						
Numerário e balanços em bancos centrais	30 445	39 350	21 682	30	5 959	97 466
Itens em fase de cobrança a outros bancos	969	41	-	-	-	1 010
Ativos da carteira de negociação	8 894	8 989	7 080	373	2 330	27 666
Ativos financeiros designados pelo justo valor	37 122	9 762	21 306	1 038	11 631	80 859
Instrumentos financeiros derivados	102 307	108 660	91 354	2 570	22 311	327 202
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6 164	12 805	11 711	1 645	4 066	36 391
Empréstimos e adiantamentos a clientes	299 063	68 066	44 138	2 621	9 236	423 124
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	520	7 101	12 796	65	2 459	22 941
Investimentos financeiros – títulos de dívida	17 563	26 865	11 963	251	4 678	61 320
Outros ativos	3 662	147	(145)	27	46	3 737
Total de rubricas patrimoniais	506 709	281 786	221 885	8 620	62 716	1 081 716
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	11 307	4 201	9 467	724	1 032	26 731
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	914	9	-	14	42	979
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	106 230	32 832	96 794	1 251	3 005	240 112
Total de rubricas extrapatrimoniais	118 451	37 042	106 261	1 989	4 079	267 822
Total	625 160	318 828	328 146	10 609	66 795	1 349 538

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para refletir melhor a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

Concentrações industriais

A 31 de dezembro de 2017, a concentração industrial dos ativos do Grupo manteve-se consistente ano após ano. O total de ativos estava concentrado para bancos e outras instituições financeiras foi de 36% (2016: 43%), com predominância nos instrumentos financeiros derivados. A proporção do balanço geral concentrado nos governos e bancos centrais manteve-se estável em 20% (2016: 14%) e os empréstimos bancários em 11% (2016: 11%).

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

O Grupo	Bancos	Outras Instituições Financeiras	Fabrico	Construção e Propriedades	Governo e Banco Central	Energia e Água	Distribuição Grossista e Retalhista e Lazer	Negócios e Outros Serviços	Créditos à Habitação	Cartões, Créditos não Garantidos e Outros Empréstimos Pessoais	Outros	Total
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rubricas patrimoniais:												
Numerário e balanços em bancos centrais	-	-	-	-	171 036	-	-	-	-	-	-	171 036
Itens em fase de cobrança a outros bancos	2 153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 153
Ativos da carteira de negociação	4 683	10 666	3 311	807	26 030	3 900	598	3 324	128	-	888	54 335
Ativos financeiros designados pelo justo valor	21 468	78 506	38	4 666	4 812	2	3	2 083	28	-	5	111 611
Instrumentos financeiros derivados	126 248	87 466	2 383	2 103	5 811	8 179	576	3 096	-	-	2 125	237 987
Empréstimos e adiantamentos a bancos	28 326	-	-	-	7 883	-	-	-	-	-	-	36 209
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	74 924	9 249	23 706	9 433	6 104	12 450	20 483	147 002	54 205	7 997	365 553
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	7 241	4 844	-	153	307	-	-	1	-	-	-	12 546
Investimentos financeiros – títulos de dívida	10 193	1 379	-	-	44 780	103	-	674	-	-	-	57 129
Outros ativos	76	744	-	-	21	-	-	-	-	-	-	841
Total de rubricas patrimoniais	200 388	258 529	14 981	31 435	270 113	18 288	13 627	29 661	147 158	54 205	11 015	1 049 400
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1 572	3 556	3 236	675	8	2 605	969	4 947	4	389	1 051	19 012
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	524	-	192	-	-	-	71	23	-	-	2	812
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	1 026	31 427	37 913	12 956	384	31 702	14 436	34 392	10 785	126 169	13 571	314 761
Total de rubricas extrapatrimoniais	3 122	34 983	41 341	13 631	392	34 307	15 476	39 362	10 789	126 558	14 624	334 585
Total	203 510	293 513	56 322	45 066	270 505	52 595	29 103	69 024	157 947	180 761	25 639	1 383 985

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

O Grupo A 31 de dezembro de 2016	Bancos M£	Outras Instituições Financeiras M£	Fabrico M£	Construção e Propriedades M£	Governo e Banco Central M£	Energia e Água M£	Distribuição Grossista e Retalhista e Lazer M£	Negócios e Outros Serviços M£	Crédito à habitação M£	Cartões, Créditos não Garantidos e Outros Empréstimos Pessoais M£	Outros M£	Total M£
Rubricas patrimoniais:												
Numerário e balanços em bancos centrais	-	-	-	-	102 328	-	-	-	-	-	-	102 328
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 467
Ativos da carteira de negociação	2 233	7 998	1 625	565	21 060	3 733	324	2 972	257	-	1 012	41 779
Ativos financeiros designados pelo justo valor	14 713	49 784	3	5 699	856	5	33	2 811	33	2	74	74 013
Instrumentos financeiros derivados	182 859	139 065	2 913	3 488	6 547	4 585	810	3 392	-	-	3 161	346 820
Empréstimos e adiantamentos a bancos	39 315	-	-	-	4 319	-	-	-	-	-	-	43 634
Empréstimos e adiantamentos a Clientes	-	91 812	12 337	24 200	12 028	7 384	12 967	21 838	144 765	56 729	8 723	392 783
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	2 596	10 568	-	38	252	-	-	-	-	-	-	13 454
Investimentos financeiros – títulos de dívida	12 842	4 877	-	-	44 264	-	43	807	-	-	47	62 880
Outros ativos	959	458	-	-	25	-	-	-	-	-	-	1 442
Total de rubricas patrimoniais	256 984	304 562	16 878	33 990	191 679	15 707	14 177	31 820	145 055	56 731	13 017	1 080 600
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1 484	4 231	3 387	707	8	2 649	1 033	4 847	40	531	991	19 908
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	431	2	377	-	-	-	157	38	-	-	-	1 005
Facilidades de crédito "standby", linhas de crédito e outros compromissos	1 021	29 328	38 829	11 876	400	29 699	14 741	26 359	9 610	126 709	14 109	302 681
Total de rubricas extrapatrimoniais	2 936	33 561	42 593	12 583	408	32 348	15 931	31 244	9 650	127 240	15 100	323 594
Total	259 920	338 123	59 471	46 573	192 087	48 055	30 108	63 064	154 705	183 971	28 117	1 404 194

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

O Banco	Bancos	Outras Instituições Financeiras	Fabrico	Construção e Propriedades	Governo e Banco Central	Energia e Água	Distribuição Grossista e Retalhista e Lazer	Negócios e outros serviços	Créditos à habitação	Cartões, Créditos não Garantidos e outros Empréstimos Pessoais	Outros	Total
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rubricas patrimoniais:												
Numerário e balanços em bancos centrais	-	-	-	-	165 713	-	-	-	-	-	-	165 713
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 011
Ativos da carteira de negociação	4 356	4 343	2 940	744	19 369	3 755	581	1 828	126	-	848	38 890
Ativos financeiros designados pelo justo valor	15 565	90 078	1	4 666	4 812	2	3	2 014	28	-	5	117 174
Instrumentos financeiros derivados	125 319	82 710	2 383	2 102	5 811	8 179	565	3 094	-	-	2 125	232 288
Empréstimos e adiantamentos a bancos	29 382	-	-	-	7 873	-	-	-	-	-	-	37 255
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	127 631	8 835	22 982	9 366	5 954	11 819	18 618	146 052	30 119	7 584	388 960
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	189	22 485	-	153	137	-	-	-	-	-	-	22 964
Investimentos financeiros – títulos de dívida	10 117	894	-	-	42 979	-	-	316	-	-	-	54 306
Outros ativos	2 279	603	-	-	98	-	-	-	-	-	-	2 980
Total de rubricas patrimoniais	188 218	328 744	14 159	30 647	256 158	17 890	12 968	25 870	146 206	30 119	10 562	1 061 541
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1 542	10 810	4 623	667	7	2 569	907	4 869	4	377	1 042	27 417
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	524	-	192	-	-	-	71	23	-	-	2	812
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	1 025	38 101	37 620	12 822	362	31 676	14 151	33 820	10 354	58 672	13 506	252 109
Total de rubricas extrapatrimoniais	3 091	48 911	42 435	13 489	369	34 245	15 129	38 712	10 358	59 049	14 550	280 338
Total	191 309	377 655	56 594	44 136	256 527	52 135	28 097	64 582	156 564	89 168	25 112	1 341 879

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)[a]

O Banco	Bancos	Outras Instituições Financeiras	Fabrico	Construção e Propriedades	Governo e Banco Central	Energia e Água	Distribuição Grossita e Retalhista e Lazer	Negócios e Outros Serviços	Créditos à Habitação	Cartões, Créditos não Garantidos e outros Empréstimos pessoais	Outros	Total
A 31 de dezembro de 2016	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rubricas patrimoniais:												
Numerário e balanços em bancos centrais	-	-	-	-	97 466	-	-	-	-	-	-	97 466
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 010
Ativos da carteira de negociação	1 742	2 828	1 417	489	13 891	3 525	277	2 288	253	-	956	27 666
Ativos financeiros designados pelo justo valor	9 895	61 629	2	5 650	856	2	33	2 682	33	3	74	80 859
Instrumentos financeiros derivados	181 713	120 644	2 898	3 487	6 547	4 585	802	3 365	-	-	3 161	327 202
Empréstimos e adiantamentos a bancos	32 123	-	-	-	4 268	-	-	-	-	-	-	36 391
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	154 430	11 812	23 587	11 635	7 215	12 317	19 822	143 763	30 166	8 377	423 124
Acordos de revenda e outros empréstimos similares garantidos	172	22 558	-	38	173	-	-	-	-	-	-	22 941
Investimentos financeiros – títulos de dívida	12 803	4 305	-	-	43 316	-	43	806	-	-	47	61 320
Outros ativos	2 730	993	-	-	14	-	-	-	-	-	-	3 737
Total de rubricas patrimoniais	242 188	367 387	16 129	33 251	178 166	15 327	13 472	28 963	144 049	30 169	12 615	1 081 716
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1 831	5 791	4 629	947	11	3 603	1 307	6 509	55	713	1 335	26 731
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	426	-	377	-	-	-	157	19	-	-	-	979
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	961	35 694	38 596	11 745	392	29 654	14 376	25 678	9 610	59 386	14 020	240 112
Total de rubricas extrapatrimoniais	3 218	41 485	43 602	12 692	403	33 257	15 840	32 206	9 665	60 099	15 355	267 822
Total	245 406	408 872	59 731	45 943	178 569	48 584	29 312	61 169	153 714	90 268	27 970	1 349 538

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para refletir melhor a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

Análise de empréstimos em situação problemática

Os empréstimos vencidos ou avaliados como com imparidade nesta secção estão refletidos nas tabelas de qualidade de crédito do balanço nas páginas 84 a 87 como sendo de Risco Maior.

Análise da antiguidade de empréstimos e adiantamentos que estão vencidos mas sem imparidade

A tabela seguinte apresenta uma análise da antiguidade de empréstimos grossistas e adiantamentos vencidos, mas sem imparidade. Os empréstimos vencidos mas sem imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos grossistas que estão vencidos, mas individualmente avaliados como sem imparidade. Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar uma provisão por imparidade não identificada.

Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)

O Grupo	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1-2 meses	Vencidos 2-3 meses	Vencidos 3-6 meses	Vencidos 6 meses e mais	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	**653**	**-**	**20**	**-**	**10**	**683**
Empréstimos à habitação	**3**	**1**	**-**	**-**	**22**	**26**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**-**	**-**	**12**	**31**	**66**	**109**
Crédito a empresas	**6 272**	**277**	**129**	**85**	**98**	**6 861**
Total	**6 928**	**278**	**161**	**116**	**196**	**7 679**
A 31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	29	8	18	-	16	71
Empréstimos à habitação	1	-	-	33	31	65
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	2	-	2	11	77	92
Crédito a empresas	6 962	1 235	149	178	354	8 878
Total	6 994	1 243	169	222	478	9 106

Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)

O Banco	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1-2 meses	Vencidos 2-3 meses	Vencidos 3-6 meses	Vencidos 6 meses e mais	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	**653**	**-**	**20**	**-**	**10**	**683**
Empréstimos à habitação	**3**	**1**	**-**	**-**	**16**	**20**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**-**	**-**	**12**	**17**	**43**	**72**
Crédito a empresas	**4 561**	**263**	**128**	**85**	**97**	**5 134**
Total	**5 217**	**264**	**160**	**102**	**166**	**5 909**
A 31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	29	8	18	-	16	71
Empréstimos à habitação	1	-	-	33	24	58
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	2	-	2	11	40	55
Crédito a empresas	4 134	1 216	142	176	354	6 022
Total	4 166	1 224	162	220	434	6 206

Os empréstimos e adiantamentos vencidos, mas sem imparidade, diminuíram entre 1.4mM £ e 7.7mM£, principalmente devido a menos empréstimos a grandes empresas vencidos 1-2 meses.

Análise de empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade

A tabela seguinte apresenta uma análise de empréstimos e adiantamentos grossistas coletivamente ou individualmente avaliados como com imparidade. A tabela inclui uma análise por antiguidade para empréstimos e adiantamentos coletivamente avaliados como com imparidade.

Empréstimos que são coletivamente avaliados com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos a retalho que estão em atraso um dia ou mais para os quais uma provisão coletiva é criada. Empréstimos grossistas que estão vencidos, avaliados individualmente como sem imparidade, mas que transportam uma provisão por imparidade não identificada, estão excluídos desta categoria.

Os empréstimos que são avaliados individualmente como com imparidade consistem predominantemente em empréstimos grossistas vencidos e para os quais foi criado um abatimento individual.

Os empréstimos à habitação, empréstimos não garantidos e coletáveis de cartões de crédito que são sujeitos a tolerância nas carteiras retalhistas são incluídos na categoria avaliados coletivamente por imparidade. Os empréstimos grossistas em tolerância com imparidade fazem parte dos empréstimos com imparidade avaliados individualmente.

Empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade (auditado)

O Grupo	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1-2 meses	Vencidos 2-3 meses	Vencidos 3-6 meses	Vencidos 6 meses e mais	Total avaliado coletivamente	Individualmente avaliado para imparidade	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017								
Empréstimos à habitação	**2 622**	**465**	**200**	**304**	**477**	**4 068**	**922**	**4 990**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**989**	**344**	**245**	**511**	**1 808**	**3 897**	**302**	**4 199**
Crédito a empresas	**546**	**34**	**20**	**28**	**85**	**713**	**1 384**	**2 097**
Total	**4 157**	**843**	**465**	**843**	**2 370**	**8 678**	**2 608**	**11 286**
A 31 de dezembro de 2016								
Empréstimos à habitação	2 866	795	201	298	452	4 612	820	5 432
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	1 135	354	250	516	1 702	3 957	492	4 449
Crédito a empresas	288	53	35	72	131	579	1 580	2 159
Total	4 289	1 202	486	886	2 285	9 148	2 892	12 040

Empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade (auditado)

O Banco	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1-2 meses	Vencidos 2-3 meses	Vencidos 3-6 meses	Vencidos 6 meses e mais	Total avaliado coletivamente	Individualmente avaliado para imparidade	**Total**
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017								
Empréstimos à habitação	**2 622**	**465**	**200**	**304**	**477**	**4 068**	**867**	**4 935**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**644**	**180**	**121**	**235**	**1 129**	**2 309**	**208**	**2 517**
Crédito a empresas	**544**	**33**	**19**	**26**	**82**	**704**	**1 340**	**2 044**
Total	**3 810**	**678**	**340**	**565**	**1 688**	**7 081**	**2 415**	**9 496**
A 31 de dezembro de 2016								
Empréstimos à habitação	2 866	795	201	298	452	4 612	808	5 420
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	768	175	115	228	1 059	2 345	428	2 773
Crédito a empresas	286	52	34	70	129	571	1 528	2 099
Total	3 920	1 022	350	596	1 640	7 528	2 764	10 292

Os empréstimos e adiantamentos avaliados com imparidade diminuíram em 0.8mM£ para 11.3mM£, refletindo uma tendência estável ou em melhoria na antiguidade dos empréstimos com imparidade em todo o Grupo.

Imparidade

Provisões por imparidade

As provisões por imparidade mantiveram-se estáveis em 4652M£ (2016: 4620M£) durante o ano.

Movimentos na provisão por imparidade por classe de ativo (auditado)

O Grupo	No início do ano	Aquisições e alienações	Efeito do desconto	Câmbio e outros ajustes	Montantes anulados	Recuperações	Montantes imputados à declaração de rendimentos	Balanço a 31 de dezembro
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
2017								
Empréstimos à habitação	**467**	**-**	**(5)**	**(4)**	**(29)**	**-**	**29**	**458**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**3 060**	**-**	**(43)**	**(223)**	**(2 042)**	**252**	**2 051**	**3 055**
Crédito a empresas	**1 093**	**(5)**	**-**	**(13)**	**(258)**	**82**	**240**	**1 139**
Total de provisão por imparidade	**4 620**	**(5)**	**(48)**	**(240)**	**(2 329)**	**334**	**2 320**	**4 652**
2016								
Empréstimos à habitação	518	(3)	(5)	(108)	(23)	-	88	467
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	3 394	(2)	(70)	(709)	(1 806)	296	1 957	3 060
Crédito a empresas	1 009	-	-	81	(364)	69	298	1 093
Total de provisão por imparidade	4 921	(5)	(75)	(736)	(2 193)	365	2 343	4 620

Movimentos na provisão por imparidade por classe de ativo (auditado)

O Banco	No início do ano	Aquisições e alienações	Efeito do desconto	Câmbio e outros ajustes	Montantes anulados	Recuperações	Montantes imputados à declaração de rendimentos	Balanço a 31 de dezembro
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
2017								
Empréstimos à habitação	**461**	**-**	**(5)**	**(2)**	**(29)**	**-**	**28**	**453**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	**1 773**	**-**	**(31)**	**(101)**	**(930)**	**141**	**891**	**1 743**
Crédito a empresas	**1 019**	**(1)**	**-**	**(17)**	**(255)**	**82**	**107**	**935**
Total de provisão por imparidade	**3 253**	**(1)**	**(36)**	**(120)**	**(1 214)**	**223**	**1 026**	**3 131**
2016								
Empréstimos à habitação	368	(3)	(5)	35	(22)	-	88	461
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos retalhistas	2 111	-	(60)	(313)	(1 148)	190	993	1 773
Crédito a empresas	802	-	-	209	(335)	68	275	1 019
Total de provisão por imparidade	3 281	(3)	(65)	(69)	(1 505)	258	1 356	3 253

Para uma análise mais profunda de empréstimos e adiantamentos com diferentes análises de gestão, consulte o Relatório Anual de 2017 do Barclays PLC:

- Análise da carteira de empréstimo retalhista e grossista nas páginas 147
- Análise de carteiras e tipos de ativos específicos nas páginas 148 a 150
- Empréstimos de potencial risco de crédito e rácios de cobertura na página 152
- Tolerância nas páginas 153 a 156.

Resumo dos Conteúdos

	Pág.	
▪ Visão geral do risco de crédito e resumo do desempenho	98	Descreve as principais medidas utilizadas para resumir o perfil de risco de mercado do banco, tais como o Valor em Risco (Value at Risk, comumente designado por VaR). É feita uma distinção entre as medidas de gestão e regulamentares.
▪ Risco de mercado negociado	98	O Grupo divulga detalhes relativos a medidas de gestão de risco de mercado.
▪ Análise de medidas de gestão	98	O VaR total de gestão inclui todas as posições de negociação e é apresentado numa base diversificada por fator de risco.
- Os valores de média diária, valores máximos e mínimos de Gestão de VaR	99	
- Esforços do cenário de negócio	99	Esta secção também descreve as condições macroeconómicas modeladas como parte do quadro de gestão de risco do Grupo.

Risco de mercado

O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 98 a 99) não é auditada salvo indicação em contrário.

Resumo do risco de mercado

Esta secção contém estatísticas-chave que descrevem o perfil do risco de mercado do banco. Isto inclui ativos ponderados pelo risco de linha de negócio, assim como medidas de Valor em Risco (VaR). É feita uma distinção entre medidas regulamentares e de gestão dentro da secção. As secções de gestão de risco de mercado nas páginas 150 a 157 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC fornecem descrições destas métricas.

Medidas de risco de mercado no Grupo e medidas de contabilidade

As medidas de risco de mercado negociado, tais como a VaR e as medidas de exposição de balanço têm diferenças fundamentais:

- as medidas do balanço mostram balanços baseados em acréscimos ou valores avaliados ao preço de mercado na data de relato
- medidas de VaR também levam em conta valores de mercado mas, em adição, efeitos de cobertura entre posições são considerados
- medidas de risco de mercado serão expressas em termos de alterações nos valores ou volatilidades, em oposição aos valores estáticos.

Por estas razões, não é possível apresentar reconciliações diretas do risco de mercado negociado e medidas contabilísticas. A tabela “Vista do balanço das carteiras de negociação e operações bancárias”, na página 161 ajuda o leitor a compreender as principais categorias de ativos e passivos sujeitos a medidas regulamentares de risco de mercado.

Resumo do desempenho no período

No geral, o Grupo manteve um perfil de risco estável:

- as medidas de risco de mercado negociado têm sido relativamente estáveis em 2017, caracterizadas por um ambiente de baixa volatilidade.

Métricas-chave

-10% Gestão do valor em risco média

em 2017 a 19mM£ (2016: 21mM£) manteve-se relativamente estável.

Esta pequena redução foi impulsionada por uma redução de 25% no VaR de risco de crédito médio, principalmente devido a spreads de crédito mais apertados.

Análise de risco de mercado negociado

Análise de medidas de gestão
As seguintes divulgações fornecem detalhes sobre as medidas de gestão de risco de mercado. Para mais detalhes sobre as medidas de gestão e as diferenças quando comparadas com as medidas regulamentares, consulte a secção “Gestão de risco” nas páginas 152 a 153 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays Bank PLC.

A tabela abaixo apresenta o VaR de gestão total numa base diversificada por fator de risco. O VaR de gestão total inclui todas as posições de negócio na Sede.

Os limites são aplicados a cada VaR do fator de risco, assim como o VaR de gestão total, que são consequentemente encadeados por gestores de risco para cada negócio.

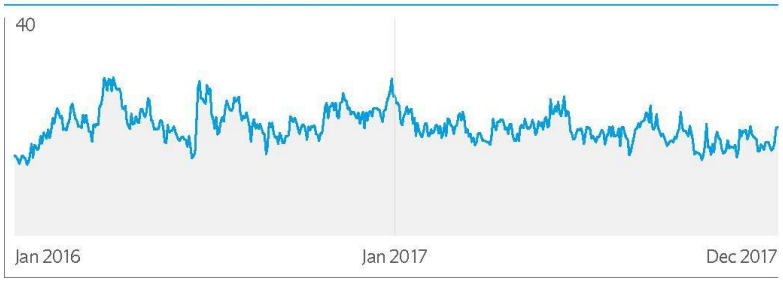
VaR de gestão (95%, um dia) (auditado)

Para o ano findo a 31 de dezembro[a]	2017 Média M£	2017 Máximo[b] M£	2017 Mínimo[b] M£	2016 Média M£	2016 Máximo[b] M£	2016 Mínimo[b] M£
Risco de crédito	**12**	**18**	**8**	16	24	9
Risco de taxa de juro	**8**	**15**	**4**	7	13	4
Risco acionista	**8**	**14**	**4**	7	11	4
Risco de base	**5**	**6**	**3**	5	9	3
Risco de spread	**5**	**8**	**3**	3	5	2
Risco de câmbio	**3**	**7**	**2**	3	5	2
Risco de mercadoria	**2**	**3**	**1**	2	4	1
Taxa de inflação	**2**	**4**	**1**	2	3	2
Efeito de diversificação[b]	**(26)**	**n/d**	**n/d**	(24)	n/d	n/d
VaR de gestão total	**19**	**26**	**14**	21	29	13

Notas
a Inclui o BAGL.
b Os efeitos de diversificação reconhecem que é improvável que as perdas previstas de diferentes ativos ou negócios ocorram concomitantemente, portanto, a perda agregada esperada é menor do que a soma das perdas esperadas de cada área. As correlações históricas entre as perdas são tidas em conta ao realizar estas avaliações. Os valores de VaR mínimos e máximos apresentados para cada categoria não ocorreram necessariamente no mesmo dia em que os valores de VaR mínimos e máximos foram apresentados como um todo. Consequentemente, o balanço de efeito de diversificação para os valores de VaR mínimos e máximos não seriam significativos e são, portanto, omitidos da tabela acima.

O VaR de gestão permaneceu relativamente estável ano a ano, caracterizado por um ambiente de baixa volatilidade. A redução ano a ano do VaR de risco de crédito foi impulsionada principalmente por spreads de crédito mais apertados.

VaR de gestão do Grupo[a] (M£)



Nota
a Inclui o BAGL.

Esforços em cenários de negócio

Como parte do quadro de gestão de risco do Grupo, o desempenho dos negócios comerciais em cenários hipotéticos caraterizados por condições macroeconómicas severas é modelado numa base regular. São regularmente modelados até sete cenários globais que incluem, por exemplo, uma forte deterioração de liquidez, um desaceleramento da economia global, recessão global e um aumento acentuado do crescimento económico.

Em 2017, os cenários analisados mostraram que os maiores impactos relacionados com risco de mercado se deviam a uma liquidez financeira e recessão global.

Resumo dos Conteúdos

	Pág.	
Desempenho do risco de liquidez		
▪ Visão geral do risco de liquidez e resumo do desempenho	101	O risco de que o Grupo, embora solvente, não tenha recursos financeiros suficientes que lhe permitam cumprir as suas obrigações à medida que vencem, ou possa proteger tais recursos apenas a custo excessivo.
▪ Teste de esforço de risco de liquidez	101	
- Apetência pelo Risco de Liquidez	101	
- Regulação de liquidez	102	
- Testes de esforço internos e regulamentares	102	
		Esta secção fornece uma visão geral do risco de liquidez do Grupo.
▪ Fundo de liquidez	103	O fundo de liquidez é detido sem encargos e não é utilizado para suportar o pagamento ou o cumprimento de requisitos. O fundo de liquidez tem como objetivo compensar exfluxos de esforço, e consiste em ativos de caixa e não onerados.
- Composição do fundo de liquidez	103	
- Fundo de liquidez por moeda	103	
▪ Estrutura de financiamento e relações de financiamento	104	A base para a gestão saudável de risco de liquidez é uma estrutura sólida de financiamento que reduz a probabilidade de um esforço de liquidez conduzir a uma incapacidade de cumprir as obrigações de financiamento à medida que vencem.
- Financiamento de depósitos	104	
- Perfil de maturidade comportamental	105	
- Financiamento grossista	105	
▪ Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros	106	Fornece detalhes sobre a maturidade contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos.
Desempenho do risco de capital		
▪ Visão geral do risco de capital e resumo do desempenho	115	O risco de capital é o risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui também o risco dos planos de pensões da empresa e o risco para o Barclays de alterações no valor dos seus investimentos principais Esta secção detalha a posição de capital do Barclays.
▪ Análise dos requisitos de capital	115	Esta secção fornece informações e movimentos significativos no capital CET1 durante o ano.
Movimento no capital CET1	115	
▪ Risco de câmbio	115	O Grupo divulga as duas fontes de risco cambial a que está exposto.
- Exposição transacional a moeda estrangeira	115	
- Exposição transacional a moeda estrangeira	115	
- Divisa funcional das operações	116	
Risco da taxa de juro no desempenho da carteira bancária		
▪ Visão geral do risco de taxa de juro na carteira de operações bancárias e resumo do desempenho	117	É fornecida uma descrição do quadro de risco de mercado não negociado.
▪ Sensibilidade do rendimento líquido dos juros	117	O Grupo divulga uma análise da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos para ativos financeiros e passivos financeiros não negociados. A análise é realizada por moeda.
▪ Capital económico por unidade de negócio	118	
▪ Análise de sensibilidade de capital	118	
▪ Volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de liquidez	119	O Grupo mede alguns riscos de mercado não negociados, nomeadamente pré-pagamento, recrutamento e risco residual utilizando uma metodologia de Capital Económico. O Grupo divulga o impacto global de um desvio paralelo nas taxas de juros disponíveis para venda e coberturas de fluxo de caixa. O Grupo mede a volatilidade do valor dos instrumentos disponíveis para venda no fundo de liquidez através de VaR de risco de mercado não negociados

Risco de liquidez

O risco de que a empresa não consiga cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou não disponha do montante, teor e composição adequados de financiamento e liquidez para suportar os seus ativos.

As divulgações nesta secção (páginas 101 a 114) não estão auditadas e excluem o BAGL, salvo disposto em contrário.

Visão geral

O Barclays Bank PLC segue as mesmas políticas de gestão do Risco de Liquidez que o Barclays PLC e, portanto, as divulgações nesta secção são as mesmas do Barclays PLC, exceto as tabelas de maturidade contratual que são necessárias para satisfazer os requisitos de divulgação da IFRS 7. Nestas tabelas, são reportados os saldos do Barclays Bank PLC.

O Grupo dispõe de um amplo quadro de controlo para gestão de risco de liquidez do Grupo. O Quadro de Liquidez cumpre as normas da PRA e foi criado para garantir que o Grupo mantém recursos de liquidez suficientes em montante e qualidade, e um perfil de financiamento que é apropriado para satisfazer a apetência pelo risco de liquidez. O Quadro de Liquidez é fornecido através de uma combinação de formação de políticas, revisão e governação, análise, testes de esforço, definição de limites e monitorização.

Esta secção fornece uma análise dos seguintes aspetos do Grupo: i) resumo do desempenho, ii) testes de esforço de risco de liquidez, iii) fundo de liquidez, iv) estrutura de financiamento e relações de financiamento, e v) maturidade contratual de ativos e passivos financeiros.

Para mais detalhes sobre a governação e a estrutura de risco de liquidez, consulte as páginas 163 a 165 do Relatório Pilar 3 de 2017 do Barclays PLC.

Resumo do desempenho no período

O Grupo continuou a manter excedentes para os seus requisitos internos e regulamentares. O fundo de liquidez aumentou para 220mM£ (dezembro de 2016: 165mM£) refletindo a postura de manter uma posição de liquidez conservadora e através do crescimento de depósitos líquidos, da libertação de carteiras Non-Core existentes, empréstimos e levantamentos de crédito mercado monetário do Bank of England Term Funding Scheme. O Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) aumentou para 154% (dezembro de 2016: 131%), equivalente a um excedente de 75mM£ (dezembro de 2016: 39mM£) para 100%.

O financiamento grossista a vencer excluindo acordos de recompra foi de 157mM£ (dezembro de 2016: 158mM£). O Grupo emitiu 11.5mM£ equivalente de capital e dívida não garantida de primeiro grau do Barclays PLC (a Empresa-Mãe), do qual 6.1mM£ estava em dívida não garantia de primeiro grau e 5.4mM£ em instrumentos de capital. No mesmo período, 6.1mM£ dos instrumentos de capital e instrumentos públicos de primeiro grau do Barclays Bank PLC venceram ou foram resgatados, incluindo as ações preferenciais a 7,1% da 3ª Série no valor de 7.15mM$.

Métricas-chave

154% LCR

O Grupo reforçou a sua posição de liquidez durante o ano, aumentando o seu excedente para requisitos internos e regulamentares.

12mM£ Emissões a prazo

O Grupo mantém acesso a fontes estáveis e diversas de financiamento em depósitos de clientes e dívida grossista.

Teste de esforço de risco de liquidez

No âmbito do Quadro de Liquidez, o Grupo estabeleceu uma Apetência pelo Risco de Liquidez (LRA) juntamente com os limites apropriados para a gestão do risco de liquidez. Este é o nível de risco de liquidez que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócio e cumprir as suas obrigações regulamentares. A expressão chave do risco de liquidez é através de testes de esforço internos. É medido com referência ao fundo de liquidez comparativamente a exfluxos líquidos em esforço para cenários específicos.

Apetência pelo Risco de Liquidez

Como parte da LRA, o Grupo simula três cenários de esforço de liquidez de curto-prazo alinhados com os esforços descritos pela FSA:

- um evento de esforço de 90 dias no mercado global
- um evento de esforço de 30 dias no mercado global
- um evento de esforço combinado de 30 dias generalizado no mercado e específico do Barclays.

Em condições normais, o fundo de liquidez é gerido para ser alvo de pelo menos 100% de exfluxos antecipados de numerário em cada um destes cenários de esforço. O cenário de esforço combinado de 30 dias resulta nos exfluxos de cada teste de esforço de liquidez. O cenário LRA combinado foi melhorado e reforçado para capturar um esforço específico do Barclays coincidente com uma tensão no mercado em todo o horizonte de esforço. Como parte do LRA, o Barclays estabelece igualmente o limite de LCR mínimo. O Barclays avalia também o seu LRA a longo-prazo, um teste de esforço de um ano com base no encerramento prolongado dos mercados de capital.

Os principais pressupostos da LRA incluem:

Para o ano findo a 31 de dezembro de 2017

Impulsionadores do Risco de Liquidez	Esforço LRA combinado - principais pressupostos
Risco de Financiamento Grossista Garantido e não Garantido	- Zero rollover do financiamento grossista não garantido a vencer - Perda da capacidade de recompra em acordos de recompra não extremamente líquidos à data de vencimento contratual - Pagamento de acordos de recompra para acordos de recompra extremamente líquidos à data de vencimento contratual - Supressão de obrigações de recompra contratuais, margem excedente de futuros de clientes, numerário de clientes e overlifts de corretagem - Margens de avaliação aplicadas ao valor de mercado de ativos transacionáveis detidos no buffer de liquidez
Risco de Financiamento a Empresas e Retalho	- Exfluxos de depósitos em Retalho e Empresas uma vez que as contrapartes procuram diversificar os balanços dos seus depósitos
Risco de Liquidez Intra-dia	- Liquidez detida contra requisitos intra-dia para a liquidação de numerário e títulos em esforço
Risco de Liquidez Intra-Grupo	- Liquidez para suportar subsidiárias importantes. O excedente de liquidez detido em determinadas subsidiárias não é visto como um benefício para todo o Grupo
Risco de Liquidez de Moeda Cruzada	- Fluxos de caixa de liquidez corrente a maturidade contratual para futuros de câmbio fisicamente liquidados e swaps de câmbio cruzado
Risco de Liquidez de Rubricas Extrapatrimoniais	- Levantamento em linhas de crédito consolidado baseadas no tipo de linha e contraparte - Exfluxos de ativos de garantia devido a um rebaixamento da notação de crédito de 2 pontos - Aumento do requisito da margem inicial do Grupo para todas as principais transações - Exfluxos de margem de variação de posições de risco garantidas - Exfluxo de garantias devidas mas não utilizadas - Perda de fontes de financiamento internas dentro do negócio sintético de Serviços de Corretagem
Risco de Viabilidade da Franquia	- Liquidez detida de forma a cumprir exfluxos de natureza não contratual mas necessários para o suporte da franquia em curso do Grupo (por exemplo, recompra de dívida não contratual)
Risco de Concentração de Financiamento	- Liquidez detida contra a maior contraparte de financiamento grossista a recusar transações

Regulamentação de liquidez
O Grupo monitoriza a sua posição consoante as métricas do Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) da Lei Delegada da CRD IV e do Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) do Acordo de Basileia III.

O LCR está encarregue de promover resistência a curto-prazo do perfil de risco da liquidez de um banco detendo ativos líquidos de alta qualidade suficientes para sobreviver a um cenário de esforço acentuado com a duração de 30 dias. O NSFR tem um horizonte temporal de 12 meses e foi desenvolvido para promover uma estrutura de ativos e passivos de maturidade sustentável.

O LCR CRD IV entrou em vigor a 1 de outubro de 2015, com um requisito de rácio mínimo no Reino Unido de 80% a 31 de dezembro de 2016; isto aumentou para 90% a 1 de janeiro de 2017 e, em posteriormente, para 100% a 1 de janeiro de 2018. A 31 de dezembro de 2017, o Grupo reportou um LCR CRD IV de 154% (2016: 133%).

Em outubro de 2014, o BCBS publicou uma norma para o NSFR com o requisito mínimo. A 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia publicou propostas de alteração ao Regulamento Requisitos de Capital (CRR), incluindo a sua proposta de implementação do NSFR na UE. Esta proposta fez várias alterações ao NSFR do Acordo de Basileia, particularmente no tratamento de transações financeiras garantidas e derivados. Em outubro de 2017, o BCBS concordou permitir o critério nacional para o tratamento de passivos derivados do NSFR. O Barclays continua a avaliar o impacto destas alterações no seu NSFR e nota que não se propõe que o NFSR seja um regulamento vinculativo na UE até dois anos após a finalização da legislação europeia. O Barclays mantém-se acima de 100%, muito à frente dos prazos de implementação, com base numa interpretação conservadora das regras de Basileia.

Testes de esforço de liquidez interna e regulamentar
Os cenários de esforço LRA de curto-prazo e os LCR CRD IV são comparáveis, no sentido em que a adequação dos recursos de liquidez definidos é avaliada em relação aos exfluxos líquidos sujeitas em esforço num horizonte de tensão de curto-prazo. Os testes de esforço LCR CRDIV fornecem uma avaliação independente do perfil de risco de liquidez do Grupo.

Testes de esforço	LRA de curto-prazo do Barclays	LCR CRD IV
Horizonte temporal	30 - 90 dias	30 dias
Cálculo	Ativos líquidos para exfluxos de caixa líquidos	Ativos líquidos para exfluxos de caixa líquidos

Em dezembro de 2017, o Grupo detinha ativos líquidos elegíveis bem acima de 100% dos exfluxos de esforço líquidos, tanto para o cenário combinado de 30 dias no mercado como para o cenário LRA específico do Barclays e o LCR.

Conformidade com os testes de esforço internos e regulamentares

A 31 de dezembro de 2017	LRA de curto-prazo do Barclays (esforço combinado de 30 dias)[a, b] mM£	LCR CRD IV[b] mM£
Buffer de liquidez elegível	**220**	**215**
Exfluxos líquidos em esforço	**(175)**	**(140)**
Excedente	**45**	**75**
Fundo de liquidez como percentagem dos exfluxos líquidos esperados a 31 de dezembro de 2017	**126%**	**154%**
Fundo de liquidez como percentagem dos exfluxos líquidos esperados a 31 de dezembro de 2016	120%	131%

Notas
a Dos três cenários monitorizados como parte do LRA de curto-prazo, os resultados do cenário de esforço combinado de 30 dias tem o rácio mais baixo com 126% (2016: 144%). Isto compara-se com 139% (2016: 134%) no cenário de mercado de 90 dias, e 131% (2016: 120%) no cenário específico do Barclays de 30 dias.
b 31 de dezembro de 2016 reflete os resultados do cenário específico do Barclays, de 120%, sendo o rácio mais baixo dos três cenários. O LCR e o LRA incluem a BAGL em 2016.

Fundo de liquidez

O fundo de liquidez do Grupo a 31 de dezembro de 2017 era de 220mM£ (2016: 165mM£). Durante 2017, o fundo de liquidez no fim do mês oscilou entre 165mM£ e 232mM£ (2016: 132mM£ para 175mM£), e o saldo médio no fim do mês foi de 202mM£ (2016: 153mM£). O fundo de liquidez é detido sem encargos e não é utilizado para suportar o pagamento ou o cumprimento de requisitos. Tais requisitos são tratados como parte do nosso financiamento de negócio regular. O fundo de liquidez tem como objetivo compensar exfluxos de esforço, e consiste nos seguintes ativos de caixa e não onerados.

Composição do fundo de liquidez do Grupo a 31 de dezembro de 2017

		Fundo de liquidez do qual CRD IV LCR é elegível			2016
	Fundo de liquidez mM£	Numerário mM£	Nível 1 mM£	Nível 2A mM£	Fundo de liquidez mM£
Caixa e depósitos em bancos centrais[a]	173	169	-	-	103
Títulos de dívida pública[b]					
AAA a AA-	31	-	29	-	
BBB+ to BBB-	2	-	2	-	
Outros títulos de dívida pública não elegíveis LCR	1	-	-	-	
Total de títulos de dívida pública	**34**	**-**	**31**	**-**	39
Outros					
Emitentes Garantidos pelo Governo, PSEs e GSEs	6	-	5	2	
Organizações Internacionais e MDBs	4	-	4	-	
Obrigações cobertas	2	-	2	-	
Outros	1	-	1	-	
Total de Outros	**13**	**-**	**12**	**2**	23
Total a 31 de dezembro de 2017	**220**	**169**	**43**	**2**	
Total a 31 de dezembro de 2016	165	101	55	3	

Notas
a Do qual mais de 99% (2016: mais de 98%) foi colocado no Banco de Inglaterra, na Reserva Federal Americana, no Banco Central Europeu, no Banco do Japão e Banco Nacional Suíço.
b Do qual mais de 84% (2016: mais de 90%) são títulos ingleses, americanos, japoneses, franceses, alemães, dinamarqueses, suíços e holandeses.

O fundo de liquidez do Grupo está bem diversificado pelas moedas principais e o Grupo monitoriza os cenários de esforço da LRA para as moedas principais.

Fundo de liquidez por moeda

	USD mM£	EUR mM£	GBP mM£	Outras mM£	Total mM£
Fundo de liquidez a 31 de dezembro de 2017	**70**	**55**	**71**	**24**	**220**
Fundo de liquidez a 31 de dezembro de 2016	44	36	49	36	165

Estrutura de financiamento e relações de financiamento

A base para a gestão saudável do risco de liquidez é uma estrutura de financiamento sólida que reduz a probabilidade de um esforço de liquidez conduzir a uma incapacidade de cumprir as obrigações de financiamento à medida que vencem. A estratégia geral de financiamento do Grupo deverá desenvolver uma base de financiamento diversificado (geograficamente, por tipo e por contraparte) e manter o acesso a uma variedade de fontes de financiamento alternativo, para fornecer proteção contra flutuações inesperadas, mas minimizando o custo de financiamento.

Neste sentido, o Grupo quer alinhar as fontes e usos de financiamento. Assim, os empréstimos e adiantamentos ao cliente empresarial e de retalho são largamente financiados por depósitos de clientes, com o excedente a financiar o fundo de liquidez. Outros ativos, juntamente com outros empréstimos e adiantamentos e ativos não onerados são financiados por dívidas e participações por grosso a longo-prazo. A maioria dos acordos de revenda é compensada por acordos de recompra. Passivos e ativos derivados são na maioria paritários. Uma parte significativa das posições derivadas do balanço para liquidação das contrapartes e as partes restantes é largamente compensada quando liquidada contra ativos em numerário que foram recebidos e pagos.

Estas relações de financiamento estão resumidas abaixo:

Ativos	2017 mM£	2016 mM£
Empréstimos e adiantamentos a clientes[a]	**313**	326
Fundo de liquidez do Grupo	**220**	165
Outros ativos[b]	**89**	185
Acordos de recompra, ativos da carteira de negociação, garantias em numerário e saldos de liquidação[c]	**273**	190
Instrumentos financeiros derivados	**238**	347
Ativos totais	**1 133**	1 213

Passivos	2017 mM£	2016 mM£
Contas de clientes[a]	**387**	374
< 1 Ano de financiamento grossista	**57**	70
> 1 Ano de financiamento grossista	**100**	88
Participação e outros passivos	**78**	151
Acordos de recompra, passivos da carteira de negociação, garantias em numerário e saldos de liquidação	**273**	190
Instrumentos financeiros derivados	**238**	340
Passivos totais	**1 133**	1 213

Financiamento de depósitos (auditado)

Empréstimos e adiantamentos a clientes A 31 de dezembro de 2017	2017 Empréstimos e adiantamentos a clientes mM£	Depósitos de clientes mM£	Rácio empréstimo para depósito %	2016 Rácio empréstimo para depósito %
Barclays UK	**184**	**193**		
Barclays International	**101**	**162**		
Total de financiamento retalhista e corporativo[d]	**285**	**355**	**80%**	89%
Barclays International e Sede	**81**	**74**		
Total Grupo Barclays	**366**	**429**	**85%**	93%

Notas
a Exclui garantias em numerário e saldos de liquidação.
b Outros ativos incluem ativos de carteira de negociação que não fazem parte de acordos de recompra, empréstimos e adiantamentos a bancos e outras categorias de ativos.
c Inclui acordos de recompra reversa e outros ativos da carteira de negociação e empréstimos garantidos similares que fazem parte dos acordos de recompra.
d Exclui saldos da banca de investimento que não sejam empréstimos com juros. Os comparativos foram reapresentados para incluir saldos de empréstimos com ganhos de juros dentro do negócio da banca de investimento.

A 31 de dezembro de 2017, 153mM£ (2016: 139mM£) do total de depósitos de clientes foram assegurados através do Esquema de Compensação de Serviços Financeiros do Reino Unido (Financial Services Compensation Scheme, comumente designado por FSCS) e outros esquemas similares. Além destes depósitos de clientes, 4mM£ (2016: 4mM£) de outros passivos são segurados por governos.

Embora, contratualmente, as contas atuais sejam passíveis de reembolso a pedido e contas poupança a curto-prazo, a base geral de clientes do Grupo, numericamente e por tipo de depositário, ajuda a proteger contra flutuações inesperadas nos balanços. Tais contas formam uma base de financiamento estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo. O Grupo avalia a maturidade comportamental de ambos os ativos e os passivos do cliente para identificar lacunas de financiamento estruturais no balanço. O comportamento do cliente é determinado por modelo quantitativo combinado com avaliação qualitativa, tendo em conta o histórico de experiência, composição atual do cliente e projeções macroeconómicas. Estes perfis comportamentais representam as nossas expetativas futuras do perfil de “run-off”.

Perfil de maturidade comportamental

	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos de clientes	Excedente do financiamento de clientes/(défice)	Perfil de maturidade comportamental dos exfluxos /(influxos) de numerário: Não mais do que um ano	Mais de um ano mas não mais do que cinco anos	Mais do que cinco anos
	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£
A 31 de dezembro de 2017						
Barclays UK	**184**	**193**	**9**	**1**	**(19)**	**27**
Barclays International	**101**	**162**	**61**	**6**	**19**	**36**
Barclays Non-Core	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**285**	**355**	**70**	**7**	**-**	**63**
A 31 de dezembro de 2016						
Barclays UK	166	189	23	(2)	(19)	44
Barclays International	118	152	34	(6)	7	33
Barclays Non-Core	19	-	(19)	(1)	(6)	(12)
Total	303	341	38	(9)	(18)	65

Financiamento grossista[a]

O Grupo mantém o acesso a uma variedade de fontes de fundos por grosso nas principais moedas, incluindo os disponíveis de investidores a prazo numa variedade de canais de distribuição e geografias, mercados monetários e mercados de reposições. O Grupo tem acesso direto aos mercados financeiros americanos, europeus e asiáticos através das suas operações bancárias de investimento global e investidores de longo-prazo através dos seus clientes em todo o mundo, e é um participante ativo nos mercados monetários. Como resultado, o financiamento grossista está bem diversificado por produto, maturidade, geografia e principal moeda.

A 31 de dezembro de 2017, o financiamento grossista total pendente (excluindo acordos de recompra) foi de157.4mM£ (2016: 157.8mM£), dos quais 20.4mM £ (2016: 25.8mM£) eram financiamento garantido e 137.0mM£ (2016:132.0mM £) eram financiamento não garantido. O financiamento não garantido inclui 44mM£ (2016: 37mM£) de títulos não subordinados sem garantia colocados por privados emitidos através de uma variedade de canais de distribuição incluindo intermediários e bancos privados.

Durante o ano, o Grupo emitiu 11.5mM£ equivalente de capital e dívida não garantida de primeiro grau do Barclays PLC (a Empresa-Mãe), do qual 6.1mM£ estava em dívida não garantia de primeiro grau e 5.4mM£ em instrumentos de capital. No mesmo período, 6.1mM£ dos instrumentos de capital e instrumentos públicos de primeiro grau do Barclays Bank PLC venceram ou foram resgatados, incluindo as ações preferenciais a 7,1% da 3ª Série no valor de 7.15mM$.

A 31 de dezembro de 2017, o financiamento grossista de 57.2mM£ (2016: 70.3mM£) vence em menos de um ano, dos quais 13.8mM£ (2016: 21.5mM£) referem-se a financiamento a prazo. Embora não seja uma exigência, o fundo de liquidez excedeu o financiamento grossista, tendo vencido em menos de um ano em 163mM£ (2016: 95mM£).

O Grupo espera continuar a emitir dívida pública por grosso em 2018 a partir do Barclays PLC (a Empresa-Mãe), a fim de garantir a conformidade com os requisitos MREL indicadores e manter uma base de financiamento estável e diversificada por tipo, moeda e mercado.

Desempenho de risco

Gestão de risco de Capital e Tesouraria - Liquidez

Perfil de maturidade do financiamento grossista[b]

	<1 mês	1-3 meses	3-6 meses	6-12 meses	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	>5 anos	Total
	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£	mM£
Barclays PLC (a Empresa-Mãe)											
Prioritárias não garantidas (referência pública)	**-**	**0,7**	**-**	**0,1**	**0,8**	**1,5**	**1,0**	**4,2**	**4,0**	**9,6**	**21,1**
Posições Prioritárias sem garantia (colocação privada)	**-**	**-**	**-**	**0,1**	**0,1**	**-**	**-**	**0,2**	**-**	**0,5**	**0,8**
Passivos subordinados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1,1**	**-**	**-**	**5,4**	**6,5**
Barclays Bank PLC (incluindo subsidiárias)											
Depósitos de bancos	**5,4**	**4,7**	**0,7**	**0,6**	**11,4**	**0,1**	**0,1**	**0,3**	**-**	**-**	**11,9**
Certificados de depósito e papel comercial	**2,4**	**8,1**	**7,1**	**7,0**	**24,6**	**1,2**	**0,8**	**0,6**	**0,4**	**0,1**	**27,7**
Ativos de papel comercial com garantia	**1,9**	**4,1**	**0,4**	**-**	**6,4**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6,4**
Prioritárias não garantidas (referência pública)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2,5**	**0,6**	**0,6**	**-**	**1,1**	**4,8**
Prioritárias não garantidas (colocação privada)[c]	**0,5**	**0,9**	**3,6**	**2,9**	**7,9**	**9,9**	**6,7**	**1,8**	**3,1**	**14,6**	**44,0**
Obrigações cobertas	**-**	**1,0**	**-**	**-**	**1,0**	**1,8**	**1,0**	**1,0**	**2,4**	**1,3**	**8,5**
Títulos garantidos por ativos	**-**	**-**	**0,6**	**0,2**	**0,8**	**1,7**	**1,0**	**-**	**0,1**	**1,8**	**5,4**
Passivos subordinados	**2,3**	**0,1**	**0,8**	**-**	**3,2**	**0,1**	**0,8**	**5,2**	**3,5**	**4,5**	**17,3**
Outros[d]	**0,5**	**-**	**0,1**	**0,4**	**1,0**	**0,2**	**0,2**	**0,3**	**-**	**1,3**	**3,0**
Total a 31 de dezembro de 2017	**13,0**	**19,6**	**13,3**	**11,3**	**57,2**	**19,0**	**13,3**	**14,2**	**13,5**	**40,2**	**157,4**
Dos quais garantidos	**1,9**	**5,1**	**1,1**	**0,2**	**8,3**	**3,5**	**2,0**	**1,0**	**2,5**	**3,1**	**20,4**
Dos quais não garantidos	**11,1**	**14,5**	**12,2**	**11,1**	**48,9**	**15,5**	**11,3**	**13,2**	**11,0**	**37,1**	**137,0**
Total a 31 de dezembro de 2016	16,6	17,3	16,4	20,0	70,3	14,3	14,4	8,6	14,1	36,1	157,8
Dos quais garantidos	3,7	5,6	3,4	2,3	15,0	1,8	3,2	0,4	1,0	4,4	25,8
Dos quais não garantidos	12,9	11,7	13,0	17,7	55,3	12,5	11,2	8,2	13,1	31,7	132,0

Notas

a A composição de financiamento grossista engloba depósitos de bancos reportados na folha de balanço, passivos financeiros pelo justo valor, títulos de dívida em circulação e passivos subordinados, excluindo ativos de capital e saldos de liquidação e swaps de garantia. Não inclui participações em instalações do banco central reportadas em acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares.

b O termo financiamento inclui referenciais públicos e títulos não subordinados sem garantia, títulos cobertos/ativos garantidos (ABS) e dívida subordinada onde a maturidade dos instrumentos fosse superior a um ano.

c Inclui notas estruturadas de 33.4mM£, 7.2mM£ das quais vencem no prazo de 1 ano.

d Principalmente composto por depósitos de justo valor de 1.7mM£.

Composição monetária de dívida por grosso

A 31 de dezembro de 2017, a proporção do financiamento grossista por moedas principais era a seguinte:

Composição monetária de financiamento por grosso

	USD	EUR	GBP	Outros
	%	%	%	%
Depósitos de bancos	**48**	**21**	**27**	**4**
Certificados de depósito e papel comercial	**50**	**40**	**9**	**1**
Ativos de papel comercial com garantia	**85**	**10**	**5**	**-**
Posições prioritárias não garantidas (referência pública)	**59**	**23**	**12**	**6**
Posições Prioritárias sem garantia (colocação privada)	**46**	**28**	**10**	**16**
Obrigações cobertas/ABS	**30**	**42**	**28**	**-**
Passivos subordinados	**40**	**30**	**29**	**1**
Total a 31 de dezembro de 2017	**50**	**28**	**10**	**12**
Total a 31 de dezembro de 2016	48	32	16	4

Para gerir o risco de refinanciamento de moeda cruzada, o Barclays utiliza a gestão de limites de fluxos de caixa em moeda estrangeira, que limitam o risco em maturidades específicas.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo faculta detalhes sobre a maturidade contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos. Os derivados (para além dos designados numa relação de cobertura) e os ativos e passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna “a pedido” ao seu justo valor. O risco de liquidez nestes itens não é gerido na base da maturidade contratual uma vez não são mantidos para liquidação de acordo com essa maturidade e frequentemente serão liquidados antes da maturidade contratual pelo justo valor. Os derivados designados numa relação de cobertura estão incluídos de acordo com a sua maturidade contratual.

Os ativos financeiros designados pelo justo valor em relação aos passivos relacionados com os clientes ao abrigo de contratos de investimento foram incluídos em Outros ativos e Outros passivos visto que o Grupo não está exposto ao risco de liquidez resultante dos mesmos, qualquer pedido de fundos de credores seria satisfeito liquidando ou transferindo o investimento simultaneamente.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros

O Grupo 31 de dezembro de 2017	A pedido M£	Não mais de três meses M£	Durante três meses, mas não mais do que seis meses M£	Durante seis meses, mas não mais do que nove meses M£	Durante nove meses, mas não mais do que um ano M£	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos M£	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos M£	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos M£	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos M£	Mais de dez anos M£	Total M£
Ativos											
Numerário e balanços em bancos centrais	170 190	846	–	–	–	–	–	–	–	–	171 036
Itens em fase de cobrança a outros bancos	2 153	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2 153
Carteira de negociação	113 755	–	–	–	–	–	–	–	–	–	113 755
Ativos financeiros designados pelo justo valor	14 800	77 289	8 828	4 570	1 252	2 095	160	196	557	6 535	116 282
Instrumentos financeiros derivados	237 741	41	81	–	–	71	22	15	1	15	237 987
Investimentos financeiros	30	2 378	2 717	97	504	5 675	3 928	16 162	17 107	10 365	58 963
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 324	30 356	1 256	77	125	247	93	543	–	188	36 209
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12 021	70 816	8 511	5 519	7 622	35 969	26 151	39 435	48 382	111 127	365 553
Acordos de revenda e outros empréstimos similares garantidos	7 522	4 446	578	–	–	–	–	–	–	–	12 546
Outros ativos financeiros	–	725	–	–	–	116	–	–	–	–	841
Total de ativos financeiros	561 536	186 897	21 971	10 263	9 503	44 173	30 354	56 351	66 047	128 230	1 115 325
Outros ativos[a]											14 018
Ativos totais											1 129 343
Passivos											
Depósitos de bancos	5 092	30 884	718	438	214	74	135	316	35	–	37 906
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	446	–	–	–	–	–	–	–	–	–	446
Contas de clientes	335 266	74 812	7 381	3 386	3 628	2 684	500	882	231	656	429 426
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	3 550	17 841	4 516	2 136	1 396	310	93	10 006	490	–	40 338
Carteira de negociação	37 352	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37 352
Passivos financeiros designados pelo justo valor	13 298	102 860	10 570	5 918	3 139	10 515	7 281	5 879	4 923	9 335	173 718
Instrumentos financeiros derivados	237 242	10	3	–	–	10	5	4	41	1 030	238 345
Títulos de divida em circulação	907	17 025	8 395	5 107	1 562	6 654	3 881	11 944	9 502	4 409	69 386
Passivos subordinados	–	2 402	791	7	23	57	1 949	8 751	5 866	4 347	24 193
Outros passivos financeiros	–	4 557	–	–	–	671	–	–	–	–	5 228
Total de passivos financeiros	633 153	250 391	32 374	16 992	9 962	20 975	13 844	37 782	21 088	19 777	1 056 338
Outros passivos[a]											7 271
Passivos totais											1 063 609
Gap de liquidez cumulativa	(71 617)	(135 111)	(145 514)	(152 243)	(152 702)	(129 504)	(112 994)	(94 425)	(49 466)	58 987	65 734

Nota

a A 31 de dezembro, de 2017, outros ativos incluem saldos de 1.935M£ (2016: 71.45M£) e outros passivos incluem saldos de zero (2016: 65.292M£) relativos às quantias detidas para venda. Por favor, consulte a Nota 43 para detalhes.

Desempenho de risco

Gestão de risco de Capital e Tesouraria - Liquidez

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

O Grupo	A pedido	Não mais de três meses	Durante três meses, mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses	Durante nove meses, mas não mais do que um ano	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos	Mais de três anos, mas não mais do que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos	Mais de 10 anos	Total
A 31 de dezembro de 2016	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos											
Numerário e balanços em bancos centrais	102 006	322	–	–	–	–	–	–	–	–	102 328
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 467	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1 467
Ativos da carteira de negociação	80 255	–	–	–	–	–	–	–	–	–	80 255
Ativos financeiros designados pelo justo valor	15 558	43 233	5 555	2 376	2 081	686	90	129	771	8 129	78 608
Instrumentos financeiros derivados	345 818	6	400	5	2	14	168	175	123	109	346 820
Investimentos financeiros	40	1 015	3 064	741	2 666	10 127	9 031	15 148	12 817	8 716	63 365
Empréstimos e adiantamentos a bancos	4 705	34 346	2 753	480	133	412	236	20	549	–	43 634
Empréstimos e adiantamentos a clientes	26 931	85 990	7 522	6 310	8 245	29 326	25 602	44 776	48 233	109 848	392 783
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	7 043	3 678	892	144	905	792	–	–	–	–	13 454
Outros ativos financeiros	251	1 111	–	–	–	76	–	–	–	–	1 438
Total de ativos financeiros	584 074	169 701	20 186	10 056	14 032	41 433	35 127	60 248	62 493	126 802	1 124 152
Outros ativos[a]											89 803
Ativos totais											1 213 955
Passivos											
Depósitos de bancos	5 906	39 610	1 120	672	351	193	13	328	21	–	48 214
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	636	–	–	–	–	–	–	–	–	–	636
Contas de clientes	317 951	87 616	5 305	3 023	4 528	2 836	1 262	1 043	443	696	424 703
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	5 480	9 234	1 934	917	1 327	311	–	83	474	–	19 760
Passivos da carteira de negociação	34 687	–	–	–	–	–	–	–	–	–	34 687
Passivos financeiros designados pelo justo valor	15 285	41 547	4 007	4 112	1 827	7 540	5 762	5 773	3 588	6 591	96 032
Instrumentos financeiros derivados	339 646	4	–	–	2	10	34	46	75	670	340 487
Títulos de divida em circulação	27	16 731	11 713	5 902	6 867	3 167	8 069	9 186	10 122	3 585	75 369
Passivos subordinados	–	7	–	–	1 317	3 230	56	7 487	7 064	4 710	23 871
Outros passivos financeiros	–	4 151	–	–	–	1 010	–	–	–	–	5 161
Total de passivos financeiros	719 618	198 900	24 079	14 626	16 219	18 297	15 196	23 946	21 787	16 252	1 068 920
Outros passivos[a]											74 080
Passivos totais											1 143 000
Gap de liquidez cumulativa	(135 544)	(164 743)	(168 636)	(173 206)	(175 393)	(152 257)	(132 326)	(96 024)	(55 318)	55 232	70 955

Nota

a A 31 de dezembro de 2017, outros ativos incluem saldos de 1.935M£ (2016: 71.45M£) e outros passivos incluem saldos de zero (2016: 65.292M£) relativos às quantias detidas para venda. Por favor, consulte a Nota 43 para detalhes.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros

O Banco	A pedido	Não mais do que três meses	Mais de três meses mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses mas não mais do que nove meses	Mais de nove meses mas não mais do que um ano	Mais de um ano mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos mas não mais do que três anos	Mais de três anos mas não mais do que cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais do que dez anos	Mais de dez anos	Total
A 31 dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos											
Numerário e balanços em bancos centrais	**164 867**	**846**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**165 713**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**1 011**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1 011**
Ativos da carteira de negociação	**79 836**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**79 836**
Ativos financeiros designados pelo justo valor	**128**	**85 892**	**9 023**	**5 359**	**2 026**	**3 570**	**1 837**	**479**	**2 134**	**6 734**	**117 182**
Instrumentos financeiros derivados	**232 042**	**41**	**81**	**–**	**–**	**71**	**22**	**15**	**1**	**15**	**232 288**
Investimentos financeiros	**12**	**1 203**	**1 674**	**96**	**482**	**5 608**	**3 804**	**16 130**	**17 010**	**8 564**	**54 583**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**1 990**	**32 714**	**1 097**	**124**	**149**	**352**	**109**	**516**	**14**	**190**	**37 255**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**11 814**	**101 569**	**9 370**	**7 423**	**7 458**	**42 791**	**23 978**	**34 679**	**43 106**	**106 772**	**388 960**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**–**	**22 256**	**608**	**100**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**22 964**
Outros ativos financeiros	**–**	**2 050**	**–**	**–**	**–**	**443**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2 493**
Total de ativos financeiros	**491 700**	**246 571**	**21 853**	**13 102**	**10 115**	**52 835**	**29 750**	**51 819**	**62 265**	**122 275**	**1 102 285**
Outros ativos[a]											**22 715**
Ativos totais											**1 125 000**
Passivos											
Depósitos de bancos	**5 775**	**30 958**	**746**	**345**	**149**	**7**	**103**	**266**	**15**	**–**	**38 364**
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	**446**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**446**
Contas de clientes	**322 519**	**97 616**	**7 764**	**4 026**	**3 830**	**2 363**	**3 068**	**507**	**5 519**	**867**	**448 079**
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	**–**	**29 516**	**4 837**	**3 125**	**1 506**	**310**	**93**	**10 006**	**490**	**–**	**49 883**
Passivos da carteira de negociação	**41 542**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**41 542**
Passivos financeiros designados pelo justo valor	**111**	**110 715**	**11 290**	**5 858**	**3 373**	**9 557**	**8 065**	**4 806**	**6 150**	**9 119**	**169 044**
Instrumentos financeiros derivados	**228 124**	**10**	**3**	**–**	**–**	**10**	**5**	**4**	**41**	**1 030**	**229 227**
Títulos de dívida em circulação	**874**	**11 025**	**7 269**	**4 889**	**1 555**	**4 988**	**2 865**	**11 825**	**6 738**	**3 846**	**55 874**
Passivos subordinados	**–**	**2 392**	**785**	**–**	**–**	**44**	**1 949**	**8 727**	**5 936**	**4 370**	**24 203**
Outros passivos financeiros	**–**	**4 128**	**–**	**–**	**–**	**306**	**–**	**–**	**–**	**–**	**4 434**
Total de passivos financeiros	**599 391**	**286 360**	**32 694**	**18 243**	**10 413**	**17 585**	**16 148**	**36 141**	**24 889**	**19 232**	**1 061 096**
Outros passivos[a]											**5 870**
Passivos totais											**1 066 966**
Gap de liquidez cumulativa	**(107 691)**	**(147 480)**	**(158 321)**	**(163 462)**	**(163 760)**	**(128 510)**	**(114 908)**	**(99 230)**	**(61 854)**	**41 189**	**58 034**

Nota

a A 31 de dezembro, de 2017, outros ativos incluem saldos de zero £ (2016: 3.453M£) e outros passivos incluem saldos de zero (2016: 2.135M£) relativos às quantias detidas para venda. Por favor, consulte a Nota 43 para detalhes.

Desempenho de risco

Gestão de risco de Capital e Tesouraria - Liquidez

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)[a]

O Banco A 31 de dezembro de 2016	A pedido M£	Não mais de três meses M£	Durante três meses, mas não mais do que seis meses M£	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses M£	Durante nove meses, mas não mais que um ano M£	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos M£	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos M£	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos M£	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos M£	Mais de 10 anos M£	Total M£
Ativos											
Numerário e balanços em bancos centrais	97 144	322	–	–	–	–	–	–	–	–	97 466
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1 010	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1 010
Ativos da carteira de negociação	36 527	–	–	–	–	–	–	–	–	–	36 527
Ativos financeiros designados pelo justo valor	114	55 096	6 477	3 278	2 008	712	502	1 816	2 292	8 570	80 865
Instrumentos financeiros derivados	326 792	24	–	4	2	9	142	148	26	55	327 202
Investimentos financeiros	16	956	1 685	736	2 635	10 103	8 970	15 115	12 766	8 617	61 599
Empréstimos e adiantamentos a bancos	2 903	29 648	1 916	485	145	967	275	39	13	–	36 391
Empréstimos e adiantamentos a clientes	25 548	106 221	14 248	6 682	9 406	32 356	28 712	49 249	42 873	107 829	423 124
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	5 164	14 683	952	194	905	1 043	–	–	–	–	22 941
Outros ativos financeiros	–	1 858	–	–	–	251	–	–	–	–	2 109
Total de ativos financeiros	495 218	208 808	25 278	11 379	15 101	45 441	38 601	66 367	57 970	125 071	1 089 234
Outros ativos[b]											30 513
Ativos totais											1 119 747
Passivos											
Depósitos de bancos	6 268	41 523	1 186	677	360	11	13	395	31	–	50 464
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	636	–	–	–	–	–	–	–	–	–	636
Contas de clientes	308 167	102 723	6 299	3 376	4 765	2 805	917	574	641	734	431 001
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	–	24 093	2 022	917	1 326	311	–	83	474	–	29 226
Passivos da carteira de negociação	31 999	–	–	–	–	–	–	–	–	–	31 999
Passivos financeiros designados pelo justo valor	178	60 113	4 432	4 044	2 691	7 130	4 966	6 162	4 533	7 081	101 330
Instrumentos financeiros derivados	316 944	119	–	–	1	5	18	42	75	670	317 874
Títulos de dívida em circulação	–	9 238	9 164	5 608	6 458	2 558	6 709	8 781	9 459	2 889	60 864
Passivos subordinados	–	–	–	–	1 317	3 181	42	7 487	7 064	4 787	23 878
Outros passivos financeiros	–	2 950	–	–	–	548	–	–	–	–	3 498
Total de passivos financeiros	664 192	240 759	23 103	14 622	16 918	16 549	12 665	23 524	22 277	16 161	1 050 770
Outros passivos[b]											10 979
Passivos totais											1 061 749
Gap de liquidez cumulativa	(168 974)	(200 925)	(198 750)	(201 993)	(203 810)	(174 918)	(148 982)	(106 139)	(70 446)	38 464	57 998

Notas
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para refletir melhor a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.
b A 31 de dezembro, de 2017, outros ativos incluem saldos de zero £ (2016: 3.453M£) e outros passivos incluem saldos de zero (2016: 2.135M£) relativos às quantias detidas para venda. Por favor, consulte a Nota 43 para detalhes.

As datas de maturidade esperadas não diferem significativamente das datas dos contratos, à exceção de:

- ativos e passivos e instrumentos financeiros derivados na carteira de negociação que poderão não ser mantidos até à maturidade, como parte das estratégias de negociação do Grupo
- os depósitos de retalho, que estão incluídos nas contas de clientes, são pagáveis a pedido ou com aviso a curto prazo numa base contratual. Na prática, estes instrumentos constituem uma base estável para as operações do Grupo e para as necessidades de liquidez, devido à ampla base de clientes, quer em número, quer em tipo de depositante (ver perfil de maturidade comportamental na página 105); e
- ativos financeiros designados pelo justo valor detidos pelos passivos ligados, que são geridos com os passivos associados.

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizada
A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa pagáveis pelo Grupo de passivos financeiros por maturidades contratuais remanescentes à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais).

Os balanços na tabela abaixo não concordam diretamente com os balanços no balanço consolidado pois a tabela incorpora todos os fluxos de caixa, numa base não descontada, relacionados tanto com os pagamentos de capital como com todos os associados ao pagamento de cupão futuros.

Os instrumentos financeiros derivados detidos para negociação e os passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna "a pedido" pelo seu justo valor.

Os passivos financeiros designados a justo valor em relação ao passivo ligado por contractos de investimento foram excluídos desta análise, uma vez que o Grupo não está exposto a riscos de liquidez deles resultantes.

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizadas

O Grupo	A pedido	Não mais de três meses	Durante três meses, mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses	Durante nove meses, mas não mais que um ano	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos	Mais de 10 anos	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£		M£
A 31 de dezembro de 2017											
Depósitos de bancos	**5 092**	**30 889**	**720**	**654**	**213**	**316**	**36**	**–**			**37 920**
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	**446**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**			**446**
Contas de clientes	**335 266**	**74 830**	**7 383**	**7 020**	**3 197**	**884**	**231**	**725**			**429 536**
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	**3 550**	**17 846**	**4 526**	**3 557**	**410**	**10 259**	**490**	**–**			**40 638**
Passivos da carteira de negociação	**37 352**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**			**37 352**
Passivos financeiros designados pelo justo valor	**13 298**	**102 982**	**10 609**	**9 118**	**18 142**	**6 177**	**5 490**	**12 827**			**178 643**
Instrumentos financeiros derivados	**237 242**	**9**	**3**	**–**	**15**	**5**	**48**	**1 755**			**239 077**
Títulos de divida em circulação	**907**	**17 205**	**8 497**	**6 810**	**10 983**	**12 053**	**9 726**	**4 465**			**70 646**
Passivos subordinados	**–**	**2 790**	**1 739**	**559**	**4 985**	**9 789**	**5 929**	**6 208**			**31 999**
Outros passivos financeiros	**–**	**4 557**	**–**	**–**	**671**	**–**	**–**	**–**			**5 228**
Total de passivos financeiros	**633 153**	**251 108**	**33 477**	**27 718**	**38 616**	**39 483**	**21 950**	**25 980**			**1 071 485**
A 31 de dezembro de 2016											
Depósitos de bancos	5 906	39 617	1 122	1 025	207	328	21	–			48 226
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	636	–	–	–	–	–	–	–			636
Contas de clientes	317 951	87 635	5 312	7 565	4 154	1 067	533	1 013			425 230
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	5 480	9 249	1 939	2 253	312	83	474	–			19 790
Passivos da carteira de negociação	34 687	–	–	–	–	–	–	–			34 687
Passivos financeiros designados pelo justo valor	15 285	41 599	4 023	5 979	13 443	5 899	3 900	8 443			98 571
Instrumentos financeiros derivados	339 646	4	–	2	44	48	84	1 086			340 914
Títulos de divida em circulação	27	16 916	11 828	13 059	11 915	9 654	10 992	4 061			78 452
Passivos subordinados	–	374	635	3 021	6 761	9 011	7 860	4 866			32 528
Outros passivos financeiros	–	4 151	–	–	1 010	–	–	–			5 161
Total de passivos financeiros	719 618	199 545	24 859	32 904	37 846	26 090	23 864	19 469			1 084 195

Desempenho de risco

Gestão de risco de Capital e Tesouraria - Liquidez

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizada –(auditado)[a]

O Banco	A pedido	Não mais de três meses	Durante três meses, mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses	Durante nove meses, mas não mais que um ano	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos	Mais de 10 anos	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£		M£
A 31 de dezembro de 2017											
Depósitos de bancos	**5 775**	**30 964**	**749**	**495**	**113**	**266**	**15**	**–**			**38 377**
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	**446**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**			**446**
Contas de clientes	**322 519**	**99 739**	**7 953**	**8 172**	**9 593**	**1 820**	**6 435**	**1 861**			**458 092**
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	**–**	**29 525**	**4 850**	**4 659**	**410**	**10 259**	**490**	**–**			**50 193**
Passivos da carteira de negociação	**41 542**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**			**41 542**
Passivos financeiros designados pelo justo valor	**111**	**110 792**	**11 323**	**9 294**	**17 992**	**5 114**	**6 770**	**12 660**			**174 056**
Instrumentos financeiros derivados	**228 124**	**9**	**3**	**–**	**15**	**5**	**48**	**1 755**			**229 959**
Títulos de divida em circulação	**874**	**11 195**	**7 361**	**6 568**	**8 263**	**11 934**	**6 963**	**3 902**			**57 060**
Passivos subordinados	**–**	**2 780**	**1 732**	**529**	**4 972**	**9 765**	**5 998**	**6 231**			**32 007**
Outros passivos financeiros	**–**	**4 128**	**–**	**–**	**306**	**–**	**–**	**–**			**4 434**
Total de passivos financeiros	**599 391**	**289 132**	**33 971**	**29 717**	**41 664**	**39 163**	**26 719**	**26 409**			**1 086 166**
A 31 de dezembro de 2016											
Depósitos de bancos	6 268	41 531	1 187	1 039	25	396	31	–			50 477
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	636	–	–	–	–	–	–	–			636
Contas de clientes	308 167	102 958	6 502	8 399	4 751	1 300	1 660	2 482			436 219
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	–	24 096	2 026	2 253	312	83	474	–			29 244
Passivos da carteira de negociação	31 999	–	–	–	–	–	–	–			31 999
Passivos financeiros designados pelo justo valor	178	60 163	4 449	6 777	12 258	6 330	4 925	9 024			104 104
Instrumentos financeiros derivados	316 944	119	–	1	23	44	84	1 086			318 301
Títulos de divida em circulação	–	9 409	9 262	12 336	9 886	9 248	10 299	3 365			63 805
Passivos subordinados	–	367	635	3 021	6 699	9 011	7 860	4 943			32 536
Outros passivos financeiros	–	2 950	–	–	548	–	–	–			3 498
Total de passivos financeiros	664 192	241 593	24 061	33 826	34 502	26 412	25 333	20 900			1 070 819

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para refletir melhor a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

Maturidade de compromissos extrapatrimoniais recebidos e concedidos

A tabela em baixo apresenta a divisão da maturidade dos compromissos extrapatrimoniais do Grupo, recebidos e concedidos à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais) com base na primeira oportunidade em que estejam disponíveis.

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais recebidos (auditado)

O Grupo	A pedido	Não mais de três meses	Durante três meses, mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses	Durante nove meses, mas não mais que um ano	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos	Mais de 10 anos	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	**6 373**	**5**	**2**	**3**	**1**	**8**	**7**	**5**	**3**	**4**	**6 411**
Acordos de recompra com início no futuro	**–**	**29**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**29**
Total de rubricas extrapatrimoniais compromissos oferecidos	**6 373**	**34**	**2**	**3**	**1**	**8**	**7**	**5**	**3**	**4**	**6 440**
A 31 de dezembro de 2016											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	6 044	18	1	410	2	23	1	3	–	–	6 502
Acordos de recompra c/início no futuro	102	246	–	1	–	–	18	–	–	–	367
Total de rubricas extrapatrimoniais compromissos oferecidos	6 146	264	1	411	2	23	19	3	–	–	6 869

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais concedidos (incluindo o BAGL) (auditado)

O Grupo	A pedido	Não mais de três meses	Durante três meses, mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses	Durante nove meses, mas não mais que um ano	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos	Mais de 10 anos	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017											
Passivos contingentes	**16 047**	**1 085**	**560**	**92**	**242**	**346**	**80**	**59**	**245**	**256**	**19 012**
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	**34**	**593**	**147**	**26**	**6**	**5**	**1**	**–**	**–**	**–**	**812**
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	**311 481**	**1 144**	**883**	**77**	**778**	**44**	**47**	**259**	**2**	**46**	**314 761**
Total de compromissos extrapatrimoniais recebidos	**327 562**	**2 822**	**1 590**	**195**	**1 026**	**395**	**128**	**318**	**247**	**302**	**334 585**
A 31 de dezembro de 2016											
Passivos contingentes	17 111	425	845	233	285	355	187	88	259	151	19 939
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	987	10	8	–	–	–	–	–	–	–	1 005
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	300 043	479	415	604	818	55	47	150	–	70	302 681
Total de compromissos extrapatrimoniais concedidos	318 141	914	1 268	837	1 103	410	234	238	259	221	323 625

Desempenho de risco

Gestão de risco de Capital e Tesouraria - Liquidez

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais recebidos (auditado)

O Banco	A pedido	Não mais de três meses	Durante três meses, mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses	Durante nove meses, mas não mais que um ano	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos	Mais de 10 anos	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	**5 409**	**4**	**1**	**3**	**11**	**5**	**3**	**4**	**5 440**		
Acordos de recompra com início no futuro	**–**	**5**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5**		
Total de compromissos extrapatrimoniais dados	**5 409**	**9**	**1**	**3**	**11**	**5**	**3**	**4**	**5 445**		
A 31 de dezembro de 2016											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	4 760	18	1	412	6	2	–	–	5 199		
Acordos de recompra com início no futuro	43	–	–	–	–	–	–	–	43		
Total de compromissos extrapatrimoniais concedidos	4 803	18	1	412	6	2	–	–	5 242		

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais concedidos (incluindo o BAGL) (auditado)

O Banco	A pedido	Não mais de três meses	Durante três meses, mas não mais do que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses	Durante nove meses, mas não mais que um ano	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos	Mais de 10 anos	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017											
Passivos contingentes	**22 979**	**1 706**	**734**	**609**	**242**	**425**	**80**	**117**	**269**	**256**	**27 417**
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	**34**	**593**	**147**	**26**	**6**	**5**	**1**	**–**	**–**	**–**	**812**
Facilidades de crédito "standby", linhas de crédito e outros compromissos	**249 122**	**1 121**	**883**	**77**	**758**	**44**	**43**	**13**	**2**	**46**	**252 109**
Total de compromissos extrapatrimoniais Concedidos	**272 135**	**3 420**	**1 764**	**712**	**1 006**	**474**	**124**	**130**	**271**	**302**	**280 338**
A 31 de dezembro de 2016											
Passivos contingentes	21 785	545	1 020	1 469	356	729	294	128	280	156	26 762
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	965	6	8	–	–	–	–	–	–	–	979
Facilidades de crédito "standby", linhas de crédito e outros compromissos	237 675	399	366	598	780	32	45	145	1	71	240 112
Total de compromissos extrapatrimoniais concedidos	260 425	950	1 394	2 067	1 136	761	339	273	281	227	267 853

Risco de capital

O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui o risco dos planos de pensões da empresa.

Mais detalhes sobre a monitorização e gestão de risco de capital podem ser encontrados nas secções de "Gestão de Risco" nas páginas 166 a 167 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 115 a 116) não é auditada salvo indicação em contrário.

Visão geral

A Autoridade de Regulamentação Prudencial (Prudential Regulation Authority, comumente designada por PRA) exige que o Barclays faça a gestão e monitorização do capital regulamentar ao nível de cada entidade bancária e empresa de investimento licenciada dentro do Grupo.

Atualmente, o PRA regula o Grupo Barclays PLC numa base consolidada e o Barclays Bank PLC numa base "solo". O Barclays Bank PLC só compreende o Barclays Bank PLC e algumas subsidiárias adicionais, sujeitas à aprovação da PRA. O Grupo Barclays Bank PLC não é regulado pela PRA.

Esta secção apresenta um resumo dos recursos de capital do Grupo Barclays Bank PLC.

Recursos de capital

Capital Regulamentar - Grupo Barclays Bank PLC		
A 31 de dezembro	**2017**	**2016**
	M£	**M£**
Capital CET1 "fully loaded"	**45 232**	46 450
Capital Tier 1 transacional PRA	**58 325**	58 652
Total de capital regulamentar transacional PRA	**73 339**	74 871

Para obter informações completas sobre o risco de capital do Grupo Barclays PLC, consulte as páginas 179 a 187 do Relatório Anual 2017 do Barclays PLC.

Risco de câmbio externo (auditado)

O Grupo está exposto a duas fontes de risco cambial.

a) Exposição transacional a moeda estrangeira
As exposições transitórias a moeda estrangeira representam a exposição de ativos e passivos bancários, denominados em moedas diferentes da moeda funcional da entidade transacionadora.

As políticas de gestão de risco do Grupo impedem a conservação de importantes posições abertas em moeda estrangeira fora da carteira de negociação geridas pelo Barclays International, que é controlado através do VaR.

O risco transacional de moeda estrangeira da carteira de negociação fora do Barclays International é monitorizado diariamente pelas funções do mercado de risco e minimizado pelos negócios.

b) Exposição translacional a moeda estrangeira
Os investimentos do grupo em subsidiárias e filiais no estrangeiro criam recursos de capital denominados em moedas estrangeiras, principalmente o dólar americano (USD), EUR. As alterações no valor da GBP dos investimentos líquidos devidas a movimentos em moeda estrangeira são capturadas na reserva de conversão de moeda, resultando num movimento no capital CET1.

A estratégia do Grupo é minimizar a volatilidade dos rácios de capital causada por movimentos de moeda estrangeira ao utilizar os movimentos de capital CET1 para acertar em grande parte a reavaliação das exposições de RWA de moeda estrangeira do Grupo.

Desempenho de risco

Risco de Capital e Tesouraria - Capital

A moeda funcional de operações (auditado)

	Investimentos líquidos em moeda estrangeira	Empréstimos que cobrem os investimentos líquidos	Derivativos que cobrem os investimentos líquidos	Coberturas pré-económicas exposições de moeda estruturada	Coberturas económicas	Restantes exposições de moeda estruturada
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017						
USD	**27 848**	**(12 404)**	**(540)**	**14 904**	**(6 153)**	**8 751**
EUR	**2 489**	**(3)**	**-**	**2 486**	**(2 127)**	**359**
ZAR	**8**	**-**	**-**	**8**	**-**	**8**
JPY	**467**	**(152)**	**(301)**	**14**	**-**	**14**
Outras	**2 475**	**-**	**(1 299)**	**1 176**	**-**	**1 176**
Total	**33 287**	**(12 559)**	**(2 140)**	**18 588**	**(8 280)**	**10 308**
A 31 de dezembro de 2016						
USD	29 460	(12 769)	-	16 691	(7 898)	8 793
EUR	2 121	(363)	-	1 758	(2 053)	(295)
ZAR	3 679	-	(2 571)	1 108	-	1 108
JPY	438	(209)	(224)	5	-	5
Outras	2 793	-	(1 318)	1 475	-	1 475
Total	38 491	(13 341)	(4 113)	21 037	(9 951)	11 086

As coberturas económicas representam as ações preferenciais em USD e EUR e em instrumentos Tier 1 Adicionais (AT1) detidos em equidade. Estes contabilizam o custo histórico pelo IFRS, e não se qualificam como cobertura para propósitos contabilísticos.

Durante 2017, o total de exposição líquida de moeda estrutural de instrumentos de cobertura diminuiu em 8M£ para 10.3mM£ (2016: 11.1mM£). Os investimentos líquidos em moeda estrangeira diminuíram em 5.2mM£ para 33.3mM£ (2016: 38.5mM£), impulsionados predominantemente pela diminuição dos investimentos em ZAR após a alienação parcial do investimento do Grupo no BAGL e desconciliação contabilística da restante participação. As coberturas associadas a estes investimentos diminuíram em 2.8mM£ para 14.7mM£ (2016: 17.5mM£).

Risco da taxa de juro na carteira bancária

O risco de a empresa estar exposta a uma volatilidade de capital ou de rendimento devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).

As divulgações nesta secção (páginas 117 a 119) não estão auditadas e excluem o BAGL, salvo disposto em contrário.

Visão geral

O quadro de risco de mercado não negociado cobre exposições da carteira de operações bancárias, maioritariamente relacionadas com contabilidade de exercício e instrumentos disponíveis para venda. A potencial volatilidade do rendimento líquido de juros é medida por uma métrica de Rendimentos Anuais em Risco (Annual Earnings at Risk, comumente designado por AEaR) que é monitorizada regularmente e apresentada à direção sénior e ao Comité de Risco do Conselho como parte do quadro de monitorização limite.

Para mais detalhes sobre o risco de taxa de juros na governação e no quadro da carteira bancária, consulte as páginas 168 a 169 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Resumo do desempenho no período

- Os Rendimentos Anuais em Risco (AEaR) são uma medida-chave do risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB). A medida de sensibilidade adicional de um choque positivo de 100bps foi adicionada para 2017, impulsionada pelo aumento da taxa base da GBP em novembro de 2017.

Métricas-chave

+76M£ AEaR

em todo o Grupo, a partir de um choque positivo de 100bps nas taxas de juros.

Risco da taxa de juros na carteira bancária

Sensibilidade do rendimento líquido dos juros

A tabela apresenta uma análise da sensibilidade do rendimento líquido de juros antes de impostos para ativos e passivos financeiros não negociados, incluindo o efeito de qualquer cobertura. A sensibilidade foi medida utilizando a metodologia de Rendimentos Anuais em Risco (AEaR), conforme descrito na página 168 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC. Note que esta métrica assume uma mudança paralela instantânea nas curvas de taxas de juros a prazo. Os floors do modelo impactam taxas de mercado a zero; as alterações na sensibilidade de rendimentos provenientes de juros líquidos só se observam quando as taxas a prazo são superiores a zero. Os principais pressupostos do modelo são: (i) horizonte temporal de um ano; (ii) o balanço é mantido constante; (iii) os saldos são ajustados para perfis comportamentais assumidos (isto é, considera que os clientes podem solicitar o refinanciamento de créditos hipotecários antes do vencimento contratual); e (iv) os pressupostos comportamentais são mantidos inalterados em todos os cenários de taxa.

Sensibilidade do rendimento líquido de juros (AEaR) por moeda[a,b,c]	2017		2016	
	+25 pontos base	-25 pontos base	+25 pontos base	-25 pontos base
O Grupo	M£	M£	M£	M£
GBP	**12**	**(76)**	9	(215)
USD	**1**	**(1)**	3	(5)
EUR	**4**	**(1)**	7	1
Outras moedas	**3**	**(5)**	3	(1)
Total	**20**	**(83)**	22	(220)
Como percentagem do rendimento líquido de juros	**0,20%**	**(0,84%)**	0,21%	(2,09%)

Nota
a Exclui os negócios da banca de investimento e exclui 100% do BAGL.
b Exclui as operações de Tesouraria, que são impulsionadas pelos investimentos da empresa no fundo de liquidez, que são geridas por risco utilizando as medidas de risco baseadas em valor descritas nas páginas 163 a 165 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays Bank PLC. A sensibilidade NII (AEaR) da Tesouraria a um movimento de +25/-25bps é de 13M£/(2)M£, respetivamente.
c Conclusões esperadas da linha de hipoteca de taxa fixa no Barclays UK assumidas como consistentes com o nível e o momento da cobertura.

Sensibilidade do rendimento líquido de juros (AEaR) por moeda[a]	2017		2016	
	+25 pontos base	-25 pontos base	+25 pontos base	-25 pontos base
O Banco	M£	M£	M£	M£
GBP	**15**	**(63)**	6	(163)
USD	**-**	**-**	1	(2)
EUR	**-**	**-**	7	1
Outras moedas	**-**	**-**	2	(1)
Total	**15**	**(63)**	16	(165)
Como percentagem do rendimento líquido de juros	**0,21%**	**(0,85%)**	0,19%	(1,93%)

Nota
a Sensibilidade do Barclays UK e do Barclays International (excluindo o negócio da Banca de Investimento e Tesouro) e exclui 100% do BAGL.

Desempenho de risco

Risco de Tesouraria e Capital - Risco de taxa de juro

Capital económico por unidade de negócio

O Barclays mede alguns riscos de mercado não negociados utilizando uma metodologia de capital económico (CE).O CE é calculado predominantemente utilizando um modelo de VaR diário, usando um intervalo de confiança de 99% alinhado com outras observações regulamentares. Para mais informações sobre as definições de pagamento antecipado, recrutamento e risco residual, e sobre como o CE é utilizado para gerir o risco de mercado, consulte a secção "Gestão de risco de capital e tesouraria" na página 168 a 169 do Relatório Pilar 3 2017 do Barclays PLC.

Capital económico por unidade de negócio

A 31 de dezembro de 2017	Barclays UK M£	Barclays International[a] M£	Total M£
Risco de pré-pagamento	**20**	**13**	**33**
Risco de recrutamento	**64**	**1**	**65**
Risco residual	**3**	**3**	**6**
Total	**87**	**17**	**104**
A 31 de dezembro de 2016			
Risco de pré-pagamento	27	8	35
Risco de recrutamento	18	2	20
Risco residual	1	35	36
Total	46	45	91

Nota
a Apenas as exposições de retalho no Barclays International são capturadas na medida.

O risco de recrutamento no Barclays UK aumentou em 46M£ devido a volumes maiores de cobertura como resultado do aumento da apetência do cliente por hipotecas de taxa fixa.

Análise de sensibilidade de capital

A tabela de sensibilidade de capitais próprios mede o impacto global de um movimento de +/- 25bps nas taxas de juros sobre os lucros retidos, reservas disponíveis para venda e reservas de cobertura de fluxos de caixa. Estes dados são capturados utilizando uma métrica DV01, que é um indicador da variação no valor para um 1 ponto base na curva de rendimentos.

Análise de sensibilidade de capitais próprios (auditado)	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	+25 pontos base	-25 pontos base	+50 pontos base	-50 pontos base
O Grupo	M£	M£	M£	M£
Rendimento líquido de juros	**20**	**(83)**	22	(220)
Efeitos de tributação nos anteriores	**(6)**	**25**	(7)	66
Efeito no resultado do exercício	**14**	**(58)**	15	(154)
Em percentagem de resultado líquido após impostos	**(1,22%)**	**5,05%**	0,40%	(4,13%)
Efeito no resultado do exercício (conforme cima)	**14**	**(58)**	15	(154)
Reserva disponível para venda	**(164)**	**219**	(154)	114
Reserva de cobertura de fluxos de caixa	**(616)**	**598**	(732)	692
Efeitos de tributação nos anteriores	**195**	**(204)**	222	(202)
Efeito sobre o capital próprio	**(571)**	**555**	(649)	450
Como % do capital próprio	**(0,87%)**	**0,84%**	(0,91%)	0,63%

Análise de sensibilidade de capitais próprios (auditado)	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	+25 pontos base	-25 pontos base	+25 pontos base	-25 pontos base
O Banco	M£	M£	M£	M£
Rendimento líquido de juros	**15**	**(63)**	16	(165)
Efeitos de tributação nos anteriores	**(4)**	**19**	(5)	50
Efeito no resultado do exercício	**11**	**(44)**	11	(115)
Em percentagem de resultado líquido após impostos	**(1,66%)**	**6,98%**	0,53%	(5,53%)
Efeito no resultado do exercício (conforme cima)	**11**	**(44)**	11	(115)
Reserva disponível para venda	**(164)**	**219**	(154)	114
Reserva de cobertura de fluxos de caixa	**(491)**	**473**	(562)	522
Efeitos de tributação nos anteriores	**164**	**(173)**	179	(159)
Efeito sobre o capital próprio	**(479)**	**475**	(526)	362
Como % do capital próprio	**(0,83%)**	**0,82%**	(0,91%)	0,62%

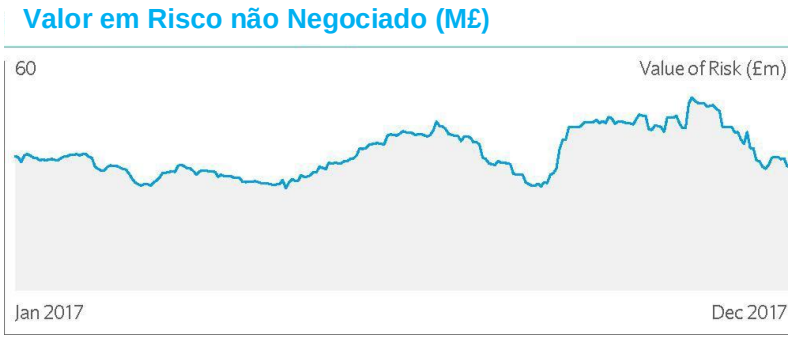
Tal como indicado em relação à tabela de sensibilidade do rendimento líquido de juros na página 117, o impacto de um movimento de 25bps nas taxas é em grande parte impulsionado pelo Barclays UK.

O movimento ano a ano nas sensibilidades de reserva de cobertura de fluxo de caixa foi impulsionado por mudanças estruturais nas atividades de negócio e cobertura relacionada. Os movimentos na reserva disponível para venda afetariam o capital CET1, calculado em total conformidade (fully loaded) com a CRD IV; no entanto, o movimento na reserva de cobertura de fluxos de caixa não afetaria o capital CET1.

Volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de liquidez
As alterações no valor das Exposições disponíveis para Venda passam diretamente através do capital pela reserva Disponível para Venda. A volatilidade do valor dos investimentos Disponíveis para Venda no fundo de liquidez é capturada e gerida através de uma medida de valor ao invés de uma medida de ganhos, ou seja, o VaR de risco de mercado não negociado.

Apesar de a metodologia subjacente para calcular o VaR não negociado ser idêntica à utilizada para calcular o VaR de Gestão Negociado, as duas medidas não são diretamente comparáveis. O VaR Não Negociado representa a volatilidade do capital motivado pelas exposições Disponíveis para Venda. Estas exposições estão na carteira bancária e não se enquadram nos critérios de tratamento da carteira bancária.

Volatilidade da carteira AFS no Fundo de Liquidez



Análise da volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de liquidez

	2017			2016		
	Média	Alto	Mínimo	Média	Alto a	Mínimo
Para o ano findo a 31 de dezembro	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Valor em Risco de Mercado Não Negociado (diário, 95%)	**36**	**50**	**27**	40	46	32

O VaR não negociado foi essencialmente impulsionado pela volatilidade das taxas de juros nos mercados desenvolvidos. Os aumentos no fim da Primavera e no início do outono foram impulsionados principalmente pela exposição ao risco de taxa de juro imediata assumida no fundo de liquidez nesses momentos.

Risco operacional

O risco de perda para a empresa resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Visão geral

Os riscos operacionais são inerentes nas atividades empresariais do Grupo e nem sempre é economicamente eficaz ou possível tentar eliminar todos os riscos operacionais. O Quadro de Gestão de Risco Operacional centra-se, portanto, em identificar os riscos operacionais e em confirmar que são avaliados e geridos dentro da apetência pelo risco aprovada pelo Grupo. Perdas mais importantes são menos frequentes e o Grupo procura reduzir a probabilidade e o impacto da sua ocorrência em conformidade com a sua apetência pelo risco.

O Risco Operacional Principal envolve os seguintes riscos: informação e gestão de dados, relatórios financeiros, fraude, informação, processo de pagamentos, pessoas, instalações e segurança, fornecedores, tributação, tecnologias e transações.

Pode encontrar as definições destes riscos na página 70. Com vista a fornecer uma cobertura completa dos potenciais impactos adversos no Grupo decorrentes do risco operacional, a taxonomia de risco operacional estendeu-se para além dos riscos-chave listados acima para cobrir áreas incluídas no risco de conduta, jurídico ou de modelo.

Esta secção fornece uma análise do perfil de risco operacional do Grupo, incluindo eventos acima do limite reportável do Banco e que exerceram um impacto significativo em 2017.

Para informações acerca dos eventos de risco de conduta, consulte a página 123.

Resumo do desempenho no período

Durante 2017, o total de perdas de risco operacional aumentou para 309mM£ (2016: 209mM£), enquanto o número de eventos registados para 2017 diminuiu para 2.949 de 3.414 eventos registados no ano anterior. A perda para o ano foi principalmente impulsionada por eventos que se enquadram nas categorias de execução, entrega e gestão de processos e fraude externa, com um número limitado de eventos de alto impacto.

Métricas-chave

87%

das perdas líquidas de risco operacional do Grupo tinham um valor de 50.000£ ou menos

75%

dos eventos devem-se a fraudes externas

Perfil de risco operacional

Dentro do risco operacional, uma parte significativa das ocorrências de risco têm um custo financeiro baixo, o que significa que apenas uma pequena proporção das ocorrências de risco operacional têm um impacto significativo nos resultados financeiros do Grupo. Em 2017, 87% dos casos de risco operacional líquidos reportáveis do Grupo por volume tiveram um valor inferior a 50 000£ (2016: 86%), embora este tipo de ocorrências represente apenas 16% (2016: 22%) das perdas totais líquidas de riscos operacionais do Grupo.

A análise abaixo apresenta os casos de risco operacional do Grupo por categoria de eventos de Basileia:

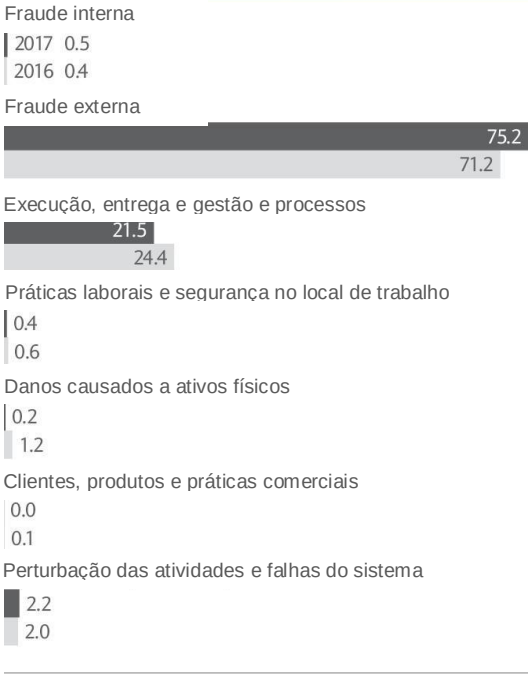
- Os impactos na Gestão da Execução, da Entrega e do Processo aumentaram para os 222M£ (2016: 165M£) e representaram 72% (2016: 69% das perdas totais dos riscos operacionais. As ocorrências neste categoria são típicas da indústria bancária em que são processados grandes volumes de transações diariamente. O aumento do impacto deveu-se sobretudo ao número limitado de ocorrências com valores mais elevados de prejuízo.
- A fraude externa é a categoria com a maior frequência de eventos (75% do total de eventos em 2017, acima dos 71% do ano anterior) em que eventos de alto volume e de baixo valor são impulsionados por fraudes com cartões de débito e de crédito. Estes representaram 20% das perdas globais de risco operacional em 2017, ligeiramente abaixo dos 25% do ano anterior.
- Os impactos de Perturbação dos Negócios aumentaram para 24M£, representando 8% do total de perdas de risco operacional em 2017, impulsionadas principalmente por alguns eventos com impactos significativos. No geral, o volume de eventos nesta categoria permaneceu baixo e diminuiu a partir de 2016.

O perfil de risco operacional do Grupo é informado por avaliações de risco ascendente por cada unidade de negócio e pela análise qualitativa descendente da Gestão de Risco Operacional para cada tipo de risco. A Fraude Externa e a Tecnologia são destacadas como importantes exposições ao risco operacional. O perfil de risco operacional é informado através de vários temas de risco: execução, resiliência e cibersegurança e dados. Estes representam uma ameaça para o Grupo mas têm um âmbito que assenta em vários tipos de risco e, portanto, requerem uma abordagem de gestão de risco integrada nas estruturas de controlo e risco relevantes.

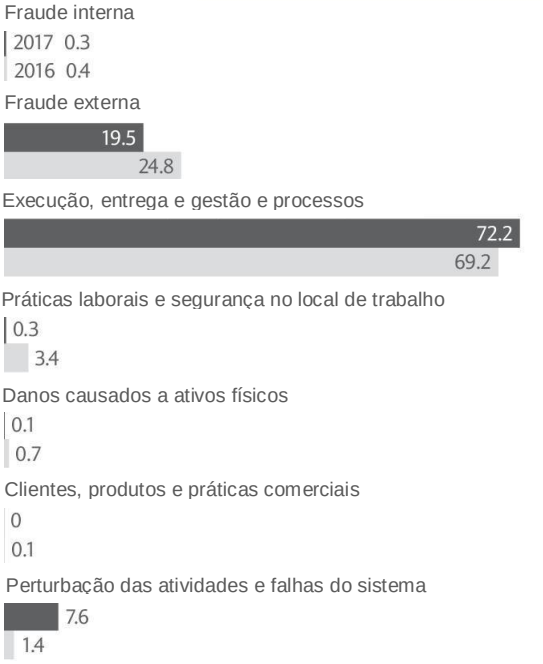
Continuou-se a fazer investimentos em sistemas e ferramentas de prevenção de fraude novos e melhorados para combater o crescente nível de tentativas de fraude, bem como para minimizar qualquer interrupção de transações genuínas. A fraude continua a ser uma ameaça para toda a indústria e o Grupo continuou a trabalhar em estreita colaboração com parceiros externos em várias iniciativas de prevenção. Os riscos de tecnologia, resiliência e cibersegurança evoluem rapidamente, pelo que o Banco mantém um foco e investimento contínuos no seu ambiente de controlo para gerir estes riscos e alia-se ativamente a colegas e organizações relevantes para entender e eliminar as ameaças originadas fora do Grupo.

Para mais informações, consulte a secção “Gestão de Risco Operacional” (páginas 69 e 70).

Eventos de risco operacional por categoria
% de eventos de risco total por contagem



Eventos de risco operacional por categoria
% de eventos de risco total por valor



Nota
a Os dados divulgados incluem perdas de riscos operacionais por ocorrências reportáveis (excluindo o BAGL) com um impacto igual ou superior a 10 000£ e exclui ocorrências de risco jurídico ou de conduta, agregados ou de limite. Devido à natureza das ocorrências de risco que continuam a evoluir, as perdas anteriores do ano são atualizadas.

Risco do modelo

O risco das possíveis consequências adversas de avaliações ou decisões financeiras baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Visão geral

O risco do modelo é uma área de foco da gestão e do Conselho. É uma componente importante da avaliação dos reguladores relativamente às capacidades de gestão de risco do Barclays. Os modelos são utilizados para apoiar uma vasta gama de atividades de gestão de risco e negócios, incluindo a informação de decisões e estratégias de negócio, medição e limitação de riscos, avaliação de exposições, realização de testes de esforço, avaliação da adequação de capital, suporte à aceitação de novos negócios e avaliação de riscos/recompensas, gestão de ativos de clientes ou cumprimento dos requisitos para apresentação de relatórios.

Resumo do desempenho no período

A estrutura do Risco Principal para risco do modelo foi estabelecida em 2016. Em 2017, a estrutura foi melhorada e incorporada na organização ao:

- Fortalecer um quadro de Gestão de Risco do Modelo (Model Risk Management, comumente designado por MRM), bem como políticas e padrões associados, modelos e procedimentos de validação.
- Melhorar a supervisão do risco do modelo pelo Conselho, através do estabelecimento de uma estrutura de tolerância ao risco do modelo, bem como de atualizações periódicas ao Conselho relativamente ao progresso da implementação do MRM.
- Melhoria da recolha e certificação do inventário global de modelos do Grupo.
- Reportar métricas sobre a aderência e violações de políticas.
- Melhorar o desenvolvimento do modelo e os processos de identificação do modelo, estabelecendo as áreas de propriedade de modelo as suas próprias funções de controlo de modelo.

Além da governação descrita acima, que detalha a forma como os novos modelos são validados e os modelos existentes são controlados e avaliados internamente, os modelos têm sido classificados com base na sua materialidade (o nível de confiança colocado na saída do modelo para tomada de decisões ou relatório) e a sua complexidade. Teve início em 2017 um programa fortalecido de revisão e validação de tais modelos. Em 2018, a governação do risco do modelo será ampliada para além dos modelos quantitativos da empresa para incluir “métodos não modelados” que abrangem determinadas funções importantes de tomada de decisões e de planeamento de capital da empresa, tal como os programas primários de testes de esforço e estimativas de imparidade.

Risco de conduta

O risco de conduta é o risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Visão geral

Esta secção detalha o perfil de risco de conduta do Barclays e oferece informações relativamente aos principais riscos de conduta e às ações de mitigação tomadas pelo Barclays.

O Barclays esforça-se por criar e manter relações de longo-prazo mutuamente benéficas com os seus clientes. Isto significa assumir a responsabilidade pessoal de compreender as suas necessidades e fornecer-lhes produtos e serviços que atendam adequadamente a essas necessidades e os ajudem a gerir os seus assuntos financeiros.

Enquanto banco transatlântico de consumidores, empresas e investimento, o Barclays desempenha também um papel fundamental na promoção de mercados justos, abertos e transparentes, bem como na promoção de um crescimento partilhado para todos. Isto significa respeitar normas que, em muitos casos, são superiores às estabelecidas pelas leis e regulamentos que se aplicam ao Grupo.

Em 2017, alinhado ao Quadro de Gestão de Risco Empresarial (Enterprise Risk Management Framework, comumente designado por ERMF) revisto, a supervisão do crime financeiro foi transferida do risco de conduta para o risco operacional.

Resumo do desempenho no período

O Barclays está empenhado em continuar a impulsionar a cultura certa a todos os níveis da organização. O Barclays continuará a melhorar a gestão eficaz do risco de conduta e a considerar adequadamente as ferramentas, a governação e as informações de gestão relevantes nos processos de tomada de decisão. O foco na gestão do risco de conduta está em curso e os Painéis do Grupo são uma componente chave.

O Grupo continua a analisar o papel e o impacto das questões de conduta no processo de remuneração, tanto a nível individual como empresarial.

Os negócios têm continuado a avaliar os potenciais clientes e impactos do mercado resultantes da mudança estratégica e da reforma estrutural. Como parte do Processo de Planeamento de Médio Prazo de 2017, avaliaram-se os riscos de conduta significativos associados aos planos estratégicos e financeiros.

Durante 2017, os riscos de conduta foram levantados pelos negócios para consideração pelo Comité de Reputação do Conselho (RepCo). O RepCo analisou os riscos levantados e se as ações propostas pela administração foram adequadas para mitigar eficazmente os riscos. O RepCo recebeu atualizações regulares relativamente aos principais riscos e questões, incluindo aqueles relacionadas com reformas estruturais e mudanças regulamentares.

O Grupo continuou a incorrer em custos significativos em relação a litígios e questões de conduta. Consulte a Nota 28 Questões legais, de concorrência e regulamentares e a Nota 26 Provisões, para mais informações. Os custos incluem compensação e remediação de clientes, bem como multas e acordos. A resolução destas questões continua a ser uma parte necessária e importante da concretização da estratégia do Grupo e um compromisso contínuo de melhorar a supervisão da cultura e da conduta.

O Conselho e a Direção Sénior receberam os Painéis do Grupo, estabelecendo indicadores-chave no que respeita à conduta, cultura, cidadania e reclamações. Estes continuam a ser desenvolvidos e melhorados para permitir uma supervisão e tomada de decisões eficazes. O Barclays tem operado com a tolerância global definida para o risco de conduta ao longo de 2017. A tolerância é avaliada pelo negócio através de Indicadores-Chave que são agregados e fornecem uma classificação geral que é reportada ao RepCo como parte do Painel de Conduta.

Em 2017, o Barclays manteve-se focado nas melhorias contínuas que estão a ser feitas para gerir o risco de forma eficaz, com ênfase na melhoria da governação e informação de gestão para ajudar a identificar os riscos precocemente.

Para mais detalhes sobre as medidas de desempenho não financeiro, consulte a página 15 do Relatório Estratégico.

Risco de reputação

O risco de uma ação, transação, investimento ou evento reduzir a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, funcionários ou do público.

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Visão geral

O risco de reputação foi novamente designado como Risco Principal ao abrigo do Quadro de Gestão de Risco Empresarial do Barclays, com efeito a partir de janeiro de 2017.

O risco de reputação pode resultar de qualquer decisão ou atividade comercial. Pode também ocorrer como um resultado de problemas e incidentes relevantes para outros Riscos Principais, em particular outros riscos não financeiros, por ex. o risco de conduta ou operacional. Os riscos e problemas de reputação são identificados por meio da recolha regular de informações dentro do negócios e de partes interessadas externas. Alguns riscos e problemas são específicos do Barclays, enquanto outros são igualmente relevantes para o sector da banca em geral.

O Barclays estabeleceu tolerâncias para o risco de reputação que consideram os riscos decorrentes de eventos ou decisões específicas e temas estratégicos de longo-prazo. A principal responsabilidade pela gestão do risco de reputação assenta em cada negócio e função, onde existem processos implementados para identificar, avaliar e gerir os riscos e problemas de reputação.

No entanto, há circunstâncias em que é necessário escalar para o nível do Grupo a avaliação do risco de reputação associado a decisões específicas além de um indivíduo, negócio ou função. O GRC é o órgão executivo mais alto responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de risco de reputação do Barclays.

Resumo do desempenho no período

O Barclays está empenhado em identificar os riscos e problemas de reputação o mais rapidamente possível e geri-los adequadamente. Ao longo de 2017, os riscos e questões de reputação foram supervisionados pelo Comité de Reputação do Conselho (RepCo), que analisa os processos e políticas através dos quais o Barclays identifica e gere o risco de reputação.

O RepCo analisou os riscos levantados pelas empresas e considerou se as ações propostas pela administração, por exemplo, vincular condições às transações dos clientes propostas ou aumentar o envolvimento com as partes interessadas afetadas seriam apropriadas para mitigar os riscos de forma eficaz. O RepCo também recebeu atualizações regulares relativamente aos riscos principais e problemas de reputação, incluindo: problemas de conduta herdados; a associação do Barclays a sectores sensíveis; segurança cibernética e segurança de dados; fraudes e golpes que afetam os clientes do Barclays e a resiliência dos principais sistemas e processos do Barclays.

Em 2017, a equipa central de gestão de reputação recebeu 581 encaminhamentos de todos os negócios (625 encaminhamentos em 2016) para consideração. Estes encaminhamentos cobriram uma variedade de sectores, incluindo, mas não se limitando a, defesa, combustíveis fósseis e mineração.

Como parte do processo de Planeamento a Médio Prazo de 2017 do Barclays, foram também avaliados riscos de reputação significativos associados a planos estratégicos e financeiros.

A eficácia dos mecanismos de governação e as informações de gestão de apoio, incluindo o impacto de outros Riscos Principais na reputação do Barclays, foram revistos pelo Conselho e pela direção sénior durante 2017. Após isto, o RepCo solicitou certos aperfeiçoamentos nos relatórios e nos processos de risco de reputação, que estão em curso.

Risco jurídico

O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa cumprir as suas obrigações jurídicas, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Visão geral

O Grupo realiza diversas atividades num mercado global altamente regulamentado e, portanto, está exposto ao risco de perda ou imposição de penalidades, danos, multas, sanções e outros resultados jurídicos relacionados com incumprimento das suas obrigações jurídicas na condução dos seus negócios. O risco jurídico engloba a incapacidade do Grupo em escalar ou gerir apropriadamente acordos contratuais, litígios, propriedade intelectual, questões de concorrência/antitrust, utilizar escritórios de advocacia e o seu contacto com os reguladores. A multiplicidade de leis e regulamentos relativos às atividades do Grupo em todo o mundo é, por natureza, dinâmica, resultando num nível de risco jurídico que não pode ser evitado. Um Quadro de Gestão do Risco Jurídico (Legal Risk Management Framework, comumente designado por LRMF) prescreve os requisitos para identificação, escalada, medição e gestão do risco jurídico para apoiar uma gestão eficaz do risco em todo o Grupo.

Resumo do desempenho no período

Em 2017, o Barclays permaneceu focado em melhorias contínuas para gerir eficazmente o risco jurídico, com ênfase em melhorar a governação e ajudar a identificar riscos em estágios iniciais e escalar, conforme apropriado.

Isto é apoiado pelo LRMF, que inclui tolerâncias ao risco jurídico, indicadores-chave e governação. O LRMF é apoiado por políticas de risco jurídico e padrões associados, cobrindo seis áreas de risco jurídico identificadas e requisitos mínimos de controlo obrigatórios. Para mais informações, consulte a gestão de risco jurídico na página 74. As políticas e tolerâncias de risco jurídico foram revistas e melhoradas durante 2017 para refletir o LRMF.

Os negócios e funções avançaram na implementação dos requisitos delineados no LRMF nas suas áreas, incluindo o fortalecimento da avaliação e monitorização do seu perfil de risco jurídico. A formação obrigatória em relação ao risco jurídico foi implementada em todo o Grupo no quarto trimestre de 2017.

O modelo de organização e cobertura da Função Jurídica alinha a especialização a negócios, funções, produtos, atividades e localizações geográficas. Continua a fornecer apoio jurídico, supervisão e desafio em toda a organização, incluindo consultadoria na identificação, gestão e escalada adequados do risco jurídico e de potenciais resultados jurídicos alinhados a outros Riscos Principais. Um comité de supervisão do risco jurídico, como parte do Comité Executivo Jurídico, reúne-se trimestralmente para supervisionar, desafiar e monitorizar o risco jurídico em todo o Grupo.

No geral, em 2017, foi feito um progresso significativo para implementar o risco jurídico como um novo Risco Principal em todo o Grupo. À medida que o LRMF amadurece, o Barclays continuará a fortalecer e incorporar processos consistentes em todo o Grupo para apoiar a gestão e a monitorização do risco jurídico, bem como conduzir a educação continuada para sustentar uma identificação e escalada proactivos de matérias de risco jurídico.

Supervisão e regulamentação

Supervisão do Grupo

As operações do Grupo, incluindo das suas agências, sucursais e associadas no estrangeiro, estão sujeitas a um número significativo de regras e regulamentos que são uma condição para a autorização de efetuar atividades bancárias e serviços financeiros em cada jurisdição que o Grupo opera. Estes aplicam-se a operações de negócios, afetam a rendibilidade financeira e incluem requisitos de capital, alavancagem e liquidez, requisitos de autorização, registo e relatórios, restrições a determinadas atividades, condução de regulamentos comerciais, entre outros. Estes requisitos estão definidos na legislação e são impostos por bancos centrais e autoridades reguladoras relevantes que autorizam, regulam e supervisionam o Grupo nas jurisdições em que este opera. Frequentemente, os requisitos refletem normas globais desenvolvidas por organismos internacionais, tais como o G20, o Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (Basel Committee on Banking Supervision, comumente abreviado BCBS), pela Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários e pelo Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board, comumente designado por FSB). Vários órgãos, tais como os bancos centrais e as organizações auto-regulamentadas, também criam Códigos de Conduta voluntários que afetam a forma como o Grupo opera.

Os desenvolvimentos regulamentares afetam o Grupo a nível global. Centramo-nos particularmente na regulamentação da UE, do Reino Unido e dos EUA devido à localização das principais áreas de negócio do Barclays. As regulamentações em outros lugares também têm um impacto significativo no Barclays devido à localização das suas filiais, subsidiárias e, em alguns casos, clientes. Para mais informações sobre os riscos relacionados com a supervisão e regulamentação do Grupo, incluindo mudanças regulamentares, consulte o Fator de Risco acima, intitulado “Agenda de Mudanças Regulamentares e impacto no Modelo de Negócio” na página 56.

Supervisão na UE

A regulamentação financeira no Reino Unido é em grande parte moldada e influenciada pela legislação da UE. É ela que cria a estrutura do Mercado Único Europeu, que tem como uma das principais caraterísticas o quadro para a regulamentação das empresas autorizadas na UE. Este quadro está concebido para conferir a uma instituição de crédito ou empresa de investimento autorizada num dos estados-membros da UE a capacidade de efetuar atividades bancárias ou atividades de investimento noutro estado-membro através do estabelecimento de filiais, ou da prestação de serviços numa base transfronteiriça sem a necessidade de autorizações locais. As operações do Barclays na Europa são autorizadas e regulamentadas por uma combinação das autoridades de regulamentação dos países de origem e de acolhimento. O impacto da saída do Reino Unido da UE a este respeito e, mais amplamente, o seu impacto no quadro regulamentar nacional do Reino Unido, está ainda por determinar.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra (BoE) tem a responsabilidade de monitorizar o sistema financeiro do Reino Unido no seu todo, incluindo através de testes de esforço anuais nos bancos do RU. A regulamentação e supervisão quotidianas do Grupo dividem-se entre a Autoridade de Regulamentação Prudencial (Prudential Regulation Authority, comumente designada por PRA) (uma divisão do BoE) e a Autoridade de Conduta Financeira (Financial Conduct Authority, comumente designada por FCA).

Além disso, o Comité de Política Financeira (Financial Policy Committee, comumente designado por FPC) do Banco de Inglaterra tem uma influência nos requisitos prudenciais que possam ser impostos no sistema financeiro através dos seus poderes de direção e de recomendação.

O Barclays Bank PLC está autorizado e sujeito a supervisão prudencial solo pela PRA e sujeito à regulamentação e supervisão da conduta pela FCA. O Barclays também está sujeito à supervisão prudencial da PRA numa base consolidada do Grupo. O Barclays Services Limited é um representante nomeado do Barclays Bank PLC e da Clydesdale Financial Services Limited (os principais). Este estado permite ao Barclays Services Limited realizar atividades que de outra forma exigiriam autorização, com os diretores a assumir a responsabilidade regulamentar pela conduta do Barclays Services Limited como seu representante designado. As sucursais alemãs, francesas e italianas do Barclays Bank PLC também estão sujeitas a supervisão direta pelo Banco Central Europeu (BCE). O Barclays Bank Ireland PLC, licenciado como instituição de crédito pelo Banco Central da Irlanda, apresentou um pedido de extensão da sua licença atual para apoiar a capacidade do Grupo de prestar serviços a clientes da UE após o Brexit.

No seu papel de supervisor, a PRA procura manter a segurança e a solidez das instituições financeiras com o objetivo de reforçar, mas não de garantir, a proteção dos clientes e do sistema financeiro. A supervisão continuada, pela PRA, das instituições financeiras é realizada através de diversas ferramentas reguladoras, incluindo a recolha de informação através de retornos prudenciais, relatórios obtidos junto de pessoas competentes, visitas a empresas e reuniões regulares com a direção com vista a debater questões como o desempenho, a gestão de risco, a conduta e cultura e a estratégia.

A regulamentação e a supervisão de questões de conduta de mercado são da responsabilidade da FCA. A regulamentação da FCA das empresas no Reino Unido no Grupo é conduzida através de uma combinação de avaliação contínua, trabalho de projeto e temático regular baseado nas avaliações do sector da FCA, que analisam as diferentes áreas do mercado e os riscos que poderão vir a surgir.

Tanto a PRA como a FCA continuaram a desenvolver e a aplicar uma abordagem mais assertiva à supervisão e à aplicação das normas existentes. Isto pode incluir a aplicação de normas que antecipam ou vão além dos requisitos estabelecidos pelas normas globais ou da UE, quer em relação ao capital, alavancagem e liquidez, resolutividade e resolução ou questões de conduta.

A FCA tem mantido uma abordagem à aplicação da lei baseada na dissuasão credível que tem assistido a um crescimento significativo na dimensão das multas regulamentares. A abordagem parece seguir a tendência de um modelo mais americano de execução, incluindo a aplicação vigorosa de infrações criminais e regulamentares, aumento de multas e propostas de medidas relacionadas com o aumento da responsabilidade penal corporativa.

A FCA tem vindo a centrar-se fortemente no risco de conduta e nos resultados de satisfação dos clientes e continuará a fazê-lo. Isto incluiu uma atenção à conceção e funcionamento de produtos, ao comportamento dos clientes e ao funcionamento dos mercados. Isto pode afetar tanto a incidência dos custos de conduta como aumentar o custo da recuperação.

A FCA e a PRA também se têm centrado cada vez mais na responsabilidade individual dentro das empresas. Este foco é refletido no Regime de Diretores Senior e de Certificação (Senior Managers and Certification Regime, comumente designado por SMCR) que entrou em vigor em 2016. O SMCR, que implementa as recomendações no relatório final da Comissão Parlamentar de Normas Bancárias relativamente à responsabilidade individual em bancos, impõe um quadro de aprovação regulamentar, responsabilidade e adequação e estrutura de propriedade em relação a indivíduos seniores ou principais dentro das empresas relevantes.

O UK Serious Fraud Office (SFO) do RU tem desempenhado um papel ativo nos últimos anos na investigação e no processamento de fraudes complexas, suborno e corrupção. Se, como resultado de uma investigação, o SFO determinar que possui evidências suficientes para apoiar uma perspetiva realista de condenação, e o julgamento seria de interesse público, o SFO pode apresentar uma ação judicial. Alternativamente, o SFO pode considerar a utilização de um Acordo Judicial Diferido (Deferred Prosecution Agreement, comumente designado por DPA). Os DPA, que foram introduzidos em fevereiro de 2014, são acordos judicialmente supervisionados entre o SFO e as organizações que poderiam ser processadas, onde o SFO suspende os processos enquanto a organização em questão cumpre as condições impostas pelo DPA, tais como o pagamento de multas.

Supervisão nos EUA

As atividades e operações do Barclays nos EUA estão sujeitas à supervisão geral do Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal (Federal Reserve System, comumente designado por FRB), bem como a supervisão adicional, requisitos e restrições impostos por outros reguladores federais e estatais. O Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e as suas filiais e subsidiárias nos EUA estão sujeitos a um abrangente quadro regulamentar que envolve vários estatutos, regras e regulamentos, incluindo a Lei Bancária Internacional (International Banking Act, comumente designada por IBA) de 1978, a Lei da Holding Bancária (Bank Holding Company Act, comumente designada por BHC Act) de 1956 e a Lei PATRIOT (PATRIOT Act) de 2001,a Lei de Transações de Mercadorias, as leis de valores mobiliários e a Reforma de Wall Street de Dodd-Frank e a Lei de Proteção do Consumidor de 2010 (Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act, comumente designada por DFA), que alteraram de forma abrangente a regulamentação das instituições financeiras nos EUA em resposta à crise financeira. incluindo, a alteração dos outros estatutos acima mencionados. Em alguns casos, os requisitos dos EUA podem impor restrições às atividades globais do Barclays, além das suas atividades nos EUA.

O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC, juntamente com o Barclays US LLC (BUSL), a principal holding norte-americana do Barclays que detém substancialmente todas as subsidiárias e ativos norte-americanos do Barclays (incluindo o Barclays Capital Inc. e o Barclays Bank Delaware) são regulamentados como banco holdings (BHCs) pela FRB. O BUSL está sujeito a exigências semelhantes àquelas aplicáveis às grandes holdings bancárias nacionais dos EUA, inclusive em relação à adequação de capital, ao planeamento de capital e aos testes de esforço (incluindo a não objeção do FRB às distribuições de capital propostas), a gestão e governação de risco, liquidez, limites de alavancagem e relatórios de regulamentação financeira. As sucursais norte-americanas do Barclays Bank PLC estão também sujeitas a requisitos reforçados de supervisão prudencial relacionados, entre outros, com a liquidez e gestão de risco.

Dado que a Lei BHC geralmente restringe as atividades das BHCs ao sector da banca e às atividades relacionadas com o sector bancário, o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e o BUSL optaram por ser tratadas como holdings financeiras de acordo com a Lei BHC. O estatuto de holding financeira permite que estas entidades se envolvam numa variedade de atividades financeiras e afins, diretamente ou através de subsidiárias, incluindo a subscrição, negociação e negociação de títulos. A incapacidade de manter o estatuto de holding financeira pode resultar em penalidades cada vez mais rigorosas e, por fim, no encerramento ou cessação de determinadas operações nos EUA. Para se qualificar como holding financeira, o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC, como organizações bancárias estrangeiras e BHCs, e o BUSL, como o BHC, devem manter determinados índices de capital regulamentar acima dos requisitos mínimos e devem ser considerados “bem administrados” para fins regulamentares na banca dos EUA. Além disso, qualquer instituição de depósitos subsidiária norte-americana da organização bancária estrangeira ou BHC também deve manter determinados índices de capital regulamentar acima dos requisitos mínimos e ser considerada “bem administrada”, bem como ter pelo menos uma classificação “satisfatória” sob a Lei de Reinvestimento Comunitário de 1977.

Além da supervisão geral pelo FRB (e pelos bancos da reserva federal aplicáveis, determinadas filiais e subsidiárias do Barclays são regulamentadas por autoridades adicionais com base na localização ou atividades dessas entidades. As filiais do Barclays Bank PLC em Nova Iorque e na Flórida estão sujeitas a uma ampla supervisão e regulamentação, conforme aplicável, pelo Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (New York State Department of Financial Services, comumente designado por NYSDFS) e pelo Escritório de Regulamentação Financeira da Flórida. O Barclays Bank Delaware, um banco comercial com concessão em Delaware, está sujeito à supervisão e regulamentação do Gabinete do Comissário do Banco do Estado de Delaware. Os depósitos do Barclays Bank Delaware são segurados pela Corporação Federal de Seguro de Depósitos (Federal Deposit Insurance Corporation, comumente designada por FDIC), nos termos da Lei Federal Deposit Insurance Act, que também confere autoridade de supervisão da FDIC sobre o Barclays Bank Delaware e exige que o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e o BUSL atuem como uma fonte de solidez para o banco segurado. Isto pode, entre outros, exigir que estas entidades injetem capital no Barclays Bank Delaware caso não cumpra os requisitos de capital regulamentar aplicáveis.

As operações de corretor/distribuidor de títulos/valores mobiliários, consultoria em matéria de investimentos e atividades bancárias de investimento do Barclays US estão sujeitas a uma supervisão e regulamentação contínua por parte da Comissão de Títulos e Câmbios (Securities and Exchange Commission, comumente designada por SEC), da Autoridade Reguladora da Indústria Financeira (Financial Industry Regulatory Authority, comumente designada por FINRA) e de outras agências governamentais e órgãos de autorregulamentação (OAR) como parte de um regime abrangente da regulamentação de todos os aspetos da atividade imobiliária, sob as leis federais e estatais dos EUA aplicadas a valores mobiliários.

Da mesma forma, os futuros de mercadorias dos EUA, as opções de mercadorias, as operações relacionadas com swaps e de compensação de clientes do Barclays estão sujeitos à supervisão e regulamentação contínuas pela Commodity Futures Trading Commission (CFTC), pela National Futures Association e por outras SROs. O Barclays Bank PLC é também prudencialmente regulamentado como um swaps dealer, pelo que está sujeito às regras de swaps do FRB no que diz respeito à margem e aos requisitos de capital.

As atividades de retalho e consumo do Barclays nos EUA, incluindo as operações com cartões de crédito do Barclays Bank Delaware, estão sujeitas a supervisão e regulamentação diretas pelo Gabinete de Proteção Financeira aos Consumidores (Consumer Financial Protection Bureau, comumente designado por CFPB,). O CFPB tem autoridade para examinar e tomar medidas coercivas relacionadas com o cumprimento das leis e regulamentações federais relativas à prestação de serviços financeiros aos consumidores e à proibição de “ações e práticas injustas, enganosas ou abusivas”.

Supervisão na Ásia-Pacífico

As operações do Barclays na Ásia-Pacífico são supervisionadas e regulamentadas por uma vasta gama de reguladores nacionais, incluindo a Agência de Serviços Financeiros do Japão, o Banco do Japão, a Autoridade Monetária de Hong Kong, a Comissão de Valores Mobiliários e Futuros de Hong Kong, o Banco da Reserva da Índia, o Conselho de Valores Mobiliários e Câmbio da Índia e o Banco Popular da China, a Administração Estatal de Câmbio da China e a Comissão Reguladora Bancária da China. Esta supervisão e regulamentação abrangem as atividades desenvolvidas através de sucursais do Barclays Bank PLC na região Ásia-pacífico, bem como de subsidiárias do Grupo.

Desenvolvimentos globais a nível regulamentar
As alterações regulamentares continuam a afetar todas as grandes instituições financeiras. Tais alterações advêm de instituições globais como o G20, FSB, IOSCO e BCBS; da União Europeia a nível regional; e de reguladores nacionais, especialmente no Reino Unido e nos EUA.O nível de incerteza regulamentar e de supervisão enfrentado pelo Grupo e pelos mercados financeiros continua, de forma mais ampla, a permanecer elevado nos nossos principais mercados. Na UE, os órgãos legislativos e os reguladores têm vindo a implementar, e continuam a propor múltiplas reformas regulamentares financeiras, e as condições da eventual saída do Reino Unido da UE permanecem incertas, pelo que se o Reino Unido continuará a seguir a legislação da UE após o Brexit mantém-se incerta. Nos EUA, o ambiente regulamentar financeiro continua a evoluir devido a desenvolvimentos políticos e à implementação em curso das regulamentações decorrentes da DFA. Além disso, a aplicação de várias regras regionais numa base transfronteiriça aumenta a complexidade regulamentar para as instituições financeiras globais. Para obter mais informações, consulte o Fator de Risco intitulado "Agenda de Mudanças Regulamentares e impacto no Modelo de Negócio" na página 56.

O programa de reforma do quadro regulamentar global previamente acordado pelos Chefes de Governo do G20 em abril de 2009 continuou a ser desenvolvido ao longo de 2017. O G20 continua a monitorizar os riscos e as vulnerabilidades emergentes no sistema financeiro e afirmou que tomará medidas para as abordar, se necessário.

O FSB foi designado pelo G20 como o órgão responsável pela coordenação da execução do programa de reforma global no que respeita o sector dos serviços financeiros. Centrou-se particularmente nos riscos colocados pelas instituições financeiras sistemicamente importantes. Em 2011, os Chefes de Governo do G20 aprovaram as propostas do FSB para reformar a regulamentação de instituições financeiras sistemicamente importantes a nível global (Global Systematically Important Financial Institutions, comumente abreviadas G-SIFIs), incluindo Bancos Sistemicamente Importantes a nível global Global Systematically Important Banks, comumente abreviados G-SIBs). Em dezembro de 2017, o BCBS finalizou o quadro "Basileia III" (a estrutura regulamentar internacional do BCBS para bancos), com a maioria das mudanças previstas para dezembro de 2017 até 1º de janeiro de 2022, inclusive por reguladores em muitas jurisdições onde o Barclays opera.

Quadro regulamentar financeiro
A regulamentação de serviços financeiros pode ser categorizada da seguinte forma: (a) regulamentação prudencial, que visa promover a segurança e solidez das instituições financeiras e reduzir o risco no sistema financeiro; b) recuperação e resolução, cujo aspeto essencial é garantir que as G-SIFIs possam ser resolvidas sem recorrer ao apoio do contribuinte e minimizar as perturbações do mercado; (c) reforma estrutural e a regra de Volcker; d) regulamento relativo à infraestrutura de mercado, destinado a reforçar a proteção dos clientes, a estabilidade financeira e a integridade do mercado; e (e) conduta, cultura e outra regulamentação.

(a) Regulamentação prudencial
Determinadas normas de Basileia III foram implementadas na legislação da UE através da Diretiva de Requisitos de Capital IV (Capital Requirements Directive IV, comumente designada por CRD IV), que entrou em vigor em 2014 e incluiu requisitos novos ou melhorados para a qualidade e quantidade de capital, liquidez e alavancagem. Para além das normas mínimas exigidas pela CRD IV, a PRA espera que o Barclays, tal como os outros grandes bancos e sociedades de crédito do Reino Unido, cumpra um rácio Common Equity Tier 1 (CET1) de 7% ao nível do grupo consolidado desde 1 de janeiro de 2016.

Os G-SIBs são objeto de vários requisitos prudenciais adicionais, incluindo o de capacidade de absorção de perdas adicionais e buffers de capital adicionais acima do nível exigido pelas normas de Basileia III. O nível de buffer do G-SIB é definido pelo FSB de acordo com a importância sistémica de um banco e pode variar de 1% a 3,5% dos ativos ponderados pelo risco. Este buffer do G-SIB deve ser cumprido com investimentos comuns de capital.

Em novembro de 2017, o FSB publicou uma atualização da sua lista de G-SIBs, mantendo o buffer de G-SIB de 1,5% aplicável ao Barclays. O buffer do G-SIB adicional começou a ser faseado em janeiro de 2016, a partir do momento em que os G-SIBs foram obrigados a cumprir 25% do seu buffer designado. Este aumentou para 50% em 2017, para 75% em 2018 e para 100% em Janeiro de 2019. O Barclays também está sujeito, entre outros, a um buffer de capital contracíclico (countercyclical capital buffer, comumente designado por CCyB) com base nas taxas determinadas pelas autoridades reguladoras em cada jurisdição na qual o Barclays mantém exposições. Estas taxas podem variar em qualquer direção. Em 27 de junho de 2017, o FPC aumentou a taxa CCyB do Reino Unido de 0% para 0,5% com efeito vinculativo a partir de 27 de junho de 2018. Em novembro de 2017, o CPE aumentou a taxa CCyB de 0,5% para 1% com efeito vinculativo a partir de 28 de novembro de 2018.

Em janeiro de 2016, o BCBS aprovou um novo quadro de risco de mercado, incluindo as regras resultantes da sua análise fundamental da carteira de negociação (fundamental review of the trading book, comumente designada por FRTB). A implementação desta estrutura foi adiada, com o BCBS a definir uma data de implementação esperada a 1 de janeiro de 2022 para permitir uma revisão da calibração do quadro.

A finalização de Basileia III do BCBS, mencionada acima, entre outros, eliminou as abordagens baseadas em modelos para determinadas categorias de ativos ponderados pelo risco (RWAs) (por exemplo, RWAs de risco operacional, volatilidade de CVA e RWAs de risco de crédito para exposições de património líquido), reviu as ponderações de risco da abordagem padronizada para uma variedade de categorias de exposição, substituiu as quatro abordagens de risco operacional atuais (incluindo a abordagem de medição avançada) por uma única abordagem de medição padronizada, estabeleceu 72,5% de RWAs de abordagem padronizada para categorias de exposição como um floor para RWAs calculados sob abordagens avançadas (referidas como "floor de saída") e, para os G-SIBs, introduziu um buffer de rácio de alavancagem num montante igual a 50% do buffer de G-SIB aplicável utilizado para fins de RWA (ou seja, para o Barclays, um buffer de um rácio de alavancagem de 0,75%). Prevê-se que a maioria das alterações finais de Basileia III seja implementada a partir de 1 de janeiro de 2022, com um período de cinco anos para o floor de saída.

O BCBS também publicou as normas finais relativamente ao quadro de securitização e ao risco de taxa de juros na carteira bancária e as orientações sobre *step-in risk*. As normas finais para a medição e controlo de grandes exposições foram publicados pelo CBSB em abril de 2014 para entrarem em vigor em 2019. Em novembro de 2016, a Comissão Europeia adotou uma proposta (comumente referida como CRD V) para iniciar o processo legislativo para introdução destas normas na UE. Estas propostas, se implementadas na sua forma atual, implementariam, entre outros, o FRTB, reformulando as regras existentes relativas ao risco de mercado padronizado e avançado e as regras que regem a inclusão de posições na carteira de negociação regulamentar. As propostas também reforçariam as regras para o risco de crédito da contraparte, em linha com as propostas do BCBS finalizadas em 2014, fortalecendo as exigências relativas à alavancagem e a grandes exposições e introduzem um índice de financiamento estável líquido (NSFR), exigindo que os bancos financiassem os seus ativos com fontes de financiamento estáveis. A CRD V também propõe que: i) duas ou mais instituições de crédito ou empresas de investimento estabelecidas na UE tenham uma empresa-mãe comum estabelecida fora da UE e ii) o grupo tenha sido identificado como um G-SIB ou tenha entidades na UE (quer sejam filiais ou sucursais) com um total de ativos de pelo menos 30mM€ e o grupo deve criar uma empresa-mãe intermédia, autorizada, estabelecida e sujeita à supervisão de um Estado-Membro da UE.

A IFRS 9 (norma contabilística que cobre a contabilização de instrumentos financeiros), que foi adotada na legislação da UE pela Comissão Europeia em novembro de 2016, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018. Em outubro de 2016, o BCBS emitiu dois documentos sobre o tratamento das provisões contabilísticas no quadro regulamentar para considerar a futura mudança às provisões de perda de crédito esperadas ao abrigo das normas da IFRS e do Conselho de Normas de Informação Financeira (FASB). Um documento considerou regulamentos transitórios para integrar gradualmente o impacto de capital imediato das novas normas de provisionamento, enquanto o outro discutiu alterações mais fundamentais no reconhecimento de provisões de capital regulamentar e no quadro de ponderação de riscos. O BCBS publicou então uma abordagem provisória (incluindo disposições transitórias) em 29 de março de 2017, mantendo o tratamento regulamentar atual das disposições do quadro de Basileia para um período intercalar e propondo-se a considerar mais exaustivamente o tratamento regulamentar a mais longo-prazo das disposições. Em 28 de dezembro de 2017, entrou em vigor um Regulamento da UE para fornecer medidas transitórias para mitigar o impacto da introdução da IFRS 9, em grande parte, sobre o capital CET1 resultante das medidas contabilísticas de perda de crédito esperadas estabelecidas na IFRS 9. O Regulamento sido aplicado desde 1 de janeiro de 2018.

Nos EUA, as filiais norte-americanas do BUSL e do Barclays Bank PLC estão sujeitas a requisitos reforçados de supervisão prudencial, conforme exigido pela DFA e descritos acima sob o título “Supervisão nos EUA”.

Além dos regulamentos prudenciais já promulgados no âmbito do DFA, o FRB emitiu regulamentos propostos para a implementação do NSFR. O NSFR, tal como proposto pelo FRB, aplicar-se-ia a empresas holding de bancos dos EUA com mais de 250mM$ em ativos totais ou 10mM$ ou mais em exposições patrimoniais transfronteiriças, incluindo o BUSL e as subsidiárias de instituições depositárias consolidadas de tais organizações bancárias com mais de 10mM$ em ativos, incluindo o Barclays Bank Delaware. e acordo com a regra proposta, tais entidades seriam obrigadas a manter um nível mínimo de financiamento estável disponível que seja igual ou superior ao montante de financiamento estável exigido durante um período de um ano. Embora a proposta preveja uma data efetiva em 1 de janeiro de 2018, o FRB não finalizou a sua proposta de NSFR e o calendário de finalização é incerto.

Testes de esforço

O Grupo e alguns dos seus membros estão sujeitos a exercícios de testes de esforço em várias jurisdições. Estes exercícios incluem atualmente os programas dos testes de esforço do BoE, da FDIC, do FRB e o programa de testes de esforço bianual da EBA. Estes exercícios visam avaliar a resiliência dos bancos a desenvolvimentos económicos ou financeiros adversos e garantir que têm processos de gestão de capital e liquidez robustos e orientados para o futuro que representem os riscos associados ao seu perfil de negócio. A avaliação por parte dos reguladores é tanto quantitativa como qualitativa, sendo esta última centrada no fornecimento, na capacidade dos testes de esforço e em controlos e procedimentos de gestão interna do Grupo. A incapacidade de satisfazer os requisitos dos testes de esforço regulamentar ou a incapacidade de os reguladores aprovarem os resultados dos testes de esforço e os planos de capital do Grupo ou dos membros sujeitos a estes exercícios pode resultar da obrigação de o Grupo ou de alguns dos seus membros aumentarem a sua posição de capital ou limitar as distribuições de capital a quaisquer detentores externos das suas ações ou capitais ou dentro do Grupo.

Nos EUA, algumas holdings intermediárias de instituições financeiras formadas em 2016, incluindo o BUSL, não foram obrigadas a participar no processo de Análise e Revisão de Capital Abrangente (Comprehensive Capital Analysis and Review, comumente designado por CCAR) da FRB em 2017. Estas empresas tinham, no entanto e ao abrigo da regra do plano de capital do FRB, de apresentar um plano de capital ao FRB que foi submetido a um processo de análise confidencial com base nos critérios de avaliação da regra do plano de capital. Estes planos de capital não estavam sujeitos à avaliação quantitativa do FRB - que avalia a capacidade de uma empresa cumprir as suas exigências de capital sob esforço- sob os testes de esforço de supervisão ou da CCAR.

(b) Recuperação e Resolução

Quadro de estabilização e de resolução

Uma componente significativa do quadro legislativo da UE é a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (BRRD) de 2014, que estabelece um quadro para a recuperação e a resolução das instituições de crédito e empresas de investimento da UE. O RU implementou a BRRD através do despacho de Resolução e Recuperação Bancária de 2014, que alterou a Lei Bancária de 2009 (a Lei Bancária) e a Lei de Serviços Financeiros e Mercados de 2000 (Financial Services and Markets Act, comumente designada por FSMA) e o Despacho dos Bancos e Caixas Económicas (Building Societies) de 2014, que alterou a Lei da Insolvência de 1986 (entre outras legislações no âmbito da insolvência).

De acordo com a Lei Bancária, as autoridades de resolução do Reino Unido têm poderes para intervir e resolver uma instituição financeira do Reino Unido que já não é viável. De acordo com estas leis, o BoE (em concertação com a PRA e o Tesouro de Sua Majestade, conforme apropriado) tem várias opções de estabilização quando uma instituição bancária está em falência ou em risco de falência: (i) transferir alguns ou todos os títulos do banco para um comprador comercial; (ii) transferir parte ou a totalidade dos bens, direitos e obrigações do banco para um “banco de transição” detido na sua totalidade pelo BoE ou por um comprador comercial; (iii) transferir os ativos depreciados ou problemáticos para um veículo de gestão de ativos que lhes permitam ser geridos ao longo do tempo; (iv) cancelar ou reduzir determinados passivos da instituição ou converter passivos em capital próprio para absorver perdas e recapitalizar a instituição e (v) no caso de uma holding, transferir a instituição bancária para propriedade pública temporária. Além disso, o BoE pode solicitar uma ordem judicial de insolvência para liquidar a instituição ou colocar a instituição em administração especial. Ao exercer qualquer uma das suas competências de estabilização, o BoE deve, em geral, prever que os acionistas são os primeiros a sofrer perdas, seguidos pelos credores em conformidade com a prioridade dos seus créditos no âmbito de um processo normal de insolvência.

A fim de permitir o exercício dos seus poderes de estabilização, o BoE pode impor uma suspensão temporária dos direitos dos credores de rescindir, acelerar ou fechar os contratos e, em alguns casos, anular os eventos de incumprimento ou de rescisão que poderiam ser invocados como resultado de uma ação de resolução. Além disso, a Lei Bancária confere ao BoE o poder de anular, alterar ou impor condições ou obrigações contratuais entre um banco do Reino Unido, a sua holding e as empresas do seu grupo, a fim de permitir que qualquer cessionário ou banco sucessor opere efetivamente após a aplicação de quaisquer ferramentas de resolução. O Tesouro de Sua Majestade tem também poderes para alterar a lei (excluindo as disposições da Lei Bancária) com o intuito de permitir a utilização efetiva dos poderes do regime, potencialmente com efeito retrospetivo. Os poderes da Lei Bancária aplicam-se independentemente de quaisquer restrições contratuais e compensações que possam ser pagas.

Em julho de 2016, a PRA emitiu regras finais para garantir a continuidade operacional na resolução. As regras aplicar-se-ão a partir de 1 de janeiro de 2019 e exigirão que os bancos garantam que as suas estruturas operacionais facilitem a recuperação eficaz e o planeamento da resolução e a prestação continuada de funções importantes para a economia num cenário de resolução.

Em novembro de 2016, a Comissão Europeia propôs um pacote de alterações à BRRD, incluindo a introdução de duas novas ferramentas de moratória. A 28 de dezembro de 2017, entrou em vigor uma diretiva da UE que harmoniza a classificação prioritária de instrumentos de dívida não garantida ao abrigo de leis nacionais em matéria de insolvência. Os estados membros da UE devem transpor a diretiva para a lei nacional até 29 de dezembro de 2018.

A abordagem preferida do BoE para a resolução do Grupo é uma estratégia de recapitalização interna com um único ponto de entrada através do Barclays PLC. De acordo com essa estratégia, as subsidiárias do Barclays PLC permaneceriam operacionais, enquanto os passivos elegíveis do Barclays PLC seriam baixados ou convertidos em capital para recapitalizar o Grupo e permitir a continuidade da prestação de serviços e operações ao longo da resolução.

Embora os reguladores em muitas jurisdições tenham indicado uma preferência pela resolução de ponto único de entrada, podem ser aplicadas disposições adicionais de resolução ou de falência a algumas das filiais ou sucursais do Barclays Bank PLC. Nos EUA, o Título II da DFA estabeleceu a Autoridade para a Liquidação Ordenada, um regime para a liquidação ordenada de instituições financeiras sistematicamente importantes, que poderia ser aplicado ao BUSL. Em especial, quando uma instituição financeira sistematicamente importante está em incumprimento ou em perigo de incumprimento, a FDIC pode ser nomeada liquidatária ao abrigo da autoridade para a liquidação ordenada em vez de a instituição ser resolvida através de um processo voluntário ou involuntário nos termos do Código de Falências dos EUA. Em determinadas circunstâncias, incluindo insolvência, violações da lei e práticas comerciais inseguras, as autoridades de licenciamento de cada sucursal norte-americana do Barclays Bank PLC e do Barclays Bank Delaware têm autoridade para tomar posse dos negócios e bens da entidade Barclays aplicável que licenciam ou para revogar ou suspender tal licença. Podem aplicar-se regimes de resolução específicos a certas entidades ou sucursais do Barclays noutras jurisdições em que o Barclays faz negócios.

TLAC e MREL

A DRRB exige que as autoridades competentes imponham um “requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis” (“MREL”) às instituições financeiras para facilitar a sua resolução ordeira sem perturbações financeiras ou recurso a fundos públicos. Após a finalização da BRRD, em novembro de 2015, o FSB finalizou as suas propostas para melhorar a capacidade de absorção de perdas de G-SIBs para garantir que existe uma capacidade suficiente de absorção e recapitalização de perdas disponível na resolução para implementar uma resolução ordenada que minimiza o impacto na estabilidade financeira, assegura a continuidade de funções críticas e evita a exposição dos contribuintes a perdas. Para tal, o FSB estabeleceu um novo requisito mínimo de “Capacidade de Absorção de Perdas Totais” (Total Loss Absorbing Capacity, comumente abreviado TLAC). Como a norma TLAC exige que uma determinada quantidade de recursos absorventes de perdas seja empenhada em subsidiárias ou subgrupos que estão localizados em jurisdições hospedeiras e considerados relevantes para a resolução do G-SIB como um todo, o FSB publicou princípios orientadores sobre a TLAC em 6 de julho de 2017. Estes princípios fornecem orientação sobre o tamanho e a composição do requisito de TLAC interna, cooperação e coordenação entre as autoridades domésticas e anfitriãs e o mecanismo de acionamento para a TLAC interna.

A UE propôs implementar a norma TLAC (incluindo TLAC interna) através do requisito MREL e a Comissão Europeia propôs alterações na sua proposta da CRD V para tal. Como as propostas permanecem em preparação é incerto quais serão os requisitos e calendarização finais. Nos termos da declaração de políticas sobre MREL, o BoE irá definir MREL para G-SIBs do Reino Unido conforme necessário para implementar a norma TLAC e os requisitos MREL específicos da instituição ou do grupo específico dependerão da estratégia de resolução preferida para essa instituição ou grupo. O MREL entrará em funcionamento a partir de 1 de janeiro de 2019 e será plenamente implementado até 1 de janeiro de 2022, altura em que G-SIBs com entidades de resolução incorporadas no Reino Unido, incluindo o Barclays, terão de cumprir um MREL equivalente ao mais elevado de (i) duas vezes a soma dos requisitos do Pilar 1 e do Pilar 2A ou (ii) o mais elevado de duas vezes o seu rácio de alavancagem ou 6,75% das exposições de alavancagem. No entanto, a PRA irá rever a calibração de MREL até ao final de 2020, incluindo a avaliação da proposta de recapitalização do Pilar 2A, o que pode conduzir a uma exigência MREL de 1 de janeiro de 2022 diferente da atualmente proposta. Além disso, propõe-se que o capital CET1 não possa ser contabilizado tanto para o MREL como para o requisito do buffer combinado (combined buffer requirement, comumente designado por CBR), o que significa que o CBR será aplicado efetivamente acima dos requisitos do Pilar 1 e do Pilar 2A relativos aos fundos próprios e ao MREL.

Em outubro de 2016, o BCBS publicou a sua norma final sobre o tratamento prudencial dos investimentos dos bancos em instrumentos TLAC emitidos por outras instituições, confirmando que os bancos internacionalmente ativos (G-SIB e não G-SIB) devem deduzir as suas participações em instrumentos de TLAC que não se qualificam como capital regulamentar do seu próprio capital de Nível 2. Nos casos em que o banco investidor detenha menos de 10% das ações ordinárias do banco emissor, as participações de TLAC serão deduzidas do capital de Nível 2 somente na medida em que excedam 10% do património líquido do banco investidor (ou 5% para participações TLAC de capital não regulamentar); abaixo deste limiar, as participações seriam, em vez disso, sujeitas a ponderação de risco. Os G-SIBs só podem aplicar a ponderação de risco às participações TLAC de capital não regulamentar pelo limiar de 5%, quando essas participações se encontrem na carteira de negociação e sejam vendidas no prazo de 20 dias úteis.

Em dezembro de 2016, o FRB emitiu os regulamentos finais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC) que se aplicarão ao BUSL. A regra para TLAC final do FRB, embora geralmente seguindo a tabela de termos do FSB, contém uma série de disposições que são mais restritivas. Por exemplo, a regra para TLAC do FRB inclui disposições que exigem que o BUSL (a sociedade intermediária gestora de participações sociais do Barclays) tenha (i) um montante pendente especificado de dívida de longo-prazo elegível, (ii) um montante pendente especificado de TLAC (que consiste em capital regulamentar de ações ordinárias e preferenciais mais dívida a longo-prazo), e (iii) um buffer de capital próprio especificado. Além disso, a regra para TLAC do FRB proibiria o BUSL enquanto o plano de resolução geral do Grupo tratar o BUSL como uma entidade não resolutiva, de emitir TLAC para outras entidades que não o Grupo e suas subsidiárias não norte-americanas.

Imposto Bancário

A BRRD exige que os estados-membros da UE estabeleçam fundos de resolução pré-financiados de 1% dos depósitos cobertos a serem construídos até 31 de dezembro de 2024 para cobrir os custos das resoluções bancárias. Quando o montante desse pré-financiamento é insuficiente, a BRRD exige que os estados-membros da UE aumentem as contribuições subsequentes. O governo do Reino Unido aumenta as contribuições pré-financiadas e subsequentes que seriam necessárias se as contribuições pré-financiadas não cobrirem custos ou outras despesas incorridas pela utilização dos fundos de resolução por meio de um imposto sobre os balanços dos bancos conhecidos como “Imposto Bancário”.

Planeamento da Recuperação e Resolução

A PRA criou regras que exigem que as empresas autorizadas elaborem planos de recuperação e pacotes de resolução, conforme planeado pela BRRD. Os planos de recuperação são concebidos para delinear ações de recuperação credíveis que as empresas autorizadas podem implementar em caso de esforço severo com o intuito de restaurar a sua atividade para uma condição estável e sustentável. O pacote de resolução contém informações detalhadas acerca da empresa autorizada em questão, que serão utilizadas para desenvolver estratégias de resolução para essa empresa, avaliar o seu nível de resolutividade atual face à estratégia, e para informar o trabalho em identificar barreiras para a implementação de planos de resolução operacional. No Reino Unido, o trabalho de Planeamento de Recuperação e Resolução (RRP) é considerado parte da supervisão contínua. A remoção de possíveis impedimentos a uma resolução ordenada do Grupo ou uma ou mais das suas subsidiárias é considerada parte integrante da estratégia de supervisão do BoE e da PRA para cada empresa, e a PRA pode exigir que as empresas façam alterações significativas a fim de melhorar a resolutividade. O Barclays oferece ao PRA um Plano de Recuperação anualmente e um Pacote de Resolução a cada dois anos.

Nos EUA, o Título I da DFA e os regulamentos de implementação emitidos pelo FRB e pelo FDIC exigem que cada holding com ativos de 50mM$ ou mais, incluindo o Barclays, prepare e envie anualmente um plano para a resolução ordenada de subsidiárias e operações no caso de futuros problemas financeiros materiais ou incumprimento. A próxima submissão do Barclays será entregue em 1 de julho de 2018.

Requisitos semelhantes (que incluem poderes para que as autoridades competentes adotem medidas de resolução) estão em vigor ou deverão entrar em vigor brevemente em várias outras jurisdições, o que afetará o Grupo na medida em que tenha operações numa jurisdição relevante.

(c) Reforma estrutural e regra de Volcker

Os desenvolvimentos recentes nas leis e regulamentações relativas aos bancos no Reino Unido têm incluído legislação concebida para proteger as atividades de retalho e de aceitação de depósitos de pequenas empresas dos grandes bancos. A Lei da Reforma Bancária estabeleceu um quadro para esta delimitação e legislação secundária promulgada em 2014 elaborada com base no funcionamento e aplicação das medidas de proteção. A delimitação irá exigir, entre outras, a separação das atividades de retalho e de aceitação de depósitos de pequenas empresas de bancos britânicos no Reino Unido e de filiais de bancos britânicos no Espaço Económico Europeu (EEE) numa entidade juridicamente distinta, operacionalmente separada e economicamente independente, que não será autorizada a desenvolver uma série de atividades a partir de 1 de janeiro de 2019. A PRA publicou regras de delimitação que determinam melhor como os bancos delimitados estarão autorizados a funcionar. Outras regras publicadas pela FCA estabelecem as divulgações que os bancos não delimitados devem fazer aos possíveis titulares de uma conta de bancos não delimitados que são singulares.

A regulamentação dos EUA coloca limites substantivos adicionais às atividades que podem ser conduzidas por bancos e holdings, incluindo organizações bancárias estrangeiras, como o Barclays. A “Regra de Volcker”, que fazia parte da DFA e entrou em vigor nos EUA em 2015, proíbe as entidades bancárias de realizar determinadas atividades de negociação proprietárias e limita a capacidade dessas entidades em patrocinar ou investir em determinados fundos de investimento de capitais privados e fundos de cobertura (em cada caso amplamente definido). Conforme exigido pela regra, o Barclays desenvolveu e implementou um vasto programa de conformidade e monitorização, abordando transações por conta própria e fundos cobertos (dentro e fora dos EUA).

(d) Regulação da infraestrutura de mercado

Nos últimos anos, os reguladores centraram-se em melhorar a transparência e reduzir o risco nos mercados, particularmente os riscos relacionados com as transações no mercado de balcão (over-the-counter - OTC). Este foco resultou numa série de novas regulamentações nos países do G20 e além, que exigem ou incentivam a negociação no local, a compensação, o lançamento de margens e a divulgação de informações relacionadas com muitas transações com derivados. Alguns dos desenvolvimentos mais significativos são descritos abaixo.

O Regulamento sobre a Infraestrutura do Mercado Europeu (European Market Infrastructure Regulation, comumente designado por EMIR) introduziu novas exigências para melhorar a transparência e reduzir os riscos relacionados com o mercado de derivados, algumas das quais ainda devem ser plenamente implementadas. O EMIR exige que determinadas entidades que celebram contratos de derivados: relatem tais transações; liquidem certas transações do mercado de balcão (over the counter, comumente designado por OTC), quando obrigadas a fazê-lo; e implementem normas de mitigação de riscos em relação a OTC não negociados. A obrigação de compensar derivados aplica-se apenas a certas contrapartes e tipos específicos de derivados. Em outubro de 2016, a Comissão Europeia adotou um regulamento delegado relativo à troca de garantias, uma das técnicas de mitigação de riscos no âmbito do EMIR. As disposições relativas à margem inicial entraram em vigor, estando sujeitas a uma fase até 1 de setembro de 2020. As disposições relativas à margem de variação já entraram em vigor. O EMIR tem potenciais impactos operacionais e financeiros no Grupo, incluindo a imposição de requisitos de garantia.

A Comissão Europeia propôs recentemente várias alterações técnicas ao EMIR, algumas das quais poderiam resultar na obrigatoriedade de algumas contrapartes centrais (CCPs) utilizadas pelo Grupo se deslocarem para uma jurisdição da área do euro. As alterações propostas podem ter impactos operacionais e financeiros adicionais nos negócios de derivados do Grupo.

A CRD IV visa complementar o EMIR através da aplicação de requisitos de capital mais elevado para transações de derivados do mercado de balcão bilaterais, não compensados. Os requisitos de capital mais baixo para transações de derivados compensados estão disponíveis apenas se a contraparte central através da qual a transação é reconhecida como uma “contraparte central qualificada” (qualifying central counterparty, comumente designada por QCCP) que foi autorizada ou reconhecida pelo EMIR (de acordo com as normas técnicas vinculativas). Podem aplicar-se requisitos de capital mais elevado ao Grupo após a saída do Reino Unido da UE se as CCPs do Reino Unido não forem consideradas QCCPs e vice-versa.

A Diretiva de Mercados de Instrumentos Financeiros e do Regulamento de Instrumentos Financeiros (coletivamente referidos como MiFID II) tem sido aplicada em grande parte desde 3 de janeiro de 2018. A MiFID II afeta muitos dos mercados de investimento em que o Grupo opera, os instrumentos em que negoceia bem como a forma como transaciona com contrapartes de mercado e outros clientes. As alterações introduzidas pela MiFID II incluem: a introdução de um novo tipo de plataforma de negociação (o sistema de negociação organizado), que captura a negociação de títulos não representativos não abrangidos pela MiFIDI; o fortalecimento da conduta dos requisitos de negócios, incluindo no que respeita aos conflitos de interesse; a expansão do conceito e das exigências aplicáveis a empresas que negoceiam com base no seu próprio capital (internalizadores sistemáticos); e o aumento das obrigações das empresas para assegurar a melhor execução para o seu cliente. Além disso, a MiFID II determina uma obrigação comercial para determinados tipos de derivados compensados.

A MiFID II reforça as proteções dos investidores, impõe novas restrições à alta frequência e ao comércio de mercadorias, aumenta a transparência pré e pós-negociação e introduz um novo regime para empresas de países terceiros (não pertencentes à UE). A MiFID II inclui igualmente novas exigências relacionadas com o acesso não discriminatório a plataformas de negociação, contrapartes centrais e índices de referência, bem como competências e sanções de supervisão harmonizadas em toda a UE.

Algumas regras finais e orientações sobre a aplicação da MiFID II ainda não foram publicadas e, por isso, prevemos o desenvolvimento contínuo da aplicação das regras no mercado em 2018.

Os reguladores dos EUA impuseram regras semelhantes às da UE no que diz respeito à negociação obrigatória no local e à compensação de certos derivados e à transparência pós-negociação, bem como em relação à margem dos derivados OTC. Os reguladores dos EUA abordaram a aplicabilidade de algumas das suas regulamentações às transações transfronteiriças e continuam a analisar e a considerar as suas regras no que respeita à sua aplicação numa base transnacional, inclusive relativamente aos seus requisitos de registo em relação à não conformidade dos swap dealers não americanos e aos swap dealers baseados em títulos. Os reguladores podem adotar novas regras ou fornecer orientações adicionais sobre a aplicabilidade transfronteiriça dessas regras. Em dezembro de 2017, a CFTC e a Comissão Europeia reconheceram as plataformas de negociação da jurisdição de cada uma para permitir que os participantes no mercado cumprissem os requisitos obrigatórios de negociação no local enquanto negociavam em determinados locais reconhecidos pela outra jurisdição.

O Regulamento dos Índices de Referência entrou em vigor em junho de 2016. Embora se tenham aplicado algumas disposições desde 2016, a maioria foi aplicada a partir de 3 janeiro de 2018 (sujeitas a disposições transitórias). Este Regulamento aplica-se à administração, à contribuição dos dados e à utilização dos índices de referência na UE. As instituições financeiras da UE serão proibidas de utilizar índices de referência, a menos que os seus administradores estejam autorizados, registados ou reconhecidos na UE. Isto pode afetar a capacidade do Barclays de utilizar determinados índices de referência no futuro.

Em 2015, a Comissão Europeia iniciou os trabalhos sobre a criação de uma União dos Mercados de Capitais (Capital Markets Union, comumente designada por CMU) dentro da UE. A CMU pretende aumentar a disponibilidade de financiamento não bancário na UE, aprofundar o mercado único para serviços financeiros e promover o crescimento e a estabilidade financeira. O programa de trabalho da CMU está agora a ser considerado face ao Brexit. Por conseguinte, as propostas recentes incluiam poderes de supervisão central consideravelmente alargados para as Autoridades de Supervisão Europeias (European Supervisory Authorities, comumente designadas ESAs) (incluindo em relação à externalização e delegação e transferência de riscos pelas entidades autorizadas na UE a entidades ou sucursais em países terceiros) e uma atenção acrescida pelas ESAs nas avaliações de equivalência em curso no contexto de regimes de países terceiros em vários regulamentos e diretivas da UE.

Determinados participantes nestes mercados são obrigados a registar-se no CFTC como “swap dealers” ou “major swap participants” e/ou, seguindo a data de conformidade para as regras relevantes da SEC, com a SEC como “security-based swap dealers” ou “major security- based swap participants”. Tais inscrições estariam sujeitas a regulamentação e supervisão da CFTC e da SEC. A SEC finalizou as regras que regem o registo de security based swap dealer em 2015, mas esclareceu que o prazo para registo está dependente da finalização de algumas regras adicionais no Título VII da DFA, das quais várias ainda estão pendentes. As regras adicionais da SEC que regem as transações de swap baseadas em títulos (security-based swap transactions), incluindo a elaboração de relatórios sobre swaps baseados em títulos, entrarão em vigor após a data de registo como security-based swap dealer. As entidades obrigadas a registar-se estão sujeitas a requisitos de conduta comercial e de manutenção de registos e estarão igualmente sujeitas a requisitos de capital e de margem relacionados com transações com determinadas contrapartes dos EUA e fora dos EUA. O Barclays Bank PLC está registado provisoriamente na CFTC como swap dealer. No que diz respeito à margem e ao capital, o Barclays está sujeito às regras do FRB em relação ao seu negócio de swaps dealer.

A CFTC aprovou certas determinações de comparabilidade que permitiriam o cumprimento não integral com os regimes regulamentares não norte-americanos para certos regulamentos de swap relacionados com requisitos de conduta comercial e outros requisitos, enquanto outras determinações se mantêm pendentes. Mais recentemente, em outubro de 2017, a CFTC emitiu um despacho que permitia a conformidade substituída com as regras de margem da UE para determinados derivados não compensados. No entanto, uma vez que o Barclays está sujeito às regras de margem do FRB, não se beneficiará da ação da CFTC, a menos que o FRB adote uma abordagem semelhante. A CFTC declarou que as suas regras a nível de transações (como exigências de margem e documentação) seriam aplicadas a certas transações celebradas entre um swap dealer não norte-americano e uma contraparte não norte-americana, se as transações forem organizadas, negociadas ou executadas por pessoal nos EUA, mas atrasou a data de conformidade para este requisito inúmeras vezes até à data efetiva de futuras ações da CFTC que abordam a forma como cada requisito a nível de transação deve ser aplicado.

Não é claro se serão efetuadas outras alterações nas regras propostas pela CFTC ou quando se tornarão efetivas. Além disso, é incerto se e em que medida outros órgãos reguladores dos EUA, como o FRB, adotarão uma abordagem semelhante à da CFTC em relação ao cumprimento não integral.

(e) Conduta, cultura e outra regulação

Conduta e cultura

A 7 de março de 2016, a PRA e a FCA introduziram medidas para aumentar a responsabilidade individual dos diretores seniores e outros beneficiários no sector bancário. O novo regime compreende o “Regime de Diretores Sénior", que se aplica a um número limitado de pessoas com responsabilidades de direção sénior dentro de uma empresa, o “Regime de Certificação”, que visa avaliar e monitorizar a aptidão e propriedade de uma série mais ampla de funcionários que poderiam representar um risco significativo para a empresa ou para os seus clientes, e regras de conduta que os indivíduos sujeitos a qualquer regime devem cumprir. A partir de março de 2017, as regras de conduta aplicaram-se mais amplamente a outros funcionários de empresas no âmbito do regime. A Lei de Serviços Financeiros de 2010, entre outros, exige que o regulador do Reino Unido crie regras sobre remunerações e exige que as empresas regulamentadas tenham uma política de remuneração consistente com uma gestão de riscos eficaz.

A Lei Bancária alterou também a FASMA para permitir que a FCA estabeleça regras que exijam às empresas operar um esquema de tutela coletiva dos consumidores para lidar com casos de falha generalizada por empresas regulamentadas para atender a requisitos normativos que possam ter causado prejuízo ao cliente.

Os reguladores norte-americanos melhoraram o seu foco na promoção de valores culturais como uma área-chave para os bancos, apesar de estes geralmente verem a responsabilidade como se assentasse principalmente na indústria.

Proteção de dados e PSD2

O Barclays tem de cumprir as leis nacionais de proteção de dados, que regem a recolha, utilização e divulgação de dados pessoais, na maioria dos países onde opera. A partir de 25 de maio de 2018, as leis de proteção de dados em toda a UE serão substituídas por um único Regulamento Geral de Proteção de Dados (General Data Protection Regulation, comumente designado por GDPR) que reforça os direitos e as proteções disponíveis aos titulares de dados. O governo britânico confirmou que o Reino Unido irá adotar e aplicar o GDPR a partir de maio de 2018 e foi publicado um projeto de lei para implementar o GDPR. O impacto no Barclays será significativo, afetando não só as entidades do Grupo que operam e processam dados pessoais dentro da UE, mas também aqueles que oferecem bens ou serviços, ou monitorização de indivíduos na UE. O GDPR contém penalidades significativas para as violações e não cumprimento da proteção de dados, até 4% do volume de negócios global do Grupo.

Uma série de desenvolvimentos recentes indicou um claro desejo político e regulamentar de tornar a informação de caráter transacional de contas de clientes mais facilmente acessível aos clientes e às partes que lhes prestam serviços, como por exemplo a revisão da diretiva relativa a serviços de pagamento (Payment Services Directive, comumente designada por PSD2) (que, de acordo com os requisitos dessa diretiva, deve ser implementada até 13 de janeiro de 2018). Para além de tentar harmonizar as regras de conduta para todos os prestadores de serviços de pagamento eletrónico na UE, a PSD2 também cria um novo regime de autorização prudencial para os prestadores de serviços de pagamento não bancários. A PSD2 substitui a anterior Diretiva relativa aos serviços de pagamento e tem um âmbito mais alargado, aplicando requisitos de transparência e informação às operações de pagamento em todas as moedas em que o prestador de pelo menos uma parte do serviço de pagamento se encontra na UE.

Cibersegurança

Os reguladores na UE e nos EUA têm-se centrado cada vez mais na gestão de risco de cibersegurança para as organizações bancárias e propuseram leis e regulamentos e outros requisitos que necessitam da implementação de uma variedade de requisitos às entidades reguladas do Barclays. Estes incluem, entre outros, a adoção de políticas de cibersegurança e de procedimentos que cumpram critérios específicos, medidas de segurança mínimas exigidas, novos requisitos de certificação da conformidade e elaboração de relatórios e várias outras medidas de governação do risco de informação e cibersegurança. Quando implementadas, as propostas podem aumentar os custos de tecnologia e conformidade para o Barclays.

Sanções e crime financeiro

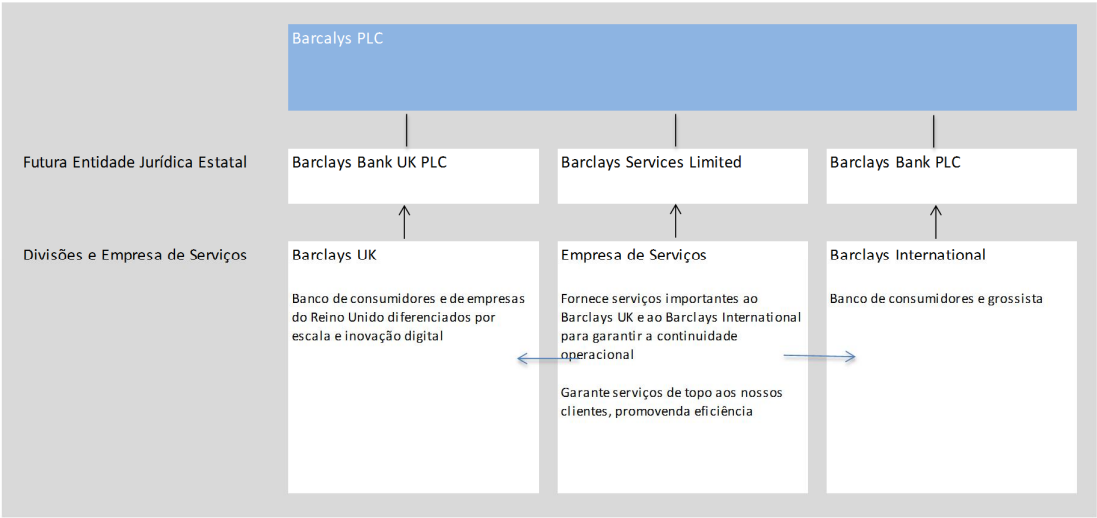
A Lei contra o Suborno de 2010 do Reino Unido introduziu uma nova forma de responsabilidade criminal corporativa centrada na incapacidade de uma empresa em evitar o suborno em seu nome. A legislação tem ampla aplicação e, em determinadas circunstâncias, pode ter impacto extraterritorial em relação a entidades, pessoas ou atividades localizadas fora do Reino Unido, incluindo o Barclays PLC e as suas subsidiárias. Na prática, a legislação exige que o Barclays disponha de procedimentos adequados para evitar o suborno que, devido à natureza extraterritorial do estatuto, torna este processo complexo e dispendioso.

A 30 de setembro de 2017, a Lei contra o Crime Financeiro (Criminal Finances Act) de 2017 introduziu novos delitos corporativos relativos à incapacidade de impedir a facilitação de evasão fiscal no RU e no estrangeiro. A legislação tem uma aplicação extraterritorial muito ampla e pode abarcar entidades, pessoas e atividades localizadas fora do RU, incluindo o Barclays PLC e respetivas subsidiárias. Requer também que Barclays implemente procedimentos de prevenção da facilitação de evasão fiscal por pessoas que pertençam ou representem o Barclays.

A lei relativa ao sigilo bancário (Bank Secrecy Act), a USA PATRIOT Act de 2001 e os regulamentos neles contidos contêm inúmeros requisitos relativos ao combate ao branqueamento de capitais e de financiamento antiterrorista para instituições financeiras. Além disso, o Barclays está sujeito à Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior (US Foreign Corrupt Practices Act) dos EUA, que proíbe determinados pagamentos a funcionários estrangeiros, bem como regras e regulamentos relativos a sanções económicas e programas de embargo administrados pelo Gabinete de Controlo dos Ativos Estrangeiros dos EUA, que restringem certas atividades comerciais com determinados indivíduos, entidades, grupos, países e territórios.

Entrarão em vigor duas novas regras regulamentares significativas nos EUA em 2018: a Regra 504 do Departamento de Serviços Financeiros (DSF) de Nova Iorque, e a regra de Devidas Diligências de Clientes (CDD) da Financial Crime Enforcement Network (FinCEN) do Departamento do Tesouro dos EUA. A Regra 54 enumera os requisitos detalhados de filtragem e triagem de potenciais violações da Lei do Sigilo Bancário e de medidas anti branqueamento de capitais, bem como transações com entidades sancionada. É aplicável a instituições reguladas pelo DSF (incluindo o Barclays Bank PLC, divisão de Nova Iorque) e requer que um oficial executivo do banco certifique o cumprimento. A Regra CDD requer que o Barclays identifique beneficiários efetivos naturais acima de um determinado limite de clientes que constituem entidades jurídicas no mercado americano.

Em alguns casos, os regulamentos estatais e federais nos EUA relativos a sanções, branqueamento de capitais e outros crimes financeiros podem afetar entidades, pessoas ou atividades fora dos EUA, incluindo o Barclays PLC e respetivas subsidiárias. A aplicação destes regulamentos tem sido alvo de um grande foco por parte das políticas estatais e federais americanas relativas a instituições financeiras nos últimos anos. Se uma instituição financeira não garantir o seu cumprimento, pode sofrer graves consequências jurídicas, financeiras e para a reputação da instituição.



Reforma estrutural

Visão geral

O Barclays pretende separar-se por delimitação, transferindo a divisão Barclays UK do Barclays Bank PLC para o Barclays Bank UK PLC, o banco delimitado do Grupo. Imediatamente após esta transferência, as ações do Barclays Bank PLC no Barclays Bank UK PLC serão distribuídas para a Empresa-mãe, o Barclays PLC, definindo o Barclays Bank UK PLC como subsidiária direta do Barclays PLC. O Barclays Bank PLC continuará a integrar a divisão Barclays International. As duas entidades bancárias funcionarão paralelamente, juntamente com a Barclays Services Limites (a Empresa de Serviços), como subsidiárias do Barclays PLC no Grupo Barclays.

Para alcançar esta estrutura alvo estatal, o Barclays terá de realizar uma série de transferências jurídicas, incluindo a transferência de ativos, passivos e acordos contratuais de clientes e de não clientes.

O Barclays emprega um processo aprovado por tribunal para o sistema de transferência de delimitação (RFTS), conforme estabelecido na Lei De Mercados e Serviços Financeiros de 2000, na execução da maioria destas transferências. Além das transferências efetuadas através do RFTS, certos itens serão transferidos por outros acordos.

O Barclays está no rumo certo para garantir o cumprimento dos requisitos de delimitação, com bastante antecedência em relação ao prazo legal de 1 de janeiro de 2019.

Calendário

O calendário da Reforma Estrutural do Barclays, incluindo o progresso até à data e marcos futuros indicativos, é o seguinte:

- **2015:**
  - O Barclays Bank UK PLC, a entidade jurídica que se tornará o banco delimitado, foi incorporado.

- **2016:**
  - As divisões empresariais Barclays UK e Barclays International foram estabelecidas
  - A sociedade intermédia gestora do Barclays nos EUA foi estabelecida como sociedade gestora global para as subsidiárias do Barclays nos EUA, incluindo o Barclays Capital Inc. (sociedade corretora nos EUA) que possui negócios-chave na banca de investimento, e o Barclays Bank Delaware que opera o Barclaycard US
  - O pedido de autorização bancária do Barclays Bank UK PLC foi apresentado aos reguladores
  - A empesa de serviços tornou-se subsidiária direta do Barclays PLC.

- **2017:**
  - Licença bancária (com restrições) concedida ao Barclays Bank UK PLC em abril de 2017
  - A maioria dos ativos, passivos e outros itens relacionados com a prestação de serviços foram transferidos do Barclays Bank PLC para a Empresa de Serviços, o que fez com que a consolidação da Empresa de Serviços ficasse substancialmente concluída
  - As transferências de colaboradores para as entidades empregadoras da estrutura-alvo decorreram em setembro de 2017, ao abrigo do Regulamento de Transferência de Entidades de 2006 (Proteção do Emprego)
  - Os códigos de classificação foram divididos entre o Barclays Bank UK PLC e o Barclays Bank PLC, com a última tranche a ser concluída em janeiro de 2018, para que todos os códigos de classificação do Grupo correspondam a um único banco
  - O processo judicial do RFTS foi iniciado, com a Audiência de Direções a decorrer no High Court of England and Wales a 10 de novembro de 2017, na qual foi aprovada o programa de comunicações do Grupo Barclays para notificar clientes e outras partes interessadas to RFTS.

- **2018:**
  - Irá decorrer a 26 e 27 de fevereiro de 2018 a Audição de Aprovação, na qual o Tribunal irá aprovar o RFTS do Barclays
  - Mediante a aprovação do RFTS pelo Tribunal, os negócios e itens relacionados do Barclays UK serão transferidos para o Barclays Bank UK PLC à data de entrada em vigor do RFTS, atualmente prevista para 1 de abril de 2018

Imediatamente após as transferências do RFTS, as ações do Barclays Bank UK PLC serão transferidas do Barclays Bank PLC para o Barclays PLC, estabelecendo o Barclays Bank UK PLC como uma subsidiária direta do Barclays PLC.

As demonstrações pró-forma ilustrativas e não auditadas para o Barclays Bank UK PLC e o Barclays Bank PLC estão disponíveis em home.barclays.com/annualreport.

Nota
Uma ilustração das divisões dos negócios do Barclays na preparação para a delimitação regulamentar. Os planos estão sujeitos a aprovações internas e regulamentares e podem mudar.

Análise Financeira
Índice

Uma análise do desempenho do Grupo do Banco Barclays, incluindo os indicadores-chave de desempenho, e da contribuição de cada um dos nossos negócios para o desempenho global do Grupo.

Análise financeira

	Página
▪ Medidas de desempenho	136
▪ Demonstração dos resultados resumida consolidada	137
▪ Comentário à demonstração de resultados	138
▪ Balanço resumido consolidado	139
▪ Comentário sobre o balanço	140
▪ Análise de resultados por negócio	141
▪ Medidas de desempenho Não-IFRS	149

Medidas de desempenho

Na avaliação do desempenho financeiro do Barclays Bank Group, a gestão utiliza uma série de medidas de desempenho que se focam na resistência financeira e na gestão de custos do Grupo.

Medidas de desempenho Não-IFRS

A gestão do Barclays Bank acredita que as medidas de desempenho Não-IFRS incluídas neste documento fornecem informações importantes para os leitores das demonstrações financeiras, uma vez que permitem ao leitor identificar uma base mais consistente para a comparação do desempenho empresarial entre períodos financeiros, e fornece mais detalhes no que toca aos elementos de desempenho cujos gestores destes negócios conseguem influenciar de forma mais direta ou que são mais relevantes para uma avaliação do Grupo. Também refletem um aspeto importante na forma como metas operacionais são definidas e como o desempenho é monitorizado pela gestão do Barclays Bank. No entanto, quaisquer medidas de desempenho Não-IFRS neste documento não substituem as medidas IFRS e os leitores devem ter também em consideração as medidas IFRS. Consulte a página 149 para mais informações sobre as medidas de desempenho Não-IFRS incluídas nesta secção, e as medidas IFRS mais diretamente comparáveis.

Definição	Por que é importante e de que forma o Grupo reagiu	
Rendimento total Definido como rendimento total.	O rendimento total é um indicador-chave do desempenho financeiro para muitas das partes interessadas do Grupo, e o crescimento do rendimento é uma prioridade-chave para a gestão do Grupo. O rendimento total diminuiu 7% para 20 937 M£, refletindo uma redução de 1 432 M£ na Sede e uma diminuição de 609 M£ no Barclays International, parcialmente compensadas por uma redução nas perdas relacionadas com o Non-Core.	20 937 M£ **Rendimento total** 2016: 22 469 M£
Despesas operacionais Definidas como despesas operacionais	O Grupo encara as despesas operacionais como uma área estratégica essencial para os bancos; quem gerir ativamente os custos e os controlar de forma eficaz conseguirá uma forte vantagem competitiva. As despesas operacionais reduziram 4% para 15 689 M£, motivadas principalmente pelas menores despesas operacionais relacionadas com o Non-Core.	15 689 M£ **Despesas operacionais** 2016: 16 348 M£
Lucro antes de impostos O lucro antes de impostos é a principal medida de rendibilidade usada pela gestão para avaliar o desempenho. Lucro antes de impostos é referido em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e representa as receitas totais menos encargos com imparidade e despesas operacionais, e outras receitas líquidas ou despesas.	O lucro antes de impostos é um indicador-chave do desempenho financeiro para muitos dos nossos acionistas. O lucro antes de impostos diminuiu para 3 166 M£ (2016: 4 383 M£), motivado por uma redução de 7% no rendimento e em outros rendimentos líquidos mais reduzidos, parcialmente compensado por uma redução de 4% nas despesas operacionais.	3 166 M£ **Lucro antes de impostos** 2016: 4 383 M£
Rácio custo/rendimento O rácio custo/rendimento é calculado como despesas operacionais divididas pelo rendimento total	Esta é uma medida de gestão usada para avaliar a produtividade das atividades comerciais. A reestruturação da base de custos é uma prioridade-chave a ser executada na gestão e inclui uma análise de todas as categorias de despesas discricionárias e uma análise de como podemos gerir a atividade empresarial de modo a assegurar que os custos aumentem a uma taxa mais lenta que os rendimentos. O rácio custo/rendimento aumentou para 75% (2016: 73%), impelido por uma redução de 7% do rendimento, parcialmente compensada por uma redução de 4% nas despesas operacionais.	75% **Rácio custo/rendimento** 2016: 73%

Demonstração dos resultados resumida consolidada

Para o ano findo a 31 de dezembro	2017 M£	2016 M£
Operações contínuas		
Rendimento líquido de juros	**9 748**	11 457
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**11 189**	11 012
Rendimento total	**20 937**	22 469
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(2 336)**	(2 373)
Despesas operacionais excluindo o Imposto Bancário do Reino Unido e custos com contencioso e diligências	**(14 117)**	(14 575)
Imposto bancário do Reino Unido	**(365)**	(410)
Contencioso e diligências	**(1 207)**	(1 363)
Despesas operacionais	**(15 689)**	(16 348)
Outros rendimentos líquidos	**254**	635
Lucro antes de impostos	**3 166**	4 383
Encargos fiscais	**(2 125)**	(1 245)
Lucro depois de impostos com base em operações continuadas	**1 041**	3 138
Lucro/ (perda) depois de impostos com base em operações descontinuadas	**(2 195)**	591
Interesses não controladores no que respeita a operações continuadas	**(4)**	(3)
Interesses não controladores no que respeita a operação descontinuadas	**(140)**	(402)
Outros detentores de instrumentos de capital	**(639)**	(457)
Lucro/(perda) atribuível	**(1 937)**	2 867

A informação financeira acima é extraída das contas publicadas. Esta informação deve ser lida juntamente com a informação incluída nos extratos financeiros consolidados em anexo.

Comentário à demonstração de resultados

2017 em comparação com 2016

Os lucros antes de impostos diminuíram 28% para 3 166 M£, impelidos por uma redução de 7% nas receitas e outros rendimentos líquidos, parcialmente compensada por uma redução de 4% nas despesas operacionais. Os resultados foram afetados pela valorização média do USD e EUR relativamente a GBP de 5% e 7% respetivamente, comparada com 2016, que teve um impacto positivo sobre as receitas e afetou negativamente as despesas operacionais e com imparidades.

Após o encerramento do Barclays Non-Core a 1 de julho de 2017, os resultados do Grupo para 2017 incluíram perdas antes de impostos relativas ao Barclays Non-Core e para os seis meses findos a 30 de junho de 2017 de 639 M£, comparativamente a perdas antes de impostos de 2 809 M£ para todo o ano de 2016. A partir de 1 de julho de 2017, os ativos e passivos residuais do Barclays Non-Core foram reintegrados, passando o seu desempenho financeiro a ser aí relatado, no Barclays UK, no Barclays International e na Sede.

O rendimento total diminuiu 7% para 20 937 M£ (2016: 22 469 M£), refletindo uma redução de 1 432 M£ na Sede e uma diminuição de 609 M£ no Barclays International, parcialmente compensadas por uma redução nas perdas relacionadas com o Non-Core.

Os encargos com imparidades de crédito mantiveram-se estáveis nos 2 336 M£ (2016: 2 373 M£) e refletiram um encargo de 168 M£ em 2017, relativo à consideração diferida da venda de ativos nos Cartões dos EUA, e a não-recorrência de um encargo de 320 M£ em 2016 após a análise, pela gestão, da modelização de imparidades da carteira de cartões no Reino Unido e nos EUA. A imparidade aumentou no Barclays Internacional, impelida por um aumento nas tendências de delinquência correntes e pelo crescimento do negócio dos Cartões nos EUA. A taxa de perdas do Grupo nos empréstimos aumentou 4 pontos-base, para os 57 pontos-base.

As despesas operacionais reduziram 4% para 15 689 M£, motivadas principalmente pelas menores despesas operacionais relacionadas com o Non-Core.

O rácio custo/rendimento aumentou para 75% (2016: 73%).

O rendimento líquido restante, de 254 M£ (2016: 635 M£) refletiu primeiramente um ganho de 109 M£ com a venda da participação do Barclays na VocaLink à MasterCard, e com o ganho de 76 M£ associado à venda de uma joint-venture no Japão.

A taxa de imposto efetiva sobre os lucros antes de imposto aumentou para 67,1% (2016: 28,4%) principalmente devido a um encargo fiscal isolado de 1 177 M£, devido ao recálculo dos DTA nos EUA, como resultado da aplicação da Lei dos EUA para as Reduções Fiscais e para o Emprego, parcialmente compensada por um aumento independente de 276 M£ dos DTA nos EUA devido a um recálculo dos DTA do Barclays Bank PLC na filial dos EUA.

As perdas depois de impostos relativas à operação descontinuada do Barclays Africa de 2 195 M£ incluíram uma imparidade de 1 090 M£ da participação do Barclays no BAGL, e uma perda de 1 435 M£ associada à venda de 33,7% do capital social emitido do BAGL, principalmente devida à reciclagem das perdas de reservas por conversão cambial na demonstração de resultados e sobre a desconsolidação contabilística.

Balanço resumido consolidado

A 31 de dezembro	2017 M£	2016 M£
Ativos		
Numerário e disponibilidades nos bancos centrais	**171 036**	102 328
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**2 153**	1 467
Ativos da carteira de negociação	**113 755**	80 255
Ativos financeiros designados ao justo valor	**116 282**	78 608
Instrumentos financeiros derivados	**237 987**	346 820
Investimentos financeiros	**58 963**	63 365
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**36 209**	43 634
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**365 553**	392 783
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**12 546**	13 454
Ativos não-correntes classificados como detidos para venda	**1 193**	71 454
Outros ativos	**13 666**	19 787
Ativos totais	**1 129 343**	1 213 955
Passivos		
Depósitos de bancos	**37 906**	48 214
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	**446**	636
Contas de clientes	**429 426**	424 703
Passivos da carteira de negociação	**37 352**	34 687
Passivos financeiros designados ao justo valor	**173 718**	96 032
Instrumentos financeiros derivados	**238 345**	340 487
Títulos de divida em circulação	**69 386**	75 369
Passivos subordinados	**24 193**	23 871
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	**40 338**	19 760
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda	**-**	65 292
Outros passivos	**12 499**	13 949
Passivos totais	**1 063 609**	1 143 000
Capital próprio		
Chamada de aumento de capital social e prémios de emissão	**14 453**	14 462
Outros instrumentos de capital próprio	**8 982**	6 486
Outras reservas	**3 808**	4 295
Lucros líquidos acumulados	**38 490**	42 190
Capital próprio total excluindo participações não controladas	**65 733**	67 433
Participações não controladoras	**1**	3 522
Total de investimentos de capital	**65 734**	70 955
Total do passivo e do capital próprio	**1 129 343**	1 213 955

Comentário sobre o balanço

Ativos totais

Os ativos totais diminuíram 85 mM£ para 1 129 mM£.

O numerário e balanços em bancos centrais e os produtos no decorrer da cobrança de outros bancos aumentaram 69 mM£ para 173 mM£ dado que a contribuição em numerário para a liquidez do Grupo foi aumentada.

Os ativos da carteira de negociação aumentaram 34 mM£ para 114 mM£, devido ao aumento de atividade.

Os ativos financeiros designados pelo justo valor aumentaram 38 mM£ para 116 mM£, principalmente devido ao aumento dos acordos de recompra para financiamento da atividade de negociação.

Os ativos de instrumentos financeiros derivados diminuíram 109 mM£ para 238 mM£, o que é consistente com o movimento dos passivos de instrumentos financeiros derivados. A diminuição reflete a alienação da carteira do Barclays Non-Core, a adoção das liquidações diárias na Bolsa de Mercadorias de Chicago (CME - Chicago Mercantile Exchange), o aumento nos valores futuros das principais curvas de juros e a depreciação do USD contra GBP verificada no fim do período.

Os investimentos financeiros decresceram 4 mM£ para 59 mM£ devido a uma diminuição em títulos de dívida pública detidos no fundo de liquidez.

Os empréstimos e adiantamentos totais diminuíram 34 mM£ para 402 mM£ devido a uma redução do crédito de 21 mM£ e uma diminuição líquida de 13 mM£ nos saldos de liquidações e de garantias em numerário.

Os ativos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda diminuíram 70 mM£ para 1 mM£, impelidos pela alienação do BAGL e do negócio do retalho em França.

Passivos totais

Os passivos totais diminuíram 79 mM£ para 1 064 mM£.

Os depósitos de bancos diminuíram 10 mM£ para 38 mM£. Este movimento foi impelido por uma diminuição de 7 mM£, devida a um menor volume de garantias em numerário, e a uma diminuição no financiamento pelo banco central.

As contas de clientes aumentaram 5 mM£ para 429 mM£, impelidas por um aumento de 5mM£ devido a requisitos adicionais de financiamento, para financiar os ativos do fundo de liquidez, e um aumento de 14 mM£ nos depósitos. Estes foram parcialmente compensados por uma redução de 5 mM£ nos saldos de garantias em numerário, e por uma redução de 7 mM£ nos saldos de corretagem.

Os acordos de recompra e empréstimos garantidos similares aumentaram 20 mM£ para 40 mM£. Isto deveu-se principalmente a um aumento nos acordos de recompra do banco central e nos requisitos de financiamento da mesa de negociações.

Os instrumentos de derivados financeiros diminuíram 102 mM£ para 238 mM£, em linha com a diminuição dos ativos de derivados.

Os passivos incluídos nos grupos para alienação classificados como detidos para venda diminuíram 65 mM£ para 0 mM£, impelidos pela alienação do BAGL e do negócio do retalho em França.

As responsabilidades financeiras designadas pelo justo valor aumentaram 78 mM£ para 174 mM£. Durante este período, os acordos de recompra designados pelo justo valor aumentaram 71 mM£, e os títulos de dívida aumentaram 7 mM£.

Capital total detido por acionistas

O capital detido pelos acionistas diminuiu 5,2 mM£, para 65,7 mM£.

O capital social e o prémio de emissão mantiveram-se nos 14,4 mM£ (dezembro de 2016: 14,4 mM£).

Outros instrumentos de capital aumentaram em 2,5 mM£ para 9,0 mM£, principalmente devido à emissão de títulos AT1 contabilizados no capital próprio.

A reserva disponível para venda aumentou 0,4 mM£, para 0,4 mM£. O movimento da reserva foi provocado pelas variações no justo valor dos investimentos disponíveis para venda.

A reserva de cobertura do fluxo de caixa diminuiu 0,8 mM£ para 0,2 mM£, impulsionada por uma diminuição de 0,6 mM£ no justo valor dos swaps de taxa de juro detidos para efeitos de cobertura provocada pelo aumento das taxas de juro futuras, e por 0,6 mM£ devidos a ganhos reciclados na demonstração de resultados, compensados por um encargo fiscal de 0,3 mM£.

A reserva para conversão cambial permaneceu inalterada nos 3,1 mM£, refletindo principalmente a desvalorização do USD face à GBP durante o período, que foi compensada por uma perda líquida de 1,6 mM£ decorrente da reciclagem da reserva para conversão cambial na demonstração de resultados. Incluiu-se aqui uma reciclagem da reserva para conversão cambial no valor de 1,4 mM£ associada à alienação do BAGL.

As participações não controladoras diminuíram 3,5 mM£ para 1 M£, impelidas por uma redução de 3,4 mM£ devida à alienação do BAGL.

Barclays UK

	2017 M£	2016 M£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento de juros líquido	**6 090**	6 048
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**1 297**	1 469
Rendimento total	**7 387**	7 517
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(783)**	(896)
Rendimento líquido operacional	**6 604**	6 621
Despesas operacionais excluindo o Imposto Bancário do Reino Unido e custos com contencioso e diligências	**(4 115)**	(3 790)
Imposto bancário do Reino Unido	**(59)**	(48)
Contencioso e diligências	**(759)**	(1 042)
Despesas operacionais	**(4 933)**	(4 880)
Outras despesas líquidas	**(5)**	(1)
Lucro antes de impostos	**1 666**	1 740
Informação do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	**183,8 mM£**	166,4 mM£
Ativos totais	**237,4 mM€**	209,6 mM£
Depósitos de clientes	**193,4 mM£**	189,0 mM£
Rácio empréstimo:depósito	**95%**	88%
Ativos ponderados pelo risco	**70,9 mM£**	67,5 mM£
Factos principais		
LTV médio da carteira de empréstimos hipotecários[a]	**48%**	48%
LTV médio da carteira de novos empréstimos hipotecários[a]	**64%**	63%
Número de balcões	**1 208**	1 305
Clientes ativos da Banca Móvel	**6,4 M**	5,4 M
Taxa de juros de mora de 30 dias - Cliente Barclaycard do Reino Unido	**1,8%**	1,9%
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[b]	**22 800**	36 000
Medidas de desempenho		
Rácio custo:rendimento	**67%**	65%
Taxa de perda para empréstimo (bps)	**42**	52
Margem líquida de juros	**3,49%**	3,62%

Notas
a LTV médio da carteira hipotecária e dos novos empréstimos hipotecários calculado com base no balanço ponderado.
b Como resultado da implementação da Empresa de Serviços do Grupo em setembro de 2017 como subsidiária do Barclays PLC, os funcionários contatados pela Empresa de Serviços do Grupo e que tenham estado previamente vinculados, ou associados, ao Barclays UK e ao Barclays International, são atualmente reportados no Barclays PLC.

Análise de resultados por negócio

Análise do Barclays UK

	2017 M£	2016 M£
Análise do rendimento total		
Banca Pessoal	**3 827**	3 891
Barclaycard Consumer UK	**1 977**	2 022
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**1 583**	1 604
Rendimento total	**7 387**	7 517
Análise dos encargos com imparidades de crédito e outras provisões		
Banca Pessoal	**(222)**	(183)
Barclaycard Consumer UK	**(541)**	(683)
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**(20)**	(30)
Total de encargos de imparidade de crédito e outras provisões	**(783)**	(896)
Análise de empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado		
Banca Pessoal	**139,8 mM€**	135,0 mM£
Barclaycard Consumer UK	**16,4 mM£**	16,5 mM£
Património, Empreendedores e Banca Empresarial[a]	**27,6 mM£**	14,9 mM£
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	**183,8 mM£**	166,4mM£
Análise dos depósitos de clientes		
Banca Pessoal	**141,1 mM£**	139,3 mM£
Barclaycard Consumer UK	**-**	-
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**52,3 mM£**	49,7 mM£
Total dos depósitos de clientes	**193,4 mM£**	189,0 mM£

Nota
a inclui a integração da carteira ESHLA do Barclays Non-Core a custo amortizado.

2017 em comparação com 2016

O lucro antes de impostos diminuiu 4% para 1 666 M£ já que os encargos menores com o SPP de 700 M£ (2016: 1 000 M£) e uma redução nos encargos com imparidades de crédito foram parcialmente compensados pela não-recorrência dos ganhos com a alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited em 2016, pelos custos acrescidos de implementação do banco autónomo e pelo aumento do investimento, especialmente na ciberresiliência, no digital e na tecnologia.

As receitas totais diminuíram 2% para 7 387 M£, em que 151 M£ refletiram a não-recorrência dos ganhos com a alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited em 2016.

As receitas da Banca Pessoal diminuíram 2% para 3 827 M£, impelidas pela não-recorrência dos ganhos com a Visa e do impacto da redução da taxa de referência do Reino Unido em 2016, parcialmente compensados por iniciativas a nível do preço dos depósitos, pelo crescimento dos saldos e por uma atualização à modelização da EIR. As receitas do Barclaycard Consumer UK diminuíram 2% para 1 977 M£, refletindo uma provisão para correção da H217. As receitas do segmento Património, Empreendedores e Banca Empresarial (WEBB) diminuíram 1% para 1 583 M£, motivadas pela não-recorrência dos ganhos com a Visa, parcialmente compensadas pelo crescimento dos saldos.

A receita financeira líquida aumentou 1% para 6 090 M£, devido a iniciativas a nível do preço dos depósitos e ao crescimento dos empréstimos e adiantamentos a clientes e dos depósitos, parcialmente compensados pelo impacto da redução da taxa de referência do Reino Unido em 2016. A margem financeira líquida diminuiu 13 pontos-base para 3,49%, refletindo a integração da carteira de Educação, Habitação Social e Autoridade Local (ESHLA) a partir do Non-Core, a 1 de julho de 2017. O rendimento líquido de honorários, comissões e outros rendimentos diminuiu 12% para 1 297 M£ devido à não-recorrência dos ganhos com a Visa.

Os encargos com imparidades de crédito diminuíram 13% para 783 M£, refletindo principalmente a não-recorrência de um encargo de 200 M£ em 2016 na sequência da revisão da modelização de imparidades para a carteira de cartões, parcialmente compensado pelos encargos mais elevados no Barclaycard Consumer UK e na Banca Pessoal.

As despesas operacionais aumentaram 1% para 4 933 M£ devido aos custos de implementação do banco autónomo e pelo aumento do investimento, especialmente na ciberresiliência, no digital e na tecnologia, parcialmente compensados por encargos menores com o SPP de 700 M£ (2016: 1 000 M£). O valor do rácio custo/rendimento foi de 67% (2016: 65%).

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 10% para 183,8 mM£ e os ativos totais aumentaram 13% para 237,4 mM£, refletindo a integração da carteira ESHLA proveniente do Non-Core no segmento WEBB a 1 de julho de 2017 e o crescimento das hipotecas na Banca Pessoal da H217.

Os depósitos de clientes aumentaram 2% para 193,4 mM£ devido ao crescimento dos depósitos, parcialmente compensado pelo realinhamento de determinados clientes entre o Barclays UK e Barclays International, em preparação para as reformas estruturais.

Os APR aumentaram para 70,9 mM£ (dezembro de 2016: 67,5 mM£), refletindo a integração da carteira ESHLA.

Barclays International

	2017 M£	2016 M£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento de juros líquido	**4 315**	4 514
Rendimento líquido de negociação	**3 986**	4 586
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**6 104**	5 914
Rendimento total	**14 405**	15 014
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(1 506)**	(1 355)
Rendimento líquido operacional	**12 899**	13 659
Despesas operacionais excluindo o Imposto Bancário do Reino Unido e custos com contencioso e diligências	**(9 512)**	(9 132)
Imposto bancário do Reino Unido	**(265)**	(284)
Litígios e conduta	**(269)**	(48)
Despesas operacionais	**(10 046)**	(9 464)
Outros rendimentos líquidos	**254**	32
Lucro antes de impostos	**3 107**	4 227
Informação do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado[a]	**198,7 mM£**	211,4 mM£
Ativos da carteira de negociação	**113,0 mM£**	73,2 mM£
Ativos de instrumentos financeiros derivados	**236,2 mM£**	156,2 mM£
Passivos de instrumentos financeiros derivados	**237,8 mM£**	160,6 mM£
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**12,4 mM£**	13,4 mM£
Ativos financeiros designados ao justo valor	**104,1 mM£**	62,3 mM£
Ativos totais	**856,1 mM£**	647,8 mM£
Depósitos de clientes	**225,3 mM£**	216,2 mM£
Rácio empréstimos:depósitos	**62%**	78%
Ativos ponderados pelo risco	**210,3 mM£**	212,7mM£
Factos principais		
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[d]	**11 500**	36 900
Medidas de desempenho		
Rácio custo:rendimento	**70%**	63%
Taxa de perda para empréstimo (bps)	**75**	63
Margem líquida de juros	**4,16%**	3,98%

Notas

a A 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e adiantamentos incluíam 170,4 mM£ (dezembro de 2016: 186,0 mM£) em empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo saldos de liquidação de 15,7 mM£ (dezembro de 2016: 19,5 mM£) e garantias em numerário de 35,9 mM£ (dezembro de 2016: 30,1 mM£)), e 28,3 mM£ (dezembro 2016: 25,4 mM£) em empréstimos e adiantamentos a bancos (incluindo saldos de liquidação de 2,3 mM£ (dezembro de 2016: 1,7 mM£) e garantias em numerário de 18,0 mM£ (dezembro de 2016: 6,3 mM£)). Os empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes no que respeita a Consumidores, Cartões e Pagamentos foram de 38,6 mM£ (dezembro de 2016: 39,7 mM£).

b A 31 de dezembro de 2017, os depósitos de clientes incluíam saldos de liquidação no valor de 15,2 mM£ (dezembro de 2016: 16,6 mM£) e garantias em numerário no valor de 27,3 mM£ (dezembro de 2016: 20,8 mM£).

c O rácio empréstimos/depósitos exclui os saldos da banca de investimento para além dos juros de empréstimos. As comparações foram reexpressas para incluírem os saldos dos juros de empréstimos no negócio da banca de investimento.

d Como resultado da implementação da Empresa de Serviços do Grupo em setembro de 2017 como subsidiária do Barclays PLC, os funcionários contatados pela Empresa de Serviços do Grupo e que tenham estado previamente vinculados, ou associados, ao Barclays UK e ao Barclays International, são atualmente reportados no Barclays PLC.

Análise de resultados por negócio

Análise do Barclays International

Banco Corporativo e de Investimento	2017 M£	2016 M£
Informações da demonstração dos resultados		
Macro	**1 634**	2 304
Crédito	**1 241**	1 185
Capitais Próprios	**1 629**	1 790
Mercados	**4 504**	5 279
Comissões bancárias	**2 612**	2 397
Crédito a empresas	**1 093**	1 195
Banca Transacional	**1 629**	1 657
Banca	**5 334**	5 249
Outras	**63**	24
Rendimento total	**9 901**	10 552
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(213)**	(260)
Despesas operacionais	**(7 877)**	(7 633)
Outros rendimentos líquidos	**133**	1
Lucro antes de impostos	**1 944**	2 660
Informação do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado	**160,1 mM£**	171,7 mM£
Depósitos de clientes	**166,1 mM£**	166,2 mM£
Ativos ponderados pelo risco	**176,2 mM£**	178,6 mM£

Consumidores, Cartões e Pagamentos		
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento total	**4 504**	4 462
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(1 293)**	(1 095)
Despesas operacionais	**(2 169)**	(1 831)
Outros rendimentos líquidos	**121**	31
Lucro antes de impostos	**1 163**	1 567
Informação do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado	**38,6 mM£**	39,7mM£
Depósitos de clientes	**59,2 mM£**	50,0 mM£
Ativos ponderados pelo risco	**34,1 mM£**	34,1 mM£
Factos principais		
Taxa de juros de mora de 30 dias - Barclaycard US	**2,6%**	2,6%
Número total de clientes empresariais do Barclaycard	**366 000**	355 000
Valor dos pagamentos processados	**322 mM€**	296 mM£

2017 em comparação com 2016

Os lucros antes de impostos diminuíram 26% para 3 107 M£, impelidos por uma diminuição de 4% nas receitas totais, um aumento de 11% nos encargos com imparidades de crédito e um aumento de 5% das despesas operacionais.

As receitas totais diminuíram 4% para 14 405 M£, incluindo a valorização média de 5% do USD e a valorização média de 7% do EUR face à GBP, à medida que as receitas da CIB diminuíram 6% para 9 901 M£, parcialmente compensadas por um aumento de 1% nas receitas de Clientes, Cartões e Pagamentos para 4 504 M£.

As receitas de Mercados diminuíram 15% para 4 504 M£. As receitas Macro diminuíram 29% para 1 634 M£ motivadas pela menor volatilidade de mercado das taxas, pela saída do negócio de mercadorias relacionadas com o setor energético e pela integração dos ativos Non-Core a 1 de julho de 2017. As receitas do crédito aumentaram 5% para 1 241 M£ devido a um melhor desempenho dos municipais. As receitas de títulos diminuíram 9% para 1 629 M£ impelidas pelos derivados de capital nos EUA devido à menor volatilidade do mercado, parcialmente compensadas por um melhor desempenho no financiamento do capital.

O rendimento bancário aumentou 2% para 5 334 M£. As receitas de comissões bancárias aumentaram 9% para 2 612 M£ devido ao crescimento das comissões por subscrição de dívidas e capital, com ganhos na proporção de comissões na atividade bancária global e na subscrição de dívidas. O crédito a empresas diminuiu 9% para 1 093 M£, impelido pelos menores saldos de crédito devidos ao realinhamento de determinados clientes entre o Barclays UK e o Barclays International em preparação das reformas estruturais e a realocação de APR na CIB, bem como à não-recorrência dos ganhos de tesouraria do ano anterior e a menores ganhos correntes. A Banca transacional diminuiu 2% para 1 629 M£, impelida pelos menores saldos de negociação e pela não recorrência dos ganhos de tesouraria do ano anterior, parcialmente compensados pelos maiores saldos médios nos depósitos.

As receitas de Clientes, Cartões e Pagamentos aumentaram 1% para 4 504 M£ motivadas pelo crescimento continuado do negócio, por um ganho de 192 M£ relativo à venda de ativos no 1ºT 2017 dos Cartões nos EUA e a um ganho por avaliação nas ações preferenciais do Barclays na Visa Inc. no valor de 74 M£, parcialmente compensados pela não-recorrência do ganho de 464 M£ com a alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited em 2016.

Os encargos com imparidades de crédito aumentaram 11% para 1 506 M£, incluindo a valorização média do USD e EUR face à GBP. Os encargos com imparidades de crédito na CIB diminuíram 18% para 213 M£ principalmente devido à não-recorrência de encargos individuais no setor do petróleo e do gás em 2016, compensada por um encargo individual em 2017. Os encargos com imparidades de crédito com Clientes, Cartões e Pagamentos aumentaram 18% para 1 293 M£ principalmente devido a um encargo de 168 M£ no 3ºT 2017 relativo à consideração diferida da venda nos Cartões dos EUA do 1ºT 2017, a um aumento nas tendências correntes da delinquência e do crescimento nos Cartões dos EUA. Isto foi parcialmente compensado pela não-recorrência de um encargo de 120 M£ em 2016 resultante da revisão da modelização das imparidades da carteira de cartões. As taxas de juro de mora a 30 e 90 dias nos Cartões dos EUA mantiveram-se estáveis nos 2,6% (dezembro de 2016: 2.6%) 1 1,3% (dezembro de 2016: 1.3%) respetivamente, incluindo um benefício proveniente da venda de ativos nos Cartões dos EUA do 1ºT 2017.

As despesas operacionais aumentaram 6% para 10 046 M£, incluindo a valorização média do USD e EUR face à GBP. As despesas operacionais da CIB aumentaram 3% para 7 877 M£ refletindo uma provisão de 240 M£ relativa a questões cambiais reconhecida no 4ºT 2017, o investimento continuado em tecnologia, parcialmente compensado por menores encargos de reestruturação e pelo impacto reduzido da alteração aos prémios de remuneração introduzidos no 4ºT 2016. Os Clientes, Cartões e Pagamentos aumentaram 18% para 2 169 M£ por via do crescimento e investimento continuados, principalmente nos negócios de Cartões dos EUA e de aquisições comerciais.

As outras receitas líquidas aumentaram para 254 M£ (2016: 32 M£) devido a um ganho de 109 M£ com a venda da participação do Barclays na VocaLink à MasterCard e a um ganho de 76 M£ com a venda de uma joint-venture no Japão.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes a custo amortizado diminuíram 12,7 mM£ para 198,7 mM£, com a CIB a diminuir 11,6 mM£ para 160,1 mM£ devido a uma redução no crédito. Os Clientes, Cartões e Pagamentos diminuíram 1,1 mM£ para 38,6 mM£ devido à desvalorização verificada no fim do período do USD face à GBP, parcialmente compensada pelo realinhamento de determinados clientes entre o Barclays UK e o Barclays International em preparação das reformas estruturais.

Os ativos da carteira de negociação aumentaram 39,8 mM£ para 113,0 mM£, devido ao aumento de atividade.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 80,0 mM£ para 236,2 mM£ e 77,2 mM£ para 237,8 mM£ respetivamente, refletindo a integração de saldos do Non-Core a partir de 1 de julho de 2017, parcialmente compensada pela adoção de liquidações diárias na CME, por um aumento nas principais curvas futuras de taxa de juro e pela desvalorização no final do período do USD face à GBP.

Os ativos financeiros designados pelo justo valor aumentaram 41,8 mM£ para 104,1 mM£, principalmente devido ao aumento de atividade dos acordos de recompra para financiamento.

Os depósitos de clientes aumentaram 9,1 mM£ para 225,3 mM£, com os Clientes, Cartões e Pagamentos a aumentar 9,2 mM£ para 59,2 mM£ impelidos pelo realinhamento de determinados clientes entre o Barclays UK e o Barclays International em preparação das reformas estruturais.

Os APR diminuíram 2,4 mM£ para 210,3 mM£ devido ao impacto líquido da reavaliação dos DTA nos EUA e à desvalorização no final do período do USD face à GBP, parcialmente compensados pelo aumento dos volumes da carteira de negociação e das transações de financiamento de títulos.

Análise de resultados por negócio

Sede

	2017 M£	2016 M£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento de juros líquido	**(545)**	735
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos[a]	**217**	369
Rendimento total	**(328)**	1 104
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(17)**	-
Rendimento/(despesa) operacional líquido	**(345)**	1 104
Despesas operacionais excluindo o Imposto Bancário do Reino Unido e custos com contencioso e diligências	**(239)**	(123)
Imposto bancário do Reino Unido	**(41)**	(2)
Contencioso e diligências	**(151)**	(27)
Despesas operacionais	**(431)**	(152)
Outros rendimentos/(despesas) líquidos	**(192)**	273
(Perdas)/lucros antes de impostos	**(968)**	1 225
Informação do balanço patrimonial		
Ativos totais	**35,8 mM€**	76,8 mM€
Ativos ponderado pelo risco[b]	**31,8 mM£**	53,3 mM£
Factos principais		
Número de empregados (equivalentes a tempo inteiro)[c]	**10 300**	100

Notas

a Após a adoção das provisões de crédito próprias decorrentes da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2017, o crédito próprio anteriormente reportado nos rendimentos, comissões e outros rendimentos líquidos, é agora reconhecido nos outros rendimentos globais. O valor comparativo para os rendimentos, comissões e outros rendimentos líquidos inclui o crédito próprio.

b Inclui APR da Banca de África no valor de 6,4 mM£ (dezembro de 2016: 42,3 mM£).

c Como resultado da implementação da Empresa de Serviços do Grupo em setembro de 2017 como subsidiária do Barclays PLC, os funcionários contatados pela Empresa de Serviços do Grupo e que tenham estado previamente vinculados, ou associados, ao Barclays UK e ao Barclays International, são atualmente reportados no Barclays PLC.

2017 em comparação com 2016

As perdas antes de impostos foram de 968 M£ (2016: lucro de 1 225 M£).

O rendimento total reduziu-se a uma despesa de 328 M£ (2016: receitas de 1 104 M£), principalmente devido ao menor rendimento líquido decorrente das operações de tesouraria.

As despesas operacionais aumentaram para 431 M£ (2016: 152 M£) devido aos custos associados a ativos e negócios do Non-Core, que foram reintegrados a 1 de julho de 2017, e a custos acrescidos com contencioso e diligências, incluindo um acordo para resolução do processo civil movido pelo Gabinete Jurídico da Comissão Federal dos EUA para a Regulação do Setor da Energia e provisões para outros processos anteriores.

As outras despesas líquidas foram de 192 M£ (2016: receitas de 273 M£) motivadas por uma despesa de 180 M£ com a reciclagem da reserva para conversão cambial na demonstração de resultados devida à venda do Barclays Bank Egypt. 2016 incluiu um ganho com a reciclagem da reserva para conversão cambial devida à alienação do negócio de cartões na Europa do Sul.

Os ativos totais diminuíram para 35,8 mM£ (dezembro de 2016: 76,8 mM£), principalmente devido à desconsolidação contabilística do BAGL, que implicou a desconsolidação de 65 mM£ em ativos totais do Grupo Barclays. Isto foi parcialmente compensado pela integração de ativos do Non-Core a 1 de julho de 201, dos quais cerca de 9 mM£ são relativos a hipotecas italianas.

Os APR diminuíram para 31,8 mM£ (dezembro de 2016: 53,3 mM£), refletindo uma redução de 31,1 mM£, devida à consolidação proporcional do BAGL, parcialmente compensada pela integração dos ativos do Non-Core.

Non-Core Barclays

O segmento Non-Core foi encerrado a 1 de julho de 2017, tendo os ativos e passivos residuais sido reintegrados, e o respetivo desempenho financeiro transferido para, o Barclays UK, o Barclays International e a Sede. Os resultados financeiros até 30 de junho de 2017 estão refletidos no segmento Non-Core, nos resultados do Grupo, para o ano findo a 31 de dezembro de 2017.

	2017[a] M£	2016 M£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento de juros líquido	**(112)**	160
Rendimento líquido de negociação	**(485)**	(1 707)
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**70**	381
Rendimento total	**(527)**	(1 166)
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(30)**	(122)
Despesas operacionais líquidas	**(557)**	(1 288)
Despesas operacionais excluindo o Imposto Bancário do Reino Unido e custos com contencioso e diligências	**(251)**	(1 530)
Imposto bancário do Reino Unido	**-**	(76)
Contencioso e diligências	**(28)**	(246)
Despesas operacionais	**(279)**	(1 852)
Outros rendimentos líquidos	**197**	331
Perdas antes de impostos	**(639)**	(2 809)
Informação do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado	**-**	51,1mM£
Ativos de instrumentos financeiros derivados	**-**	188,7mM£
Passivos de instrumentos financeiros derivados	**-**	178,6mM£
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**-**	0,1mM£
Ativos financeiros designados ao justo valor	**-**	14,5mM£
Ativos totais	**-**	279,7mM£
Depósitos de clientes	**-**	12,5mM£
Ativos ponderados pelo risco	**-**	32,1mM£
Factos principais		
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	**-**	5 500

Nota
a Representa os resultados financeiros para os seis meses findos a 30 de junho de 2017.

Análise de resultados por negócio

Operação Descontinuada: Banca de África

Em 1 de março de 2016, o Barclays anunciou a sua intenção de reduzir a participação de 62,3% detida pelo Grupo no BAGL até ao nível que permitisse a desconsolidação do BAGL relativamente ao Barclays numa perspetiva regulamentar e, previamente, numa perspetiva contabilística. A partir dessa data, o BAGL foi considerado uma operação descontinuada. A 5 de maio de 2016, o Barclays vendeu 12,2% da participação do Grupo no BAGL e a 1 de junho de 2017 o Barclays vendeu mais 33,7% do capital social do BAGL, o que resultou na desconsolidação contabilística do BAGL relativamente ao Grupo Barclays. Neste momento,

a participação do Barclays no BAGL cumpria os requisitos técnicos para ser tratado como uma Associada. Porém, após uma revisão dos seus estatutos em julho de 2017 e de se ter considerado que a diferença era irrelevante, a participação foi considerada como um ativo DPV a partir da data da transação.

No 3ºT 2017 o Barclays cedeu 1,5% das ações ordinárias do BAGL a um modelo de Capacitação Económica para Negros, que resultou na contabilização pelo Barclays de 126 milhões de ações ordinárias do BAGL, representando 14,9% do capital em ações emitido pelo BAGL. O investimento preservado é identificado como um ativo DPV no segmento da Sede, sendo a parte do Barclays nos dividendos do BAGL reconhecida na demonstração de resultados da Sede.

Para efeitos de notificação regulamentar, o BAGL é tratado pelo método da consolidação proporcional com base numa participação de 14,9% no 4ºT 2017. Pendente de aprovação regulamentar, o Barclays espera desconsolidar inteiramente o BAGL, numa perspetiva regulamentar, até ao fim de 2018.

	2017[a]	2016
	M£	M£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento de juros líquido	**1 024**	2 169
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**762**	1 577
Rendimento total	**1 786**	3 746
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(177)**	(445)
Rendimento líquido operacional	**1 609**	3 301
Despesas operacionais excluindo o imposto bancário do Reino Unido e as imparidades da participação do Barclays no BAGL	**(1 130)**	(2 345)
Imposto bancário do Reino Unido	**-**	(65)
Outras receitas líquidas excluindo as perdas devidas à venda do BAGL	**5**	6
Lucros antes de impostos excluindo imparidades da participação do Barclays no BAGL e perdas com a venda do BAGL	**484**	897
Imparidades da participação do Barclays no BAGL	**(1 090)**	-
Perdas com a venda do BAGL	**(1 435)**	-
(Perda)/lucro antes de impostos	**(2 041)**	897
Encargos fiscais	**(154)**	(306)
(Perda)/lucro após impostos	**(2 195)**	591
Informação do balanço patrimonial		
Ativos totais	**-**	65,1 mM£
Ativos ponderados pelo risco	**-**	42,3 mM£
Factos principais		
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)	**-**	40 800

Nota
a A demonstração de resultados da Banca de África representa cinco meses de resultados como operação descontinuada a 31 de maio de 2017.

Medidas de desempenho Não-IFRS

A gestão do Banco Barclays acredita que as medidas de desempenho não-IFRS incluídas neste documento fornecem informação valiosa aos leitores das declarações financeiras uma vez que permitem ao leitor identificar uma base de comparação mais consistente para o desempenho dos negócios entre períodos financeiros, e fornecer mais detalhes relacionados com os elementos do desempenho que os diretores destes negócios podem influenciar de forma mais direta ou que sejam relevantes para uma avaliação do Grupo. Também refletem um aspeto importante sobre a forma como as metas operacionais são definidas e como o desempenho é monitorizado pela gestão do Barclays.

Quaisquer medidas de desempenho Não-IFRS neste documento não são substitutos para medidas IFRS e os leitores devem considerar também as medidas IFRS.

Glossário de medidas de desempenho Não-IFRS

Avaliação	Definição
Rácio empréstimos/depósitos	Empréstimos e adiantamentos divididos pelas contas de clientes, calculado para o Barclays UK e para o Barclays International, excluindo saldos da banca de investimento para além dos juros de empréstimos. Excluem-se as responsabilidades específicas emitidas pelos negócios de retalho com características comparáveis às dos depósitos de retalho (por exemplo, Certificados de Depósito estruturados e títulos de retalho), que são incluídos nos títulos de dívida emitidos.
Rácio custo/rendimento	Despesas operacionais divididas pelo rendimento total.
Taxa de perdas de crédito	Expressa em pontos-base, representa a imparidade total de empréstimos dividida pelos empréstimos e adiantamentos brutos a bancos e clientes detidos ao custo amortizado à data do balanço.
Margem líquida de juros	Receita líquida de juros dividida pela soma dos ativos médios de clientes.

O Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima, registada em Inglaterra com o número de empresa 1026167. O banco foi constituído a 7 de agosto de 1925 ao abrigo da Lei Bancária Colonial de 1925, e em 4 de outubro de 1971 foi registado como uma sociedade por ações e de responsabilidade limitada ao abrigo da Lei das Empresas de 1948 a 1967. De acordo com a Lei do Barclays Bank de 1984, no dia 1 de janeiro de 1985 o Banco foi registado como uma sociedade anónima e o seu nome foi alterado de Barclays Bank International Limited para Barclays Bank PLC.

Todo o capital social constituído por acções ordinárias emitido pelo Barclays Bank PLC é propriedade do Barclays PLC.

Abordagem do Barclays às divulgações

O Barclays pretende melhorar continuamente as suas divulgações e a sua utilidade para os leitores das demonstrações financeiras, à luz de práticas de mercado inovadores e das "áreas de interesse". Consequentemente, as divulgações do Barclays vão além dos padrões mínimos requeridos pelas normas contabilísticas e por outros requisitos regulamentares.

O Barclays continua a respeitar as recomendações e orientações apresentadas pelo Conselho de Estabilidade Financeira e pelos seus vários grupos de trabalho que continuam a promover a ampliação de divulgações dos bancos globais numa série de áreas, nomeadamente na liquidez e no financiamento, no risco de crédito, e no risco de mercado. O Barclays adotou completamente estas recomendações ao longo do Relatório Anual e do Relatório do 3º Pilar.

De acordo com as orientações do Conselho de Informação Financeira relativas à informação Clara e Concisa, o Barclays concentrou a informação nas questões relevantes e tentou apresentar as informações de forma a promover a compreensão dos leitores, nomeadamente através da inclusão de detalhes sobre as políticas contabilísticas relevantes em cada nota.

Código da Associação Britânica de Bancos (BBA) para a Divulgação de Relatórios Financeiros, adotado pelo Departamento Financeiro do Reino Unido em 2017

O Barclays adoptou o Código da BBA para a Divulgação de Relatórios Financeiros e preparou o Relatório Anual e Contas de 2017 em conformidade com o Código.

O Barclays é da opinião que as melhores divulgações continuarão a evoluir graças ao envolvimento contínuo dos mercados e das partes interessadas no setor bancário. O Barclays compromete-se a aplicar continuamente os objetivos de divulgação publicados no Código da BBA para Divulgação de Informação Financeira (o Código). Este código estabelece cinco princípios para a divulgação, juntamente com orientações de apoio, que dizem que os bancos no Reino Unido devem:

- fornecer divulgações de alta qualidade, preponderantes, e úteis à tomada de decisão
- rever e melhorar a divulgação sobre os seus instrumentos financeiros para áreas chave de interesse
- avaliar a aplicabilidade e relevância das recomendações sobre as boas práticas nas suas divulgações reconhecendo a importância dessas instruções
- procurar melhorar a comparabilidade das divulgações de mapas financeiros em todo o sector bancário do Reino Unido e
- distinguir claramente nos seus relatórios anuais entre a informação auditada e a informação não auditada.

Contas Oficiais

As contas consolidadas do Barclays Bank PLC e das suas filiais (referidas nas páginas 163 a 169) foram preparadas de acordo com as NIRF adotadas pela União Europeia. As políticas contabilísticas nas páginas 170 a 176 e as notas apresentadas a partir da página 177 aplicam-se de igual forma aos dois conjuntos de contas, a menos que seja referido o contrário.

O Barclays Bank PLC é uma filial detida a 100% pelo Barclays PLC, que é a empresa-mãe que lidera efetivamente o Grupo. As atividades comerciais do Grupo Barclays Bank PLC e do Grupo Barclays PLC são fundamentalmente idênticas, excetuando as seguintes diferenças: a empresa detentora, o Barclays PLC, determinadas atividades para cobertura e, no seguimento de uma reestruturação em novembro de 2016, a transferência da Empresa de Serviços do Grupo do Barclays Bank PLC para o Barclays PLC.

As diferenças entre os resultados do Barclays PLC e do Barclays Bank PLC podem resumir-se do seguinte modo:
- Dimensão do Balanço Patrimonial – Barclays PLC 1 133 248 M£, Barclays Bank PLC 1 129 343 M£
- Lucros da Demonstração de Resultados antes de impostos – Barclays PLC 3 541 M£, Barclays Bank PLC 3 166 M£

As diferenças ocorrem principalmente devido aos seguintes motivos:
- Estruturas de financiamento
- Reserva de fluxos de caixa
- Companhia de Serviços do Grupo

Descrevem-se a seguir mais detalhes relativos às principais diferenças.

Estruturas de financiamento

	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£
Ações preferenciais	-	5 827
Outro capital próprio	-	272
Participações não-controladoras (PNC)	2 111	1

As ações preferenciais e notas de capital emitidas pelo Barclays Bank PLC estão incluídas no capital em ações no Barclays Bank PLC e nos casos em que se encontram em circulação são apresentadas como participações não-controladoras nas demonstrações de resultados do Grupo Barclays PLC.

	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£
Ações próprias	(28)	-

Ações do Barclays PLC detidas para fins de regimes de ações de empregados e para comercialização são reconhecidas respetivamente como investimentos disponíveis para venda e ativos da carteira de negociação no Barclays Bank PLC. O Barclays PLC deduz estas ações próprias do capital social dos acionistas.

	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£
Reserva de resgate de capital (RRC)	394	51

Decorrentes do resgate ou troca de ações do Barclays PLC ou do Barclays Bank PLC, respetivamente.

	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£
Empréstimos e adiantamentos a bancos	35 663	36 209
Passivos subordinados	(23 826)	(24 193)

O Barclays Bank PLC emitiu duas séries de notas de capital de contingência (CCN). Ambas as séries pagam juros e capital ao detentor, salvo se o rácio consolidado CRD IV CET1 (declaração provisória da ASF em outubro de 2012) do Barclays PLC descer abaixo de 7%, caso em que serão canceladas da visão consolidada. Os cupões pagos pelas CCN são mais elevados do que uma taxa de juro de mercado para uma nota semelhante e sem este risco.

A contabilidade destes instrumentos é distinta nos relatórios financeiros consolidados do Barclays PLC e Barclays Bank PLC da seguinte forma:
- No caso da emissão de CCN de 7,625%, o cancelamento é exercido por uma transferência legal e automática do título, do detentor para o Barclays PLC. Nestas circunstâncias, o Barclays Bank PLC permanece responsável junto do Barclays PLC. O Barclays Bank PLC não beneficia da possibilidade de cancelamento, embora pague uma taxa maior que a do mercado por uma nota similar, e por essa razão o justo valor inicial da nota reconhecida foi mais elevado que o do valor nominal. A diferença entre o justo valor e o valor nominal será amortizada na demonstração de resultados ao longo do tempo.
- No caso da emissão de CCN de 7,75%, o cancelamento é exercido diretamente no Barclays Bank PLC. Para o Barclays Bank PLC, a possibilidade de cancelamento é valorizada separadamente da responsabilidade inicial, como um derivado embutido em que as alterações no justo valor são declaradas na demonstração de resultados. O justo valor inicial da responsabilidade inicial será maior que o valor nominal pelo montante do justo valor inicial do derivado, e a diferença será amortizada na demonstração de resultados ao longo do tempo.

Reserva de

	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£
Demonstração de resultados		
Rendimento líquido de juros	9 845	9 748
Imposto	(2 240)	(2 125)
Capital próprio		
Reserva de cobertura do fluxo de caixa	1 161	184

A reserva para cobertura de fluxos de caixa do Barclays PLC é superior à do Barclays Bank PLC, na medida em que o Barclays Bank PLC deixou de estar exposto aos mesmos fluxos de caixa de taxa variável. Isto é uma consequência direta da autonomização prevista do banco e da transferência de ativos para uma entidade que não se prevê vir a ser consolidada pelo Barclays Bank PLC (embora se espere que seja consolidada pelo Barclays PLC). Também existe uma diferença na demonstração de resultados devida à variação nas receitas e impostos devido à cobertura de fluxos de caixa não estar incluída no Barclays Bank PLC.

Empresa de Serviços do Grupo

A propriedade da Barclays Services Limited, a Empresa de Serviços do Grupo, foi transferida em novembro de 2016, contribuindo para as seguintes diferenças importantes entre o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC.

	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£
Custos com pessoal	(8 560)	(6 445)
Custos com infraestruturas	(2 949)	(2 068)
Administração e despesas gerais	(3 247)	(6 476)

Os empregados existentes na Empresa de Serviços do Grupo foram redistribuídos a partir do Barclays Bank PLC durante a reestruturação. Por conseguinte, estes custos com pessoal só são apresentados no Barclays PLC. A Empresa de Serviços do Grupo cobra custos ao Barclays Bank PLC, o que origina maiores despesas. Estas são eliminadas com a consolidação no Barclays PLC.

	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£
Goodwill e ativos intangíveis	7 849	4 885
Ativos fixos tangíveis	2 572	1 519
Contas de clientes	(429 121)	(429 426)
Títulos de divida em circulação	(73 314)	(69 386)
Provisões	(3 543)	(3 302)

A diferença é motivada pelos saldos da Empresa de Serviços do Grupo refletidos apenas no Barclays PLC, ou, no caso das contas de clientes, pelos saldos interempresa entre a Empresa de Serviços do Grupo e o Barclays Bank PLC, que eliminam com a consolidação no Barclays PLC.

Demonstrações financeiras
Índice

Análise detalhada às nossas contas estatutárias, auditadas de forma independente, e incluindo a divulgação detalhada do desempenho financeiro do Grupo.

		Página	Nota
Demonstrações financeiras consolidadas			
	▪ Relatório do Auditor Independente	154	n.d.
	▪ Demonstração de resultados consolidada	163	n.d.
	▪ Demonstração de resultados detalhados consolidada	164	n.d.
	• Balanço consolidado	165	n.d.
	▪ Mapa consolidado de alterações ao capital próprio	166	n.d.
	▪ Demonstração consolidada de fluxos de caixa	168	n.d.
Notas às demonstrações financeiras			
	▪ Políticas contabilísticas significativas	170	1
Desempenho/retorno	▪ Relatório segmentado	177	2
	▪ Rendimento liquido de juros	178	3
	▪ Rendimento líquido de honorários e comissões	179	4
	▪ Rendimento líquido de negociação	179	5
	▪ Rendimento líquido de investimento	179	6
	▪ Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	179	7
	▪ Despesas operacionais	181	8
	▪ Lucro/(perda) sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures	181	9
	▪ Imposto	181	10
	▪ Dividendos de ações ordinárias	186	11
Ativos e passivos detidos ao justo valor	▪ Carteira de negociação	187	12
	▪ Ativos financeiros designados ao justo valor	187	13
	▪ Instrumentos financeiros derivados	188	14
	▪ Investimentos financeiros	192	15
	▪ Passivos financeiros designados ao justo valor	193	16
	▪ Justo valor dos instrumentos financeiros	193	17
	▪ Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	211	18
Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado	▪ Empréstimos e adiantamentos aos bancos e clientes	214	19
	▪ Locações financeiras	214	20
	▪ Acordos de recompra inversa e de recompra incluindo outros outros empréstimos similares	215	21
Ativos não correntes e outros investimentos	▪ Ativos fixos tangíveis	216	22
	▪ *Goodwill* e ativos intangíveis	217	23
	▪ Locações operacionais	220	24
Acréscimos, provisões, passivos contingentes e processos judiciais	▪ Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos	221	25
	▪ Provisões	221	26
	▪ Passivos e compromissos contingentes	223	27
	▪ Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares	223	28
Instrumentos de capital, capital próprio e reservas	▪ Passivos subordinados	233	29
	▪ Acções ordinárias, prémios de ações e outro capital próprio	236	30
	▪ Reservas	238	31
	▪ Participações minoritárias	239	32
Benefícios dos colaboradores	▪ Custos com pessoal	240	33
	▪ Pagamentos com base em ações	240	34
	▪ Pensões e benefícios de reforma	243	35
Âmbito de consolidação	▪ Principais subsidiárias	249	36
	▪ Entidades estruturadas	250	37
	▪ Investimentos em entidades associadas e joint ventures	254	38
	▪ Operações de titularização	254	39
	▪ Ativos comprometidos	256	40
Outros assuntos de divulgação	▪ Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores	257	41
	▪ Remuneração de auditores	260	42
	▪ Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados	260	43
	▪ Compromissos relacionados	264	44

Relatório do Auditor Independente aos membros do Barclays

A nossa opinião não se modificou

Auditámos as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC (“a Empresa”) para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2017, as quais incluem os balanços consolidados e da Empresa-Mãe a 31 de dezembro de 2017, a declaração de rendimento consolidado e a de rendimento integral, as declarações de fluxo de capital consolidada e da Empresa-Mãe e declarações de alteração de capital para o ano terminado, assim como as notas relacionadas, incluindo as políticas de contabilidade significativas na nota 1.

Na nossa opinião:

- as demonstrações da situação financeira oferecem uma visão real e justa do estado dos negócios do Grupo e da Empresa-Mãe à data de 31 de dezembro de 2017 e das perdas do Grupo referentes ao ano que terminou nessa data;
- as demonstrações financeiras do Grupo foram adequadamente preparados de acordo com as IFRS (International Financial Reporting Standards - Normas Internacionais de Reporte Financeiro), tal como adotado pela União Europeia;
- as demonstrações da situação financeira da Empresa-Mãe foram preparadas adequadamente em conformidade com as IFRS, tal como adoptado pela União Europeia, e tal como aplicado em conformidade com o disposto na Lei das Empresas de 2006; e
- as demonstrações da situação financeira foram preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Empresas 2006.

Base para a opinião

Efetuámos a nossa auditoria de acordo com os as Normas Internacionais de Auditoria (RU) ("ISA do RU") e a lei aplicável. As nossas responsabilidades são descritas em baixo. Acreditamos que os indicadores da auditoria que obtemos são bases suficientes e apropriadas para a nossa opinião. A opinião da nossa auditoria vai ao encontro dos nossos relatórios ao Comité de Auditoria do Conselho.

Foi nomeados como auditores pelos diretores a 31 de Março de 2017. O ano fiscal que terminou a 31 de Dezembro de 2017 foi o nosso primeiro ano como auditores. Cumprimos com as nossas responsabilidades, e permanecemos independentes do Grupo, de acordo com os requisitos éticos do RU, incluindo o Padrão de Ética da FRC que se aplica a entidades de interesse público. Não foram fornecidos os serviços fora da auditoria proibidos por esse padrão.

Matérias chave da auditoria: a nossa avaliação dos riscos de demonstrações materiais incorretas

Matérias chave de auditoria são as matérias que, na nossa opinião profissional, são os de maior peso na auditoria de demonstrações financeiras e que incluem os riscos ponderados mais significativos de demonstrações materiais incorretas (devido ou não a fraude) por nós identificados, incluindo os que tiveram o maior impacto: na estratégia geral da auditoria; na alocação de recursos durante a auditoria; e na condução dos esforços da equipa de revisão. Em baixo, resumimos as matérias chave da auditoria por ordem decrescente de importância que tiveram na nossa opinião sobre a auditoria acima, juntamente com os nosso procedimentos chave de auditoria para a abordagem a essas matérias. Também incluímos, como é requerido de entidades de interesse público, os nossos resultados inerentes a estes procedimentos. Estas matérias foram abordadas e os nosso resultados baseiam-se em procedimentos tidos em consideração no contexto, e apenas para esse efeito, da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e para a formação da nossa opinião. São portanto essenciais para esta e temos opinião alternativa nestas matérias.

Matérias chave de auditoria		Como a nossa auditoria abordou matérias chave de auditoria
Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes	**Estimativa subjetiva** O cálculo de certas provisões de crédito para o Grupo e a Empresa-Mãe inerentemente crítica. Provisões de imparidade individuais e coletivas (identificadas e não identificadas) podem não refletir os desenvolvimentos recentes na qualidade do crédito, existência de atrasos ou a emergência de riscos macro-económico. As áreas mais significativas são: ▪ Modelos de imparidade complexos - Modelos usados no Barclaycard UK e US e nas carteiras de hipotecas do RU para calcular a existência de perdas incorridas e as resultantes renúncias expectáveis. Uma análise crítica é necessária para determinar os dados , metodologias e pressupostos, e estes podem ter um impacto significativo nas provisões detidas. As análises mais importantes incluem um nível de segmentação no qual taxas de perdas históricas são calculadas e a duração do período de recuperação e o período de emergência de perdas aplicado a provisões de perdas históricas. ▪ Contas em reestruturação - Tolerância requer considerações especiais na provisão de imparidades, uma vez que perdas latentes podem não ser devidamente reconhecidas onde pagamentos e outras concessões foram concedidas ao cliente de modo a proporcionar alívio temporárias face às obrigações de dívida. A Tolerância possui a principal importância financeira das carteiras do Barclaycard UK e US e das hipotecas no RU. ▪ Identificação de imparidade - Exposição corporativa na lista de observação precoce do Grupo e da empresa-Mãe são individualmente avaliados na procura de imparidade, baseado no desempenho, solvência e liquidez financeiras do mutuário. A natureza personalizável desta avaliação significa que existe um risco inerente de que os factores potenciadores de perdas por imparidade não sejam identificado de um modo atempado. Juntamente com a anterior, outra área de atenção são os ajustamentos posteriores ao modelo e sobreposições de gestão no Barclaycard UK e US e nas carteiras de hipotecas no RU, uma vez que têm um potencial significativo, crítico e difícil de conformar.	Os nosso procedimentos incluem: ▪ **Testes de controlo:** Para o Barclaycard UK e US e as carteiras de hipoteca do RU testamos a eficácia de design e operacional dos controlos chave sobre a integridade e exatidão dos dados e previsões chave em modelos de imparidade, na identificação de imparidade e contas em reestruturação e reconciliações de sistemas chave. Analisámos controlos sobre o processo do modelo, incluindo a monitorização, validação e aprovação do modelo. Testámos controlos de resultados dos modelos e reconhecimento e aprovação de ajustamentos posteriores ao modelo e sobreposições de gestão. Para exposições corporativas, testámos a eficácia do design e do funcionamento dos controlos chave sobre a determinação se os empréstimos demonstram indicadores de imparidade; ▪ **A nossa especialização em modelos de risco financeiro:** Nas carteiras do Barclaycard UK e US e das hipotecas no RU, avaliámos a adequação das metodologias de imparidade do Grupo e da Empresa-Mãe, utilizando a nossa experiência para avaliar de forma independente pressupostos de segmentação, períodos de subida e períodos de recuperação. Para a amostra de contas de clientes, reavaliámos o momento em que um período de subida deve começar, aplicando os dados de clientes subjacentes e comparando-os ao período de subida nos modelos usados pelo Grupo e pela Empresa-Mãe; ▪ **Teste de detalhes:** Testámos uma seleção de ajustamentos posteriores ao modelo e sobreposições de gestão de modo a avaliar a razoabilidade dos ajustamentos através da contestação de pressupostos chave, inspeção as metodologias de cálculo e seguir uma amostra até à informação base; ▪ **Teste de detalhes:** no Barclaycard UK e US, as carteiras de hipotecas que analisámos contêm a informação base para a identificação de contas que pagavam menos que o seu valor contratual. Verificou-se depois que estas contas em reestruturação identificadas pelo Grupo e Empresa-Mãe; ▪ **A nossa experiência no crédito:** Examinamos uma amostra baseada no risco de exposições corporativas numa lista de observação precoce não identificados como imparidade, e fizemos o nosso próprio juízo com base em fatores e circunstâncias individuais referentes à necessidade ou não de imparidade. **Os nosso resultados:** Os resultados dos nossos teste foram satisfatórios e considerámos aceitáveis o encargo com a imparidade de crédito e as provisões reconhecidas.

Relatório do Auditor Independente aos membros do Barclays

Matérias chave de auditoria		Como a nossa auditoria abordou matérias chave de auditoria
Questões de litígio e regulamentação Para o Grupo, dentro da provisão para questões jurídicas, de competição e de regulamentação, perfaz 435M£ e Nota 28 Questões jurídicas, de competição e de regulamentação (2016: 455M£) Para o Empresa-Mãe, dentro da provisão para questões jurídicas, de competição e de regulamentação, perfaz 338M£ e Nota 28 Questões jurídicas, de competição e de regulamentação (2016: 364M£) Consulte a página 221 (política contabilística e provisões para contabilísticas), página 223 (política contabilística sobre a contabilidade para passivos contingentes), e a página 221 (nota de divulgações financeiras 26 Provisões) e página 223 (nota de divulgações financeiras 28 Questões jurídicas, de competição e de regulamentação)	**Determinação da obrigação** O Grupo e Empresa-Mãe operam num ambiente altamente litigioso e regulado e enfrenta desafios jurídicos, de competição e de regulamentação que podem levar a potenciais reclamações e exposições (juntando "questões de litígio e de regulamentação"). Para certas questões de litígio e de regulamentação é necessário uma reflexão significativa por parte dos Diretores de modo a determinarem se existe uma obrigação presente nos padrões contabilísticos relevantes. **Estimativa subjetiva** Se existe uma obrigação presente em que os valores envolvidos podem ser potencialmente significativos e a aplicação de normas contabilísticas para estimar a eventual saída esperada de qualquer passivo a ser reconhecido. **Qualidade da Divulgação** Quando um passivo não é reconhecido em possíveis exfluxos significativos mas a possibilidade de um resultado negativo é mais que remota, a divulgação relacionada é essencial para a perceção dos riscos e potencial efeito no Grupo e Empresa-Mãe.	Os nosso procedimentos incluem: ▪ **Solicitações de Diretores:** Solicitámos aos Diretores o seu ponto de vista relativamente ao estado de todas as questões de litígio e de regulamentação significativas; ▪ **Solicitações de advogados:** Para todas as questões de litígio e regulamentação significativas consultámos o aconselhamento legal interno do Grupo e Empresa-Mãe e analisámos notas e relatórios internos. Também recebemos confirmações formais de aconselhamento externo. Para as questões de litígio e regulamentação mais significativas também tivemos recorremos a aconselhamento externo. Com base nestes procedimentos, melhorámos o tempo de reconhecimento de provisões onde existe uma potencial exposição mas na qual não é claro se existe uma obrigação ou a qual os Diretores tenham determinada que não é possível ter uma estimativa fidedigna. Para as provisões significativas, avaliámos independentemente o valor estimado da provisão, tendo como base as nossas solicitações de advogados; ▪ **Determinação da transparência:** Determinação se as divulgações que detalham questões de litígio e regulamentação significativas divulgam os potenciais passivos e incertezas que podem existir. **Os nosso resultados:** Os resultados dos nossos teste foram satisfatórios e considerámos aceitáveis os passivos reconhecidos e as divulgações feitas.

Matérias chave de auditoria		Como a nossa auditoria abordou matérias chave de auditoria
Compensação do Seguro de Proteção do Pagamento Para o Grupo, dentro da provisão para compensação de conduta ao abrigo do Seguro de Proteção de Pagamentos perfaz 1 606M£ (2016: 1 979M£) Para a Empresa-Mãe, dentro da provisão para compensação de conduta ao abrigo do Seguro de Proteção de Pagamentos perfaz 1 540M£ (2016: 1 924M£) Consulte a página 221 (política contabilística e provisões para contabilísticas) e a página 221 (nota de divulgações financeiras 26 Provisões).	**Estimativa subjetiva** O cálculo dos custos de compensação da provisão de Seguro de Proteção de Pagamentos para o Grupo e Empresa-Mãe necessita que os Diretores determinem o número de dados chave. A determinação destes é uma avaliação crítica e necessita que os Diretores considerem um conjunto de informações. O dado mais significativo para o cálculo da provisão do Seguro de Proteção de Pagamentos é o fluxo de queixas futuras e é nesse aspecto que concentramos os nossos procedimentos. Os Diretores desenvolveram um modelo que calcula o fluxo de queixas futuras e o custo de compensação associado. Em 2017, um fator chave que teve impacto no período de incidência do modelo foi a introdução um prazo para o processamento de novas queixas por parte da Autoridade de Conduta Fiscal (FCA). A data efetiva do prazo é Agosto de 2019. Anterior a esta data, a FCA está a promover uma campanha de comunicação com o consumidor para dar a conhecer aos queixosos o prazo. Os Diretores analisaram a adequabilidade da provisão relativamente ao impacto esperado deste prazo e também no contexto da observação histórica em toda a indústria em anos recentes de que o fluxo de queixas sempre foi maior que o esperado. **Qualidade da Divulgação** As divulgações do Seguro de Proteção do Pagamento fornecem os pressupostos chave por detrás do cálculo do fluxo de queixas futuras e da sensibilidade da provisão do fluxo, e são portanto essenciais para a compreensão a análise que foi aplicada.	Os nosso procedimentos incluem: ▪ **Solicitações de Diretores:** Questionámos os Diretores sobre a forma como eles determinaram o fluxo de queixas futuras com um foco específico no modo como o impacto da campanha de comunicação com os consumidores da FCA foi calculado; Também questionámos a razão para ajustamentos nas estimativas das provisões em 2017, e determinámos se estes ajustamentos indicavam parcialidade neste processo de estimativa; ▪ **Solicitações de Reguladores:** Inspecionámos a correspondência reguladora com a FCA e PRA de forma a identificar quaisquer observações reguladoras relativas ao fluxo de queixas futuras. Também solicitámos mais detalhes à FCA sobre a natureza das matérias presentes na correspondência reguladora que possam afetar materialmente o nível de provisões detidas; ▪ **Testes de controlo:** Testámos a eficiência do design e funcionamento dos controlos chave para a receção de volumes históricos de queixas e previsão do fluxo de queixas futuras; ▪ **Análise de sensibilidade:** Testámos o funcionamento do modelo usado na determinação do fluxo de queixas futuras e estimativas de compensações associadas e considerámos a sensibilidade do modelo a variações no fluxo de queixas futuras. Também tivemos em consideração a adequabilidade dos cenários usados no modelo para determinar a potencial dimensão dos fluxos de queixas futuras, com atenção especial ao modo como impacto que o prazo e campanha de comunicação da FCA tiveram foi calculado. Tivemos em conta a sensibilidade do modelo a variações no fluxo de queixas futuras através da análise da metodologia de cálculo e confrontando os pressupostos chave com o uso do nosso conhecimento da indústria; ▪ **Repetições independentes:** Construímos o nossos próprio modelo, o qual nos permite determinar uma variedade de potenciais fluxos de queixas futuras e comparar esta variedade à do Grupo e Empresa-Mãe. Onde existiam diferenças nos dados e variedades, questionámos a razão por detrás destas e avaliámos se eram razoáveis. Também usámos o nosso modelo de modo a compreender o efeito destas variedades no possível custo de compensações futuras; ▪ **Determinação de transparência:** Determinámos se as divulgações demonstram e analisam a incerteza que existe na determinação do fluxo de queixas futuras. Refizemos também a análise de sensibilidade que é divulgada. **Os nosso resultados:** Os resultados dos nossos teste foram satisfatórios e considerámos aceitáveis os passivos reconhecidos e as divulgações feitas.

Relatório do Auditor Independente aos membros do Barclays

Matérias chave de auditoria		Como a nossa auditoria abordou matérias chave de auditoria
Estimativa de instrumentos financeiros (transacionados, detidos pelo justo valor e derivativos) Para o Grupo, dentro dos ativos e passivos de nível 3 avaliados em 15.598M£ e 5.681M£ respetivamente (2016: 27.020M£ e 14.219M£) Para a Empresa-Mãe, dentro dos ativos e passivos de nível 3 avaliados em 14.335M£ e 5.558M£ respetivamente (2016: 23.398M£ e 9.917M£) Consulte a página 193 (política contabilística sobre a contabilidade de ativos financeiros e passivos – justo valor) e a página 193 (nota de divulgações financeiras 17 Justo Valor de instrumentos financeiros).	**Avaliação subjetiva** O justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo e Empresa-Mãe é determinado através da aplicação de técnicas de avaliação que normalmente envolvem uma reflexão por parte dos Diretores e o uso de pressupostos, estimativas e modelos de avaliação. Incerteza da estimativa pode ser elevada para esses instrumentos relativamente aos quais dados significativos de avaliação não são observáveis (por exemplo, instrumentos de nível 3). Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de nível 3 representavam 2,9% dos ativos financeiros do Grupo ao seu justo valor (15,6mM£) e 1,2% dos passivos financeiros do Grupo ao seu justo valor (5,7mM£). Neste conjunto de nível 3, as carteiras de instrumentos ao seu justo valor no Grupo e Empresa-Mãe com o peso mais significativo incluem: ▪ Carteira de empréstimos para Educação, Habitação Social e Autoridade Local (ESHLA) - a 31 de dezembro de 2017, o Grupo e Empresa-Mãe tem empréstimos por liquidar que necessitam de uma reflexão profunda na sua avaliação devido à natureza de longa duração da carteira, a falta de um mercado secundário dos empréstimos relevantes e spreads não observáveis dos empréstimos. ▪ Carteiras de longa duração – identificámos três carteiras (duas carteiras derivativas e um pacote de títulos), cada uma com um risco significativo associado à metodologia de avaliação e a respetiva inexistência de informação de preços observável. O pacote de títulos também inclui uma disparidade de longa data na avaliação com a contraparte.	Os nosso procedimentos incluem: ▪ **Testes de controlo**: Testámos a eficiência do design e funcionamento dos controlos chave relacionado especificamente com a ESHLA e as três mais antigas carteiras. Estes incluem: - Controlos sobre as informações chave da verificação de preços independente (IPV), incluindo a integridade das posições e fatores de risco sujeitos ao IPV. Para o ESHLA, testámos a curva de swap dos ativos reais e spreads de crédito. Para as carteiras duração testámos os parâmetros de risco material; - Controlos de gestão de risco relativamente a ajustamentos de justo valor (FVA). Para a ESHLA estes estavam relacionados com pré-pagamentos. Para as carteiras de longa duração estavam relacionados a ajustamentos de saída e reservas para falhas no sistema. Além disso, testámos também ajustamentos ao financiamento e crédito para todas as carteiras de risco significativo. - Controlos sobre a validação, integridade, implementação e uso de modelos de avaliação. Estes incluíam controlos sobre ajustamentos direcionados a mitigar limitações e pressupostos do modelo. ▪ **Novo desempenho independente:** Os nosso próprios especialistas de avaliação reavaliaram uma seleção de transações das três carteiras de maior duração e contestaram a gestão das avaliações nos casos em que se encontravam fora dos parâmetros esperados. ▪ **Escolha de metodologia:** No contexto das práticas observáveis da indústria, os nossos próprios especialistas de avaliação assistiram-nos na decisão relativamente à adequabilidade dos modelos e metodologias significativos usados no cálculo de justo valor, exposição ao risco, integridade dos fatores de risco e no cálculo de Ajustamentos ao Justo Valor; ▪ **Comparação de avaliações:** Para uma seleção de disputas garantias materiais nas carteiras de longa duração, os nosso próprios especialistas de avaliação contestaram a metodologia de avaliação na qual diferenças significativas ao justo valor eram observáveis na contraparte; ▪ **Comparação histórica:** Para a carteira de pacotes de títulos de longa duração, analisámos ganhos e perdas significativos com o término de transações históricas, tanto do ano atual como anteriores, e ponderámos se estes dados pontuais representam elementos de justo valor não incorporados nas atuais metodologias de avaliação; ▪ **Avaliação comparativa:** Para a carteira de ESHLA proporcionámos de modo independente spreads de crédito comparáveis e spreads de títulos aproximados e analisámos as variações significativas. **Os nosso resultados:** Os resultados dos nossos teste foram satisfatórios e considerámos aceitável o justo valor dos ativos e passivos dos instrumentos financeiros de nível 3.

Matérias chave de auditoria		Como a nossa auditoria abordou matérias chave de auditoria
Gestão do Avesso do Utilizador ('UAM')	**Desempenho do Controlo** Os Controlos chave da Gestão do Acesso do Utilizador são uma componente importante do âmbito do Controlo Geral de TI e garante que apenas pessoal autorizado tem acesso à infraestrutura, sistemas e dados financeiros em todo o Grupo e Empresa-Mãe. Em 2016, controlos para detetar casos de acesso direto de criadores ao âmbito da produção não estavam implementados ou em funcionamento consistente no Grupo e Empresa-Mãe. Nos casos em que controlos de compensação detetaram acesso direto inapropriado de criadores, não existiram atividades de seguimento para a determinar se e como estes direitos de acesso foram usados e resultado em potenciais alteração não autorizadas à infraestrutura e sistemas financeiros. Durante 2017, um programa de correção e controlos de compensação adicionais foram implementados de modo a resolver acesso direto inapropriado de criadores à infraestrutura e sistemas financeiros, incluindo uma análise do potencial acesso de criadores que não estavam abrangidos pelos controlos de compensação adicionas. Se os controlos para a Gestão de Acesso de Utilizadores acima mencionados forem deficitários e não corrigiram ou mitigaram de forma adequada a natureza permeável desses controlos chave, tal pode ameaçar a nossa capacidade de colocar a nossa confiança em sistemas automatizados e controlos dependentes de IT na nossa auditoria.	Os nosso procedimentos incluem: ▪ **Análise da correção:** Incentivámos atividades selecionadas do nosso programa de correção a determinarem a adequabilidade da correção e de um nosso controlo de deteção de compensação implementado durante o ano. ▪ **Testes de controlo:** Testámos a eficiência do design e funcionamento dos controlos chave da Gestão de Acesso de Utilizador. Tal incluiu o novo controlo de mitigação e compensação implementado este ano, o qual identifica acesso inapropriado de criadores à produção, os procedimentos para avaliar uso potencial e a remoção destes direitos de acesso. ▪ **Novo desempenho de controlo:** para uma seleção de controlos automatizados e dependentes de tecnologia, os quais foram testados antes da conclusão do programa de correção, voltámos a executar procedimentos para verificar se, no decorrer do ano, estes controlos permaneceram inalterados ou se sofreram alterações de acordo com o processo de gestão de alterações de normas. ▪ **Âmbito alargado:** Para determinar que um controlo de deteção de compensação adicional e análise retrospetiva das atividades do criador em aplicações IT chave foram completos e precisos, voltámos a executar uma avaliação com base numa amostra do potencial acesso de criadores que não estavam abrangidos por controlo de compensação adicional. **Os nosso resultados:** Os nossos testes não identificaram criadores que possuíssem acesso e usassem esse acesso sem autorização, para o qual seria necessário expandirmos os testes detalhados que tínhamos planeados.

A nossa aplicação da materialidade e um resumo do âmbito da nossa auditoria

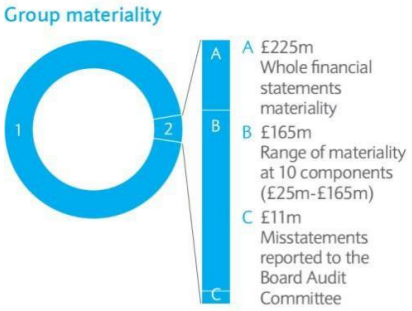
Materialidade

A materialidade para a totalidade das demonstrações financeiras do Grupo foi definida em 225M£, com base na referência do lucro do grupo antes de impostos em atividades continuadas. Foi normalizada para excluir encargos relacionados com contencioso e diligências conforme o demonstrado na nota 2 de 4 372M£, dos quais representam 5,1%.

A materialidade da totalidade das demonstrações financeiras da Empresa-Mãe foi definida em 225M£, com base na referência de ativos líquidos, os quais representam 0,4%.

Concordámos comunicar ao Comité da Auditoria do Conselho qualquer demonstrações identificadas como incorretas, que tenham sido corrigidas ou não, que excedam 11M£, além de outras demonstrações incorretas que seja necessário a sua comunicação por motivos qualitativos.

Relatório do Auditor Independente aos membros do Barclays



1 Profit before tax from continuing operations*	£4,372m
2 Group materiality	£225m

*normalised to exclude charges related to litigation and conduct

Âmbito - geral

Sujeitámos 6 dos componentes de relatórios do grupo a um vasto âmbito de auditorias para propósitos internos, e 4 a uma auditoria de um ou mais saldos contabilísticos, dos quais 3 focavam-se em empréstimos e adiantamentos e imparidades e juros relacionados, e um centrava-se em ativos financeiros designados ao justo valor. Estes últimos não era financeiramente significativo, de modo individual, para necessitar de uma auditoria em todo o âmbito para propósitos internos. No entanto, tinham associados riscos individuais específicos os quais precisavam de ser analisados.

O trabalho em 5 dos 6 componentes foi levado a cabo por auditores de componentes, e o resto, incluindo a auditoria à Empresa-Mãe foi levada a cabo pela equipa do Grupo. Para os pontos excluídos do lucro normalizado do grupo antes de impostos, as equipas componentes executaram procedimentos sobre pontos relacionados com os seus componentes. A equipa do grupo executou procedimentos nos restantes pontos excluídos.

Os componentes inseridos no âmbito do no trabalho representam as percentagens em baixo.

1 Full scope for group audit purposes	79%	1 Full scope for group audit purposes	87%
2 Audit of one or more account balance	2%	2 Audit of one or more account balance	2%
3 Residual components – other procedures	19%	3 Residual components – other procedures	11%

Âmbito – efeito da divulgação de IFRS 9

O Grupo está a adoptar Instrumentos Financeiros IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018, e incluiu uma estimativa do impacto financeiro da alteração das normas contabilísticas de acordo com as Alterações IAS 8 para Estimativas e Erros Contabilísticos, conforme definido na nota 1. Esta divulgação esclarece que a estimativa foi preparada ao abrigo de um ambiente de controlo interino, com modelos que continuam a ser avaliados. Apesar de mais testes do impacto financeiro poderem vir a ser efectuados como parte da nossa auditoria do final do ano de 2018, já executámos procedimentos de auditoria suficientes para avaliarmos as divulgações feitas de acordo com o IAS 8. Especificamente:

- tivemos em conta a adequabilidade de decisões, análises, pressupostos e escolhas técnicas chave que tenham sido efetuadas no cálculo da estimativa;
- tivemos em conta decisões de classificação e medição chaves, incluindo avaliações de modelos de negócios e apenas o pagamento de resultados de capital e juros;
- contámos com a participação de especialistas de modelação de risco de crédito e económicos nas decisões de modelação de risco de crédito e nas variáveis macroeconómicas, incluindo orientação económica para o futuro e o desenho de múltiplos cenários económicos, para uma amostra de modelos usados no cálculo da estimativa;
- tivemos em conta os controlos interinos e processos de governação relacionados com o cálculo e aprovação do impacto transacional estimado.

Estrutura da equipa

A equipa do Grupo advertiu os auditores das componentes para as áreas importante a serem analisadas, incluindo as matérias chave relevantes para a auditoria detalhadas em cima e a informação a ser depois comunicada. A equipa do Grupo aprovou as materialidades componentes, as quais variaram entre 25M£ e 165M£, tendo em conta a mistura de tamanhos e perfis de risco do Grupo em todas as componentes.

A equipa do Grupo visitou todas as componentes do âmbito de propósitos de relatórios do grupo para a avaliação do risco e estratégia de auditoria. Reuniões de conferências de vídeo telefónicas foram também organizadas com os auditores destas componentes. Em todas estas visitas e reuniões, analisámos os documentos chave das componentes e as conclusões reportadas à equipa do Grupo foram discutidas de modo mais detalhado. Qualquer trabalho extra necessário à equipa do Grupo foi depois levado a cabo pelo auditor da componente.

O Grupo funcionada com base num centro de serviço partilhado cujo resultados estão incluídos na informação financeira dos componentes de relatório a que estão associados. Por conseguinte, não são componentes de relatório separadas. O centro de serviços partilhado está sujeito a procedimentos específicos para uma auditoria focada no risco, especificamente o teste do processamento de transações, reconciliações e controlos de análise. Procedimentos adicionais são executados junto de certos componentes de relatório de modo a abordar os riscos da auditoria que não foram considerados pelo trabalho desenvolvido nos centros de serviços partilhados. A equipa do Grupo e certas equipas das componentes visitaram o centro de serviços partilhado e executaram procedimentos de avaliação de risco consistentes como descrito em cima para visitas aos locais das componentes.

Não temos nada a comunicar relativamente a preocupações atuais

Somos obrigados a comunicar-lhe caso tenhamos concluído que o uso de uma base de preocupações atuais contabilística é inapropriado ou caso exista uma incerteza relativamente a material não divulgado que possa representar dúvidas significativas sobre o uso dessa base por um período de pelo menos doze meses desde a data de aprovação das demonstrações financeiras. Não temos nada a comunicar sobre esta área.

Não temos nada a comunicar relativamente a outra informação no Relatório Anual

Os diretores são responsáveis por outra informação apresentada no Relatório Anual juntamente com as demonstrações financeiras. A nossa opinião relativamente às demonstrações financeiras não envolvem a outra informação e, por isso, não expressamos a nossa opinião na auditoria ou, excepto se estiver explicitamente refiro em baixo, qualquer forma de conclusão de garantia no período atual.

A nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se baseado nas conclusões da nossa auditoria às demonstrações financeiras, a informação nela contida contem erros materiais ou inconsistências referentes às demonstrações financeiras ou ao nosso conhecimento de auditorias. Com base apenas nessa conclusões, não identificámos material incorreto sobre as outras informações.

Relatório estratégico e relatório dos Diretores

Com base apenas nas nossas conclusões na outra informação:

- não identificámos incorreções materiais no relatório estratégico ou no relatório dos Diretores;
- é a nossa opinião que a informação que figura nesses relatórios para o ano financeiro é consistente com as demonstrações financeiras; e
- é também a nossa opinião que esses relatórios foram preparados de acordo com a Lei das Empresas de 2006.

Não temos nada a comunicar sobre outras matérias sobre as quais temos a obrigação de relatar por exceção

A Lei das Empresas 2006 obriga-nos a relatar se, na nossa opinião:

- não foram mantidos registos contabilísticos adequados pela Empresa-Mãe, ou se não foram recebidos resultados adequados à nossa auditoria provenientes de sucursais que não foram visitadas por nós; ou
- se as demonstrações financeiras da Empresa-Mãe não estiverem em conformidade com os registos e resultados contabilísticos; ou
- não foram feitas determinadas divulgações sobre a remuneração dos Directores especificadas pela lei; ou
- não recebemos todas as informações e explicações de que necessitamos para a realização da nossa auditoria.

Não temos nada a relatar no que se refere a esta área.

Respetivas responsabilidades

Responsabilidades dos Diretores

Conforme a explicação mais completa da sua demonstração na página 43, os diretores são responsáveis por: elaboração das demonstrações financeiras, incluindo a garantia que estas oferecem uma visão verdadeira e justa; o controlo interno que for necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras sem incorreções materiais, quer por fraude ou erro; avaliar a capacidade do Grupo e Empresa-Mãe de manterem uma preocupação contínua na divulgação, quando aplicável, de matérias relacionadas com preocupações contínuas; e usar a base de preocupações contínuas contabilísticas excepto se pretenderem liquidar o Grupo ou a Empresa-Mãe ou cessar a atividade, ou no caso de não ter qualquer outra alternativa realista senão essa.

Responsabilidades do Auditor

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras no seu todo não possuem incorreções materiais, quer devia a fraude ou outras ilegalidades (ver abaixo) ou devido a erro, e expressar a nossa opinião no relatório do auditor. Garantia razoável é uma garantia com um nível elevado, mas não garante que uma auditoria levada a cabo de acordo com as ISAs (RU) detete sempre uma incorreção material quando ela exista. Incorreções podem advir de fraude, outras irregularidades ou erros e são consideradas materiais se, de modo individual ou agregado, possa ser razoavelmente esperado que tenham influência nas decisões económicas que os utilizadores tomem com base nas demonstrações financeiras.

Uma descrição mais completa das nossas responsabilidades é fornecida no website da FRC, em www.frc.org.uk/auditorsresponsibilities.

Irregularidades – capacidade de deteção

Identificámos áreas relevantes de leis e regulamentações que podem ter um efeito material nas demonstrações financeiras baseado na nossa experiência no setor, através de discussões com os diretores e outros corpos de gestão (como exigido pelas normas de auditoria), e inspeções da correspondência de regulamentação do Grupo.

Tivemos em consideração leis e regulamentações em áreas que afetavam diretamente as demonstrações financeiras (incluindo legislação relacionada com a empresa) e legislação de impostos. Consideramos o cumprimento dessas leis e regulamentações como parte dos nosso procedimentos dos itens de contas anuais relacionados.

Relatório do Auditor Independente aos membros do Barclays

Adicionalmente, cremos que o impacto de leis e regulamentações nas áreas específicas de capital de regulamentação e liquidez, conduta incluindo vendas abusivas do Seguro de Proteção de Pagamentos, lavagem de dinheiro, listas de sanções e crime financeiros, regulamentações de abuso de mercados e certos aspetos da legislação da empresas que reconhecem a natureza financeira e regulada das atividades do Grupo. Com a excepção de qualquer falta de cumprimento conhecida ou possível, e como exigido pelas normas de auditoria, o nosso trabalho relativo a estas matérias foi limitado a solicitações aos diretores e outra gestão e inspeção de correspondência reguladora. Considerámos o efeito de qualquer falta a de cumprimento conhecida ou possível com estes como fazendo parte dos nossos procedimentos dos itens de contas anuais relacionados, incluindo faltas de cumprimento conhecidas ou possíveis definidas em certas divulgações sobre matérias chave de auditoria, visíveis na secção “Matérias chave de auditoria: a nossa avaliação de riscos e incorreções relevantes” deste relatório.

Transmitimos as leis e regulamentações identificadas pela nossa equipa e continuamos atentos a quaisquer indicações de falta de cumprimento ao longo da auditoria.

Como em qualquer auditoria, um maior risco de não deteção de irregularidades persistiu, uma vez que podem envolver cumplicidade, falsificações, omissões intencionais, distorções ou o contorno de controlos internos.

O objetivo do nosso trabalho de auditoria e a quem devemos a nossa responsabilidade

Este relatório é feito exclusivamente para membros da Empresa enquanto orgão, de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Empresas de 2006. O nosso trabalho de auditoria foi levado a cabo para que possamos apresentar ao membros da Empresa essas matérias que nos exigida a sua comunicação no relatório de auditoria e para mais nenhum propósito que não esse. Conforme permitido pela lei, não aceitamos ou assumimos responsabilidade para com ninguém que não a Empresa e os membros da Empresa enquanto orgão, referente ao nosso trabalho de auditoria, a este relatório e para as opiniões que tecemos.

Guy Bainbridge (Auditor Oficial Sénior)
em nome da KPMG LLP, Auditor Oficial
Revisores Oficiais de
Contas 15 Canada
Square London
E14 5GL

21 de fevereiro de 2018

Demonstração de resultados consolidada

Para o ano findo a 31 de dezembro	Notas	2017 M£	2016 M£
Operações contínuas			
Juros credores	3	**13 631**	14 423
Juros pagos	3	**(3 883)**	(2 966)
Rendimento líquido de juros		**9 748**	11 457
Rendimento de honorários e comissões	4	**8 775**	8 625
Gastos de honorários e comissões	4	**(1 901)**	(1 789)
Rendimento líquido de honorários e comissões		**6 874**	6 836
Rendimento líquido de negociação	5	**3 387**	2 795
Rendimento líquido de investimento	6	**859**	1 324
Outros rendimentos		**69**	57
Rendimento total		**20 937**	22 469
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	7	**(2 336)**	(2 373)
Rendimento líquido operacional		**18 601**	20 096
Custos com pessoal	33	**(6 445)**	(9 211)
Custos com infraestruturas	8	**(2 068)**	(2 937)
Administração e despesas gerais	8	**(6 476)**	(3 200)
Provisão para reparação de clientes do RU	26	**(700)**	(1 000)
Despesas operacionais		**(15 689)**	(16 348)
Participação de resultados após impostos de associadas e *joint ventures*		**70**	70
Lucro sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures	9	**184**	565
Lucro antes de impostos		**3 166**	4 383
Tributação	10	**(2 125)**	(1 245)
Lucro depois de impostos com base em operações continuadas		**1 041**	3 138
Lucro/ (perda) depois de impostos com base em operações descontinuadas		**(2 195)**	591
(Perda)/lucro após impostos		**(1 154)**	3 729
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe		**(1 937)**	2 867
Outros detentores de instrumentos de capital		**639**	457
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe		**(1 298)**	3 324
Interesses não controladores no que respeita a operações continuadas	32	**4**	3
Interesses não controladores no que respeita a operação descontinuadas	32	**140**	402
(Perda)/lucro após impostos		**(1 154)**	3 729

Nota
Como permitido pela secção 408(3) da Lei das Empresas de 2006, não foi apresentada um mapa de rendimento da entidade-mãe.

Demonstração de resultados detalhados consolidada

Para o ano findo a 31 de dezembro	2017 M£	2016 M£
(Perda)/lucro após impostos	**(1 154)**	3 729
Lucro depois de impostos com base em operações continuadas	**1 041**	3 138
Lucro/ (perda) depois de impostos com base em operações de descontinuação	**(2 195)**	591
Outra(o) (perda)/rendimento integral que poderá ser reciclado para lucro ou prejuízo de operações contínuas:		
Reserva de conversão de moeda		
Diferenças de transposição de moeda estrangeira[a]	**(1 310)**	3 027
Reserva disponível para venda		
Ganhos líquidos de mudanças de valor facial	**404**	2 178
(Ganhos) líquidos transferidos para lucros líquidos na alienação	**(294)**	(912)
Perdas líquidas transferidas para lucro líquido devido a imparidade	**3**	20
Perdas/(ganhos) líquidos transferidos para lucro líquido devida ao justo valor dos instrumentos de cobertura	**283**	(1 677)
Alterações em passivos de seguros e outros passivos	**60**	53
Imposto	**(27)**	(18)
Reserva de cobertura do fluxo de caixa		
Ganhos/(perdas) líquidos de mudanças de valor facial	**(428)**	689
(Ganhos) líquidos transferidos para lucros líquidos	**(602)**	(431)
Imposto	**256**	(59)
Outras	**(7)**	47
Outra(o) (perdas)/rendimento integral que poderá ser reciclado para lucro ou prejuízo de operações contínuas	**(1 662)**	2 917
Outro rendimento/(perdas) integral não reciclado para lucro ou prejuízo de operações contínuas:		
Mensurações de benefícios de reforma	**115**	(1 309)
Crédito próprio	**(7)**	-
Imposto	**(66)**	329
Outro rendimento/(perdas) integral não reciclado para lucro ou prejuízo de operações contínuas	**42**	(980)
Outras (perdas)/rendimentos integrais para o ano, líquidas de imposto, de operações contínuas	**(1 620)**	1 937
Outros rendimentos integrais referentes ao ano das operações descontinuadas	**1 301**	1 520
Total de (perda)/rendimento integral para o ano		
(Perdas)/rendimento integral total referente ao ano, líquido de impostos das explorações continuadas	**(579)**	5 075
(Perdas)/rendimento integral total referente ao ano, líquido de impostos das operações descontinuadas	**(894)**	2 111
Total de (perda)/rendimento integral para o ano	**(1 473)**	7 186
Atribuível a:		
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe	**(1 585)**	5 947
Participações minoritárias	**112**	1 239
Total de (perda)/rendimento integral para o ano	**(1 473)**	7 186

Nota
a Inclui perdas de 189M£ (2016: ganhos de 94M£) na reciclagem de diferenças de transposição de moeda.

Balanço consolidado

Em 31 de dezembro	Notas	O Grupo 2017 M£	O Grupo 2016 M£	O Banco 2017 M£	O Banco 2016[b] M£
Ativos					
Numerário e disponibilidades nos bancos centrais		**171 036**	102 328	**165 713**	97 466
Itens em fase de cobrança a outros bancos		**2 153**	1 467	**1 011**	1 010
Ativos da carteira de negociação	12	**113 755**	80 255	**79 836**	36 527
Ativos financeiros designados ao justo valor	13	**116 282**	78 608	**117 182**	80 865
Instrumentos financeiros derivados	14	**237 987**	346 820	**232 288**	327 202
Investimentos financeiros	15	**58 963**	63 365	**54 583**	61 599
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19	**36 209**	43 634	**37 255**	36 391
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	**365 553**	392 783	**388 960**	423 124
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	21	**12 546**	13 454	**22 964**	22 941
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros ativos		**1 850**	4 011	**3 429**	4 730
Investimentos em entidades associadas e joint ventures	38	**718**	684	**165**	164
Investimentos em subsidiárias		**-**	-	**14 614**	14 399
Ativos fixos tangíveis	22	**1 519**	2 466	**565**	1 454
Goodwill e ativos intangíveis	23	**4 885**	7 348	**3 498**	5 651
Ativos por impostos correntes	10	**376**	501	**115**	506
Ativos por impostos deferidos	10	**3 352**	4 763	**1 863**	2 258
Ativos de benefícios de aposentação	35	**966**	14	**959**	7
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda	43	**1 193**	71 454	**-**	3 453
Ativos totais		**1 129 343**	1 213 955	**1 125 000**	1 119 747
Passivos					
Depósitos de bancos		**37 906**	48 214	**38 364**	50 464
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos		**446**	636	**446**	636
Contas de clientes		**429 426**	424 703	**448 079**	431 001
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	21	**40 338**	19 760	**49 883**	29 226
Passivos da carteira de negociação	12	**37 352**	34 687	**41 542**	31 999
Passivos financeiros designados ao justo valor	16	**173 718**	96 032	**169 044**	101 330
Instrumentos financeiros derivados	14	**238 345**	340 487	**229 227**	317 874
Títulos de divida em circulação		**69 386**	75 369	**55 874**	60 864
Passivos subordinados	29	**24 193**	23 871	**24 203**	23 878
Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos	25	**8 416**	8 951	**6 885**	7 853
Provisões	26	**3 302**	3 909	**3 028**	3 515
Passivo de imposto corrente	10	**494**	708	**242**	751
Passivos por impostos diferidos	10	**-**	4	**-**	16
Passivos de pensão de aposentação	35	**287**	377	**149**	207
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda	43	**-**	65 292	**-**	2 135
Passivos totais		**1 063 609**	1 143 000	**1 066 966**	1 061 749
Capital próprio					
Chamada de aumento de capital social e prémios de emissão	30	**14 453**	14 462	**14 453**	14 462
Outros instrumentos de capital próprio	30	**8 982**	6 486	**8 982**	6 486
Outras reservas	31	**3 808**	4 295	**1 093**	2 100
Lucros líquidos acumulados		**38 490**	42 190	**33 506**	34 950
Capital próprio excluindo interesses não controladores[a]		**65 733**	67 433	**58 034**	57 998
Participações minoritárias	32	**1**	3 522	**-**	-
Total de investimentos de capital		**65 734**	70 955	**58 034**	57 998
Total de passivos e participações		**1 129 343**	1 213 955	**1 125 000**	1 119 747

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras nas páginas 163 a 268 no dia 21 de fevereiro de 2018.

John McFarlane
Presidente do Grupo

James E Staley
Director Executivo do Grupo

Tushar Morzaria
Diretor do Grupo Financeiro

Nota

a Conforme o permitido na secção 408 da Lei das Empresas de 2006, um declaração de rendimentos para a empresa-mãe não foi apresentada. Incluído no capital social dos acionistas (excluindo as participações não controladoras para o Banco) está um lucro após impostos para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2017 de 608M£ (2016: 2.078M£).

b Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para melhor refletir a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

Mapa consolidado de alterações ao capital próprio

O Grupo	Capital e prémio social resgatados[a]	Outros instrumentos de capital próprio[a]	Reservas disponíveis para venda[b]	Reserva para cobertura de vendas[b]	Reserva de transposição para venda[b]	Outras reservas e outros capitais sociais dos acionistas[b]	Outras reservas de crédito	Lucros líquidos acumulados	Total de capital próprio excluindo participações não controladoras	Participações não controladoras	Total de investimentos de capital
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Balanço a 31 de dezembro de 2016	**14 462**	**6 486**	**(22)**	**954**	**3 054**	**309**	**-**	**42 190**	**67 433**	**3 522**	**70 955**
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas[c]	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(175)**	**175**	**-**	**-**	**-**
Balanço a 1 de janeiro de 2017	**14 462**	**6 486**	**(22)**	**954**	**3 054**	**309**	**(175)**	**42 365**	**67 433**	**3 522**	**70 955**
Lucros após impostos	**-**	**639**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**398**	**1 037**	**4**	**1 041**
Movimentos de conversão cambial	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1 309)**	**-**	**-**	**-**	**(1 309)**	**(1)**	**(1 310)**
Investimentos disponíveis para venda	**-**	**-**	**429**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**429**	**-**	**429**
Cobertura do fluxo de fundos	**-**	**-**	**-**	**(774)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(774)**	**-**	**(774)**
Novas mensurações de Pensões	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**53**	**53**	**-**	**53**
Reserva de crédito próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(11)**	**-**	**(11)**	**-**	**(11)**
Outras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7)**	**(7)**	**-**	**(7)**
Total de receitas líquidas integrais de impostos de operações continuadas	**-**	**639**	**429**	**(774)**	**(1 309)**	**-**	**(11)**	**444**	**(582)**	**3**	**(579)**
Total de rendimentos integrais líquido de impostos das operações descontinuadas	**-**	**-**	**(11)**	**4**	**1 339**	**-**	**-**	**(2 335)**	**(1 003)**	**109**	**(894)**
Rendimento integral total para o ano	**-**	**639**	**418**	**(770)**	**30**	**-**	**(11)**	**(1 891)**	**(1 585)**	**112**	**(1 473)**
Emissão de outros instrumentos de capital próprio	**-**	**2 496**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2 496**	**-**	**2 496**
Outros instrumentos de capital próprio de cupões pagos	**-**	**(639)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**174**	**(465)**	**-**	**(465)**
Resgate de ações Preferenciais	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14**	**-**	**(1 343)**	**(1 338)**	**-**	**(1 338)**
Esquemas de acções liquidadas de capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**550**	**550**	**-**	**550**
Investimento de acções Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em ações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(78)**	**(78)**	**-**	**(78)**
Dividendos de ações ordinárias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(674)**	**(674)**	**(173)**	**(847)**
Dividendos em ações preferenciais e outro capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(242)**	**(242)**	**-**	**(242)**
Impacto de capital líquido na alienação parcial da BAGL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(359)**	**(359)**	**(3 462)**	**(3 821)**
Outras variações de reserva	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7**	**(12)**	**(5)**	**2**	**(3)**
Balanço a 31 de dezembro de 2017	**14 453**	**8 982**	**396**	**184**	**3 084**	**323**	**(179)**	**38 490**	**65 733**	**1**	**65 734**
Balanço a 1 de janeiro de 2016	14 472	5 350	338	709	(623)	509	-	43 350	64 105	1 914	66 019
Lucros após impostos	-	457	-	-	-	-	-	2 678	3 135	3	3 138
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	3 025	-	-	-	3 025	2	3 027
Investimentos disponíveis para venda	-	-	(356)	-	-	-	-	-	(356)	-	(356)
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	-	199	-	-	-	-	199	-	199
Novas mensurações de Pensões	-	-	-	-	-	-	-	(980)	(980)	-	(980)
Outras	(17)	-	-	-	-	-	-	64	47	-	47
Total de rendimentos integrais, líquidos de impostos para operações contínuas	(17)	457	(356)	199	3 025	-	-	1 762	5 070	5	5 075
Total de rendimentos integrais líquido de impostos para operações descontinuadas	-	-	(4)	46	652		-	183	877	1 234	2 111
Rendimento integral total para o ano	(17)	457	(360)	245	3 677	-	-	1 945	5 947	1 239	7 186
Emissão de outros instrumentos de capital próprio capital próprio	-	1 136	-	-	-	-	-	-	1 136	-	1 136
Outros instrumentos de capital próprio de cupões pagos	-	(457)	-	-	-	-	-	128	(329)	-	(329)
Resgate de ações Preferenciais	-	-	-	-	-	(199)	-	(1 378)	(1 577)		(1 577)
Esquemas de acções liquidadas de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	577	577	-	577
Investimento de acções Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	(414)	(414)	-	(414)
Dividendos de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	(638)	(638)	(235)	(873)
Dividendos em ações preferenciais e outro capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(340)	(340)	-	(340)
Contribuição em capital do Barclays PLC	-	-	-	-	-	-	-	114	114	-	114
Impacto de capital líquido na alienação parcial da BAGL	-	-	-	-	-	-	-	(349)	(349)	601	252
Impacto da alienação da Empresa de Serviço do Grupo na liquidez de capital	-	-	-	-	-	-	-	(806)	(806)	-	(806)
Outras variações de reserva	7		-		-	(1)	-	1	7	3	10
Balanço a 31 de dezembro de 2016	14 462	6 486	(22)	954	3 054	309	-	42 190	67 433	3 522	70 955

Notas
a Para mais informações, por favor consulte a Nota 30
b Para mais informações, por favor consulte a Nota 31.
c Derivado da adoção atempada das disposições de crédito próprio da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2017, o crédito próprio anteriormente registado na demonstração de resultados é agora reconhecida nos Outros Rendimentos Integrais. As perdas líquidas acumuladas de crédito próprio não realizado, no total de 175M£ foi assim reclassificadas dos rendimentos retidos para uma reserva de crédito próprio à parte, dentro das Outras Reservas. Em 2017, registou-se uma perda de 4M£ (líquida de impostos) de crédito próprio na reserva.

Mapa consolidado de alterações ao capital próprio

O Banco	Capital social e prémio de ações resgatados[a]	Outros instrumentos de capital[a]	Disponível para venda de reserva[a]	Reserva de cobertura do fluxo de caixa[a]	Reservade conversão de moeda	Outras reservas e outros capitais dos acionistas[b]	Reserva de crédito próprio[b]	Lucros líquidos acumulados	Total de investimentos de capital
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Balanço a 31 de dezembro de 2016	**14 462**	**6 486**	**(131)**	**962**	**896**	**373**	**-**	**34 950**	**57 998**
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas[c]	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(175)**	**175**	**-**
Balanço a 1 de janeiro de 2017	**14 462**	**6 486**	**(131)**	**962**	**896**	**373**	**(175)**	**35 125**	**57 998**
Lucros após impostos	**-**	**639**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(31)**	**608**
Movimentos de conversão cambial	**-**	**-**	**-**	**-**	**(177)**	**-**	**-**	**-**	**(177)**
Investimentos disponíveis para venda	**-**	**-**	**112**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**112**
Cobertura do fluxo de fundos	**-**	**-**	**-**	**(777)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(777)**
Novas mensurações de Pensões	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**44**	**44**
Reserva de crédito próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(10)**	**-**	**(10)**
Outras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3)**	**(3)**
Total de rendimento integral/(perda) para o ano	**-**	**639**	**112**	**(777)**	**(177)**	**-**	**(10)**	**10**	**(203)**
Emissão de outros instrumentos de capital próprio capital próprio	**-**	**2 496**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2 496**
Outros instrumentos de capital próprio de cupões pagos	**-**	**(639)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**174**	**(465)**
Resgate de ações Preferenciais	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13**	**-**	**(1 343)**	**(1 339)**
Esquemas de acções liquidadas de capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**556**	**556**
Investimento de acções Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em ações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(78)**	**(78)**
Dividendos pagos por ações ordinárias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(242)**	**(242)**
Dividendos pagos por ações ordinárias e outros capitais próprios de accionistas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(675)**	**(675)**
Outras variações de reserva	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7**	**(21)**	**(14)**
Balanço a 31 de dezembro de 2017	**14 453**	**8 982**	**(19)**	**185**	**719**	**386**	**(178)**	**33 506**	**58 034**
Balanço a 1 de janeiro de 2016	14 472	5 350	159	760	6	573	-	36 204	57 524
Lucros após impostos	-	457	-	-	-	-	-	1 621	2 078
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	890	-	-	-	890
Investimentos disponíveis para venda	-	-	(290)	-	-	-	-	-	(290)
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	-	202	-	-	-	-	202
Novas mensurações de Pensões	-	-	-	-	-	-	-	(970)	(970)
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de rendimentos/(perdas) integrais no ano	-	457	(290)	202	890	-	-	651	1 910
Emissão de outros instrumentos de capital próprio capital próprio	-	1 136	-	-	-	-	-	-	1 136
Outros instrumentos de capital próprio de cupões pagos	-	(457)	-	-	-	-	-	128	(329)
Resgate de ações Preferenciais	(10)	-	-	-	-	(201)	-	(1 378)	(1 589)
Esquemas de acções liquidadas de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	223	223
Investimento de acções Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	(80)	(80)
Dividendos pagos por ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	(343)	(343)
Dividendos pagos por ações ordinárias e outros capitais próprios de accionistas	-	-	-	-	-	-	-	(639)	(639)
Contribuição em capital do Barclays PLC	-	-	-	-	-	-	-	114	114
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	1	-	70	71
Balanço a 31 de dezembro de 2016	14 462	6 486	(131)	962	896	373	-	34 950	57 998

Notas
a Para mais informações, por favor consulte a Nota 30
b Para mais informações, por favor consulte a Nota 31.
c Derivado da adoção atempada das disposições de crédito próprio da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2017, o crédito próprio anteriormente registado na demonstração de resultados é agora reconhecida nos Outros Rendimentos Integrais. As perdas líquidas acumuladas de crédito próprio não realizado, no total de 175M£ foi assim reclassificadas dos rendimentos retidos para uma reserva de crédito próprio à parte, dentro das Outras Reservas. Em 2017, registou-se uma perda de 3M£ (líquida de impostos) de crédito próprio na reserva.

Demonstração consolidada de fluxos de caixa

		O Grupo		O Banco	
		2017	2016	2017	2016[a]
Para o ano terminado em 31 de dezembro	Notas	**M£**	M£	**M£**	M£
Operações contínuas					
Reconciliação do lucro antes de impostos com fluxo de caixa líquido das atividades:					
Lucro antes de impostos		**3 166**	4 383	**1 587**	2 415
Ajustes para artigos não monetários:					
Dedução por imparidade		**2 336**	2 357	**1 041**	1 372
Depreciação, amortização e pedra de ativos fixos tangíveis e intangíveis		**821**	1 232	**447**	589
Outras provisões, incluindo pensões		**1 716**	1 726	**1 722**	1 856
Lucro líquido pela alienação de investimentos e ativos fixos tangíveis		**(307)**	(912)	**(248)**	-
Outros movimentos não monetários, incluindo movimentos de câmbio		**1 235**	(20 780)	**683**	(20 509)
Alterações em Ativos e Passivos Operacionais					
Redução/(aumento) líquido em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes		**27 235**	(25 439)	**35 412**	(1 802)
Decréscimo/(aumento) líquido em compra com acordo de revenda e outros créditos similares		**908**	14 733	**(23)**	5 862
(Decréscimo)/aumento líquido nos depósitos e títulos de dívida em emissão		**(11 567)**	49 961	**58**	13 871
(aumento)/redução em acordos de recompra reversa e outros empréstimos semelhantes		**20 578**	(4 852)	**20 657**	3 062
Decréscimo/(aumento) líquido em instrumentos financeiros derivativos		**6 691**	(2 351)	**6 267**	(3 101)
(Aumento) líquido em ativos de exploração		**(33 472)**	(5 542)	**(43 281)**	(3 623)
Aumento líquido em passivos de exploração		**2 665**	880	**9 543**	8 432
Decréscimo líquido em ativos e passivos financeiros designados pelo justo valor		**40 012**	807	**31 397**	2 254
(Aumento)/decréscimo líquido em outros ativos		**(2 119)**	(3 731)	**1 305**	5 688
(Decréscimo) líquido em outros passivos		**(2 260)**	(452)	**(4 371)**	(7 143)
Imposto pago sobre o rendimento da sociedade	10	**(672)**	(742)	**(265)**	(219)
Caixa Líquida de atividades operacionais		**56 966**	11 278	**61 931**	9 004
Compra de investimentos para venda disponíveis		**(83 707)**	(65 086)	**(78 998)**	(64 086)
Produto da cessão ou resgate de investimentos disponíveis para venda		**88 298**	102 515	**84 927**	100 569
Compra de propriedade, instalações e equipamento e intangíveis		**(954)**	(2 054)	**(646)**	(1 050)
Proveitos da venda de activos fixos e intangíveis		**3 334**	234	**3 258**	88
Alienação de operações descontinuados, dinheiro líquido da alienação		**(1 060)**	-	**-**	-
Alienações de filiais, dinheiro líquido da alienação		**358**	595	**1 880**	595
(Aumento)/decréscimo líquido em investimentos em subsidiárias		**-**	-	**(183)**	3 344
Outros movimentos de caixa associados a atividades de investimento		**693**	32	**605**	(13)
Numerário líquido proveniente de atividades de investimento		**6 962**	36 236	**10 843**	39 447
Dividendos pagos		**(1 555)**	(1 186)	**(1 556)**	(982)
Seguro de dívida subordinada	29	**3 041**	1 457	**3 041**	1 457
Resgate de dívida subordinada	29	**(1 378)**	(1 143)	**(1 371)**	(1 105)
Emissão líquida de ações e outros instrumentos de capital próprio		**2 495**	1 125	**2 495**	1 255
Contribuição em capital do Barclays PLC		**-**	114	**-**	114
Recompra de ações e outros instrumentos de capital próprio		**(1 339)**	(1 378)	**(1 339)**	(1 378)
Numerário líquido proveniente de atividades financeiras		**1 264**	(1 011)	**1 270**	(639)
Efeito da taxa de câmbio no numerário e equivalente		**(4 773)**	10 468	**(2 501)**	7 400
Aumento líquido no numerário e nos equivalentes oriundo das operações contínuas		**60 419**	56 971	**71 543**	55 212
Numerário líquido oriundo de operações descontinuadas	43	**101**	405	**-**	-
Aumento líquido na caixa e nos equivalentes		**60 520**	57 376	**71 543**	55 212
Caixa e equivalentes no início do ano		**143 932**	86 556	**122 150**	66 938
Numerário e equivalente no fim do ano		**204 452**	143 932	**193 693**	122 150
O numerário e os ativos de elevada liquidez são compostos por:					
Numerário e disponibilidades nos bancos centrais		**171 036**	102 328	**165 713**	97 466
Empréstimos e adiantamentos a bancos com maturidade original de menos de três meses		**32 706**	38 099	**27 309**	24 328
Tesouraria e outras contas elegíveis com maturidade original com menos de três meses, disponíveis para venda		**682**	356	**643**	356
Meses					
Ativos de carteira de negociação com maturidade original de menos de três meses		**28**	-	**28**	-
Numerário e equivalente de numerário detidos para venda		**-**	3 149	**-**	-
		204 452	143 932	**193 693**	122 150

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para melhor refletir a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

Demonstração consolidada de fluxos de caixa

O juro recebido pelo Grupo foi de 21 783M£ (2016: 21 981M£) e o juro pago pelo Grupo foi de 10 388M£ (2016: 7 812M£). O juro recebido pelo Banco foi de 13 536M£ (2016: 16 649M£) e o juro pago pelo Banco foi de 5 651M£m(2016: 5 627M£).

É exigido ao Grupo que mantenha saldos junto dos bancos centrais e de outras autoridades de regulação, e estes totalizaram 3 360M£ (2016: 4 254M£). É exigido ao Banco que mantenha saldos junto dos bancos centrais e de outras autoridades de regulação, e estes totalizaram 1 207M£ (2016: 215M£).

Para efeitos de elaboração do mapa de fluxo de caixa, o numerário abrange dinheiro na mão e depósitos à ordem e equivalentes de caixa abrangem investimentos de alta liquidez que são convertíveis em numerário com um risco insignificante de mudanças de valor com vencimentos originais de três meses ou inferior. Acordos de recompra e revenda não são considerados como parte dos equivalentes de caixa.

Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro

Esta secção descreve as políticas significativas e as estimativas contabilísticas críticas do Barclays relacionadas com as demonstrações financeiras e respetivas notas como um todo. Quando uma politica contabilística ou uma estimativa contabilística crítica estiver relacionada com uma nota específica, a política contabilística aplicável e/ou estimativa contabilística crítica serão incluídas na nota relevante.

1 Políticas contabilísticas significativas

1. Entidade de relatório

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para o Barclays Bank PLC e respetivas subsidiárias (O Grupo Barclays PLC ou o Grupo) ao abrigo da Secção 399 da Lei das Empresas 2006. O Grupo é um grande prestador de serviços financeiros global, ligado à banca de retalho, cartões de crédito, banca grossista, banca de investimentos, gestão de património e serviços de gestão de investimentos. Além disso, foram apresentadas demonstrações financeiras individuais para a sociedade gestora.

2. Conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e as demonstrações financeiras individuais do Barclays Bank PLC, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e as interpretações (IFRIC) emitidas pelo Comité de Interpretações, conforme publicadas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Também respeitam as interpretações das IFRS e das IFRIC adotadas pela UE. As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais definem-se em seguida, e nas notas relevantes às demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente.

3. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico, modificada de modo a incluir a justa valorização dos bens imóveis e de instrumentos financeiros específicos, na medida necessária ou permitida pelas IFRS e definida nas políticas contabilísticas relevantes. São apresentadas em milhões de libras Esterlinas (M£), a divisa operacional do Barclays Bank PLC.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade, de acordo com a Lei das Empresas de 2006, aplicável às empresas que usam o IFRS.

4. Comparativos

Certos comparativos para o Banco foram alterados para melhor refletir a classificação de certas transações de financiamento internos do grupo e de empresas subsidiárias. Os detalhes destas alterações são os seguintes:

- Empréstimos e adiantamentos a bancos (44mM£) de 36,4mM£ foram reajustados em 7,6mM£
- Empréstimos e adiantamentos a clientes (431mM£) de 423mM£ foram reajustados em 8mM£
- Depósitos de bancos (58mM£) de 50,4mM£ foram reajustados em 7,6mM£
- Contas de clientes (447,4mM£) de 431mM£ foram reajustadas em 16,4mM£
- Títulos de dívida em circulação (45,2mM£) de 60,9mM£ em 15,7mM£
- Outros passivos (15,1mM£) de 7,8mM£ em 7,3mM£

Estas alterações também figuram nas seguintes notas referentes às demonstrações financeiras:

- Nota 17 Justo valor dos instrumentos financeiros
- Nota 19 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes
- Nota 25 Acréscimos, rendimento diferido e outras dívidas passivas
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

5. Políticas contabilísticas

O Barclays prepara demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. As políticas contabilísticas significativas do Grupo relativas a entradas específicas das demonstrações financeiras, juntamente com uma descrição das estimativas e fundamentos contabilísticos que tenham sido críticos na sua preparação, são apresentadas nas notas relevantes. As políticas contabilísticas que afetam as demonstrações financeiras como um todo apresentam-se seguidamente.

(i) Consolidação

O Barclays aplica a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e de todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Barclays Bank PLC tem controlo. O Grupo terá controlo sobre outra entidade quando o Grupo quando tiver todos os seguintes:

1) poder sobre as atividades relevantes da empresa em que investe, por exemplo, através do direito de voto ou outros direitos;
2) exposição ou direito a retornos variáveis do seu envolvimento com a empresa em que investe; e
a capacidade para afetar esses retornos através do seu poder sobre a empresa em que investe.

A reavaliação do controlo baseia-se na ponderação de todos os factos e circunstâncias. O Grupo reavalia se controla a empresa em que investe se os factos e as circunstâncias indicarem que existem alterações a um ou mais dos três elementos de controlo.

As transações e balanços intra-grupo são eliminados na consolidação, sendo utilizadas regras de contabilidade consistentes em todo o Grupo para fins de consolidação.

Alterações nos interesses dos propriedade das subsidiárias são contabilizadas como transações de capital próprio, caso ocorram após o controlo ter sido obtido e se não resultarem na perda de controlo.

1 Políticas contabilísticas significativas

Uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas incluem as parcerias em que um dos paceiros é membro do Grupo, aproveitou-se a isenção ao abrigo do Regra nº 7 do Regulamento de Parcerias (Contas) de 2008, no que se refere à preparação e preenchimento das demonstrações financeiras individuais das parcerias.

São fornecidos detalhes das principais subsidiárias na Nota 36, e apresenta-se uma lista completa de todas as subsidiárias na Nota 44.

(ii) Conversão de moeda estrangeira

O Grupo aplica a IAS 21 *Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio.* As transações e os saldos em moeda estrangeira são convertidas para Libras à taxa em vigor à data da transação. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para Libras à taxa de câmbio no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais nesses saldos são reconhecidos na demonstração de resultados.

As operações externas do Grupo (incluindo subsidiárias, *joint ventures*, associadas e filiais) sediadas fora do Reino Unido podem ter várias divisas operacionais. A divisa operacional de uma operação é a divisa da principal economia a que está exposta.

Antes da consolidação (ou da contabilização patrimonial) os ativos e passivos de operações em divisas diferentes da Libra são convertidos à taxa de fecho, e os itens de rendimentos, despesas, e outros rendimentos integrais são convertidas para Libras à taxa do dia das transações. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de operações no exterior são incluídas nas reservas para conversão cambial nos capitais próprios. Estas são transferidas para a demonstração de resultados quando o Grupo se aliena de toda a participação numa operação estrangeira, quando uma alienação parcial resulta numa perda o controlo da participação numa subsidiária, quando um investimento anteriormente contabilizado como um ativo financeiro ou aquando da alienação de uma operação autónoma estrangeira dentro de uma divisão.

(iii) Ativos e passivos financeiros

O Grupo aplica a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* no reconhecimento, classificação, e mensuração, e no desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, na imparidade dos ativos financeiros, e na contabilidade de cobertura.

Reconhecimento

O Grupo reconhece ativos e passivos financeiros no momento em que se tornam uma parte dos termos do contrato. A contabilidade da data de negociação ou a data de liquidação são aplicadas dependendo da classificação do ativo financeiro.

Classificação e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e podem ser detidos a justo valor ou a custo amortizado dependendo da intenção do Grupo relativamente aos ativos e à natureza dos ativos e dos passivos, especialmente determinados pelos seus termos contratuais.

Inclui-se a política contabilística para cada tipo de ativo ou passivo financeiro dentro da nota relevante para cada item. As políticas do Grupo para determinação do justo valor dos ativos e passivos são definidas na Nota 17.

Não reconhecimento

O Grupo não reconhece um ativo financeiro, ou parte de um ativo financeiro da sua folha de balanços quando os direitos contratuais desse ativo já caducaram ou foram transferidos, normalmente por venda e com ele substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo juntamente com a capacidade incondicional de vender ou empenhar o ativo.

Os passivos financeiros são retirados do balanço quando o passivo for liquidado, tiver vencido, ou se tiver extinguido. A troca de um passivo financeiro existente por um novo passivo com o mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes (geralmente, uma diferença de 10% no valor atual dos fluxos de caixa) contabiliza-se como uma extinção do passivo financeiro original e um reconhecimento do novo passivo financeiro.

As transações nas quais o Grupo transfere ações e passivos, partes dos mesmos ou riscos financeiros a si associados podem ser complexas e pode não ser óbvio que substancialmente todos os riscos e recompensas foram transferidos. Muitas vezes, é necessário realizar uma análise quantitativa.
Essa análise compara a exposição do Grupo à variabilidade dos fluxos de fundos de ativos antes da transferência com a respetiva exposição retida depois da transferência.

Uma análise de fluxos de caixa desta natureza pode exigir decisão. Em especial, será necessário estimar os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, bem como a variabilidade potencial em redor desta expetativa. O método para estimativa dos fluxos de caixa futuros depende da natureza do ativo, devendo ser usados dados de mercado ou implícitos no mercado na maior medida possível. A variabilidade potencial em redor desta expetativa é normalmente determinada por uma maior pressão sobre os parâmetros subjacentes, para criar cenários alternativos e razoáveis de melhoria e agravamento. Seguidamente, atribuem-se probabilidades a cada cenário. Os parâmetros sob pressão podem incluir as taxas de incumprimento, a gravidade das perdas, ou as taxas de pagamento antecipado.

(iv) Instrumentos de dívida e capital próprio emitidos

O Grupo aplica a IAS 32, *Instrumentos Financeiros: Apresentação,* para determinar se o financiamento consiste num passivo financeiro (dívida) ou em capital próprio.

Os instrumentos financeiros emitidos ou os seus componentes são classificados como passivos quando as disposições contratuais resultam numa obrigação por parte do Grupo de entregar numerário ou outro ativo financeiro ou um número variável de capital próprio ao detentor do instrumento. Se não for este o caso, o instrumento é geralmente um instrumento de capital próprio e as receitas são incluídas no capital, deduzidos os custos de transação. Os dividendos e outros rendimentos devidos aos detentores do capital próprio são reconhecidos no momento do pagamento ou declarados pelos membros na AGM e tratados como uma dedução aos capitais próprios.

Quando os instrumentos financeiros emitidos contiverem simultaneamente componentes ativos e passivos, serão contabilizados separadamente. O justo valor da dívida é estimado e o saldo dos proveitos é incluído no capital próprio.

1 Políticas contabilísticas significativas continuação

6. Normas e interpretações novas e corrigidas

As regras contabilísticas adotadas são consistentes com as do ano financeiro anterior, exceto para o tratamento contabilístico do próprio crédito de passivos financeiros criado ao justo valor através de lucros e perdas sob a opção ao justo valor. O Barclays aceitou apresentar antecipadamente os ganhos e perdas do próprio crédito do Barclays no rendimento abrangente conforme permitido pelo IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*, a partir de 1 de janeiro de 2017. Isto não terá impacto sobre os ativos líquidos, e não foram redeclaradas quaisquer alterações resultantes do crédito próprio em períodos anteriores. O montante do próprio crédito cumulativo foi reclassificado de ganhos retidos para uma reserva separada. Quaisquer montantes, realizados ou não, reconhecidos noutro rendimentos integrais não serão reclassificados nas demonstrações de rendimentos de períodos futuros. Consulte a Nota 31 para mais detalhes.

Não existiu nenhuma outra alteração significativa de normas ou novas interpretações que tenham resultado numa alteração da política contabilística.

Desenvolvimentos contabilísticos futuros

Tem havido, e é esperada, uma série de alterações significativas ao relato financeiro do Grupo a partir de 2017 como resultado das novas normas ou correções emitidas pelo IASB. As mais significativas destas são as seguintes:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros vem substituir a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração,* entrará em vigor nos períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018 inclusive e foi adotada pela UE em novembro de 2016. A IFRS 9, em especial os requisitos para imparidades, levará a alterações significativas na contabilização dos instrumentos financeiros.

i) Imparidade

A IFRS 9 introduz um modelo de imparidades revisto, que obriga que as entidades reconheçam as perdas esperadas no crédito com base em informação prospetiva não enviesada. Isto substitui o modelo existente de perdas incorridas IAS 39, que apenas reconhece a imparidade se existirem provas objetivas que já ocorreu uma perda e que mediria a perda no resultado mais provável. O modelo de imparidades da IFRS 9 será aplicável a todos os ativos financeiros a custo amortizado, a recebimentos de locações, a ativos financeiros de dívida ao justo valor através de compromissos de crédito OCI, e a contratos de garantia financeira. Isto contrasta com o modelo de imparidades da IAS 39, que não se aplica aos compromissos de crédito nem a contratos de garantia financeira, os quais estão cobertos pela IAS 37. Adicionalmente, o modelo da IAS 39 necessitou que a imparidade de dívida para disponível para venda seja baseada na perda a justo valor ao invés fluxos de caixa futuros estimados para ativos a custo amortizado. Exposições inter-empresa, incluindo compromissos de crédito e contatos de garantias financeiras, estão também no âmbito da IFRS 9 para as contas de entidade de relatório independentes.

A medição das perdas esperadas irá envolver uma maior complexidade e ponderação, incluindo a estimativa de probabilidades de incumprimento, perdas motivadas pelo incumprimento, vários cenários económicos futuros imparciais, estimativa de vidas esperadas, de exposições ao incumprimento e avaliação de aumentos no risco de crédito. Antecipa-se que tenha um impacto financeiro substancial e que as perdas por imparidade se tornam mais voláteis.
A imparidade também será reconhecida mais cedo e os montantes vão aumentar. Os produtos sem garantia com vidas mais longas esperadas, como cartões de crédito renovável, devem sofrer o maior impacto.

O aumento esperado na provisão contabilística para a imparidade reduz o capital CET1, mas o impacto é parcialmente mitigado pela dedução da “excesso de perdas esperadas por imparidade” do capital CET1. Adicionalmente, a União Europeia irá adotar acordos de transição para mitigar ou diluir os impactos no capital da adoção da IFRS 9 por um período de cinco anos a partir de 1 de janeiro de 2018, o qual será aplicado pelo Barclays. Separadamente, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia está a considerar a necessidade de alterações permanentes do quadro regulador de capital, de modo a ter em conta as perdas da provisão de crédito esperadas.

Conceitos chave e juízos da gerência

Os requisitos de imparidade são complexos e requerem juízos, estimativas e pressupostos da gerência. Os conceitos chave e os juízos da gerência incluem:

- *Determinar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial*

A IFRS 9 requer o reconhecimento, para 12 meses, das perdas esperadas (a parte de perdas de crédito esperadas dos eventos de incumprimento previstos para um intervalo de 12 meses a partir da data do relatório) se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde a data inicial do reconhecimento (fase 1), bem como as perdas de crédito esperadas para o tempo de vida dos instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde a data de reconhecimento (fase 2) ou com imparidade de crédito (fase 3). O Barclays irá estimar quando ocorre um aumento significativo no risco de crédito, com base nas avaliações qualitativas e quantitativas. Considera-se que as exposições resultaram num aumento significativo de risco de crédito, e passam para a fase 2 quando:

- Teste Quantitativo

A probabilidade média ponderada cumulativa de incumprimento no tempo de vida (PD) aumentou mais do que o patamar acordado relativamente ao equivalente de origem. Os patamares relativos foram definidos como aumentos de percentagens e definidos grupos de classificações de origem e níveis de segmentos.

- Teste Qualitativo

As contas que vão de encontro ao critério de “risco elevado” da carteira estão sujeitas a uma monitorização mais apertada.

- Critério de Proteção

Contas que já ultrapassaram o prazo em 30 dias ou mais. O critério de 30 dias após o prazo é uma proteção e não um meio principal para impulsionar as exposições para a fase 2.

As exposições regressarão à fase 1 assim que deixem de cumprir os critérios para um aumento significativo no risco de crédito e quando forem cumpridos quaisquer critérios de remediação usados para a gestão do risco de crédito. Isto está sujeito ao todos os pagamentos estarem atualizados e os clientes demonstrarem a capacidade e vontade de manter pagamentos futuros.

O Barclays não vai contar com a isenção de risco de crédito baixo, que partiria do pressuposto de que os mecanismos de grau de investimento não estariam substancialmente deteriorados.
Determinar a probabilidade de incumprimento no momento do reconhecimento inicial deve requerer estimativas da gerência, particularmente para as exposições emitidas antes de data de entrada em vigor da IFRS 9. Para certos mecanismos renováveis, como cartões de crédito ou saques a descoberto, espera-se que isso aconteça quando o mecanismo é acionado pela primeira vez, o que pode ter sido há bastante tempo.

Sobreposições de gestão e outras exceções aos modelos de resultados são aplicadas apenas se forem consistentes com o objetivo de identificar aumentos significativos no risco de crédito.

- *Informações prospetivas*

As perdas de crédito são os défices financeiros previstos para a dívida contratual ao longo do ciclo de vida do instrumento financeiro, descontados à taxa de juro em vigor originalmente. As perdas de crédito previstas são imparciais, ponderadas por probabilidades e determinadas através da avaliação de um intervalo de possíveis resultados, tendo em conta as condições económicas futuras. Quando não existe uma relação linear entre os cenários económicos prospetivos e as perdas de crédito associadas, será tido em consideração um leque de cenários económicos prospetivos – espera-se atualmente um mínimo de cinco – de forma a garantir que será incluída na determinação das perdas esperadas uma amostra suficiente,representativa e imparcial da distribuição total. As metodologias de teste de tensão serão aproveitadas na previsão de cenários económicos, para fins da IFRS 9.

- *Definição de incumprimento, ativos com imparidade de crédito, renúncias e reconhecimento de rendimentos de juros*

A definição de incumprimento, para fins da determinação de perdas de crédito esperadas, esteve alinhada com a definição no Artigo 178 da Regulamentação de Requisitos de Capital (RRC), que pondera indicadores da incapacidade para o devedor pagar, inclui exposições na tolerância e nunca ultrapassa a data em que a exposição já tenha vencido há mais de 90 dias, ou 180 dias no caso das hipotecas no Reino Unido. Quando as exposições são identificadas como tendo imparidade de crédito, ou são comprados ou originadas dessa forma, a IFRS 9 exige a divulgação individual, e a apresentação dos rendimentos de juros necessita de ser calculada com base no valor contabilístico livre das provisões por imparidade.

A imparidade de crédito é esperada quando ocorre incumprimento na exposição, o que também deverá coincidir com as situações em que a exposição é identificada como caso individual de imparidade, ao abrigo do modelo de perdas incorridas da IAS 39. As políticas de renúncia à cobrança não devem divergir das que estão definidas na IAS 39.

- *Vida esperada*

As perdas de crédito esperadas no tempo de vida devem ser medidas ao longo da vida esperada. Esta está restringida à duração máxima do contrato e toma em consideração o pré-pagamento, extensão, compra e outras opções semelhantes esperadas. As exceções são certos instrumentos financeiros renováveis, tais como cartões de crédito e adiantamentos bancários, que incluem tanto uma componente utilizada como não utilizada, em que a capacidade da entidade contratual para exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição a entidade a perdas de crédito no período contratual de aviso prévio. A vida esperada destes instrumentos renováveis é o ciclo de vida comportamental. Quando os dados são insuficientes ou as análises inconclusivas, uma "fator de maturidade" adicional poderá ser incorporado de modo a refletir a totalidade da vida de exposição prevista, tendo por base juízos experientes e/ou análises dos seus pares. As potenciais modificações futuras de contratos não são tomadas em consideração ao determinar a vida esperada, ou a exposição ao incumprimento, até que ocorram.

- *Desconto*

As perdas de crédito previstas são descontadas à taxa de juro em vigor (EIR) durante o reconhecimento inicial ou uma aproximação ao mesmo e consistente com o reconhecimento de rendimento. Para compromissos de empréstimos, a EIR é a taxa cuja aplicação é expectável quando o empréstimo é utilizado e um ativo financeiro é reconhecido. Contratos de garantias financeiras emitidos são descontados à taxa implícita na locação, conforme o definido na IAS 17. Para taxas variáveis de ativos financeiros, a taxa à vista na data do relatório é usada e as projeções das alterações na taxa variável na vida esperada não são criadas para estimar os fluxos de juros futuros e para descontar.

- *Técnicas de modelação*

As perdas de crédito esperadas (PCE) são calculadas multiplicando três componentes principais, sendo elas a probabilidade de incumprimento (PI), as perdas dado o incumprimento (PDI) e a exposição dado o incumprimento (EDI), descontadas às taxa de juro efetiva original. Os cálculos reguladores do Comité de Supervisores Bancários de Basileia das PCE são usados para a modelação da IFRS 9, mas ajustados para diferenças chave que incluem:

O BCBS requer as perdas ao longo de um ciclo económico de 12 meses, ao passo que a IFRS 9 requer as perdas numa altura específica dentro de um período de 12 meses ou do ciclo de vida, com base nas condições à data do relatório e múltiplas previsões das condições económicas futuras ao longo das vidas esperadas; e

Os modelos da IFRS 9 não incluem certos valores mínimos conservadores, nem as avaliações de declínio do modelo do BCBS, e requerem que se desconte à taxa de juro em vigor originalmente à data de relatório, ao invés de usar o custo de capital à data do incumprimento.

A gerência irá efetuar ajustes aos resultados modelados, de forma a contabilizar as situações em que os fatores e informações de risco conhecidos ou esperados não foram tomados em consideração no processo de modelização, como por exemplo previsões de cenários económicos para acontecimentos políticos incertos.

Os PCEs são medidos ao um nível de instrumento financeiro individual. No entanto, uma abordagem coletiva onde instrumentos financeiros com as características de risco semelhantes serem agrupadas juntas, com a repartição de instrumentos financeiros, é usada onde os efeitos podem apenas ser observados a um nível coletivo, por exemplo para informação futura.

Para a avaliação de imparidade da IFRS 9, os Modelos de Risco do Barclays são usados para determinar a probabilidade de incumprimento (PI), as perdas dado o incumprimento (PDI) e a exposição dado o incumprimento (EDI). Para as fases 2 e 3, o Barclays aplica PLs com tempo de vida mas utiliza PDs a 12 meses para a fase 1. Os impulsionadores das PCEs em PI, EDI e PDI são modeladas ao nível das contas, o que tem em consideração a antiguidade, entre outros fatores de crédito. Além disso, a avaliação do aumento significativo do risco do crédito é baseada na curva inicial da PI do tempo de vida, a qual representa um risco de crédito diferente aceite ao longo do tempo.

ii) Tolerância

Tanto os ativos de tolerância realizada como não-realizada são classificados como pertencendo à fase 3, excepto quando é estabelecido que a concessão atribuída não resultou numa obrigação financeira diminuída e que nenhuma outra definição reguladora sobre os critérios de incumprimento foram acionadas, sendo considerados como pertencentes à fase 2 caso tal aconteça. O período provisório mínimo para a tolerância não-realizada é de 12 meses e para tolerância realizada é de 24 meses. È portanto necessário um período mínimo de 36 meses para a tolerância não-realizada deixar o estado de tolerância.

iii) Governação do projeto e gestão de risco de crédito

O Barclays tem um programa de governação e implementação de finanças e responsabilização por riscos com representação de todos os departamentos afetados. As estruturas do Comité de imparidade foram testadas e implementadas no primeiro semestre de 2017, proporcionando supervisão para ambos os resultados de imparidade do IAS 39 e a IFRS 9.

1 Políticas contabilísticas significativas continuação

O processo de comunicação de imparidades começa com a produção de cenários económicos. O Comité Sénior de Revisão de Cenários (SSRC) analisa e aprova as narrativas de cenário, o conjunto de variáveis macroeconómicas essenciais, ponderações de probabilidade, e quaisquer sobreposições de gestão para cenários específicos usados em todos os modelos de PCEs. O SSRC asseguram que os cenários têm em conta de modo adequado a distribuição de perdas não-linear e assimétrica.

O Comité de Imparidade do Grupo, composta por membros das equipas de Finanças e Risco e com a participação do Diretor Financeiro do Grupo e o CRO, é responsável pela supervisão da política e práticas de imparidade em todo o Grupo Barclays, e irá aprovar os resultados de imparidade.

Os resultados do relatório e as principais mensagens são transmitidas ao Comité de Auditoria do Conselho, o qual tem um papel supervisor e questiona os pressupostos chave, incluindo a base dos cenários adotados.

iv) Classificação e mensuração

A IFRS 9 obriga a que os ativos financeiros sejam classificados mediante dois critérios:

1) o modelo de negócio em que os ativos financeiros são geridos, e
2) as características contratuais dos seus fluxos de caixa (se os fluxos de caixa correspondem "apenas a pagamentos de capital e juros").

Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem detidos por um modelo de negócio cujo objetivo seja o de deter ativos financeiros para cobrar fluxos de caixa contratuais, e os seus fluxos de caixa contratuais representarem apenas pagamentos de capital e juros.

Os ativos financeiros serão mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais, se estiverem incluídos num modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado quer por cobrar fluxos de caixa contratuais, quer pela venda dos ativos financeiros, e os seus fluxos de caixa contratuais representarem apenas pagamentos de capital e juros. Os modelos de negócios são determinados na aplicação inicial e podem divergir do modelo de 1 de janeiro de 2018 para certas carteiras.

Os modelos de negócios são determinados na aplicação inicial e podem divergir do modelo de 1 de janeiro de 2018 para certos portfólios. O Barclays analisa o modelo de negócios ao nível da carteira. A informação que é considerada importante para a determinação dos modelos de negócios incluem (i) políticas e objetivos para a carteira relevante, (ii) como o desempenho e os riscos da carteira são geridos, avaliados e reportados à gestão, e
(iii) a frequência, volume e momento das vendas em períodos anteriores, expetativas de vendas para períodos futuros, e a razão para essa vendas. Os ativos financeiros geridos numa base de justo valor e aqueles que são detidos para transação são detidos ao justo valor através de ganhos e perdas.

Ao analisar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros, consideram-se termos que podem alterar o fluxo de caixa contratual para que possam ir de encontro às condições apenas para pagamentos de capital e juros, o quais incluem: (i) funcionalidades contingente e de alavancagem, (ii) acordos sem recursos e (iii) funcionalidades que pode modificar o valor temporal do dinheiro.

Outros ativos financeiros são mensurados ao justo valor através de lucro ou prejuízo. Existe a opção de fazer uma escolha irrevogável para que os investimentos de capital não negociados sejam mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais. Nesse caso, os dividendos são reconhecidos como lucro ou prejuízo, mas os ganhos ou perdas não são reclassificados como lucro ou prejuízo após o desreconhecimento, e a imparidade não é reconhecida na demonstração de rendimentos.
A 12 de outubro de 2017, a IASB publicou uma emenda à IFRS 9 relacionado com as provisões de pré-pagamento com compensação negativa; Esta emenda entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019 com a aplicação antecipada permitida. No entanto ainda não foi adotado pela UE. Esta emenda permite que ativos financeiros com tais provisões seja medidos ao custo amortizado ou justo valor através de outros rendimentos abrangentes, desde que os critérios da SPPI (apenas pagamentos de capital e juros) da IFRS 9 sejam cumpridos. Além disso, a emenda à IFRS 9 clarifica que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que causem o término antecipado do contrato, e não tendo em conta qual das parte para ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato. Tais provisões de pré-pagamento estão presentes em alguns empréstimos empresariais e de bancos de investimento de taxa fixa, e são considerados como cumpridores do critério de custo amortizado da IFRS 9. As provisões de pré-pagamento são consistentes com os critérios de “apenas pagamentos de capital e juros” se a provisão de pré-pagamento representa montantes substanciais em dívida de capital e juros e uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

Apesar de existirem algumas alterações de classificação, estas não são significativas para o Grupo.

v) Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 contém requisitos revistos da contabilidade de cobertura da IFRS 9 é opcional, cuja adoção é opcional. Além disso, determinados aspetos da IAS 39, como é o caso da cobertura do justo valor da carteira quanto ao risco de taxa de juro, continuam a estar disponíveis para as entidades (ao mesmo tempo que a IFRS 9 é aplicável às restantes relações de contabilidade de cobertura da entidade) até que o IASB conclua a sua contabilização para o projeto de gestão do risco dinâmico.

Com base na análise efetuada, o Barclays irá continuar a aplicar a contabilidade de cobertura da IAS 39, embora vá implementar os requisitos de divulgação de contabilidade de cobertura da IFRS 7.

vi) Crédito próprio

O Barclays implementou a opção da IFRS 9 de reconhecer alterações no crédito próprio para passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas sob a opção de justo valor noutros rendimentos abrangentes a partir de 1 de janeiro de 2017.

vii) Impacto Esperado

A IFRS 9 será aplicada retrospetivamente na adoção a 1 de Janeiro de 2018. É esperado que o capital de abertura de acionistas diminua aproximadamente 2,2mM£ após impostos para o Grupo e 1,4mM£ para o Banco. Esta análise de impacto foi estimada ao abrigo de um ambiente de controlo interino, com modelos que continuam a ser avaliados. A implementação do ambiente abrangente de controlo final irá continuar com a introdução por parte do Barclays do negócio com controlos normais em 2018. O Barclays não vai reajustar os comparativos da aplicação inicial da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018.

1 Políticas contabilísticas significativas

IFRS 15 – Rendimento proveniente de Contratos com Clientes

Em 2014, o IASB publicou a IFRS 15 *Receitas de Contratos com Clientes*, que irá substituir a IAS 18 *Receitas* e a IAS 11 *Contratos de Construção*. Aplica-se a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Esta norma estabelece uma abordagem mais sistemática à mensuração e reconhecimento das receitas, introduzindo um modelo de cinco passos que rege o reconhecimento de receitas. O modelo de cinco passos inclui

1) a identificação do contrato com o cliente, 2) a identificação de cada obrigação a cumprir incluída no contrato, 3) a determinação do montante de compensação no contrato, 4) a afetação da compensação para cada uma das obrigações a cumprir identificadas e 5) o reconhecimento das receitas à medida que cada obrigação é cumprida. Em abril de 2016, o IASB publicou emendas de clarificação da IFRS 15, que oferecem orientações adicionais de implementação, mas não mudam os princípios subjacentes da norma. A norma recebeu o aval da UE em setembro de 2016.

O Barclays irá implementar esta norma a 1 de janeiro de 2018. O Barclays elegeu o método de transição de efeito cumulativo, com o ajuste de transição a ser calculado a 1 de janeiro de 2018 e reconhecido nos ganhos retidos sem reajustar os períodos comparativos. Não existiram impactos significativos da adoção do IFRS 15 em relação ao momento no qual o Barclays reconhece os rendimentos ou quando devia ser reconhecido em bruto como capital ou líquido como um agente.

IFRS 16 – Locações

Em janeiro de 2016, o IASB publicou a IFRS 16 *Locações*, que irá substituir a IAS 17 *Locações*. A IFRS 16 será aplicável a todas as locações, exceto as licenças de propriedade intelectual, direitos garantidos por um acordo de licenciamento no âmbito da IAS 38 *Ativos Intangíveis*, acordos de concessão de serviços, locações de ativos biológicos no âmbito da IAS 41 *Agricultura*, e locações de minerais, petróleo, gás natural e outros recursos não-renováveis semelhantes.A IFRS 16 não irá resultar em alterações significativas na contabilidade do locador; contudo, para a contabilidade locatário deixará de haver uma distinção entre locações operacionais e financeiras. Em vez disso, os locatários terão de reconhecer tanto um ativo com direito de uso como um passivo de locação nos saldos para todas as locações. Assim, o Barclays registará um aumento tanto nos ativos como nos passivos para transações atualmente designadas como locações operacionais, a partir de 1 de janeiro de 2019 (a data de entrada em vigor da IFRS 16). Irá ser aplicado um quadro de isenção a locações a curto prazo e de baixo valor. Os esforços atuais de implementação do projeto estão focados na preparação e obtenção da informação. A norma foi aprovada pela UE em novembro de 2017. O Barclays irá implementar esta norma a 1 de Janeiro de 2019. O Barclays está atualmente a analisar o impacto esperado da adoção desta norma.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

Em maio de 2017 o IASB emitiu Contratos de Seguro IFRS 17, uma nova normal contabilística abrangente para contratos de seguro que cobrem o reconhecimento e a apresentação de medição e de divulgação. Uma vez efetivo, o IFRS 17 irá substituir os Contratos de Seguro IFRS 4 que foram emitidos em 2005.

O IFRS 17 é aplicado a todos os tipos de contratos de seguro (por exemplo, vida, curto prazo, seguro direto e reseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitam, assim como certas garantias e instrumentos financeiros com provisões de participação discricionárias. Algumas exceções no âmbito serão aplicados. A norma estará efetiva a 1 de janeiro de 2021 e ainda não foi aprovada pela UE. O Barclays está atualmente a analisar o impacto esperado da adoção desta norma.

IFRS 2 Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento baseados em ações – Emenda ao IFRS 2

O IASB emitiu emendas ao Pagamento baseado em ações IFRS 2 que abordam três áreas principais: os efeitos de condições de investimento na mesuração de transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com provisões de acordo líquidas para a retenção de obrigações fiscais; e contabilidade onde uma modificação aos termos e condições de uma transação de pagamentos baseada em ações altera a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada em capital. As emendas são efetivas para períodos anuais, com início a partir de 1 de janeiro de 2018. A adoção das emendas não terá um impacto significativo no Barclays.

IFRIC Interpretação 23 Incerteza sobre o Tratamento Fiscal de Rendimentos

O IFRIC 23 clarifica a aplicação do IAS 12 para a contabilidade do tratamento fiscal de rendimentos que ainda não foi aceite pelas autoridades fiscais, em cenários onde possa ser incerto como a lei fiscal é aplicada numa transação ou circunstância específica, ou se uma autoridade fiscal aceitará ou não o tratamento fiscal de uma entidade. A data efetiva é 1 de janeiro de 2019. Atualmente, o Barclays está a analisar o impacto do IFRIC 23.

7. Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer a utilização de estimativas. Também requer a gestão das tomadas de decisão na aplicação das políticas contabilísticas. As principais áreas que envolvem um grau mais elevado de decisão ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos são significativos para as demonstrações financeiras consolidas ou individuais, estão assinaladas nas notas relevantes. As estimativas e juízos contabilísticos críticos estão divulgados em:

- Encargos com imparidades de crédito na página 179;
- Impostos na página 181;
- Valor justo dos instrumentos financeiros na página 193;
- Pensões e benefícios de aposentação – obrigações na página 243; e
- Disposições que incluem questões de conduta e jurídicas, regulamentares e de concorrência na página 221.

Para implementar a delimitação no RU, planeada para abril de 2018, o Barclays Bank PLC irá transferir ativos e passivos da divisão Barclays UK para o banco delimitado, Barclays Bank UK PLC. O investimento do Barclays Bank PLC no Barclays Bank UK PLC será transferida do Grupo Barclays Bank PLC para o Barclays PLC. Os restantes negócios do Barclays Bank PLC serão compostos pela divisão Barclays International, bem como funções da sede e de tesouraria. O Barclays Bank PLC e o Barclays Bank UK PLC irão funcionar paralelamente, mas de modo independente entre si, dentro do Grupo Barclays do Barclays PLC.

1 Políticas contabilísticas significativas continuação

Ao abrigo do IFRS 5, uma entidade devia considerar se ativos não correntes ou um grupo de alienação devem ser classificados como detidos para venda ou detidos para alienação. Um grupo de alienação é classificado como detido para distribuição pelos donos quando a entidade estiver empenhada em distribuir o grupo de alienação entre os donos. Para tal acontecer, os ativos devem estar disponíveis para distribuição imediata na sua condição atual e a distribuição dever ser bastante provável. Para que a distribuição seja bastante provável, devem ter sido iniciadas ações para completar a distribuição e deve ser expectável que estará concluída dentro de um ano desde a data de classificação. As acções necessárias para completar a distribuição devem indicar que é pouco provável que alterações significativas aconteçam na distribuição e que a distribuição seja retirada. A probabilidade de os acionistas aprovarem deve ser considerada como parte da análise se as distribuição será bastante provável.

O Barclays Bank PLC não classificou os ativos e os passivos da divisão do Barclays UK como detidos para distribuição, uma vez que os ativos não são considerados como estando prontos para distribuição até ao primeiro trimestre de 2018, estando dependente da conclusão dos passos essenciais de segregação de negócios. Adicionalmente, a audiência no tribunal de delimitação está marcada para 26 e 27 de fevereiro de 2018 e a aprovação do tribunal do RFTS do Barclays não é considerada como habitual.

8. Outras divulgações

Para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando informações relacionadas num só local, determinadas divulgações exigidas nos termos da IFRS foram incluídas na secção Análise de Riscos conforme descrito abaixo:

- Risco de crédito na página 62 e as tabelas nas páginas 76 a 96;
- Risco de mercado na página 64 e as tabelas nas páginas 97 a 99;
- Risco de capital e tesouraria – capital na página 67 e as tabelas nas páginas 115 a 116; e
- Risco de capital e tesouraria – liquidez na página 67 e as tabelas nas páginas 100 a 114.

As notas incluídas nesta secção centram-se nos resultados e desempenho do Grupo. Inclui-se aqui a informação sobre os rendimentos gerados, as despesas incorridas, o desempenho dos vários segmentos, os impostos, os ganhos por ação e os dividendos. Para mais detalhes sobre o desempenho, consulte o comentário da demonstração de resultados na Análise financeira (não-auditada) na página 138.

2 Relatórios segmentados

Apresentação de relatórios segmentados

Os relatórios segmentados do Grupo estão conforme a IFRS 8 *Segmentos Operacionais*. Os segmentos operacionais são relatados de uma forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao Comité Executivo, que é responsável pela atribuição de recursos e por avaliar o desempenho dos segmentos operacionais, e que foi identificado como o principal tomador de decisões operacionais. Todas as transações entre os segmentos do negócio são realizadas em condições comerciais equitativas, com os rendimentos e custos intrassegmentos a serem eliminados na Sede. O rendimento e as despesas diretamente associados a cada segmento incluem-se na determinação do desempenho do segmento de negócio.

O Barclays é um banco de consumo transatlântico e para fins de relatórios segmentários, define as suas divisões do seguinte modo:

- **Barclays UK,** o qual oferece produtos e serviços do quotidiano a clientes de retalho e pequenas e médias empresas no RU. A divisão inclui o negócio UK Personal; os pequenos negócios empresariais e patrimoniais do RU; e o negócio de cartões de crédito para o consumo do Barclaycard UK.
- **Barclays International** o qual proporciona produtos e serviços concebidos para os nosso clientes corporativos, grossistas e bancários internacionais e de maior dimensão. A divisão inclui o negócio empresarial do RU de maior dimensão; os negócios empresarias internacionais e de património; O Banco de Investimento; o negócio internacional Barclaycard; e o Barclaycard Business Solutions.
- **Sede** a qual inclui as funções de apoio da sede e centrais (incluindo tesouraria) e negócios em transição.

O segmento Non-Core foi encerrado a 1 de julho de 2017, tendo os ativos e passivos residuais sido reintegrados, e o respetivo desempenho financeiro transferido para, o Barclays UK, o Barclays International e a Sede. Os resultados financeiros até 30 de junho de 2017 estão refletidos no segmento Non-Core, nos resultados do Grupo, para o ano findo a 31 de dezembro de 2017. Resultados comparativos não foram reajustados.

Análise de resultados por negócio

	Barclays UK	Barclays International	Sede[a]	Barclays Non-Core[b]	Resultados do Grupo
	M£	M£	M£	M£	M£
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2017					
Rendimento total	**7 387**	**14 405**	**(328)**	**(527)**	**20 937**
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(783)**	**(1 506)**	**(17)**	**(30)**	**(2 336)**
Rendimento/(despesa) operacional líquido	**6 604**	**12 899**	**(345)**	**(557)**	**18 601**
Despesas operacionais excluindo o Imposto Bancário do Reino Unido e custos com contencioso e diligências	**(4 115)**	**(9 512)**	**(239)**	**(251)**	**(14 117)**
Imposto bancário do Reino Unido	**(59)**	**(265)**	**(41)**	**-**	**(365)**
Contencioso e diligências	**(759)**	**(269)**	**(151)**	**(28)**	**(1 207)**
Despesas operacionais	**(4 933)**	**(10 046)**	**(431)**	**(279)**	**(15 689)**
Outros rendimentos/(despesas) líquidos[c]	**(5)**	**254**	**(192)**	**197**	**254**
Lucro/(perda) antes dos impostos com base em operações contínuas	**1 666**	**3 107**	**(968)**	**(639)**	**3 166**
Total de ativos (mM£)	**237,4**	**856,1**	**35,8**	**-**	**1 129,3**
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[d]	**22 800**	**11 500**	**10 300**	**-**	**44 600**
Para o ano findo a 31 de dezembro de 2016					
Rendimento total	7 517	15 014	1 104	(1 166)	22 469
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	(896)	(1 355)	-	(122)	(2 373)
Rendimento/(despesa) operacional líquido	6 621	13 659	1 104	(1 288)	20 096
Despesas operacionais excluindo o Imposto Bancário do Reino Unido e custos com contencioso e diligências	(3 790)	(9 132)	(123)	(1 530)	(14 575)
Imposto bancário do Reino Unido	(48)	(284)	(2)	(76)	(410)
Contencioso e diligências	(1 042)	(48)	(27)	(246)	(1 363)
Despesas operacionais	(4 880)	(9 464)	(152)	(1 852)	(16 348)
Outros rendimentos/(despesas) líquidos[c]	(1)	32	273	331	635
Lucro/(perda) antes dos impostos com base em operações contínuas	1 740	4 227	1 225	(2 809)	4 383
Total de ativos (mM£)[e]	209,6	647,8	76,8	279,7	1 214,0
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[f]	36 000	36 900	100	5 500	119 300

Notas

a A reintegração de ativos Non-Core a 1 de julho de 2017 resultou na transferência de aproximadamente 9mM£ de ativos para a Sede relacionados com uma carteira de hipotecas italianas. A carteira gerou uma perda antes de impostos de 37M£ na segunda metade do ano e incluía ativos de 9mM£ a 31 de dezembro de 2017.

b Os segmentos Non-Core foram encerrados a 1 de julho de 2017. Os resultados financeiros até 30 de junho de 2017 refletem-se no segmento Non-Core para 2017.

c Outras (despesas)/ rendimento líquidas representam a parte de resultados depois de impostos de associadas e joint ventures, lucros ou perdas na alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures, e ganhos com aquisições.

d Como resultado da implementação da Empresa de Serviços do Grupo em setembro de 2017 como subsidiária do Barclays PLC, os funcionários contatados pela Empresa de Serviços do Grupo e que tenham estado previamente vinculados, ou associados, ao Barclays UK e ao Barclays International, são atualmente reportados no Barclays PLC.

e Os ativos da Africa Banking detidos para venda são comunicados para a Sede, em 2016.

f Número de colaboradores incluíam 40 800 em relação ao Africa Banking, em 2016.

Rendimento por região geográfica

	2017 M£	2016 M£
Operações contínuas		
Reino Unido	**11 051**	12 114
Europa	**1 663**	2 078
Américas	**7 443**	7 278
África e Médio Oriente	**251**	419
Ásia	**529**	571
Total	**20 937**	22 469

Rendimento de países individuais que representam mais do que 5% do rendimento total[a]

	2017 M£	2016 M£
Operações contínuas		
Reino Unido	**11 051**	12 114
Estados Unidos	**6 871**	6 876

Nota
a Rendimento total com base na localização da contraparte. O rendimento de cada cliente externo individual não representa 10% ou mais do rendimento total do Grupo.

3 Rendimento líquido de juros

Contabilidade de rendimentos e despesas de juros

O Grupo aplica a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. Os rendimentos de juros em empréstimos e adiantamentos a custo de amortização, os títulos de dívida em investimentos financeiros e os juros pagos de passivos financeiros detidos a custo amortizado são calculados utilizando o método do juro efetivo, que atribui juros e custos e taxas diretas e adicionais ao longo da vida esperada dos ativos e dos passivos.

O método do juro efetivo exige que o Grupo estime fluxos de caixa futuros, em alguns casos com base na sua experiência do comportamento dos clientes, tendo em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro, bem como a vida estimada dos ativos e dos passivos.

O Barclays incorre em certos custos para originar saldos de cartões de crédito, sendo o mais significativo as tarifas dos parceiros nas marcas associadas. Todos estes custos que são atribuídos a saldos renováveis de clientes, são capitalizados e posteriormente incluídos no cálculo da taxa de juro efetiva. São amortizados nos rendimentos de juros no período esperado de reembolso do saldo originado. Os custos atribuídos às transações dos saldos de clientes são registados nas despesas de taxas e comissões, quando incorridos. Não existem outras estimativas individuais envolvidas no cálculo das taxas de juros efetivas que sejam significativas para os resultados ou para a posição financeira.

	2017 M£	2016 M£
Caixa e saldos em bancos centrais	**583**	186
Investimentos financeiros	**754**	740
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**286**	483
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**11 783**	12 957
Outras	**225**	57
Juros credores	**13 631**	14 423
Depósitos de bancos	**(370)**	(204)
Contas de clientes	**(1 123)**	(1 808)
Títulos de divida em circulação	**(898)**	(690)
Passivos subordinados	**(1 225)**	(988)
Outras	**(267)**	724
Juros pagos	**(3 883)**	(2 966)
Rendimento líquido de juros	**9 748**	11 457

Os custos para originar saldos de cartões de crédito, no valor de 497M£ (2016: 480M£), foram amortizados nos rendimentos de juros durante o período.

Os rendimentos de juros incluem 48M£ (2016: 75M£) acumulados em empréstimos com imparidade.

Incluído no rendimento de juro líquido está a ineficácia de cobertura conforme detalhada na Nota 14, que totaliza (63)M£ in 2017 (2016: 71M£).

4 Rendimento líquido de honorários e comissões

Contabilização do rendimento líquido de honorários e comissões

O Grupo aplica a IAS 18 *Rendimento*. Os honorários e as comissões cobradas por serviços prestados ou recebidos pelo Grupo são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por exemplo no momento da conclusão da transação subjacente.

	2017 M£	2016 M£
Honorários, gestão de investimentos e comissões relacionadas com crédito e actividades bancárias	**8 646**	8 507
Comissão de câmbio de moeda estrangeira	**129**	118
Rendimento de honorários e comissões	**8 775**	8 625
Gastos de honorários e comissões	**(1 901)**	(1 789)
Rendimento líquido de honorários e comissões	**6 874**	6 836

5 Rendimento comercial líquido

Contabilização do rendimento comercial líquido

De acordo com a IAS 39, as posições comerciais são mantidas num justo valor, e os ganhos e perdas delas resultantes são incluídos na demonstração financeira, juntamente com os juros e dividendos que surgem de custos de posições longas e curtas e de custos de financiamento relacionados com as atividades comerciais.

O rendimento surge tanto da venda e compra de posições comerciais, como das margens conseguidas através de operadores independentes e clientes profissionais e através de alterações no justo valor, provocadas por movimentos nos juros e taxas de câmbio, preços de capital próprio e outras variáveis de mercado.

Ganho de crédito próprio/(perdas)

	2017 M£	2016 M£
Rendimento de atividade comercial	**3 387**	2 830
Crédito Próprio (perdas)/ganhos	**-**	(35)
Rendimento líquido de negociação	**3 387**	2 795

Incluído dentro do rendimento de actividade comercial líquido estão ganhos de 640M£ (2016: 31M£ em ganhos) em activos financeiros designados a justo valor e prejuízos de 472M£ (2016: 346M£ em ganhos) em passivos financeiros designados pelo valor justo.

6 Rendimento líquido de investimento

Contabilização de rendimentos líquidos de investimento

Os dividendos são reconhecidos quando o direito a receber o dividendo tiver sido estabelecido. Outras políticas contabilísticas relacionadas com o rendimento líquido de

	2017 M£	2016 M£
Ganhos líquidos da alienação de ativos disponíveis para venda	**298**	912
Rendimento de dividendos	**48**	8
Ganho líquido de instrumentos financeiros designados ao justo valor	**338**	158
Outros rendimentos de investimento	**175**	246
Rendimento líquido de investimento	**859**	1 324

7 Encargos com imparidades de crédito e outras provisões

Contabilização de imparidades de ativos financeiros

Empréstimos e outros ativos detidos como custos amortizados

De acordo com a IAS 39, o Grupo avalia à data de cada balanço se existem evidências objectivas de que os activos de empréstimos ou não serão recuperados na íntegra e, quando necessário, reconhece as perdas por imparidade no mapa de resultados do exercício.

Uma perda por imparidade será reconhecida se existirem evidências objetivas de imparidade resultantes de eventos que tenham ocorrido e tido um impacto adverso sobre os futuros fluxos de caixa estimados dos ativos. Estes eventos incluem:

- a consciencialização para dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- uma violação do contrato, como uma falha por incumprimento ou um delito nos reembolsos de juros ou capital;
- a concessão pelo Grupo, por razões económicas e legais relacionadas com as dificuldades financeiras do devedor, de um desconto ao devedor que de outra forma não concederia;

7 **Encargos com imparidade de crédito e outras provisões** continuação

- o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; e
- dados observáveis ao nível da carteira, indicadores de uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, apesar de a redução não poder ainda ser imputada aos ativos financeiros individuais da carteira, tais como alterações desfavoráveis no estado do pagamento do devedor na carteira ou condições económicas nacionais ou locais que se correlacionem com incumprimentos nos ativos em carteira.

As avaliações de imparidade são conduzidas individualmente para os ativos mais significativos – o que compreende todos os empréstimos da banca grossista e os maiores empréstimos da banca a retalho – e coletivamente para os empréstimos mais pequenos e para riscos a nível da carteira, como os riscos nacionais e setoriais. Para os efeitos desta avaliação, os empréstimos com características de risco de crédito semelhantes são agrupados – geralmente tendo em conta o seu tipo de produto, indústria, localização geográfica, tipo de garantia, estado de vencimento, e outros fatores relevantes à valorização dos fluxos de caixa futuros esperados.

A avaliação da imparidade inclui a estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados para o ativo ou o grupo de ativos, que são em seguida descontados usando a taxa de juro efetiva original calculada para o ativo. Se este valor for inferior ao valor contabilístico do ativo ou da carteira, é constituída uma dedução para imparidade.

Se, num período subsequente, a importância da perda por imparidade for reduzida e a redução puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorre depois de a imparidade ser reconhecida, a perda por imparidade reconhecida anteriormente é estornada, ajustando-se a conta de da dedução. O montante do estorno é reconhecido na demonstração de resultados.

No decurso da imparidade, o rendimento de juros continuará a ser reconhecido à taxa de juro efetiva sobre o valor contabilístico redeclarado, representando o efeito do desconto dos fluxos de caixa esperados, incluindo o capital devido em empréstimos.

Os empréstimos incobráveis são abatidos na dedução para imparidade de crédito associada, quando forem completados todos os processos internos do Grupo e tiverem sido cobrados todos os montantes recuperáveis, dentro do razoável. As recuperações subsequentes de montantes já abatidos são creditadas na demonstração de resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Imparidade de instrumentos de dívida disponíveis para venda

Os instrumentos de dívida são avaliados quanto à imparidade do mesmo modo que os empréstimos. Se se determinar que ocorreu imparidade, o decréscimo cumulativo do justo valor do instrumento que tenha sido previamente reconhecido em reservas AFS é removido das reservas e reconhecido na demonstração de resultados.
Isto poderá inverter-se caso existam evidências de que as circunstâncias do emissor melhoraram.

Imparidade de instrumentos de capital próprio disponíveis para venda

Quando tiver ocorrido um declínio prolongado ou significativo do justo valor de um instrumento de capital abaixo do seu custo de aquisição, considera-se que está em imparidade. A perda cumulativa líquida que tenha sido previamente reconhecida diretamente como reservas AFS é removida das reservas e reconhecida na demonstração de resultados.

Os acréscimos no justo valor dos instrumentos de capital depois da imparidade são reconhecidos diretamente nos outros rendimentos integrais. Os decréscimos posteriores do justo valor dos instrumentos de capital após a imparidade são reconhecidos na demonstração de resultados.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O cálculo da imparidade envolve a tomada de decisões baseada na experiência do Grupo na gestão do risco de crédito.

Nas carteiras do retalho e das pequenas empresas, que incluem grandes números de pequenos ativos homogéneos com características semelhantes de risco, e onde normalmente se usam técnicas de classificação de risco, são usadas técnicas estatísticas para o cálculo das provisões para imparidade ao nível da carteira, com base nas taxas históricas de recuperação e nos períodos de emergência assumidos. Estas análises estatísticas usam, como principal valor de entrada, a dimensão do atraso nas contas da carteira e a informação histórica sobre eventuais perdas associadas a carteiras com o mesmo grau de delinquência. São usados muitos modelos deste tipo, cada um adaptado a um produto, área de negócio, ou categoria de cliente. A seleção dos métodos estatísticos a usar quando os modelos são desenvolvidos ou revistos exige raciocínio e conhecimento. A provisão para imparidade refletida nas demonstrações financeiras para estas carteiras é, portanto, considerada razoável e suportável. O encargo com imparidade refletido na demonstração de resultados para as carteiras de retalho é de 2 095M£ (2016: 2 053M£) e corresponde a 90% (2016: 87%) dos encargos totais com imparidades de empréstimos e adiantamentos.

Para ativos individualmente significativos, as provisões para imparidade são calculadas numa base individual, e todas as considerações relevantes que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros são tomadas em conta (por exemplo, as perspetivas de negócio do cliente, o valor realizável da garantia, a posição do Grupo relativamente a outros requerentes, a fiabilidade da informação de cliente, e o custo e a duração prováveis do processo de resolução). O nível da provisão para imparidade é a diferença entre o valor dos fluxos de caixa futuros esperados e descontados (à taxa de juro efetiva do empréstimo original) e o seu valor contabilístico. São tomadas decisões subjetivas durante o cálculo dos fluxos de caixa futuros. Para além disso, as decisões mudam ao longo do tempo, à medida que são disponibilizadas novas informações ou que as estratégias processuais evoluem, o que resulta em revisões frequentes das provisões para imparidade, que acompanham a tomada de decisões individuais. As alterações nestas estimativas provocam alterações nas provisões e têm um impacto direto sobre os encargos com imparidades. O encargo com imparidades apresentado nas demonstrações financeiras relativamente às carteiras grossistas é de 238M£ (2016: 299M£) e corresponde a 10% (2016: 13%) dos encargos totais com empréstimos e adiantamentos. Para informação adicional sobre provisões para imparidade e informação de crédito relacionada, consulte a análise de Risco.

7 Encargos com imparidades de crédito e outras provisões continuação

	2017 M£	2016 M£
Provisões para imparidade novas ou aumentadas	**3 187**	3 259
Transferências	**(533)**	(551)
Recuperações	**(334)**	(365)
Encargos com imparidades em empréstimos e adiantamentos	**2 320**	2 343
Encargos/(transferências) respeitantes a provisões por facilidades e garantias contratuais não utilizadas	**13**	9
Imparidade de empréstimos	**2 333**	2 352
Investimento disponível para venda	**3**	21
Acordos de revenda	**-**	-
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**2 336**	2 373

8 Despesas operacionais

	2017 M£	2016 M£
Custos com infraestruturas		
Bens imóveis e equipamentos	**954**	1 147
Desvalorização dos ativos fixos tangíveis	**303**	482
Alugueres operacionais	**290**	550
Amortização dos ativos intangíveis	**478**	661
Imparidade de bens imóveis, equipamentos, e ativos intangíveis	**40**	97
(Ganhos)/perdas com a alienação de bens imóveis	**3**	-
Total de custos com infraestruturas	**2 068**	2 937
Custos administrativos e gerais		
Honorários de consultoria, jurídicos e profissionais	**756**	1 079
Subscrições, publicações, papelaria e comunicações	**455**	638
Marketing, publicidade e patrocínios	**400**	430
Deslocações e alojamento	**118**	132
Imposto bancário do Reino Unido	**365**	410
Outras despesas administrativas e gerais	**4 382**	511
Total dos custos administrativos e gerais	**6 476**	3 200
Custos com pessoal	**6 445**	9 211
Provisão para reparação de clientes do RU	**700**	1 000
Despesas operacionais	**15 689**	16 348

Para mais detalhes sobre custos com o pessoal, incluindo políticas contabilísticas, consultar a Nota 33.

9 Lucro/(perda) sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures

Durante o ano, os lucros sobre a alienação de subsidiárias, associados e empreendimentos comuns foi de 184 M£ (2012: 565 M£), principalmente relativo à venda da VocaLink e Barclays Wealth Services Japan. Consulte a Nota 43 para mais detalhes.

10 Imposto

Contabilização de impostos sobre o rendimento

O Barclays aplica a IAS 12 *Impostos sobre o Rendimento* na contabilização dos impostos sobre o rendimento. O imposto a pagar sobre os lucros sujeitos a imposto (Imposto Corrente) é reconhecido como uma despesa nos períodos em que se verificam os lucros. Os impostos retidos também são considerados impostos sobre o rendimento. O imposto recuperável por prejuízos fiscalmente admissíveis é reconhecido como um ativo fiscal corrente, apenas na medida em que é considerado recuperável por compensação de lucros sujeitos a imposto resultantes dos períodos correntes ou anteriores. O imposto corrente é calculado usando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço patrimonial.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos caso seja provável que os lucros tributáveis estejam disponíveis face às diferenças temporárias, e a transição de créditos tributáveis não usados e perdas tributáveis não usadas podem ser utilizadas, excepto em certas circunstâncias em que o ativo por impostos diferidos relacionado com a diferença temporária dedutível surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transição que não é uma combinação empresarial e, à data da transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro ou perdas tributáveis são afetados. O imposto diferido é calculado usando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço patrimonial, que se espera que sejam aplicáveis quando o ativo por imposto diferido for realizado e a obrigação de imposto diferido for liquidada. Os ativos e passivos por impostos diferidos só são compensados quando existir um direito legal à compensação e uma intenção de liquidar pelo valor líquido.

10 Imposto continuação

O Grupo considera que existe uma posição fiscal incerta quando determina que em ultima instância, no futuro, o montante de lucro sujeito a impostos pode ser superior ao montante inicialmente apresentado na declaração de impostos do Grupo. O Grupo providencia disposições respetivas a posições fiscais incertas de duas formas diferentes.

Uma disposição de impostos correntes é reconhecida quando se considera provável que o resultado de uma revisão de uma entidade fiscal a uma posição fiscal incerta irá alterar o montante de dinheiro devido à, ou pela, autoridade fiscal no futuro. Após o reconhecimento, a disposição do imposto corrente é então mensurada no valor que o Grupo, em ultima instância, espera pagar à autoridade fiscal para resolver a posição.

As disposições de impostos diferidos são ajustes feitos ao valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos relativos a posições fiscais incertas. Uma disposição de imposto diferido é reconhecida quando se considera provável que o resultado de uma revisão de uma entidade fiscal a uma posição fiscal incerta irá resultar numa redução do valor contabilístico do ativo por imposto diferido. Após o reconhecimento da disposição, a mensuração do ativo por imposto diferido subjacente é ajustada de forma a ter em conta o impacto expectável da resolução da posição fiscal incerta relativa à perda ou diferença temporária que originou o ativo por imposto diferido.

A abordagem assumida na mensuração pondera se a posição fiscal incerta é uma posição discreta que será revista pela autoridade fiscal de forma independente de qualquer outra posição, ou se é um de vários temas que poderão ser revistos em conjunto de forma paralela e resolvidos em simultâneo junto da autoridade fiscal. A mensuração de disposições do Barclays baseia-se na sua melhor estimativa dos lucros adicionais que serão sujeitos a impostos. Para uma posição discreta, apenas são considerados os méritos da posição. Nos casos em que se espera que vários temas poderão ser revistos em conjunto, o Barclays toma em consideração não só os méritos da sua posição relativamente a cada tema em particular, mas também o nível global da disposição relativa ao total das posições fiscais incertas transversal a todos os temas que se espera que sejam resolvidos em simultâneo. Além disso, ao avaliar os níveis das disposições, parte-se do pressuposto que as autoridades fiscais vão rever as posições fiscais incertas e que todos os factos serão divulgados na totalidade e de modo transparente.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

Existem duas áreas chave de juízo que têm impacto na posição tributável reportada. Primeiramente, o nível de provisionamento para posições tributáveis incertas; e em segundo lugar, o reconhecimento e mesuração de ativos por impostos diferidos.

O Grupo não considera que exista um risco significativo de um ajuste substancial ao montante contabilístico dos saldos fiscais correntes e diferidos, incluindo provisões para posições fiscais incertas, no próximo ano fiscal. As provisões para posições fiscais incertas cobrem um vasto leque de problemas e refletem os conselhos do aconselhamento externo, nos casos relevantes. Convém salientar que só uma proporção do total das posições fiscais incertas será auditada a determinada altura, e portanto poderá ser sujeita a contestação por uma autoridade fiscal no próximo ano.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos com base nas previsões de lucros dos negócios. Detalhes adicionais sobre o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos são fornecidos nesta nota.

	2017	2016
	M£	M£
Carga fiscal corrente/(crédito)		
Ano corrente	**659**	1 147
Ajustes relativos a anos anteriores	**44**	(359)
	703	788
Encargos fiscais diferidos/(crédito)		
Ano corrente	**1 487**	392
Ajustes relativos a anos anteriores	**(65)**	65
	1 422	457
Encargos fiscais	**2 125**	1 245

10 Impostos

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre os encargos fiscais atuais e os encargos fiscais resultantes da aplicação da taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido aos lucros do Grupo antes de impostos.

	2017 M£	2017 %	2016 M£	2016 %
Lucro antes dos impostos de operações contínuas	**3 166**		4 383	
Encargos fiscais à taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido de 19,25% (2016: 20,0%)	**610**	**19,3%**	877	20,0%
Impacto de lucros/perdas em territórios com diferentes taxas legais no RU (a taxa de impostos média ponderada é de 29,8% (2016: 29,5%))	**333**	**10,5%**	415	9,5%
Itens recorrentes:				
Impostos não creditados, incluindo impostos retidos	**191**	**6,0%**	277	6,3%
Despesas não-dedutíveis	**82**	**2,6%**	114	2,6%
Impacto de o imposto bancário no RU não ser dedutível	**70**	**2,2%**	82	1,9%
Sobretaxa bancária sobre lucros do RU	**6**	**0,2%**	75	1,7%
Ajustes fiscais relativos a pagamentos baseados em ações	**4**	**0,1%**	34	0,8%
Ganhos e rendimentos não tributáveis	**(191)**	**(6,0%)**	(208)	(4,7%)
Alterações no reconhecimento de impostos diferidos e efeito das perdas por impostos não-reconhecidas	**(72)**	**(2,3%)**	(178)	(4,1%)
Impacto de as subsidiárias do Barclays Bank PLC fora do país serem taxadas tanto no RU como localmente	**(61)**	**(1,9%)**	(128)	(2,9%)
Ajustes relativos a anos anteriores	**(21)**	**(0,7%)**	(294)	(6,7%)
Outros itens	**111**	**3,5%**	81	1,8%
Itens não-recorrentes:				
Reavaliação única dos ativos por impostos diferidos dos EUA	**1 177**	**37,2%**	**-**	-
Impacto da isenção da divisão do RU relativamente a ativos por impostos diferidos	**(276)**	**(8,7%)**	**-**	-
Provisões para a compensação de clientes do RU	**129**	**4,1%**	203	4,6%
Provisões não-dedutíveis para investigações e litígios	**72**	**2,3%**	48	1,1%
Ganhos e rendimentos não-tributáveis em alienações	**(39)**	**(1,2%)**	(180)	(4,1%)
Imparidades não dedutíveis e perdas por alienações	**-**	**-**	27	0,6%
Encargo fiscal total	**2 125**	**67,1%**	1 245	28,4%

Fatores que influenciam a taxa de imposto em vigor

A taxa de juro efetiva, de 67,1%, é mais elevada que a taxa de imposto sobre as empresas no RU, de 19,25%. Isto deve-se sobretudo ao impacto Lei dos EUA para as Reduções Fiscais e para o Emprego ("Reforma Fiscal dos EUA"), que entrou em vigor a 22 de dezembro de 2017, a qual reduziu a taxa de impostos federais sobre o rendimento das empresas dos EUA de 35% para 21%. Uma vez que a redução da taxa entrou em vigor antes da data do balanço, tal resultou num encargo único resultante da reavaliação dos ativos por impostos diferidos do Grupo no período de 2017. Esta reavaliação descendente dos ativos por impostos diferidos do Grupo resultante da redução parcial da taxa é compensada pelo aumento no valor dos ativos por impostos diferidos da divisão dos EUA, como consequência do facto do Barclays Bank PLC ter efetuado uma seleção fiscal do período para excluir os lucros e perdas futuras das suas divisões do regime fiscal do RU.

Adicionalmente, a taxa de impostos em vigor é também afetada por taxas estatutárias locais mais altas que as taxas do RU, provisões de compensação a clientes no RU, investigações e litígios não-dedutíveis para propósitos fiscais e por despesas não-dedutíveis, incluindo o imposto bancário do RU. Estes fatores, os quais aumentaram a taxa de impostos em vigor, são parcialmente compensados pelo impacto de ganhos e rendimentos não-tributáveis nesse período.

O futuro encargo fiscal do Grupo será sensível à mistura geográfica de lucros recebidos e às taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que operamos. No RU, a legislação para reduzir a taxa de imposto sobre sociedades para 17% a partir de 1 de abril de 2020, foi promulgada.

É esperado que a redução da taxa de imposto federal sobre o rendimento das empresas nos EUA para 21% a 1 de janeiro de 2018 tenha um impacto nos retornos gerados pelo negócio americano do Grupo. No entanto, o impacto final está sujeito a qualquer efeito do imposto de Erosão de Base e Anti-Abuso ("BEAT"), o qual foi introduzido pela Reforma Fiscal dos EUA e apresentado como uma disposição contra a evasão, mas que é capaz de ter uma aplicação mais geral a empresas que façam pagamentos a filiais estrangeiras. As disposições para a introdução do BEAT são complexas e existem atualmente incertezas em volta da sua aplicação prática e técnica. O Grupo está a considerar quaisquer futuros impactos do BEAT, o qual pode diminuir o benefício da redução da taxa de imposto federal sobre o rendimento das empresas nos EUA.

Imposto na demonstração consolidada dos rendimentos integrais

O imposto relativo a cada componente de outros rendimentos integrais pode ser encontrado na demonstração consolidada do rendimento integral, que inclui em Outros, um encargo fiscal de 7M£ (2016: 49M£ de crédito), essencialmente relativo a pagamentos com base em ações.

Impostos relativos a operações descontínuas

Os impostos relativos a operações descontinuadas podem ser encontradas na demonstração de rendimentos do Grupo para a alienação do BAGL (consultar a Nota 43). A carga fiscal de 154M£ (2016: 306M£ em encargos) diz respeito ao lucro das atividades normais da operação descontinuada.

10 Impostos continuação

Ativos e passivos financeiros correntes

Os movimentos dos ativos e passivos correntes foram os seguintes:

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Ativos	**501**	385	**506**	27
Passivos	**(708)**	(930)	**(751)**	(695)
A 1 de janeiro	**(207)**	(545)	**(245)**	(668)
Demonstração de resultados das operações descontinuadas	**(703)**	(788)	**(247)**	(36)
Outros rendimentos integrais	**26**	295	**17**	260
Imposto pago sobre o rendimento da sociedade	**672**	742	**265**	219
Outros movimentos	**94**	89	**83**	(20)
	(118)	(207)	**(127)**	(245)
Ativos	**376**	501	**115**	506
Passivos	**(494)**	(708)	**(242)**	(751)
A 31 de Dezembro	**(118)**	(207)	**(127)**	(245)

Passivos e ativos por impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos no balanço foram os seguintes:

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Sociedade Intermédia Gestora (“Grupo Fiscal da SIG”)	**1 413**	2 207	**-**	-
Barclays Bank PLC (Grupo Fiscal da Subsidiária dos EUA)	**1 234**	1 766	**1 234**	1 766
Barclays Bank PLC - Grupo fiscal do Reino Unido	**413**	469	**445**	272
Outras	**292**	321	**184**	220
Ativos por impostos diferidos	**3 352**	4 763	**1 863**	2 258
Passivos por impostos diferidos	**-**	(4)	**-**	(16)
Impostos diferidos líquidos	**3 352**	4 759	**1 863**	2 242

Ativos por impostos diferidos na SIG e os Grupos Fiscais na Divisão dos EUA

Os ativos por imposto diferido no Grupo Fiscal SIG, no valor de 1 413M£ (2016: 2 207M£) inclui 286M£ (2016: 321M£) relativos a perdas fiscais e os ativos por imposto diferido no Grupo Fiscal da Divisão dos EUA, no valor de 1 234M£ (2015: 1 766M£) inclui 283M£ (2016: 142M£) relacionados com perdas fiscais. Os ativos por impostos diferidos do negócio americano do Grupo foram reavaliados devido à redução da taxa de imposto federal sobre o rendimento das empresas nos EUA que entrou em vigor este ano. Nenhuma conta foi retirada do impacto de quaisquer potenciais passivos do BEAT na mesuração dos ativos e passivos por impostos diferidos dos EUA, e quaisquer futuros passivos do BEAT seriam contabilizados no período em que surjam. De acordo com as leis tributárias dos EUA, as perdas anteriores a 1 de janeiro de 2018 podem ser transportadas e compensadas pelos lucros durante um período de 20 anos. As perdas foram inicialmente reportadas em 2011 no Grupo Fiscal da SIG e em 2008 no grupo Fiscal da Divisão dos EUA, logo quaisquer montantes por utilizar começarão a expirar em 2031 e 2028, respetivamente. Os restantes ativos por impostos diferidos nos EUA dizem principalmente respeito a diferenças temporárias, para as quais não existe data limite para a recuperação. Atualmente estima-se que os ativos por imposto diferido para as perdas fiscais da SIG e da filial dos EUA serão utilizados na totalidade até 2018.

Em períodos anteriores, os ativos por impostos diferidos da Divisão dos EUA foram contabilizados como sendo a diferença entre as taxas de imposto entre o RU e os EUA, de modo a ter em consideração o aumento esperado da tributação no RU sobre os lucros da Divisão dos EUA. Durante este período, o Barclays Bank PLC efetuou uma seleção fiscal que leva à exclusão de futuros lucros e perdas das divisões estrangeiras da Empresa dos encargos fiscais no RU e portanto que estão sujeitos a impostos apenas referentes à jurisdição estrangeira aplicável. Os ativos por impostos diferidos detidos pela Divisão dos EUA do Barclays Bank PLC foram reavaliados com a taxa de impostos dos EUA como resultado desta seleção.

Ativos por impostos diferidos do Grupo Fiscal do Reino Unido

Os ativos por imposto diferido do grupo fiscal do Reino Unido, de 413M£ (2016: 469M£), dizem respeito na totalidade a diferenças temporárias.

Outros ativos por impostos diferidos

Os ativos por imposto diferido no valor de 292M£ (2016: 321M£) noutras entidades do Grupo incluem 27M£ (2016: 40M£) relativos a perdas fiscais transportadas. Estes ativos por impostos diferidos dizem respeito a uma série de diferentes territórios, e o seu reconhecimento baseia-se nas previsões de lucros ou nas leis nacionais locais, que indicam a probabilidade da utilização das perdas e das diferenças temporárias.

Do ativo por imposto diferido de 292M£ (2016: 321M£), um montante de 218M£ (2016: 267M£) diz respeito a entidades que sofreram perdas no presente ano ou no ano transato. Esta situação foi tida em consideração para se chegar à conclusão anterior de que estes ativos por impostos diferidos seriam completamente recuperados no futuro.

10 Impostos

A tabela seguinte mostra os movimentos dos ativos e passivos por impostos diferidos durante o ano. Os montantes diferem dos divulgados no balanço patrimonial e na tabela anterior, já que são apresentados antes de compensar os saldos ativos e passivos quando existir um direito legal de compensação e a intenção de os liquidar numa base líquida.

O Grupo	Diferenças temporais de ativos fixos	Investimentos disponíveis para venda	Cobertura do fluxo de fundos	Obrigações de benefício de reformas	Provisão para imparidade	Outras provisões	Perdas fiscais transitadas	Pagamentos com base em ações e compensações diferidas	Outras	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos	**1 772**	**183**	**-**	**91**	**151**	**251**	**503**	**664**	**2 004**	**5 619**
Passivos	**(92)**	**(141)**	**(326)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(301)**	**(860)**
A 1 de janeiro de 2017	**1 680**	**42**	**(326)**	**91**	**151**	**251**	**503**	**664**	**1 703**	**4 759**
Demonstração de resultados	**(358)**	**-**	**-**	**(322)**	**(38)**	**(69)**	**131**	**(307)**	**(459)**	**(1 422)**
Outros rendimentos integrais	**-**	**(3)**	**261**	**49**	**-**	**-**	**-**	**(21)**	**22**	**308**
Outros movimentos	**(118)**	**6**	**(3)**	**13**	**(5)**	**(25)**	**(38)**	**5**	**(128)**	**(293)**
	1 204	**45**	**(68)**	**(169)**	**108**	**157**	**596**	**341**	**1 138**	**3 352**
Ativos	**1 232**	**188**	**1**	**49**	**108**	**157**	**596**	**341**	**1 346**	**4 018**
Passivos	**(28)**	**(143)**	**(69)**	**(218)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(208)**	**(666)**
A 31 de dezembro de 2017	**1 204**	**45**	**(68)**	**(169)**	**108**	**157**	**596**	**341**	**1 138**	**3 352**
Ativos	2 008	28	5	95	157	261	902	623	1 511	5 590
Passivos	(194)	(70)	(239)	(144)	-	-	-	-	(548)	(1 195)
A 1 de janeiro de 2016	1 814	(42)	(234)	(49)	157	261	902	623	963	4 395
Demonstração de resultados	(358)	9	-	(8)	52	17	(522)	15	338	(457)
Outros rendimentos integrais	-	49	(61)	132	-	-	-	18	(8)	130
Outros movimentos	224	26	(31)	16	(58)	(27)	123	8	410	691
	1 680	42	(326)	91	151	251	503	664	1 703	4 759
Ativos	1 772	183	-	91	151	251	503	664	2 004	5 619
Passivos	(92)	(141)	(326)	-	-	-	-	-	(301)	(860)
A 31 de dezembro de 2016	1 680	42	(326)	91	151	251	503	664	1 703	4 759

O Banco	Diferenças temporais de ativos fixos	Investimentos disponíveis para venda	Cobertura do fluxo de fundos	Obrigações de benefício de reformas	Provisão para imparidade	Outras provisões	Perdas fiscais transitadas	Pagamentos com base em ações e compensações diferidas	Outras	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos	**1 543**	**156**	**4**	**38**	**127**	**70**	**140**	**150**	**666**	**2 894**
Passivos	**-**	**(132)**	**(326)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(194)**	**(652)**
A 1 de janeiro de 2017	**1 543**	**24**	**(322)**	**38**	**127**	**70**	**140**	**150**	**472**	**2 242**
Demonstração de resultados	**(290)**	**-**	**-**	**(305)**	**(32)**	**(6)**	**134**	**(70)**	**(164)**	**(733)**
Outros rendimentos integrais		**6**	**258**	**65**	**-**	**-**	**-**	**(5)**	**21**	**345**
Outros movimentos	**(108)**	**-**	**(3)**	**5**	**(7)**	**(13)**	**11**	**23**	**101**	**9**
	1 145	**30**	**(67)**	**(197)**	**88**	**51**	**285**	**98**	**430**	**1 863**
Ativos	**1 145**	**172**	**1**	**21**	**88**	**51**	**285**	**98**	**604**	**2 465**
Passivos		**(142)**	**(68)**	**(218)**	**-**	**-**	**-**		**(174)**	**(602)**
A 31 de dezembro de 2017	**1 145**	**30**	**(67)**	**(197)**	**88**	**51**	**285**	**98**	**430**	**1 863**
Ativos	**1 757**	**-**	**4**	**30**	**118**	**54**	**344**	**112**	**441**	**2 860**
Passivos	**(26)**	**(42)**	**(270)**	**(144)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(315)**	**(797)**
A 1 de janeiro de 2016	**1 731**	**(42)**	**(266)**	**(114)**	**118**	**54**	**344**	**112**	**126**	**2 063**
Demonstração de resultados	**(397)**	**3**	**-**	**4**	**-**	**6**	**(242)**	**33**	**298**	**(295)**
Outros rendimentos integrais	**-**	**64**	**(56)**	**144**	**-**	**-**	**-**	**3**	**(20)**	**135**
Outros movimentos	**209**	**(1)**	**-**	**4**	**9**	**10**	**38**	**2**	**68**	**339**
	1 543	**24**	**(322)**	**38**	**127**	**70**	**140**	**150**	**472**	**2 242**
Ativos	**1 543**	**156**	**4**	**38**	**127**	**70**	**140**	**150**	**666**	**2 894**
Passivos	**-**	**(132)**	**(326)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(194)**	**(652)**
A 31 de dezembro de 2016	**1 543**	**24**	**(322)**	**38**	**127**	**70**	**140**	**150**	**472**	**2 242**

10 Impostos continuação

Os outros movimentos incluem o impacto das alterações nas taxas de câmbio, bem como os montantes de impostos diferidos relativos a aquisições, alienações e transferências detidas para venda.

O montante dos passivos por impostos diferidos que se estima que seja liquidado após mais de 12 meses para o Grupo é 486M£ (2016: 248M£) e para os Bancos é de 441M£ (2015: 220M£). O montante dos ativos por impostos diferidos que se estima que sejam recuperados após mais de 12 meses para o Grupo é de 3 363M£ (2016: 4 988M£) e para o Banco é de 2 106M£ (2016: 2 719M£). Estes montantes são anteriores à compensação dos saldos entre ativos e passivos em que existe um direito legal de compensação e a intenção de liquidar numa base líquida.

Impostos diferidos não reconhecidos

Perdas fiscais e diferenças temporárias

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nas diferenças brutas temporárias dedutíveis de 157M£ (2016: 64M£) e nas perdas fiscais brutas de 17 919M£ (2016: 16 820M£). As perdas fiscais incluem perdas de capital no valor de 3 126M£ (2016: 3 138M£) e créditos fiscais não utilizados no valor de 546M£ (2016: 514M£). Destas perdas fiscais, 409M£ (2016: 394M£) expiram dentro de cinco anos; 193M£ (2016: 57M£) expiram dentro de seis a dez anos; 2 016M£ (2016: 357M£) expiram dentro de 11 a 20 anos e 15 301M£ (2016: 16 012M£) podem ser transportados indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a estes elementos por não ser provável a disponibilidade de lucros e ganhos futuros sujeitos a impostos contra os quais possam ser utilizados.

Para o Banco, os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nas diferenças brutas temporárias dedutíveis de 127M£ (2016: 57M£), nas perdas fiscais brutas de 6 563M£ (2016: 6 162M£), as quais incluem perdas de capital no valor de 2 598M£ (2016: 2 543M£) e créditos fiscais não utilizados no valor de 542M£ (2016: 508M£). Destas perdas fiscais, 262M£ (2016: 225M£) expiram dentro de cinco anos; 193M£ (2016: 28M£) expiram dentro de seis a dez anos; 241M£ (2016: 313M£) expiram dentro de 11 a 20 anos e 5 867M£ (2016: 5 597M£) podem ser transportados indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a estes elementos por não ser provável a disponibilidade de lucros e ganhos futuros sujeitos a impostos contra os quais o Banco pode utilizar benefícios.

Investimentos do Grupo em subsidiárias, filiais e associadas

O imposto diferido não é reconhecido relativamente ao valor dos investimentos do Grupo em subsidiárias, filiais e entidades associadas onde o Grupo consiga controlar a duração do estorno de diferenças temporárias e seja provável que estas diferenças não sejam revertidas num futuro previsível. O montante agregado destas diferenças temporárias para as quais ainda não foram reconhecidos passivos por imposto diferido diminuíram durante o período para 0,1mM£ (2016: 2mM£), no seguimento da redução da participação do Grupo na BAGL em 2017.

11 Dividendos de ações ordinárias

Os dividendos ordinários foram pagos para permitir ao Barclays PLC financiar os dividendos aos seus acionistas.

As demonstrações financeiras de 2017 incluem 674M£ (2016: 638M£) em dividendos pagos. Isto inclui os dividendos finais declarados em relação ao ano anterior no valor de 165M£ (2016: 502M£), dividendos interinos no valor de 208M£ (2016: 119M£) e dividendos adicionais no valor de 301M£ para o Barclays PLC que contribuiu depois para a Empresa de Serviços do Grupo. Estes resultam num dividendo total para o ano de 29p (2016: 27p) por ação ordinária.

Os dividendos pagos às ações preferenciais de 100€ a 4,75% ascenderam a 415,65£ por ação (2016: 370,20£). Os dividendos pagos às ações preferenciais de 100$ a 6,278% ascenderam a 483,37£ por ação (2016: 467,05£). Os dividendos pagos às ações preferenciais de 0,25$ a 8,125% ascenderam a 1,58£ por ação (2016: 1,49£). Os dividendos pagos às ações preferenciais de 100£ a 6% ascendeu a 600,00£ por ação (2016: 600,00£), os quais foram resgatados durante o ano. Os dividendos pagos às ações preferenciais de 0,25$ a 7,1% ascenderam a 0,36£ por ação (2016: 1,30£), os quais foram resgatados durante o ano.

Os dividendos pagos às ações preferenciais ascenderam a 242M£ (2016: 339M£). Os dividendos pagos a outros instrumentos de capital ascenderam a 639M£ (2016: 462M£). Para mais detalhes acerca de outros instrumentos de capital, consulte a Nota 30.

Ativos e passivos detidos ao justo valor

As notas incluídas nesta secção são referentes aos ativos e passivos que o Grupo detém e reconhece ao justo valor. O justo valor corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou ao preço que seria pago pela transferência de um passivo numa transação em condições normais de mercado com uma contraparte interessada, que poderá ser o preço observável no mercado ou, quando não existir uma cotação para o instrumento, poderá ser uma estimativa baseada nos dados de mercado disponíveis. Os detalhes relativos à abordagem do grupo quanto à gestão do risco de mercado podem ser consultados nas páginas 64 a 65.

12 Carteira de negociação

Contabilização de ativos e passivos de carteiras de negociação

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos detidos para fins de negociação são detidos ao justo valor e os ganhos e perdas nas alterações do justo valor são registados como rendimento de atividade comercial na demonstração de resultados do exercício (Nota 5).

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Títulos de dívida e outros títulos admissíveis	**51 195**	38 804	**35 753**	24 695
Títulos de capital próprio	**59 338**	38 329	**40 932**	8 781
Empréstimos transacionados	**3 140**	2 975	**3 137**	2 971
Mercadorias	**82**	147	**14**	80
Ativos da carteira de negociação	**113 755**	80 255	**79 836**	36 527
Títulos de dívida e outros títulos admissíveis	**(29 046)**	(26 842)	**(25 629)**	(20 292)
Títulos de capital próprio	**(8 306)**	(7 831)	**(15 913)**	(11 693)
Mercadorias	**-**	(14)	**-**	(14)
Passivos da carteira de negociação	**(37 352)**	(34 687)	**(41 542)**	(31 999)

13 Ativos financeiros designados ao justo valor

Contabilização de ativos financeiros designados ao justo valor

Em conformidade com a IAS 39, os ativos financeiros podem ser designados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas registados na demonstração de resultados, englobados no *Rendimento de negociação líquido* (Nota 5) e no *Rendimento de investimento líquido* (Nota 6). O Grupo tem a capacidade de proceder à designação do justo valor quando a detenção dos instrumentos ao justo valor reduzir uma falta de balanceamento contabilística (causada pela compensação de um passivo ou ativo detido ao justo valor), ou for gerida pelo Grupo com base no seu justo valor, ou inclua termos com características substanciais de derivados, descritas na Nota 14.

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Empréstimos e adiantamentos	**11 037**	10 519	**22 395**	12 901
Títulos de dívida	**15**	70	**3 307**	4 196
Títulos de capital próprio	**4 671**	4 558	**8**	6
Acordos de revenda	**100 040**	63 162	**91 443**	63 743
Ativos do cliente detidos nos termos de contratos de investimento	**-**	37	**-**	-
Outros ativos financeiros	**519**	262	**29**	19
Ativos financeiros designados ao justo valor	**116 282**	78 608	**117 182**	80 865

Risco de crédito de empréstimos e adiantamentos detidos ao justo valor e derivados de crédito relacionados

A tabela que se segue mostra a exposição máxima ao risco de crédito, as alterações no justo valor atribuíveis ao risco de crédito e as alterações cumulativas no justo valor desde o reconhecimento inicial, juntamente com o valor pelo qual os derivados de crédito associados atenuaram este risco:

	O Grupo						O Banco					
	Exposição máxima a 31 de Dezembro		Alterações no justo valor durante o ano findo		Alterações cumulativas no justo valor desde o início		Exposição máxima a 31 de Dezembro		Alterações no justo valor durante o ano findo		Alterações cumulativas no justo valor desde o início	
	2017	2016	**2017**	2016	**2017**	2016	**2017**	2016	**2017**	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£	**M£**	M£	**M£**	M£	**M£**	M£	**M£**	M£
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor atribuíveis ao risco de crédito	**11 037**	10 519	**10**	(42)	**2**	(42)	**22 395**	12 901	**10**	(42)	**2**	(42)
Valor mitigado por derivados de crédito relacionados	**256**	339	**1**	(2)	**(12)**	(13)	**256**	339	**1**	(2)	**(12)**	(13)

14 Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade para derivados

Os instrumentos derivados são contratos cujo valor é derivado de um ou mais instrumentos financeiros ou índices definidos no contrato. Estes podem incluir *swaps*, contratos de garantia de taxas, futuros, opções e combinações destes instrumentos, e afetam diretamente o rendimento de juros líquido, o rendimento comercial líquido e os ativos e passivos derivados do Grupo. Os valores nocionais dos contratos não são registados no balanço.

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos derivados são detidos ao justo valor por via dos lucros ou prejuízos, exceto para derivados que se encontre num fluxo de caixa ou relação contabilística com investimentos líquidos de cobertura específicos. Os derivados são classificados como ativos quando o seu justo valor for positivo, ou como passivos quando o seu justo valor for negativo. Incluem-se os termos de um contrato ou outro ativo ou passivo financeiro (o contrato de base) que, caso constituíssem um contrato autónomo, teriam respeitado a definição de derivado. Se estes forem separados do contrato de base, isto é, se as características económicas do derivado incorporado não estão fortemente relacionadas com as do contrato de base e o instrumento combinado não é avaliado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, então são contabilizados da mesma forma que o derivados.

Contabilidade de cobertura

O Grupo aplica a contabilidade de cobertura para representar, no maior grau possível permitido pelas normas contabilísticas, os efeitos económicos das suas estratégias de gestão dos riscos de juros e cambiais. São usados derivados para cobrir as exposições ao risco de taxa de juro, ao risco cambial, ao risco de mercadorias e ao risco de capital, bem como as exposições a determinados índices, como índices de preços na habitação e índices de preços no retalho, relativos a posições não incluídas na carteira de negociação. Quando os derivados são detidos para efeitos da gestão do risco, e as transações cumprem os critérios requeridos para a documentação e eficácia da cobertura, o Grupo aplicará a contabilização da cobertura pelo justo valor, a contabilização de cobertura de fluxos de caixa, ou a cobertura de um investimento líquido numa operação externa, conforme os riscos a serem cobertos.

Contabilização da cobertura pelo justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são qualificados e designados como coberturas pelo justo valor são registadas na demonstração de resultados, juntamente com as alterações no justo valor do ativo ou passivo coberto que são atribuíveis ao risco coberto. As alterações no justo valor ajustam o valor contabilístico do ativo ou passivo cobertos e detidos a custo amortizado.

Se as relações de cobertura deixarem de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, esta será descontinuada. Para coberturas do justo valor do risco de taxa de juro, o ajustamento do justo valor do item coberto é amortizado na demonstração de resultados ao longo do período até ao vencimento da relação de cobertura previamente designada, utilizando o método do juro efetivo. Se o item coberto for vendido ou reembolsado, o ajuste não amortizado do justo valor será imediatamente reconhecido na demonstração de resultados.

Contabilização de cobertura de fluxos de caixa

Para qualificar as coberturas de fluxos de caixa, o ganho ou prejuízo do justo valor associado à porção efetiva da cobertura de fluxos de caixa é reconhecido inicialmente nos outros rendimentos integrais, e seguidamente reciclado na demonstração de resultados, nos períodos em que o item coberto afete o ganho ou prejuízo. Qualquer porção inefetiva do ganho ou prejuízo decorrente do instrumento de cobertura será imediatamente reconhecida na demonstração de resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de estar em conformidade com os critérios de contabilização de cobertura, qualquer ganho ou prejuízo cumulativo existente no capital próprio nessa altura permanece no capital próprio e é reconhecido quando o item coberto é efetivamente reconhecido na demonstração de resultados. Quando deixar de ser expectável a ocorrência de uma transação prevista, o ganho ou prejuízo cumulativo previamente reconhecido no capital próprio será imediatamente transferido para a demonstração de resultados.

Coberturas de investimentos líquidos

Os investimentos líquidos do Grupo em operações externas, nomeadamente em itens monetários contabilizados como parte do investimento líquido, são cobertos quanto aos riscos cambiais, usando simultaneamente derivados e empréstimos de moeda estrangeira. As coberturas dos investimentos líquidos são contabilizadas de forma similar às coberturas de fluxos de caixa; a porção efetiva do ganho ou prejuízo é reconhecida diretamente nos outros rendimentos integrais, e a porção inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados. O ganho ou prejuízo cumulativo reconhecido como outros rendimentos integrais é reconhecido na demonstração de resultados na alienação ou alienação parcial de operações externas, ou em outras reduções do investimento do Grupo na operação.

	O Grupo			O Banco		
	Nocional contrato contabilístico	Justo Valor		Nocional contrato contabilístico	Justo Valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017						
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	**35 747 945**	**237 741**	**(237 242)**	**28 273 039**	**232 042**	**(228 124)**
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	**175 785**	**246**	**(1 103)**	**175 785**	**246**	**(1 103)**
Ativos/(passivos) derivados	**35 923 730**	**237 987**	**(238 345)**	**28 448 824**	**232 288**	**(229 227)**
A 31 de dezembro de 2016						
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	36 261 030	345 834	(339 647)	25 923 851	326 809	(316 945)
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	261 314	986	(840)	246 817	393	(929)
Ativos/(passivos) derivados	36 522 344	346 820	(340 487)	26 170 668	327 202	(317 874)

14 Instrumentos financeiros derivados

Para mais informação sobre acordos de compensação de instrumentos financeiros derivados, consulte a Nota 18.

Os derivados de actividades comerciais são geridos dentro das políticas de gestão de risco de mercado do Grupo, que estão descritas das páginas 64 a 65.

Os justos valores e montantes nocionais dos instrumentos derivados detidos para negociação demonstram-se na seguinte tabela:

Derivativos detidos para negociação	O Grupo			O Banco		
	Nocional contrato contabilístico	Justo Valor		Nocional contrato contabilístico	Justo Valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017						
Derivados cambiais						
Operações cambiais a prazo	3 131 184	26 534	(26 177)	3 130 277	26 509	(26 128)
Swaps de divisas	1 103 555	23 799	(22 003)	1 097 824	23 293	(21 741)
Opções OTC compradas e vendidas	506 156	4 056	(4 665)	505 928	4 044	(4 663)
Derivados OTC	4 740 895	54 389	(52 845)	4 734 029	53 846	(52 532)
Derivativos cambiais compensados pela contraparte central	59 618	607	(585)	59 618	607	(585)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	24 266	30	(30)	7 504	1	-
Derivados cambiais	4 824 779	55 026	(53 460)	4 801 151	54 454	(53 117)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	5 680 651	121 479	(112 193)	4 182 693	118 491	(108 644)
Acordos de taxa futura	268 277	87	(88)	153 765	22	(19)
Opções OTC compradas e vendidas	2 384 453	27 235	(29 635)	2 384 453	27 235	(29 635)
Derivados OTC	8 333 381	148 801	(141 916)	6 720 911	145 748	(138 298)
Derivados de taxas de juros apuradas pela contraparte central[a]	13 271 435	3 675	(3 390)	10 771 543	128	(216)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	7 644 560	362	(358)	1 991 384	7	(15)
Derivados de taxa de juros	29 249 376	152 838	(145 664)	19 483 838	145 883	(138 529)
Derivados de crédito						
Swaps OTC	411 900	7 789	(6 233)	374 568	6 742	(5 553)
Derivativos de crédito compensados pela contraparte central	303 841	4 954	(5 319)	255 689	4 066	(4 267)
Derivados de crédito	715 741	12 743	(11 552)	630 257	10 808	(9 820)
Derivados de acções e índices de acções						
Opções OTC compradas e vendidas	58 456	5 262	(9 591)	57 783	5 247	(9 689)
Swaps e futuros sobre ações	103 283	2 235	(5 478)	102 344	2 208	(5 434)
Derivados OTC	161 739	7 497	(15 069)	160 127	7 455	(15 123)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	632 662	7 201	(9 050)	124 258	1 478	(1 833)
Derivados de acções e índices de acções	794 401	14 698	(24 119)	284 385	8 933	(16 956)
Derivados sobre mercadorias						
Opções OTC compradas e vendidas	4 465	32	(103)	4 447	31	(103)
Swaps e futuros sobre mercadorias	12 755	662	(753)	12 755	662	(753)
Derivados OTC	17 220	694	(856)	17 202	693	(856)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	146 428	1 742	(1 591)	22 270	868	(678)
Derivados sobre mercadorias	163 648	2 436	(2 447)	39 472	1 561	(1 534)
Derivativos com filiais	-	-	-	3 033 936	10 403	(8 168)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	35 747 945	237 741	(237 242)	28 273 039	232 042	(228 124)
Total derivados OTC detidos para negociação	13 665 135	219 170	(216 919)	12 006 837	214 484	(212 362)
Total derivados compensados pela contraparte central detidos para negociação	13 634 894	9 236	(9 294)	11 086 850	4 801	(5 068)
Total de derivados cambiais negociados detidos para negociação	8 447 916	9 335	(11 029)	2 145 416	2 354	(2 526)
Derivativos com filiais detidas para negociação	-	-	-	3 033 936	10 403	(8 168)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	35 747 945	237 741	(237 242)	28 273 039	232 042	(228 124)

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

Derivativos detidos para negociação	O Grupo			O Banco		
	Nocional contrato contabilístico	Justo Valor Ativos	Justo Valor Passivos	Nocional contrato contabilístico	Justo Valor Ativos	Justo Valor Passivos
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2016						
Derivados cambiais						
Operações cambiais a prazo	2 308 922	32 442	(30 907)	2 307 703	32 383	(30 852)
Swaps de divisas	1 086 552	40 083	(40 164)	1 085 482	39 867	(40 034)
Opções OTC compradas e vendidas	772 031	6 338	(6 762)	771 901	6 324	(6 762)
Derivados OTC	4 167 505	78 863	(77 833)	4 165 086	78 574	(77 648)
Derivativos cambiais compensados pela contraparte central	43 478	366	(388)	43 478	366	(388)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	18 813	31	(27)	9 888	1	
Derivados cambiais	4 229 796	79 260	(78 248)	4 218 452	78 941	(78 036)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	4 799 994	153 838	(143 060)	2 559 724	143 635	(133 045)
Acordos de taxa futura	296 559	999	(968)	57 700	109	(61)
Opções OTC compradas e vendidas	2 522 430	42 412	(43 373)	2 522 430	42 412	(43 373)
Derivados OTC	7 618 983	197 249	(187 401)	5 139 854	186 156	(176 479)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	14 514 520	30 503	(31 528)	11 187 061	1 592	(2 048)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	7 952 733	397	(370)	1 355 743	14	(8)
Derivados de taxa de juros	30 086 236	228 149	(219 299)	17 682 658	187 762	(178 535)
Derivados de crédito						
Swaps OTC	615 057	12 005	(10 513)	566 555	11 035	(9 945)
Derivativos de crédito compensados pela contraparte central	332 743	4 462	(4 572)	271 935	3 728	(3 617)
Derivados de crédito	947 800	16 467	(15 085)	838 490	14 763	(13 562)
Derivados de acções e índices de acções						
Opções OTC compradas e vendidas	102 545	6 766	(8 837)	102 255	6 751	(8 914)
Swaps e futuros sobre ações	105 120	2 253	(4 435)	104 575	2 226	(4 278)
Derivados OTC	207 665	9 019	(13 272)	206 830	8 977	(13 192)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	585 620	8 070	(8 600)	133 465	2 409	(2 658)
Derivados de acções e índices de acções	793 285	17 089	(21 872)	340 295	11 386	(15 850)
Derivados sobre mercadorias						
Opções OTC compradas e vendidas	14 053	395	(461)	14 012	394	(461)
Swaps e futuros sobre mercadorias	16 086	1 528	(1 821)	16 086	1 528	(1 821)
Derivados OTC	30 139	1 923	(2 282)	30 098	1 922	(2 282)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	173 774	2 946	(2 861)	32 453	950	(896)
Derivados sobre mercadorias	203 913	4 869	(5 143)	62 551	2 872	(3 178)
Derivativos com filiais	-	-	-	2 781 405	31 085	(27 784)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	36 261 030	345 834	(339 647)	25 923 851	326 809	(316 945)
Total derivados OTC detidos para negociação	12 639 349	299 059	(291 301)	10 108 423	286 664	(279 546)
Total derivados compensados pela contraparte central detidos para negociação	14 890 741	35 331	(36 488)	11 502 474	5 686	(6 053)
Total de derivados cambiais negociados detidos para negociação	8 730 940	11 444	(11 858)	1 531 549	3 374	(3 562)
Derivativos com filiais detidas para negociação	-	-	-	2 781 405	31 085	(27 784)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	36 261 030	345 834	(339 647)	25 923 851	326 809	(316 945)

14 Instrumentos financeiros derivados

Os justos valores e os valores nocionais dos instrumentos derivados detidos para gestão de risco são apresentados na tabela seguinte:

Derivados detidos para a gestão de risco	O Grupo			O Banco		
	Nocional contrato contabilístico	Justo Valo		Nocional contrato contabilístico	Justo Valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017						
Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juros	**1 808**	**88**	**(3)**	**1 808**	**88**	**(3)**
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	**66 214**	**-**	**-**	**66 214**	**-**	**-**
Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa	**68 022**	**88**	**(3)**	**68 022**	**88**	**(3)**
Derivados designados como coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de juros	**7 345**	**117**	**(1 090)**	**7 345**	**117**	**(1 090)**
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	**97 436**	**-**	**-**	**97 436**	**-**	**-**
Derivados designados como coberturas de justo valor	**104 781**	**117**	**(1 090)**	**104 781**	**117**	**(1 090)**
Derivativos designados como coberturas de investimentos líquidos						
Operações cambiais a prazo	**2 982**	**41**	**(10)**	**2 982**	**41**	**(10)**
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos	**2 982**	**41**	**(10)**	**2 982**	**41**	**(10)**
Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	**175 785**	**246**	**(1 103)**	**175 785**	**246**	**(1 103)**
Total de derivados OTC detidos para gestão de risco	**12 135**	**246**	**(1 103)**	**12 135**	**246**	**(1 103)**
Total de derivados compensados pela contraparte central detidos para gestão de risco	**163 650**	**-**	**-**	**163 650**	**-**	**-**
Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	**175 785**	**246**	**(1 103)**	**175 785**	**246**	**(1 103)**
A 31 de dezembro de 2016						
Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa						
Swaps de divisas	1 357	453	-	-	-	-
Swaps de taxa de juros	5 877	138	(6)	2 377	41	(6)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	107 524	62	(27)	96 480	-	-
Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa	114 758	653	(33)	98 857	41	(6)
Derivados designados como coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de juros	10 724	301	(742)	10 724	301	(742)
Operações cambiais a prazo	63	-	(1)	63	-	(1)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	129 683	-	-	129 683	-	-
Derivados designados como coberturas de justo valor	140 470	301	(743)	140 470	301	(743)
Derivativos designados como coberturas de investimentos líquidos						
Operações cambiais a prazo	6 086	32	(64)	6 086	32	(64)
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos	6 086	32	(64)	6 086	32	(64)
Derivativos com filiais	-	-	-	1 404	19	(116)
Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	261 314	986	(840)	246 817	393	(929)
Total de derivados OTC detidos para gestão de risco	24 107	924	(813)	19 250	374	(813)
Total de derivados compensados pela contraparte central detidos para gestão de risco	237 207	62	(27)	226 163	-	-
Derivados com filiais detidas para gestão de risco	-	-	-	1 404	19	(116)
Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	261 314	986	(840)	246 817	393	(929)

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

O Grupo cobriu a seguinte previsão de fluxos de caixa, que variam principalmente com as taxas de juro. Espera-se que estes fluxos de caixa tenham impacto na declaração de rendimentos, nos seguintes períodos, excluindo quaisquer ajustes no fundo que possam ser aplicados:

	Total	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois a três anos	Entre Três ou quatro anos	Entre três a cinco anos	Mais do que cinco anos
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
2017							
O Grupo							
Previsão de fluxos de caixa a receber	**2 272**	**370**	**470**	**497**	**424**	**293**	**218**
Previsão de fluxos de caixa a pagar	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a receber	**2 272**	**370**	**470**	**497**	**424**	**293**	**218**
Previsão de fluxos de caixa a pagar	**-**	**-**	-	-	-	-	-
2016							
O Grupo							
Previsão de fluxos de caixa a receber	2 081	316	376	408	363	327	291
Previsão de fluxos de caixa a pagar	52	15	16	7	6	5	3
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a receber	2 041	294	364	402	362	328	291
Previsão de fluxos de caixa a pagar	8	-	8	-	-	-	-

A duração máxima de tempo durante o qual o Grupo cobre a exposição à variabilidade nos futuros fluxos de caixa para operações previstas, excluindo aquelas relacionadas com o pagamento de juro variável sobre instrumentos financeiros existentes, é de 10 anos (2016: 10 anos).

Montantes reconhecidos em rendimento financeiro líquido	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Ganhos em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	**519**	1 787	**519**	1 787
Perdas em instrumentos cobertos	**(383)**	(1 741)	**(383)**	(1 741)
Ineficácia do justo valor	**136**	46	**136**	46
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	**(201)**	28	**(201)**	28
Ineficácia da cobertura de investimento líquido	**2**	(3)	**2**	(3)

Os ganhos e as perdas transferidas da reserva de cobertura do fluxo de caixa do Grupo para a demonstração de resultados foram nulos (2016: ganho de 17M£) transferido para o rendimento de juros; um ganho de 586M£ (2016: ganho de 557M£) para as despesas de juros; nulo (2016: perda de 17M£) para a administração e despesas gerais; e nulo (2016: perda de 75M£) para a tributação; e para o Banco, a demonstração de resultados incluiu um ganho de 586M£ (2016: ganho de 557M£) em despesas de juro; e nulo (2016: ganho de 17M£) para administração e despesas gerais.

15 Investimentos financeiros

Contabilização de investimentos financeiros

Os ativos financeiros disponíveis para venda são detidos ao justo valor, sendo as perdas e ganhos incluídos nos outros rendimentos integrais. O Grupo usa esta classificação para ativos que não são derivados e que não são detidos para propósitos comerciais ou de alguma forma designados ao justo valor através de lucro ou prejuízo, ou a custo amortizado. Os dividendos e juros (calculados usando o método de juro efetivo) são reconhecidos na demonstração de resultados na Nota 3 *Rendimento de juros líquido*, ou na Nota 6 *Rendimento de investimento líquido*. Com a alienação, os ganhos ou perdas cumulativos reconhecidos nos outros rendimentos integrais são também incluídos no rendimento de investimento líquido.

Os ativos detidos até à maturidade são avaliados ao custo amortizado. O Grupo usa esta classificação quando existe a intenção de deter o ativo até à maturidade. Os juros sobre os investimentos são reconhecidos na demonstração de resultados, englobados no Rendimento de juros líquido (Nota 3).

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Títulos de dívida e outras obrigações elegíveis disponíveis para venda	**52 020**	57 704	**49 197**	56 144
Títulos de capital disponíveis para venda	**1 834**	485	**277**	279
Títulos de dívida detidos até à maturidade	**5 109**	5 176	**5 109**	5 176
Investimentos financeiros	**58 963**	63 365	**54 583**	61 599

16 Passivos financeiros designados ao justo valor

Contabilização de passivos designados ao justo valor através de ganhos e perdas

Em conformidade com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas registados na demonstração de resultados, englobados no Rendimento de negociação líquido (Nota 5) e no Rendimento de investimento líquido (Nota 6). Movimentos de crédito próprio são comunicados através de outros rendimentos abrangentes de janeiro de 2017 aquando da adoção do IFRS 9. O Grupo tem a capacidade de proceder à designação do justo valor quando a detenção dos instrumentos ao justo valor reduzir uma falta de balanceamento contabilística (causada pela compensação de um passivo ou ativo detido ao justo valor), ou for gerida pelo Grupo com base no seu justo valor, ou inclua termos com características substanciais de derivados na Nota 14.

	O Grupo				O Banco			
	2017		2016		**2017**		2016	
	Justo Valor	**Montante contratual devido em maturidade**	Justo Valor	Montante contratual devido em maturidade	**Justo Valor**	**Montante contratual devido em maturidade**	Justo Valor	Montante contractual devido por vencimento
	M£	**M£**	M£	M£	**M£**	**M£**	M£	M£
Títulos de dívida	**42 563**	**46 920**	34 985	37 034	**41 692**	**46 060**	36 347	38 501
Depósitos	**4 448**	**4 414**	5 269	5 303	**4 774**	**4 739**	5 228	5 261
Passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento	**-**	**-**	37	-	**-**	**-**	-	-
Acordos de recompra a valor justo	**126 691**	**126 822**	55 710	55 760	**122 578**	**122 707**	59 755	59 803
Outros passivos financeiros	**16**	**16**	31	31	**-**	**-**	-	-
Passivos financeiros designados ao justo valor	**173 718**	**178 172**	96 032	98 128	**169 044**	**173 506**	101 330	103 565

As perdas líquidas de crédito próprio cumulativas reconhecidas são de 179M£ (2016: 239M£).

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Contabilização de ativos e passivos financeiros – justos valores

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor na data de reconhecimento inicial (incluindo custos de transações que não sejam instrumentos financeiros detidos ao justo valor através de lucros e perdas) e, dependendo da classificação do ativo ou do passivo, poderão continuar a ser detidos ao justo valor quer através de lucro ou perda quer através de outro rendimento integral. O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago por transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado numa data de medição.

Onde seja possível, o justo valor é determinado com um prelo cotado de mercado para esse instrumento como referência. Para muitos dos ativos e passivos financeiros do Grupo, especialmente derivados, preços cotados não estão disponíveis e modelos de avaliação são usados para estimar o justo valor. Os modelos calculam os fluxo de caixa esperado ao abrigo dos termos de cada contrato específico, e depois desconta este valores para um valor actual. Estes modelos utilizam como base dados de mercado de origem independente incluindo, por exemplo, curvas de rendimento da taxa de juros, preços de ações e mercadorias, fluidez de opções e taxas de câmbio.

Para os passivos financeiros medidos no justo valor, a quantia escriturada reflete o efeito das alterações do justo valor nas margens de crédito próprio derivadas de dados de mercado observáveis, tais como na emissão primária e atividade de resgate para títulos estruturados.

Num reconhecimento inicial, é presumido que o preço de transação é o justo valor a menos que haja informação observável disponível sobre um ativo em sentido contrário. A melhor prova do justo valor de um instrumento num reconhecimento inicial é tipicamente o preço de transação. Porém, se o justo valor pode ser evidenciado por comparação com outras transações do mercado atual observável no mesmo instrumento, ou se baseia numa técnica de avaliação cujos inputs incluem apenas dados de mercados observáveis, o instrumento deve ser reconhecido ao justo valor derivado dos dados do referido mercado observável.

Para valorizações que usam dados não observáveis, a diferença entre a avaliação do modelo e o preço inicial de transação ('Lucro do primeiro dia') é reconhecido no lucro ou no prejuízo numa base linear durante o prazo da transação; ou no período até todos os dados se tornarem observáveis, onde aplicável; ou emitidos na totalidade quando os dados anteriormente não observáveis se tornam observáveis.

Vários fatores influenciam a disponibilidade de dados observáveis e estes podem variar de produto para produto e mudar ao ongo do tempo. Fatores incluem a profundidade de atividade no mercado relevante, o tipo de produto, se o produto é novo e não é amplamente comercializado no mercado, o desenvolvimento da modelação do mercado, a natureza da transação (feita à medida ou genérica). Na medida em que a avaliação é baseada em modelos ou dados que não são observáveis no mercado, a determinação do justo valor pode ser mais subjetiva, dependendo do significado dos dados não observáveis para a avaliação global.

A sensibilidade das avaliações utilizadas nas demonstrações financeiras para possíveis alterações em dados não observáveis é apresentada na página 205.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A avaliação de instrumentos financeiros envolve muitas vezes um grau significativo de decisão e complexidade, particularmente nos modelos de avaliação que utilizam dados não observáveis (ativos e passivos de "Nível 3"). Esta nota fornece informação sobre estes instrumentos, incluindo os ganhos e perdas relacionados – não realizados – reconhecidos no período, uma descrição de técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos, e uma análise à sensibilidade.

Ativos e passivos detidos ao justo

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Avaliação

A IFRS 13 *Mensuração do Justo Valor* exige a uma entidade que classifique os seus ativos e passivos de acordo com uma hierarquia que reflete a possibilidade de observação dos dados de mercado significativos. Os três níveis da hierarquia de justo valor estão definidos em baixo.

Preços do mercado cotados - Nível 1

Os ativos e passivos são classificados como Nível 1 se o seu valor for observável num mercado ativo. Tais Instrumentos são avaliados por referência a preços cotados não ajustados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, nos quais o preço cotado está disponível de imediato e o preço representa transações de mercado atuais e regulares; Um mercado ativo é um mercado no qual as transacções ocorrem com um volume e frequência suficientes para permitir obter informação de preços numa base contínua.

Técnica de avaliação utilizando dados observáveis – Nível 2

Os ativos e passivos classificados como Nível 2 foram avaliados usando modelos cujos dados são observáveis direta ou indiretamente. As avaliações com base em dados observáveis incluem ativos e passivos como *swaps* e *forwards* (contratos a prazo) que são avaliados utilizando técnicas de preços normais de mercado, e opções que são normalmente comercializadas em mercados onde todos os dados para os modelos de preços normais de mercado são observáveis.

Técnica de avaliação utilizando dados significativos não observáveis – Nível 3

Os ativos e passivos são classificados como Nível 3 se a sua avaliação incorporar dados significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Os dados de avaliação são considerados observáveis se puderem ser directamente observados a partir de transações num mercado ativo, ou caso haja uma prova externa concreta que demonstre um preço de saída exequível. Os níveis de dados não observáveis são geralmente determinados através de referência a dados observáveis, observações históricas ou usando outras técnicas analíticas.

A seguinte tabela mostra os ativos e passivos detidos pelo Grupo ao justo valor desagregados por avaliação técnica (hierarquia do justo valor) classificação de folha de balanço:

Ativos e passivos detidos ao justo valor

	2017				2016			
	Técnicas de avaliação utilizando				Técnicas de avaliação utilizando			
O Grupo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
A 31 de Dezembro	**M£**	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£
Ativos da carteira de negociação	**63 925**	**47 853**	**1 977**	**113 755**	41 550	36 640	2 065	80 255
Ativos financeiros designados ao justo valor	**4 347**	**104 188**	**7 747**	**116 282**	4 031	64 630	9 947	78 608
Ativos financeiros derivados	**3 786**	**228 867**	**5 334**	**237 987**	5 261	333 013	8 546	346 820
Investimentos disponíveis para venda	**22 841**	**30 618**	**395**	**53 854**	21 218	36 599	372	58 189
Propriedade de investimento	**-**	**-**	**116**	**116**	-	-	81	81
Ativos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[a]	**-**	**-**	**29**	**29**	6 754	8 511	6 009	21 274
Ativos totais	**94 899**	**411 526**	**15 598**	**522 023**	78 814	479 393	27 020	585 227
Passivos da carteira de negociação	**(20 905)**	**(16 443)**	**(4)**	**(37 352)**	(20 205)	(14 475)	(7)	(34 687)
Passivos financeiros designados ao justo valor	**-**	**(173 238)**	**(480)**	**(173 718)**	(70)	(95 122)	(840)	(96 032)
Passivos financeiros derivados	**(3 631)**	**(229 517)**	**(5 197)**	**(238 345)**	(5 051)	(328 265)	(7 171)	(340 487)
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[a]	**-**	**-**	**-**	**-**	(397)	(5 224)	(6 201)	(11 822)
Passivos totais	**(24 536)**	**(419 198)**	**(5 681)**	**(449 415)**	(25 723)	(443 086)	(14 219)	(483 028)

Nota

a Os grupos de alienação detidos para venda e avaliados pelo justo valor, deduzido do custo de venda, estão incluídos na tabela do justo valor.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

A tabela que se segue apresenta os ativos e passivos do Banco detidos pelo justo valor, divididos por técnica de avaliação (hierarquia de justo valor) e classificação no balanço:

Ativos e passivos detidos ao justo valor

	2017				2016			
	Técnicas de avaliação utilizando				Técnicas de avaliação utilizando			
O Banco	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
A 31 de Dezembro	**M£**	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£
Ativos da carteira de negociação	**41 795**	**36 113**	**1 928**	**79 836**	13 029	21 495	2 003	36 527
Ativos financeiros designados ao justo valor	**3**	**110 381**	**6 798**	**117 182**	22	71 708	9 135	80 865
Ativos financeiros derivados	**-**	**226 956**	**5 332**	**232 288**	868	317 793	8 541	327 202
Investimentos disponíveis para venda	**16 302**	**32 895**	**277**	**49 474**	21 110	35 063	250	56 423
Propriedade de investimento	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	16	16
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	3 453	3 453
Ativos totais	**58 100**	**406 345**	**14 335**	**478 780**	35 029	446 059	23 398	504 486
Passivos da carteira de negociação	**(26 068)**	**(15 474)**	**-**	**(41 542)**	(21 024)	(10 975)	-	(31 999)
Passivos financeiros designados ao justo valor	**-**	**(168 834)**	**(210)**	**(169 044)**	-	(100 863)	(467)	(101 330)
Passivos financeiros derivados	**-**	**(223 878)**	**(5 349)**	**(229 227)**	(822)	(309 737)	(7 315)	(317 874)
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	(2 135)	(2 135)
Passivos totais	**(26 068)**	**(408 186)**	**(5 559)**	**(439 813)**	(21 846)	(421 575)	(9 917)	(453 338)

Ativos e passivos detidos ao justo

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

As seguintes tabelas mostram os ativos e passivos detidos pelo Grupo ao justo valor separados por técnica de avaliação (hierarquia do justo valor) e pelo tipo de produto:

Ativos e passivos detidos pelo justo valor por tipo de produto

	Ativos			Passivos		
	Técnicas de avaliação utilizando			Técnicas de avaliação utilizando		
O Grupo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Derivados de taxa de juros	**-**	**150 325**	**2 718**	**-**	**(143 890)**	**(2 867)**
Derivados cambiais	**-**	**54 907**	**160**	**-**	**(53 346)**	**(124)**
Derivados de crédito	**-**	**11 357**	**1 386**	**-**	**(11 312)**	**(240)**
Derivativos de capital próprio	**3 786**	**9 848**	**1 064**	**(3 631)**	**(18 527)**	**(1 961)**
Derivados sobre mercadorias	**-**	**2 430**	**6**	**-**	**(2 442)**	**(5)**
Dívida do governo e financiada pelo governo	**34 782**	**49 853**	**49**	**(13 079)**	**(13 116)**	**-**
Dívida empresarial	**-**	**15 098**	**871**	**-**	**(3 580)**	**(4)**
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	**-**	**1 491**	**-**	**-**	**(7 377)**	**(250)**
Acordos de recompra e revenda	**-**	**100 038**	**-**	**-**	**(126 691)**	**-**
Empréstimos não suportados por ativos	**-**	**5 710**	**6 657**	**-**	**-**	**-**
Títulos suportados por ativos	**-**	**1 837**	**626**	**-**	**(221)**	**-**
Dívida emitida	**-**	**-**	**-**	**-**	**(38 177)**	**(214)**
Produtos de capital em numerário	**56 323**	**7 733**	**112**	**(7 826)**	**(388)**	**-**
Investimentos em capital privado	**8**	**1**	**817**	**-**	**-**	**(16)**
Ativos e passivos detidos para venda	**-**	**-**	**29**	**-**	**-**	**-**
Outros[a]	**-**	**898**	**1 103**	**-**	**(131)**	**-**
Total	**94 899**	**411 526**	**15 598**	**(24 536)**	**(419 198)**	**(5 681)**
A 31 de dezembro de 2016						
Derivados de taxa de juros	-	222 892	5 759	-	(215 213)	(4 860)
Derivados cambiais	-	79 612	132	-	(78 263)	(51)
Derivados de crédito	-	14 856	1 611	-	(14 844)	(241)
Derivativos de capital próprio	4 210	11 842	1 037	(4 058)	(15 808)	(2 007)
Derivados sobre mercadorias	1 052	3 809	8	(991)	(4 138)	(13)
Dívida do governo e financiada pelo governo	31 203	49 913	3	(12 761)	(11 455)	-
Dívida empresarial	46	11 921	969	(27)	(1 907)	(5)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	-	978	-	-	(6 936)	(319)
Acordos de recompra e revenda	-	63 162	-	-	(55 710)	-
Empréstimos não suportados por ativos	-	2 888	8 767	-	-	-
Títulos suportados por ativos	-	1 956	515	-	(256)	-
Dívida emitida	-	-	-	-	(31 973)	(298)
Produtos de capital em numerário	35 399	6 478	150	(7 416)	(934)	(2)
Investimentos em capital privado	23	110	856	-	(18)	(12)
Ativos e passivos detidos para venda	6 754	8 511	6 009	(397)	(5 224)	(6 201)
Outros[a]	127	465	1 204	(73)	(407)	(210)
Total	78 814	479 393	27 020	(25 723)	(443 086)	(14 219)

Nota

a A categoria Outros inclui empréstimos imobiliários comerciais, fundos e produtos relacionados, empréstimos suportados por ativos, mercadorias físicas e propriedade de investimento.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Técnicas de avaliação e análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é realizada em produtos com dados não observáveis significativos (Nível 3) para gerar uma variedade de avaliações alternativas razoavelmente possíveis. As metodologias de sensibilidade aplicadas têm em conta a natureza das técnicas de avaliação utilizadas, assim como a disponibilidade e fiabilidade das referências observáveis e dos dados históricos e o impacto de usar modelos alternativos.

Sensibilidades são dinamicamente calculadas numa base mensal. O cálculo baseia-se num intervalo ou dados de spread de uma fonte de referência fiável ou num cenário baseado em análises de mercado relevantes, juntamente com o impacto de usar modelos alternativos. Sensibilidades são calculadas sem refletir o impacto de qualquer diversificação na carteira.

As técnicas de avaliação usadas para os principais produtos nos Níveis 2 e 3 e para análises de observabilidade e sensibilidade de produtos em Nível 3 estão descritas em baixo.

Derivados de taxa de juros

Descrição: São derivados ligados a taxas de juro ou índices de inflação. Esta categoria inclui futuros, *swaps* de taxas de juro e de inflação; opções de *swaps*; *caps*; *floors*, opções de inflação; *swaps* com garantia de saldo e outros derivados de taxas de juro exóticas.

Avaliação: Os derivados de taxas de juro e inflação são geralmente avaliados usando curvas de taxas a prazo construídas a partir de dados de mercado para prever e descontar os futuros fluxos de caixa de transações. Os instrumentos com opcionalidade são avaliados usando volatilidades implícitas de parâmetros de entrada dos mercados, e utilizam as normas da indústria ou modelos personalizados dependendo do tipo de produto.

Observância: Em geral, os parâmetros de entrada são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, que são determinados para cada parâmetro de entrada e elemento subjacente. Os dados não observáveis são definidos com base em instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

Sensibilidade de nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso, quando disponíveis; caso contrário, são utilizados cenários de stress e dados históricos.

Derivados cambiais

Descrição: Derivados ligados ao mercado cambial (FX). Esta categoria inclui contratos *forward* cambiais, *swaps* cambiais e opções cambiais. A grande maioria é negociada como instrumentos derivados de venda livre (OTC).

Avaliação: Os derivados cambiais são avaliados através das normas da indústria e modelos personalizados, dependendo do tipo de produto. Os parâmetros de entrada da avaliação incluem taxas cambiais, taxas de juro, volatilidades cambiais, volatilidades de taxas de juro, correlações de taxas de juro cambiais, ou outros quando for adequado.

Observância: Em geral, as correlações, *forwards* e volatilidades cambiais são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, que são determinados separadamente para cada parâmetro de entrada e elemento subjacente. Os dados não observáveis são definidos com base em instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso.

Derivados de crédito

Descrição: Derivados vinculados ao spread de crédito de uma entidade referenciada, índice ou cabaz de entidades referenciadas, ou um conjunto de ativos referenciados (por ex. um produto titularizado). Esta categoria inclui *swaps* de uma única entidade e *swaps* de risco de incumprimento (CDS), CDS suportados por ativos e obrigações de dívida com garantia (CDO).

Avaliação: Os CDS são avaliados através de um modelo padrão de mercado que inclui a curva de spreads crédito como o seu dado principal. Os spreads de crédito são observados diretamente a partir dos dados de corretores e vendedores terceiros, ou têm os seus preços fixados por aproximação. Os CDO sintéticos são avaliados através de um modelo que integra spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros, e que é calibrado ao mercado de tranches de índices.

Observância: Os contratos de CDS relativos a entidades que não são negociadas ativamente são geralmente considerados observáveis. Outros dados de avaliação são considerados observáveis se os produtos com sensibilidade significativa aos dados forem negociados num mercado líquido. Os dados de avaliação não observáveis são geralmente determinados através de referência às transações recentes ou deduzidos de dados observáveis do mesmo emissor ou de entidades semelhantes.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade dos contratos CDS é determinada pela aplicação de uma alteração para cada curva de spread de crédito. A alteração tem por base o intervalo médio dos preços observados no mercado para CDS semelhantes. A sensibilidade dos CDO sintéticos não observáveis é calculada através da utilização de níveis de correlação decorrentes da gama de contribuintes para um serviço personalizado de consenso.

Derivativos de capital próprio

Descrição: derivados negociados em bolsa ou de OTC ligados a índices de capital próprio e entidades individuais. Esta categoria inclui produtos de capital de tipo corrente e exótico.

Avaliação: Os derivados de capital são avaliados através de modelos padrão da indústria. Os dados de avaliação incluem preços de ações, dividendos, volatilidades, taxas de juro, curvas de recompra de capital e, para produtos com vários ativos, correlações.

Observância: Em geral, os dados de avaliação são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, que são determinados para cada dado e elemento subjacente. Os dados não observáveis são definidos com base em instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

Sensibilidade de nível 3: A sensibilidade é geralmente estimada com base na dispersão dos serviços de dados consensuais.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Derivados sobre mercadorias

Descrição: Derivados negociados em bolsa e OTC baseados em mercadorias subjacentes, tais como metais, petróleo bruto e produtos refinados, produtos agrícolas, energia e gás natural.

Avaliação: Os swaps e opções de mercadorias são avaliados através de modelos que integram descontos dos fluxos de caixa, bem como outras técnicas e modelos padrão da indústria. Os dados de avaliação incluem curvas futuras, volatilidades deduzidas de dados de mercado e correlações observáveis.

Observância: Em geral, as correlações, *forwards* e volatilidades de mercadorias são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, que são determinados separadamente para cada dado e elemento subjacente. Os dados não observáveis são definidos com base em produtos observáveis semelhantes e pela aplicação de técnicas de extrapolação a dados observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é determinada principalmente através da mensuração da variabilidade histórica ao longo de vários anos. Nos casos em que os dados históricos não estão disponíveis ou que a incerteza se deve ao risco volumétrico, a sensibilidade é medida através da aplicação de cenários de tensão apropriados ou usando níveis indicadores de *spread* de compra e venda.

Instrumentos derivados complexos

As estimativas de avaliação feitas pelas contrapartes relativamente aos instrumentos derivados complexos, com a finalidade de determinar o montante das garantias a serem depositadas, diferem frequentemente – por vezes de forma significativa – das próprias estimativas do Barclays. Em quase todos os casos, o Barclays tem sido capaz de resolver com êxito essas diferenças ou, de outra forma, de alcançar uma acomodação no que respeita aos níveis de depósitos de garantias, incluindo, em certos casos, a celebração de compromissos de garantias. Devido à natureza contínua dos pedidos de garantias, o Barclays discute frequentemente, a qualquer altura, com uma ou mais contrapartes, essas diferenças. As estimativas de avaliação feitas pelas contrapartes para efeitos de garantias são – como qualquer outra avaliação efetuada por contrapartes – consideradas na determinação de estimativas do valor justo do Barclays.

Dívida do governo e financiada pelo governo

Descrição: Obrigações governamentais, obrigações supra-soberanas e obrigações do tesouro.

Avaliação: Obrigações líquidas que são negociadas ativamente através da bolsa ou câmara de compensação são marcadas aos níveis observados nesses mercados. Outras obrigações negociadas ativamente são avaliadas através de preços de mercado observáveis retirados de cotações de corretores, preços entre operadores ou outros serviços de fixação de preços fiáveis.

Observância: Os preços para obrigações negociadas ativamente são considerados observáveis. Os preços de obrigações não observáveis são geralmente determinados com base em rendimentos de obrigações negociadas ativamente do mesmo emissor, ou de um semelhante.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é geralmente calculada através do intervalo dos preços alternativos observáveis.

Dívida empresarial

Descrição: Sobretudo obrigações empresariais.

Avaliação: As obrigações empresariais são avaliadas utilizando preços de mercados observáveis retirados de cotações de corretores, preços de corretores intermediários e outras fontes de atribuição de preços fidedignas.

Observância: Os preços para obrigações negociadas ativamente são considerados observáveis. Os preços de obrigações não observáveis são geralmente determinados com base em rendimentos de obrigações ou spreads de CDS para instrumentos negociados ativamente e emitidos pelo mesmo emissor (ou com base neste), ou por um semelhante.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é geralmente determinada pela aplicação de uma alteração aos rendimentos de obrigações, usando intervalos médios de níveis externos observados no mercado para obrigações semelhantes.

Certificados de Depósito, Papel Comercial e outros instrumentos do mercado monetário

Descrição: Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário.

Avaliação: Os instrumentos são avaliados utilizando preços de mercados observáveis retirados de cotações de corretores, preços entre operadores e outros serviços de atribuição de preços fidedignas.

Observância: Os preços para instrumentos negociados ativamente são considerados observáveis. Os preços de instrumentos não observáveis são geralmente determinados com base em rendimentos de obrigações ou spreads de CDS para instrumentos negociados ativamente e emitidos pelo mesmo emissor (ou com base neste), ou por um semelhante.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é geralmente calculada através do intervalo dos preços alternativos observáveis.

Acordos de recompra e revenda

Descrição: Incluem obrigações adquiridas mediante acordos de revenda, títulos vendidos mediante acordos de recompra e outros acordos semelhantes de empréstimos garantidos. Os acordos são sobretudo a curto prazo.

Avaliação: Os acordos de recompra e de revenda são geralmente avaliados descontando os futuros fluxos de caixa esperados usando os modelos padrão da indústria que integram taxas de juro do mercado e taxas de recompra com base nos detalhes específicos da transação.

Observância: Os dados são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, e são determinados com base nos parâmetros específicos da transação. Os dados não observáveis são geralmente definidos com base em instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é geralmente definida através da dispersão de serviços de dados de consenso, cenários de tensão e dados históricos. Em geral, a sensibilidade dos dados não observáveis não é significativa para a avaliação global, dada a natureza predominantemente de curto prazo dos acordos.

Empréstimos não suportados por ativos

Descrição: Predominantemente composto por empréstimos de taxa fixa.

Avaliação: Os empréstimos de taxa fixa são avaliados através de modelos que descontam os futuros fluxos de caixa esperados, com base nas taxas de juro e spreads do empréstimos.

Observância: Neste tipo de empréstimos, geralmente o spread do empréstimo não é observável. Os spreads de empréstimo não observáveis são determinados através da integração de custos de financiamento, do nível de ativos comparáveis como obrigações do tesouro, da qualidade de crédito do emissor e de outros fatores.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade para os empréstimos de taxa fixa é calculada através da aplicação de uma alteração aos *spreads* dos empréstimos.

Títulos suportados por ativos

Descrição: Títulos que estão vinculados aos fluxos de caixa de um conjunto de ativos referenciados através de titularização. Esta categoria inclui títulos suportados por hipotecas residenciais, títulos suportados por hipotecas comerciais, CDOs, CLOs e outros títulos suportados por ativos.

Avaliação: Nos casos disponíveis, as avaliações têm por base os preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores e dos preços entre operadores. Caso contrário, as avaliações são determinadas usando uma análise padrão do fluxo de caixa descontado da indústria, que calcula o justo valor com base em dados de avaliação, tais como a taxa de incumprimento constante, a taxa de pré-pagamento condicional, a perda dado o incumprimento e o rendimento. Estes dados são determinados através da consulta de várias fontes, incluindo a aproximação a transações observadas, os índices de mercado ou a pesquisa de mercado, e da avaliação do desempenho das garantias subjacentes.

A aproximação a transações observadas, a índices ou à investigação exige a avaliação e a comparação dos atributos subjacentes dos títulos relevantes, incluindo garantia, tranche, antiguidade, a composição dos ativos subjacentes (perdas históricas, características do mutuário e atributos dos empréstimos, tais como a relação valor-empréstimo e a concentração geográfica) e classificações de crédito (originais e atuais).

Observância: Nos casos em que um produto suportado por ativos não tem um preço de mercado observável, e que a avaliação é determinada através de uma análise do fluxo de caixa descontado, o instrumento considera-se não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A análise da sensibilidade para produtos suportados por ativos tem por base a dispersão da fixação de preços de origem externa ou a acentuação dada aos dados da análise do fluxo de caixa do desconto.

Dívida emitida

Descrição: Títulos de dívida emitidos pelo Barclays.

Avaliação: A dívida emitida é avaliada através de técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos padrão da indústria que integram vários dados observados para cada instrumento.

Observância: Geralmente, as obrigações emitidas pelo Barclays são observáveis. As obrigações estruturadas são instrumentos de dívida que contêm derivados embutidos. Nos casos em que um dado relativo ao derivado embutido ou o instrumento de dívida é considerado não observável e significativo para a avaliação global da obrigação, a obrigação estruturada é classificada como de Nível 3.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade ao dado não observável no derivado incorporado é calculada de acordo com o método utilizado para o tipo de instrumento derivado em questão.

Produtos de capital em numerário

Descrição: Inclui capitais próprios listados, Fundos de Investimento Cotados em Bolsa (ETF) e ações preferenciais.

Avaliação: A avaliação de produtos de capital próprio em numerário é determinada principalmente através dos preços de mercado observáveis.

Os preços para produtos de capital em numerário negociados ativamente são considerados observáveis. Os preços de capital não observáveis são geralmente determinados com base em instrumentos negociados ativamente semelhantes, ou deduzidos por outro método razoável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é geralmente calculada com base na aplicação de uma alteração à avaliação do ativo subjacente.

Investimentos em capital privado

Descrição: Inclui participações e investimentos de capital.

Avaliação: Os investimentos de capital privado são avaliados de acordo com as "International Private Equity and Venture Capital Valuation Guidelines", que requerem o uso de uma série de referências individuais de fixação de preços, tais como os preços de transações recentes nas mesmas entidades ou em entidades semelhantes, a análise do fluxo de caixa descontado e a comparação com os ganhos múltiplos de empresas cotadas. Embora a avaliação de instrumentos de capital não cotados seja subjetiva por natureza, as metodologias relevantes são aplicadas habitualmente por outros intervenientes do mercado e foram aplicadas de modo consistente ao longo do tempo.

Observância: Os dados são considerados observáveis se existirem negociações ativas num mercado de líquido de produtos com sensibilidade significativa aos dados. Os dados não observáveis incluem as estimativas de ganhos, os múltiplos de empresas comparativas, os descontos comerciais e as taxas de desconto.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Sensibilidade de Nível 3: Os modelos de avaliação de capital privado são sensíveis a uma série de pressupostos fundamentais, tais como ganhos futuros previstos, múltiplos de comparação, descontos comerciais e taxas de desconto. A sensibilidade da avaliação é geralmente estimada pela adaptação de tais pressupostos a níveis alternativos razoáveis.

Ativos e passivos detidos para venda

Descrição: Os ativos e passivos detidos para venda consistem em grupos de alienação que o Barclays pretende vender.

Avaliação: Os ativos e passivos detidos para venda são avaliados pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo de venda.

Sensibilidade de Nível 3: Os grupos de alienação que são mensurados ao justo valor menos o custo de venda são avaliados ao preço acordado e não devem apresentar uma sensibilidade significativa. A sensibilidade dos ativos e passivos mensurados ao valor contabilístico é explicada nas descrições dos produtos relevantes.

Outras

Descrição: A categoria Outros inclui empréstimos imobiliários comerciais, fundos e produtos relacionados, empréstimos suportados por ativos, mercadorias físicas e propriedade de investimento.

Ativos e passivos reclassificados entre Nível 1 e Nível 2

Durante este período, foram transferidos de Nível 1 para Nível 2 ativos de obrigações governamentais no valor de 3 807M£ e ativos e passivos derivados de mercadorias n valor de 1 023M£/(950)M£ (2016: 2 340M£ de ativos de obrigações governamentais transferidos de Nível 2 para Nível 1) de forma a refletir a observância no mercado deste tipo de produtos. Estas transferências são apresentadas com ose tivessem ocorrido no início do ano.

Plano 3 Análise de Movimento

A tabela que se segue resume os movimentos nos saldos do Nível 3 durante período. As transferências são apresentados como se tivessem ocorrido no início do ano.

Os ativos e passivos incluídos nos grupos de alienação classificados como detidos para venda, e avaliados ao justo valor deduzido do custo de venda, não estão abarcados, uma vez que são avaliados ao justo valor numa base não-recorrente.

As transferências de ativos e passivos entre o Nível 2 e o Nível 3 devem-se principalmente a i) um aumento ou diminuição da atividade do mercado observável relacionada com os dados ou ii) uma alteração na significância dos dados não observáveis, com ativos e passivos classificados como Nível 3, se um dado não observável for considerado significativo.

Durante o ano:

- 721mM£ em derivados de taxas de juro foram transferidas do Nível 3 para o Nível 2, de forma a refletir a observância no mercado dos produtos;
- 2 284M£ em empréstimos não suportados por ativos foram desreconhecidos devido a uma modificação substancial nos termos dos empréstimos de ESHLA. Os empréstimos reestruturados são avaliados a uma base de custo amortizada.

Análise de movimentos em ativos e passivos no Nível 3

O Grupo	A 1 de janeiro de 2017	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração de resultados: Rendimento de atividade comercial	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração de resultados: Outros rendimentos	Total de ganhos ou perdas reconhecidos nos OCI	Entrada	Saída	A 31 de dezembro 2017
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Dívida governamental e financiada pelo governo	3	46	-	-	-	-	-	-	-	-	49
Dívida empresarial	969	73	(47)	-	(98)	21	-	-	6	(53)	871
Empréstimos não suportados por ativos	151	435	(187)	-	(221)	(8)	-	-	1	(5)	166
Títulos suportados por ativos	515	195	(78)	-	(9)	9	-	-	-	(5)	627
Produtos de capital em numerário	77	24	(11)	-	-	(19)	-	-	-	(3)	68
Outras	350	2	(77)	-	(97)	25	(1)	-	3	(9)	196
Ativos da carteira de negociação	2 065	775	(400)	-	(425)	28	(1)	-	10	(75)	1 977
Empréstimos não suportados por ativos	8 616	-	-	-	(2 284)	159	-	-	-	-	6 491
Empréstimos suportados por ativos	201	27	(25)	-	(3)	(17)	(3)	-	6	(31)	155
Investimentos em capital privado	562	26	(127)	-	(1)	(1)	29	-	21	(11)	498
Produtos de capital em numerário	-	-	-	-	(1)	(7)	-	-	16	-	8
Outras	568	4 675	(4 646)	-	(247)	41	197	-	16	(9)	595
Ativos financeiros designados ao justo valor	9 947	4 728	(4 798)	-	(2 536)	175	223	-	59	(51)	7 747
Produtos de capital em numerário	73	-	-	-	-	-	1	2	5	(45)	36
Investimentos em capital privado	294	15	(78)	-	-	-	(5)	37	60	(4)	319
Outras	5	36	-	-	(2)	-	-	1	-	-	40
Investimentos disponíveis para venda	372	51	(78)	-	(2)	-	(4)	40	65	(49)	395
Propriedade de investimento	81	114	(69)	-	-	-	(10)	-	-	-	116
Passivos da carteira de negociação	(7)	(4)	1	-	-	2	-	-	(1)	5	(4)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	(319)	-	69	-	-	-	9	-	(104)	95	(250)
Dívida emitida	(298)	-	84	-	-	-	-	-	-	-	(214)
Outras	(223)	-	-	-	204	-	(6)	-	-	9	(16)
Passivos financeiros designados ao justo valor	(840)	-	153	-	204	-	3	-	(104)	104	(480)
Derivados de taxa de juros	899	58	(1)	-	(208)	(166)	-	-	(11)	(721)	(150)
Derivados cambiais	81	-	-	-	(12)	27	-	-	(13)	(46)	37
Derivados de crédito	1 370	5	(2)	-	(29)	(128)	-	-	(69)	(1)	1 146
Derivativos de capital próprio	(970)	(220)	(14)	-	374	(43)	-	-	(16)	(7)	(896)
Derivados sobre mercadorias	(5)	-	-	-	-	4	-	-	1	-	-
Instrumentos financeiros derivados capital próprio[a]	1 375	(157)	(17)	-	125	(306)	-	-	(108)	(775)	137
Ativos e passivos detidos para venda	574	-	(574)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	13 567	5 507	(5 782)	-	(2 634)	(101)	211	40	(79)	(841)	9 888
Ativos líquidos detidos para venda, avaliados ao justo valor numa base não-recorrente											29
Total	13 567	5 507	(5 782)	-	(2 634)	(101)	211	40	(79)	(841)	9 917

Notas
a Os instrumentos financeiros derivados são representados numa base líquida. Numa base bruta, os ativos financeiros derivados são de 5 334M£ (2016: 8 546M£) e os passivos financeiros derivativos são de 5 197M£ (2016: 7 171M£).

Ativos e passivos detidos ao justo

Análise de movimentos em ativos e passivos no Nível 3

O Grupo	A 1 de janeiro de 2016	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração de resultados: Rendimento de atividade comercial	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração de resultados: Outros rendimentos	Total de ganhos ou perdas reconhecidos nos OCI	Transferências: Entrada	Transferências: Saída	A 31 de Dezembro 2016
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Dívida governamental e financiada pelo governo	320	-	(317)	-	-	-	-	-	-	-	3
Dívida empresarial	2 843	38	(48)	-	(5)	206	-	-	32	(2 097)	969
Empréstimos não suportados por ativos	507	173	(498)	-	(4)	(38)	-	-	18	(7)	151
Títulos suportados por ativos	743	129	(295)	-	(171)	111	-	-	1	(3)	515
Produtos de capital em numerário	121	4	(4)	-	-	(15)	-	-	-	(29)	77
Outras	374	55	(89)	-	(1)	30	-	-	1	(20)	350
Ativos da carteira de negociação	4 908	399	(1 251)	-	(181)	294	-	-	52	(2 156)	2 065
Empréstimos não suportados por ativos	15 963	-	-	-	(8 602)	1 155	100	-	-	-	8 616
Empréstimos suportados por ativos	256	48	(225)	-	(20)	30	-	-	112	-	201
Investimentos em capital privado	457	38	(51)	-	(3)	16	120	-	6	(21)	562
Produtos de capital em numerário	26	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	595	2 658	(2 729)	-	(33)	37	85	-	41	(86)	568
Ativos financeiros designados ao justo valor	17 297	2 744	(3 031)	-	(8 658)	1 238	305	-	159	(107)	9 947
Produtos de capital em numerário	24	52	(7)	-	-	-	3	2	-	(1)	73
Investimentos em capital privado	877	15	(254)	-	(407)	-	-	63	-	-	294
Outras	20	1	(7)	-	(16)	-	1	5	1	-	5
Investimentos disponíveis para venda	921	68	(268)	-	(423)	-	4	70	1	(1)	372
Propriedade de investimento	82	-	(3)	-	-	-	2	-	-	-	81
Passivos da carteira de negociação	-	-	(9)	-	-	(1)	-	-	-	3	(7)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	(272)	-	-	(19)	48	2	(7)	-	(301)	230	(319)
Dívida emitida	(538)	-	-	-	231	-	9	-	-	-	(298)
Outras	(244)	-	-	-	83	(48)	(2)	-	(50)	38	(223)
Passivos financeiros designados ao justo valor	(1 054)	-	-	(19)	362	(46)	-	-	(351)	268	(840)
Derivados de taxa de juros	418	45	3	-	(6)	228	-	-	294	(83)	899
Derivados cambiais	(104)	-	30	2	40	6	-	-	55	52	81
Derivados de crédito	1 685	2	(306)	-	(119)	111	-	-	3	(6)	1 370
Derivativos de capital próprio	(857)	196	7	(83)	(34)	(98)	-	-	(15)	(86)	(970)
Derivados sobre mercadorias	(506)	-	-	-	91	(3)	-	-	-	413	(5)
Instrumentos financeiros derivados capital próprio[a]	636	243	(266)	(81)	(28)	244	-	-	337	290	1 375
Ativos e passivos detidos para venda	424	126	(166)	(116)	85	-	172	-	-	49	574
Total	23 214	3 580	(4 994)	(216)	(8 843)	1 729	483	70	198	(1 654)	13 567
Passivos detidos para venda avaliados pelo justo valor numa base não recorrente											(766)
Total	23 214	3 580	(4 994)	(216)	(8 843)	1 729	483	70	198	(1 654)	12 801

Notas

a Os instrumentos financeiros derivados são representados numa base líquida. Numa base bruta, os ativos financeiros derivados são de 5 334M£ (2016: 8 546M£) e os passivos financeiros derivativos são de 5 197M£ (2016: 7 171M£).

Análise de movimentos em ativos e passivos no Nível 3

O Banco	A 1 de janeiro de 2017	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração financeira: Rendimento de atividade comercial	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração financeira: Outros rendimentos	Total de ganhos ou perdas reconhecidos em OCI	Transferências: Entrada	Transferências: Saída	A 31 de Dezembro 2017
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos da carteira de negociação	2 003	534	(214)	-	(383)	36	-	-	11	(59)	1 928
Ativos financeiros designados ao justo valor	9 135	4 657	(4 666)	-	(2 502)	(34)	193	-	15	-	6 798
Investimentos disponíveis para venda	250	14	(24)	-	-	-	(4)	28	54	(41)	277
Propriedade de investimento	16	-	(16)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos da carteira de negociação	-	(5)	-	-	-	(1)	-	-	(1)	7	-
Passivos financeiros designados ao justo valor	(467)	-	3	-	238	16	-	-	(7)	7	(210)
Instrumentos financeiros derivados líquidos[a]	1 226	(159)	(12)	-	124	(312)	-	-	(110)	(774)	(17)
Total	12 163	5 041	(4 929)	-	(2 523)	(295)	189	28	(38)	(860)	8 776
Ativos líquidos detidos para venda, avaliados ao justo valor numa base não-recorrente											-
Total	12 163	5 041	(4 929)	-	(2 523)	(295)	189	28	(38)	(860)	8 776

Análise de movimentos em ativos e passivos no Nível 3

O Banco	A 1 janeiro de 2016	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na na demonstração financeira: Rendimento de atividade comercial	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na na demonstração financeira: Outros rendimentos	Total de ganhos ou perdas reconhecidos em OCI	Transferências: Entrada	Transferências: Saída	A 31 de Dezembro 2016
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos da carteira de negociação	4 942	308	(1 019)	-	(342)	229	-	-	36	(2 151)	2 003
Ativos financeiros designados ao justo valor	16 781	2 575	(3 003)	-	(8 636)	1 159	195	-	152	(88)	9 135
Investimentos disponíveis para venda	569	14	(14)	-	(350)	-	5	27	-	(1)	250
Propriedade de investimento	13	-	-	-	-	-	3	-	-	-	16
Passivos da carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros designados ao justo valor	(708)	-	-	-	209	(32)	(2)	-	(1)	67	(467)
Instrumentos financeiros derivados líquidos[a]	235	243	25	(79)	(15)	188	-	-	338	291	1 226
Total	21 832	3 140	(4 011)	(79)	(9 134)	1 544	201	27	525	(1 882)	12 163
Ativos líquidos detidos para venda, avaliados ao justo valor numa base não-recorrente											1 318
Total	21 832	3 140	(4 011)	(79)	(9 134)	1 544	201	27	525	(1 882)	13 481

Nota

a Os instrumentos financeiros derivados são representados numa base líquida. Numa base bruta, os ativos financeiros derivados são de 5 332M£ (2016: 8 541M£) e os passivos financeiros derivados são de 5 349M£ (2016: 7 315M£).

Ativos e passivos detidos ao justo

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Ganhos e prejuízos não realizados em ativos e passivos financeiros de Nível 3

A tabela abaixo divulga os ganhos e prejuízos não realizados reconhecidos no ano, decorrentes de ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no fim do ano:

Ganhos e perdas não realizados reconhecidos durante o período, em ativos e passivos de Nível 3 detidos no fim do ano

O Grupo A 31 de Dezembro	2017 Demonstração de Resultados Atividade comercial M£	Outros rendimentos M£	Outros rendimentos integrais M£	Total M£	2016 Demonstração de Resultados Atividade comercial M£	Outros rendimentos M£	Outros rendimentos integrais M£	Total[a] M£
Ativos da carteira de negociação	**(34)**	**-**	**-**	**(34)**	243	-	-	243
Ativos financeiros designados ao justo valor	**147**	**200**	**-**	**347**	227	271	-	498
Investimentos disponíveis para venda	**-**	**(4)**	**29**	**25**	-	6	70	76
Propriedade de investimento	**-**	**(10)**	**-**	**(10)**	-	2	-	2
Passivos da carteira de negociação	**3**	**-**	**-**	**3**	(1)	-	-	(1)
Passivos financeiros designados ao justo valor	**58**	**10**	**-**	**68**	96	(6)	-	90
Instrumentos financeiros derivados líquidos	**(301)**	**-**	**-**	**(301)**	175	-	-	175
Ativos e passivos detidos para venda	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	128	**-**	128
Total	**(127)**	**196**	**29**	**98**	740	401	70	1 211

Nota
a O ganho não realizado de 1 211M£ nos ativos de Nível 3 em 2016 foi fortemente atenuado pelas perdas nas coberturas das carteiras de Nível 2 e Nível 1 associadas.

Ganhos e prejuízos não realizados reconhecidos durante o período, em ativos e passivos de Nível 3 detidos no fim do período

O Banco A 31 de Dezembro	2017 Demonstração de Resultados Atividade comercial M£	Outros rendimentos M£	Outros rendimentos integrais M£	Total M£	2016 Demonstração de Resultados Atividade comercial M£	Outros rendimentos M£	Outros rendimentos integrais M£	Total[a] M£
Ativos da carteira de negociação	**(20)**	**-**	**-**	**(20)**	238	-	-	238
Ativos financeiros designados ao justo valor	**158**	**217**	**-**	**375**	155	194	-	349
Ativos disponíveis para venda	**-**	**(4)**	**28**	**24**	-	5	27	32
Propriedade de investimento	**-**	**-**	**-**	**-**	-	2	-	2
Passivos da carteira de negociação	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-
Passivos financeiros designados ao justo valor	**58**	**-**	**-**	**58**	97	-	-	97
Instrumentos financeiros derivados líquidos	**(307)**	**-**	**-**	**(307)**	167	-	-	167
Total	**(111)**	**213**	**28**	**130**	657	201	27	885

Nota
a O ganho não realizado de 885M£ nos ativos de Nível 3 em 2016 foi fortemente atenuado pelas perdas nas coberturas das carteiras de Nível 2 e Nível 1 associadas.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade das avaliações utilizando dados não observáveis

O Grupo A 31 de Dezembro	2017				2016			
	Alterações favoráveis		Alterações desfavoráveis		Alterações favoráveis		Alterações desfavoráveis	
	Demonstração de resultados M£	Capital próprio M£	Demonstração de resultados M£	Capital próprio M£	Demonstração de resultados M£	Capital próprio M£	Demonstração de resultados M£	Capital próprio M£
Derivados de taxa de juros	**114**	**-**	**(138)**	**-**	209	-	(249)	-
Derivados cambiais	**6**	**-**	**(6)**	**-**	15	-	(15)	-
Derivados de crédito	**106**	**-**	**(79)**	**-**	127	-	(133)	-
Derivativos de capital próprio	**99**	**-**	**(99)**	**-**	163	-	(164)	-
Derivados sobre mercadorias	**3**	**-**	**(3)**	**-**	5	-	(5)	-
Dívida empresarial	**4**	**-**	**(3)**	**-**	7	-	(2)	-
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	(1)	-
Empréstimos não suportados por ativos	**243**	**-**	**(468)**	**-**	462	-	(597)	-
Títulos suportados por ativos	**1**	**-**	**-**	**-**	1	-	(1)	-
Dívida emitida	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-
Produtos de capital em numerário	**12**	**24**	**(8)**	**(24)**	12	26	(11)	(26)
Investimentos em capital privado	**133**	**13**	**(138)**	**(13)**	104	18	(104)	(21)
Ativos e passivos detidos para venda	**-**	**-**	**-**	**-**	3	-	(3)	-
Outros[a]	**5**	**-**	**(5)**	**-**	155	-	(113)	-
Total	**726**	**37**	**(947)**	**(37)**	1 263	44	(1 398)	(47)

Nota
a A categoria Outros inclui empréstimos imobiliários comerciais, fundos e produtos relacionados, empréstimos suportados por ativos, mercadorias físicas e propriedade de investimento.

O efeito de acentuar os dados não observáveis face a um conjunto de alternativas razoavelmente possíveis, juntamente com a consideração do impacto da utilização de modelos alternativos, seria um aumento nos justos valores até 763M£ (2016: 1 307M£) ou uma diminuição nos justos valores até 984M£ (2016: 1 445M£). O potencial efeito teria um impacto significativo sobre os ganhos e as perdas, e não sobre as reservas.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Dados observáveis significativos

A tabela que se segue apresenta as técnicas de avaliação e dados não observáveis para ativos e passivos reconhecidos ao justo valor e classificados como Nível 3, com o conjunto de valores usados para os dados não observáveis significativos:

O Grupo	Técnica(s) de avaliação	Dados observáveis significativos	2017 Interv Mín	2017 Interv Máx	2016 Interva Mín	2016 Interva Máx	Unidades[a]
Instrumentos financeiros derivados[b]							
Taxa de juro derivado	Fluxos de caixa descontados	Futuros da inflação	**1**	**3**	(1)	8	%
		Spread de crédito	**45**	**1 320**	25	1 669	bps
	Fixação de preços comparável	Preço	**-**	**100**	-	100	pontos
	Modelo de opção	Volatilidade da inflação	**35**	**201**	35	207	vol. pb
		Correlação IR - IR	**(24)**	**99**	(26)	98	%
		Correlação FX - IR	**(30)**	**24**	(15)	81	%
		Volatilidade das taxas de juros	**5**	**353**	9	295	vol. pb
Derivados de crédito	Fluxos de caixa descontados	Spread de crédito	**122**	**190**	133	274	bps
Derivativos de capital próprio	Modelo de opção	Volatilidade do capital próprio	**3**	**92**	1	150	%
		Correlação capital - capital	**(100)**	**100**	(90)	100	%
		Correlação capital - FX	**(100)**	**45**	(80)	25	%
	Fluxos de caixa descontados	Margem descontada	**(105)**	**301**	(130)	331	bps
Instrumentos financeiros não derivativos							
Empréstimos não suportados por ativos	Fluxos de caixa descontados	Spread de empréstimos	**30**	**596**	30	1 495	bps
		Preço	**-**	**50**	-	99	pontos
	Fixação de preços comparável	Preço	**-**	**100**	-	100	pontos
Dívida empresarial	Fixação de preços comparável	Preço	**-**	**100**	-	121	pontos
	Fluxos de caixa descontados	Spread de crédito	**140**	**190**	145	190	bps
Títulos suportados por ativos	Fixação de preços comparável	Preço	**-**	**99**	-	270	pontos
Investimentos em capital privado	Múltiplo de EBITDA	Múltiplo de EBITDA	**8**	**13**	5	17	múltiplo

Notas

a As unidades usadas para divulgar intervalos para dados significativos não observáveis são percentagens, pontos e pontos base. Os pontos são uma percentagem do valor nominal; Por exemplo, 100 pontos equivalem a 100% do valor nominal. Um ponto base equivale a 1/100 de 1%; por exemplo, 150 pontos base equivalem a 1,5%.

b Alguns instrumentos derivados são classificados como Nível 3, devido à existência de dados significativos não observáveis referentes ao spread de crédito no cálculo do Ajustamento da Avaliação de Crédito para os instrumentos. O intervalo dos spreads de crédito significativos não observáveis situa-se entre os 31 e os 596 pontos base (2016: 65-874 pontos base).

A secção seguinte descreve os dados não observáveis significativos identificados na tabela anterior, e a sensibilidade da mensuração do justo valor dos instrumentos classificados como ativos ou passivos de Nível 3 a aumentos nos dados não observáveis significativos. Nos casos em que as sensibilidades são descritas, a relação inversa aplica-se também na generalidade.

Nos casos em que podem ser identificadas inter-relações fiáveis entre os dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do justo valor, está incluída abaixo uma descrição dessas inter-relações.

Futuros

Um preço ou taxa aplicáveis a uma transação financeira a decorrer no futuro.

Geralmente, um aumento significativo num futuro em isolamento resultará num aumento no justo valor para o recetor contratado do elemento subjacente (moeda, título, produto de base, etc.), mas a sensibilidade depende dos termos específicos do instrumento.

Spread de crédito

Normalmente, os *spreads* de crédito representam a diferença de rendimento entre um instrumento e um título de referência ou uma taxa de referência. Os *spreads* de crédito refletem o rendimento adicional de que um participante do mercado necessita para ficar exposto ao risco de crédito de um instrumento, e fazem parte do rendimento usado no cálculo do fluxo de caixa descontado.

Em geral, um aumento significativo num *spread* de crédito em isolamento poderá resultar num decréscimo no justo valor para o titular de um ativo em numerário.

Para um instrumento derivado, um aumento significativo num *spread* em isolamento poderá resultar num movimento num aumento ou decréscimo no justo valor consoante os termos específicos do instrumento.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Volatilidade

A volatilidade é uma medida da variabilidade ou incerteza nos retornos do elemento base de um derivado. Representa uma estimativa de qual será a alteração ao longo do tempo no valor de um determinado instrumento, parâmetro ou índice subjacente. Em geral, as volatilidades serão deduzidas a partir dos preços de opção observados. Para opções não observáveis, a volatilidade implícita pode refletir pressupostos adicionais sobre a natureza do risco subjacente, bem como o perfil do preço de exercício/maturidade de um contrato de opção específico.

Geralmente, um aumento significativo na volatilidade em isolamento resultará num aumento no justo valor para o titular de uma opção simples, mas a sensibilidade depende dos termos específicos do instrumento.

Podem haver mais inter-relações entre volatilidades não observáveis e outros dados não observáveis (ex. quando os preços do capital próprio caem, as volatilidades do capital próprio implícitas costumam subir) mas estes são específicos aos mercados individuais e podem variar com o tempo.

Correlação

A correlação é uma mensuração da relação entre os movimentos de duas variáveis. A correlação é um dado essencial na avaliação de contratos de derivados com mais de um instrumento subjacente. A correlação do crédito refere-se geralmente à correlação entre os processos de incumprimento para os itens individuais que compõem o conjunto de referência de uma estrutura de CDO.

Um aumento significativo na correlação em isolamento pode resultar num aumento ou decréscimo no justo valor consoante os termos específicos do instrumento.

Preço comparável

Os preços comparáveis de instrumentos são usados na avaliação através do cálculo de um rendimento implícito (ou *spread* sobre uma referência líquida) a partir do preço de uma obrigação observável comparável e, em seguida, do ajuste do rendimento (ou *spread*) para se obter um valor para tomar em consideração diferenças relevantes tais como a maturidade ou a qualidade de crédito. Alternativamente, pode ser assumida uma base preço-a-preço entre o instrumento comparável e os instrumentos não observáveis a fim de estabelecer o valor da obrigação.

Em geral, um aumento significativo no preço comparável em isolamento resultará num aumento no preço de um instrumento não observável. Para os derivados, uma alteração no preço comparável em isolamento pode resultar num aumento ou decréscimo no justo valor, consoante os termos específicos do instrumento.

Spread de empréstimos

Normalmente, os *spreads* de empréstimos representam a diferença de rendimento entre um instrumento e um título de referência ou taxa de referência. Normalmente, os *spreads* de empréstimos refletem a qualidade do crédito, o nível de ativos comparáveis, tais como obrigações, e outros fatores, e fazem parte do rendimento usado no cálculo de fluxo de caixa descontado.

A carteira ESHLA consiste principalmente em empréstimos de longo prazo e de taxa fixa concedidos a contrapartes na área da educação, habitação social e autoridade local do Reino Unido. Os empréstimos são classificados como Nível 3 na hierarquia do justo valor devido à sua natureza ilíquida e à importância para a avaliação dos *spreads* de empréstimos não observáveis. A incerteza da avaliação resulta da natureza de longo prazo da carteira, da ausência de mercado secundário nos empréstimos e na ausência dos *spreads* de empréstimos observáveis. A maioria dos empréstimos ESHLA são concedidos a mutuários em áreas fortemente regulamentadas que representam um risco de crédito extremamente baixo e têm uma história de incumprimento nula desde o início. Embora o *spread* de crédito global varie entre os 30 e os 596 pontos base (2016: 30 a 1 495 pontos base), a grande maioria dos *spreads* estão concentrados no fundo deste intervalo, e 99% dos empréstimos nocionais são avaliados com *spreads* inferiores a 200 pontos base, de forma consistente pare ambos os anos.

Em geral, um aumento significativo num *spread* de crédito em isolamento resultará num decréscimo no justo valor do empréstimo.

Perda dado o incumprimento (Loss given default - LGD)

A perda dado o incumprimento representa o prejuízo esperado sobre a liquidação da garantia como percentagem do saldo devedor.

Em geral, um aumento significativo no LGD em isolamento irá traduzir-se numa recuperação mais baixa e na descida dos fluxos de caixa estimados para pagar à titularização, resultando num movimento no justo valor que é desfavorável ao titular do produto titularizado.

Múltiplo de EBITDA

O múltiplo de EBITDA é a relação entre a avaliação de um investimento e os Resultados Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA). Geralmente, um aumento significativo no múltiplo resultará num aumento no justo valor do investimento.

Ajustamentos do justo valor

Os principais ajustes de avaliação do balanço do Grupo são quantificados em seguida:

	2017 M£	2016 M£
Ajustes ao preço de saída derivados dos *spreads* de compra/venda do mercado	**(391)**	(475)
Financiamento de derivados não garantidos	**(45)**	(82)
Ajustes na avaliação de crédito derivado	**(103)**	(237)
Ajustes à avaliação de débito derivado	**131**	242

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Ajustes ao preço de saída derivados dos spreads de compra/venda do mercado

O Grupo utiliza preços médios de mercado nos casos em que é criador de mercado e em que tem a capacidade de fazer transações a preço médio ou melhor (que é o caso para certas ações, obrigações e mercados de derivados de tipo corrente). Para outros ativos e passivos financeiros, os ajustes de compra e venda são registados de forma a refletir o preço para a estratégia de fecho esperada. A metodologia para determinar o ajuste de compra e venda de uma carteira de derivados envolve o cálculo da exposição ao risco líquido através da compensação de posições longas e curtas por exercício e prazo, de acordo com a estratégia de gestão de riscos e de cobertura.

Os níveis de compra e venda são geralmente derivados de cotações de mercado, tais como os dados dos corretores. Os instrumentos menos líquidos podem não ter um nível de compra/venda diretamente observável. Nesses casos pode haver um ajuste do preço de saída derivado do nível de compra/venda observável para um instrumento líquido comparável, ou determinado através da calibração para preços derivados, ou da análise de historial e cenários.

Os ajustes ao preço de saída derivados do spreads de compra/venda no mercado foram reduzidos em 84M£, para 391M£, devido à redução do risco e à restrição do spread.

Abordagens de desconto para instrumentos derivados *Com garantia*

De acordo com a prática de mercado, a metodologia para descontar derivados com garantias tem em conta a natureza e a moeda da garantia que pode ser depositada dentro do CSA relevante. Esta abordagem de desconto que contempla o CSA reconhece a opção "de entrega mais barata" que reflete a capacidade da parte que deposita a garantia para alterar a moeda da garantia.

Sem garantia

É aplicado um ajuste do justo valor de 45M£ para justificar o impacto da inclusão do custo de financiamento na avaliação das carteiras de derivados sem garantia e com garantia parcial nos casos em que os termos do acordo não permitem a reafetação das garantias recebidas. Este ajuste é referido como o "ajuste do justo valor de financiamento" (FFVA). O FFVA diminuiu em 37M£ para um total de 45M£, principalmente como resultado de desenvolvimentos comerciais substanciais.

O FFVA é determinado pelo cálculo da exposição esperada líquida ao nível da contraparte e pela aplicação de uma taxa de financiamento à exposição que reflita o custo de financiamento no mercado. As taxas internas do Tesouro do Barclays são utilizadas como dados para o cálculo. A abordagem tem em conta a probabilidade de incumprimento de cada contraparte, bem como quaisquer cláusulas de rescisão obrigatórias.

O FFVA inclui um fator de escalonamento que é uma estimativa da medida em que o custo de financiamento é incluído nos níveis negociados observados. Ao calibrar o fator de escalonamento, existe o pressuposto de que os Ajustes de Avaliação de Crédito (CVA) e Ajustes de Avaliação de Débito (DVA) são mantidos como componentes de avaliação incluídos em tais níveis. O efeito da inclusão desse fator de escalonamento em 31 de dezembro de 2017 foi a redução do FFVA em 138M£ (2016: 246M£).

A abordagem acima é utilizada desde 2012 sem alterações significativas.

O Barclays continua a acompanhar as práticas e a atividade do mercado para garantir que a abordagem à avaliação de derivados sem garantia permanece adequada. Esta abordagem tem sido utilizada desde 2012, sem alterações significativas.

Ajuste à avaliação de crédito e débito derivado

Os CVA e DVA são incluídos nas avaliações de derivados de modo a refletir o impacto sobre o justo valor do risco de crédito da contraparte e a própria qualidade de crédito do Barclays, respetivamente. Estes ajustamentos são calculados para derivativos sem garantia e com garantia parcial em todas as classes de ativos. Os CVA e DVA são calculados usando as estimativas de exposição no momento do incumprimento, a probabilidade de incumprimento e as taxas de recuperação, ao nível da contraparte. As contrapartes incluem, mas não estão limitadas a, empresas, entidades e agências soberanas, entidades supranacionais.

A exposição ao incumprimento é geralmente estimada através da simulação dos fatores de risco subjacentes, pela aproximação com uma estrutura mais simples, ou usando o preço de mercado atual ou baseado em cenários como estimativa da exposição futura.

A probabilidade de incumprimento e as informações relativas à taxa de recuperação são geralmente provenientes dos mercados de CDS. Quando estas informações não estão disponíveis ou são consideradas pouco fiáveis, são seguidas abordagens alternativas com base no levantamento de ratings de contraparte internos sobre informações acerca de incumprimento ou recuperação históricos ou baseados no mercado. Em particular, isto aplica-se a entidades soberanas, onde o efeito da utilização dos pressupostos de recuperação implícitos nos níveis de CDS implicaria um aumento de 50M£ (2016: 95M£) no CVA.

A correlação entre o crédito da contraparte e os fatores de risco derivados subjacentes , denominado "wrong way" ou "right way" não é incluído sistematicamente no cálculo do CVA, mas é ajustado nos casos em que a exposição subjacente está diretamente relacionada com a contraparte.

O CVA diminuiu 134M£ para um total de 103M£, devido sobretudo às reduções no vencimento médio da carteira, impulsionadas por desenvolvimentos comerciais. O DVA caiu 111M£ para um total de 131M£, devido sobretudo à restrição dos spreads de crédito do Barclays e a desenvolvimentos comerciais.

Isenções em carteira

O Grupo utiliza a isenção em carteira na IFRS 13 *Mensuração do Justo Valor* para medir o justo valor dos grupos de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos são medidos utilizando o preço que seria recebido para vender uma posição longa líquida (ou seja, um ativo), para uma exposição ao risco específica, ou para transferir uma posição curta líquida (ou seja, um passivo), para uma exposição ao risco específica numa transação normal entre participantes do mercado à data do balanço, em condições de mercado atuais. Por conseguinte, o Grupo mede o justo valor do grupo de ativos e passivos financeiros de forma consistente com a forma como os participantes do mercado definiriam o preço para a exposição ao risco líquida à data da mensuração.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Ganhos não reconhecidos em resultado da utilização de modelos de avaliação utilizando dados não observáveis

Para instrumentos em que o justo valor não pode ser demonstrado recorrendo a dados de mercado observáveis, o reconhecimento inicial ocorre ao preço da transação, mediante o reconhecimento de uma reserva para a diferença entre o justo valor não observável e o preço de transação.

Para instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor numa base contínua, a reserva foi de 109M£ (2016: 179M£). Em 2017, registaram-se acréscimos de 34M£ (2016: 29M£) e amortizações e libertações no valor de 104M£ (2016: 37M£).

Melhorias da qualidade de crédito a terceiros

Os certificados estruturados e intermediados de depósito emitidos pelo Barclays são segurados até 250.000 $ por depositante pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) nos EUA. A FDIC é financiada pelos prémios que o Barclays e outros bancos pagam para a cobertura de seguro de depósito. O valor contabilístico destes certificados de depósito emitidos que são designados na opção pelo justo valor IAS 39 inclui esta melhoria da qualidade de crédito a terceiros. O valor em balanço destes certificados intermediados de depósito totalizou 4.070M£ (2016: 3.905M£).

Comparação da quantia escriturada e dos justos valores

As tabela seguintes resume o justo valor dos activos e passivos financeiros avaliados a custo amortizado no balanço do Grupo:

O Grupo	2017					2016				
A 31 de Dezembro	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Nível 1 M£	Nível 2 M£	Nível 3 M£	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Nível 1 M£	Nível 2 M£	Nível 3 M£
Ativos financeiros										
Detidos até ao vencimento	**5 109**	**5 285**	**5 285**	**-**	**-**	5 176	5 347	5 347	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**36 209**	**36 205**	**3 701**	**32 504**	**-**	43 634	43 611	7 287	35 339	985
Empréstimos e adiantamentos a clientes:										
– Empréstimos para habitação	**147 002**	**145 262**	**-**	**-**	**145 262**	144 765	141 150	-	-	141 150
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	**55 767**	**55 106**	**655**	**-**	**54 451**	57 808	57 698	737	42	56 919
– Valores a receber de locações financeiras[a]	**2 854**	**2 964**				1 602	1 598			
– Crédito a empresas	**159 930**	**157 891**	**-**	**109 140**	**48 751**	188 608	186 720	401	126 577	59 742
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhante	**12 546**	**12 546**	**-**	**12 546**	**-**	13 454	13 454	-	13 454	-
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[b]	**1 164**	**1 195**	**-**	**-**	**1 195**	43 593	44 838	1 070	4 614	39 154
Passivos financeiros										
Depósitos de bancos	**(37 906)**	**(37 911)**	**(4 375)**	**(33 536)**	**-**	(48 214)	(48 212)	(5 256)	(42 895)	(61)
Contas de clientes:										
– Contas correntes e à ordem	**(146 255)**	**(146 232)**	**(146 232)**	**-**	**-**	(138 195)	(138 188)	(127 258)	(10 912)	(18)
- Contas poupança	**(134 339)**	**(134 369)**	**(134 369)**	**-**	**-**	(133 344)	(133 370)	(120 471)	(12 891)	(8)
– Outros depósitos a prazo	**(148 832)**	**(148 898)**	**(62 750)**	**(80 297)**	**(5 851)**	(153 164)	(153 165)	(48 853)	(97 773)	(6 539)
Títulos de divida em circulação	**(69 386)**	**(70 824)**	**-**	**(68 503)**	**(2 321)**	(75 369)	(76 408)	(196)	(74 149)	(2 063)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	**(40 338)**	**(40 338)**	**-**	**(40 338)**	**-**	(19 760)	(19 760)	-	(19 760)	-
Passivos subordinados	**(24 193)**	**(25 451)**	**-**	**(25 451)**	**-**	(23 871)	(25 035)	-	(25 035)	-
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[b]	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(51 775)	(51 788)	(22 264)	(28 998)	(526)

Notas

a A hierarquia do justo valor para valores a receber de locações financeiras não é exigida no âmbito da norma.

b Os grupos de alienação detidos para venda e avaliados pelo justo valor, deduzido do custo de venda, estão incluídos na tabela do justo valor.

Ativos e passivos detidos ao justo

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

O Banco	2017					2016[a]				
A 31 de Dezembro	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Nível 1 M£	Nível 2 M£	Nível 3 M£	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Nível 1 M£	Nível 2 M£	Nível 3 M£
Ativos financeiros										
Detidos até ao vencimento	**5 109**	**5 285**	**5 285**	**-**	**-**	5 176	5 347	5 347	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**37 255**	**37 330**	**247**	**37 083**	**-**	36 391	36 528	1 424	34 190	914
Empréstimos e adiantamentos a clientes:										
– Empréstimos para habitação	**146 052**	**144 311**	**-**	**-**	**144 311**	143 763	140 152	-		140 152
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	**31 542**	**30 972**	**655**	**-**	**30 317**	31 204	31 003	737		30 266
– Locações financeiras a receber	**-**	**-**				-	-			
– Crédito a empresas	**211 366**	**209 309**	**-**	**161 671**	**47 638**	248 157	246 301		176 104	70 197
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**22 964**	**22 964**	**-**	**22 964**	**-**	22 941	22 941	-	22 941	-
Passivos financeiros										
Depósitos de bancos	**(38 364)**	**(38 364)**	**(4 047)**	**(34 317)**	**-**	(50 464)	(50 462)	(4 946)	(45 424)	(92)
Contas de clientes:										
– Contas correntes e à ordem	**(203 347)**	**(203 325)**	**(140 143)**	**(63 106)**	**(76)**	(202 203)	(202 196)	(110 028)	(84 089)	(8 079)
- Contas poupança	**(126 794)**	**(126 824)**	**(126 824)**	**-**	**-**	(125 940)	(125 966)	(113 069)	(12 891)	(6)
– Outros depósitos a prazo	**(117 938)**	**(117 952)**	**(60 615)**	**(51 483)**	**(5 854)**	(102 858)	(102 888)	(42 982)	(45 997)	(13 909)
Títulos de divida em circulação	**(55 874)**	**(56 758)**	**-**	**(56 580)**	**(178)**	(60 864)	(61 545)	(160)	(61 385)	-
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	**(49 883)**	**(49 883)**	**-**	**(49 883)**	**-**	(29 226)	(29 167)	-	(29 167)	-
Passivos subordinados	**(24 203)**	**(25 222)**	**-**	**(25 222)**	**-**	(23 878)	(25 021)	-	(25 021)	-

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para melhor refletir a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

O justo valor é uma estimativa do preço que seria recebido mediante a venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado à data de medição.Visto que existe uma vasta gama de técnicas de avaliação frequentemente disponíveis, pode ser apropriado comparar diretamente esta informação do justo valor com fontes independentes de mercado ou outras instituições financeiras. Diferentes metodologias e suposições de avaliação podem ter um impacto significativo nos justos valores que têm por base dados não observáveis.

Ativos financeiros
O valor contabilístico dos ativos financeiros detidos ao custo amortizado (incluindo empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes, e outros empréstimos como acordos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo) é determinado de acordo com a política contabilística indicada na Nota 21.

Empréstimos e adiantamentos a bancos
O justo valor de empréstimos e adiantamentos, para efeitos desta divulgação, resulta do desconto de fluxos de caixa esperados, de um modo que reflita o preço de mercado atual para o empréstimo a mutuários com qualidade de crédito semelhante. Nos casos em que os dados de mercado ou a informação de crédito sobre os mutuários subjacentes não estão disponíveis, serão aplicadas várias técnicas de aproximação/extrapolação para determinar as taxas de desconto apropriadas.

Há uma diferença mínima entre o justo valor e o valor contabilístico devido à natureza de curto prazo do empréstimo (i.e. predominantemente depósitos de um dia para o outro) e a elevada qualidade do crédito das contrapartes.

Empréstimos e adiantamentos a clientes
O justo valor dos empréstimos e adiantamentos aos clientes, para fins desta divulgação, são derivados dos descontos de fluxos de caixa esperados, de forma a refletir o preço de mercado atual para empréstimos aos emitentes de qualidade de crédito semelhante.

Para crédito a retalho (isto é, empréstimos à habitação e cartões de crédito) são usados modelos de fluxo de caixa com descontos adaptados maioritariamente para avaliar o valor justo de diferentes tipos de produtos. Por exemplo, para os créditos à habitação são usados diferentes modelos para estimar os justos valores dos produtos de rastreio, compensação e hipotecas de taxa fixa. Os dados chave para estes modelos são os diferenciais entre as margens históricas e actuais dos produto, e as taxas de pré-pagamento esperadas.

O desconto do justo valor para o montante de transporte de créditos à habitação para o Grupo decresceu para 1,2% (2016: 2,5%) e para o Banco decresceu para 1,2% (2016: 2,5%), ambos devido a alterações no misto de produtos na carteira de empréstimos e movimentos em margens de produtos.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos empréstimos corporativos calculados pelo uso de técnicas de fluxo de caixa sujeitas a desconto onde os valores brutos de empréstimo são descontados à taxa da diferença entre margens contratuais e índices de referência (hurdle rate) ou spreads onde o Barclays cobra uma margem sobre a LIBOR dependendo da qualidade de crédito e do prejuízo devido ao incumprimento, bem como aos anos até à maturidade. O desconto entre o valor de transporte e o valor justo para o Grupo aumentou para 1,3% (2016: 1,0%) e para o Banco aumentou 1,0% (2016: 0,7%).

Acordos de revenda

O justo valor dos acordos de revenda aproxima o valor contabilístico, já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo e totalmente garantidos.

Passivos financeiros

A quantia escriturada dos passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado (incluindo contas de cliente, outros depósitos, acordos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo, títulos de dívida em emissão, passivos subordinados) é determinada de acordo com a política contabilística na página 21.

Depósitos de bancos e contas de clientes

Em muitos casos, o justo valor divulgado aproxima-se do valor contabilístico porque os instrumentos são de natureza de curto prazo ou têm taxas de juros que são reapreçadas com frequência, tais como as contas de clientes e outros depósitos, e títulos de dívida de curto prazo.

O justo valor para todos os depósitos com maturidades a longo prazo, maioritariamente depósitos a prazo, são calculados utilizando fluxos de caixa com redução, aplicando tanto as taxas de mercado como as taxas atuais para depósito de maturidades restantes semelhantes. Consequentemente, o desconto do valor justo é mínimo. Existiram transferências de34.163M£ em depósitos de bancos e clientes de Nível 2 para Nível 1, que refletem a observação do mercado no que toca a estes produtos.

Títulos de divida em circulação

Valores justos de outros títulos de dívida em emissão baseiam-se em preços de mercado quando disponíveis, ou quando os instrumentos são de curto prazo, a quantia em transporte aproximasse do valor justo. A diferença do valor justo para o Grupo aumentou para 2,1% (2016: 1,4%) e para o Banco aumentou para 1,6% (2016: 1,1%).

Acordos de recompra

O justo valor dos acordos de recompra aproxima os valores contabilísticos, já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo.

Passivos subordinados

Os justos valores para capital de empréstimo obsoleto e não obsoleto, convertível e não convertível, baseiam-se nas taxas de mercado cotadas para o emitente em questão ou para emitentes com prazos e condições semelhantes.

18 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

De acordo com o IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, o Grupo apresenta ativos e passivos financeiros numa base líquida no saldo apenas se existir um direito executório legal para compensar as importâncias reconhecidas e se houver intenção de liquidação numa base líquida, ou de realizar um ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A seguinte tabela mostra o impacto de acordos de compensação:

- todos os ativos e passivos líquidos indicados no balanço
- Todos os instrumentos financeiros derivados e acordos de revenda inversa e outros empréstimos garantidos similares e acordos de empréstimo que estão sujeitos a acordos gerais de compensação executáveis ou acordos similares, mas não se qualificam para a compensação do balanço.

A tabela identifica os montantes que foram compensados no balanço e também os valores que estão cobertos por acordos de compensação executáveis (acordos de compensação e garantia financeira), mas não se qualificam para a compensação de acordo com os requisitos da IAS 32 descrita acima.

Os 'valores líquidos' apresentados na página seguinte não se destinam a representar a exposição real do Grupo ao risco de crédito, uma vez que é utilizada uma variedade de estratégias de mitigação de crédito, além de acordos de compensação e garantia.

18 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros continuação

O Grupo	Quantias sujeitas a acordos de compensação executáveis							
	Efeitos da compensação no balanço			Valores relacionados não compensados[a]			Quantias não sujeitas a acordos de compensação aplicáveis[c]	Folha de balanço total[d]
	Valores brutos	Montantes compensados[b]	Valores indicados no balanço	Instrumentos financeiros	Garantia financeira	Valore líquidos		
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos financeiros derivados	**257 199**	**(21 638)**	**235 561**	**(184 265)**	**(39 262)**	**12 034**	**2 426**	**237 987**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares[e]	**326 340**	**(223 495)**	**102 845**	**-**	**(102 380)**	**465**	**9 741**	**112 586**
Ativos totais	**583 539**	**(245 133)**	**338 406**	**(184 265)**	**(141 642)**	**12 499**	**12 167**	**350 573**
Passivos financeiros derivados	**(253 030)**	**21 065**	**(231 965)**	**184 265**	**36 444**	**(11 256)**	**(6 380)**	**(238 345)**
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares[e]	**(374 616)**	**223 495**	**(151 121)**	**-**	**151 073**	**(48)**	**(15 908)**	**(167 029)**
Passivos totais	**(627 646)**	**244 560**	**(383 086)**	**184 265**	**187 517**	**(11 304)**	**(22 288)**	**(405 374)**
A 31 de dezembro de 2016								
Ativos financeiros derivados	353 078	(11 934)	341 144	(273 602)	(49 923)	17 619	5 676	346 820
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares[e]	257 430	(187 262)	70 168	-	(69 932)	236	6 448	76 616
Ativos totais	610 508	(199 196)	411 312	(273 602)	(119 855)	17 855	12 124	423 436
Passivos financeiros derivados	(345 752)	10 962	(334 790)	273 602	47 383	(13 805)	(5 697)	(340 487)
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares[e]	(257 854)	187 262	(70 592)	-	68 897	(1 695)	(4 878)	(75 470)
Passivos totais	(603 606)	198 224	(405 382)	273 602	116 280	(15 500)	(10 575)	(415 957)

Notas

a Garantias financeiras de 39.262M£ (2016: 49.923M£) foram recebidas relativas a ativos derivativos, incluindo 33.092M£ (2016: 41.641M£) de garantias de caixa e 6.170M£ (2016: 8.282M£) de garantias não monetárias. Foram depositadas garantias financeiras no valor de 36.444M£ (2016: 47.383M£) referentes a passivos derivados, incluindo 32.575M£ (2016: 43.763M£) de garantias em numerário e 3.869M£ (2016: 3.620M£) de garantias não monetárias. As quantias das garantias são limitadas à exposição líquida de balanço, de forma a não incluir sobregarantias. Dos 33.092M£ (2016: 41.641M£) detidos em garantia em numerário, 19.351M£ (2016: 26.834M£) foram englobados nos depósitos de bancos e 13.741M£ (2016: 14.807M£), foram englobados nas contas de clientes. Dos 32.575M£ (2016: 43.763M£) em garantias em numerário depositadas, 14.493M£ (2016: 17.587M£) foram englobados nos empréstimos e adiantamentos a bancos, e 18.082M£ (2016: 26.176M£) foram englobados nos empréstimos e adiantamentos a clientes.

b Os montantes compensados para Ativos financeiros derivados inclui garantias em numerário liquidadas no valor de 2 393M£ (2016: 972M£). Os montantes compensados para Passivos financeiros derivados incluem garantias em numerário liquidadas de 1 820M£ (2016: 0M£). Os ativos e passivos de liquidações foram compensados totalizando 13 241M£ (2016: 10 486M£). Não foram compensados no balanço quaisquer outros ativos ou passivos financeiros significativos reconhecidos. Assim, as únicas categorias do balanço necessárias para a inclusão na tabela são as que foram apresentadas acima.

c Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação que estão sujeitos a incerteza sob as leis da jurisdição em questão.

d O balanço total é a soma de 'valores líquidos apurados no balanço', sujeitos a acordos de compensação executáveis e 'valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis'.

e Os Acordos de Recompra e Revenda incluem instrumentos a custo amortizado e instrumentos designados ao justo valor através de lucros e prejuízos. Os Acordos de Revenda e outros empréstimos com garantia semelhantes, no valor de 112 586M£ (2016: 76 616M£) estão divididos entre justo valor, 100 040M£ (2016: 63 162M£) e custo amortizado, 12 546M£ (2016: 13 454M£). Os Acordos de Revenda e outros empréstimos contraídos com garantia semelhantes, no valor de 167 029M£ (2026: 75 470M£) estão divididos entre justo valor, 126 691M£ (2016: 55 710M£) e custos amortizados 40 338M£ (2016: 19 760M£).

Ativos e passivos derivativos

A coluna 'Instrumentos Financeiros' identifica ativos e passivos financeiros sujeitos a pagamento sob acordos de compensação, como o ISDA Master Agreement ou acordos de troca de derivativos ou contraparte de liquidação, em que todas as operações em aberto com a mesma contraparte podem ser compensadas com vencimento antecipado e aplicado em todas as transações pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

Garantia financeira refere-se às garantias, em numerário ou não, obtidas geralmente diária ou semanalmente, para cobrir a exposição líquida entre as contrapartes, permitindo que a garantia seja realizada no caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

Acordos de recompra e de revenda e outros créditos garantidos de forma similar

A coluna "Montantes Compensados"' identifica os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação por acordos específicos, tais como Acordos Globais de Recompra e Acordos Globais para Empréstimo de Títulos, em que todas as operações em aberto com a mesma contraparte possam ser compensadas, aplicando-se a compensação a todas as transações pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou de outros eventos previamente estabelecidos.

A garantia financeira inclui tipicamente títulos de alta liquidez, que são legalmente transferidos e podem ser liquidados em caso de incumprimento da contraparte.

Estes acordos de compensação e garantia, juntamente com outras estratégias de mitigação do risco de crédito utilizadas pelo Grupo, são explicados em maior detalhe na secção de Mitigação de Risco de Crédito, na página 63.

18 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros continuação

O Banco	Quantias sujeitas a acordos de compensação executáveis							
	Efeitos da compensação no balanço			Valores relacionados não compensados[a]			Quantias não sujeitas a acordos de compensação acordos[c]	Folha de balanço total[d]
	Valores brutos	Montantes compensados[b]	Valores indicados no balanço	Instrumentos financeiros	Garantia financeira	Valore líquidos		
A 31 de dezembro de 2017	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Ativos financeiros derivados	**251 542**	**(21 638)**	**229 904**	**(178 496)**	**(38 231)**	**13 177**	**2 384**	**232 288**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares[e]	**363 046**	**(259 592)**	**103 454**	**-**	**(103 454)**	**-**	**10 953**	**114 407**
Ativos totais	**614 588**	**(281 230)**	**333 358**	**(178 496)**	**(141 685)**	**13 177**	**13 337**	**346 695**
Passivos financeiros derivados	**(243 910)**	**21 065**	**(222 845)**	**178 496**	**34 038**	**(10 311)**	**(6 382)**	**(229 227)**
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares[e]	**(417 414)**	**259 592**	**(157 822)**	**-**	**157 822**	**-**	**(14 639)**	**(172 461)**
Passivos totais	**(661 324)**	**280 657**	**(380 667)**	**178 496**	**191 860**	**(10 311)**	**(21 021)**	**(401 688)**
A 31 de dezembro de 2016								
Ativos financeiros derivados	321 045	(11 934)	309 111	(240 535)	(47 725)	20 851	18 091	327 202
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares[e]	284 522	(203 400)	81 122	-	(80 959)	163	5 562	86 684
Ativos totais	605 567	(215 334)	390 233	(240 535)	(128 684)	21 014	23 653	413 886
Passivos financeiros derivados	(309 376)	10 962	(298 414)	240 535	44 966	(12 913)	(19 460)	(317 874)
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares[e]	(287 287)	203 401	(83 886)	-	83 773	(113)	(5 095)	(88 981)
Passivos totais	(596 663)	214 363	(382 300)	240 535	128 739	(13 026)	(24 555)	(406 855)

Notas

a Garantias financeiras de 38 231M£ (2016: 47 725M£) foram recebidas relativas a ativos derivativos, incluindo 32 061M£ (2016: 39 443M£) de garantias de caixa e 6 170M£ (2016: 8 282M£) de garantias não monetárias. Foram depositadas garantias financeiras no valor de 34 038M£ (2016: 44 966M£) referentes a passivos derivados, incluindo 31 542M£ (2016: 41 346M£) de garantias em numerário e 2 496M£ (2016: 3 620M£) de garantias não monetárias. As quantias das garantias são limitadas à exposição líquida de balanço, de forma a não incluir sobregarantias. Dos 32 061M£ (2016: 33 988M£) detidos em garantia em numerário, 19 276M£ (2016: 21 555M£) foram englobados nos depósitos de bancos e 12 785M£ (2016: 12 433M£), foram englobados nas contas de clientes. Dos 31 542M£ (2016: 34 315M£) em garantias em numerário depositadas, 14 246M£ (2016: 15 156M£) foram englobados nos empréstimos e adiantamentos a bancos, e 17 296M£ (2016: 19 159M£) foram englobados nos empréstimos e adiantamentos a clientes.

b Os montantes compensados para Ativos financeiros derivados inclui garantias em numerário liquidadas no valor de 2 393M£ (2016: 972M£). Os montantes compensados para Passivos financeiros derivados incluem garantias em numerário liquidadas de 1 820M£ (2016: 0M£). Os ativos e passivos de liquidações foram compensados totalizando 5 780M£ (2016: 0M£). Não foram compensados no balanço quaisquer outros ativos ou passivos financeiros significativos reconhecidos. Assim, as únicas categorias do balanço necessárias para a inclusão na tabela são as que foram apresentadas acima.

c Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação que estão sujeitos a incerteza sob as leis da jurisdição em questão.

d O balanço total é a soma de 'valores líquidos apurados no balanço', sujeitos a acordos de compensação executáveis e 'valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis'.

e Os Acordos de Recompra e Revenda incluem instrumentos a custo amortizado e instrumentos designados ao justo valor através de lucros e prejuízos. Os Acordos de Revenda e outros empréstimos com garantia semelhantes, no valor de 114 407M£ (2016: 86 684M£) estão divididos entre justo valor, 91 443M£ (2016: 63.743M£) e custo amortizado, 22.964M£ (2016: 22 941M£). Os Acordos de Revenda e outros empréstimos contraídos com garantia semelhantes, no valor de 172 461M£ (2026: 88 981M£) estão divididos entre justo valor, 122 578M£ (2016: 59 755M£) e custos amortizados, 49.883M£ (2016: 29 226M£).

Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

As notas incluídas nesta secção referem-se a ativos detidos a custo amortizado que resultam do crédito retalhista e grossista do Grupo, e que incluem empréstimos e adiantamentos, locações financeiras, acordos de recompra e de revenda, e crédito garantido similar. Os detalhes relativos às posições de capital e de liquidez do Grupo podem ser consultados nas páginas 101 a 116.

19 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

Contabilidade para instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos, as contas de clientes, os títulos de dívida, e a maioria dos passivos financeiros são detidos a custo amortizado. Ou seja, o justo valor inicial (que será normalmente o montante adiantado ou emprestado) é ajustado pelos reembolsos e pela amortização de cupões, taxas, e despesas, para que represente a taxa de juro efetiva do ativo ou do passivo. Os saldos diferiram no balanço uma vez que os ajustamentos na EIR são amortizados nos rendimentos de juros durante a vida do instrumento financeiro com o qual estão relacionados.

Em conformidade com a IAS 39, quando o Grupo já não pretender negociar os ativos financeiros, poderá transferi-los da classificação de detidos para negociação e mensurá-los ao custo amortizado, se estes respeitarem a definição de um empréstimo. O valor inicial usado para

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016[a]
A 31 de dezembro	**£m**	£m	**£m**	£m
Empréstimos e adiantamentos brutos a bancos	**36 209**	43 634	**37 255**	36 391
Dedução por imparidade	**-**	-	**-**	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**36 209**	43 634	**37 255**	36 391
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes	**370 205**	397 403	**392 091**	426 377
Dedução por imparidade	**(4 652)**	(4 620)	**(3 131)**	(3 253)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**365 553**	392 783	**388 960**	423 124

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para melhor refletir a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes.

20 Locações financeiras

Contabilidade para locações financeiras

O Grupo aplica a IAS 17 *Locações* na contabilização das locações financeiras, tanto nos casos em que é locador como naqueles em que é locatário. Uma locação financeira é uma locação que confere a maior parte dos riscos e das recompensas dos ativos locados ao locatário. Quando o Grupo for locador, o ativo locado não será incluído no balanço; em vez disso, reconhecer-se-á um valor a receber devido a locação financeira que represente o pagamento mínimo a receber de acordo com os termos da locação, descontado à taxa de juro implícita na locação. Quando o Grupo for locatário, o bem locado é reconhecido nos ativos tangíveis e reconhece-se um passivo de locação financeira, que represente o pagamento mínimo a efetuar de acordo com a locação, descontado à taxa de juro implícita na locação.

Os rendimentos ou as despesas de juros são reconhecidos nas contas a receber ou nas contas a pagar com juros, atribuídos aos períodos contabilísticos para refletirem uma taxa de retorno periódica constante.

Contas a receber da locação financeira

As contas a receber da locação financeira estão incluídas nos empréstimos e adiantamentos a clientes. O Grupo dedica-se à provisão de locação facilidades financeiras de ativos para uma vasta gama de tipos de ativos destinado a clientes empresariais.

	2017				2016			
	Investimento bruto em contas a receber da locação financeira	**Rendimento financeiro futuro**	**Valor presente dos pagamentos mínimos de locações a receber**	**Valores residuais não garantidos**	Investimento bruto em contas a receber da locação financeira	Rendimento financeiro futuro	Valor presente dos pagamentos mínimos de locações a receber	Valores residuais não garantidos
	M£	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£
O Grupo								
Não mais do que um ano	**1 130**	**(91)**	**1 039**	**69**	646	(37)	609	60
Mais de um ano, mas não mais que cinco anos	**1 750**	**(135)**	**1 615**	**156**	986	(57)	929	132
Durante cinco anos	**284**	**(32)**	**252**	**21**	73	(4)	69	19
Total	**3 164**	**(258)**	**2 906**	**246**	1 705	(98)	1 607	211

20 Locações financeiras continuação

Após uma revisão em 2017, foi identificada como locação financeira uma carteira de ativos nos empréstimos e adiantamentos a cliente. Isto deveu-se ao aumento no balanço dos valores a receber de locações financeiras de 1 537M£ em 2017, refletido na tabela anterior.

A provisão por imparidade para valores a receber da locação financeira não coletáveis importou 57M£ (2016: 6M£).

Responsabilidades de locação financeira

O Grupo cede ativos fixos tangíveis mediante termos que cumprem a definição de locações financeiras. As responsabilidades de locação financeira são apresentadas na Nota 25.

A 31 de dezembro de 2017, o total dos pagamentos mínimos futuros ao abrigo de locações financeiras foi de 3M£ (2016: 15M£). O valor contabilístico dos ativos detidos ao abrigo de locações financeiras foi de 3M£ (2016: 15M£).

21 Acordos de revenda e de recompra incluindo outros créditos e empréstimos similares

Os acordos de revenda (e empréstimo de ações ou transação similar) são uma forma de crédito segurado pela qual o Grupo disponibiliza um empréstimo ou uma garantia em numerário em troca da transferência da garantia, geralmente na forma de títulos negociáveis sujeitos a um acordo para transferência dos títulos suportados a um preço fixo no futuro. Os acordos de recompra ocorrem quando o Grupo obtém empréstimos ou numerário como garantia, por troca da transferência da garantia.

Contabilização para acordos de revenda e recompra incluindo outros empréstimos similares

O Grupo adquire (num acordo de revenda) ou contrai empréstimos de títulos, sujeitos a um compromisso de revenda ou de devolução. Os títulos não são incluídos no balanço patrimonial, já que o Grupo não adquire os riscos e as recompensas da posse. A retribuição paga (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um ativo de empréstimo a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via dos lucros ou prejuízos.

O Grupo também pode vender (num acordo de recompra) ou emprestar títulos, sujeito a um compromisso de recompra ou de resgate. Os títulos são mantidos no balanço patrimonial, já que o Grupo retém de forma substancial os riscos e as recompensas da posse. A retribuição recebida (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um passivo financeiro a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via dos lucros ou prejuízos.

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
A 31 de dezembro	**£m**	£m	**£m**	£m
Ativos				
Bancos	**7 374**	2 769	**304**	345
Clientes	**5 172**	10 685	**22 660**	22 596
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhantes ao custo amortizado	**12 546**	13 454	**22 964**	22 941
Passivos				
Bancos	**30 105**	12 820	**26 730**	10 024
Clientes	**10 233**	6 940	**23 153**	19 202
Acordos de recompra e empréstimos garantidos semelhantes a custo amortizado	**40 338**	19 760	**49 883**	29 226

Ativos não correntes e outros

As notas incluídas nesta secção concentram-se nos ativos tangíveis e intangíveis não-correntes do Grupo e nos ativos fixos tangíveis, que apresentam benefícios económicos futuros a longo prazo.

22 Ativos fixos tangíveis

Contabilização de ativos fixos tangíveis

O Grupo aplica a IAS 16 *Ativos Fixos Intangíveis* e a IAS 40 *Propriedades de Investimento*.

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados pelo custo, incluindo custos de aquisição diretos e adicionais, menos as amortizações acumuladas e provisões para imparidade, se necessário. Os custos subsequentes serão capitalizados se isso resultar numa melhoria do ativo.

A amortização calcula-se de forma linear a partir do montante amortizável dos ativos fixos tangíveis ao longo das suas vidas económicas úteis estimadas. As taxas, métodos, e valores residuais das amortizações subjacentes ao cálculo das amortizações dos ativos fixos tangíveis são revistas, no sentido de tomar em consideração quaisquer alterações das circunstâncias. O Grupo usa as seguintes taxas anuais para o cálculo das amortizações:

Taxas anuais para o cálculo de amortizações	Taxa de amortização
Terrenos de propriedade absoluta	Não depreciado
Edifícios de propriedade absoluta e propriedade de locação de longa duração (mais	a 2-3,3%
de 50 anos de duração), propriedade alugada durante a vida restante da locação	Durante a vida restante da locação
(menos de 50 anos de duração), custos de adaptação na propriedade absoluta e na	6-10%
propriedade de locação	6-10%
Equipamento instalado na propriedade livre e na	17-33%
propriedade de arrendamento Computadores e	9-20%
equipamento semelhante	
Mobiliário e utensílios e outro equipamento	

Quando a propriedade arrendada tem uma vida útil restante inferior a 17 anos, os custos de adaptação e de equipamento instalado são amortizados ao longo da vida restante do arrendamento.

Propriedade de investimento

O Grupo reconhece inicialmente a propriedade de investimento pelo custo, e subsequentemente pelo justo valor, em cada data do balanço, refletindo as condições de mercado à data da informação. Os ganhos e perdas na reavaliação são incluídos na demonstração de resultados.

	O Grupo					O Banco			
	Propriedade de investimento	Equipamento da propriedade		Ativos alugados	Total	Propriedade de investimento	Equipamento		Propriedade Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Custo									
A 1 de janeiro de 2017	**81**	**3 101**	**2 862**	**10**	**6 054**	**15**	**1 582**	**2 209**	**3 806**
Acréscimos	**114**	**173**	**176**	**-**	**463**	**-**	**100**	**110**	**210**
Alienações	**(69)**	**(895)**	**(1 893)**	**(1)**	**(2 858)**	**(16)**	**(602)**	**(1 948)**	**(2 566)**
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	**(5)**	**-**	**-**	**-**	**(5)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Câmbios e outros movimentos	**(5)**	**(136)**	**(79)**	**-**	**(220)**	**1**	**-**	**(14)**	**(13)**
A 31 de dezembro de 2017	**116**	**2 243**	**1 066**	**9**	**3 434**	**-**	**1 080**	**357**	**1 437**
Amortizações acumuladas e imparidade									
A 1 de janeiro de 2017	**-**	**(1 312)**	**(2 267)**	**(9)**	**(3 588)**	**-**	**(569)**	**(1 783)**	**(2 352)**
Encargos com amortizações	**-**	**(141)**	**(162)**	**-**	**(303)**	**-**	**(90)**	**(107)**	**(197)**
Encargos de imparidade	**-**	**(28)**	**-**	**-**	**(28)**	**-**	**(34)**	**-**	**(34)**
Alienações	**-**	**487**	**1 518**	**-**	**2 005**	**-**	**159**	**1 540**	**1 699**
Câmbios e outros movimentos	**-**	**11**	**(12)**	**-**	**(1)**	**-**	**1**	**11**	**12**
A 31 de dezembro de 2017	**-**	**(983)**	**(923)**	**(9)**	**(1 915)**	**-**	**(533)**	**(339)**	**(872)**
Valor contabilístico líquido	**116**	**1 260**	**143**	**-**	**1 519**	**-**	**547**	**18**	**565**

22 Ativos fixos tangíveis continuação

	O Grupo					O Banco			
	Propriedade de investimento	Propriedade	Equipamento	ativos locados	Total	Propriedade de investimento	Propriedade	Equipamento	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Custo									
A 1 de janeiro de 2016	140	3 919	4 259	62	8 380	13	2 151	2 080	4 244
Acréscimos	-	151	337	-	488	-	116	200	316
Alienações	(6)	(1 061)	(1 556)	-	(2 623)	-	(666)	(136)	(802)
Câmbios e outros movimentos[a]	(53)	92	(178)	(52)	(191)	2	(19)	65	48
A 31 de dezembro de 2016	81	3 101	2 862	10	6 054	15	1 582	2 209	3 806
Amortizações acumuladas e imparidade									
A 1 de janeiro de 2016	-	(1 697)	(3 177)	(38)	(4 912)	-	(1 119)	(1 623)	(2 742)
Encargos com amortizações	-	(180)	(313)	-	(493)	-	(107)	(182)	(289)
Alienações	-	795	1 155	-	1 950	-	631	82	713
Câmbios e outros movimentos[a]	-	(230)	68	29	(133)	-	26	(60)	(34)
A 31 de dezembro de 2016	-	(1 312)	(2 267)	(9)	(3 588)	-	(569)	(1 783)	(2 352)
Valor contabilístico líquido	81	1 789	595	1	2 466	15	1 013	426	1 454

Nota
b Inclui ativos fixos tangíveis relativos ao BAGL no valor de 627M£ (custo de 1.066M£ e a amortização acumulada de 439M£) que foram reclassificados como detidos para venda.

Os arrendamentos de propriedades de 1M£ (2016: 7M£) e 6M£ (2016: 6M£) foram incluídos no rendimento de investimento líquido e outro rendimento respectivamente.

O justo valor da propriedade para investimento é determinado tendo por referência os preços atuais de mercado para propriedades semelhantes, ajustados, conforme necessário, pela condição e pela localização, ou tendo por referência transações recentes atualizadas para refletir as condições económicas atuais. Podem ser empregues técnicas para desconto dos fluxos de caixa quando não houver transações recentes, usando valores externos e atuais do mercado, como os valores das rendas e as taxas de juro. As valorizações são efetuadas pela gestão, com o apoio de avaliadores independentes e devidamente qualificados. Consulte a Nota 17 para mais detalhes.

23 *Goodwill* e ativos intangíveis

Contabilidade para *goodwill* e outros ativos intangíveis

Goodwill

O valor contabilístico do *goodwill* é determinado em conformidade com a IFRS 3 *Combinações Comerciais* e a IAS 36 *Imparidade de Ativos.*

O *Goodwill* decorrente da aquisição de subsidiárias representa o excesso do justo valor numa consideração de compra sobre o justo valor da parte do Grupo nos ativos adquiridos e os passivos e outras responsabilidades contingentes assumidas à data da aquisição.

O *Goodwill* é revisto anualmente quanto à imparidade, ou com uma maior frequência quando existirem indicações de ter ocorrido imparidade. O teste envolve a comparação do valor contabilístico do *goodwill* com o valor presente dos fluxos de caixa antes de impostos, descontados a uma taxa de juro que reflita os riscos inerentes da unidade de geração de caixa (UGC/CGU) que está relacionada com o *goodwill*, ou com o justo valor da UGC, se for maior.

Ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis além do *goodwill* são contabilizados em conformidade com a IAS 38 Ativos Intangíveis.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos quando são separáveis ou derivam de direitos contratuais ou outros direitos legais, o custo pode ser fielmente medido e, no caso de activos incorpóreos não adquiridos numa combinação empresarial, quando é provável que os benefícios económicos futuros atribuíveis a activos vão decorrer do seu uso.

Os ativos intangíveis são declarados pelo custo (que é, no caso dos ativos adquiridos numa combinação comercial, o justo valor à data de aquisição) líquido das amortizações acumuladas e das provisões para imparidade, se existirem, e são amortizados durante as suas vidas úteis, de uma forma que reflita o padrão com que contribuem para os fluxos de caixa futuros, geralmente utilizando os períodos de amortização abaixo referidos:

Taxas anuais para cálculo das amortizações	Período de amortização
Goodwill	Não amortizado
Software desenvolvido	12 meses a 6 anos
internamente[a] Outro software	12 meses a 6 anos
Listas de clientes	12 meses a 25 anos
Licenças e outros	12 meses a 25 anos

Os ativos intangíveis são analisados relativamente à imparidade quando houver a indicações de que esta possa ter ocorrido.

Nota
a As exceções à taxa declarada em cima estão relacionadas com as vidas úteis de certas plataformas bancárias principais que são avaliadas individualmente e, se for apropriado, amortizadas ao longo de períodos mais extensos, entre os 10 e os 15 anos.

Ativos não correntes e outros

23 *Goodwill* e ativos intangíveis continuação

	Goodwill	Software desenvolvido internamente	Outro software	Lista de clientes	Licenças e outras	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
O Grupo						
Custo						
A 1 de janeiro de 2017	**4 797**	**4 422**	**150**	**1 708**	**551**	**11 628**
Acréscimos e alienações	**-**	**(2 911)**	**(49)**	**(12)**	**(19)**	**(2 991)**
Câmbios e outros movimentos	**(87)**	**(224)**	**(5)**	**(149)**	**(42)**	**(507)**
A 31 de dezembro de 2017	**4 710**	**1 287**	**96**	**1 547**	**490**	**8 130**
Amortização e imparidade acumuladas						
A 1 de janeiro de 2017	**(930)**	**(1 666)**	**(109)**	**(1 232)**	**(343)**	**(4 280)**
Alienações	**-**	**1 132**	**45**	**15**	**36**	**1 228**
Encargos com amortizações	**-**	**(329)**	**(14)**	**(101)**	**(34)**	**(478)**
Encargos de imparidade	**-**	**(12)**	**-**	**-**	**-**	**(12)**
Câmbios e outros movimentos	**70**	**88**	**3**	**108**	**28**	**297**
A 31 de dezembro de 2017	**(860)**	**(787)**	**(75)**	**(1 210)**	**(313)**	**(3 245)**
Valor contabilístico líquido	**3 850**	**500**	**21**	**337**	**177**	**4 885**
O Banco						
Custo						
A 1 de janeiro de 2017	**4 240**	**3 351**	**59**	**116**	**61**	**7 827**
Acréscimos e alienações	**-**	**(3 046)**	**(50)**	**(15)**	**(39)**	**(3 150)**
Câmbios e outros movimentos	**(8)**	**1**	**-**	**1**	**-**	**(6)**
A 31 de dezembro de 2017	**4 232**	**306**	**9**	**102**	**22**	**4 671**
Amortização e imparidade acumuladas						
A 1 de janeiro de 2017	**(827)**	**(1 169)**	**(44)**	**(96)**	**(40)**	**(2 176)**
Alienações	**-**	**1 131**	**37**	**15**	**36**	**1 219**
Encargos com amortizações	**-**	**(201)**	**(2)**	**(6)**	**(5)**	**(214)**
Encargos de imparidade	**-**	**(2)**	**-**	**-**	**-**	**(2)**
Câmbios e outros movimentos	**8**	**(5)**	**-**	**-**	**(3)**	**-**
A 31 de dezembro de 2017	**(819)**	**(246)**	**(9)**	**(87)**	**(12)**	**(1 173)**
Valor contabilístico líquido	**3 413**	**60**	**-**	**15**	**10**	**3 498**

	Goodwill	Software desenvolvido internamente	Outro software	Listas de clientes	Licenças e outro	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
O Grupo						
Custo						
A 1 de janeiro de 2016	5 603	4 112	542	1 665	703	12 625
Acréscimos e alienações	(125)	446	(51)	59	78	407
Câmbios e outros movimentos	(681)	(136)	(341)	(16)	(230)	(1 404)
A 31 de dezembro de 2016	4 797	4 422	150	1 708	551	11 628
Amortização e imparidade acumuladas						
A 1 de janeiro de 2016	(998)	(1 634)	(212)	(1 081)	(478)	(4 403)
Alienações	77	235	38	14	12	376
Encargos com amortizações	-	(463)	(39)	(129)	(29)	(660)
Encargos de imparidade	-	(74)	(1)	-	(1)	(76)
Câmbios e outros movimentos	(9)	270	105	(36)	153	483
A 31 de dezembro de 2016	(930)	(1 666)	(109)	(1 232)	(343)	(4 280)
Valor contabilístico líquido	3 867	2 756	41	476	208	7 348
O Banco						
Custo						
A 1 de janeiro de 2016	4 214	2 568	333	114	134	7 363
Acréscimos e alienações	-	708	(6)	-	(7)	695
Câmbios e outros movimentos	26	75	(268)	2	(66)	(231)
A 31 de dezembro de 2016	4 240	3 351	59	116	61	7 827
Amortização e imparidade acumuladas						
A 1 de janeiro de 2016	(817)	(959)	(95)	(87)	(65)	(2 023)
Alienações	-	45	-	-	-	45
Encargos com amortizações	-	(275)	(2)	(7)	(5)	(289)
Encargos de imparidade	-	(11)	(1)	-	(1)	(13)
Câmbios e outros movimentos	(10)	31	54	(2)	31	104
A 31 de dezembro de 2016	(827)	(1 169)	(44)	(96)	(40)	(2 176)
Valor contabilístico líquido	3 413	2 182	15	20	21	5 651

Goodwill

O *goodwill* é atribuído às operações empresariais de acordo com segmentos de negócio conforme se segue:

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Barclays UK	**3 525**	3 526	**3 318**	3 318
Barclays International	**325**	341	**95**	95
Valor contabilístico líquido total de *goodwill* (fundo de comércio)	**3 850**	3 867	**3 413**	3 413

Goodwill

O teste ao *goodwill* quanto à imparidade envolve uma quantidade significativa de apreciações. Estas incluem a identificação de CGU independentes e a atribuição de *goodwill* a estas unidades baseada nos benefícios decorrentes da aquisição e esperados pelas unidades. A atribuição é revista depois da reorganização do negócio. As projeções de fluxos de caixa tomam necessariamente em consideração as alterações no mercado em que um negócio opera, incluindo o nível de crescimento, a atividade competitiva, e os impactos de alterações regulamentares. A determinação dos fluxos de caixa esperados antes de impostos, e da taxa de juro ajustada ao risco, apropriados à unidade operacional, requer um exercício de juízo. A estimativa dos fluxos de caixa antes de impostos é sensível aos períodos para os quais existirem previsões detalhadas, e aos pressupostos relativos aos fluxos de caixa sustentáveis no longo prazo.

Outros ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis (como os que decorrem de relacionamentos contratuais) requer uma análise circunstancial. A avaliação da exibição de indicadores de imparidade num ativo, bem como o cálculo da imparidade, que requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros e dos justos valores deduzidos dos custos de venda, também requer a preparação de previsões de fluxos de caixa e de justos valores para ativos que podem não ser comprados e vendidos com regularidade.

23 *Goodwill* e ativos intangíveis continuação

Testes de imparidade sobre o *goodwill*

Durante 2017, o Grupo registou um encargo com imparidades nulo (2016: nulo).

Pressupostos fundamentais

Os pressupostos fundamentais usados para os testes de imparidade estão definidos abaixo para cada balanço de *goodwill* significativo. O restante *goodwill*, no valor de 720M£ (2016: 737M£) foi atribuído a várias UGCs que não são consideradas significativas individualmente.

Barclays UK

O *goodwill* relacionado com a Woolwich na Banca Pessoal e Banca Empresarial foi de 3.130M£ (2016: 3.130M£) do saldo total do Barclays UK. O valor contabilístico da UGC foi determinado usando o valor líquido patrimonial. O montante recuperável da UGC, calculado como valor usado, foi determinado usando previsões dos fluxos de caixa baseados em orçamentos financeiros aprovados pela gestão, e que cobrem um período de três anos, com uma taxa de crescimento terminal de 2,0% (2016: 2,0%) aplicada daí em diante. Os fluxos de caixa previstos foram descontados a uma taxa antes dos impostos de 13,9% (2016: 14,6%).
Com base nestes pressupostos, o montante recuperável excedeu o montante contabilístico, incluindo o *goodwill*, em 5.262M£ (2016: 4.130M£). Uma alteração de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento terminal aumentaria ou diminuiria o montante recuperável em 1.128M£ (2016: 988M£) e 734M£ (2016: 615M£), respetivamente. Uma redução anual de 10% nos fluxos de caixa previstos reduziria o montante recuperável em 1.409M£ (2016: 1.293M£).

O aumento da margem em 2017 reflete alterações nas taxas de desconto e nas projeções dos fluxos de caixa futuros.

24 Locações operacionais

Contabilização de locações operacionais

O Grupo aplica a IAS 17 *Locações*, para as locações operacionais. Uma locação operacional é uma locação em que todos os riscos e recompensas dos ativos locados permanecem substancialmente com o locador. Quando o Grupo é o locador, os proveitos da locação são reconhecidos pelo método linear durante o período da locação, a menos que outra base sistemática seja considerada mais apropriada. O Grupo detém os ativos locados no balanço patrimonial como ativos fixos tangíveis.

Quando o Grupo é o locatário, as rendas a pagar são reconhecidas como uma despesa na demonstração de resultados pelo método linear durante o período da locação, a menos que outra base sistemática seja considerada mais apropriada.

Valores a receber de locações operacionais

O Grupo age como um locador, que adquire ativos fixos tangíveis e depois os cede a terceiros ao abrigo de acordos que constituem locações operacionais. Os pagamentos futuros mínimos que se espera serem recebidos e que dizem respeito a locações operacionais não-canceláveis são nulos (2016: nulo).

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda vários escritórios, balcões, e outras instalações ao abrigo de acordos de locação operacional não-canceláveis. Com acordos de locação operacional deste tipo, o ativo é mantido no balanço patrimonial do locador, e o Grupo reporta os pagamentos mínimos futuros da locação como uma despesa ao longo do período da locação. As locações apresentam diversos prazos, progressividades, e direitos de renovação. Não existem rendas contingentes a pagar.

Foram incluídas rendas de locação operacional no valor de 283M£ (2016: 560M£) em despesas de administração e gerais. Os pagamentos mínimos futuros da locação a suportar pelo Grupo e devidos a locações operacionais não-canceláveis são os seguintes:

	O Grupo				O Banco			
	2017		2016		**2017**		2016	
	Propriedade	**Equipamento**	Propriedade	Equipamento	**Propriedade**	**Equipamento**	Propriedade	Equipamento
	M£	**M£**	M£	M£	**M£**	**M£**	M£	M£
Não mais do que um ano	**203**	**-**	364	-	**118**	**-**	205	-
Mais do que um ano, mas não mais que cinco anos	**476**	**9**	974	23	**325**	**9**	619	23
Mais do que cinco anos	**619**	**-**	1 520	-	**153**	**-**	787	-
Total	**1 298**	**9**	2 858	23	**596**	**9**	1 611	23

O total dos pagamentos mínimos futuros a receber de sublocações ao abrigo de sublocações não-canceláveis ascende a 45M£ (2016: 2M£) para o Grupo e nulo (2016: n£) para o Banco.

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

As notas incluídas nesta secção dizem respeito aos acréscimos, provisões e passivos contingentes do Grupo. Reconhecem-se provisões para obrigações presentes decorrentes de consequências de eventos passados, nos casos em que é provável a necessidade de uma transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, e esta puder ser estimada com fiabilidade. Os passivos contingentes refletem potenciais passivos que não são reconhecidos no balanço patrimonial.

25 Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Acréscimos e rendimento diferido	**3 147**	3 690	**1 758**	2 006
Outros credores	**5 235**	5 203	**5 127**	5 846
Obrigações financeiras por locações (consultar a Nota 20)	**3**	6	**-**	1
Passivos do contrato de seguro, incluindo passivos do contrato de seguro "unit link"	**31**	52	**-**	-
Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos	**8 416**	8 951	**6 885**	7 853

Nota
a Os comparativos para o Banco foram novamente mencionados para melhor refletir a classificação de certos acordos de financiamento internos do grupo. Consulte a Nota 1 para mais detalhes

26 Provisões

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A comunicação financeira de provisões envolve um grau significativo de ponderação e é complexo. Identificar se uma presente obrigação existe e estimar a sua probabilidade, prazo, natureza e montante dos fluxos de saída que podem advir de eventos passados requer reflexões que devem ser baseados nos factos e circunstâncias específicas de eventos individuais, e necessita também de aconselhamento profissional especializado. Quando as matérias estão numa fase inicial, reflexões e estimativas contabilísticas podem ser difíceis de alcançar dado o elevado grau de incerteza envolvido. A gestão continua a monitorizar as matérias durante o seu desenvolvimento de modo a reavaliar continuamente se as provisões devem ser reconhecidas . No entanto, mantêm um vasto conjunto de cenário de resultados e incertezas possíveis, nomeadamente em matérias jurídicas, de competição e de regulamentação. Consequentemente, não é muitas vezes exequível criar estimativas significativas quando as matérias já estão numa fase mais avançada.

A complexidade de dessas matérias requer a participação de aconselhamento profissional especializado para efetuar análises para a criação de estimativas. Compensação de clientes e matérias de competição e de regulamentação são áreas onde uma grau mais elevado de análise profissional é necessária. O montante que é reconhecido como provisão pode também ser muito sensível para os pressupostos aplicados no seu cálculo. Isto possibilita um vasto conjunto de potenciais resultados que requerem análise para determinar um nível de provisão apropriado. Consulte em baixo para informação sobre pagamento de compensações protegido e a Nota 28 para mais detalhes sobre matérias jurídicas, de competição e de regulamentação.

Contabilização de provisões

O Grupo aplica a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes, e Ativos Contingentes* na contabilização das responsabilidades não-financeiras.

São reconhecidas provisões para obrigações presentes decorrentes de consequências de eventos passados, quando for provável que seja necessária uma transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, que possa ser estimada com fiabilidade. É constituída uma provisão pelo custo previsto da reestruturação, incluindo os custos de redundância quando existir uma obrigação. É o que acontece quando o Grupo tem um plano formal e detalhado para reestruturar um negócio, e quando criou expetativas válidas nas pessoas afetadas pela reestruturação, ao anunciar as principais caraterísticas do plano ou ao iniciar a sua implementação. Será constituída uma provisão para compromissos de crédito não utilizado se existir a probabilidade de que a linha de crédito seja utilizada, resultando no reconhecimento de um ativo a um montante inferior ao montante avançado.

	Contratos onerosos	Redundância e reestruturação	Linhas de crédito contratualmente consolidado não utilizadas e garantias fornecidas	Aplicar compensação: Seguro de Proteção de Pagamento	Aplicar compensação: Outras compensações a clientes	Matérias jurídicas, de competição e regulamentação	Provisões diversas	Total
	M£	**M£**	**M£**	**M£**	**M£**	**M£**	**M£**	**M£**
O Grupo								
A 1 de janeiro de 2017	**211**	**170**	**67**	**1 979**	**712**	**455**	**315**	**3 909**
Acréscimos	**67**	**100**	**73**	**709**	**369**	**398**	**174**	**1 890**
Quantias utilizadas	**(92)**	**(92)**	**(1)**	**(1 094)**	**(345)**	**(341)**	**(93)**	**(2 058)**
Quantias não usadas revertidas	**(21)**	**(71)**	**(60)**	**-**	**(83)**	**(55)**	**(27)**	**(317)**
Câmbios e outros movimentos	**(22)**	**(1)**	**-**	**12**	**(14)**	**(22)**	**(75)**	**(122)**
A 31 de dezembro de 2017	**143**	**106**	**79**	**1 606**	**639**	**435**	**294**	**3 302**
O Banco								
A 1 de janeiro de 2017	**167**	**144**	**68**	**1 924**	**608**	**364**	**240**	**3 515**
Acréscimos	**41**	**77**	**73**	**691**	**352**	**392**	**169**	**1 795**
Quantias utilizadas	**(72)**	**(71)**	**(2)**	**(1 053)**	**(298)**	**(313)**	**(88)**	**(1 897)**
Quantias não usadas revertidas	**(9)**	**(59)**	**(60)**	**-**	**(77)**	**(40)**	**(23)**	**(268)**
Câmbios e outros movimentos	**(19)**	**2**	**-**	**(22)**	**5**	**(15)**	**(68)**	**(117)**
A 31 de dezembro de 2017	**108**	**93**	**79**	**1 540**	**590**	**388**	**230**	**3 028**

26 Provisões continuação

As provisões de recuperação ou liquidação esperada num prazo não superior a 12 meses depois de 31 de dezembro de 2017 ascendiam a 2.242M£ (2016: 2.001M£) e para o Banco ascenderam a 2.047M£ (2016: 1.760M£).

Contratos onerosos

As provisões de contratos onerosos compreendem uma estimativa dos custos envolvidos no cumprimento dos termos e condições de contratos livres de quaisquer benefícios económicos a serem recebidos.

Redundância e reestruturação

Estas provisões incluem o custo estimado da reestruturação, incluindo os custos de redundância quando existir uma obrigação. Os acréscimos realizados durante o ano relacionam-se com planos de reestruturação formal e foram utilizados, ou revertidos, esperando-se agora que os custos totais sejam inferiores ao montante original da provisão.

Facilidade e garantias contratuais comprometidas não utilizadas

As provisões são feitas se for provável que uma facilidade seja retirada e for expetável que o ativo resultante tenha um valor de realização inferior ao do montante adiantado.

Compensações a clientes

As provisões para compensações a clientes incluem o custo estimado dos pagamentos compensatórios a clientes e contrapartes por perdas ou danos associados a decisões inadequadas durante a execução das nossas atividades empresariais. As provisões para outras compensações a clientes incluem 211M£ (2016: 264M£) respetivos a práticas históricas de fixação de preços associadas a transações cambiais para determinados clientes entre 2005 e 2012, e provisões menores transversais aos negócios retalhistas e corporativos que provavelmente serão utilizadas nos próximos 12 meses. Incluído nas compensações de clientes do RU na declaração de rendimentos consolidados estão os acréscimos concretos de Seguros de Proteção de Pagamentos que dizem respeito a práticas históricas de atribuição de preço associadas a certas transações cambiais para certos clientes ,entre 2005 e 2012, e Contas Bancárias Packaged.

Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares

O Grupo participa em vários processos jurídicos, tanto no Reino Unido como numa série de outras jurisdições estrangeiras, incluindo os EUA. Para mais informações relativas aos procedimentos jurídicos e para discussão das incertezas associadas, por favor consulte a Nota 28.

Provisões diversas

Esta categoria inclui provisões que não se enquadram em nenhuma das outras categorias, tais como perdas por fraude e provisões de dilapidação.

Pagamento de indemnização do seguro de protecção

A 31 de dezembro de 2017, o Barclays reconheceu provisões acumuladas num total de 9,2mM£ (2016: 8,4mM£) contra o custo das compensações de Seguro de Proteção de Pagamentos (SPP) e custos de processamento associados, com uma utilização de 7,6mM£ (2016: 6,4mM£), deixando uma provisão residual de 1,6mM£ (2016: 2,0mM£).

Até 31 de dezembro de 2017, foram recebidos e processados 2,1 milhões (2016: 1,8 milhões) de reclamações iniciadas por clientes[a]. O volume de reclamações recebidas durante 2017 aumentou 16% relativamente a 2016. Este aumento pode ter sido influenciado pela campanha de publicidade lançada no segundo semestre de 2017.

A provisão atual reflete os custos estimados das indemnizações do Seguro de Proteção de Pagamentos, sobretudo relacionadas com sinistros inciados pelos clientes e programas contínuos de remediação, baseados na informação do final do ano. Isto inclui também passivos geridos por terceiros e resultantes de carteiras vendidas previamente e pelas quais o Barclays continua responsável, baseados em informação do final do ano.

A 31 de dezembro de 2016, a provisão de 1,6mM£ representa a melhor estimativa do Barclays para as indemnizações do SPP, refletindo o prazo para queixas implementado pela Autoridade de Conduta Financeira (FCA) até 29 de agosto de 2019. Porém, é possível que o resultado final divirja da estimativa atual. Continuaremos a rever a adequação do nível de provisão relativo a impactos futuros.

A provisão para SPP é calculada utilizando uma série de pressupostos principais que continuam a envolver um elevado nível de ponderação administrativa e de modelização:

- Volumes das reclamações iniciadas por clientes – reclamações recebidas mas ainda não processadas, mais uma estimativa das reclamações futuras iniciadas por clientes, sendo que o volume deve desaparecer após o prazo dos SPPs.
- Compensação média por pedido - pagamento médio esperado a receber pelos clientes por pedidos retidos, com base no tipo e na idade da apólice/apólices.
- Custo de processamento por pedido - o custo, para o Barclays, da avaliação e do processamento de cada pedido válido.

Estes pressupostos permanecem subjetivos, maioritariamente devido à incerteza associada com os níveis de reclamações futuras, que incluem queixas motivadas pela atividade CMC e pela campanha de publicidade da FCA.

A tabela seguinte apresenta os dados em detalhe até 31 de dezembro de 2017, os pressupostos de previsão usados no cálculo da provisão e uma análise de sensibilidade que ilustra o impacto sobre a provisão se os pressupostos esperados forem demasiado elevados ou demasiado reduzidos.

26 Provisões continuação

Pressuposto	Acumulado até 31/12/2017	Futuro esperado	Análise de sensibilidade aumento/diminuição em provisão
Reclamações iniciadas por clientes, recebidos e processados [a]	2 130	570	50m=104M£
Taxa de retenção média por sinistro (%)[b]	87	87	1%=11M£
Indemnização média por reivindicação válida (£)[c]	2 036	1 989	100£=50M£

Notas

a Reclamações totais recebidas diretamente pelo Barclays até à data, incluindo as recebidas através de CMC mas excluindo aquelas para as quais não exista apólice de SPP e excluindo as respostas ao mailing proativo. A análise de sensibilidade foi calculada para demonstrar o impacto de um aumento ou diminuição de 50.000 no número de reclamações iniciadas por clientes teria no nível da provisão.

b Taxa de retenção média por reivindicação iniciada por clientes e recebido diretamente pelo Barclays ou por mailings proativos, excluindo aqueles para os quais não existia apólice de SPP. A análise de sensibilidade foi calculada para demonstrar o impacto de uma alteração de 1% na taxa de retenção média por reivindicação teria no nível de provisão.

c Compensação média declarada por cada apólice para futuros sinistros iniciados por clientes e recebidos diretamente pelo Barclays. A análise de sensibilidade foi calculada para demonstrar o impacto que um aumento ou diminuição de 100£ na média de compensação por reivindicação teria no nível de provisão.

27 Passivos e compromissos contingentes

Contabilização de passivos contingentes

Os passivos contingentes constituem obrigações possíveis cuja existência só será confirmada por eventos futuros incertos, e obrigações presentes quando a transferência de recursos económicos for incerta ou não puder ser fiavelmente medida. Os passivos contingentes não são classificados como itens do balanço, mas serão divulgados a menos que a saída dos recursos económicos seja remota.

A tabela seguinte resume o valor principal nominal de passivos contingentes e compromissos que não estão registados no de balanço:

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	**14 275**	15 303	**22 680**	22 138
Garantias de desempenho, aceitações e averbamentos	**4 737**	4 636	**4 737**	4 624
Total de passivos contingentes	**19 012**	19 939	**27 417**	26 762
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	**812**	1 005	**812**	979
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	**314 761**	302 681	**252 109**	240 112
Total de compromissos	**315 573**	303 686	**252 921**	241 091

Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS - Financial Services Compensation Scheme)

O Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS) é o plano de indemnizações apoiado pelo governo do Reino Unido para clientes de instituições autorizadas que sejam incapazes de pagar sinistros. As indemnizações pagas a clientes são financiadas através de facilidades proporcionadas pelo HM Treasury ao FSCS que, a 31 de dezembro de 2017, eram de aproximadamente 4,7mM£ (2016: 15,7mM£). Durante 2017, a linha de crédito da HM Treasury foi reduzida pelo pagamento por parte da Bradford and Bingley de 10,9mM£, no seguimento da venda da Resolução de Ativos do RU.

A responsabilidade do Barclays está restringida ao montante pendente proporcional que a FSCS não consegue pagar ao Tesouro. O taxa da FSCS para instituições que aceitam depósitos licenciados no RU foi reconhecido em 2017. O Barclays incluiu um acréscimo de 2,7M£ noutros passivos em 31 de dezembro de 2017 (2016: 55M£) no que diz respeito à porção de da taxa sobre juros do Barclays.

Pode encontrar mais detalhes sobre os passivos contingentes relacionados com questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares na Nota 28.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares

O Barclays PLC (BPLC), o Barclays Bank PLC (BBPLC) e o Grupo enfrentam desafios jurídicos, de concorrência, e regulamentares, muitos dos quais estão fora do nosso controlo. A extensão do impacto destas questões no BPLC, no BBPLC e no Grupo não pode sempre ser prevista, mas poderá ter impacto relevante sobre as nossas operações, e sobre os nossos resultados, condição, e perspetivas financeiras. As questões decorrentes de um conjunto de circunstâncias similares podem originar um passivo contingente ou uma provisão, ou ambos, dependendo dos factos e circunstâncias relevantes. O reconhecimento de provisões em relação a essas matérias envolve estimativas e ponderações contabilísticas essenciais, de acordo com as políticas contabilísticas relevantes descritas na Nota 26. O Grupo não revelou qualquer estimativa do efeito financeiro potencial dos passivos contingentes sobre o Grupo nas situações em que tal não for atualmente exequível.

Investigações a determinados acordos de serviços de assessoria e outras matérias e ações cíveis

O Serious Fraud Office (SFO) do RU e a Autoridade de Conduta Fiscal (FCA) no Reino Unido, bem como o Departamento de Justiça (DOJ) e a Comissão de Valores Mobiliários (SEC) nos EUA têm investigado determinados acordos de serviços de assessoria celebrados pelo Barclays Bank PLC.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Antecedentes

O Barclays Bank PLC celebrou dois acordos de serviços de assessoria com a Qatar Holding LLC (Qatar Holding) em junho e outubro de 2008 (os Acordos) . A FCA começou posteriormente a investigar se estes Acordos poderiam estar ligados aos levantamentos de capital do Barclays PLC em junho e novembro de 2008 (os Levantamentos de Capital). A existência do acordo de serviços de assessoria de junho de 2008 foi divulgada, mas a celebração do acordo de serviços de assessoria em outubro de 2008, bem como as tarifas a pagar ao abrigo de ambos os Acordos, que totalizaram 322M£, a pagar num período de cinco anos, não foram divulgados nos comunicados ou nos documentos públicos relativos aos Levantamentos de Capital. O SFO também deu início a uma investigação ao Acordos e ao empréstimo de 3mM£ (o Empréstimo) proporcionado pelo Barclays Bank PLC em Novembro de 2008 ao Estado do Qatar.

Procedimentos do SFO

Em junho de 2017, o SFO acusou o Barclays PLC de dois casos de conspiração com certos ex-diretores e funcionários do Barclays para cometer fraude de falsas representação relacionadas com os Acordos e um caso de assistência financeira ilegal perante a secção 151 da Lei das Empresas de 1985 relativamente ao Empréstimo. Em fevereiro de 2018, o SFO também acusou o Barclays Bank PLC com a mesma infração relativamente ao Empréstimo. O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC teve como intenção defender-se das respetivas acusações de que foi alvo (as Acusações). O julgamento das Acusações terá início em janeiro de 2019.

Procedimentos do SFO e outras investigações

Em setembro de 2013, a FCA enviou avisos (os Avisos), informando de que, embora o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC considerassem, na altura da execução dos Acordos, que deveria haver pelo menos um valor indeterminado e não especificado derivado dos mesmos, o propósito principal dos Acordos não era obter serviços de assessoria, mas sim efetuar pagamentos adicionais, que não seriam divulgados, pela participação do Qatar nos Levantamentos de Capitais. Os Avisos concluíram que o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC quebraram determinadas regras de listagem relacionadas com as divulgações, e o Barclays PLC quebrou ainda o Princípio de Listagem 3 (a exigência de agir de forma íntegra para com os acionistas e potenciais acionistas da Empresa). Assim sendo, a FCA considera que o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC agiram de forma irresponsável. A penalização financeira imposta ao Grupo nos Avisos é de 50M£. O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC continua a contestar esta decisão. A ação da FCA foi interrompida devido aos procedimentos da SFO.

Além destas, o DOJ e a SEC também levaram a cabo investigações relacionadas com estes Acordos.

Ação Cível

Em janeiro de 2016, a PCP Capital Partners LLP and PCP International Finance Limited (PCP) apresentou uma reivindicação ao Barclays Bank PLC de uma indemnização de 721,4M£ acrescidos de juros e custos, por distorção e dolo fraudulentos, decorrentes de supostas declarações feitas pelo Barclays Bank PLC à PCP relativas aos termos de emissão de títulos a potenciais investidores, alegadamente incluindo a PCP, no aumento de capital de 2008.
No seguimento da reclamação de novembro de 2017, a PCP procura danos até 1 477M£ (mais juros de novembro de 2017) e custos. O Barclays Bank PLC está a defender-se da reclamação e o julgamento está marcado para começar em outubro de 2019.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período. O PCP efetuou uma reivindicação junto do Barclays Bank PLC de cerca de 1,477M£ em danos, mais juros e custos. Este montante não reflete obrigatoriamente a exposição financeira do BBPLC no caso de uma eventual decisão contrária nessa matéria.

Investigações a determinados relacionamentos comerciais

Em 2012, o DOJ e a SEC deram início a uma investigação para aferir a conformidade dos relacionamentos do Grupo com terceiros que assistam o BPLC a obter ou reter negócios com a Lei das Práticas de Corrupção no Exterior dos EUA. Vários reguladores noutras jurisdições também estão a ser informados das investigações. Separadamente, o Grupo está a cooperar com o DOJ e a SEC relativamente a uma investigação a determinadas práticas de recrutamento na Ásia e noutros locais, e está a manter informados determinados reguladores de outras jurisdições.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigações relacionadas com sistemas e controlos de denúncia

A FCA e a PRA têm investigações abertas em relação ao CEO do Grupo e ao Barclays Bank PLC relacionadas com matérias de denúncias.

Antecedentes

EM Abril de 2017, a FCA e a Autoridade de Regulamentação Prudencial (PRA) deram início a uma investigação ao CEO devido à sua conduta individual e responsabilidades de gestor superior, relativamente ao programa de denúncias do Barclays e pela sua tentativa, em 2016, de identificar o autor de uma carta que foi considerada pelo Barclays PLC como uma denúncia; e uma investigação ao Barclays Bank PLC relativamente às suas responsabilidades na tentativa do CEO identificar o autor da carta, assim como os sistemas e controlos do Barclays e a cultura relacionada com denúncias.

A tentativa de identificar o autor da carta chegou á atenção do Conselho Diretivo do Barclays PLC pela primeira vez no início de 2017. O Conselho Diretivo deu ordens a uma sociedade de advogados externa levar a cabo uma investigação focada nessa matéria, e procedeu também à notificação da FCA e a PRA e outras autoridades relevantes. As investigações revelaram, e foi essa a conclusão do Concelho, que o CEO acreditava, honesta mas equivocadamente, que lhe era permitido identificar o autor.
No entanto, o Concelho concluiu que o CEO cometeu um erro no seu envolvimento nesta matéria e na não utilização de governação apropriada, e na própria ação de tentar identificar o autor da carta.

O Barclays e o CEO estão a prestar a sua total cooperação com as investigações da FCA e da PRA. O Barclays também forneceu informação às autoridades dos EUA na sua cooperação relativamente a estas matérias.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigações relativas a depósitos retalhistas estruturados e notas sobre o capital estruturado protegido

A FCA está a levar a cabo investigações sobre a aplicação da lei relativamente a certos depósitos estruturados e notas fornecidas pelo Barclays no passado.

Antecedentes

Em 2015, a FCA deu início a uma investigação policial relacionada com a criação, produção e venda de depósitos estruturados por parte do Barclays desde novembro 2009. A investigação está numa etapa avançada. Em janeiro de 2018, a FCA deu também início a uma investigação policial relacionada com a criação, produção e venda de notas de capital estruturado protegido por parte do Barclays de junho 2008 e julho de 2014.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação sobre cobranças e recuperações relativamente a empréstimos sem garantia

Em Fevereiro de 2018, a FCA deu início a uma investigação policial sobre a possibilidade de o Barclays Bank PLC, desde julho de 2015, ter implementado serviços e controlos eficazes relativos a cobranças e recuperações e se deu a devida atenção aos juros dos clientes em casos de incumprimento e atrasos.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro da investigação sobre o Grupo, ou do efeito que possa ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação ao negócio de consultoria de Gestão Patrimonial e de Investimentos nas Américas

A SEC levou a cabo uma investigação sobre determinadas práticas no antigo negócio de consultoria de investimento Wealth Americas, relacionadas com certas falhas nas devidas diligências, práticas de comissões e faturação e renúncias a comissões de fundos mútuos, bem como nas respetivas divulgações. Em maio de 2017, a SEC anunciou um acordo o qual envolvia o Barclays Capital Inc. (BCI) acordar a resolução desta matéria por 97M$, que consistia numa penalização de 30M$ pagos ao SEC e 67M$ pagos aos clientes em correções e restituições.

Investigação sobre presumível branqueamento de capitais relacionado com transações cambiais na operação Sul-africana

O Absa Bank Limited, afiliado do Barclays Africa Group Limited, que era uma subsidiária do Barclays identificou atividades potencialmente fraudulentas em determinados clientes, que usavam adiantamentos destinados a importações em 2014 e 2015 para efetuarem transferências cambiais da África do Sul para contas de destino localizadas na Ásia Oriental, Reino Unido, Europa e EUA. Como consequência, o Grupo procedeu a uma análise da atividade, processos, sistemas, e controlos relevantes. O Grupo continua a proporcionar informação às autoridades relevantes no âmbito da cooperação contínua do Grupo.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigações à LIBOR e a outros valores de referência

Os organismos reguladores e as agências de cumprimento da lei – incluindo determinadas autoridades na área da concorrência – de um conjunto de governos têm levado a cabo investigações sobre o envolvimento do BBPLC na manipulação de determinados valores de referência financeiros, tais como a LIBOR e a EURIBOR.

Antecedentes

Em 2012, o Barclays Bank PLC anunciou que tinha chegado a acordos com a Autoridade de Serviços Financeiros (FSA, predecessora da FCA), a Commodity Futures Trading Commission nos EUA (CFTC) e o DOJ em relação às suas investigações sobre certas submissões de taxas de juro de referência; o Barclays Bank PLC acordou pagar as penalizações no total de 290M£. O acordo com o DOJ ocorreu mediante a celebração de um Acordo de Não-Acusação (NPA) que já venceu entretanto.O Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e o BCI chegaram a acordos com determinados outros organismos reguladores e as agências de cumprimento legal. O Barclays Bank PLC continua a responder a pedidos de informação do SFO relativamente à sua investigação em curso à LIBOR, incluindo a respeito do Barclays Bank PLC. A investigação do gabinete do Ministério Público em Trani, Itália, permanece pendente.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas à LIBOR e a outros valores de referência

Um conjunto de indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado interpor ou interpuseram ações cíveis contra o Grupo e outros bancos em relação à LIBOR e/ou outros valores de referência.

Antecedentes

No seguimento dos acordos relativos às investigações referidas atrás em "Investigações à LIBOR e a outros valores de referência", um conjunto de pessoas e empresas numa série de jurisdições ameaçaram apresentar ou apresentaram ações cíveis contra o Grupo. Embora certos casos tenham sido rejeitados ou resolvidos, pendentes de aprovação pelo tribunal (e no caso das ações coletivas, do direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação), outras ações ainda decorrem e o seu impacto final é incerto.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Casos LIBOR USD no Tribunal MDL

A maioria dos casos da LIBOR USD, apresentados em várias jurisdições dos EUA, foi consolidada para fins de pré-julgamento perante um único juiz no Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova Iorque (Tribunal MDL).

As queixas são significativamente semelhantes e alegam, entre outras coisas, que o BBPLC e os outros bancos, de forma individual e coletiva, violaram as provisões da Lei Sherman Antimonopólio dos EUA (Lei Antimonopólio), da Lei de Transações de Mercadorias do EUA(LTM/CEA), da Lei contra as Organizações Corruptas e Influenciadas por Extorsionários (RICO), e de várias leis estaduais, devido a terem manipulado as taxas LIBOR USD.

As ações coletivas propostas são presumivelmente apresentadas em nome de (entre outros) queixosos que (i) participaram em transações do mercado de balcão (Classe OTC) indexadas à LIBOR USD; (ii) adquiriram instrumentos financeiros indexados à LIBOR USD num câmbio (Classe relacionada com Câmbios); (iii) adquiriram títulos de dívida indexados à LIBOR USD (Classe relacionada com Títulos de Dívida); (iv) adquiriram hipotecas de taxa variável indexadas à LIBOR USD (Classe de proprietários); ou (v) concederam empréstimos indexados à LIBOR USD (Classe de mutuantes).

As ações judiciais procuram indemnizações não especificadas, com exceção de cinco ações, em que os requerentes solicitam uma indemnização total combinada superior a 1,25mM$ a todos os arguidos, incluindo o BBPLC, acrescida de indemnizações punitivas. Algumas das ações também solicitam indemnização tripla ao abrigo da Lei Antimonopólio e da RICO.

Entre 2013 e 2016, o Tribunal MDL emitiu uma série de decisões que efetivamente encerraram a maioria das reclamações, incluindo reclamações antimonopólio, contra o Barclays Bank PLC e outros arguidos externos em ações coletivas e ações individuais. Em maio de 2016, o tribunal de recurso reverteu a decisão do Tribunal MDL e reencaminhou as reclamações antimonopólio para o Tribunal MDL para uma reconsideração. Após a reconsideração, o Tribunal MDL rejeitou a maioria das reclamações antimonopólio contra arguidos externos, incluindo o BBPLC, por falta de jurisdição pessoal. Requerentes num número de ações individuais e ações coletivas recorreram da decisão da jurisdição pessoal do Tribunal MDL.

Em 2014, o Tribunal MDL concedeu aprovação preliminar para o acordo relativo às restantes queixas da Classe de Câmbios, no valor de 20M$, dos quais 5M$ eram pagos em outubro de 2014 e os restantes 15M$ em setembro de 2017. O acordo continua sujeito à aprovação do tribunal e ao direito de cada parte interessada de se auto-excluir do acordo e submeter a sua própria reclamação.

Em 2015, as reclamações da Classe OTC foram resolvidas, com uma indemnização no valor de 120M$, a qual foi paga em 2017. A indemnização continua sujeita a aprovação final.

Em novembro de 2016, foi pago 7,1M$ em indemnizações de acordos da Classe de Títulos de Dívida. O acordo foi pré-aprovado pelo tribunal mas continua sujeito ao direito de cada parte interessada de se auto-excluir do acordo e submeter a sua própria reclamação.

O Caso EURIBOR no SDNY

Em 2015, foi pago 94M$ em indemnizações de acordos de ações coletivas relacionadas com a EURIBOR. O acordo foi pré-aprovado pelo tribunal mas continua sujeito ao direito de cada parte interessada de se auto-excluir do acordo e submeter a sua própria reclamação.

Caso adicional LIBOR USD no SDNY

Em 2015 uma ação individual contra o Barclays Bank PLC e outros arguidos do painel de bancos foi encerrada pelo SDNY. O requerente alegou que os arguidos pertencentes ao painel de bancos conspiraram para aumentar a LIBOR USD, o que causou a diminuição do valor das obrigações apresentadas como garantia de um empréstimo, resultando em última análise na venda das obrigações a um preço de mercado reduzido. A moção do requerente para apresentar uma reclamação emendada está pendente.

Casos LIBOR GBP no SDNY

Em maio de 2015, foi entregue uma putativa ação coletiva junto do SDNY, contra o BBPLC e outros bancos do painel LIBOR GBP, por um requerente envolvido em derivados cambiais e OTC que se encontravam indexados à LIBOR GBP. A reclamação alega, entre outras coisas, que os arguidos manipularam a taxa LIBOR GBP entre 2005 e 2010 e, ao fazê-lo, incorreram em violações da LTM, da Lei Antimonopólio, e da RICO. No início de 2016, esta ação coletiva foi consolidada com uma ação coletiva putativa adicional, com alegações semelhantes contra o BBPLC, o BCI e outros bancos do painel LIBOR GBP. Os arguidos submeteram uma moção para encerrar o caso.

Caso LIBOR JPY no SDNY

Em 2012, uma ação coletiva punitiva foi entregue junto do SDNY, contra o Barclays Bank PLC e outros bancos do painel LIBOR JPY por um queixoso envolvido em derivados cambiais. A queixa também nomeia membros do painel da Taxa Euroyen do Mercado Interbancário de Tóquio (Euroyen TIBOR) da Associação de Banqueiros Japoneses, da qual o Barclays Bank PLC não é membro. A queixa alega, entre outras coisas, manipulação das taxas TIBOR Euroyen e LIBOR JPY e violações da CEA e da Lei Antimonopólio entre 2006 e 2010. Em 2014, o tribunal rejeitou integralmente as violações da lei antimonopólio apresentadas pelo queixoso, mas as violações da CEA apresentadas pelo queixoso continuam pendentes. A investigação está em curso.

Em março de 2017, a segunda ação coletiva punitiva relativa ao LIBOR JPY entregue no SDNY, contra o Barclays PLC, Barclays Bank PLC e o BCI, foi toralmente encerrada. A queixa alega questões similares à ação coletiva de 2012. Os requerentes recorreram do encerramento.

Caso SIBOR/SOR no SDNY

Uma ação coletiva punitiva entregue no SDNY contra o Barclays PLC, Barclays Bank PLC, BCI e outros arguidos, alegando a manipulação das taxas SIBOR e da SOR, foi encerrada pelo tribunal no caso das queixas contra o Barclays devido à incapacidade de fundamentar a queixa. Os requerentes emendaram as suas queixas em setembro de 2017 e os arguidos entregaram uma moção para encerrar o caso.

Casos de Referências Fora dos EUA

Adicionalmente às ações nos EUA, procedimentos judiciais foram efetuados ou ameaçados contra o Grupo relativamente a alegada manipulação da LIBOR e EURIBOR e outros valores de referência num número de jurisdições na Europa e na Argentina. Procedimentos adicionais em jurisdições fora dos EUA podem ser necessárias no futuro.

28 Questões jurídicas, sobre concorrência, e

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigações cambiais

Várias autoridades reguladoras e de aplicação da lei de várias jurisdições têm investigado uma série de questões associadas às vendas e negociações cambiais, nomeadamente com a negociação eletrónica.

Antecedentes

Em 2015, o Grupo chegou a acordo com o CFTC, o DOJ, o Departamento de Serviços Financeiros de Nova Iorque (NYDFS), o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal (Reserva Federal), e a FCA (conjuntamente, as Autoridades de Resolução de 2015), relativamente a investigações sobre certas vendas e práticas de transação no mercado cambial. Relacionado com estes acordos, o Grupo pagou um total de aproximadamente 2,38mM£ em penalizações e concordou em comprometer-se com certas ações de remediação.

Ao abrigo do acordo de confissão com o DOJ, além da coima criminal, o BPLC acordou um período de condicionalidade, durante o qual deve, entre outras coisas, (i) abster-se de cometer qualquer crime que viole as leis federais dos Estados Unidos, (ii) implementar e continuar a implementação de um programa de cumprimento concebido para evitar e detetar a conduta que originou o acordo de confissão e (iii) fortalecer os seus controlos internos e de cumprimento, do modo exigido pelas agências reguladoras e de aplicação da lei relevantes. Em janeiro de 2017, o Tribunal de Primeira Instância para o Connecticut, nos Estados Unidos, aceitou o acordo de confissão e, segundo o acordo, sentenciou o BPLC a pagar uma coima de 650M$, mais 60M$ por violar o NPA (cujos montantes estão incluídos nos 2,38mM$ mencionados anteriormente) e a um período de três anos de condicionalidade a partir da data da ordem de sentença. O Grupo também continua a providenciar informações relevantes a determinas Autoridades de Resolução de 2015.

O texto completo do acordo de confissão com o DOJ, as ordens do CFTC, do NYFDS, e da Reserva Federal, e o Aviso Final emitido pela FCA relacionados com os acordos referidos acima estão disponíveis publicamente nos websites respetivos das Autoridades de Resolução de 2015.

A Comissão Europeia é uma das várias autoridades a levar a cabo uma investigação sobre determinadas práticas no mercado cambial.

O DOJ está também a investigar a conduta relacionada com determinadas atividades transacionais associadas a transações em 2011 e 2012. O Barclays fornece informação ao DOJ e outras autoridades relevantes que estejam a avaliar esta conduta. Em janeiro de 2018, um colaborador do Barclays atualmente suspenso foi acusado num tribunal federal dos EUA em casos relacionados com estas matérias.

Em fevereiro de 2017, a Comissão da Concorrência da África do Sul (SACC) referenciaram o Barclays Bank PLC, BCI e Absa Bank Limited, uma subsidiária do Barclays Africa Group Limited, a qual, na altura a que se refere, era uma subsidiária do Barclays Bank PLC, juntamente com outros bancos pra o Tribunal da Concorrência, para serem processados for violações da Lei Antimonopólio da África do Sul, relacionado com transações cambiais da South African Rand. O Barclays foi o primeiro a levar a conduta à atenção da SACC, ao abrigo do seu programa de tolerância. A SACC não tenciona solicitar ao Tribunal a imposição de qualquer multa ao Barclays Bank PLC, ao BCI ou ao Absa Bank Limited.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, e de uma provisão de 240M£ reconhecidos no quarto trimestre de 2017, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas a Câmbio

Um conjunto de indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado interpor ou interpuseram ações cíveis contra o Grupo e outros bancos em relação a questões cambiais.

Antecedentes

No seguimento dos acordos referentes a determinadas investigações referidas em cima como “Investigações Cambias”, vários indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado interpor ou interpuseram ações cíveis contra o Grupo e outros bancos em relação ao câmbio, ou podem fazê-lo no futuro. Alguns destes casos foram encerrados ou resolvidos, sujeitos à aprovação do tribunal relevante (e no caso das ações coletivas, ao direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação).

Ação Cambial Consolidada

Em 2014, várias ações cíveis no SDNY que tinham sido submetidas em nome dos coletivos propostos de requerentes, alegando a manipulação dos mercados cambiais, ao abrigo da Lei Antimonopólio e da lei do Estado de Nova Iorque, e nomeando vários bancos internacionais como arguidos, incluindo o Barclays Bank PLC foram agregadas numa única ação consolidada (Ação Cambial Consolidada). Em 2015, o Barclays Bank PLC e o BCI chegaram a um acordo para a resolução da Ação Cambial Consolidada, no valor de 384M£. Determinadas membros da ação auto-excluíram-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação. A decisão está também ela sujeita à aprovação final do tribunal.

Ação Cambial da ERISA

Desde 2015, foram submetidas outras ações cíveis no SDNY, em nome dos coletivos propostos de requerentes, procurando alegar diferentes teorias jurídicas de danos (que não a da Ação Cambial Consolidada) relacionadas com a alegada manipulação das taxas de câmbio, incluindo reclamações ao abrigo do estatuto da Lei de Segurança do Rendimento de Aposentação dos Empregados (ERISA) nos EUA (Reclamações ERISA), e nomeando vários bancos internacionais como arguidos, incluindo o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e o BCI. O Tribunal encerrou as Reclamações ERISA e os requerentes recorreram da decisão.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Ação do Negócio Retalhista

Foi apresentada uma ação punitiva ao Distrito Setentrional da Califórnia (e posteriormente transferida para o SDNY) contra vários bancos internacionais, incluindo o Barclays PLC e o BCI, em nome de um conjunto putativo de indivíduos que trocavam moeda estrangeira no âmbito do negócio de retalho de sucursais bancárias (Reclamações do Negócio Retalhista). O Tribunal determinou que as Reclamações do Negócio Retalhista não estavam cobertas pelo acordo da Ação Cambial Consolidada. O tribunal posteriormente encerrou todas as queixas de Reclamações do Negócio Retalhista contra o Barclays e todos os outros arguidos. Os requerentes emendaram as suas queixas e os arguidos (incluindo o Barclays) avançaram com o encerramento da queixa emendada.

Ações Last Look

Em 2015, os coletivos propostos de requerentes e alegando danos baseados na alegada rejeição indevida de ordens de negociação de clientes geridas pela funcionalidade Last Look do Barclays nas plataformas de e-trading cambial. Em 2016, o Barclays Bank PLC e o BCI chegaram a um acordo coletivo com os requerentes de uma das ações (a outra ação foi removida voluntariamente). O montante do acordo proposto é de 50M$. O prazo de auto-exclusão da ação já expirou (um pequeno número de membros da ação auto-excluíram-se) e o Tribunal concedeu a aprovação final do acordo.

Ação Cambial Estatal

Em 2016, foi submetida uma ação ao SDNY, ao abrigo da lei federal e dos Estados de Nova Iorque e Califórnia, em nome dos coletivos propostos de acionistas dos Fundos de Investimento Cotados em Bolsa (ETFs), bem como outros que supostamente investiram indiretamente nos instrumentos cambiais. Os arguidos (incluindo o Barclays) apresentou uma moção para encerrar a ação. Os representantes dos requerentes emendaram a reclamação de modo a apresentarem as queixas em nome do coletivo proposto de investidores que, ao abrigo de várias leis federais e estatais, transacionaram instrumentos cambiais através de entidades ou corretores cambiais que alegadamente não manipularam as Taxas de Câmbio. Um grupo diferente de requerentes submeteu posteriormente outra ação com base nas mesmas teorias e das quais obteve posteriormente queixas semelhantes. Estas duas ações foram consolidadas e uma reclamação consolidada foi submetida em junho de 2017. Os arguidos (incluindo o Barclays) avançaram com o encerramento da ação.

Ação Cambial Canadiana

Ações cíveis semelhantes à Ação Cambial Consolidada foram submetidas nos tribunais canadianos em nome dos coletivos propostos de requerentes, contendo alegações factuais semelhantes de manipulação das taxas de câmbio e de danos resultantes dessa manipulação, em violação da lei canadiana. As partes acordaram em 14,8M$ foram aprovadas pelo tribunal.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas em cima sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas ao ISDAFIX

Em 2014, foi apresentado ao SDNY um conjunto de ações cíveis relacionadas com o ISDAFIX em nome de um conjunto de requerentes, alegando que o BBPLC, juntamente com um conjunto de outros bancos e um corretor violaram a Lei Antimonopólio e várias leis estaduais por participarem numa conspiração para manipular o ISDAFIX USD. Em 2016, o Barclays Bank PLC e o BCI chegaram a um acordo com os requerentes para a resolução da ação consolidada, no valor de 30M$, remediando na totalidade todas as reclamações relacionadas com o ISDAFIX que haviam sido ou poderiam ser submetidas pelo conjunto. O tribunal pré-aprovou o acordo, que permanece sujeito à aprovação final e ao direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

O principal impacto financeiro no Grupo das ações descritas reflete-se nos acordos em cima descritos.

Investigações a metais

O BBPLC forneceu informação ao DOJ e a outras autoridades no âmbito de investigações sobre metais e instrumentos financeiros baseados em metais.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas ao Preço do Ouro e da Prata

Várias ações cíveis foram submetidas contra o Barclays Bank PLC e outros alegando a manipulação dos preços do ouro e prata.

Antecedentes

Várias queixas cíveis, cada uma em nome de um conjunto de requerentes, foram consolidadas e transferidas para o SDNY. As queixas alegam que o Barclays Bank PLC e outros membros da The London Gold Market Fixing Ltd. manipularam os preços do ouro e de contratos relativos a derivados de ouro, em violação da CEA, da Lei Antimonopólio, e de leis estaduais antimonopólio e de proteção ao consumidor. Ainda no EUA, um conjunto proposto de requerentes submeteu uma reclamação contra um número de bancos, incluindo o Barclays Bank PLC, BCI e a Barclays Capital Services Ltd., alegando manipulação do preço de prata em violação da CEA e das leis antimonopólio. Os arguidos avançaram com o encerramento destas ações.

Ações cíveis também foram submetidas nos tribunais canadianos contra o Barclays PLC, Barclays Bank PLC, Barclays Capital Canada Inc., BCI e o Barclays Capital PLC, em nome de coletivos propostos de requerentes, alegando a manipulação dos preços de outo e prata em violação da lei canadiana.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

28 Questões jurídicas, sobre concorrência, e

Atividades relacionadas com hipoteca comercial e contencioso, residencial e comercial, dos EUA

Existiram várias investigações e litígio cível relacionado com o mercado secundário de títulos hipotecários residenciais dos EUA (RMBS) e de títulos hipotecários comerciais dos EUA (CMBS).

Antecedentes

As atividades do Grupo no setor de hipotecas residenciais dos EUA durante o período entre 2005 e 2008 incluíram:

- patrocínio e subscrição de aproximadamente 39 mM$ em titularizações de marca própria;
- exposição económica à subscrição de aproximadamente 34 mM$ para outras titularizações de marca própria;
- vendas de aproximadamente 0,2 mM$ de empréstimos a empresas patrocinadas pelo governo (EPG/GSE);
- vendas de aproximadamente mM$3 de empréstimos a outros; e
- vendas de aproximadamente 19,4 mM$ de empréstimos (líquidos de aproximadamente 500 M$ de empréstimos vendidos durante este período e posteriormente readquiridos) que foram originados e vendidos a terceiros por afiliadas originadoras de hipotecas de uma entidade adquirida pelo Grupo em 2007 (Afiliada Adquirida).

Ação Cível do DOJ

Em dezembro de 2016, o DOJ submeteu uma reclamação cível contra o Barclays Bank PLC, BCI, Barclays Group US Inc., Barclays US LLC, BCAP LLC, Securitized Asset Backed Receivables LLC e a Sutton Funding LLC, assim como dois ex-funcionários, no Tribunal Distrital do EDNY, nos EUA, com diversas alegações, incluindo fraude postal e fraude eletrónica, relacionadas com títulos suportados por hipotecas vendidos entre 2005 e 2007. A reclamação exige, entre outras compensações, penalizações monetárias não especificadas. O Barclays está a defender-se desta reclamação e avançou com o uma moção para o seu encerramento.

Pedidos de Recompra RMBS

O Grupo foi o participante exclusivo em várias representações e garantias (R&G) a nível de empréstimos relativamente a:

- aproximadamente 5 mM$ de titularizações patrocinadas pelo Grupo;
- aproximadamente 0,2mM$ em vendas de empréstimos a GSEs; e
- aproximadamente 3mM$ de empréstimos vendidos a outras partes.

Adicionalmente, a Subsidiária Adquirida forneceu R&G em todos os empréstimos que vendeu a terceiros. no valor de 19,4mM$.

As R&G relativas às restantes titularizações patrocinadas pelo Grupo foram primariamente fornecidas por terceiros diretamente a fundos de titularização com uma subsidiária do Grupo, tal como o depositante para a titularização, fornecendo R&G mais limitadas. Não existem provisões definidas para o vencimento aplicáveis à maior parte das R&G fornecidas pelo Grupo, pela Subsidiária Adquirida ou pelos terceiros referidos.

Sob certas circunstâncias, o Grupo e/ou a Subsidiária Adquirida podem ser obrigados a recomprar os empréstimos relacionados ou fazer outros pagamentos relativos a tais empréstimos se as R&G forem violadas.

Os pedidos de recompra pendentes recebidos até 31 de dezembro de 2017 inclusive, associados a todas as R&G fornecidas pelo Grupo ou pela Subsidiária Adquirida, de empréstimos vendidos a GSEs e outros, bem como de atividades de marca própria, ascendiam originalmente a um saldo de capital em dívida de aproximadamente 2,1mM$ no momento da venda.

Os pedidos de recompra pendentes acima referidos estão relacionados com ações cíveis iniciadas pelos administradores de determinadas titularizações RMBS, nas quais os administradores alegam que o Grupo e/ou a Subsidiária Adquirida devem recomprar os empréstimos que violaram as R&G operacionais. Estes administradores e outras partes que apresentaram pedidos de recompra também alegaram que as R&G operacionais foram violadas num montante maior (mas não especificado) de empréstimos do que o montante anteriormente referido nos pedidos de recompra específicos apresentados por tais administradores.
As perdas cumulativas relatadas a 31 de dezembro de 2017 em empréstimos cobertos pelas R&G efetuadas pelo Grupo ou pela Subsidiária Adquirida são de aproximadamente 1,3mM$. Este litígio está em curso.

Adicionalmente, a Subsidiária Adquirida está sujeita a uma ação cível que exige, entre outras coisas, uma indemnização por perdas alegadamente sofridas por um comprador de empréstimos, resultantes de uma alegada violação de R&G fornecidas pela Subsidiária Adquirida e relacionadas com vendas de empréstimos ao comprador no período entre 1997 e 2007. Este processo judicial ainda decorre.

Títulos de Sinistros RMBS

Como consequência de algumas das atividades de RMBS acima descritas, o Grupo está envolvido numa série de processos judiciais iniciados por compradores de RMBS patrocinados e/ou subscritos pelo Grupo entre 2005 e 2008. De forma geral, estes processos alegam, entre outras coisas, que os documentos de oferta de RMBS nos quais os compradores confiaram, continham declarações substancialmente falsas e enganadoras e/ou omissões, e pedem, de uma forma geral, rescisões e recuperação dos montantes pagos pelos RMBS e recuperação das perdas monetárias decorrentes da sua posse. O Grupo resolveu a maioria destas reclamações, e atualmente apenas uma ação permanece pendente.

Aproximadamente 0,1mM$ do valor nominal dos RMBS relacionados com a ação que permanece pendente estava em dívida a 31 de dezembro de 2017. Virtualmente, não existiam perdas cumulativas realizadas a relatar para estes RMBS a 31 de dezembro de 2017. O Grupo antecipa que, se perder a ação pendente, as perdas não serão substanciais.

Investigação a Transações Secundárias

O Grupo recebeu pedidos de informação e intimações da SEC, do Procurador-Geral do Distrito de Connecticut e do Inspetor-Geral Extraordinário para o Programa de Apoio a Ativos Depreciados dos EUA (SIGTARP), relacionados com as práticas transacionais no mercado secundário tanto dos RMBS como dos CMBS. Um acordo foi anunciado em maio de 2017 no qual o BCI concordou com resolver esta matéria com o pagamento de 16,56M$.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Excluindo as restantes ações pendentes descritas como "Reclamações de Títulos RMBS" e o acordo de maio de 2017 em cima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa de qualquer outro impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período, mas o custo de resolução destas ações poderá ser substancial, de forma individual ou agregada.

Sistemas alternativos de negociação e negociação de alta frequência

A SEC, o Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque (NYAG) e os reguladores em determinadas jurisdições têm procedido à investigação de várias questões associadas a sistemas de negociação alternativos (SNAs), incluindo *black pools* e as atividades de negociantes de alta frequência.

Antecedentes

Em 2014, o NYAG submeteu uma reclamação (Reclamação do NYAG) contra o Barclays PLC e o BCI no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque, alegando, entre outras coisas, que o Barclays PLC e o BCI incorreram em práticas fraudulentas relacionadas com o LX, o SNA do Grupo registado na SEC. Em fevereiro de 2016, o Barclays chegou a acordos separados com a SEC e com o NYAG para solucionar as reclamações destas agências contra o Barclays PLC e o BCI, relativamente à operação do LX, pagando um valor de 35M$ cada.

O Barclays PLC e o BCI foram nomeados numa alegada ação coletiva de uma empresa de serviços institucionais financeiros ao abrigo da lei na Califórnia, com base em alegações semelhantes às da reclamação do NYAG. Em outubro de 2016, o tribunal federal da Califórnia aprovou a moção do Barclays PLC e do BCI para encerrar a reclamação na totalidade e os requerentes recorreram da decisão do tribunal.

Após a apresentação da Reclamação do NYAG, o BPLC e o BCI foram nomeados numa ação coletiva de acionistas, juntamente com alguns dos seus antigos CEOs, e o seu atual CFO, bem como um ex-CFO e um empregado (Ação Coletiva dos Acionistas). Os requerentes afirmam que os detentores de Recibos Depositários Americanos do Barclays (ADRs) sofreram danos quando se deu uma depreciação do valor dos ADRs resultante das alegações da Reclamação do NYAG. Uma moção para o encerramento da reclamação foi submetida pelos arguidos (incluindo o Barclays PLC e BCI), quando foi parcialmente aprovada e parcialmente recusada pelo tribunal. Em fevereiro de 2016, o tribunal certificou as ações como uma ação coletiva. Em Novembro de 2017, o tribunal de recursos confirmou a certificação do conjunto. O Barclays pediu ao tribunal de recursos para suspender a ação enquanto a certificação do conjunto é reavaliada pelo Supremo Tribunal dos EUA.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

As ações coletivas exigem uma quantia monetária não especificada por danos, bem como medidas cautelares.Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas à FERC e a outros

A Comissão Federal Reguladora da Energia (FERC) dos EUA apresentou uma ação cível contra o BBPLC e alguns dos seus antigos operadores relativa às alegações que o Barclays Bank PLC manipulou os mercados de eletricidade no Oeste dos EUA.

Antecedentes

Em 2012, a FERC emitiu uma Ordem para Exibição de Factos e um Aviso de Penalizações Propostas (Ordem e Aviso) contra o Barclays Bank PLC e quatro dos seus antigos operadores, afirmando que o Barclays Bank PLC e os seus antigos operadores violaram a Regra Antimanipulação da FERC, manipulando os mercados de eletricidade na Califórnia e arredores, de 2006 a 2008, e propôs que o BBPLC sofresse penalizações cíveis e restituísse lucros.

Em outubro de 2013, a FERC submeteu uma ação cível contra o BBPLC e os seus antigos colaboradores no Tribunal Distrital da Califórnia, nos EUA, com a intenção de receber o montante da penalização de 435M$ e a restituição de lucros no valor de 34,9M$, acrescido dos respetivos juros. A ação foi acordada em 105M$ (uma penalização de 70M$ e uma restituição de lucros de 35M$), o qual foi pago em 2017.

Em junho de 2015, foi apresentada uma ação coletiva cível de reclamação que pretendia 139,3M$ em danos no SDNY no Tribunal de Primeira Instância dos EUA contra o Barclays Bank PLC pela Merced Irrigation District, uma empresa Californiana de serviços de utilidade pública, defendendo alegações antimonopólio relativas à presumível manipulação dos mercados de eletricidade na Califórnia e arredores. A ação foi acordada em princípio por 29M$ (sujeita a aprovação do tribunal e ao direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação).

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Além dos montantes doa cordos referidos em cima, o Barclays não espera que o impacto financeiro derivado das ações descritas em cima seja significativo para os resultados operacionais, fluxos de caixa do Grupo, assim como a sua posição financeira.

Ações cíveis a respeito de leilões de títulos do tesouro e matérias relacionadas

Várias ações cíveis foram submetidas contra o Barclays Bank PLC, BCI e outras instituições financeiras por alegada violação de leis antimonopólio, entre outras, relacionadas com os mercados de títulos do Tesouro dos EUA e títulos de Entidades Supranacionais, Soberanas e de Agências. Certas autoridades governamentais também estão a levar a cabo investigações relacionadas com a transação de determinados títulos governamentais de vários mercados.

Antecedentes

Foram apresentadas várias queixas de ações coletivas putativas a Tribunais Federais dos EUA contra o BCI e outras instituições financeiras que serviram de negociadores principais em títulos do Tesouro dos EUA. Estas ações foram consolidadas e em Novembro de 2017, os requerentes da ação coletiva putativa submeteram uma reclamação consolidada no Tribunal Federal Americano de Nova Iorque contra os arguidos, assim como contra certas corporações que operam plataformas de transações eletrónicas nas quais os títulos do Tesouro americanos são transacionados. A queixa tenciona analisar as reclamações ao abrigo das leis federais americanas antimonopólio e a lei estatal comum, relativamente às alegações de que os arguidos (i) conspirarão para manipular o mercado de títulos do Tesouro americanos e/ou (ii) conspiraram para impedir a criação de certas plataformas através do boicote ou ameaça de boicote dessas mesmas plataformas de transações. Os arguidos pretender avançar com o encerramento desta ação.

28 Questões jurídicas, sobre concorrência, e

Adicionalmente, certos requerentes submeteram uma ação relacionada e direta contra o BCI e outras instituições financeiras que serviram de negociadores principais em títulos do Tesouro dos EUA. Esta queixa alega que os arguidos conspiraram a definição e manipulação do mercado de títulos do Tesouro americanos, violando assim as leis federais antimonopólio americanas, as CEA e a lei comum estatal.

Em 2017, o Barclays PLC, Barclays Bank PLC, BCI, Barclays Services Limited, Barclays Capital Securities Limited e outras instituições financeiras foram constituídas arguidas numa queixa cível antimonopólio que alega que os arguidos fizeram parte de uma conspiração de fixação de preços e limitaram a concorrência no mercado de obrigações americanas Supranacionais, Soberanas e de Agências de 2005 até 2015. Os arguidos avançaram com o encerramento da ação.

Certas autoridades governamentais estão a investigar atividades relacionadas com a transação de determinados títulos governamentais em vários mercados. O Barclays tem fornecido informação a várias autoridades continuamente.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações de Depósito Americano

O Barclays PLC, Barclays Bank PLC e vários membros anteriores do Conselho de Administração do Barclays PLC foram constituídos réus numa ação judicial sobre valores mobiliários consolidadas no SDNY.

Antecedentes

O Barclays PLC, Barclays Bank PLC e vários membros anteriores do Conselho de Administração do Barclays PLC alegam declarações incorretas e omissões nos documentos de oferta para determinadas Ações de Depósito Americanas emitidas pelo BBPLC em abril de 2008, com um montante nominal original de aproximadamente 2,5mM$ (a Oferta de abril de 2008). Os queixosos invocam reivindicações ao abrigo da Lei dos Valores Mobiliários de 1933, alegando declarações incorretas e omissões relativas (entre outras coisas) à carteira de títulos hipotecários (incluindo créditos hipotecários de alto risco dos EUA) do Barclays, à exposição do Barclays Bank PLC ao risco do mercado hipotecário e do mercado de crédito, e à situação financeira do Barclays Bank PLC. Os queixosos não alegaram especificamente o montante dos seus danos. Em junho de 2016, o SDNY certificou a ação como ação coletiva. Em setembro de 2017, o SDNY aprovou a moção de julgamento sumário apresentada pelos arguidos. Os requerentes recorreram da decisão.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

BDC Finance L.L.C.

O BDC Finance L.L.C. (BDC) apresentou uma queixa contra o BBPLC no Supremo Tribunal de Nova Iorque, alegando uma violação de contrato relativamente a uma carteira de swaps de retorno total geridos por um Acordo Geral ISDA (coletivamente, o Acordo).

Antecedentes

Em 2008, o BDC apresentou uma queixa no Supremo Tribunal de Nova Iorque, alegando que o BBPLC violara o Acordo ao não transferir aproximadamente 40M$ para um alegado reforço de garantias, em resposta ao pedido (o Pedido) apresentado em 2008 pelo BDC.

O BDC afirma que, ao abrigo do Acordo, o BBPLC não tinha direito a contestar o Pedido antes de transferir o alegado reforço de garantias, e que mesmo que o Acordo conferisse ao BBPLC o direito a contestar o Pedido antes de efetuar a transferência, o BBPLC não contestou o Pedido. O BDC exige indemnizações no total de 298M$, acrescido de honorários de advogados, despesas, e juros pré-julgamento. Um julgamento sobre questões de litígio concluiu em abril de 2017 e aguarda-se a decisão do tribunal.

Em 2011, o consultor de investimentos do BDC, o BDCM Fund Adviser, L.L.C. e a sua empresa-mãe, Black Diamond Capital Holdings, L.L.C. também processaram o BBPLC e o BCI no Tribunal Estadual do Connecticut por danos não especificados alegadamente resultantes da conduta do BBPLC relativa ao Acordo, invocando a violação da Lei sobre Práticas Comerciais Desleais do Connecticut e interferência danosa em relações comerciais atuais e potenciais. As partes concordaram em suspender o caso.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período. A BDC apresentou reclamações contra o Grupo no total de 298M$, acrescidos de honorários de advogados, despesas, e juros pré-julgamento. Este montante não reflete obrigatoriamente a potencial exposição financeira do Grupo no caso de uma eventual decisão contrária.

Ações cíveis a respeito da Lei Anti-Terrorismo dos EUA

Queixas cíveis contra o Barclays Bank PLC e outros bancos alegam a participação numa conspiração e a violação da Lei Anti-Terrorista americana (ATA).

Antecedentes

Em 2015, foi apresentada uma queixa cível emendada ao Tribunal Federal dos EUA no EDNY, por um grupo contendo aproximadamente 250 queixosos, alegando que o BBPLC e uma série de outros bancos participaram numa conspiração e violaram a ATA, ao facilitarem transações denominadas em dólares americanos ao Governo do Irão e a vários bancos Iranianos, que por sua vez financiaram ataques do Hezbollah que feriram ou mataram familiares dos queixosos. Os queixosos procuram ser ressarcidos pela dor, sofrimento, e angústia psicológica decorrentes das provisões da ATA, a qual permite a triplicação de quaisquer danos comprovados, bem como honorários de advogados. Os queixosos apresentaram uma segunda reclamação emendada em julho de 2016 (a Segunda Reclamação Emendada), que, entre outras coisas, acrescentou vários queixosos, aumentando o número para aproximadamente 350. Os arguidos avançaram com o encerramento da Segunda Queixa Emendada). Em novembro de 2017, uma queixa cível separada foi submetida no Tribunal Federal dos EUA no SDNY por um grupo de aproximadamente 160 requerentes, alegando reclamações ao abrigo da ATA contra o Barclays Bank PLC e um número de outros bancos substancialmente semelhantes aos da Segunda Reclamação Emendada. Os arguidos pretendem avançar com o encerramento desta queixa.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Em novembro de 2016, uma reclamação cível foi submetida alegando reclamações ao abrigo da ATA contra o Barclays Bank PLC e um número de outros bancos substancialmente semelhantes aos da Segunda Reclamação Emendada. Em outubro de 2017, os requerentes encerraram voluntariamente o caso, sem prejuízo.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis para swaps de taxa de juro e swaps de risco de crédito

O Barclays PLC, Barclays Bank PLC e BCI juntamente com outras instituições financeiras são arguidas em ações cíveis de antimonopólio no SDNY relacionadas com swaps de taxa de juro e swaps de risco de crédito.

Antecedentes

O BPLC, o BBPLC e o BCI, juntamente com outras instituições financeiras que atuam como criadores de mercado para *swaps* de taxas de juro (IRS), a Tradeweb e a ICA foram apontados como arguidos em várias ações coletivas consolidadas antimonopólio, as quais foram no SDNY em 2016. As queixas alegam que os arguidos conspiraram para prevenir o desenvolvimento de transações para *swaps* de taxas de juro e exigem o pagamento de danos não especificados, danos triplicados e custas judiciais. Os requerentes incluem certas instalações de execução de *swaps*, bem como investidores do lado do comprador. Estes últimos representam um conjunto que transacionou IRSs de taxa fixa por variável com os arguidos nos EUA, desde janeiro de 2008 até ao presente, incluindo, por exemplo, fundos de pensões americanos, fundos universitários, municípios, empresas, companhias seguradoras e fundos de investimento. O caso está sob investigação. Em junho de 2017, um processo separado foi iniciado no Tribunal de Primeira Instância dos EUA contra a mesma instituição financeira arguidas nos casos do IRS, INCLUINDO o Barclays PLC, Barclays Bank PLC e BCI, defendendo que certas condutas alegadas nos casos do IRS também causaram dano aos requerentes no que respeita ao mercado de Swaps de Risco de Crédito. Os arguidos avançaram com o encerramento desta ação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

CCUK Finance Limited e a CIAC Corporation

Em Maio de 2017, o Barclays Bank PLC foi notificado com uma reclamação cível por parte da CCUK Finance Limited e a CIAC Corporation emitido no English High Court, alegando a violação de uma indemnização contratual, distorção fraudulenta e violação da garantia relacionada cuma carteira de cartões de crédito em 2007. O Barclays Bank PLC submeteu uma reclamação de defesa.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

A reclamação pretende receber danos não inferiores a 1mM£, mais os juros e custos. Os danos pretendido não refletem necessariamente a potencial exposição financeira do Barclays Bank PLC se a decisão se revelasse desfavorável a este. Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação da Autoridade Portuguesa para a Concorrência

A Autoridade Portuguesa para a Concorrência está a investigar se a lei da concorrência foi violada pela troca de informações sobre produtos creditícios de retalho por 15 bancos em Portugal, incluindo o Grupo, durante um período de 11 anos, com particular incidência sobre as hipotecas, o crédito ao consumo, e o crédito a pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se a cooperar com a investigação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro da ação descrita ou do efeito que esta poderá ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou a posição financeira do Grupo num período determinado.

Geral

O Grupo está envolvido em várias outras questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares, tanto no RU e nos EUA como em várias outras jurisdições estrangeiras. Está sujeito a procedimentos legais por e contra o Grupo que decorram pontualmente do normal decurso da sua atividade, incluindo (sem caráter limitativo) litígios relativos a contratos, títulos, cobrança de dívidas, crédito ao consumo, fraude, fideicomissos, ativos de clientes, concorrência, proteção de dados, branqueamento de capitais, crime financeiro, emprego, ambiente, e outras questões estatutárias e do direito comum.

O Grupo também está sujeito a consultas e análises, pedidos de informação, auditorias, investigações, e procedimentos legais e de outra natureza por parte de órgãos reguladores, governamentais, e outros de natureza pública, nomeadamente (sem caráter limitativo) relativos a medidas de proteção ao consumidor, cumprimento de legislação e de regulamentos, atividade de negociação grossista, e outras áreas do negócio bancário e atividades de negócio em que o Grupo está ou esteve envolvido. O Grupo está a cooperar com as autoridades relevantes e mantém contínua e adequadamente informadas todas as agências relevantes, relativamente a estas questões e a outras descritas nesta nota.

Presentemente, o Grupo não espera que a decisão final relativa a qualquer uma destas outras questões tenha um efeito adverso relevante sobre a sua posição financeira. Contudo, dadas as incertezas envolvidas nestas questões e nas questões especificamente descritas nesta nota, não pode haver garantia de que o resultado de uma questão ou questões específicas não seja relevante para os resultados operacionais ou para os fluxos de caixa do Grupo para um período específico, dependendo, entre outras coisas, do montante da perda resultante da(s) questão(ões) e do montante da receita que de outra forma seria divulgada no período de referência.

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

As notas incluídas nesta secção abordam os capitais de empréstimo e os capitais próprios do Grupo, nomeadamente o capital social emitido, os lucros acumulados, outros saldos de capital e participações de acionistas minoritários nas nossas entidades subsidiárias (participações não controladoras). Para mais informação sobre a gestão do capital e o modo como o Grupo mantém capital suficiente para cumprir os nossos requisitos regulamentares, consulte a página 67.

29 Passivos subordinados

Contabilização de dívida subordinada

Os passivos subordinados são calculados pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo nos termos da IAS 39.

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Balanço de abertura a 1 de janeiro	**23 871**	21 955	**23 878**	21 411
Emissões	**3 041**	1 457	**3 041**	1 457
Resgates	**(1 378)**	(1 143)	**(1 371)**	(1 105)
Outras	**(1 341)**	1 602	**(1 345)**	2 115
Total dos passivos subordinados	**24 193**	23 871	**24 203**	23 878

Emissões no total 3 041M£ composto por 2 000M$ (1,547M£) em Obrigações Subordinadas Resgatáveis a uma Taxa Fixa de 4.836%; 1 500M€ (1 348M£) em Obrigações Subordinadas Resgatáveis a uma Taxa de 2%; e 200M SGD (110M£) em Obrigações Subordinadas Resgatáveis a uma Taxa Fixa Redefinida de 3,75%. Os resgates totalizaram 1 371M£, que incluem 133M£ em Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,375%; 1 556M$ (1 151M$) em Obrigações Subordinadas a uma Taxa Fixa de 6,05%; e 117M$ (87M£) em Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Resgatáveis e Majoráveis a uma Taxa fixa de 7,434%. Os outros movimentos incluíram um decréscimo de 1 345M£, devido sobretudo à depreciação do USD face à GBP no fim do período.

A dívida subordinada inclui os juros acumulados e compreende os seguintes empréstimos com e sem prazo:

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Dívida subordinada perpétuas	**4 192**	4 495	**4 261**	4 570
Dívida subordinada com prazo	**20 001**	19 376	**19 942**	19 308
Total dos passivos subordinados	**24 193**	23 871	**24 203**	23 878

Nenhum dos capitais de empréstimo do Grupo se encontra garantido.

Passivos subordinados perpétuos

		O Grupo		O Banco	
		Passivos subordinados por balanço			
		2017	2016	**2017**	2016
	Data inicial	**M£**	M£	**M£**	M£
Barclays Bank PLC emitidas externamente					
Obrigações de Nível 1 (TONs)					
Obrigações Perpétuas Resgatáveis de Nível 1 a 6%	2032	**16**	17	**16**	17
Obrigações Perpétuas Mobilizáveis de Nível 1 a 6,86% (179M$)	2032	**197**	232	**197**	232
Instrumentos de Capital de Reserva (RCIs)					
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 7,434% (117M$)	2017	**-**	100	**-**	100
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 6,3688%	2019	**36**	37	**36**	37
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 14%	2019	**3 142**	3 124	**3 142**	3 124
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 5,3304%	2036	**52**	54	**52**	54
Obrigações Perpétuas					
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,375%	2017	**-**	140	**-**	140
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 7,7% (99M$)	2018	**74**	84	**74**	84
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 8,25%	2018	**144**	148	**144**	148
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 7,125%	2020	**182**	193	**182**	193
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,125%	2027	**43**	45	**43**	45
Obrigações Perpétuas de Taxa Variável (Junior) (38M$)	Qualquer juro data do pagamento	**28**	31	**98**	106
Obrigações Perpétuas de Capital Primário de Taxa Variável 3ª Série	Qualquer data de pagamento de juros	**21**	21	**21**	21
Títulos					
Títulos Perpétuos Subordinados a 9,25% (ex-Woolwich PLC)	2021	**87**	91	**87**	91
Títulos Permanentes de Capital com Direito a Juros de 9%	Em qualquer momento	**45**	47	**45**	47
Empréstimos					
Empréstimo Subordinado Perpétuo em Duas Divisas Inverso a 5,03% (8 000M¥)	2028	**51**	54	**51**	54
Empréstimo Subordinado Perpétuo em Duas Divisas Inverso a 5% (12 000 M¥)	2028	**73**	77	**73**	77
Total de passivos subordinados perpétuos		**4 192**	4 495	**4 261**	4 570

29 Passivos subordinados continuação

Capital de empréstimo perpétuo

O capital de empréstimo perpétuo é emitido pelo Banco e pelas suas subsidiárias para o desenvolvimento e expansão do seu negócio e para fortalecer os seus fundos próprios. As condições principais do capital de empréstimo perpétuo são descritas abaixo:

Subordinação

Todo o capital de empréstimo perpétuo é classificado por contrapartida dos créditos, junto do banco, dos depositantes e de outros credores não subordinados e sem garantia e de detentores de capital de empréstimo com prazo na seguinte ordem: Obrigações Perpétuas de Taxa Variável Junior; outras emissões de Obrigações Perpétuas, Títulos e Empréstimos classificadas pari passu entre si; seguidas por TON e RCI classificados pari passu entre si.

Juro

Todo o capital de empréstimo perpétuo tem uma taxa de juros fixa até à data inicial da resgate, à exceção dos Títulos a 9%, fixada durante o prazo, e as Obrigações Perpétuas Subordinadas e da 3ª Série que têm taxas variáveis.

Após a data de resgate inicial, e no caso de não serem resgatadas, as Obrigações Perpétuas a 7,125% e 6,125%, e os Títulos a 9,25% acarretam juros a taxas fixadas periódica e antecipadamente por períodos de cinco anos, com base nas taxas de mercado. Todo o restante capital de empréstimo excetuando as duas Obrigações Perpétuas de taxa variável acarretará juros, e as duas Obrigações Perpétuas de taxa variável acarretam atualmente juros, a taxas fixadas periódica e antecipadamente com base nas taxas do mercado interbancário de Londres.

Pagamento de juros

O Banco não é obrigado a pagar juros sobre as suas Obrigações Perpétuas, Títulos, e Empréstimos, excluindo as Obrigações Perpétuas a 7,7%, as Obrigações Perpétuas a 8,25%, e os Títulos a 9,25% se, nos seis meses antecedentes, não tiverem sido declarados ou pagos dividendos a qualquer classe de ações do Barclays PLC ou, em certos casos, a qualquer classe de ações preferenciais do Banco. O Banco não é obrigado a pagar juros sobre os seus Títulos Subordinados Perpétuos a 9,25% se, no período de juros dos 12 meses imediatamente antecedentes, não tiverem sido pagos dividendos a qualquer classe do seu capital social.
O juro que não for pago desta forma tornar-se-á devido no caso em que houver lugar a pagamento subsequente de dividendos ou em outras circunstâncias específicas. Durante o ano, o Banco declarou e pagou dividendos às suas ações ordinárias e a todas as classes de ações preferenciais.

Não poderá efetuar-se qualquer pagamento de capital ou de juros, a não ser que o Banco satisfaça um teste de solvência especificado.

O Banco poderá escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre as Obrigações Perpétuas a 7,7% e sobre as Obrigações Perpétuas a 8,25%. Até que qualquer juro diferido tenha sido pago na totalidade, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, das suas ações ordinárias, ações preferenciais, ou outro capital social; ou cumprir quaisquer pagamentos de juros ou de cupões sobre determinadas obrigações júnior.

O Banco poderá escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre os RCI. Qualquer pagamento de juros diferido dessa forma deve ser pago (o que ocorrer primeiro): (i) na data de resgate dos RCI, (ii) na data de pagamento do cupão que coincida com ou mais próxima do décimo aniversário da data do diferimento do pagamento em causa, e (iii) no caso dos RCI a 14%, apenas na substituição. Enquanto o diferimento continuar, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, às suas ações ordinárias ou preferenciais.

O Banco pode escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre os TONs, se determinar que fica, ou que tal pagamento teria como consequência ficar, numa situação de incumprimento dos requisitos e políticas da PRA relativos a adequação de capital. Qualquer pagamento de juros diferidos dessa forma só será pago no resgate dos TONs. Até que o Banco volte a fazer um pagamento de juros sobre os TONs, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão (i) declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, sobre as suas respetivas ações ordinárias ou Ações Preferenciais, ou fazer pagamentos de juros relativos aos Instrumentos de Capital de Reserva do Banco e (ii) aplicam-se ainda determinadas restrições ao resgate, compra, ou redução do respetivo capital social e outros títulos específicos.

Reembolso

Todo o capital de empréstimo perpétuo é reembolsável, por opção do Banco e geralmente pela totalidade, na data da compra inicial e em qualquer data subsequente de cupão ou de pagamento de juros ou, no caso das Obrigações Perpétuas a 7,125% e 6,125% e dos Títulos a 9,25%, em qualquer quinto aniversário após a data de compra inicial. Adicionalmente, cada emissão do capital de empréstimo perpétuo é reembolsável, por opção do Banco, pela totalidade por motivos fiscais específicos, quer em qualquer altura, ou numa data de pagamento de juros. Não existem situações de incumprimento excetuado o não pagamento de capital ou de juro obrigatório. Quaisquer reembolsos requerem a aprovação prévia da PRA.

Outras

Todos os passivos subordinados sem prazo são não convertíveis.

29 Passivos subordinados continuação

Passivos subordinados datados			O Grupo		O Banco	
			Passivos subordinados por balanço			
			2017	2016	2017	2016
	Data inicial	Data de vencimento	£m		£m	£m
Barclays Bank PLC emitidas externamente						
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6,05% (1 556M$)		2017	**-**	1 316	**-**	1 316
Obrigações Subordinadas de Taxa Variável (40M€)		2018	**36**	34	**36**	34
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6% (1 750M€)		2018	**1 643**	1 590	**1 643**	1 590
Obrigações Subordinadas Indexadas a CMS (100M€)		2018	**93**	90	**93**	90
Obrigações Subordinadas Indexadas a CMS (135M€)		2018	**124**	120	**124**	120
Obrigações Subordinadas Resgatáveis a Taxa Fixa/Variável	2018	2023	**533**	548	**533**	548
Obrigações de Capital Contingente a 7,75% (1 000M$)	2018	2023	**888**	1 004	**888**	1 004
Obrigações Subordinadas de Taxa Variável (50M€)		2019	**44**	42	**44**	42
Obrigações da Nível 2 a 5,14% (1 094M$)		2020	**841**	956	**841**	956
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6% (1 500M€)		2021	**1 484**	1 444	**1 484**	1 444
9,5% Títulos Subordinados (ex-Woolwich PLC)		2021	**273**	286	**273**	286
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (100M€)		2021	**88**	85	**88**	85
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 10%		2021	**2 261**	2 345	**2 261**	2 345
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 10,179% (1 521M$)		2021	**1 118**	1 285	**1 118**	1 285
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (50M€)		2022	**44**	43	**44**	43
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6,625% (1 000M€)		2022	**1 043**	1 042	**1 043**	1 042
Obrigações de Capital Contingente a 7,625% (3 000M$)		2022	**2 429**	2 736	**2 429**	2 736
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (50M€)		2023	**44**	43	**44**	43
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 5,75%		2026	**366**	384	**366**	384
Empréstimo Subordinado em Duas Divisas Inverso a 5,4% (15 000M¥)		2027	**97**	103	**97**	103
Obrigações Subordinadas a 6,33%		2032	**62**	64	**62**	64
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (68M€)		2040	**60**	58	**60**	58
Emissões intragrupo do Barclays Bank PLC para o Barclays PLC[a]						
Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 2,625% (1 250M€)	2020	2025	**1 118**	1 085	**1 118**	1 085
Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 2% (1,500M€)	2023	2028	**1 314**	-	**1 314**	-
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 4,375% (1 250M$)		2024	**945**	1 043	**945**	1 043
Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 3,75% (200M SGD)	2025	2030	**111**	-	**111**	-
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 5,20% (2 050M$)		2026	**1 424**	1 562	**1 424**	1 562
Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 4,836% (2.000M$)	2027	2028	**1 459**	-	**1 459**	-
Seguros de outras subsidiárias		2018-2019	**59**	70	**-**	-
Total de passivos subordinados com prazo			**20 001**	19 376	**19 942**	19 308

Nota
a Consulte a Nota 44 do Relatório e Contas do Barclays PLC de 2017 para mais detalhes sobre os empréstimos internos emitidos intragrupos do Barclays Bank PLC para o Barclays PLC.

Capital de empréstimo não-resgatável
O capital de empréstimo com prazo é emitido pelo Banco e pelas suas subsidiárias para o desenvolvimento e expansão do seu negócio e para fortalecer os seus fundos próprios respetivos. As condições principais do capital de empréstimo com prazo são descritas abaixo:

Subordinação
Todo o capital de empréstimo com prazo, tanto o emitido externamente como o emitido intragrupo para o Barclays PLC, é classificado por contrapartida dos créditos, junto do banco, dos depositantes e de outros credores não subordinados e sem garantia, mas antes dos detentores do seu capital. O capital de empréstimo com prazo emitido pelas subsidiárias é subordinado de modo similar.

Juros
Os juros das Obrigações de Taxa Variável são fixados periodicamente com antecedência, com base nas taxas interbancárias ou dos bancos centrais locais.

O juro sobre as Obrigações de Capital Contingente a 7,75%, Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 2,625%, Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 4,836%, Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 2% e das Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 3,75% é fixado até à data de resgate. Depois da data de resgate, no caso de não haver resgate, a taxa de juro será redefinida e fixada até ao vencimento com base numa taxa de mercado.

29 Passivos subordinados continuação

Reembolso

As Obrigações com uma data de compra são reembolsáveis por opção do emissor, verificadas as condições que gerem as respetivas obrigações de dívida, algumas pelo todo ou em parte, e outras apenas pelo todo. O capital de empréstimo com prazo remanescente pendente a 31 de dezembro de 2017 é apenas reembolsável na maturidade, sujeito em determinados casos a provisões que permitam um resgate antecipado no caso de determinadas alterações na lei fiscal ou de determinadas alterações legislativas ou regulamentares.

Quaisquer reembolsos anteriores à maturidade requerem, no caso do Banco, a aprovação prévia da PRA, ou no caso de emissões no estrangeiro, a aprovação do regulador local para essa jurisdição e da PRA em determinadas circunstâncias.

Não existem quaisquer facilidades contratuais na data do balanço que permitam o refinanciamento da dívida após a data de vencimento.

Outras

As Obrigações de Capital Contingente a 7,625% serão automaticamente transferidas dos investidores para o Barclays PLC (ou para outra entidade no Grupo) a custo nulo no caso do rácio 1 CRD IV CET consolidado do Barclays PLC (demonstração provisória da FSA de outubro de 2012) cair abaixo de 7,0%.

As Obrigações de Capital Contingente a 7,75% serão automaticamente amortizadas e os investidores perderão todo o seu investimento nas obrigações no caso do rácio 1 CRD IV CET consolidado do Barclays PLC (demonstração provisória da FSA de outubro de 2012) cair abaixo de 7,0%.

30 Ações ordinárias, prémios de ações, e outro capital próprio

Capital social exigido, alocado e totalmente pago

	Ações ordinárias Capital	Capital de ações preferenciais	Prémio de emissão	Total de capital social e prémio de emissão	Outros instrumentos de capital próprio
	M£	M£	M£	M£	M£
A 1 de janeiro de 2017	**2 342**	**28**	**12 092**	**14 462**	**6 486**
Emissão de títulos AT1	**-**	**-**	**-**	**-**	**2 496**
Outros movimentos	**-**	**(9)**	**-**	**(9)**	**-**
A 31 de dezembro de 2017	**2 342**	**19**	**12 092**	**14 453**	**8 982**
A 1 de janeiro de 2016	2 342	38	12 092	14 472	5 350
Emissão de títulos AT1	-	-	-	-	1 136
Outros movimentos	-	(10)	-	(10)	-
A 31 de dezembro de 2016	2 342	28	12 092	14 462	6 486

Ações ordinárias

O capital emitido em ações ordinárias do Barclays Bank PLC era a 31 de dezembro de 2017 constituído por 2 432 milhões de ações ordinárias de 1£ cada (2016: 2 342 milhões).

O capital em ações ordinárias representa 60% (2016: 60%) do capital social total emitido.

Ações preferenciais

O capital emitido em ações preferenciais do Barclays Bank PLC, a 31 de dezembro de 2017, compreendia 1.000 Ações Preferenciais em GBP de 1£ cada (2016: 1.000); 31.856 Ações Preferenciais em EUR de 100€ cada (2016: 31.856); 58.133 Ações Preferenciais em GBP de 100 $ cada (2016: 58.133); e 106 milhões de Ações Preferenciais em USD de 0,25 $ cada (2016: 161 milhões). No primeiro trimestre de 2017, 55 milhões de Ações Preferenciais em USD 0,25$ cada foram resgatadas. No quarto trimestre de 2017, 20.930 Ações Preferenciais em GBP de 100£ cada foram resgatadas.

O capital em ações preferenciais representa 40% (2016: 40%) do capital social total emitido.

Ações Preferenciais em Libras esterlinas a 1 £

1.000 Ações preferenciais cumulativas resgatáveis em GBP a 1£ cada (as Ações Preferenciais a 1£) foram emitidas a 31 de dezembro de 2004 com prémio zero.

As Ações Preferenciais de £1 permitem aos seus titulares receber dividendos em GBP cumulativos em numerário, dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, bianualmente a uma taxa redefinida bianualmente equivalente à taxa em GBP interbancária oferecida para depósitos em GBP a seis meses.

O Barclays Bank PLC será obrigado a pagar os referidos dividendos se: (1) tiver lucros disponíveis para distribuição conforme a Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e em cada data de pagamento de dividendos; e (2) for solvente na data relevante de pagamento de dividendos, desde que as condições regulamentares aplicadas ao capital se verifiquem nessa data de pagamento de dividendos. Os dividendos não serão devidos e pagáveis na data de pagamento de dividendos relevante, exceto na medida em que o Barclays Bank PLC possa efetuar esse pagamento e continuar solvente imediatamente a seguir. O Barclays Bank PLC será considerado solvente em qualquer data se: (1) for capaz de pagar as suas dívidas a credores sénior à medida que estas vencem; e (2) os seus credores tiverem relatado, durante os seis meses anteriores, que os seus ativos excedem os seus passivos. Se o Barclays Bank PLC não pagar, ou pagar apenas parcialmente, um dividendo durante um período de sete dias ou mais após a data devida para o pagamento, os detentores das Ações Preferenciais de 1£ poderão dar início a procedimentos para liquidar o Barclays Bank PLC. Não será disponibilizado qualquer mecanismo legal contra o Barclays Bank PLC ao detentor de quaisquer Ações Preferenciais de 1£ para a recuperação de montantes devidos relativos às Ações Preferenciais de 1£ para além do início dos procedimentos para liquidar o Barclays Bank PLC e/ou provar tal liquidação.

30 Ações ordinárias, prémios de ações, e outro capital próprio continuação

Durante uma liquidação ou outro retorno de capital (para além de um resgate ou compra, pelo Barclays Bank PLC, de qualquer uma das suas ações emitidas, ou de uma redução do capital social, permitida pelos Artigos do Barclays Bank PLC e ao abrigo da lei aplicável), os ativos do Barclays Bank PLC disponíveis aos acionistas serão aplicados prioritariamente a qualquer pagamento aos detentores de ações ordinárias e a qualquer outra classe de ações do capital do Barclays Bank PLC então emitidas e classificadas após as Ações Preferenciais de 1£ durante um tal retorno de capital e pari passu com um tal retorno de capital com os detentores de qualquer outra classe de ações no capital do Barclays Bank PLC então emitidas (para além de qualquer classe de ações no capital do Barclays Bank PLC então emitidas e classificadas prioritariamente quanto às Ações Preferenciais de 1£ durante uma liquidação ou outro retorno de capital similar), como pagamento aos detentores das Ações Preferenciais de 1£, uma soma igual à soma de: (1) um montante igual aos dividendos acumulados nesse momento para o período de dividendos corrente no momento (e quaisquer pagamentos em atraso associados) até à data do início da liquidação ou de outro retorno de capital similar; e (2) um montante igual a 1£ por Ação Preferencial e 1£. Depois do pagamento de todos os montantes das distribuições liquidatárias a que têm direito, os detentores das Ações Preferenciais de 1£ não terão qualquer direito ou título aos restantes ativos do Barclays Bank PLC e não terão direito a participações posteriores num tal retorno de capital.

As Ações Preferenciais de 1£ são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, pela totalidade mas não em parte, no âmbito da Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e dos seus Artigos. Os Detentores das Ações Preferenciais de 1£ não têm direito a serem avisados da ocorrência, ou de participarem, ou de votarem, em qualquer assembleia geral do Barclays Bank PLC.

Ações Preferenciais EUR

Foram emitidas 140.000 ações em EUR preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 4,75% de 100€ cada (as Ações Preferenciais a 4,75%) a 15 de março de 2005, para uma aplicação de 1.383,3M€ (966,7M€), em que o valor nominal era de 14M£ e o saldo era o prémio das ações. As Ações Preferenciais a 4,75% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em EUR provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 4,75% por ano, sobre o montante de 10 000 € por ação preferencial até 15 de março de 2020, e depois dessa data, trimestralmente, a uma taxa definida trimestralmente e igual a 0,71% por ano acima da taxa interbancária do Euro para depósitos em EUR a três meses.

As Ações Preferenciais a 4,75% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em 15 de março de 2020, e em qualquer data posterior para cada pagamento de dividendos, a 10.000 £ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Ações Preferenciais GBP

Foram emitidas 75 000 ações em GBP preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 6,0% de 100 £ cada (as Ações Preferenciais a 6,0%) a 22 de junho de 2005, para uma aplicação de 743,7 M£, em que o valor nominal era de 7,5 M£ e o saldo era o prémio das ações. As Ações Preferenciais a 6,0% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em GBP provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 6,0% por ano, sobre o montante de 10 000 € por ação preferencial até 15 de dezembro de 2017, e depois dessa data, trimestralmente, a uma taxa definida trimestralmente e igual a 1,42% por ano acima da taxa interbancária de Londres para depósitos em GBP a três meses.

As Ações Preferenciais a 6,0% foram resgatadas na sua totalidade a 15 de dezembro de 2017.

Ações Preferenciais USD

Foram emitidas 100.000 ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 6,278% de 100 $ cada (as Ações Preferenciais a 6,278%) a 8 de junho de 2005, representadas por 100.000 Ações Depositárias Americanas de Série 1, para uma aplicação de 995.4M$ (548.1M£), em que o valor nominal era de 10M£ e o saldo era o prémio das ações. As Ações Preferenciais a 6,278% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, semi-anualmente a uma taxa fixa de 6,278% por ano, sobre o montante de 10 000 € por ação preferencial até 15 de dezembro de 2034, e depois dessa data, trimestralmente, a uma taxa definida trimestralmente e igual a 1,55% por ano acima da taxa interbancária de Londres para depósitos em USD a três meses.

As Ações Preferenciais a 6,278% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em 15 de dezembro de 2034, e em qualquer data posterior para cada pagamento de dividendos, a 10.000 £ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Foram emitidos 55 milhões de ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 7,1% de 0,25 $ cada (as Ações Preferenciais a 7,1%), representadas por 55 milhões de Ações Depositárias Americanas da 3ª Série, em 25 de abril de 2008 e 13 de setembro de 2007, para uma aplicação de 1.335M$ (657M£), em que o valor nominal era de 13,75M$ e o saldo era o prémio das ações. As Ações Preferenciais a 7,1% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 7,1% por ano, sobre o montante de 0,25$ por ação preferencial.

As Ações Preferenciais a 7,1% foram resgatadas na sua totalidade a 15 de março de 2017.

Foram emitidos 106 milhões de ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 8,125% de 0,25 $ cada (as Ações Preferenciais a 8,125%), representadas por 106 milhões de Ações Depositárias Americanas da 5ª Série, em 11 de abril de 2008 e 25 de abril de 2008, para uma aplicação de 2 650 M$ (1 345 M£), em que o valor nominal era de 26,5 M$ e o saldo era o prémio das ações. As Ações Preferenciais a 8,125% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 8,125% por ano, sobre o montante de0,25$ por ação preferencial.

As Ações Preferenciais a 8,125% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em qualquer data de pagamento de dividendos, a 25 $ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Não poderão ser resgatadas ou compradas Ações Preferenciais a 4,75%, Ações Preferenciais a 6,278% e Ações Preferenciais a 8,125% (conjuntamente, as Ações Preferenciais) pelo Barclays Bank PLC sem a aprovação prévia PRA do Reino Unido, e um tal resgate será sujeito à Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e aos Artigos do Barclays Bank PLC.

30 Ações ordinárias, prémios de emissão e outro capital próprio continuação

No caso de liquidação do Barclays Bank PLC ou de outro retorno de capital (para além de um resgate ou compra de ações do Barclays Bank PLC, ou de uma redução no capital social), um detentor de Ações Preferenciais será classificado, na aplicação dos ativos do Barclays Bank PLC disponíveis para os acionistas: (1) após os detentores de quaisquer ações do Barclays Bank PLC emitidas antes das Ações Preferenciais; (2) em igualdade de circunstâncias com os detentores de outras ações preferenciais e de quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC emitidas e classificadas pari passu com as Ações Preferenciais; e (3) com prioridade relativamente aos detentores de ações ordinárias e de quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC emitidas posteriormente às Ações Preferenciais.

Os detentores das Obrigações Perpétuas Mobilizáveis da Lista 1 a 6% no valor de 13M£ e das Obrigações Perpétuas Mobilizáveis da Lista 1 a 6,86% no valor de 569M$ do Barclays Bank PLC (conjuntamente, as TON), e os detentores dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 5,3304% no valor de 35M£, dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 6,3688% no valor de 33M$ e dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 14% no valor de 3.000 M£ do Barclays Bank PLC (conjuntamente, os RCI) estariam sujeitos, para os efeitos exclusivos do cálculo dos montantes a pagar relativos a esses títulos e no caso de uma liquidação do Barclays Bank PLC, a exceções limitadas e na medida em que os TON e os RCI estejam emitidos, classificados pari passu com os detentores da classe ou classes mais antigas de ações preferenciais então emitidas do capital do Barclays Bank PLC. Assim, os detentores das ações preferenciais seriam classificados em igualdade com os detentores dessas TON e RCI no caso de uma tal liquidação do Barclays Bank PLC (a menso que uma ou mais classes de ações do Barclays Bank PLC que tenham maior prioridade nas ações preferenciais que se encontrem emitidas no momento dessa liquidação, caso em que o detentores de tais TON e RCI seriam classificados em igualdade de circunstâncias com os detentores de tais ações e com prioridade relativamente aos detentores das ações preferenciais.

De acordo com este ranking, em tal caso, os titulares das acções preferenciais terão direito a receber quantias a partir dos activos do Barclays Bank PLC disponíveis para distribuição aos accionistas, liquidando as distribuições, no montante de 10.000€ por Ação Preferencial a 4,75%, 10.000£ por Ação Preferencial a 6,278% e 0,25$ por Ação Preferencial a 8,125% além de, em cada caso, uma quantia igual ao dividendo acumulado para o período de dividendos então em vigor à data do início do processo de liquidação ou qualquer outro retorno de capital. Se um dividendo não for pago integralmente sobre quaisquer acções preferenciais em qualquer data de pagamento de dividendos, é aplicável uma restrição de dividendos.

Esta restrição aos dividendos significa que nem o Barclays Bank PLC nem o Barclays PLC poderão (a) declarar ou pagar um dividendo (para além do pagamento pelo Barclays PLC ou de um dividendo final declarado pelos seus acionistas antes da data relevante de pagamento de dividendos, ou de um dividendo pago pelo Barclays Bank PLC ao Barclays PLC ou a uma subsidiária detida na totalidade) sobre qualquer das suas respetivas ações ordinárias, outras ações preferenciais ou outro capital social ou (b) resgatar, comprar, reduzir, ou de outra forma adquirir qualquer parte do seu respetivo capital social, para além das ações do Barclays Bank PLC, detidas pelo Barclays PLC ou uma subsidiária detida na totalidade, até que (o que ocorra primeiro): (1) a data na qual o Barclays Bank PLC declare e pague na totalidade um dividendo preferencial; e (2) a data na qual ou até que todas as ações preferenciais sejam resgatadas pela totalidade ou compradas pelo Barclays Bank PLC.

Os titulares das ações preferenciais não têm direito a receber aviso prévio sobre, ou de participar ou votar em qualquer assembleia-geral do Barclays Bank PLC. O Barclays Bank PLC não está autorizado a criar uma classe de ações que se posicione no que respeita à participação nos lucros ou ativos do Barclays Bank PLC, prioritariamente às ações preferenciais, salvo mediante a sanção de uma resolução especial de uma reunião geral separada dos titulares das ações preferenciais (o que exige uma maioria de pelo menos três quartos dos titulares das ações preferenciais a votar na reunião geral separada) ou com o consentimento por escrito dos titulares de três quartos das ações preferenciais.

Exceto na situação acima descrita, os titulares de ações preferenciais não têm o direito de participar nos excedentes patrimoniais do Barclays Bank PLC.

Outros instrumentos de capital próprio

Outros instrumentos de capital próprio no valor de 8.982M£ (2016: 6.486M£) incluem títulos AT1 emitidos pelo Barclays Bank PLC. Em 2017, houveram duas emissões de Títulos Convertíveis Contingentes Subordinados Perpétuos a Taxa Fixa, com um montante de capital que totaliza 2,5mM£.

Os títulos AT1 são títulos perpétuos sem vencimento fixo e são estruturados para se qualificarem como instrumentos AT1 ao abrigo do CRD IV.

31 Reservas

Reserva de conversão de moeda

A reserva de conversão de moeda representa os ganhos e perdas cumulativos associados à reconversão do investimento líquido do Grupo em operações no estrangeiro, líquidos dos efeitos de cobertura.

Reserva disponível para venda

A reserva disponível para venda representa a alteração não realizada no justo valor dos investimentos disponíveis para venda desde o reconhecimento inicial.

Reserva de cobertura do fluxo de caixa

A reserva de cobertura do fluxo de caixa representa os ganhos e prejuízos cumulativos dos instrumentos de cobertura de fluxo de caixa efetivos, que irão ser reciclados na demonstração financeira quando as transações cobertas afetarem os ganhos ou perdas.

Reserva de crédito próprio

Como resultado da adoção antecipada das suas próprias provisões de crédito IFRS 9 a 1 de janeiro de 2017, o próprio crédito de passivos financeiros designados ao justo valor através dos lucros e perdas que foram previamente registados na declaração de rendimentos está agora reconhecido dentro de outros rendimentos abrangentes. Os montantes na reserva de crédito próprio não é transformada em lucro ou perda em períodos futuros.

Outras reservas e outro capital de acionistas

Outras reservas estão relacionadas com ações ordinárias e preferenciais resgatas emitidas pelo Grupo.

Incluídas em outros capitais próprios estão as participações de capital que pagam juros a taxas fixadas periódica e antecipadamente, com base nas taxas interbancárias de Londres. Estas participações são reembolsáveis em cada caso, por opção do Banco, pela totalidade em qualquer data de pagamento de juros. O Banco não é obrigado a fazer um pagamento de juros sobre as suas participações de capital se, nos seis meses anteriores, não tiver declarado ou pago dividendos a qualquer classe de ações do Barclays PLC.

31 Reservas continuação

	O Grupo		O Banco	
	2017	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£
Reserva de conversão de moeda	**3 084**	3 054	**719**	896
Reserva disponível para venda	**396**	(22)	**(19)**	(131)
Reserva de cobertura do fluxo de caixa	**184**	954	**185**	962
Reserva própria de crédito[a]	**(179)**	-	**(178)**	-
Outras reservas e outro capital de acionistas	**323**	309	**386**	373
Total	**3 808**	4 295	**1 093**	2 100

Nota

a A 31 de dezembro de 2017, o montante de crédito próprio reconhecido no outro rendimento abrangente do Grupo foi um saldo devedor de 179M£. Após a adoção do IFRS 9, foi reconhecido um saldo devedor de abertura de 175M£, com uma perda adicional de 4M£ (líquido de impostos) registada durante 2017. A 31 de dezembro de 2017, o montante de crédito próprio reconhecido nos outros rendimentos abrangentes do Banco foi um saldo devedor de 178M£. Com a adoção do IFRS 9, um saldo devedor de abertura de 175M£ foi reconhecido, como uma perda adicional de 3M£ (líquida de impostos) registada durante 2017.

32 Participações minoritárias

	Lucro atribuível a participações não controladoras		Capital próprio atribuível a participações não controladoras		Dividendos pagos a participações não controladoras	
	2017	2016	**2017**	2016	**2017**	2016
	M£	M£	**M£**	M£	**M£**	M£
Barclays Africa Group Limited	**140**	402	**-**	3 507	**173**	235
Outras participações não controladoras	**4**	3	**1**	15	**-**	-
Total	**144**	405	**1**	3 522	**173**	235

A participação do Barclays na BAGL foi reduzida de 50,1% em 2016 para 14,9% em 2017. No seguimento alienação, o BAGL não é considerada uma subsidiária do Grupo e deixou de ser consolidada para propósitos contabilísticos e é registado como um ativo Disponível para Venda.

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos resultados e no desempenho dos colaboradores contratados pelo Barclays.

33 Custos com pessoal

Contabilização dos custos com pessoal

O Grupo aplica a IAS 19 *Benefícios dos funcionários* na sua contabilização da maioria das componentes de custos com pessoal.

Benefícios a curto prazo dos funcionários - os salários, os custos de desempenho acumulados e a segurança social são reconhecidos ao longo do período em que os funcionários fornecem os serviços a que os pagamentos se referem.

Despesas de desempenho - reconhecidas na medida em que o Grupo tem uma obrigação presente para com os seus colaboradores que pode ser medida de forma fidedigna e que é reconhecida durante o período de serviço em que os colaboradores estão obrigados a trabalhar para se qualificarem para os pagamentos.

Os prémios diferidos monetários ou em ações são atribuídos a funcionários para incentivar a sua prestação ao longo do período em que estes fornecem os serviços. Para receber o dinheiro de um prémio, os funcionários devem fornecer os seus serviços ao longo do período de aquisição de direitos. O período durante o qual é reconhecido o encargo com prémios diferidos monetários ou em ações é baseado no período em que os funcionários considerem que os seus serviços contribuíram para os prémios. Para prémios passados, o Grupo considera apropriado reconhecer os prémios ao longo do período desde a data de atribuição até à data de aquisição dos direitos dos prémios. Em relação aos prémios atribuídos em 2017, e tendo em conta a alteração na compreensão dos funcionários relativamente a estes prémios, o Grupo considerou adequado reconhecer o encargo ao longo do período de aquisição, incluindo o ano fiscal anterior à data de atribuição.

	2017 M£	2016 M£
Despesas de desempenho	**1 126**	1 809
Salários	**3 000**	4 022
Despesas com Segurança Social	**379**	560
Benefícios de reforma	**392**	481
Provisões e incentivos à exploração	**71**	116
Outras despesas de indemnizações	**385**	266
Total de despesas de indemnizações	**5 353**	7 254
Outras despesas de recursos		
Contratação externa	**847**	1 063
Redundância e reestruturação	**31**	339
Despesas com pessoal temporário	**181**	434
Outras	**33**	121
Total outras despesas de recursos	**1 092**	1 957
Total despesas com pessoal	**6 445**	9 211

Notas

a Os encargos com benefícios de aposentação incluem 165M£ (2016: 235M£) relativos a planos contributivos específicos e um crédito de 225M£ (2016: 239M£) relativos a planos de benefícios específicos.

b Adicionalmente, 238M£ (2016: 212M£) das compensações do Grupo foram capitalizados como software desenvolvido internamente.

34 Pagamentos com base em ações

Contabilização de pagamentos à base de ações

O Grupo aplica a IFRS 2 *Pagamentos à Base de Ações* para obter o valor contabilístico das remunerações dos colaboradores na forma de acções.

Os incentivos a empregados incluem prémios na forma de ações e opções sobre ações, bem como a disponibilização, aos empregados, da oportunidade de adquirirem ações em condições favoráveis. O custo dos serviços recebidos dos empregados relativamente às ações ou opções de ações concedidas é reconhecido na demonstração de resultados durante o período em que os empregados prestam os serviços. O custo global do prémio é calculado usando o número de ações e opções de vencimento previsto e o justo valor das ações ou opções à data da concessão.

O número de ações e opções de vencimento expetável considera a probabilidade de que o desempenho e as condições de serviço incluídos nos termos dos prémios serão cumpridos. A incapacidade de cumprir a condição de não-vencimento é tratada como uma anulação, resultando numa aceleração do reconhecimento do custo dos serviços do empregado.

O justo valor das ações é o preço de mercado vigente à data de concessão, ajustado em alguns casos para refletir restrições na capacidade de transmissibilidade. O justo valor das opções concedidas é determinado usando modelos de fixação de preços de opções para estimar os números de ações com vencimento provável. Estes consideram o preço de exercício da opção, o preço atual da ação, a taxa de juro sem risco, a volatilidade esperada do preço da ação durante o período de vida da opção e outros fatores relevantes. As condições de mercado que devem ser cumpridas para que o prémio vença são também refletidas no justo valor do prémio, tal como outras condições não associadas ao vencimento - como continuar a destinar pagamentos para um plano de poupanças baseado em ações.

34 Pagamentos com base em ações continuação

O encargo anual resultante dos planos de pagamento com base em ações foi o seguinte:

	Encargo anual	
	2017	2016
	M£	M£
Plano de valor de ações	**89**	398
Plano de valor de ações em Diferido	**70**	-
Outros	**83**	176
Capital próprio total liquidado	**242**	574
Numerário liquidado	**1**	-
Total de pagamentos baseados em ações	**243**	574

As condições dos principais planos atuais são as seguintes:

Plano de Valorização de Ações (SVP)

O SVP foi introduzido em março de 2010 e aprovado pelos acionistas (para participação do Diretor Executivo e utilização de novas ações emitidas) na AGM em abril de 2011. Os prémios SVP são concedidos aos participantes na forma de um direito condicional a receber ações do Barclays PLC ou direitos provisórios sobre ações do Barclays BLC que vencem ou são consideradas para libertação durante um período de três, cinco ou sete anos. Os participantes não pagam para receber um prémio ou para receber uma emissão de ações. O cedente também pode fazer aos participantes um pagamento equivalente a dividendos na emissão de um prémio SVP. Os prémios SVP também são atribuídos a determinados empregados para efeitos de recrutamento. Todos os prémios estão sujeitos a caducidade potencial no caso de alguns cenários de saída.

Plano de Valor de Ações em Diferido (DSVP)

O DSVP foi introduzido em Fevereiro de 2017, os termos do DSVP são essencialmente os mesmos que os termos do SVP, conforme descrito em cima, com a exceção de que os Diretores executivos não são elegíveis para participar no DSVP, e o DSVP atua apenas com ações adquiridas no mercado. As políticas contabilísticas para benefícios de funcionários estão incluídos na Nota 8.

Outros planos

Além do SVP e o DSVP, o Grupo opera um conjunto de outros planos, incluindo planos que são operados e liquidados por ações de empreendimentos auxiliares, nenhum dos quais são individualmente ou coletivamente relevantes relativamente ao encargo anual ou ao efeito diluidor de opções de ações em circulação. Estão incluídos nos outros planos o Sharesave (no Reino Unido e no estrangeiro), Sharepurchase (no Reino Unido e no estrangeiro), o Plano de Incentivos de Longo Prazo do Barclays, e o Plano de Atribuição de Ações a Executivos.

Planos de opções e atribuições de ações

A média ponderada do justo valor por prémio concedido, média ponderada do preço das ações à data do exercício/libertação de ações durante o ano, a média ponderada da vida contratual remanescente e o número de opções e prémios por liquidar (incluindo os exercíveis) à data do balanço são os seguintes:

	2017				2016			
	Média ponderada do justo valor por prémio concedido no ano	Média ponderada do preço de exercício das ações/ divulgado durante ano	Média ponderada de vida contratual remanescente de vida em anos	Número de opções/ prémios pendentes	Média ponderada do justo valor por prémios concedidos no ano	Média ponderada do preço de exercício das ações/ divulgado durante o ano	Média ponderada de vida contratual remanescente de vida em anos	Número de opções/prémios pendentes
	£	£		(milhares)	£	£		(milhares)
SVP a,b	**2,30**	**2,30**	**1**	**167 476**	1,66	1,66	1	291 464
DSVP[a,b]	**2,25**	**2,07**	**1**	**115 929**	-	-	-	-
Outros[a]	**0,41-2,30**	**1,52-2,30**	**0-3**	**129 307**	0,61-1,67	1,65-1,88	0-3	180 265

O SVP e DSVP consistem de prémios a custo zero em que as condições de desempenho são consideravelmente verificadas à data da concessão. Consequentemente, o justo valor destes prémios baseia-se no valor de mercado a essa data.

34 Pagamentos à base de ações continuação

Movimentos em opções e prémios

O movimento no número de opções e prémios para os planos principais e o preço médio ponderado do exercício das opções foi:

	SVP[a,b]		DSVP[a,b]		Others[a,c]			
	Número (000s)		Número (000s)		Número (000s)		Média ponderada preço ex.(£)	
	2017	2016	**2017**	2016	**2017**	2016	**2017**	2016
Por saldar no início do ano/data de aquisição	**291 464**	386 470	**-**	-	**180 265**	166 975	**1,38**	1,75
Transferências no ano[d]	**59 990**	(103 122)	**-**	-	**(49 822)**	(19 842)	**-**	-
Concedido no ano	**322**	162 789	**121 885**	-	**88 597**	129 063	**1,66**	1,20
Exercido/transferido no ano	**(172 718)**	(141 973)	**(1 964)**	-	**(73 762)**	(48 365)	**1,52**	1,40
Menos: recusado no ano	**(11 582)**	(12 700)	**(3 992)**	-	**(12 247)**	(40 907)	**1,42**	1,95
Menos: expirado no ano	**-**	-	**-**	-	**(3 724)**	(6 659)	**2,03**	1,85
Por liquidar no fim do ano	**167 476**	291 464	**115 929**	-	**129 307**	180 265	**1,41**	1,38
Dos quais exercíveis:	**18**	-	**-**	-	**15 620**	22 035	**1,58**	1,77

Alguns dos planos de opções sobre ações do Grupo permitem a certos Diretores e colaboradores subscreverem novas ações ordinárias do Barclays PLC. Não se registaram alterações significativas aos acordos de pagamentos com base em ações em 2017 e 2016.

A 31 de dezembro de 2017, a responsabilidade total decorrente de transações de pagamento com base em acções e liquidadas em dinheiro foi de 2M£ (2016: 0£).

Detenções de acções do Barclays PLC

Vários fundos fideicomissos de pensão para colaboradores estabelecidos pelo Grupo detêm acções no Barclays PLC para cumprir as suas obrigações nos termos dos planos de pagamento com base em ações do Barclays. O número total de ações do Barclays detidas nestes fundos a 31 de dezembro de 2017 era de 9,9 milhões (2016: 6,6 milhões). Os direitos a dividendos foram anulados para todas estas ações. O valor total de mercado das ações detidas nos fundos, com base no preço ao fim do ano de 2,03£ (2016: 2,23£) é de 20,1M£ (2016: 14,7M£).

Notas

a Opções/prémios concedidos sobre as acções do Barclays PLC.

b Prémio custo zero e portanto o preço médio ponderado de exercício foi zero.

c O numero de prémios na categoria Outros no fim do ano deve-se sobretudo ao Sharesave (o número de prémios exercíveis no fim do ano era de 6 423 786). A média ponderada do preço de exercício diz respeito ao Sharesave.

d Prémios de colaboradores transferidos entre o Grupo Barclays Bank e a Empresa de Serviços do Grupo

35 Pensões e benefícios de reforma

Contabilização de pensões e benefícios de aposentação

O Grupo opera uma série de planos de pensões e de benefícios pós-emprego.

Planos de contribuições definidas – o Grupo reconhece as contribuições devidas e relativas ao período contabilístico na demonstração de resultados. Quaisquer contribuições não pagas à data do balanço são incluídas no passivo.

Planos de benefícios definidos – o Grupo reconhece as suas obrigações perante os membros de cada plano no fim do período, deduzidas do justo valor dos ativos do plano após aplicar o teste do limite máximo aos ativos. O Grupo irá acompanhar os desenvolvimentos nas emendas propostas à IFRIC 14.

As obrigações de cada plano são calculadas usando o método da unidade de crédito prevista. Os ativos do plano são considerados ao justo valor no fim do período.

As alterações a passivos ou ativos de planos de pensões ('reavaliações') que não surjam do custo normal de pensões, juros sobre passivos ou ativos de benefícios líquidos definidos, custos de serviços passados, liquidações ou contribuições para o plano, são reconhecidas nos outros rendimentos integrais.
As reavaliações incluem ajustes de experiência (diferenças entre pressupostos atuariais anteriores e o realmente ocorrido), os efeitos das alterações nos pressupostos atuariais, o rendimento dos ativos do plano (excluindo os montantes incluídos no juro dos ativos) e quaisquer mudanças no efeito da restrição do limite máximo para os ativos (excluindo os montantes incluídos no juro sobre a restrição).

Planos de pensões

Fundo de Pensões do Reino Unido (UKRF)

O UKRF é o principal plano do Grupo, representando 96% das obrigações totais de benefícios de aposentação do Grupo. O UKRF foi fechado a novos entrantes a 1 de outubro de 2012, e inclui dez secções, sendo as mais significativas:

- Afterwork, que inclui um elemento de benefício contributivo definido por um saldo em numerário, e um elemento contributivo voluntário. O elemento do saldo em numerário acumula todos os anos e é revalorizado até à Idade Normal de Reforma, de acordo com o aumento do Índice de Preços de Retalho (RPI) (até um máximo de 5% ao ano). Ao critério do Barclays, também pode ser adicionado um incremento no valor de 2% ao ano. Entre 1 de outubro de 2003 e 1 de outubro de 2012 a maioria dos novos colaboradores no RU (exceto os colaboradores da banca de investimento do Barclays International) foram elegíveis para adesão a esta secção. Os custos das aposentações por questões de saúde e os benefícios por morte em serviço para os membros do Afterwork são suportados pelo UKRF. Os principais riscos suportados pelo Barclays e relativos ao Afterwork são limitados, apesar de contribuições adicionais serem necessárias se o retorno do investimento pré-aposentação não for suficiente para fornecer os benefícios.
- O plano de Pensões de 1964: a maior parte dos empregados recrutados antes de julho de 1997 acumulou benefícios neste plano não-contributivo de benefícios definidos relativamente ao serviço até 31 de março de 2010. As pensões foram calculadas por referência ao serviço e ao salário pensionável. A partir de 1 de abril de 2010, os membros tornaram-se elegíveis para acumular benefícios futuros de serviço, quer no Afterwork ou no Plano de Investimento de Pensões (PIP), uma secção contributiva definida historicamente que se encontra atualmente fechada a contribuições futuras. Os riscos que o Barclays corre relativamente à secção de pensões 1964 são típicos dos planos de pensões de último salário: principalmente, que os retornos do investimento não correspondam às expetativas, que a inflação exceda as expetativas, e que os aposentados vivam mais do que o esperado.

Plano de Poupanças e Pensões Barclays (BPSP/Barclays Pension Savings Plan)

A partir de 1 de outubro de 2012 foi estabelecido um novo plano de pensões no Reino Unido, o BPSP, para cumprimento da legislação de Inscrição Automática. O BPSP é um plano de contribuições definidas (Pensão Pessoal do Grupo) que distribui benefícios a todas as novas contratações do Barclays do Reino Unido a partir de 1 de outubro de 2012, aos empregados do negócio da banca de investimento dentro do Barclays International que se encontravam abrangidos pelo PIP a 1 de outubro de 2012, e também a todos os empregados no Reino Unido que à data não eram membros de um plano de pensões. Sendo um plano de contribuições definidas, o BPSP não está sujeito aos mesmos riscos de retorno de investimento, inflação ou esperança de vida enfrentados pelos planos de benefícios definidos. Os benefícios dos membros refletem as contribuições pagas e o nível do retorno sobre o investimento alcançado.

Outras

Para além do UKRF e do BPSP, o Barclays opera globalmente uma série de planos menores de pensões, de benefícios de longo prazo a empregados, e de cuidados de saúde pós-aposentação, sendo os maiores destes os planos de benefícios definidos dos EUA. Muitos dos planos são financiados, com ativos subjacentes às obrigações detidas em veículos legais distintos, tais como fundos. Outros operam numa base não financiada. A abordagem ao financiamento depende dos benefícios e a base jurídica dos planos reflete os ambientes locais.

Governação

O UKRF opera de acordo com a lei fiduciária e é gerido e administrado em nome dos seus membros, de acordo com os termos do Contrato Fiduciário e das Regras do Fundo e com toda a legislação relevante. O Administrador Corporativo é a Barclays Pension Funds Trustees Limited, uma sociedade anónima que é também uma subsidiária totalmente detida pelo Barclays Bank PLC. O Administrador é o proprietário legal dos ativos do UKRF, que são detidos separadamente dos ativos do Grupo.

O Conselho Fiduciário é composto por seis diretores administrativos selecionados pelo Barclays, dos quais três são Diretores independentes sem nenhuma relação com o Barclays ou o UKRF, mais três Diretores nomeados entre os membros selecionados a partir do pessoal ativo e membros elegíveis reformados que se candidataram ao cargo.

O BPSP é um acordo de Pensões Pessoais do Grupo que opera um conjunto de planos pessoais de pensões. Cada plano pessoal de pensão é um contrato direto entre o empregado e o fornecedor BPSP (Legal & General Assurance Society Limited), e é regulamentado pela FCA.

Princípios semelhantes de governação de pensões aplicam-se aos outros planos de pensões do Grupo, dependendo da legislação local.

35 Pensões e benefícios de aposentação continuação

Quantias reconhecidas

As tabelas seguintes incluem os montantes reconhecidos na demonstração de resultados e uma análise das obrigações de benefícios e ativos incluídos nos planos para todos os planos de benefícios definidos do Grupo. A posição líquida é reconciliada com os ativos e passivos reconhecidos no balanço. As tabelas incluem os benefícios pós-aposentação financiados e não financiados.

Encargos na demonstração financeira	2017 M£	2016 M£
Custo do serviço corrente	**261**	243
Custo financeiro líquido	**(12)**	(32)
Custos passados de serviço	**(3)**	-
Outros movimentos	**-**	2
Total	**246**	213

Os custos do serviço passado incluem um ganho de 3M£ (2016: zero) na valorização de um componente das responsabilidades por benefícios de reforma definidos.

Reconciliação do balanço	2017			2016		
	Total do Grupo M£	Total do Banco M£	Dos quais são relativos ao UKRF M£	Total do Grupo M£	Total do Banco M£	Dos quais são relativos ao UKRF M£
Obrigação de benefício no início do ano	**(33 020)**	**(32 325)**	**(31 847)**	(28 279)	(26 490)	(26 027)
Custo do serviço corrente	**(261)**	**(251)**	**(245)**	(243)	(225)	(220)
Despesas de juros dos passivos do plano	**(843)**	**(822)**	**(810)**	(1 016)	(995)	(980)
Custos passados de serviço	**3**	**1**	**-**	-	-	-
Prejuízo mensuração - financeiro	**(386)**	**(350)**	**(330)**	(7 214)	(7 194)	(7 170)
Ganhos/(perdas) de reavaliação - demográficas	**(229)**	**(234)**	**(240)**	413	394	390
Ganhos/(perdas) de reavaliação - experiência	**(612)**	**(609)**	**(614)**	525	514	490
Contribuições do colaborador	**(5)**	**(1)**	**(1)**	(4)	(1)	(1)
Benefícios pagos	**4 970**	**4 942**	**4 927**	1 852	1 817	1 800
Câmbios e outros movimentos	**140**	**95**	**-**	946	(145)	(129)
Obrigação de benefício no fim do ano	**(30 243)**	**(29 554)**	**(29 160)**	(33 020)	(32 325)	(31 847)
Justo valor dos ativos do plano no início do ano	**32 657**	**32 125**	**31 820**	28 752	27 084	26 829
Juros credores sobre ativos do plano	**855**	**839**	**831**	1 048	1 033	1 023
Contribuição do empregador	**1 152**	**1 136**	**1 124**	720	684	634
Mensuração - retorno em ativos do plano superior à taxa de desconto	**1 333**	**1 280**	**1 263**	5 009	4 993	5 002
Contribuições do colaborador	**5**	**1**	**1**	4	1	1
Benefícios pagos	**(4 970)**	**(4 942)**	**(4 927)**	(1 852)	(1 817)	(1 800)
Câmbios e outros movimentos	**(110)**	**(75)**	**-**	(1 024)	147	131
Justo valor dos ativos do plano no final do ano	**30 922**	**30 364**	**30 112**	32 657	32 125	31 820
Superávit/(déficit) líquido	**679**	**810**	**952**	(363)	(200)	(27)
Ativos de benefícios de aposentação	**966**	**959**	**952**	14	7	-
Passivos de pensão de aposentação	**(287)**	**(149)**	**-**	(377)	(207)	(27)
Ativos/(passivos) líquidos de benefícios de reforma	**679**	**810**	**952**	(363)	(200)	(27)

As obrigações de benefícios do Grupo incluíram 894M£ (2016: 979M£) relativos a pensões no estrangeiro e 189M£ (2016: 194M£) relativos a outros benefícios pós-emprego. As obrigações de benefícios do Banco incluíram 286M£ (2016: 369M£) relativos a pensões no estrangeiro e 108M£ (2016: 109M£) relativos a outros benefícios pós-emprego.

A 31 de dezembro de 2017, o plano de ativos UKRF estava excedentário face às obrigações da IAS 19 em 952M£ (2016: défice de 27M£). O movimento para o UKRF deve-se sobretudo ao pagamento de contribuições de défice, retornos de ativos superiores ao previsto, estimativas de mortalidade revistas, e redução da inflação dos preços futura estimada, contrariados por uma descida na taxa de desconto, transferências para fora do plano, e introdução de uma previsão de futuras transferências para o exterior. Dos 4 927M£ (2016: 1 800M£) pagos em benefícios do UKRF, 4 151M£ (2016: 1 029M£) estão relacionados com transferências para fora do fundo.

35 Pensões e benefícios de aposentação

Quando os ativos de planos excedem as suas obrigações, um ativo é reconhecido desde que não exceda o valor presente de futuras contribuições de férias ou devoluções de contribuições (o limite máximo de ativos). No caso do UKRF, o limite máximo de ativos não se aplica, uma vez que em certas circunstâncias, tais como a insolvência, o Barclays espera ser capaz de recuperar algum excedente. O Conselho de Fiduciários não tem o direito material de aumentar os benefícios no UKRF, nem de liquidar o plano, exceto em caso de dissolução do Banco ou de término das contribuições do Banco. A aplicação do limite máximo de ativos a outros planos é pensada numa base de plano individual.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A avaliação actuarial das obrigações dos planos depende de uma série de pressupostos. Abaixo segue-se um resumo dos principais pressupostos financeiros e demográficos adoptados para o UKRF.

Pressupostos financeiros chave do UKRF	2017	2016
	% p.a.	% p.a.
Taxa de desconto	**2,46**	2,62
Taxa de inflação (RPI)	**3,22**	3,35

A previsão da taxa de desconto do UKRF para 2017 baseou-se no modelo padrão RATE Link de Willis Towers Watson. Esta variante inclui todos os títulos classificados como AA por pelo menos uma das quatro grandes agências de rating, e assume que os vencimentos após 30 anos são fixos. A previsão da inflação sobre o RPI para 2017 foi definida usando como referência a curva do ponto de inflação do Banco de Inglaterra, assumindo que a curva do ponto se mantém fixa após 30 anos. A previsão da inflação incorpora uma dedução de 20 pontos base como provisão por um prémio de risco de inflação. A metodologia usada para obter a taxa de desconto e a previsão da inflação do preço é consistente com a que foi usada no final do período anterior, exceto o facto de que em 2016 a curva do ponto de inflação manteve-se fixa 25 anos.

Os pressupostos de mortalidade pós-aposentação do UKRF baseiam-se no pressuposto de melhor estimativa derivado de uma análise realizada em 2016 à própria experiência de mortalidade pós-aposentação do Barclays, e considerando a evidência recente de inquéritos à mortalidade publicados. Foi considerado um ajustamento para melhorias futuras na mortalidade, com base no modelo de projeção de 2016 publicado pelo Continuous Mortality Investigation Bureau e sujeito a uma tendência de longo prazo de 1.25% pa, para melhorias futuras. A metodologia usada é consistente com a que foi usada no final do ano anterior, mas em 2016 foi usado o modelo de projeção de 2015. A tabela abaixo mostra como a esperança de vida assumida aos 60 anos, para membros do UKRF, tem variado durante os últimos três anos:

Esperança de vida assumida	2017	2016	2015
Esperança de vida aos 60 para pensionistas atuais (anos)			
- Homens	**27,8**	27,9	28,4
- Mulheres	**29,4**	29,7	30,0
Esperança de vida aos 60 para futuros pensionistas atualmente com 40 (anos)			
- Homens	**29,3**	29,7	30,2
- Mulheres	**31,0**	31,7	32,0

Foi introduzida para 2017 uma estimativa das futuras transferências para o exterior, aumentando as obrigações de benefícios em cerca de 2%, na medida em que os números de membros diferidos a transferir para o exterior foram mais elevados em 2017 do que alguma vez antes. O pressuposto introduzido é de que 20% das obrigações de benefícios relativas a membros diferidos serão transferidas para o exterior em 2018, 15% em 2019, 10% em 2020, 5% em 2021, caindo para 0% a partir de 2022. O pressuposto usado para 2016 foi de 0 transferências para o exterior.

Análise de sensibilidade em pressupostos actuariais

A análise de sensibilidade foi calculada por valorização dos passivos do UKRF e usando os pressupostos corrigidos apresentados na tabela seguinte e mantendo os pressupostos restantes iguais aos descritos na tabela anterior de pressupostos UKRF, exceto no caso da sensibilidade à inflação, em que outros pressupostos que dependem da inflação prevista foram também alterados em conformidade. A diferença entre o valor recalculado dos passivos e o valor referido na tabela anterior de reconciliação do balanço é o valor apresentado. A seleção destes movimentos para ilustrar a sensibilidade da obrigação de benefício definido aos pressupostos principais não deve ser interpretada como a manifestação de uma opinião especifica do Barclays quanto à probabilidade de ocorrência de tais movimentos.

35 Pensões e benefícios de aposentação continuação

Mudança no pressupostos chave

	2017 (Diminuição)/ Aumento nas obrigações de benefícios definidos obrigação mM£	2016 (Diminuição)/ Aumento nas obrigações de benefícios definidos obrigação mM£
Taxa de desconto		
Aumento de 0.50% p.a.	**(2,4)**	(2,8)
Aumento de 0.25% p.a.	**(1,2)**	(1,4)
Decréscimo de 0,25% p.a.	**1,3**	1,5
Decréscimo de 0,50% p.a.	**2,8**	3,2
RPI previsto		
Aumento de 0.50% p.a.	**1,6**	1,9
Aumento de 0.25% p.a.	**0,8**	0,9
Decréscimo de 0,25% p.a.	**(0,7)**	(0,9)
Decréscimo de 0,50% p.a.	**(1,5)**	(2,0)
Esperança de vida aos 60		
Aumento de um ano	**1,0**	1,1
Decréscimo de um ano	**(1,0)**	(1,1)

A duração média ponderada dos pagamentos de benefícios refletida na obrigação de benefícios definidos para o UKRF é de 20 anos.

Ativos

Foi definida uma estratégia de investimento a longo prazo para o UKRF, com a sua distribuição de ativos a ser composta por uma mistura de títulos, obrigações, imóveis e outros ativos apropriados. Isto reconhece que as várias classes de ativos devem originar rendimentos diferentes no longo prazo e que algumas classes de ativos podem ser mais voláteis que outras. A estratégia de investimento a longo prazo garante, para além de outros objetivos, que os investimentos são adequadamente diversificados. É permitida alguma flexibilidade aos gestores de ativos para variar a distribuição de ativos na estratégia de investimento a longo prazo dentro de intervalos de controlo acordados periodicamente com o Administrador do Fundo.

O UKRF também utiliza instrumentos derivados, quando apropriado, para alcançar uma exposição ou rendimento específicos, ou para fazer corresponder melhor os ativos com os passivos. O valor dos ativos apresentados reflete os ativos físicos detidos pelo plano, sendo as detenções de derivados refletidas numa base de preço de mercado.

35 Pensões e benefícios de aposentação

O valor dos ativos dos planos e a sua percentagem em relação aos ativos totais do plano são os seguintes:

Análise dos ativos do plano

	Total do Grupo		Total do Banco		Dos quais relacionados com UKRF	
	Valor	% do justo valor total dos ativos do plano	Valor	% do justo valor total dos ativos do plano	Valor	% do justo valor total dos ativos do plano
	M£	%	M£	%	M£	%
A 31 de dezembro de 2017						
Títulos - cotados	**4 377**	**14,1**	**4 210**	**13,9**	**4 151**	**13,8**
Títulos - não-cotados	**2 001**	**6,5**	**2 001**	**6,6**	**2 001**	**6,6**
Obrigações - soberanas, fixas[a]	**2 433**	**7,9**	**2 268**	**7,5**	**2 184**	**7,3**
Obrigações - soberanas, indexadas[a]	**13 089**	**42,3**	**13 078**	**43,1**	**13 078**	**43,4**
Obrigações - corporativas e outras[a]	**5 195**	**16,8**	**5 073**	**16,7**	**4 999**	**16,6**
Imobiliário - comercial[b]	**1 911**	**6,2**	**1 902**	**6,2**	**1 902**	**6,3**
Derivados[b]	**816**	**2,6**	**816**	**2,7**	**816**	**2,7**
Outros[c]	**1 100**	**3,6**	**1 016**	**3,3**	**981**	**3,3**
Justo valor dos ativos do plano	**30 922**	**100,0**	**30 364**	**100,0**	**30 112**	**100,0**
A 31 de dezembro de 2016						
Títulos - cotados	8 123	24,9	7 921	24,7	7 840	24,6
Títulos - não-cotados	2 043	6,3	2 042	6,4	2 042	6,4
Obrigações - soberanas, fixas[a]	1 330	4,1	1 192	3,7	1 072	3,4
Obrigações - soberanas, indexadas[a]	13 173	40,3	13 165	41,0	13 165	41,4
Obrigações - corporativas e outras[a]	5 222	16,0	5 106	15,9	5 054	15,9
Imobiliário - comercial[b]	1 630	5,0	1 622	5,0	1 622	5,1
Derivados[b]	870	2,7	870	2,7	870	2,7
Outros[c]	266	0,7	207	0,6	155	0,5
Justo valor dos ativos do plano	32 657	100,0	32 125	100,0	31 820	100,0

Notas
a. Os ativos detidos são predominantemente cotados.
b Os ativos detidos são predominantemente não cotados.
c Os ativos detidos são predominantemente em Fundos de Infraestruturas.

Incluídos no justo valor dos ativos do plano estão: 0,1M£ (2016: 0,2M£) relativos a ações do Barclays PLC e 0,6M£ (2016: 0,1M£) relativos a obrigações emitidas pelo Barclays PLC. O UKRF também investe em veículos de investimento que podem deter ações ou dívida emitida pelo Barclays PLC.

Os ativos do plano do UKRF também incluem 15M£ (2016: 32M£) relativos a investimentos privados em capital no Reino Unido e 1 986M£ (2016: 2 009M£) relativos a investimentos privados de capital no estrangeiro. Estes são divulgados acima em Títulos - não cotados.

Aproximadamente 48% dos ativos do UKRF são investidos em estratégias de investimento orientadas para passivos; principalmente obrigações do tesouro do RU, bem como *swaps* de taxa de juro e de inflação. São usados para fazer corresponder melhor os ativos aos passivos. Os *swaps* são usados para reduzir os riscos de inflação e duração do plano relativamente aos passivos.

Financiamento

O Atuário do Plano prepara uma atualização anual da posição de financiamento do UKRF, além da avaliação atuarial completa trienal. A última atualização anual foi efetuada a 30 de setembro de 2017 e evidenciou um défice de 4,8mM£ e um nível de financiamento de 86,8%.

A última avaliação atuarial trienal do UKRF começou a 30 de setembro de 2016 e foi concluída em julho de 2017. Esta avaliação demonstrou um défice de financiamento de 7,9mM£ e um nível de investimento de 81,5%, face ao défice de 6,0mM£ na atualização de 30 de setembro de 2015.

A melhoria na posição de financiamento entre 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2017 deve-se em grande parte ao pagamento de contribuições de défice, retornos de ativos acima do previsto, maiores rendimentos de títulos de obrigação e transferências para fora do plano.

Na avaliação trienal de 2016, o Grupo e o Administrador do UKRF acordaram uma meta de financiamento revista especificamente para o plano, a definição dos princípios de financiamento, o agendamento de contribuições, um plano de recuperação para eliminar o défice relativo à meta de financiamento e outras medidas adicionais de apoio. O acordo com o Administrador do UKRF tem ainda em consideração as alterações à estrutura do Grupo que serão implementadas no âmbito da delimitação[a]. O Barclays Bank PLC continuará a ser o principal empregador do UKRF.

As principais diferenças entre o financiamento e os pressupostos da IAS 19 são uma abordagem diferente à definição da taxa de desconto e um pressuposto de longevidade mais conservador para o financiamento.

35 Pensões e benefícios de aposentação continuação

As contribuições para a redução de défice acordadas com o Administrador do UKRF no âmbito do plano de recuperação da avaliação de 30 de setembro de 2016 são dispostos ao lado das contribuições para a recuperação do défice acordadas em 2014 após a avaliação de 30 de setembro de 2013.

Ano	Contribuições de défice Avaliação de 30 de setembro de 2016 M£	Contribuições de défice Avaliação de 30 de setembro de 2013 M£
2017	740	1 240[b]
2018	500	740
2019	500	740
2020	500	740
2021	1 000	240[b]
2022 à 2026	1 000 cada ano	-

Notas
a Consulte a página 134 do Relatório Anual para mais informações acerca da reforma estrutural (não-auditada).
b As contribuições para o défice de 2017 a partir da avaliação de 30 de setembro de 2013 incluíram um máximo de 500M£ a pagar se o défice em 2017 excedesse um determinado nível. Destes 500M£, 250M£ foram pagas no primeiro semestre de 2017. Após o acordo do plano de recuperação da avaliação de 30 de setembro de 2016, em julho de 2017, os restantes pagamentos já não são necessários.

As contribuições para a redução do défice são um acréscimo às contribuições regulares para cumprir a parte do Grupo no custo acrescido dos benefícios em cada ano. A próxima avaliação do UKRF será concluída em 2020, com data de início a 30 de setembro de 2019.

Outras medidas de apoio acordadas aquando da avaliação

Garantia - O Administrador do UKRF e o Barclays Bank PLC celebraram um acordo, ao abrigo do qual foi estabelecida uma garantia global para salvaguardar o défice de financiamento do UKRF, à medida que este aumenta ou diminui ao longo do tempo, juntamente com as respetivas contribuições para a recuperação do défice.A garantia global é atualmente composta por títulos de dívida pública e titularizações de alta qualidade de cartões de crédito, hipotecas e empréstimos corporativos. O acordo foi celebrado com o Administrador de forma a aumentar a proporção do défice coberta de 88,5% para 100% a partir de 26 de março de 2018, com um limite global restante de 9,0mM£. Nessa altura, a garantia global passará a ser composta apenas por títulos de dívida pública (o Administrador e o Barclays Bank PLC podem acordar garantias elegíveis alternativas futuramente). O acordo oferece ao Administrador do UKRF acesso ao conjunto de ativos, caso o Barclays Bank PLC falhe o pagamento de uma contribuição para a redução do défice ao UKRF, ou em caso de insolvência do Barclays Bank PLC. Estes ativos estão incluídos na Nota 40.

Apoio do Barclays PLC - Caso o Barclays Bank PLC falhe o pagamento de uma contribuição para a redução do défice requerida ao abrigo do plano de recuperação da avaliação de 2016 até à data de pré-pagamento especificada, o Barclays PLC celebrou um acordo segundo o qual terá de usar, como prioridade principal, os dividendos recebidos do Barclays Bank UK PLC (se existirem) para investir as receitas no Barclays Bank PLC (até ao montante máximo da contribuição para a redução do défice a pagar pelo Barclays Bank PLC). As receitas do investimento serão utilizados para liquidar a contribuição para a redução do défice a pagar pelo Barclays Bank PLC.

Participação - Conforme permitido pela Lei dos Serviços e Mercados Financeiros de 2000 (Reforma Bancária) (Pensões) e os Regulamentos de 2015, o Barclays Bank UK PLC é um empregador com participação no UKRF e continuará sê-lo durante o período de transição até setembro de 2025, conforme delineado no título de participação. O Barclays Bank UK PLC irá contribuir para os serviços futuros dos seus colaboradores que são atualmente membros do Afterwork e, em caso de insolvência do Barclays Bank PLC durante este período, foram estabelecidas disposições para que o Barclays Bank UK PLC tenha de se tornar o principal empregador do UKRF. A dívida do Barclays Bank PLC da Secção 75 seria acionada (a dívida seria calculada após permitir o pagamento ao UKRF da garantia descrita acima).

As contribuições de benefícios definidas pagas em relação ao UKRF foram as seguintes:

Contribuições pagas	M£
2017	**1 124**
2016	634
2015	586

As contribuições pagas pelo Grupo incluíram 153M£ (2016: 112M£; 2015: nulo) em contribuições da Secção 75.

As contribuições esperadas do Grupo para o UKRF, no que respeita aos benefícios definidos em 2018 é de 716M£ (2017: 1 585M£).
Além disso, as contribuições esperadas para planos de contribuições definidos no Reino Unido em 2018 é de 35M£ (2017: 36M£) para o UKRF e 146M£ (2017:124M£) para o BPSP.

Âmbito de consolidação

A secção apresenta informação dos investimentos do Grupo em subsidiárias, *joint ventures* e associadas, e as suas participações em entidades estruturadas. São também detalhadas as transações de titularização a que o Grupo aderiu e os acordos que foram celebrados fora do balanço.

36 Principais subsidiárias

O Barclays aplica a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*. As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e de todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Grupo detém controlo. De acordo com a IFRS 10 isto ocorre quando o Grupo está exposto ou tem direito a rendimentos variáveis devido ao seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses rendimentos através do seu poder sobre a entidade.

O grupo reavalia se controla uma entidade se os factos e circunstâncias indicarem que houve alterações aos seus poderes, aos sues direitos a retornos variáveis ou à capacidade de usar os seus poderes para afetar o montante dos seus retornos.

As transações e saldos intra-grupo são eliminados na consolidação e são usadas políticas de contabilização consistentes em todo o Grupo para os efeitos da consolidação. As alterações nos interesses de propriedade sobre as subsidiárias são contabilizadas como transações de capital, se ocorrerem depois de ter sido obtido o controlo e se não resultarem numa perda de controlo.

Os raciocínios utilizados na aplicação desta política estão especificados abaixo.

Contabilização do investimento nas subsidiárias

Nas demonstrações financeiras individuais do Barclays Bank PLC, os investimentos em subsidiárias são referidos a valor de custo deduzido de imparidades.

Os investimentos em subsidiárias, a maior parte das quais estão envolvidas em atividades bancárias, são registados no balanço ao custo histórico deduzidos de quaisquer imparidades. A 31 de dezembro de 2017, o custo histórico dos investimentos em subsidiárias era de 15 882M£ (2016: 17 559M£), e as deduções de imparidade reconhecidas relativamente a estes investimentos foram de 1 268M£ (2016: 3 160M£). Este decréscimo no custo histórico e nos balanços de imparidade deve-se sobretudo à liquidação de participações com imparidade total durante o período.

As principais subsidiárias do Grupo são referidas seguidamente. São incluídas as subsidiárias mais significativas no contexto do negócio, dos resultados ou da posição financeira do Grupo.

Denominação da Empresa	Principal local de negócio ou de constituição	Natureza do negócio	Percentagem de direitos de voto detida %	Interesses Interesses - proporção de interesses de propriedade %	Interesses Interesses - proporção de interesses de propriedade %
Barclays Capital Securities Limited	Inglaterra	Transação de títulos	100	-	-
Barclays Securities Japan Limited	Japão	Transação de títulos	100	-	-
Barclays Capital Inc.	Estados Unidos	Transação de títulos	100	-	-
Barclays Bank Delaware	Estados Unidos	Emissor de cartões de crédito	100	-	-

A informação sobre as subsidiárias do Grupo, conforme requerida pela Lei das Empresas, será incluída no Retorno Anual a ser arquivado junto da UK Companies House.

As participações de propriedade são, em alguns casos, diferentes das participações de voto devido à existência de participações de capital sem direito a voto, como ações preferenciais. Para mais informações, consulte a Nota 32.

O Barclays Africa Group Limited era considerado a principal subsidiária em 2016. Em 2017, o Barclays reduziu a sua participação no BAGL. Isto levou à desconsolidação do BAGL do Grupo a partir de 1 de junho de 2017, sendo a participação residual reconhecida como um investimento disponível para venda.

A determinação do controlo de uma entidade pelo Grupo é normalmente simples e baseada na propriedade da maioria do capital com direito a voto. Contudo, em certos casos esta determinação envolve uma tomada de decisão, especialmente no caso de entidades estruturadas onde o direito a voto não é frequentemente o fator determinante nas decisões sobre atividades relevantes. Este ajuizamento pode envolver a avaliação do objetivo e organização da entidade. Poderá também ser frequentemente necessário considerar se o Grupo, ou outra parte envolvida com poder sobre as atividades relevantes, age como parte principal de direito próprio ou como agente em representação de terceiros.

Frequentemente existe também um ajuizamento envolvido na avaliação contínua do controlo sobre entidades estruturadas. A este respeito, em casos em que as condições de mercado se tenham deteriorado de tal forma que as exposições dos outros investidores aos rendimentos variáveis da estrutura tenham sido substancialmente eliminados, o Grupo poderá concluir que os gestores da entidade estruturada agem como um agente seu e procederá consequentemente à consolidação da entidade estruturada.

Um interesse no capital com direito a voto superior a 50% indicaria normalmente que o Grupo controla uma entidade. Contudo, a entidade descrita abaixo é excluída da consolidação porque o Grupo não está exposto aos seus rendimentos variáveis.

País do registo ou da constituição	Denominação da empresa	Percentagem de direitos de voto detida (%)	Fundos dos acionistas de capital (M£)	Lucro retido para o ano (M£)
Ilhas Caimão	Palomino Limited	100	9	7

36 Principais subsidiárias continuação

Esta entidade é gerida por uma contraparte externa, e por essa razão não é controlada pelo Grupo. As participações relacionadas com esta entidade é incluída na Nota 37.

Restrições significativas

Como é normal para um Grupo da sua dimensão e âmbito internacional, existem restrições à capacidade do Grupo para obter distribuições de capital, acesso a ativos ou reembolsar os passivos dos membros do seu Grupo devido aos requisitos jurídicos, regulamentares e contratuais das suas subsidiárias e aos direitos de proteção de participações minoritárias. Estes são considerados seguidamente.

Requisitos regulamentares

As principais empresas subsidiárias do Grupo têm ativos e passivos antes de eliminações inter-empresa no valor de 276mM£ (2016: 417mM£) e 268mM£ (2016: 403mM£) respetivamente. Os ativos e passivos estão sujeitos à regulamentação prudencial e aos requisitos regulamentares de capital dos países que os regulam. Estes obrigam a que as entidades mantenham rácios mínimos de capital que não podem ser devolvidos à empresa-mãe, o Barclays PLC, com base na continuidade do negócio.

Por forma a cumprir os requisitos de capital, as subsidiárias poderão deter determinados instrumentos financeiros contabilizados como capital ou contabilizados como dívida e instrumentos não relacionados com ações tais como instrumentos de capital da Lista 1 e da Lista 2 e outras formas de responsabilidades subordinadas. A Nota 32 s e a Nota 29 contêm detalhes acerca destes instrumentos. Estes instrumentos podem estar sujeitos a cláusulas de cancelamento ou a restrições de ações preferenciais que limitem a capacidade da entidade repatriar o capital de forma oportuna.

Requisitos de liquidez

As subsidiárias reguladas do Grupo devem cumprir os requisitos regulamentares locais e da Autoridade de Regulação Prudencial relativos à liquidez. Uma das subsidiárias afetadas foi a Barclays Capital Inc., que deve garantir a conformidade diária com o mínimo regulamentar. Consulte as páginas 101 a 114 para mais detalhes sobre os requisitos de liquidez, incluindo os que são aplicáveis às subsidiárias mais significativas.

Requisitos estatutários

As subsidiárias do Grupo estão sujeitas a requisitos estatutários para não procederem a distribuições de capital e lucros não realizados e para manterem a solvabilidade de um modo geral. Estes requisitos restringem a capacidade das subsidiárias para procederem a envios de dividendos ao Barclays Bank PLC, a empresa-mãe em última instância, exceto no caso de uma redução ou liquidação legal do capital. Na maior parte dos casos, as restrições regulamentares acima enunciadas excedem as restrições estatutárias.

Requisitos contratuais

Oneração de ativos

O Grupo usa os seus ativos financeiros para reunir financiamento na forma de titularizações e através dos modelos de liquidez dos bancos centrais. Uma vez onerados, os ativos deixam de estar disponíveis para serem transferidos pelo Grupo. Os ativos tipicamente afetados são divulgados na Nota 40.

Ativos detidos por entidades estruturadas consolidadas

Nenhum dos ativos (2016: 99M£) incluídos no balanço do Grupo estão relacionados com fundos de investimento consolidados, detidos para pagar retornos e capitais a detentores de unidades nos fundos. Os ativos detidos nestes fundos não podem ser transferidos para outros membros do Grupo. O decréscimo desde 2016 deve-se à venda da Empresa de Fundos Franceses.

Outras restrições

É exigido ao Grupo que mantenha saldos junto dos bancos centrais e de outras autoridades de regulação. Estes totalizaram 3 360M£ (2016: 4 254M£).

37 Entidades estruturadas

Uma entidade estruturada é uma entidade em que os direitos de voto ou semelhantes não constituem o fator dominante para a definição do controlo. As entidades estruturadas são normalmente criadas para alcançar um objetivo particular e bem definido e apresentam restrições às suas atividades continuas.

Dependendo do poder do Grupo sobre as atividades da entidade, e da sua exposição a e capacidade de influenciar os seus próprios rendimentos, a entidade poderá ser consolidada. Noutros casos, poderá patrocinar ou estar exposto a uma tal entidade, mas não proceder à sua consolidação.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo possui acordos contratuais que podem requerer que forneça apoio financeiro aos seguintes tipos de entidades estruturadas consolidadas:

Veículos de titularização

O Grupo usa a titularização como fonte de financiamento e como meio de transferência de risco. Consulte a Nota 39 para mais detalhes.

Em períodos anteriores, o Grupo concedeu facilidade de liquidez a certos veículos de titularização. A 31 de dezembro de 2017, não existiam compromissos de crédito pendentes com estas entidades (2016: 152M£).

Papel comercial (PC) e veículos de médio prazo

O Grupo disponibilizou 10,2mM£ (2016: 9mM£) em facilidades contratuais não utilizadas e de regulação de liquidez, a veículos PC.

37 Entidades estruturadas continuação

Entidades de gestão de fundos

Em períodos anteriores, o Barclays garantiu contratualmente o desempenho de certos investimentos monetários numa série de fundos de investimento geridos, o que resultou na sua consolidação. A 31 de dezembro de 2017, o valor nocional da garantia era de 0£ (2016: 99M£), uma vez que os Fundos Europeus Patrimoniais associados a estas garantias foram encerrados ou a sua posse foi transferida para fora do Grupo e deixaram de estar consolidados.

Fundos de benefícios para empregados e outros fundos

O Grupo concede contribuições de capital a fundos de benefícios para colaboradores para que estes possam cumprir as suas obrigações perante os colaboradores e decorrentes de planos de pagamento baseados em ações. Em 2017, o Grupo forneceu linhas de crédito não utilizadas no valor de 1,8mM£ (2016: 0,4mM£) a determinados fundos.

Entidades estruturadas não consolidadas nas quais o Grupo tem participações

Uma participação numa entidade estruturada é qualquer forma contratual ou não contratual de envolvimento que crie variabilidade nos rendimentos decorrentes do desempenho da entidade para o Grupo. Estes interesses incluem dívida ou ações detidas, derivados que transferem riscos financeiros da entidade para o Grupo, empréstimos, compromissos de crédito, garantias financeiras e acordos de gestão de investimentos.

Os *swaps* de taxa de juro, derivados cambiais que não sejam complexos e que exponham o Grupo a um risco de crédito insignificante por estar a montante na cascata de pagamentos de uma titularização e os derivados que sejam determinados para introduzir risco ou variabilidade numa entidade estruturada não são considerados como tendo interesse numa entidade e foram excluídos das divulgações abaixo.

A natureza e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas é resumida seguidamente:

Resumo de interesses em entidades estruturadas não consolidadas

	Financiamento protegido	Interesses comercializados a curto prazo	Derivados transacionados	Outros juros	Total
	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017					
Ativos					
Ativos da carteira de negociação	**-**	**10 788**	**-**	**699**	**11 487**
Ativos financeiros designados ao justo valor	**31 520**	**-**	**-**	**2 721**	**34 241**
Instrumentos financeiros derivados	**-**	**-**	**4 380**	**-**	**4 380**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**5 481**	**-**	**-**	**17 386**	**22 867**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**753**	**-**	**-**	**-**	**753**
Outros ativos	**-**	**-**	**-**	**509**	**509**
Ativos totais	**37 754**	**10 788**	**4 380**	**21 315**	**74 237**
Passivos					
Instrumentos financeiros derivados	**-**	**-**	**5 193**	**3 356**	**8 549**
A 31 de dezembro de 2016					
Ativos					
Ativos da carteira de negociação	-	8 436	-	516	8 952
Ativos financeiros designados ao justo valor	22 706	-	-	367	23 073
Instrumentos financeiros derivados	-	-	4 731	2 130	6 861
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	4 915	4 915
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	24 142	24 142
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	6 338	-	-	-	6 338
Outros ativos	-	-	-	919	919
Ativos totais	29 044	8 436	4 731	32 989	75 200
Passivos					
Instrumentos financeiros derivados	-	-	3 567	2 130	5 697

Os acordos de financiamento garantidos, participações negociadas a curto prazo e derivados negociados são normalmente geridos de acordo com as políticas de gestão do risco de mercado descritas nas páginas 64 e 65, que incluem uma indicação da alteração das medidas de risco comparativamente ao ano passado. Por esta razão, os ativos totais destas entidades não são considerados significativos para o propósito de compreender os riscos relacionados e por isso não foram apresentados. Outras participações relevantes incluem veículos e empréstimos em que o juro é definido pela procura normal dos clientes.

37 Entidades estruturadas continuação

Financiamento protegido

O Grupo celebra rotineiramente contratos de revenda, de empréstimo de títulos e acordos similares, em termos comerciais normais, em que a contraparte do acordo é uma entidade estruturada. Dada a natureza destes acordos, especialmente pela transferência de garantia e pela aplicação contínua de margens, o Grupo tem uma exposição minima ao desempenho da contraparte da entidade estruturada. Isto inclui empréstimos com imposição de margem, apresentados nos Empréstimos e adiantamentos a clientes em 2017, de forma a estarem alinhados com a apresentação do balanço. Em 2016, os empréstimos com imposição de margem foram apresentados nos Acordos de revenda e outros empréstimos com garantia semelhantes, na Nota 37. Inclui-se uma descrição destas transações na Nota 21.

Interesses comercializados a curto prazo

O Grupo compra e vende participações em entidades estruturadas no âmbito das suas atividades de negociação, por exemplo, títulos garantidos por hipotecas, títulos de dívida garantidos e participações semelhantes. Estas participações são normalmente detidas em nome individual ou como parte de uma carteira mais extensa por um período nunca superior a 90 dias. Nestes casos, o Grupo não detém normalmente qualquer outro envolvimento com a entidade estruturada para além dos títulos que detém como parte das suas atividades de negociação, e a sua exposição máxima a perdas está limitada pelo valor contabilístico do ativo.

A 31 de dezembro de 2017, 9 645M£ (2016: 6 568M£) dos 10 788M£ (2016: 8 436M£) aplicados em participações do Grupo negociadas a curto prazo constaram de títulos de dívida emitidos por veículos de titularização de ativos.

Derivados transacionados

O Grupo celebra uma série de contratos derivados com entidades estruturadas que referenciam variáveis de risco de mercado tais como taxas de juro, taxas de câmbio e índices de crédito, para além de outros. Os principais tipos de derivados que são considerados interesses em entidades estruturadas incluem swaps baseados em índices e swaps de crédito vencido para entidades específicas, swaps garantidos pelo balanço, swaps de retorno total, swaps de mercadorias e swaps de capital. A Nota 14 contém detalhes que descrevem os tipos de derivados e as práticas de gestão de risco O risco de perda pode ser atenuado através de requisitos contínuos de aplicação de margens, bem como de um direito aos fluxos de caixa da entidade estruturada que esteja a montante na cascata de pagamentos. Estes requisitos de aplicação de margens são consistentes com a prática do mercado para muitos acordos derivados e estão alinhados com as políticas normais de crédito do Grupo.

As transações derivadas requerem que a contraparte forneça numerário ou outra garantia prevista nos acordos de aplicação de margens, para mitigar o risco de crédito da contraparte. O Grupo está exposto ao risco de liquidação apenas nestes derivados, sendo o mesmo atenuado através da aplicação diária de margens. O total dos valores nocionais foi de 1 680 615M£ (2016: 1 183 215M£).

Exceto para *swaps* de risco de crédito em que a exposição máxima à perda é o montante nocional do *swap*, não é possível estimar a exposição máxima à perda relativa às posições derivadas, já que o justo valor dos derivados está sujeito a alterações nas taxas de juro de mercado, nas taxas de câmbio e nos índices de crédito, que são incertos por natureza. Além disso, as perdas do Grupo estariam sujeitas a ação atenuante decorrente das suas políticas de risco de mercado e de risco de crédito, que exigem à contraparte a constituição de uma garantia em numerário ou outros ativos, na maior parte dos casos.

Outros interesses em entidades estruturadas não consolidadas

Os interesses do Grupo em entidades estruturadas que não são detidos com o objetivo de atividades de negociação de curto prazo são apresentados abaixo, resumidos pelos propósitos das entidades e limitados às categorias significativas, com base na exposição máxima a perdas.

37 Entidades estruturadas continuação

Natureza da participação

	Programas de canais de distribuição multi-vendedor	Crédito	Fundos de investimento e fideicomissos	Outros	Total
	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017					
Ativos da carteira de negociação					
- Títulos de dívida	**-**	**-**	**-**	**699**	**699**
Ativos financeiros designados ao justo valor					
Empréstimos e adiantamentos	**-**	**-**	**-**	**2 721**	**2 721**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**5 424**	**11 497**	**-**	**465**	**17 386**
Outros ativos	**468**	**11**	**8**	**22**	**509**
Total das exposições patrimoniais	**5 892**	**11 508**	**8**	**3 907**	**21 315**
Total dos montantes nocionais extrapatrimoniais	**6 270**	**6 337**	**-**	**446**	**13 053**
Exposição máxima às perdas	**12 162**	**17 845**	**8**	**4 353**	**34 368**
Total de ativos da entidade	**103 057**	**179 994**	**11 137**	**22 669**	**316 857**
A 31 de dezembro de 2016					
Ativos da carteira de negociação					
- Títulos de dívida	-	-	-	441	441
- Títulos de capital próprio	-	-	-	75	75
Ativos financeiros designados ao justo valor					
Empréstimos e adiantamentos	-	260	-	4	264
- Títulos de dívida	-	50	-	48	98
- Títulos de capital próprio	-	-	-	5	5
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	2 130	2 130
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	4 890	-	25	4 915
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 016	16 754	-	1 372	24 142
Outros ativos	5	7	13	894	919
Total das exposições patrimoniais	6 021	21 961	13	4 994	32 989
Total dos montantes nocionais extrapatrimoniais	2 734	9 873	-	1 739	14 346
Exposição máxima às perdas	8 755	31 834	13	6 733	47 335
Total de ativos da entidade	75 535	492 950	18 550	39 342	626 377

Exposição máxima às perdas

Excetuando nos casos seguintes em contrário, a exposição máxima do Grupo às perdas é o total das suas posições no balanço e dos seus acordos fora do balanço, incluindo compromissos de crédito e garantias financeiras. A exposição à perda é atenuada através de garantias reais, de garantias financeiras, da disponibilidade de compensação e da proteção de crédito existente.

Programas de canais de distribuição multivendedor

O canal de distribuição multivendedor dedica-se a fornecer financiamento a vários clientes e detém participações parciais em fundos de contas a receber ou obrigações semelhantes. Estes instrumentos estão protegidos contra perdas através de sobregarantia, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas pelo canal. A exposição extrapatrimonial do Grupo incluída na tabela anterior representa facilidades de liquidez concedidas ao canal de distribuição para benefício dos detentores do papel comercial emitido pelo mesmo e que só serão utilizadas quando este for incapaz de aceder ao mercado de papel comercial. Se estas facilidades forem utilizadas, o Grupo está protegido contra perdas através de sobregarantia, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas para o canal.

Crédito

Esta carteira inclui o crédito concedido pelo Grupo a entidades estruturadas não-consolidadas do decurso normal das suas atividades creditícias para auferir rendimentos na forma de juros e comissões de empréstimo e inclui o crédito a entidades estruturadas que é normalmente garantido por imóveis, equipamentos ou outros ativos. Todos os empréstimos são sujeitos ao processo de aprovação de crédito do Grupo. Os contratos de garantia são específicos para as circunstâncias de cada empréstimo, sendo procuradas garantias e cauções adicionais junto do promotor da entidade estruturada para certos contratos. Durante o período, o Grupo incorreu numa imparidade de 11M£ (2016: 24M£) nestes créditos.

Fundos de investimento e trusts

No decurso das suas atividades de gestão de fundos, o Grupo institui fundos comuns de investimento que compreendem investimentos de vários tipos, adaptados para cumprirem determinados requisitos dos investidores. A participação do Grupo nos fundos é normalmente restrita a uma comissão de gestão do fundo, cujo valor é normalmente baseado no desempenho do fundo.

37 Entidades Estruturadas continuação

O Grupo intervém como mandatário num conjunto de *trusts* instituídos pelos seus clientes, ou em nome dos mesmos. O objetivo dos *trusts*, que cumprem a definição de entidades estruturadas, é deter ativos em nome de beneficiários. A participação do Grupo nos *trusts* é normalmente restrita a comissões não pagas que, dependendo do *trust*, poderão ser fixas ou baseadas no valor dos ativos do *trust*. O Barclays não possui outra exposição nos *trusts*.

Outras

Esta secção inclui empréstimos pelo justo valor com entidades estruturadas, em que o risco de mercado é substancialmente coberto por contratos derivados, participações em titularizações de dívida emitidas por canais de titularização e facilidades de empréstimos a estas entidades, quer sejam usadas ou não.

Ativos transferidos para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas

Os ativos transferidos para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas não foram significativos.

38 Investimentos em entidades associadas e joint ventures

Contabilização de associadas e *joint ventures*

O Barclays aplica a IAS 28 *Investimentos em Associadas* e a IFRS 11 *Acordos Conjuntos*. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controlo, sobre as políticas operacionais e financeiras. Normalmente o Grupo detém mais de 20% mas menos de 50% dos seus direitos de voto. As joint ventures são acordos conjuntos que proporcionam o controlo conjunto e direitos aos ativos líquidos da entidade.

Os investimentos do Grupo em associadas e *joint ventures* são inicialmente registados pelo custo e acrescidos (ou decrescidos) anualmente pela parte do Grupo no lucro (ou perda) posterior à aquisição. O Grupo deixa de reconhecer a sua parte nas perdas de associados contabilizados no capital quando a sua parte dos ativos líquidos e montantes devidos pela entidade tenham sido completamente amortizados, a não ser que exista uma obrigação contratual ou implícita de assumir a sua parte nas perdas. Em certos casos, os investimentos nestas entidades podem ser detidos ao justo valor por via dos resultados, por exemplo, os detidos por empresas de capitais de investimento.

Não existem investimentos individualmente significativos em *joint ventures* ou associadas detidos pelo Barclays.

	2017			2016		
	Associadas	*Joint ventures*	Total	Associadas	Joint ventures	Total
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Títulos de capital próprio contabilizados	**402**	**316**	**718**	321	363	684
Detido pelo justo valor através de lucros ou prejuízo	**-**	**447**	**447**	-	484	484
Total	**402**	**763**	**1 165**	321	847	1 168

A informação financeira resumida para as associadas e *joint ventures* contabilizadas no capital do Grupo é apresentada seguidamente. Os montantes apresentados são os rendimentos líquidos dos beneficiários do investimento, e não apenas a parte do Grupo para o ano terminado a 31 de dezembro de 2017, com a exceção de certos empreendimentos para os quais os montantes foram baseados em contas atualizadas mais de três meses antes da data do balanço.

	Associadas		Joint ventures	
	2017	2016	2017	2016
	M£	M£	M£	M£
Lucro de operações contínuas	**117**	33	**77**	64
Outros rendimentos integrais	**-**	-	**(15)**	19
Total de rendimentos integrais de operações contínuas	**117**	33	**62**	83

As partes não reconhecidas das perdas individualmente relevantes de associadas e *joint ventures* foram iguais a zero (2016: zero).

As associadas e joint ventures do Grupo estão sujeitas a requisitos jurídicos ou contratuais tais que não podem efetuar transferências de dividendos ou reembolsar empréstimos ao Barclays PLC sem acordo prévio com as partes externas.

A parte do Grupo em compromissos e contingências das suas associadas e *joint ventures* incluiu linhas de crédito não utilizadas e fornecidas a clientes no valor de 1 712M£ (2016: 1 755M£). Além disso, o Grupo celebrou compromissos para financiar ou conceder recursos às suas *joint ventures* e associadas no valor de 246M£ (2016: 263M£).

39 Titularizações

Contabilização de operações de titularização

O Grupo usa as titularizações como origem de financiamento e como um meio de transferência de risco. Estas transações resultam normalmente na transferência de fluxos de caixa contratuais de carteiras de ativos financeiros para detentores de títulos de dívida.

As titularizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação; levar ao reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou à anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência. A completa anulação do reconhecimento só ocorre quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa provenientes dos ativos financeiros, ou quando retém os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa, mas assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento relevantes, e ainda transfere substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade, incluindo o risco de crédito, o risco de pagamento antecipado e o risco de taxa de juro.

39 Titularizações continuação

No decurso da sua atividade bancária normal, o Grupo realiza transferências de ativos financeiros, tanto nos casos em que os direitos legais sobre os fluxos de caixa do ativo são transferidos para a contraparte como usufrutuárias, ou nos casos em que o Grupo retém os direitos aos fluxos de caixa mas assume a responsabilidade de transferi-los para a contraparte. Dependendo da natureza da transação, isto poderá resultar na anulação do reconhecimento dos ativos na sua totalidade, na anulação parcial do reconhecimento ou em nenhuma anulação do reconhecimento dos ativos sujeitos à transferência.

Em seguida apresenta-se um resumo das principais transações, assim como dos ativos e passivos e dos riscos financeiros que advêm das mesmas:

Transferências de ativos financeiros que não resultam em desreconhecimento

Operações de titularização

O Grupo participou em transações de titularização envolvendo os seus empréstimos hipotecários residenciais e saldos de cartões de crédito.

Nestas transações, os ativos, os interesses sobre os ativos, ou os interesses benéficos nos fluxos de caixa decorrentes dos ativos, são transferidos para uma sociedade de propósito específico, que emite seguidamente títulos de dívida remunerados a investidores terceiros.

As titularizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação. Também podem ocorrer o reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou a anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência.

A tabela seguinte demonstra a valor contabilística dos ativos titularizados que não resultaram num total desreconhecimento, juntamente com os passivos associados, para cada categoria de ativos no balanço:

	2017				2016			
	Ativos		Passivos		Ativos		Passivos	
	Valor contabilístico	Justo Valor	Valor contabilístico	Justo Valor	Valor contabilístico	Justo Valor	Valor contabilístico	Justo Valor
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
O Grupo								
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Empréstimos hipotecários para habitação	**-**	**-**	**-**	**-**	125	120	(107)	(107)
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outro crédito a retalho	**3 772**	**3 757**	**(3 635)**	**(3 626)**	5 094	5 084	(4 926)	(4 931)
Total	**3 772**	**3 757**	**(3 635)**	**(3 626)**	5 219	5 204	(5 033)	(5 038)
O Banco								
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Empréstimos hipotecários para habitação	**-**	**-**	**-**	**-**	125	120	(107)	(107)
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outro crédito a retalho[a]	**765**	**750**	**(750)**	**(753)**	1 165	1 146	(1 239)	(1 240)
Total	**765**	**750**	**(750)**	**(753)**	1 290	1 266	(1 346)	(1 347)

Nota

a O valor contabilístico e o justo valor dos passivos associados é superior ao valor contabilístico e justo valor dos ativos subjacentes em 2016, porque um título foi emitido em USD e os ativos subjacentes foram denominados em GBP. Este risco cambial está coberto.

Os saldos incluídos nos empréstimos e adiantamentos a clientes representam operações de titularização nas quais todos os riscos e remunerações do ativo foram substancialmente mantidos pelo Grupo.

A relação entre os ativos transferidos e os passivos associados é que os detentores das obrigações poderão olhar apenas aos fluxos de caixa de ativos titularizados para pagamentos de dívida e juros devidos de acordo com os termos das suas obrigações, embora os termos contratuais das suas obrigações possam ser diferentes da maturidade e juros dos ativos transferidos.

Para transferências de ativos relativas a contratos de recompra consulte as Notas 21 e 40.

Envolvimento continuado em ativos financeiros cujo reconhecimento tenha sido anulado

Em determinados casos, o Grupo pode ter transferido um ativo financeiro na sua totalidade mas continuar a ter um envolvimento contínuo no ativo. Isto ocorre nas titularizações de ativos em que o reconhecimento dos empréstimos e dos títulos garantidos por ativos foi anulado como consequência do envolvimento do Grupo em CLO, CDO, RMBS e CMBS. O envolvimento contínuo decorre principalmente da concessão de financiamento a estas estruturas na forma de títulos retidos, que não suportem perdas iniciais.

39 Titularizações continuação

A tabela abaixo mostra as potenciais implicações financeiras de tal envolvimento contínuo:

	Envolvimento contínuo			Ganhos/(prejuízos) de continuação	
Tipo de transferência	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Exposição máxima às perdas M£	Para o ano findo em 31 de M£	Acumulado até 31 de dezembro M£
2017					
CLO e outros ativos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Títulos comerciais garantidos por hipotecas	**94**	**94**	**94**	**1**	**1**
Total	**94**	**94**	**94**	**1**	**1**
2016					
CLO e outros ativos	10	10	10	-	(3)
Títulos comerciais garantidos por hipotecas	-	-	-	-	-
Total	10	10	10	-	(3)

Nota
a Os ativos que representam o envolvimento contínuo do Grupo em ativos cujo reconhecimento foi anulado estão registados nos Empréstimos e adiantamentos e nos Ativos da carteira de negociação.

40 Ativos comprometidos

Os ativos são comprometidos como garantias para assegurar passivos sujeitos a acordos de recompra, titularizações e acordos de empréstimo de ações ou como depósitos de garantia relativos a derivados. A tabela seguinte resume a natureza e o valor contabilístico dos ativos comprometidos como garantia destes passivos:

	O Grupo		O Banco	
	2017 M£	2016 M£	**2017** M£	2016 M£
Ativos da carteira de negociação	**73 899**	51 241	**54 118**	17 882
Ativos financeiros pelo justo valor	**4 798**	3 195	**1 588**	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**41 772**	30 414	**35 400**	25 569
Garantia em numerário	**56 351**	68 797	**50 794**	59 302
Investimentos financeiros	**15 058**	13 053	**21 970**	17 398
Ativos imobilizados detidos para venda	**-**	117	**-**	-
Ativos comprometidos	**191 878**	166 817	**163 870**	120 151

O Barclays apresenta mais 9mM£ (2016: 14mM£) de empréstimos e adiantamentos nos seus programas de financiamento garantido por ativos que podem ser prontamente usados para angariar financiamento adicional e disponibilizados para apoiar emissões futuras.

Os ativos totais comprometidos incluem uma garantia global estabelecida para salvaguardar o défice de financiamento do UKRF. Consulte a Nota 35 para mais detalhes.

Garantias detidas como caução de ativos

Em algumas transações, incluindo acordos de revenda e transações de empréstimo de ações, o Grupo pode revender ou recomprometer a garantia detida. O justo valor à data do balanço das garantias aceites e recomprometidas a outros era o seguinte:

	O Grupo		O Banco	
	2017 M£	2016 M£	**2017** M£	2016 M£
Justo valor dos títulos aceites como garantias	**608 412**	466 975	**595 756**	452 626
Do qual o justo valor dos títulos recomprometidos/transferidos a outros	**547 637**	405 582	**564 886**	418 588

A divulgação adicional foi incluída nas garantias e outras melhorias de crédito (ver páginas 79 a 82).

Outros assuntos de divulgação

As notas incluídas nesta secção centram-se nas transações com partes relacionadas, na remuneração dos auditores e na remuneração dos Diretores. As transações com partes relacionadas incluem quaisquer subsidiárias, associadas, joint ventures, entidades sob diretoria partilhada e Pessoal de Gestão Principal.

41 Transacções com partes relacionadas e remunerações dos Directores

Transacções com partes relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma parte tiver a capacidade de controlar a outra parte ou de exercer influência significativa sobre a outra parte durante a tomada de decisões financeiras ou operacionais, ou ambas forem controladas por uma ou outra parte. A definição inclui subsidiárias, associadas, *joint ventures*, e os planos de pensões do Grupo.

(i) O Grupo

Empresa-mãe

A empresa-mãe, que também é a empresa-mãe final, é o Barclays PLC, que detém 100% das ações ordinárias emitidas do Barclays Bank PLC.

Subsidiárias

As transações entre o Barclays Bank PLC e as suas subsidiárias também cumprem a definição de transações com partes relacionadas. Quando estas forem eliminadas na consolidação, não serão divulgadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo. É apresentada uma lista das principais subsidiárias do grupo na Nota 36.

Subsidiárias colegas

As transações entre o Grupo e outras subsidiárias da Empresa-Mãe também se enquadram na definição de transações com partes relacionadas. Em novembro de 2016, o Barclays Services Limited, a Empresa de Serviços d Grupo, foi transferida do Grupo para o Barclays PLC.

Entidades associadas, *joint ventures* e outras entidades

O Grupo fornece serviços bancários às suas associadas, *joint ventures*, fundos de pensões do Grupo (especialmente o Fundo de Reformas do Reino Unido) e às entidades sob administração partilhada, concedendo empréstimos, saques a descoberto, depósitos com ou sem juros e contas correntes a estas entidades e outros serviços bancários análogos. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimentos e de custódia aos planos de pensões do Grupo. O Grupo também fornece serviços da banca de "unit trust" (fundos de investimento coletivo) e fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo que não são individualmente materiais. Todas estas transações são conduzidas nos mesmos termos das transações com terceiros. A informação financeira resumida para as associadas e *joint ventures* do Grupo é apresentada na Nota 38.

Os montantes incluídos nas contas, agregados por categoria da entidade de parte relacionada são os seguintes:

	Sociedade-mãe	Subsidiárias colegas	Associadas	*Joint ventures*	Fundos de pensões, unidades de participação e fundos de investimento
	M£	M£	M£	M£	M£
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2017					
Receita/(despesa)	**(996)**	**(4 008)**	**(20)**	**38**	**4**
Libertações de imparidade	**-**	**-**	**2**	**-**	**-**
Ativos totais	**716**	**163**	**2**	**1 048**	**2**
Passivos totais	**24 205**	**1 015**	**75**	**2**	**162**
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2016					
Receita/(despesa)	(60)	(354)	(20)	7	4
Encargos de imparidade	-	-	(13)	-	-
Ativos totais	801	1 265	72	2 244	-
Passivos totais[a]	19 470	2 313	94	95	260

Nota

a A comparação com a Empresa-Mãe foi redeclarada para refletir o financiamento fornecido pelo Barclays PLC que não foi tratado como uma transação com partes relacionadas no ano anterior. O impacto nos Passivos totais é um aumento de 0,8mM£, totalizando 19,5mM£.

As garantias, penhores ou compromissos apresentados, e relativos a estas transações durante o ano, totalizaram 27£ (2016: 940M£), predominantemente relacionados com associadas. Não foram recebidas garantias, penhores ou compromissos durante o ano. Os derivados transacionados em nome dos fundos de pensões, fideicomissos e fundos de investimento totalizaram 3M£ (2016: 3M£).

Em setembro de 2017, o Grupo transferiu toda a Propriedade Intelectual (PI) para a empresa-mãe, o Barclays PLC, ao abrigo de Acordos-Quadro de Cessão de Marca.

O Barclays PLC concedeu duas licenças exclusivas ao Barclays Bank PLC para usar e explorar a PI relacionada com as marcas do Barclays International (BI) e o Barclays UK (BUK). Posteriormente, o Barclays Bank PLC celebrou acordos de sub-licenciamento com as suas subsidiárias, nos casos relevantes, para permitir o uso da PI relacionada com as marcas BI e BUK. Não existem direitos de autor a pagar ao abrigo destes licenciamentos e sub-licenciamentos.

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores continuação

(ii) O Banco

Subsidiárias

Os dados das principais subsidiárias são apresentados na Nota 36.

O Banco fornece determinados serviços bancários e financeiros às subsidiárias, bem como uma série de contas correntes normais e remuneradas aos fundos de pensões do Grupo (principalmente ao Fundo de Reformas do Reino Unido) de modo a facilitar a gestão financeira quotidiana dos fundos. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimentos e de custódia.

Os montantes incluídos nas contas do Banco, agregados por categoria da entidade de parte relacionada são os seguintes:

	Sociedade-mãe	Subsidiárias	Subsidiárias colegas	Associadas	*Joint ventures*	Fundo de pensões, trusts de investimento investimento
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2017						
Ativos totais	**716**	**148 542**	**159**	**2**	**1 048**	**2**
Passivos totais	**24 204**	**123 795**	**969**	**75**	**2**	**162**
A 31 de dezembro de 2016						
Ativos totais	1 501	202 451	1 265	72	2 244	-
Passivos totais[a]	19 470	178 077	2 232	94	95	260

Nota

a A comparação com a Empresa-Mãe foi redeclarada para refletir o financiamento fornecido pelo Barclays PLC que não foi tratado como uma transação com partes relacionadas no ano anterior. O impacto nos Passivos totais é um aumento de 1,6mM£, totalizando 19,5mM£.

É prática normal do Banco fornecer às suas subsidiárias apoio e assistência por meio de garantias, compensações, cartas de conforto e compromissos, conforme apropriado, com o objetivo de ajudá-las a cumprir as suas obrigações e a manter a sua boa reputação, incluindo compromissos de capital e de linhas de crédito. Para dividendos pagos ao Barclays PLC, ver a Nota 11 Dividendos.

Pessoal de Gestão Principal

O Pessoal de Gestão Principal do Grupo, e as pessoas com quem estão ligados, também são considerados partes relacionadas para efeitos de divulgação. O Pessoal de Gestão Principal é constituído pelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Barclays Bank PLC (direta ou indiretamente) e incluem os Diretores do Barclays Bank PLC e os Quadros do Grupo, certos subordinados diretos do Diretor Executivo do Grupo e os responsáveis das principais unidades e funções de negócio.

Não ocorreram quaisquer transações relevantes com entidades sob administração partilhada em que um Diretor ou um outro membro do Pessoal de Gestão Principal (ou qualquer pessoa relacionada) seja também um Diretor ou outro membro do Pessoal de Gestão Principal (ou qualquer pessoa relacionada) do Barclays.

O Grupo fornece serviços bancários a Diretores e a outro Pessoal de Gestão Principal e às pessoas com eles relacionadas. As transações durante o ano e os saldos remanescentes eram os seguintes:

Empréstimos por liquidar

	2017	2016
	M£	M£
A 1 de janeiro	**9,2**	9,8
Empréstimos emitidos durante o ano	**0,5**	0,6
Reembolsos de empréstimos durante o ano/mudança de pessoal de gestão principal	**(4,9)**	(1,2)
A 31 de Dezembro	**4,8**	9,2

Não foram reconhecidos abatimentos por imparidade a respeito dos empréstimos concedidos a Diretores ou a outros membros do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada).

Depósitos por liquidar

	2017	2016
	M£	M£
A 1 de janeiro	**7,3**	116,5
Depósitos recebidos durante o ano	**25,7**	18,9
Depósitos pagos durante o ano/mudança de pessoal de gestão principal	**(26,1)**	(128,1)
A 31 de Dezembro	**6,9**	7,3

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores continuação

Total de compromissos pendentes

O total de compromissos pendentes refere-se ao total de todos os montantes não utilizados em cartões de crédito/facilidades de descoberto concedidas a Pessoal de Gestão Principal. O total de compromissos pendentes a 31 de dezembro 2017 atingiu os 0,3M£ (2016: 0,2M£).

Todos os empréstimos concedidos a Diretores e a outro pessoal de gestão principal (e pessoas a eles associadas): (a) foram feitos no decurso normal da actividade empresarial, (b) foram feitos substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias, que prevalecem ao mesmo tempo para transacções comparáveis com outras pessoas e (c) não envolveram mais do que o risco normal de cobrança nem apresentaram outras características desfavoráveis.

Remunerações de Diretores e de outro Pessoal de Gestão Principal

A remuneração total paga aos Diretores e a outro Pessoal de Gestão Principal abaixo inclui os prémios concedidos a indivíduos que tenham sido aprovados pelo Comité de Remunerações do Conselho durante as últimas decisões de remuneração, e é consistente com a abordagem adotada para as divulgações apresentadas nas páginas 93 a 116 do Relatório Anual do Barclays PLC. Os custos reconhecidos na demonstração de resultados refletem os encargos contabilísticos para o ano e são incluídos nas despesas operacionais. A diferença entre os valores pagos e os encargos reconhecidos na demonstração de resultados deve-se principalmente ao reconhecimento dos custos diferidos dos prémios do ano transato. São fornecidos os valores para o período em que os indivíduos respeitavam a definição de Diretores e outro Pessoal de Gestão Principal.

	2017 M£	2016 M£
Salários e outros benefícios de curto prazo	**33,9**	32,2
Custos de pensão	**0,1**	0,2
Outros benefícios de longo prazo	**18,4**	11,0
Pagamentos com base em ações	**26,8**	21,9
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	**9,6**	6,2
Despesas reconhecidas para fins contabilísticos	**88,8**	71,5
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	**(9,6)**	(6,2)
Outros benefícios a longo prazo – diferença entre prémios concedidos e despesas reconhecidas	**(9,8)**	(2,5)
Pagamentos com base em acções – diferença entre prémios concedidos e custos reconhecidos	**(11,7)**	(8,9)
Total de remunerações atribuído	**57,7**	53,9

Divulgação solicitada pela Lei das Sociedades Comerciais de 2006

A seguinte informação relativa aos diretores é apresentada em conformidade com a Lei das Sociedades Comerciais de 2006:

	2017 M£	2016 M£
Total de emolumentos[a]	**8,5**	8,1
Montantes pagos ao abrigo dos PILP[b]	**1,1**	-
	9,6	8,1

Não existiram pagamentos de contribuições de pensões para planos contributivos definidos em nome dos Diretores (2016: nulo). Não existiram contribuições nocionais de pensões para esquemas contributivos definidos.

A 31 de dezembro de 2017, não existiam Diretores a acumular benefícios em esquemas de benefícios definidos (2016: zero). Dos valores da tabela acima, o montante atribuível ao Diretor com maior salario são os seguintes:

	2017 M£	2016 M£
Emolumentos agregados	**2,3**	3,3
Montantes pagos ao abrigo dos PILP	**1,1**	-
	3,4	3,3

Não existiram pagamentos de contribuições de pensões para planos contributivos definidos (2016: zero). Não existiram contribuições nocionais de pensões para planos contributivos definidos.

Notas

a O total de emolumentos inclui montantes pagos para o ano de 2017. Além disso, serão atribuídos prémios de ações diferidos de 2017 a James E Staley e Thushar Morzaria, que apenas serão adquiridos caso sejam verificadas determinadas condições. O total dos prémios de ações diferidos é de 1M£ (2016: 1,4M£).

b O valor apresentado acima para os "Montantes pagos ao abrigo de PILP" é o montante que foi libertado para Tushar Morzaria em 2017. Os dividendos de ações libertados no prémio são excluídos. O montante LTIP apresentado no valor total da remuneração de 2017 para os Diretores Executivos na tabela de remunerações do Relatório de Remunerações dos Diretores é relativo ao prémio com libertação prevista em 2018 e está relacionado com o ciclo 2015-2017 do PILP.

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores continuação

Adiantamentos e créditos aos Diretores e garantias por conta dos Diretores

Em conformidade com a Secção 413 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006, o montante total dos adiantamentos e créditos disponibilizados em 2017 a pessoas com cargos de Diretores durante o ano foi de 0,2M£ (2016: 0,3M£). O valor total das garantias constituídas em nome de Diretores durante 2017 foi de 0£ (2016: 0£).

42 Remuneração de auditores

A remuneração de auditores está incluída nos honorários de consultoria, jurídicos e profissionais sob despesas de administração e gerais e compreende:

	2017 M£	2016 M£
Auditoria das contas anuais do Grupo	**11**	14
Outros serviços:		
Auditoria das subsidiárias da Empresa[a]	**27**	27
Outros honorários relacionados com auditorias[b]	**8**	4
Outros serviços[c]	**2**	4
Total da remuneração dos Auditores	**48**	49

Notas

a Compreende taxas relativas à revisão legal de subsidiárias tanto dentro como fora do Reino Unido e taxas relativas ao trabalho realizado pelos associados da KPMG em relação às demonstrações financeiras consolidadas da empresa.

b Compreende serviços relativos a apresentações estatutárias e regulamentares. Estes incluem serviços de auditoria para a revisão da informação financeira intercalar de acordo com as Regras à Cotação da autoridade bolsista do Reino Unido.

c Incluem consultoria em assuntos fiscais, aconselhamento fiscal relativo a transações e outro tipo de planeamento e aconselhamento fiscal.

A KPMG tornou-se o principal auditor do Grupo em 2017, substituindo a PwC que ocupara essa posição em 2016.

Os valores representados na tabela acima dizem respeito a honorários pagos à KPMG ou à PwC como auditor principal. Além destes, os honorários pagos à KPMG relativos a operações descontinuadas totalizaram 4M£ (PwC 2016: 12M£).

43 Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados

Contabilização de ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

O Grupo aplica a IFRS 5 *Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas.*

Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) são classificados como detidos para venda quando a recuperação do seu valor contabilístico depender mais de uma transacção de venda do que do uso continuado. Para ser classificado como detido para venda, o ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos usuais e costumeiros, e a venda deve ser altamente provável. Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) detidos para venda são valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo da venda.

O Grupo

Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda

	Total 2017 M£	Total 2016 M£
Numerário e disponibilidades nos bancos centrais	**-**	2 930
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**-**	570
Ativos da carteira de negociação	**-**	3 084
Ativos financeiros designados ao justo valor	**3**	6 984
Instrumentos financeiros derivados	**-**	1 992
Investimentos financeiros	**-**	7 737
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**-**	1 666
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**1 164**	43 504
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros ativos	**-**	696
Investimentos em entidades associadas e joint ventures	**-**	87
Ativos fixos tangíveis	**26**	954
Goodwill	**-**	997
Ativos intangíveis	**-**	570
Ativos por impostos atuais e diferidos	**-**	149
Ativos de benefícios de aposentação	**-**	33
Total	**1 193**	71 953
Saldo de imparidades por afetar de acordo com a IFRS 5	**-**	(499)
Total de ativos classificados como detidos para venda	**1 193**	71 454

43 Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados continuação

Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda

	Total 2017 M£	Total 2016 M£
Depósitos de bancos	-	2 149
Itens em fase de cobrança devidos a bancos	-	373
Contas de clientes	-	42 431
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	-	597
Passivos da carteira de negociação	-	388
Passivos financeiros designados ao justo valor	-	7 325
Instrumentos financeiros derivados	-	1 611
Títulos de divida em circulação	-	7 997
Passivos subordinados	-	934
Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos	-	1 180
Provisões	-	103
Ativos por impostos atuais e diferidos	-	162
Passivos de pensão de aposentação	-	42
Total de passivos classificados como detidos para venda	**-**	65 292
Ativos classificados como detidos para venda	**1 193**	6 162
Contribuição prevista para o BAGL		866
Contribuições pós grupo de alienação	**1 193**	7 028

Durante este ano, vários grupos de alienação classificados como detidos para venda foram alienados. A descida de 70mM£ nos ativos deve-se às alienações do BAGL (65mM£), dos negócios de retalho na França (4mM£), dos negócios no Egito (1mM), do Barclays Vida Pensiones (0,7mM£) e aos negócios no Zimbábue (0,4mM). Os passivos associados aos grupos de alienação acima também foram vendidas neste ano.

Operações descontinuadas

A 1 de março de 2016, o Barclays anunciou a sua intenção de reduzir a participação de 62,3% detida pelo Grupo no BAGL até ao nível que permitisse a desconsolidação do BAGL relativamente ao Barclays numa perspetiva regulamentar e, previamente, numa perspetiva contabilística. A partir dessa data, o BAGL foi considerado uma operação descontinuada. A 5 de maio de 2016, o Barclays vendeu 12,2% da participação do Grupo no BAGL e a 1 de junho de 2017 o Barclays vendeu mais 33,7% do capital social do BAGL, o que resultou na desconsolidação contabilística do BAGL relativamente ao Grupo Barclays. Assim, a partir de 1 de junho de 2017, o BAGL deixou de ser declarada como operação descontinuada. Nesse momento, a participação do Barclays no BAGL cumpria os requisitos técnicos para ser tratada como uma Associada. Porém, após uma revisão dos seus estatutos em julho de 2017 e de se ter considerado que a diferença era irrelevante, a participação foi considerada como um ativo DPV a partir da data da transação. No T3 de 2017 o Barclays cedeu 1,5% das ações ordinárias do BAGL a um Plano de Capacitação Económica para Negros, que resultou na contabilização por parte do Barclays de 126 milhões de ações ordinárias do BAGL, representando 14,9% do capital em ações emitido pelo BAGL. O investimento preservado é identificado como um ativo DPV no segmento da Sede, sendo a quota do Barclays nos dividendos do BAGL reconhecida na demonstração de resultados da Sede.

Antes da alienação de ações a 1 de junho de 2017, o BAGL cumpriu os requisitos para ser apresentado como operação descontinuada. Assim, os resultados, que foram apresentados como lucros após os impostos, e a participação minoritária relativa à operação descontinuada nas demonstrações financeiras do Grupo são analisados nas demonstração de resultados que se seguem. A demonstração de resultados, a demonstração de outros rendimentos integrais e a demonstração de fluxo de caixa que se seguem representam cinco meses de resultados enquanto operação descontinuada, até 31 de maio de 2017, comparados com o ano completo findo a 31 de dezembro de 2016.

43 Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados
continuação

Demonstração de resultados do grupo de alienação do Barclays Africa

Para o ano findo a 31 de dezembro	2017 M£	2016 M£
Rendimento líquido de juros	**1 024**	2 169
Rendimento líquido de honorários e comissões	**522**	1 072
Rendimento líquido de negociação	**149**	281
Rendimento líquido de investimento	**30**	45
Prémios líquidos de contratos de seguros	**161**	362
Outros rendimentos	**(16)**	8
Rendimento total	**1 870**	3 937
Ativos líquidos e benefícios derivados de contratos de seguros	**(84)**	(191)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	**1 786**	3 746
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(177)**	(445)
Rendimento líquido operacional	**1 609**	3 301
Custos com pessoal	**(586)**	(1 186)
Administração e despesas gerais[a]	**(1 634)**	(1 224)
Despesas operacionais	**(2 220)**	(2 410)
Participação de resultados após impostos de associadas e *joint ventures*	**5**	6
(Perda)/lucro antes de impostos	**(606)**	897
Tributação	**(154)**	(306)
(Perda)/lucro após impostos[b]	**(760)**	591
Atribuível a:		
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe	**(900)**	189
Participações minoritárias	**140**	402
(Perda)/lucro após impostos[b]	**(760)**	591

Notas
a Inclui imparidade de 1 090M£ (2016: 0£).
b As perdas totais relativas à operação descontinuada foram de 2 195M£, que incluem a perda de 60M£ na venda e a perda de 1 375M£ na reciclagem de outras perdas integrais nas reservas.

Os outros rendimentos integrais relativos a operações descontinuadas são os seguintes:

Para o ano findo a 31 de dezembro	2017 M£	2016 M£
Ativos disponíveis para venda	**(3)**	(9)
Reservas de conversão de moeda	**(38)**	1 451
Reservas de cobertura de fluxos de caixa	**19**	89
Outros rendimentos integrais, líquidos de impostos de operações descontinuadas	**(22)**	1 531

Os fluxos de caixa atribuídos a operações descontinuadas são os seguintes:

Para o ano findo a 31 de dezembro	2017 M£	2016 M£
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**540**	1 164
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	**(245)**	(691)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	**(165)**	(105)
Efeito da taxa de câmbio no numerário e equivalente	**(29)**	37
Aumento líquido na caixa e nos equivalentes	**101**	405

43 Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados continuação

O Banco

A 31 de dezembro de 2017 não existiam grupos de alienação classificados como disponíveis para venda. Consulte na tabela que se segue os grupos de alienação classificados como disponíveis para venda a 31 de dezembro de 2016.

Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda

	Total 2016 M£
Numerário e disponibilidades nos bancos centrais	5
Itens em fase de cobrança a outros bancos	21
Investimentos financeiros	97
Empréstimos e adiantamentos a bancos	130
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 216
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros ativos	22
Investimentos em subsidiárias	2 145
Investimentos em entidades associadas e joint ventures	6
Ativos fixos tangíveis	14
Goodwill	2
Ativos intangíveis	132
Outros ativos	10
Total	3 800
Saldo de imparidades por afetar de acordo com a IFRS 5	(347)
Total de ativos classificados como detidos para venda	3 453

Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda

	Total 2016 M£
Depósitos de bancos	16
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	23
Contas de clientes	1 998
Outros passivos	98
Total de passivos classificados como detidos para venda	2 135

Ativos classificados como detidos para venda	1 318
Contribuições previstas para o BAGL	866
Contribuições pós grupo de alienação	2 184

44 Compromissos relacionados

A estrutura corporativa do Grupo consiste de uma série de empresas coligadas, que inclui subsidiárias, *joint ventures*, associadas e vários outros interesses. Apresenta-se seguidamente uma lista completa destas empresas, do seu país de constituição, e da propriedade de cada classe de ações. Esta informação refere-se a 31 de dezembro de 2017.

As entidades são agrupadas pelos países onde foram constituídas. Os lucros auferidos pelas atividades destas entidades são, em alguns casos, taxados em países diferentes dos de constituição. O Country Snapshot de 2017 do Barclays fornece detalhes relativos ao local onde o Grupo desenvolve o seu negócio, onde os seus lucros estão sujeitos a impostos, e os impostos que paga em cada país onde opera.

Subsidiárias integralmente detidas

Salvo especificação em contrário, as empresas abaixo referidas são integramente detidas e consolidadas pelo Barclays, e o capital social divulgado inclui ações ordinárias e/ou comuns, cujo valor nominal é 100% detido por subsidiárias do Grupo.

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Reino Unido	
- 1 Churchill Place, London, E14 5HP	
Aequor Investments Limited	
Ardencroft Investments Limited	A
B D & B Investments Limited	
B.P.B. (Holdings) Limited	A
Barafor Limited	
Barclay Leasing Limited	
Barclays (Security Realisation) Limited	A
Barclays Aegis Trust	D
Barclays Africa Group Holdings Limited	A, J, K
Barclays Aldersgate Investments Limited	A
Barclays Asset Management Limited	A
Barclays Bank UK PLC	A
Barclays Cantal Investments Trust	D
Barclays Capital Asia Holdings Limited	A
Barclays Capital Finance Limited	A
Barclays Capital Japan Securities Holdings Limited	
Barclays Capital Luxembourg S.à.r.l. Trust	D
Barclays Capital Margin Financing Limited	A
Barclays Capital Nominees (No.2) Limited	
Barclays Capital Nominees (No.3) Limited	A
Barclays Capital Nominees Limited	A
Barclays Capital Principal Investments Limited	A
Barclays Capital Securities Client Nominee Limited	A
Barclays Capital Securities Limited	A, F, I
Barclays CCP Funding LLP	A, B
Barclays Converted Investments (No.2) Limited	A
Barclays Converted Investments Limited	A
Barclays Direct Investing Nominees Limited	A
Barclays Directors Limited	A
Barclays Equity Holdings Limited	A
Barclays Equity Index Investments Bare Trust	D
Barclays Executive Schemes Trustees Limited	A
Barclays Financial Planning Nominee Company Limited	A
Barclays Funds Investments Limited	A
Barclays Global Shareplans Nominee Limited	A
Barclays Group Holdings Limited	A
Barclays Group Operations Limited	
Barclays Industrial Development Limited	A
Barclays Industrial Investments Limited	A
Barclays Insurance Services Company Limited	
Barclays Investment Management Limited	A
Barclays Investment Solutions Limited	
Barclays Lamorak Trust	D
Barclays Leasing (No.9) Limited	
Barclays Long Island Limited	A
Barclays Luxembourg USD Holdings Trust	D
Barclays Marlist Limited	A
Barclays Mercantile Business Finance Limited	A
Barclays Mercantile Limited	A
Barclays Nominees (Branches) Limited	A
Barclays Nominees (George Yard) Limited	A
Barclays Nominees (K.W.S.) Limited	A
Barclays Nominees (Provincial) Limited	A
Barclays Pension Funds Trustees Limited	A
Barclays Private Bank	
Barclays Private Banking Services Limited	
Barclays SAMS Limited	A
Barclays Services (Japan) Limited	A
Barclays Shea Limited	A
Barclays Singapore Global Shareplans Nominee Limited	A

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Barclays Stockbrokers Limited	A
Barclays Unquoted Investments Limited	A
Barclays Unquoted Property Investments Limited	A
Barclays USD Funding LLP	B
Barclays Wealth Nominees Limited	
Barclayshare Nominees Limited	A
Barcosec Limited	A
Barclays (Barley) Limited	I, J, K
Barometers Limited	A
Barsec Nominees Limited	A
BB Client Nominees Limited	A
BMBF (No.21) Limited	
BMBF (No.24) Limited	
BMBF (No.3) Limited	
BMBF (No.6) Limited	
BMBF (No.9) Limited	
BMI (No.9) Limited	
BNRI ENG 2013 Limited Partnership	B
BNRI ENG 2014 Limited Partnership	B
BNRI ENG GP LLP	B
BNRI England 2010 Limited Partnership	B
BNRI England 2011 Limited Partnership	B
BNRI England 2012 Limited Partnership	B
Carnegie Holdings Limited	A, I, J, K
Chapelcrest Investments Limited	
Clydesdale Financial Services Limited	
Cobalt Investments Limited	A
Condor No.1 Limited Partnership	B
CP Flower Guaranteeco (UK) Limited	A, E
CP Propco 1 Limited	
CP Propco 2 Limited	
CP Topco Limited	J, K
CPIA England 2008 Limited Partnership	B
CPIA England 2009 Limited Partnership	B
CPIA England No.2 Limited Partnership	B
DMW Realty Limited	A
Durlacher Nominees Limited	A
Eagle Financial and Leasing Services (UK) Limited	A
Equity Value Investments Limited Liability Partnership	B
Equity Value Investments No.1 Limited	A
Equity Value Investments No.2 Limited	
Finpart Nominees Limited	A
FIRSTPLUS Financial Group PLC	
Foltus Investments Limited	
Gerrard Financial Planning Limited	
Gerrard Management Services Limited	A
Gerrard Nominees Limited	
Global Dynasty Natural Resource Private Equity Limited Partnership	B
Globe Nominees Limited	
Greig, Middleton Nominees Limited	
Hawkins Funding Limited	A
Heraldglen Limited	G, H, I
Investors In Infrastructure Limited	A
J.V. Estates Limited	
Keepier Investments	A
Kirsche Investments Limited	A
Lombard Street Nominees Limited	A
Long Island Assets Limited	
Maloney Investments Limited	A
Menlo Investments Limited	A
Mercantile Credit Company Limited	A
Mercantile Leasing Company (No.132) Limited	A

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
MK Opportunities LP	B
Murray House Investment Management Limited	A
Naxos Investments Limited	A
North Colonnade Investments Limited	A
Northwharf Investments Limited	A, I, X
Northwharf Nominees Limited	A
PIA England No.2 Limited Partnership	B
Real Estate Participation Management Limited	
Real Estate Participation Services Limited	
Relative Value Investments UK Limited Liability Partnership	B
Relative Value Trading Limited	
Roder Investments No. 1 Limited	A, I, Y
Roder Investments No. 2 Limited	A, I, Y
Ruthenium Investments Limited	A
RVT CLO Investments LLP	B
Solution Personal Finance Limited	A
Surety Trust Limited	
Swan Lane Investments Limited	
US Real Estate Holdings No.1 Limited	
US Real Estate Holdings No. 2 Limited	
US Real Estate Holdings No.3 Limited	
W.D. Pension Fund Limited	A
Wedd Jefferson (Nominees) Limited	A
Westferry Investments Limited	A
Woolwich Homes Limited	A
Woolwich Plan Managers Limited	A
Woolwich Qualifying Employee Share Ownership Trustee Limited	A
Woolwich Surveying Services Limited	A
Zeban Nominees Limited	A
- Hill House, 1 Little New Street, London, EC4A 3TR	
Barclays BPT (em liquidação)	
Barclays Mercantile Highland Finance Limited (em liquidação)	
Clearlybusiness.com Limited (em liquidação)	A
Denham Investments Limited (em liquidação)	
Exshelfco (DZBC) (em liquidação)	
Greig Middleton Holdings Limited (em liquidação)	
Scotlife Home Loans (Nº3) Limited (em liquidação)	A
Woolwich Assured Homes Limited (em liquidação)	A
Woolwich Homes (1987) Limited (em liquidação)	E
Woolwich Limited (em liquidação)	A
- 5 The North Colonnade, Canary Wharf, London, E14 4BB	
BBR Holdings Trust	D
Barclays Capital Trading Luxembourg Trust	D
CPIA Canada Holdings	B
Leonis Investments LLP	A, B
Preferred Liquidity Limited Partnership	B
- Aurora Building, 120 Bothwell Street, Glasgow, G2 7JS	
R.C. Grieg Nominees Limited	
- 50 Lothian Road, Festival Square, Edinburgh, EH3 9WJ	
BNRI PIA Scot GP Limited	A
BNRI Scots GP, LLP	B
Pecan Aggregator LP	B

44 Entidades relacionadas

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
- Logic House, Waterfront Business Park, Fleet Road, Fleet, GU51 3SB	
The Logic Group Enterprises Limited	
The Logic Group Holdings Limited	A, J
Argentina	
- 855 Leandro N.Alem Avenue, 8th Floor, Buenos Aires	
Compañía Sudamerica S.A.	A
- Marval, O'Farrell & Mairal, Av. Leandro N. Alem 882, Buenos	
Compañia Regional del Sur S.A.	A
Brasil	
- Av. Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, 12th Floor, Bairro Itaim, Bibi, Sao Paulo, CEP, 04538-132	
BNC Brazil Consultoria Empresarial Ltda	A
Barclays Brasil Assessoria Financeira Ltda.	A
Canadá	
- 333 Bay Street, Suite 4910, Toronto ON M5H 2R2	
Barclays Capital Canada Inc.	
- Stikeman Elliott LLP, 199 Bay Street, 5300 Commerce Court, West, Toronto ON M5L 1B9	
Barclays Corporation Limited	A
Ilhas Caimão	
- Maples Corporate Services Limited, PO Box 309GT, Ugland House, South Church Street, Grand Cayman, KY1-1104	
Alymere Investments Limited	G, H, I
Analytical Trade UK Limited	A
Barclays Capital (Cayman) Limited	A
Braven Investments No.1 Limited	
Capton Investments Limited	A
Claudas Investments Limited	A, G, H, I
Claudas Investments Two Limited	
CPIA Investments No.1 Limited	V
CPIA Investments No.2 Limited	F, I
Furbridge Investments Limited (em liquidação)	
Hurley Investments No.1 Limited	
Iris Investments 1 Limited	A, G, H, I
Mintaka Investments No. 4 Limited	
OGP Leasing Limited	
Pelleas Investments Limited	A
Pelleas Investments Two Limited	
Pippin Island Investments Limited	
Razzoli Investments Limited	A, F, I
RVH Limited	A, F, I
- PO Box 1093, Queensgate House, Grand Cayman, KY1-1102	
Blaytell Limited	A
Coskwo Limited	A
Godler Limited	A
Harflane Limited	A
Hentock Limited	A
Hollygrice Limited	A
Pilkbull Limited	A
Strickyard Limited	A
Winhall Limited	A
- 190 Elgin Avenue, George Town, Grand Cayman, KY1-9005	
Calthorpe Investments Limited	
Gallen Investments Limited	
JV Assets Limited	L
Palomino Limited	A, Z
Wessex Investments Limited	
- Walkers Corporate Limited, Cayman Corporate Centre, 27 Hospital Road, George Town, KY1- 9008	
Long Island Holding B Limited	A
China	
- Room 213, Building 1, No. 1000 Chenhui Road, Zhangjiang Hi-Tech Park, Shanghai	
Barclays Technology Centre (Shanghai) Company Limited	

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
França	
- 34/36 avenue de Friedland, Paris, 75008	
BBAIL SAS	A
Alemanha	
- TaunusTurm, Taunustor 1, 60310, Frankfurt	
Barclays Capital Effekten GmbH	A
- c/o SFM Deutschland GmbH, Gruneburgweg 58-62, 60322 , Frankfurt am Main	
Baubecon Holding 1 GmbH (em liquidação)	
- Stuttgarter Straße 55-57, 73033 Göppingen	
Adler Toy Beteiligungs GmbH	
Holding Stuttgarter Straße GmbH	
Guernsey	
- P.O. Box 33, Maison Trinity, Trinity Square, St. Peter Port, GY1 4AT	
Barclays Insurance Guernsey PCC Limited	A, Q
- PO BOX 41, Floor 2, Le Marchant House, Le Truchot, St Peter Port, GY1 3BE	
Barclays Nominees (Guernsey) Limited	A
Hong Kong	
- 42nd floor Citibank Tower, Citibank Plaza, 3 Garden Road	
Barclays Bank (Hong Kong Nominees) Limited (em liquidação)	A
Barclays Capital Asia Nominees Limited (em liquidação)	
- Level 41, Cheung Kong Center, 2 Queen's Road Central	
Barclays Asia Limited	A
Barclays Capital Asia Limited	A
Índia	
- 208 Ceejay House, Shivsagar Estate, Dr A Beasant Road, Worli, Mumbai, 400 018	
Barclays Securities (India) Private Limited	
Barclays Wealth Trustees (India) Private Limited	
- 67, Maker Tower 'F' 6th Floor, Cuffe Parade, Mumbai, 400 005	
Barclays Holdings India Private Limited (em Liquidação)	A
- Ground to Fourth Floor, Wing 3 - Cluster A, Eon Free Zone, MIDC Knowledge Park, Pune, 411014	
Barclays Global Service Centre Private Limited	A
- Level 10, Block B6, Nirlon Knowledge Park, Off Western Express Highway, Goregaon (East), Mumbai, 40063	
Barclays Investments & Loans (India) Limited	A, F, I
Indonésia	
- Barclays House, 12th Floor, Jl. Jend Sudirman Kav. 22-23, Jakarta, 12920	
PT Bank Barclays Indonesia (em liquidação)	A
- Plaza Lippo, 10th Floor, Jalan Jend, Sudirman Kav 25, Jakarta, 12920	
PT Bhadra Buana Persada (em liquidação)	A
Irlanda	
- Two Park Place, Hatch Street, Dublin 2	
Barclaycard International Payments Limited	A
Barclays Bank Ireland Public Limited Company	A
Ilha de Man	
- Barclays House, Victoria Street, Douglas	
Barclays Nominees (Manx) Limited	A
- P O Box 9, Victoria Street, Douglas, IM99 1AJ	
Barclays Private Clients International Limited	A, J, K
- 2nd Floor, St Georges Court, Upper Church Street, Douglas, IM1 1EE	
Barclays Holdings (Isle of Man) Limited (in liquidação)	A
Japão	
- 10-1, Roppongi 6-chome, Minato-ku, Tokyo	
Barclays Funds and Advisory Japan Limited	
Barclays Securities Japan Limited	
Barclays Wealth Services Limited	

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Jersey	
- Third Floor, 37 Esplanade, St. Helier, JE2 3QA	
CP Newco 1 Limited	A
CP Newco2 Limited	J, K
CP Newco3 Limited	
- La Motte Chambers, St Helier, JE1 1BJ	
Barclays Services Jersey Limited	A
- 39 - 41 Broad Street, St Helier, JE2 3RR	
Barclays Wealth Management Jersey Limited	A
BIFML PTC Limited	A
- 13 Castle Street, St. Helier, JE4 5UT	
Barclays Index Finance Trust	L
- Lime Grove House, Green Street, St Helier, JE1 2ST	
Barbridge Limited	A, I, DD
- 13 Library Place, St Helier, JE4 8NE	
Barclays Nominees (Jersey) Limited	A
Barclaytrust Channel Islands Limited	A
- Appleby Trust (Jersey) Limited, PO Box 207, 13-14 Esplanade, St Helier, JE1 1BD	
MK Opportunities GP Ltd	A
Coreia, República da	
- A-1705 Yeouido Park Centre, 28-3 Yeouido-dong, Yeongdeungpo-gu, Seoul	
Barclays Korea GP Limited	
Luxemburgo	
- 9, allée Scheffer, L-2520	
Barclays Aegis Investments S.à r.l.	
Barclays Alzin Investments S.à r.l.	
Barclays Bayard Investments S.à r.l.	J, K
Barclays Bedivere Investments S.à r.l.	
Barclays Bordang Investments S.à r.l.	
Barclays BR Holdings S.à r.l.	
Barclays BR Investments S.à r.l.	
Barclays Cantal Investments S.à r.l.	GG
Barclays Capital Luxembourg S.à r.l.	
Barclays Capital Trading Luxembourg S.à r.l.	J, K
Barclays Claudas Investments Partnership	B
Barclays Equity Index Investments S.à r.l.	
Barclays Lamorak Investments S.à r.l.	
Barclays Leto Investments S.à r.l.	
Barclays Luxembourg EUR Holdings S.à r.l	
Barclays Luxembourg Finance S.à r.l.	
Barclays Luxembourg GBP Holdings S.à r.l.	
Barclays Luxembourg Holdings S.à r.l.	I, AA
Barclays Luxembourg Holdings SSC	B
Barclays Luxembourg USD Holdings S.à r.l.	J, K
Barclays Pelleas Investments Limited Partnership	B
Barclays Pelleas Investments S.à r.l.	
Blossom Finance General Partnership	B
- 68-70 Boulevard de la Petrusse, L-2320	
Adler Toy Holding Sarl	
Malásia	
- Unit 30-01, Level 30, Tower A, Vertical Business Suite, Avenue 3, Bangsar South, No.8, Jalan Kerinchi, Kuala Lumpur, 59200	
Barclays Capital Markets Malaysia Sdn Bhd. (em liquidação)	A, F, I
Maurícia	
- C/O Rogers Capital Corporate Services, St. Louis Business Centre, Cnr Desroches & St. Louis Streets, Port Louis	
Barclays Capital Mauritius Limited	A
Barclays Capital Securities Mauritius Limited	A
- Fifth Floor, Ebene Esplanade, 24 Cybercity, Ebene	
Barclays (H&B) Mauritius Limited	A
Barclays Mauritius Overseas Holdings Limited	A
México	
- Paseo de la Reforma 505, 41 Floor, Torre Mayor, Col. Cuauhtemoc, CP 06500	
Barclays Bank Mexico, S.A.	A, K, M
Barclays Capital Casa de Bolsa, S.A. de C.V.	A, K, M
Grupo Financiero Barclays Mexico, S.A. de C.V.	A, K, M
Servicios Barclays, S.A. de C.V.	A

44 Entidades relacionadas continuação

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Mónaco	
- 31 Avenue de la Costa, BP 339	
Barclays Wealth Asset Management (Monaco) S.A.M	
Holanda	
- Strawinskylaan 3105, 1077 ZX, Amsterdam	
Barclays SLCSM Funding B.V. (em liquidação)	A
- De Boelelaan 7, 1083 Hj Amsterdam	
Chewdef BidCo BV. (em liquidação)	A
Nigéria	
- Southgate House, Udi Street, Osborne Estate, Ikoyi, Lagos	
Barclays Group Representative Office (NIG) Limited	A
Filipinas	
- 21/F, Philamlife Tower, 8767 Paseo de Roxas, Makati City, 1226	
Meridian (SPV-AMC) Corporation	
Federação Russa	
- Four Winds Plaza, 1st Tverskaya-Yamskaya Str , Moscow 21, 125047	
Limited Liability Company Barclays Capital (em liquidação)	A
Arábia Saudita	
- 18th Floor Al Faisaliah Tower , Riyadh, 11311	
Barclays Saudi Arabia (em liquidação)	A
Singapore	
- 10 Marina Boulevard, #24-01 Marina Bay Financial Centre, Tower 2, 018983	
Barclays Bank (Singapore Nominees) Pte Ltd	A
Barclays Bank (South East Asia) Nominees Pte Ltd	A
Barclays Capital Futures (Singapore) Private Limited	
Barclays Capital Holdings (Singapore) Private Limited	A
Barclays Merchant Bank (Singapore) Ltd.	
Espanha	
- Plaza De Colon 1, 28046, Madrid	
Barclays Tenedora De Immuebles SL.	A
BVP Galvani Global, S.A.U.	A, Z

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Suíça	
- Chemin de Grange Canal 18-20, PO Box 3941, 1211, Geneva	
Barclays Bank (Suisse) S.A.	
BPB Holdings SA	
Barclays Switzerland Services SA	
Estados Unidos	
- Corporation Trust Company, Corporation Trust Center, 1209 Orange Street, Wilmington DE 19801	
Archstone Equity Holdings Inc	
Barclays BWA, Inc.	
Barclays Capital Commodities Corporation	
Barclays Capital Derivatives Funding LLC	C
Barclays Capital Energy Inc.	
Barclays Capital Real Estate Finance Inc.	
Barclays Capital Real Estate Holdings Inc.	
Barclays Capital Real Estate Inc.	
Barclays Commercial Mortgage Securities LLC	C
Barclays Electronic Commerce Holdings Inc.	
Barclays Financial LLC	C
Barclays Group US Inc.	
Barclays Oversight Management Inc.	
Barclays Receivables LLC	C
Barclays Services Corporation	
Barclays US CCP Funding LLC	C
Barclays US Funding LLC	C
Barclays US LLC	A, G, I
Barclays US Investments LLC	K, GG
BCAP LLC	C
CPIA Equity No. 1 Inc.	
Crescent Real Estate Member LLC	C
Gracechurch Services Corporation	
Long Island Holding A LLC	C
LTDL Holdings LLC	C
Marbury Holdings LLC	
Protium Finance I LLC	C
Protium Master Mortgage LP	B
Protium REO I LP	B
Securitized Asset Backed Receivables LLC	C
Sutton Funding LLC	C
TPLL LLC	C
TPProperty LLC	C
US Secured Investments LLC	C
- 1201 North Market Street, P.O. Box 1347 Wilmington, DE19801	
Barclays Bank Delaware	F, I
Procella Investments LLC	C
Procella Investments No.1 LLC	C
Procella Investments No.2 LLC	C

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Procella Investments No.3 LLC	C
Procella Swaps LLC	C
Verain Investments LLC	
- 2711 Centerville Road, Suite 400, Wilmington DE 19808	
Analog Analytics Inc	
Protium Master Grantor Trust	D
- 251 Little Falls Drive, New Castle County, Wilmington DE 19808	
Barclays Capital Equities Trading GP	B
Barclays Capital Holdings Inc.	G, H, I
Lagalla Investments LLC	
Relative Value Holdings, LLC	
- 745 Seventh Avenue, New York NY 10019	
Alynore Investments Limited Partnership	B
Curve Investments GP	B
HYMF, Inc.	
Preferred Liquidity, LLC	J
- CT Corporation System, One Corporate Center, Floor 11, Hartford CT 06103-3220	
Barclays Capital Inc.	
- c/o RL&F Service Corp, One Rodney Square, 10th Floor, Tenth and King Streets, Wilmington DE 19801	
Analytical Trade Holdings LLC	
Analytical Trade Investments LLC	BB
- 100 South West Street, Wilmington DE 19801	
Barclays Dryrock Funding LLC	C
Wilmington Riverfront Receivables LLC	J, K
- 15 East North Street, Dover DE 19801	
Barclays Services LLC	C
- CT Corporation System, 225 Hillsborough Street, Raleigh, NC 27603	
Barclays US GPF Inc.	
- CT Corporation System, 350 North St. Paul Street, Dallas TX 75201	
La Torretta Beverages LLC	C
La Torretta Hospitality LLC	C
La Torretta Operations LLC	C
- 500 Forest Point Circle, Charlotte, North Carolina 28273	
Equifirst Corporation (em liquidação)	
- Aon Insurance Managers (USA) Inc., 76 St. Paul Street, Suite 500, Burlington, VT05401-4477	
Barclays Insurance U.S. Inc.	
Zimbábue	
- 2 Premium Close, Mount Pleasant Business Park, Mount Pleasant , Harare	
Branchcall Computers (Pvt) Limited A	A

Outras Entidades Relacionadas

Salvo disposto em contrário, os compromissos em baixo estão consolidados e o capital social divulgado é composto por ações ordinárias ou comuns que são detidas pelas subsidiárias do Grupo. A percentagem de participação geral do Grupo é fornecida para cada compromisso.

Outras entidades relacionadas	Percentagem	Nota
Reino Unido		
- 1 Churchill Place, London, E14 5HP		
Barclaycard Funding PLC	75,00%	A, J
Claas Finance Limited	51,00%	K
PSA Credit Company Limited (em liquidação)	50,00%	A, J, L
Barclays Covered Bond Funding LLP	50,00%	A, B
- 1 Poultry, London, England, EC2R 8EJ		
Igloo Regeneration (General Partner) Limited	25,00%	L, Z
- 1 Robeson Way, Sharston Green Business Park, Manchester, M22 4SW		
KDC Holdings Limited	37,41%	EE, Z
- 3 - 5 London Road, Rainham, Kent, ME8 7RG		
Trade Ideas Limited	20,00%	A, Z
- Derby Training Centre, Ascot Drive, Derby, DE24 8GW		
Develop Training Group Limited	65,47%	CC, Z
- 50 Lothian Road, Festival Square, Edinburgh, EH3 9BY		
Equistone Founder Partner II L.P.	20,00%	A, B, Z
Equistone Founder Partner III L.P.	35,00%	A, B, Z
- Building 6 Chiswick Park, 566 Chiswick High Road, London W4 5HR		
Intelligent Processing Solutions Limited	19,50%	Z

Outras entidades relacionadas	Percentagem	Nota
- Oak House, Ellesmere Port, Cheshire, CH65 9HQ		
Elan Homes Holdings Limited	59,94%	J, Z
- 16 Palace Street, London, SW1E 5JD		
Barclays Alma Mater Management Limited Partnership	30,00%	B, Z
- 20-22 Bedford Row, London, WC1R 4JS		
Cyber Defence Alliance Limited	25,00%	A, E, Z
- 30 Gresham Street, London, EC2V 7PG		
Gresham Leasing March (3) Limited	30,00%	Z
- 80 New Bond Street, London, W1S 1SB		
GN Tower Limited	50,00%	Z
GW City Ventures Limited	50,00%	K, Z
- 5th Floor, 70 Gracechurch Street, London, EC3V 0XL		
Camperdown UK Limited	74,00%	A, J
- 5 North Colonnade, Canary Wharf, London, E14 4BB		
BEIF Management Limited Partnership	30,00%	B, Z
- 2nd Floor, 110 Cannon Street, London, EC4N 6EU		
Vectorcommand Limited (em liquidação)	30,39%	J, K, Z
- 55 Baker Street, London, W1U 7EU		
Formerly H Limited (em liquidação)	70,32%	J, Z
- Countryside House, The Warley Hill Business Park, The Drive, Brentwood, Essex, CM13 3AT		
Woolwich Countryside Limited	50,00%	O, Z

44 Entidades relacionadas

Outras entidades relacionadas	Percentagem	Nota
- Haberfield Old Moor Road, Wennington, Lancaster, LA2 8PD		
Full House Holdings Limited	67,43%	J, Z
- 6th Floor 60 Gracechurch Street, London, EC3V 0HR		
BMC (UK) Limited	40,18%	J, F, Z
- Central House, 124 High Street, Hampton Hill, Middlesex TW12 1NS		
Rio Laranja Holdings Limited	45,00%	J, Z
- 13-15 York Buildings, London, WC2N 6JU		
BGF Group Limited	24,40%	Z
Ilhas Caimão		
- Maples Corporate Services Limited, PO Box 309GT, Ugland House, South Church Street, Grand Cayman, KY1-1104		
Cupric Canyon Capital LP	40,19%	HH, Z
Southern Peaks Mining LP	55,76%	HH, Z
Third Energy Holdings Limited	78,94%	F, J, K, Z
Alemanha		
- Schopenhauerstraße 10, D-90409, Nurnberg		
Eschenbach Holding GmbH	21,70%	Z
Indonésia		
- Wisma GKBI 39th Floor, Suite 3906, Jl. Jend. Sudirman No.28, Jakarta, 10210		
PT Barclays Capital Securities Indonesia (em liquidação)	99,00%	A
Coreia, República da		
- 18th Floor, Daishin Finance Centre, 343, Samil-daero, Jung-go, Seoul		
Woori BC Pegasus Securitization Specialty Co., Limited	70,00%	A, W
Luxemburgo		
- 9, allée Scheffer, L-2520		
BNRI Limehouse No.1 Sarl	96,30%	R
Partnership Investments S.à r.l.	33,40%	I, J ,K ,L
Preferred Funding S.à r.l.	33,33%	H
Preferred Investments S.à r.l.	33,33%	H, I
Malta		
- RS2 Buildings, Fort Road, Mosta MST 1859		
RS2 Software PLC	18,25%	A, Z
Mónaco		
- 31 Avenue de la Costa, Monte Carlo		
Societe Civile Immobiliere 31 Avenue de la Costa	75,00%	A
Holanda		
- Alexanderstraat 18, 2514 JM, The Hague		
Tulip Oil Holding BV	30,26%	II, Z
Suécia		
- c/o ForeningsSparbanken AB, 105 34 Stockholm		
EnterCard Group AB	40,00%	K, Z
Estados Unidos da América		
- 777 Main Street, Fort Worth TX 76102		
CRE Diversified Holdings LLC	80,00%	C, Z
Crescent Crown Greenway Plaza SPV LLC	80,00%	C, Z
Crescent Crown Land Holding SPV LLC	80,00%	C, Z
Crescent Plaza Residential LP, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Plaza Residential, L.P.	80,00%	B, Z
Crescent Plaza Residential, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Resort Development LLC	80,00%	C, Z
Crescent Tower Residences GP, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Tower Residences, L.P.	80,00%	B, Z
Crescent TRS Holdings LLC	80,00%	C, Z
CREW Tahoe Holdings LLC	80,00%	C, Z

Outras entidades relacionadas	Percentagem	Nota
DBL Texas Holdings LLC	80,00%	C, Z
Desert Mountain Development LLC	80,00%	C, Z
Desert Mountain Properties Limited Partnership	74,40%	B, Z
East West Resort Development VII LLC	80,00%	C, Z
Mira Vista Development LLC	78,40%	C, Z
Mountainside Partners LLC	80,00%	C, Z
- 126 Riverfront Lane , 5th Floor, Drawer 2770, Avon CO 81620		
Blue River Land Company, LLC	39,55%	C, Z
East West Resort Development IV, L.P., L.L.L.P.	71,11%	B, Z
East West Resort Development VIII, L.P., L.L.L.P.	71,11%	B, Z
East West Resort Development XIV, L.P., L.L.L.P.	33,52%	B, Z
EWRD Summit Holding, L.P., L.L.L.P.	79,57%	B, Z
EWRD Summit, LLC	79,10%	C, Z
- 3001 Northstar Drive, C200, Truckee CA 96161		
CREW Tahoe LLC	60,80%	C, Z
East West Resort Development V, L.P., L.L.L.P.	74,75%	B, Z
Gray's Station, LLC	56,96%	C, Z
Home Run Tahoe, LLC	60,82%	C, Z
Northstar Mountain Properties, LLC	60,82%	C, Z
Northstar Trailside Townhomes, LLC	60,82%	C, Z
Northstar Village Townhomes, LLC	56,93%	C, Z
Old Greenwood Realty, Inc.	60,80%	Z
Old Greenwood, LLC	60,80%	C, Z
Tahoe Club Company, LLC	60,80%	C, Z
Tahoe Mountain Resorts, LLC	60,82%	C, Z
The Glades Tahoe, LLC	60,82%	C, Z
- Corporation Service Company, 2711 Centreville Road, Suite 400, Wilmington DE 19808		
Crescent Fresh Series B Hold Co.	80,00%	Z
Mountainside Boulders, LLC	60,82%	C, Z
MVWP Development LLC	30,40%	C, Z
MVWP Investors LLC	60,80%	C, Z
Stellar Residences, LLC	60,82%	C, Z
Stellar Townhomes, LLC	60,82%	C, Z
- 1701 Wynkoop Street, Suite 140, Box 47, Denver, CO 80202		
Central Platte Valley Management, LLC	51,78%	C, Z
St. Charles Place, LLC	47,63%	C, Z
The Park at One Riverfront, LLC	47,63%	C, Z
Union Center LLC	51,78%	C, Z
- Corporation Trust Company, Corporation Trust Center, 1209 Orange Street, Wilmington DE 19801		
DG Solar Lessee II, LLC	50,00%	C, Z
DG Solar Lessee, LLC	50,00%	C, Z
VS BC Solar Lessee I LLC	50,00%	C, Z
- East West Partners, Inc., 126 Riverfront Lane, 5th Floor, Avon CO 81620		
Tahoe Club Employee Company	60,80%	Z
- 6600 Mira Vista Blvd., Fort Worth TX 76132		
Mira Vista Golf Club, L.C.	76,83%	Z
- 251 Little Falls Drive, New Castle County, Wilmington DE 19808		
Crescent Legacy LLC	80,00%	C, Z
Surrey Funding Corporation	99,45%	A
Sussex Purchasing Corporation	99,45%	A
- 1415 Louisiana Street, Suite 1600, Houston, Texas, 77002		
Sabine Oil & Gas Holdings, Inc.	23,25%	Z
África do Sul		
- 9 Elektron Road, Techno Park, Stellenbosch 7600		
Imalivest Mineral Resources LP	53,60%	J, Z

Subsidiárias por força de controlo

As entidades relacionadas que se seguem são subsidiárias de acordo com o s.1162 Lei das Sociedades Comerciais de 2006, podendo o Barclays exercer influência ou controlo dominante sobre elas.

Subsidiárias por força de controlo	Percentagem	Nota
Reino Unido		
- 1 Churchill Place, London, E14 5HP		
Oak Pension Asset Management Limited	00,00%	Z
Water Street Investments Limited	00,00%	Z

Subsidiárias por força de controlo	Percentagem	Nota
Ilhas Caimão		
- PO Box 309GT, Ugland House, South Church Street, Grand Cayman, KY1-1104		
Hornbeam Limited	00,00%	Z
Barclays US Holdings Limited	10,00%	J

44 Entidades relacionadas continuação

Joint Ventures

Os procedimentos relacionados em baixo são Joint Ventures de acordo com 18, Schedule 4, The Large and Medium-sized Companies and Groups (Accounts and Reports) Regulations 2008 e estão proporcionalmente consolidados.

Joint Ventures	Percentagem		Fatores de gestão conjunta
Reino Unido			
- All Saints Triangle, Caledonian Road, London, N1 9UT			
Vaultex UK Limited	50,00%	A	O Conselho de Administração da Joint Venture é composto por dois diretores em representação do Barclays, dois diretores dos parceiros da JV e três diretores parceiros, fora da JV. O Conselho é responsável por definir a estratégia e os orçamentos da empresa.

Notas	
A	Diretamente detido pelo Barclays Bank PLC
B	Interesse de parceria
C	Interesse de adesão
D	Interesse de fundo
E	Fiador
F	Ações Preferenciais
G	A Ações Preferenciais
H	B Ações Preferenciais
I	Ações Ordinárias/Comuns juntamente com outas ações
J	A Ações Ordinárias
K	B Ações Ordinárias
L	C Ações Ordinárias
M	F Ações Ordinárias
N	O Ações Ordinárias
O	W Ações Ordinárias
P	Ações Ordinárias Regatáveis
Q	Ações Essenciais e Ações de Seguro (Classificadas)
R	Classes de Ações B, C, D, E (94.36%), F (94.36%), G (94.36%), H (94.36%), I (94.36%), J (95.23%) e K
L	Ações Unitárias A e B
T	Ações residuais de classe A, Ações residuais de classe B
U	Ações com direito de voto A, e Ações sem direito de voto B
V	Ações Ordinárias de Classe A, Ações Preferenciais de Classe A, Ações Ordinárias de Classe B, Ações Ordinárias de Classe C, Ações Preferenciais de Classe C, Ações Ordinárias de Classe D, Ações Preferenciais de Classe D, Ações Ordinárias de Classe E, Ações Preferenciais de Classe E, Ações Ordinárias de Classe F, Ações Ordinárias de Classe H 2012, Ações Preferenciais de Classe H 2012, Ações Ordinárias de classe H, Ações Preferenciais de Classe H, Ações Preferenciais de Classe I, Ações Preferenciais de Classe J
W	Ações Comuns de Primeira Classe, Ações Comuns de Segunda Classe
X	Comissão de Desempenho PEF
Y	Ações Tracker 1 em EUR, Ações Tracker 1 em GBP, Ações Tracker 1 em USD, Ações Tracker 2 em USD, Ações Tracker 3 em USD
Z	Não Consolidados (ver Nota 37 Entidades estruturadas)
AA	Ações Ordinárias ligadas em USD
BB	Ações de Classe B Reembolsáveis
CC	Ordinárias A, Ordinárias Y, Ordinárias Z
DD	Ações Nominais
EE	Ordinárias A, Ordinárias D, Ordinárias ZI
FF	Ordinárias Z
GG	Ações Ordinárias de Classe A1, Ações Ordinárias de Classe A2
HH	Ações Unitárias de Classe A
II	Ações A – Tranche I, Prémio – Tranche I, Ações C– Tranche II, Prémio – Tranche II

Notas às demonstrações financeiras

BARCLAYS

Posicionado para o crescimento, a partilha e o sucesso

Barclays Bank PLC
Relatório Anual 2017

Imagem da capa

Para fora de África e para novos territórios
Após mais de 150 anos no continente, a decisão de vender o investimento do Barclays em África não foi fácil, Mas, com pessoas como Win Chung e Sophia Aluko a trabalhar arduamente para garantir uma separação atenciosa, abrimos novos caminhos para o Barclays em 2017.

Este Relatório foi impresso em Cocoon Preprint, 100% feito de Fibra FSC® Reciclada certificada, oriunda de resíduos pós-consumidor destintados. A gráfica e a fábrica estão ambas certificadas pela Norma de Sistemas de Gestão Ambiental ISO14001 e pela FSC®. Ao imprimir esta publicação em Cocoon Reprint, o impacto foi reduzido em: 4 952Kg de resíduos depositados, 732Kg de CO2 e gases com efeito de estufa, 102 989 litros de água, 9 490 kWh de energia e 8 046Kg de madeira.

Fonte: Dados da pegada de carbono avaliada pela Labelia Conseil de acordo com a metodologia Bilan Carbone. Os cálculos são baseados numa comparação entre o papel reciclado usado face a uma fibra de papel virgem de acordo com os últimos dados BREF europeus (fibra de papel virgem) disponíveis.

Sede Registada: 1 Churchill Place, London, E14 5HP
© Barclays Bank PLC 2018 **000000**
Registada em Inglaterra, n.º de registo: 48839
Desenhado por FleishmanHillard Fishburn www.fhflondon.co.uk

Notas
O Barclays Bank PLC é uma subsidiária integral do Barclays PLC. O termo 'Grupo Barclays PLC' ou o "Grupo" refere-se ao Barclays PLC em conjunto com as suas subsidiárias e o termo "Grupo Barclays Bank PLC" ou "o Grupo" refere-se ao Barclays Bank PLC em conjunto com as suas subsidiárias. "Barclays" e "Grupo" são termos utilizados para se referir a qualquer um dos Grupos anteriores quando o assunto é idêntico. O termo "Empresa-mãe" ou "Mãe" refere-se ao Barclays PLC e o termo "Banco" ou "Empresa" refere-se ao Barclays Bank PLC. Salvo disposição em contrário, a análise da demonstração de resultados compara o exercício encerrado a 31 de dezembro de 2017 aos correspondentes doze meses de 2016 e a análise do balanço a 31 de dezembro de 2017 com comparativos relativos a 31 de dezembro de 2016. As abreviaturas "M£" e "mM£" representam, respetivamente, milhões e milhares de milhões de libras esterlinas; as abreviaturas "M$" e "mM$" representam, respetivamente, milhões e milhares de milhões de dólares dos EUA; e as abreviaturas "M€" e "mM€" representam, respetivamente, milhões e milhares de milhões de Euros.

Existe um número de áreas de reflexão principais, como por exemplo os cálculos de imparidade, que são baseados em modelos e que estão sujeitos a ajustamentos e modificações constantes. Os números divulgados refletem as melhores estimativas e reflexões numa determinada altura.

Os termos relevantes que são utilizados neste documento, mas que não estão definidos nos termos da orientação regulamentar aplicável ou das Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) são explicados no glossário de resultados que pode ser acedido em home.barclays/results.

As informações contidas neste comunicado, que foi aprovado pelo Conselho de Administração a 21 de fevereiro de 2018, não incluem contas estatutárias no âmbito do significado da Secção 434 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006. As contas estatutárias para o exercício encerrado
a 31 de dezembro de 2017 que incluíram determinadas informações exigidas para o Relatório Anual Conjunto no Formulário 20-F do Barclays PLC e Barclays Bank PLC à Comissão de Valores Imobiliários dos EUA (SEC), e que continha um relatório de auditoria sem ressalvas no âmbito da Secção 495 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006 (que não efetua quaisquer divulgações ao abrigo da Secção 498 da Lei da Sociedades Comerciais de 2006), foram entregues no Registrar of Companies, em conformidade com a Secção 441 da lei das Sociedades Comerciais de 2006.

Estes resultados serão fornecidos como um Formulário 20-F à SEC, logo que possível após a sua publicação. Uma vez fornecidos a SEC, estarão também disponíveis cópias do Formulário 20-F a partir do website de Barclays Investor Relations em home.barclays/results e a partir do website de SEC em www.sec.gov

O Barclays é um emissor frequente nos mercados de capitais de dívida e reúne regularmente com investidores através de reuniões formais individuais ou coletivas e outras reuniões espontâneas. Em consonância com a sua prática habitual, o Barclays espera que durante o próximo trimestre se irá reunir regularmente com investidores a nível mundial para discutir estes resultados e outros assuntos relacionados com o Grupo.

Medidas de desempenho Não-IFRS
A gestão do Barclays acredita que as medidas de desempenho Não-IFRS incluídas neste documento fornecem informações importantes para os leitores das demonstrações financeiras, uma vez que permitem ao leitor identificar uma base mais consistente para a comparação do desempenho empresarial entre períodos financeiros, e fornece mais detalhes no que toca aos elementos de desempenho cujos gestores destes negócios conseguem influenciar de forma mais direta ou que são mais relevantes para uma avaliação do Grupo. Também refletem um aspeto importante na forma como metas operacionais são definidas e como o desempenho é monitorizado pela gestão do Barclays. No entanto, quaisquer medidas de desempenho Não-IFRS neste documento não substituem as medidas IFRS e os leitores devem ter também em consideração as medidas IFRS. Consulte as páginas 223 a 225 do Relatório Anual Barclays PLC 2017 para mais informações, reconciliações e cálculos das medidas de desempenho Não-IFRS incluídas neste documento, e as medidas IFRS mais diretamente comparáveis.

Declarações de previsão
Este documento contém determinadas declarações preditivas no âmbito do significado da Secção 21E da Lei de Valores Imobiliários dos EUA de 1934 conforme alterada, e da Seção 27A da Lei de Valores Imobiliários dos EUA de 1933 conforme alterada, relativas ao Grupo. O Barclays adverte os leitores de que nenhuma declaração de previsão é uma garantia de desempenho futuro e de que os resultados reais ou outras condições financeiras ou medidas de desempenho podem diferir substancialmente dos resultados contidos nas declarações de previsões. Estas declarações preditivas podem ser identificadas pelo facto de não se referirem apenas a factos históricos ou atuais. As declarações preditivas utilizam por vezes palavras como "pode", "irá", "procurar", "continuar", "objetivo", "antecipar", "alvo", "previsto", "esperar", "estimativa", "intenção", "plano", "meta", "acreditar", "alcançar" ou outras palavras de significado semelhante. Os exemplos de declarações de previsão incluem, entre outras, declarações relativas à posição financeira futura do Grupo, ao crescimento do rendimento, ativos, encargos e provisões de imparidade, estratégia comercial, capital, alavancagem e outros rácios regulamentares, pagamento de dividendos (incluindo rácios de pagamento de dividendos e estratégias de pagamento esperadas), níveis previstos de crescimento nos mercados bancários e financeiros, custos ou poupanças projetadas, quaisquer compromissos e metas e o impacto de qualquer desconsolidação regulamentar resultante da alienação da participação no BAGL, estimativas de despesas de capital e planos e objetivos para operações futuras, números de colaboradores futuros, impactos ao abrigo da IFRS 9 e outras declarações que não constituem um facto histórico. Pela sua natureza, as declarações preditivas envolvem riscos e incertezas porque dizem respeito a eventos e circunstâncias futuras. Estas podem ser afetadas por alterações na legislação, desenvolvimento de normas e interpretações de acordo com as IFRS, incluindo a implementação da IFRS 9, evolução das práticas em relação à interpretação e aplicação das normas contabilísticas e regulamentares, resultado de processos judiciais atuais e futuros e investigações regulamentares, futuros níveis de disposições de conduta, políticas e ações das autoridades governamentais e regulamentares, riscos geopolíticos e o impacto da concorrência. Além disso, fatores que incluem (sem caráter limitativo) os seguintes podem surtir um efeito: capital, alavancagem e outras normas regulamentares (incluindo em relação à futura estrutura do Grupo) aplicáveis a períodos anteriores, atuais e futuros; condições macroeconómicas e comerciais globais e no Reino Unido, EUA, África e Zona Euro; os efeitos da volatilidade contínua nos mercados de crédito; riscos relacionados com o mercado como alterações nas taxas de juros e taxas de câmbio; efeitos de alterações na avaliação das exposições ao mercado de crédito; alterações na avaliação de títulos emitidos; volatilidade nos mercados de capital; alterações nos ratings de crédito de quaisquer outras entidades dentro do Grupo ou quaisquer valores mobiliários emitidos por essas entidades; a possibilidade de saída de um ou mais países da Zona Euro; as implicações do acionamento do Artigo 50 do Tratado de Lisboa por parte do RU e as perturbações que ocorrerão no Reino Unido e à escala global com a saída do Reino Unido da União Europeia; e o sucesso de aquisições, alienações e outras transações estratégicas.futuras. Alguns destes fatores e influências estão para além do controlo do Grupo. Consequentemente, os resultados futuros do Grupo podem diferir materialmente dos planos, objectivos, e expectativas definidos nas declarações preditivas do Grupo.

Riscos adicionais e factores que possam ter impacto futuro na situação financeira e desempenho do Grupo estão identificados nos nossos relatórios com a SEC (incluindo, sem limitação, o nosso Relatório Anual no Formulário 20-F para o exercício encerrado a 31 de dezembro de 2017), que se encontram disponíveis no website da SEC em www.sec.gov.

De acordo com as nossas obrigações nos termos da legislação e regulamentos aplicáveis no RU e nos EUA, em matéria de divulgação e informação contínua, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever quaisquer declarações preditivas, seja como resultado de novas informações, eventos futuros ou por outro motivo.